

**UFRRJ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM  
AGROPECUÁRIA**

**TESE**

**Território Identitário de Itaguaí - TIdI:  
Desterritorialização, Resistência e Articulações de  
Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais**

**Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ - TIDI:  
DESTERRITORIALIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÕES DE  
AGRICULTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS**

**CARLOS ALBERTO SARMENTO DO NASCIMENTO**

*Sob a orientação do professor*

**Lamounier Erthal Villela**

*Sob a coorientação do professor*

**Márcio Albuquerque Vianna**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ  
Março, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244t

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento do, 1984-  
Território Identitário de Itaguaí - TIdI:  
Desterritorialização, Resistência e Articulações de  
Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais /  
Carlos Alberto Sarmento do NASCIMENTO. - Itaguaí, 2021.  
342 f.: il.

Orientador: Lamounier Erthal VILLELA.  
Coorientador: Márcio Albuquerque VIANNA.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência,  
Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2021.

1. Território. 2. Comunidades Tradicionais. 3.  
Território Identitário de Itaguaí. 4.  
Desterritorialização. 5. Reterritorialização. I.  
VILLELA, Lamounier Erthal, 1964-, orient. II. VIANNA,  
Márcio Albuquerque, 1973-, coorient. III Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em  
Agropecuária. IV. Título.

É permitida cópia parcial ou total desta Tese, desde que citada a fonte.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**



HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 12/2021 - PPGCTIA (12.28.01.84)

Nº do Protocolo: 23093.021211/2021-41

Seropédica-RJ, 29 de março de 2021.

**CARLOS ALBERTO SARMENTO DO NASCIMENTO**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor** no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 29/03/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese.

*(Assinado digitalmente em 30/03/2021 16:01)*  
LAMOUNIER ERTHAL VILLELA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Degr/CEcon (12.28.01.00.00.00.09)  
Matrícula: 1302640

*(Assinado digitalmente em 30/03/2021 14:26)*  
NELSON RUSSO DE MORAES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 141.231.928-58

*(Assinado digitalmente em 29/03/2021 21:15)*  
CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 401.210.037-87

*(Assinado digitalmente em 31/03/2021 16:00)*  
ELIANE MARIA RIBEIRO DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 511.084.027-04

*(Assinado digitalmente em 31/03/2021 12:00)*  
FERNANDO GUILHERME TENORIO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 204.107.517-15

## DEDICATÓRIA

*Dedico este árduo trabalho à força superior que me cuida. Guiado em terra por mãos de mulheres fortes. Sonia, Neyde e Joyce, serei eternamente grato. Amo vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos.

A essa força superior que me guia, poder sem o qual não teria forças para esse árduo e gratificante caminhar.

A minha mãe exemplo de força, mulher guerreira, minha bussola, meu exemplo. Obrigado por acreditar em mim, quando tudo isso era apenas um sonho, quando nem sabíamos o que teríamos na mesa no dia seguinte, que sempre tirou tudo de si, e nunca me deixou faltar nada, tudo sempre foi simplesmente amor.

A minha vó, meu símbolo maior de proteção, colo doce, das palavras simples e sábias, meu canto de aconchego quando o mundo desabou.

A Joyci meu reflexo, meu amor tranquilo, minha companheira, minha alma, pessoa ao qual espero envelhecer ao lado. Um sonho que se sonha junto.

A meu velho pai, exemplo de integridade que levarei por toda vida.

Para meu avô, agricultor brasileiro - in memoriam.

Meu afilhado um homem feito, ainda menino. Aos meus irmãos Leo e Ted, companheiros de arquibancada, ombro a ombro. Para Vadecio, Márcia, Camila e Jean.

Para queridas pessoas que a vida acadêmica me apesentou e que levei para além dos livros: Kraemer, Gusmão, Vinícius, Nicholas, Eró, Thassya, Alex e João. Em especial Lucimar que tanto me ajudou, amiga em nossas longas conversas. A Ryiuzo, meu pequeno padawan, meu amigo confidente, de viagens, risos fáceis e longas histórias.

Para meu Orientador Lamounier pesquisador exemplar, pessoa que confiou em mim e no meu trabalho desde a época de mestrado, profissional de responsabilidade impar na minha formação acadêmica como docente, extensionista e pesquisador.

A meu amigo e coorientador Márcio, pessoa de um coração enorme e amável, um exemplo de servidor, um espelho para meu futuro.

Professores Fernando G. Tenório e Aírton Cançado, pelas oportunidades profissionais e de aprendizado.

Professoras Eliane Ribeiro, Márcia Pletsch, Lia e Gabriela Rizo e Lúcia Anjos exemplos de profissionalismo. Professor Néelson Russo, combatente pelas causas das comunidades tradicionais no Brasil. Ao professor Cezar Guedes, primeiro que sentou e me ouviu, só eu sei como aquele dia fez toda diferença.

A minha banca de defesa, profissionais admiráveis, um exemplo a seguir.

Ao meu programa PPGCTIA e minha querida UFRRJ.

Aos companheiros de +Casas Eluã e Ítalo.

Agradecimento todo especial e admiração aos agricultores familiares e pescadores artesanais do Território Identitário de Itaguaí, pessoas de fibra, luta, responsáveis diretos pela sobrevivência da história de nosso povo. Representados no abraço para Cida, Ale, Sonira, Magno, Márcia Kede, Ricardo, Sérgio, Paulo, Rita, Lucimary, Silvana e seus familiares, Eunice, Harrison, sr. João e família, Matheus e sua pai. As comunidades de Raiz da Serra, serras do Piloto, Matoso, comunidades do Rio da Guarda, Mazomba-Mazombinha, Coroa Grande e Ilha da Madeira.

A todos meus alunos, com quem aprendo todos os dias.

A todos que em algum momento me seguraram pela mão.

E por todos aqueles que caíram e não puderam ter seus sonhos realizados devido à vida dura e pelo sistema opressor.

Meu coração é de vocês,  
Sou eternamente grato!

*Nobreza é espírito puro, verdadeiro.  
Quanto à pobreza, essa sim tem a vê com dinheiro [...]  
Crê no sonho não é coisa da infância [...]  
Tá vendo “aquelas pegada” de barro no tapete vermelho?  
É minha!  
(Leandro Roque de Oliveira, Eu tô bem, 2009)*

## RESUMO

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento do. **Território identitário de Itaguaí - TIdI: Desterritorialização, resistência e articulações de agricultores familiares e pescadores artesanais.** 342 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

Esta tese descreve os processos de desterritorialização em curso no Território Identitário de Itaguaí (TIdI), localidade do estado do Rio de Janeiro - Brasil, analisando como uma série de múltiplos impactos afetam não somente a região, mas em especial as comunidades tradicionais locais de agricultores familiares e pescadores artesanais. Motivada por empreendimentos e megaempreendimentos industriais, portuários e extrativistas. As suposições desta tese são: (a) o território vem sistematicamente sofrendo duros processos exploratórios arrolados à injeção de capital (nacional e internacional), impactando o bioma local e descumprindo (por vezes), determinações normativas legais; (b) conjectura-se que as transformações no espaço estão compelindo mudanças da identidade sociocultural e econômica natural da população local; (c) ocorreram/ocorrem de forma insatisfatória, políticas públicas e sociais, de cunho participativo e dialógico no território; (d) a soma de práticas mercadológicas desreguladas, conduziu a impactos na identidade socioeconômica das comunidades tradicionais do TIdI; (e) existe a possibilidade de um processo de reterritorialização do espaço (em médio/longo prazo) oriundo da promoção de políticas públicas e sociais, executadas de maneira horizontalizada, a partir da participação direta da sociedade civil local. O objetivo central desta tese é investigar como (e se) as mudanças exógenas ao território impactaram significativamente os subterritórios rurais do TIdI, conduzindo a região a um processo de desterritorialização. Como objetivos específicos, destacam-se: (a) Apresentar o TIdI e seus subterritórios rurais enquanto espaços que exibem estruturas socioeconômicas, indenitárias, e histórico-culturais próprias das comunidades tradicionais locais; (b) Identificar as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares existentes no território, explicando como (e se) ocorrem ações participativas e dialógicas de políticas públicas e sociais; (c) Analisar e apresentar de quais formas os impactos no território conduziram a região para um processos de desterritorialização, comprometendo (inclusive) o contínuismo das comunidades tradicionais locais; (d) Indicar propositivamente, a partir da participação da sociedade civil local, alternativas sustentáveis e solidárias (novas ou em curso), que tenham como finalidade promover ações amortizadoras do múltiplos impactos em curso no território. O método empregado para está pesquisa é o etnográfico exploratório por meio da abordagem qualitativa, com desígnio de analisar e interpretar de maneira investigativa o território e as comunidades tradicionais locais. Verificou-se (a partir dos resultados obtidos) a comprovação das suposições conjecturadas inicialmente, à medida que foi evidenciado um avançado processo de desterritorialização e a transformação do TIdI em zona de sacrifício; em muito devido a uma sequência de impactos socioambientais decorrentes de uma exploração estritamente mercadológica externa ao local, podendo (se nenhuma medida for tomada) culminar na obliteração do espaço-tempo e na transformação do território em um não lugar; ameaçando (por consequência) a sobrevivência das comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais e agricultores familiares. Apresentou-se também a existência de possibilidades para reterritorialização local, a partir da aplicação horizontalizada e dialógica de políticas públicas e sociais, doravante a participação efetiva da sociedade civil local.

**Palavras-chave:** Território. Comunidades Tradicionais. Território Identitário de Itaguaí. Desterritorialização. Reterritorialização.



## ABSTRACT

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do. **Identity territory of Itaguaí - TIdI: Desterritorialization, resistance and articulations of family farmers and artisanal fishermen**, 342 f. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

This thesis describes the processes of deterritorialization underway in the Itaguaí Identity Territory (TIdI), located in the state of Rio de Janeiro - Brazil, analyzing how a series of multiple impacts affect not only the region, but especially the traditional local communities of farmers family and artisanal fishermen. Motivated by industrial, port and extractive enterprises and mega-enterprises. The assumptions of this thesis are: (a) the territory has been systematically undergoing hard exploratory processes related to the injection of capital (national and international), impacting the local biome and not complying (sometimes) with legal normative determinations; (b) it is conjectured that transformations in space are driving changes in the natural socio-cultural and economic identity of the local population; (c) there were / are unsatisfactory public and social policies, of a participatory and dialogic nature, in the territory; (d) the sum of deregulated marketing practices has led to impacts on the socioeconomic identity of traditional TIdI communities; (e) there is the possibility of a process of reterritorialization of space (in the medium / long term) arising from the promotion of public and social policies, executed in a horizontal manner, based on the direct participation of local civil society. The central objective of this thesis is to investigate how (and if) the exogenous changes to the territory significantly impacted the rural sub-territories of TIdI, leading the region to a process of deterritorialization. As specific objectives, the following stand out: (a) Present TIdI and its rural sub-territories as spaces that exhibit socioeconomic, indemnity, and historical-cultural structures typical of traditional local communities; (b) Identify the traditional communities of artisanal fishermen and family farmers existing in the territory, explaining how (and if) participatory and dialogical actions of public and social policies occur; (c) Analyze and present in what ways the impacts on the territory led the region to a process of deterritorialization, compromising (including) the continuity of the traditional local communities; (d) Indicate purposefully, based on the participation of local civil society, sustainable and solidary alternatives (new or in progress), whose purpose is to promote actions that mitigate the multiple impacts underway in the territory. The method used for this research is the exploratory ethnographic one through the qualitative, with the purpose of investigating and interpreting the territory and the traditional local communities in an investigative way. It was verified (from the results obtained) the confirmation of the assumptions initially assumed, as it was evidenced an advanced process of deterritorialization and the transformation of TIdI into a sacrifice zone; largely due to a sequence of socio-environmental impacts resulting from a strictly market exploitation external to the site, which may (if no action is taken) culminate in the obliteration of space-time and the transformation of the territory into a non-place; threatening (as a consequence) the survival of traditional local communities of artisanal fishermen and family farmers. The existence of possibilities for local reterritorialization was also presented, based on the horizontal and dialogical application of public and social policies, henceforth the effective participation of the local civil society.

**Keywords:** Territory. Traditional Communities. Itaguaí Identity Territory. Deterritorialization. Reterritorialization.

## RESUMEN EXPANDIDO

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do. **Territorio Identidad Itaguaí - TIdI: Desterritorialización, resistencias y articulaciones de agricultores familiares y pescadores artesanales.** 342 f. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en Agricultura). Decano de Investigación y Postgrados de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

### 1. Introducción

Esta tesis aborda los procesos relacionados con la construcción de identidades humanas, estructuras que configuran la vida y dan sentido al territorio desde sus propiedades geográficas, históricas, religiosas, ambientales, biológicas, productivas y de poder. Características conectadas que dan sentido a la formación de las sociedades, sus proyectos culturales, estructuras y estratos sociales. (CASTELLS, 2002). En este sentido, es válido corroborar que territorio e identidad son conceptos que sustentan (construyen y reconstruyen) de manera concomitante, de acuerdo con las demandas humanas y ambientales.

En particular, esta investigación analiza el Territorio Identidad de Itaguaí-TIdI, una región ubicada en la Zona Metropolitana / Costa Verde del Estado de Río de Janeiro - Brasil, buscando comprender si los procesos de desterritorialización ocurren (y cómo ocurren) en su espacios originales, y cómo estos cambios exógenos en el espacio, impactan (de múltiples formas) en los colectivos locales tradicionales. El territorio presenta a lo largo de su extensión, 5 comunidades de agricultores familiares y 3 de pescadores artesanales, subdivididos entre los 7 sub-territorios rurales. Colectivos que desarrollan sus prácticas con base en dinámicas socioeconómicas y culturales particulares, efectuadas en la predisposición del bioma local, donde comúnmente se observa el uso de técnicas de producción y negociación propias del lugar. A partir de esta premisa se establecieron los siguientes objetivos:

Esta tesis tiene como objetivo general investigar, desde la perspectiva de los actores rurales locales del Territorio Identidad Itaguaí - TIdI, cómo cadenas de cambios estructurales exógenos desembocaron en un proceso de desterritorialización del lugar. Analizado a partir de los siguientes objetivos específicos: a) Buscar establecer TIdI como espacios de construcciones indénitarias, socioeconómicas e histórico-culturales singulares; b) Identificar y presentar las comunidades tradicionales de pescadores artesanales y agricultores familiares que existen en los sub-territorios TIdI; c) Describir las transformaciones exógenas al lugar y que llevaron al territorio a procesos de desterritorialización; d) Proponer alternativas sostenibles y solidarias (nuevas o en curso), que a partir del interés y participación de la sociedad civil local, impulsen acciones con el propósito de mitigar y / o amortizar los procesos de desterritorialización en curso en el territorio.

Se entiende ante estos análisis que la existencia de una cadena de transformaciones exógenas, con un perfil depredador y principalmente mercadológico, en sí misma, genera ya una serie de impactos socioeconómicos e histórico-culturales en el territorio, conduciendo a un agudo proceso de desterritorialización de lo que afecta a múltiples dimensiones de las comunidades TIdI locales tradicionales. Estos temas son el resultado de una serie de problemas, en los que se destacan: a) las abruptas transformaciones del espacio, alentadas por la inyección financiera de un capital público-privado, enfocado estrictamente a las empresas y megaempresas industriales y portuarias, resultando en un desequilibrio de poderes que favorece la fragmentación social, y el abandono paulatino de las tradicionalidades ante la presión de los nuevos poderes económicos; b) ausencia / falta de políticas públicas efectivas, dirigidas a las comunidades locales tradicionales; c) Surgimiento de áreas de exploración minera y relleno

sanitario en un mismo territorio, comprometiendo directamente las ruralidades y economías provenientes de comunidades tradicionales; d) la aparición de múltiples procesos de fragmentación local, principalmente en los aspectos socioeconómicos, bióticos e histórico-culturales del territorio.

De hecho, esta tesis surge como premisas principales: a) El territorio incluye severos procesos exploratorios exógenos, comúnmente relacionados con la inyección de capital nacional e internacional, desconociendo en ocasiones las normas legales vigentes; b) Transformaciones abruptas del espacio que terminaron conduciendo a un reemplazo forzoso de la identidad sociocultural y económica natural de las comunidades tradicionales locales, resultando en la fragmentación y desarticulación de sus arreglos productivos locales; c) acciones incipientes de políticas públicas y sociales no-TIdI participativas y dialógicas; d) Nos da condiciones socioambientales que ya están al borde de la irreversibilidad.

En total, esta tesis presenta once capítulos, distribuidos de la siguiente manera: el primer capítulo presenta una visión general del tema propuesto, sus objetivos, problema, supuestos, justificaciones y relevancia del estudio, el segundo capítulo trata de la discusión teórica, presentando algunos de los principales aspectos teóricos marcos utilizados, conceptos y autores utilizados a lo largo de esta investigación. El tercer capítulo presenta la estructura metodológica que sustenta este trabajo, principalmente en lo que respecta a la construcción de la investigación, el cuarto capítulo presenta un breve esbozo histórico de la formación sociocultural de TIdI y la comunidades tradicionales que pertenecen a estos espacios, el capítulo quinto trata específicamente de cada uno de los siete sub-territorios rurales de TIdI, ubicando la ocupación del espacio desde los planes maestros locales, y abordando principalmente territorialidades, ruralidades, relaciones socioeconómicas y tótems de formación singular. de las comunidades locales tradicionales es.

El capítulo seis analiza los cuatro grandes complejos (industrial, portuario y extractivista) existentes en el territorio, investigando si (y cómo) estas empresas y megaempresas impactan en la vida cotidiana de los agricultores familiares y pescadores artesanales, observando estas múltiples formas de presión estrictamente sobre mercado, el capítulo séptimo sugiere acciones que pueden ayudar en la construcción de caminos a aplicar (desde el interés de la población local) como punto de partida para la promoción de alternativas mitigadoras, con perfiles sustentables y solidarios, aplicables desde la acción de instancias de gestión y control social dentro del territorio, el capítulo octavo está destinado a las consideraciones finales de esta investigación, donde el autor expresa su visión sobre el avance de todo el trabajo, así como busca dar respuesta a los objetivos, problemática, supuestos inicialmente establecidos . El capítulo noveno presenta las referencias bibliográficas empleadas, mientras que las secciones décima y undécima muestran respectivamente los anexos y anexos que involucraron la construcción de esta tesis.

## **2. Método**

El método utilizado en esta tesis es el etnográfico, técnica que tiene la característica de valorar las interacciones humanas (MOREIRA; CALEFFE, 2006), con el fin de buscar desarrollar mecanismos que respondan preguntas y problemas planteados críticamente de la forma más completa posible. (GIDDENS, 2012). Contar en la metodología de investigación cualitativa, un soporte en línea con los fundamentos del método (etnográfico), a partir de una interacción entre el investigador y el ciudadano local, valorando la vida cotidiana del sujeto, así como la promoción de las características socioculturales locales. De tal manera que el propio investigador se convierte en parte integral del proceso de producción del conocimiento (aunque se produzca un distanciamiento científico), priorizando continuamente las expresiones tradicionales y los sujetos objeto destacados (pescadores artesanales y agricultores familiares).

En particular, la etnografía se utiliza como “la tarea de desacondicionarnos de nuestros sistemas de clasificación académica en la comprensión de conocimientos y técnicas desarrolladas por el ser humano en relación con el medio ambiente en diferentes culturas” (CAMPOS, 2002, p. 10), de valorización de El conocimiento empírico como generador de producción de conocimiento y punto de partida del proceso de investigación. Desde esta perspectiva, se aplicaron las técnicas de a) análisis documental y bibliográfico / telemático; b) observación participante; y c) entrevistas semiestructuradas (ANGROSINO, 2009), con el objetivo de promover la valoración del “contexto, historia, relaciones, representaciones [...] de diversos informantes y el uso de una variedad de técnicas de recolección de datos que acompañan el trabajo de investigación” (MINAYO, 2010, p. 28-29).

Las técnicas utilizadas tienen sus especificidades. El análisis documental (bibliográfico y telemático) justifica su importancia ya que construye un sustento jurídico, académico y científico a través de la investigación-formación del universo a estudiar (PEREIRA; LIMA, 2010); La observación participante está diseñada para ayudar en la construcción de lo real, lo cotidiano de las relaciones socioculturales, la entrevista semiestructurada ya está compuesta por un guión abierto y previo de preguntas principales, cuyo propósito es contextualizar el tema propuesto y suscitar la discusión de otros temas considerados por el entrevistado (se obtuvieron treinta y nueve (39) entrevistas en total, las cuales siguieron un perfil semiestructurado, con preguntas abiertas y cerradas, con el propósito de construir una percepción sobre el tema propuesto, desde la perspectiva del actores locales).

Estas acciones tuvieron como puntos culminantes la creación de un sistema gráfico en tablero, dividido en cuatro partes, además de la creación de una matriz analítica de impactos del territorio, donde se intentó comprender desde la hermenéutica y la posición del sujeto-objeto, que se expresa en signos, sentidos y percepciones individuales sobre lo cuestionado. Con el único propósito de obtener resultados inéditos que busquen presentar los principales problemas socioambientales del TIdI, así como una perspectiva particular sobre articulaciones que puedan mejorar la calidad de vida de la población local.

### **3. Resultados y discusión**

Entre los resultados obtenidos, cabe destacar la evidencia de diversas formas de impactos socioambientales y socioeconómicos en TIdI, resultado de décadas de superposición económica y explotación de los recursos humanos y naturales, por lo que varios factores han transformado el territorio en “Una región periférica [...] que recientemente se convirtió en el objetivo de intereses económicos, estratégicos y geopolíticos, anclada en un complejo de megaempresas con un alto potencial de impacto social y ambiental” (PACS, 2016, p. 9).

Los principales resultados de esta tesis se obtuvieron del cruce de los datos gráficos, analizados y referenciados en las entrevistas semiestructuradas, realizadas entre los meses de octubre y noviembre de 2020, en los sub-territorios rurales de TIdI. Culminando con la elaboración de cuatro sistemas gráficos en un modelo de tablero y la elaboración inédita de una matriz analítica de impactos del territorio, como resultado, se comprobaron procesos de desterritorialización, donde fue posible resaltar brevemente los siguientes impactos:

a) la creciente privatización de los recursos naturales; b) ocupación irregular del espacio por empresas y / o megaempresas; c) legitimación de la explotación por parte del agente público; d) colusión de los poderes públicos (en sus distintas escalas) sobre prácticas ilegítimas llevadas a cabo por las empresas y / o megaempresas en el territorio; e) problemas de salud relacionados con impactos ambientales; f) procesos agudos de gentrificación; f) degradación del ecosistema local; g) violencia física y emocional en la población tradicional y la comunidad local; h) estrangulamiento de las actividades económicas naturales de las comunidades locales tradicionales; i) contaminación de la bahía de Sepetiba, ríos y afluentes circundantes; j) pérdida

de identidad y territorialidad de las comunidades tradicionales locales; l) estrangulamiento de las actividades pesqueras; m) extinción paulatina de las actividades agrícolas familiares; n) empobrecimiento del suelo; o) procesos de sedimentación a diferentes escalas; p) inminente destrucción del patrimonio histórico, entre otros.

Estos crímenes evidencian una realidad donde la sociedad civil y el bioma local son meramente explotados y dejados al margen de las condiciones mínimas de calidad de vida, acentuada por un desamparo socioeconómico y estructural con los trabajadores rurales del territorio por parte del Estado. Esto también indica un proceso de gestión social muy bajo, falta de políticas públicas y sociales, además de expresar un escenario en el que la infraestructura pública y otras acciones sociales se ponen en un segundo plano, tanto en el proceso participativo y de toma de decisiones como en el escenario de contrapartes sociales.

Los impactos socioambientales locales, sumados a las demás dificultades descritas y comprobadas, presentan un escenario (actual) en el que el espacio va perdiendo forma, desnaturalizándose artificialmente, transformándose de forma abrupta y en un corto período de tiempo, de modo que lo local los actores se ven obligados a adaptarse a esta nueva realidad impuesta, o simplemente son expulsados de sus localidades de origen, transformando el espacio, hasta entonces natural, en un no lugar.

#### **4. Conclusiones**

Se concluye que el territorio ha ido perdiendo paulatinamente sus rasgos culturales, históricos, ambientales, sociales y económicos originales, debido a una sobrevaloración del espacio por parte del mercado, donde TIDI fue / es el objetivo de la acción para implementar una serie de emprendimientos y mega-empresas (con el consentimiento y estímulo de las entidades públicas), resultando en una serie de impactos socioambientales diversificados, alterando significativamente las territorialidades, ruralidades y tradicionalidades de estos espacios, poniendo en riesgo la supervivencia de las comunidades tradicionales existentes en el territorio.

Se evidenció (a lo largo de esta tesis) el problema inicialmente conjeturado, siendo posible (al final) probar: (a) varios casos de gentrificación en una escala creciente, (b) procesos de sedimentación variados, (c) pérdida constante de territorialidad y ruralidad de las comunidades locales tradicionales, (d) supresión de economías originadas en el área local, (e) degradación de los ecosistemas, (f) privatización de recursos naturales, (g) deterioro del bioma local, (h) contaminación del suelo, aire, ríos y mares de la región, entre otros.

Estos resultados están en línea con uno de los problemas señalados en esta investigación, en la que el territorio presenta (de hecho), un avanzado proceso de desterritorialización (aunque a diferentes niveles, según el tipo de impacto y el terreno observado), principalmente en lo que concierne se refiere a una secuencia escalar de ocupación y abrupta transformación del espacio, intensificada tras la llegada (principalmente) de los complejos industriales y portuarios a la región.

Los resultados obtenidos, confirman los supuestos inicialmente planteados, que incluyen la ejecución de procesos exploratorios exógenos al sitio, conduciendo a una degradación permanente de los espacios naturales, transformación abrupta del espacio, conduciendo a un reemplazo y / o aniquilación del del identidades socioculturales de los espacios rurales de TIDI, además de presentar un escenario de profundas fallas en las estructuras de los procesos participativos, en los que el poder económico ha ido dictando y creando su propia agenda de prioridades en el espacio. Con un carácter estrictamente neodesarrollador, conduciendo al territorio a un agudo proceso de desterritorialización, desmoronando su identidad histórico-natural y sus bases socioeconómicas, principalmente de las comunidades tradicionales que ocupan estos espacios durante siglos.

Se afirma que es necesario implementar instancias participativas, basadas en actores locales, que actúen de manera interconectada (entre órganos de gobierno, sociedad civil y otros actores involucrados), a fin de promover una reterritorialización con carácter dialógico como promoción y promoción de procesos. revitalización del territorio. Las propuestas para la realización de estas acciones pasan por la valorización del proceso dialógico en cada momento, siendo éste el organismo impulsor de la gestión social, el control social y la ciudadanía deliberativa, cuyos instrumentos son disociables, en la medida en que el sujeto es valorado como protagonista a lo largo de todo el proceso. los procesos de elaboración, implementación e fiscalización de políticas públicas y sociales para su territorio.

Finalmente, la pregunta es: ¿quiénes son los verdaderos beneficiarios de estos procesos degradantes en el territorio? ¿Quién se beneficia? ¿Cuáles son los intereses particulares involucrados? ¿Este crecimiento económico a expensas de la salud socioambiental es saludable para qué estratos político-económicos? La respuesta en sí está impregnada de la percepción final a la que conduce esta investigación, en la que se puede observar que los principales beneficiarios son en realidad los conglomerados industriales nacionales e internacionales, los principales accionistas del mercado financiero, los políticos de partidos electos que utilizan el cargo para beneficios particulares, a veces personas sin rostro, escondidos detrás de una cortina de sociedades de responsabilidad limitada - Ltda. y Corporaciones - S.A, que en poco tiempo ni siquiera llegaron a conocer personalmente el territorio al que lucran y destruyen.

Es posible afirmar que si en un lapso corto-mediano no se aplican medidas para mitigar los múltiples impactos que sufren estos espacios, estos pueden sufrir irreversiblemente la aniquilación de su espacio-tiempo (CASTELLS, 1996), lo que culminaría en la destrucción de su bioma y el desmoronamiento de las comunidades tradicionales que aún existen en el sitio, lo que transformaría irreversiblemente el territorio en un no-lugar, como zona de sacrificio a los dioses del capital, en detrimento de la vida humana, su socio -tradiciones históricas y culturales y el bioma.

**Palabras-Clave:** Territorio. Comunidades tradicionales. Territorio Identidad de Itaguaí. Desterritorialización. recuperación.

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 1</b> - Marco Teórico.....   | 19  |
| <b>Quadro 2</b> - Critérios Participativos na Gestão Social/Cidadania Deliberativa.....  | 33  |
| <b>Quadro 3</b> - Categorias e critérios da cidadania deliberativa.....  | 36  |
| <b>Quadro 4</b> - Lista de observação participante e observação participante direta desta pesquisa, ocorridas no TIdI entre os anos de 2015 a 2020 ..... | 49  |
| <b>Quadro 5</b> - Atores, siglas e definições dos sujeitos-objetos entrevistados.....  | 50  |
| <b>Quadro 6</b> - Lista e siglas de entrevistados dos subterritórios do TIdI.....  | 51  |
| <b>Quadro 7</b> - Critérios e definições da matriz analítica de impactos.....  | 56  |
| <b>Quadro 8</b> - Indicadores, pontuações e cores atribuídas às informações coletadas .....  | 58  |
| <b>Quadro 9</b> - Métodos e técnicas, categorias e resultados esperados na pesquisa .....  | 63  |
| <b>Quadro 10</b> - Aumento populacional no município de Itaguaí (1970 - 2020).....   | 77  |
| <b>Quadro 11</b> - Relação de investimento e empregos diretos e indiretos gerados pelos empreendimentos e megaempreendimentos do TIdI .....              | 84  |
| <b>Quadro 12</b> - Dados socioeconômicos e geográficos TIdI .....  | 85  |
| <b>Quadro 13</b> - Populações Urbanas e Rurais - TIdI .....  | 94  |
| <b>Quadro 14</b> - Itens, gênero, unidade e hectares .....   | 95  |
| <b>Quadro 15</b> - Dados sobre a agricultura familiar e pescadores artesanais no TIdI.....   | 95  |
| <b>Quadro 16</b> - Matriz Analítica dos impactos no TIdI .....   | 197 |
| <b>Quadro 17</b> - Execução a partir do centro de referência dos subterritórios rurais do TIdI.....  | 224 |
| <b>Quadro 18</b> - Dimensão políticoinstitucional do Conselho dos subterritórios do TIdI .....   | 228 |
| <b>Quadro 19</b> - Dimensão sociocultural e educacional dos subterritórios rurais do TIdI.....   | 234 |
| <b>Quadro 20</b> - Proposta de dimensão ambiental dos subterritórios rurais do TIdI .....  | 239 |
| <b>Quadro 21</b> - Distância e tempo médio entre os subterritórios do TIdI e CEASA – RJ x CSU - Itaguaí .....  | 245 |
| <b>Quadro 22</b> - Proposta de dimensão socioeconômica dos trabalhadores rurais do TIdI .....  | 248 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> - Território Identitário de Itaguaí – TIdI (localizado entre os municípios de Seropédica, Piraí, Mangaratiba e Bairro de Santa Cruz - RJ) .....                  | 07  |
| <b>Figura 2</b> – Território Identitário de Itaguaí em sobreposição ao município de Itaguaí e sua proximidade com Parque Estadual Cunhambebe e Flona Nacional Mário Xavier ..... | 09  |
| <b>Figura 3</b> - Método, metodologia e técnicas utilizadas na triangulação de pesquisa.....   | 45  |
| <b>Figura 4</b> - Modelo de Matriz Analítica dos impactos no TIdI.....   | 59  |
| <b>Figura 5</b> - Localização do TIdI no Estado do Rio de Janeiro e Brasil.....  | 62  |
| <b>Figura 6</b> - Fazenda Santa Cruz .....   | 68  |
| <b>Figura 7</b> - Vila de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, século XVIII .....   | 69  |
| <b>Figura 8</b> - Engenho de Itaguaí, final do século XIX.....   | 70  |
| <b>Figura 9</b> - Carregamento de bananas no trem, Mangaratiba – Rio de Janeiro, 1947 .....  | 72  |
| <b>Figura 10</b> - Vista aérea do passivo ambiental da INGÁ S/A.....   | 73  |
| <b>Figura 11</b> - Complexo Industrial de Santa Cruz e entorno .....   | 74  |
| <b>Figura 12</b> - Complexo da Companhia de desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro – Santa Cruz (área entre os rios São Francisco Xavier e da Guarda).....                 | 75  |
| <b>Figura 13</b> - Vista aérea Techint/Ternium Brasil – Zona Industrial de Santa Cruz/RJ .....   | 78  |
| <b>Figura 14</b> - Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (Porto de Itaguaí).....  | 79  |
| <b>Figura 15</b> - Túnel de movimentação de carga do Porto Sudeste S/A.....  | 80  |
| <b>Figura 16</b> - Porto Sudeste S/A .....   | 80  |
| <b>Figura 17</b> - Estaleiro PROSUB .....  | 81  |
| <b>Figura 18</b> - Empreendimentos e megaempreendimentos dos complexos do TIdI .....   | 83  |
| <b>Figura 19</b> - Divisão dos subterritórios do TIdI e áreas do entorno.....  | 93  |
| <b>Figura 20</b> - TIdI (marca d'água rosa) e imóveis rurais do território (pontos amarelos).....  | 97  |
| <b>Figura 21</b> - Agricultura familiar de hortaliças Mazombinha (Subterritório I) .....   | 98  |
| <b>Figura 22</b> - Pescadores Artesanais – Ilha da Madeira (Subterritório VII).....  | 99  |
| <b>Figura 23</b> - Subterritório do Mazomba (I), residência rural de agricultura familiar e cultivo multifuncional.....  | 101 |
| <b>Figura 24</b> - Área de atividade de atividade multifuncional de agricultura familiar e comunidades do Mazomba e Mazombinha (Subterritório I).....                            | 102 |
| <b>Figura 25</b> - Capela de Nossa Senhora das Graças e EM coronel Alziro Santiago – Equipamentos públicos do subterritório do Mazomba .....                                     | 103 |
| <b>Figura 26</b> - Barraca de produtos rurais do Mazomba (I) – Localizado no Centro Urbano do Território.....  | 104 |
| <b>Figura 27</b> - Subterritório da Serra do Matoso – Vista da Subida da Estrada da Calçada .....  | 107 |
| <b>Figura 28</b> - Área de atividade de agricultura familiar, comunidade de Santa Sofia e empreendimentos (Subterritório II) .....   | 108 |
| <b>Figura 29</b> - Estrada da Calçada, trecho localizado dentro da Mata Atlântica (Raiz da Serra – Subterritório II).....  | 109 |
| <b>Figura 30</b> - Igreja de Nossa Senhora Aparecida e Entreposto comercial do século XIX (Subterritório II).....  | 110 |
| <b>Figura 31</b> - Vista do Mirante do Imperador (Subterritório II).....   | 111 |



|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 32</b> – Jornal Correio da Manhã sobre temporal de 1967 na região do Matoso – Raiz da Serra e entorno .....   | 112 |
| <b>Figura 33</b> - Propriedade familiar – Subterritório do Chaperó, próximo à estrada de Santa Rosa .....   | 113 |
| <b>Figura 34</b> - Área de atividade de agricultura familiar (Subterritório III) .....  | 114 |
| <b>Figura 35</b> - Dicotomias e transformações na ocupação e utilização do espaço - Gleba C - Agrovila Chaperó.....   | 116 |
| <b>Figura 36</b> - Extensas áreas de pastagens e campina, composição visual comum em algumas regiões do subterritório III (Chaperó).....                                      | 117 |
| <b>Figura 37</b> - Entrada de uma propriedade rural no subterritório de Piranema (IV) .....   | 117 |
| <b>Figura 38</b> - Área espacial do Subterritório IV (Piranema) .....   | 118 |
| <b>Figura 39</b> - Festividades da colônia japonesa em Itaguaí - sede social nipônica (kaikan) – Década de 1940 .....   | 120 |
| <b>Figura 40</b> - Propriedade de agricultura familiar do Piranema, com destaque para o cultivo do coco da baía .....   | 122 |
| <b>Figura 41</b> - Ponta do Rio da Guarda e barcos dos pescadores artesanais à sua margem esquerda .....  | 123 |
| <b>Figura 42</b> - Área de atividade de agricultura familiar do subterritório IV e seu entorno .....  | 125 |
| <b>Figura 43</b> - Cais de pescador artesanal no Rio da Guarda (Subterritório V).....   | 126 |
| <b>Figura 44</b> - Cultivo extensivo de coco da baía – Área do Valão dos Bois, com afluente do Rio da Guarda – Subterritório V .....  | 127 |
| <b>Figura 45</b> - Barcos de pesca artesanal, com píer do Porto Sudeste ao fundo - cais dos pescadores (Subterritório de Coroa Grande - VI) .....                             | 128 |
| <b>Figura 46</b> - Atual orla de Coroa Grande – Subterritório VI .....  | 129 |
| <b>Figura 47</b> - Área de atividade de agricultura familiar (Subterritório VI).....  | 130 |
| <b>Figura 48</b> - Separação do mexilhão e pré-cozimento – Coroa Grande, ponta da praia (subterritório -VI) .....   | 132 |
| <b>Figura 49</b> - Imagem de Iemanjá (a esquerda) e cais de pesca artesanal (a direita) - Subterritório de Coroa Grande .....   | 133 |
| <b>Figura 50</b> - Praia da Ilha da Madeira (Subterritório VII), com alça portuária do Porto Sudeste (ao fundo).....  | 134 |
| <b>Figura 51</b> - Localização da comunidade de pescadores artesanais, e dos principais megaempreendimentos portuários na Ilha da Madeira (Subterritório VII) .....           | 135 |
| <b>Figura 52</b> - Extinta praia do Saco do Engenho, década de 40 – Ilha da Madeira (Subterritório VII) .....   | 136 |
| <b>Figura 53</b> – Subt. VII - Estrada Humberto Pedro Francisco – Porto Sudeste (a esquerda) e manguezais (a direita).....  | 137 |
| <b>Figura 54</b> - Sede APLIM – Ilha da Madeira (Subterritório VII) .....   | 138 |
| <b>Figura 55</b> - Pescador artesanal e a limpeza do caso de seu barco – Ilha da Madeira (Subterritório VII) .....  | 139 |
| <b>Figura 56</b> - Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira(esquerda) / Barco em homenagem a São Pedro – Ilha da Madeira, 2020 (esquerda) (Subterritório VIII).... | 141 |
| <b>Figura 57</b> - Produção (agricultura familiar) de banana em plano inclinado (divisa subterritórios I e II) .....  | 142 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 58</b> - Principal(ais) produtos por cada um dos subterritório do TIdI .....   | 143 |
| <b>Figura 59</b> - Pescador artesanal e sua família; ao fundo barcos e alça portuária da do Porto Sudeste.....   | 144 |
| <b>Figura 60</b> - Complexo Industrial de Santa Cruz, suas indústrias e megaempreendimentos recortados pelos rios da Guarda (acima) e Guandu-Mirim (ao centro), com o município de Itaguaí (alto a esquerda) .....   | 148 |
| <b>Figura 61</b> - Rio Guandu-Mirim com pontos de assoreamento, cor turva e avermelhada às margens e cais de pescadores artesanais à sua margem direita .....  | 149 |
| <b>Figura 62</b> - Torres e cabos de alta tensão nas áreas de cultivo do Piranema e ao longo da rua 13 de Maio (rua residencial de pescadores ao lado do rio da Guarda) .....  | 150 |
| <b>Figura 63</b> - Vista aérea do centro de processamento Biomanguinhos/Fiocruz, indústria de cultivos de agricultura familiar e dos rios da Guarda e Guandu-Mirim .....   | 151 |
| <b>Figura 64</b> - Fuligem de chuva de prata em decorrência da ação de poluição atmosférica da Techint/Ternium (TKCSA) .....   | 155 |
| <b>Figura 65</b> - Ternum/CSA e fumaça de altos-fornos ao fundo .....  | 156 |
| <b>Figura 66</b> - Túnel ligando, os pátios de graneis sólidos, até o píer privado dentro da Baía de Sepetiba – Porto Sudeste S/A – Ilha da Madeira (subterritório VII).....   | 162 |
| <b>Figura 67</b> - Pátio de manobras do Porto Sudeste S/A, com Baía de Sepetiba ao fundo. As edificações administrativas e operacionais e os dois largos de depósito de minério de Ferro a céu aberto, situa-se ao lado direito da foto (não aparecem na imagem) ..... | 163 |
| <b>Figura 68</b> - Barco de pesca artesanal encalhado por lama, devido o assoreamento na Baía de Sepetiba (Subterritório VI) .....   | 164 |
| <b>Figura 69</b> - Megaempreendimentos e seus píeres na Baía de Sepetiba.....  | 165 |
| <b>Figura 70</b> - Estreito (entrada) das Ilhas de Madeira - Itacuruçá, década de 1990 e Alças portuárias do Porto Sudeste S/A, anos de 2015/2020.....   | 166 |
| <b>Figura 71</b> - Diferença de coloração da água dentro da Baía de Sepetiba (à direita) e mar aberto (à esquerda), devido as partículas de minério de ferro, divididos pela Restinga da Marambaia .....   | 167 |
| <b>Figura 72</b> - Vista aérea da Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III), com o CTRCiclus (Contorno Laranja) e a Mineradora Santa Luzia (Contorno Cinza) .....  | 168 |
| <b>Figura 73</b> - Mapa das áreas do município de Seropédica, com suas alterações posteriores..  | 169 |
| <b>Figura 74</b> - Vazamento de chorume no bairro Santa Rosa, decorrência do transbordo das lagoas de equalização (piscinas), de responsabilidade da CTR Ciclus.....   | 170 |
| <b>Figura 75</b> - Vista aérea do CTR Ciclus (contorno vermelho), cercado pela comunidade de Santa Rosa / Chaperó – Subterritório III (Contorno branco), duas áreas de cultivo familiar (contornos verdes) e arco-metropolitano (contorno lilás) .....                 | 172 |
| <b>Figura 76</b> - Extensão da bacia do Rio Guandu, com localização do aquífero Piranema (contorno em linha azul) e sobreposição dos empreendimentos do CTR Ciclus e mineradora Santa Luzia (marca d´água em amarelo) .....  | 173 |
| <b>Figura 77</b> - Acúmulo de resíduos a céu aberto, erosões nos taludes do maciço sem cobertura vegetal e canaletas rompidas – CTR Ciclus.....  | 174 |
| <b>Figura 78</b> - Mineradora Santa Luzia em comparação a localidades de destaque entre os Subterritórios de Mazomba (I), Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III).....   | 176 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 79</b> - Dimensões do Distrito Areeiro de Piranema, divisa entre os municípios de Itaguaí (em vermelho) e Seropédica (em verde).....  | 177 |
| <b>Figura 80</b> - Imóveis Rurais (pontos em amarelo), localizados no Distrito Areeiro de Piranema (contorno azul) e em seu entorno.....  | 178 |
| <b>Figura 81</b> - Vista aérea do Distrito Areeiro de Piranema e proximidade dos cultivos de agricultura familiar .....   | 179 |
| <b>Figura 82</b> - Extração de areia e cava molhada no subterritório de Piranema .....  | 180 |
| <b>Figura 83</b> - Degradações ambientais no subterritório da Ilha da Madeira (VII): Alça portuária do Porto Sudeste (ao fundo), Poluição da Baía de Sepetiba por metais pesados e esgoto não tratado; Estrangulamento das atividades pesqueiras e zonas de exclusão de pesca ..... | 183 |
| <b>Figura 84</b> - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 1 e 2.....   | 186 |
| <b>Figura 85</b> - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 3, 3.1 e 3.2.....  | 188 |
| <b>Figura 86</b> - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 4, 4.1 e 5.....  | 191 |
| <b>Figura 87</b> - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 6, 6.1, 7 e 7.1.....   | 193 |
| <b>Figura 88</b> - Multifuncionalidade da agricultura familiar – Mazomba (I) – banana, coco da baía, abacate e hortaliças .....   | 199 |
| <b>Figura 89</b> - Monocultura do coco da baía – Chaperó (III) .....  | 200 |
| <b>Figura 90</b> - Assoreamento, dejetos e lama na ponta da praia – saída de barcos de pesca (Coroa Grande - VI), com megaempreendimento do Porto Sudeste ao fundo (Ilha da Madeira - VII) .....  | 204 |
| <b>Figura 91</b> - Falta de pavimentação asfáltica, intensa movimentação de caminhões, poeira e barulho constante–subterritórios de Piranema IV (esquerda) e Rio da Guarda (V) (direita).. .....  | 206 |
| <b>Figura 92</b> - Ponta da Praia/partida dos barcos (Ilha da Madeira - VII). Lama, assoreamento e poluição - Píer do Porto Sudeste (ao fundo).....   | 208 |
| <b>Figura 93</b> - Etapas das ações e dimensões do PTDRSS. Atores/ações envolvidas e principais resultados esperados .....  | 213 |
| <b>Figura 94</b> - Atuação Nacional dos NEDETs em março de 2016.....  | 214 |
| <b>Figura 95</b> - Ciclos das dimensões de sustentabilidade e desenvolvimento territorial do PTDRSS .....   | 216 |
| <b>Figura 96</b> - Análise sistêmica do território a partir das dimensões sustentáveis .....  | 217 |
| <b>Figura 97</b> - Equipamento público do CSU – novembro de 2020, vista aérea .....   | 220 |
| <b>Figura 98</b> - Equipamento CSU Frente (acima), quadra CSU reformada (abaixo) – dezembro de 2020 .....   | 221 |
| <b>Figura 99</b> - Fluxograma de execução do Centro de Referência dos Subterritórios Rurais do TIdI e suas propostas dimensionais efetivas.....   | 223 |
| <b>Figura 100</b> - Fluxograma de execução da proposta do Conselho dos Subterritórios Rurais do TIdI .....  | 227 |
| <b>Figura 101</b> - Fluxograma de execução da proposta do Centro de Memória e Formação Continuada do TIdI.....  | 231 |
| <b>Figura 102</b> - Fluxograma de execução da proposta da Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do TIdI.....  | 238 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 103</b> - Fluxograma de execução da proposta do Mercado Popular Tradicional Rural do TIdI .....                                   | 242 |
| <b>Figura 104</b> - Fluxograma de execução cruzada das propostas dimensionais e ações propositivas no TIdI .....                            | 250 |
| <b>Figura 105</b> - Fluxograma da gestão integrada das propostas dimensionais efetivas para o Território Identitário de Itaguaí - TIdI..... | 251 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|             |   |
|-------------|---|
| ABC         | Agência Brasileira de Cooperação                                      |
| ADA         | Área Diretamente Afetada  |
| AF          | Agricultores Familiares   |
| AMACOR      | Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande                      |
| AMCOVERI    | Associação de Maricultores da Costa Verde                             |
| APA         | Área de Proteção Ambiental  |
| APAIM       | Associação de pescadores artesanais da Ilha da Madeira                |
| APL         | Arranjo Produtivo Local   |
| APLIM       | Associação de Moradores e Lavradores da Ilha da Madeira               |
| APPL        | Atores de políticas públicas locais                                   |
| ASBRAER     | Associação Brasileira de Entidades Técnicas e Extensão Rural          |
| ATER        | Assistência Técnica e Extensão Rural                                  |
| BIG         | Baía da Ilha Grande   |
| BNDES       | Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social                  |
| BOPE        | Batalhão de Operações especiais do Rio de Janeiro                     |
| CAR         | Cadastro Ambiental Rural  |
| CEASA       | Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro                  |
| CEDAE       | Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro                |
| CEFET       | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca        |
| CIBIC       | Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde                         |
| CL          | Comunidade Local.   |
| CMDRS       | Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável               |
| CNDRSS      | Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável e solidário |
| CNPCT       | Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais                |
| CNPq        | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico         |
| CODIM       | Companhia de Desenvolvimento Industrial                               |
| COMPERJ     | Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro                               |
| COMLURB     | Companhia Municipal de Limpeza Urbana                                 |
| CONAB       | Companhia Nacional de Abastecimento                                   |
| CONAMA/RJ   | Conselho nacional do Meio Ambiente                                    |
| CONDRAF     | Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável                |
| CONTAG      | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                |
| COOPAFIT    | Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí                     |
| GUERDAU     | Companhia Siderúrgica da Guanabara                                    |
| CPI         | Comissão Parlamentar de Inquérito                                     |
| CRAS        | Centros de Referência de Assistência Social                           |
| CSN         | Companhia Siderúrgica Nacional  |
| CSU         | Centro Social Urbano  |
| CTUR        | Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro       |
| CTR- Ciclos | Centro de Tratamento e Disposição Final de Resíduo de Santa Rosa      |

|            |   |
|------------|---|
| DCNS       | Direction des Constructions et Services   |
| DNPM       | Departamento Nacional de Produção Mineral   |
| DRM/RJ     | Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro   |
| DRP        | Diagnóstico Rápido Participativo  |
| DRPE       | Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador  |
| EBN        | Estaleiro de Bases Navais (EBN)   |
| EMATER-Rio | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Rio de Janeiro            |
| EMBRAPA    | Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária  |
| FAB        | Força Aérea Brasileira  |
| FAETEC     | Fundação de Apoio a Escola Técnica  |
| FAO        | Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação                                    |
| FASER      | Federação Nacional dos Trabalhadores da assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil |
| FEEMA      | Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  |
| FETRAF     | Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil                     |
| FBDS       | Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável  |
| FCP        | Fundação Cultural Palmares  |
| FIPERJ     | Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro   |
| FIOCRUZ    | Fundação Oswaldo Cruz   |
| FLONA      | Floresta Nacional Mário Xavier  |
| FUNAI      | Fundação Nacional do índio  |
| FUNDREM    | Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro                         |
| GAECO      | Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado   |
| IBAMA      | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis                          |
| ICN        | Itaguaí Construções Navais  |
| ICV        | Índice de Condições de Vida   |
| INCRA      | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária   |
| INEA       | Instituto Estadual do Ambiente  |
| INGA       | Companhia Mercantil e Industrial Ingá   |
| INPA       | Instituto Nacional da Pesca Artesanal   |
| INTA       | Instituto Nacional da Tecnologia Agropecuária   |
| ITERJ      | Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro   |
| LPDT       | Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas                       |
| MDA        | Ministério do Desenvolvimento Agrário   |
| MDS        | Ministério de Desenvolvimento Social  |
| MDSA       | Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário  |
| MMX        | Mineração e Metálicos S/A   |
| MP         | Ministério Público  |
| MPF/RJ     | Ministério Público Federal  |
| MPRJ       | Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  |
| MPT        | Ministério Público do Trabalho  |
| MST        | Movimento dos Sem Terra   |

|           |   |
|-----------|---|
| NEDET     | Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial                       |
| NEDET-BIG | Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía Ilha Grande   |
| NUCLEP    | Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.                                     |
| OMS       | Organização Mundial da Saúde  |
| PA        | Pescadores Artesanais   |
| PAA       | Programa Aquisição de Alimentos   |
| PAC       | Programa de aceleração do Crescimento                                   |
| PACS      | Instituto de Políticas Alternativas Para o Cone Sul                     |
| PAIF      | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família                    |
| PCA       | Plano de Controle Ambiental   |
| PEPEDT    | Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial   |
| PESAGRO   | Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – Centro   |
| PFAPR     | Programa de fomento às atividades produtivas rurais                     |
| PFPR      | Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais                     |
| PFZ       | Programa Fome Zero  |
| PHR       | Programa de Habitação Rural   |
| PLPT      | Programa Luz para todos   |
| PNAE      | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                |
| PNDSTR    | Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais           |
| PNDU      | Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas           |
| PNHR      | Programa Nacional de Habitação Rural                                    |
| PNPB      | Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel                        |
| PNSA      | Programa Nacional de Segurança Alimentar                                |
| PPA       | Plano Plurianual de Seropédica  |
| PRAD      | Plano de Recuperação de Área Degradada                                  |
| PROEXT    | Pro-Reitoria de Extensão da UFRRJ                                       |
| PRONAF    | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar             |
| PRONAT    | Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais |
| PROSUB    | Programa de Desenvolvimento de Submarinos                               |
| PTC       | Programa Territórios da Cidadania                                       |
| PTDRSS    | Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário            |
| RIMA      | Relatórios de Impacto Ambiental   |
| SDT       | Secretaria de Desenvolvimento Territorial                               |
| SEA       | Secretaria de Estado do Ambiente  |
| SEAPA     | Secretaria de Estado de Agricultura, pecuária, Pesca e Abastecimento    |
| SEMAMA    | Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócios de Seropédica           |
| SENAI     | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial                             |
| SEPLAN    | Secretária de planejamento da Bahia                                     |
| SLAM      | Sistema de Licenciamento Ambiental                                      |
| TAC       | Termo de Ajustamento de Conduta   |
| TCMRJ     | Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro                       |
| TIdI      | Território Identitário de Itaguaí                                       |
| TKCSA     | Companhia Siderúrgica do Atlântico                                      |
| UERJ      | Universidade do Estado do Rio de Janeiro                                |

|          |  |
|----------|--|
| UFEM     | Unidade de fabricação de estruturas metálicas  |
| UFRRJ    | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro   |
| UNACOOP  | União das Associações e Cooperativas de Pequenos Agricultores Rurais do Estado do Rio de Janeiro |
| USIMINAS | Siderúrgica de Minas Gerais S/A  |
| ZDE      | Zona de Desenvolvimento Especial   |
| ZEI      | Zona Estritamente Industrial   |
| ZEIPHC   | Zona Específica de Interesse Patrimônio Histórico e Cultural                                     |
| ZEN      | Zona Especial de Negócios  |
| ZIA      | Zona de Interesse Ambiental  |
| ZIM      | Zona de Interesse Mineral  |
| ZP       | Zona de parques  |
| ZPP      | Zona de Preservação Permanente   |
| ZRR      | Zona Residencial Rural   |
| ZR-5     | Zona residencial de expansão urbana  |
| ZS       | Zona de Serviços   |



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO GERAL .....</b>  | <b>01</b> |
| <b>2. CAPÍTULO – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....</b>   | <b>06</b> |
| 2.1 O Território Identitário de Itaguaí, Uma Breve Apresentação.....  | 06        |
| 2.2 Consisa Contextualização da Relevância de Estudo .....  | 10        |
| 2.3 Breve Cenário Político Brasileiro Para Territórios Rurais nas Últimas Décadas .....                                       | 11        |
| <b>3. CAPÍTULO - DISCUSSÃO TEÓRICA .....</b>  | <b>19</b> |
| <b>3.1 Referencial Teórico.....</b>   | <b>19</b> |
| 3.1.1 Políticas Públicas.....   | 23        |
| 3.1.2 Território e Território Rural .....   | 25        |
| 3.1.3 Desterritorialização e Conceito de Não Lugar .....  | 26        |
| 3.1.4 Local e Localismos.....   | 28        |
| 3.1.5 Desenvolvimento Territorial Local e Desenvolvimento Rural .....   | 28        |
| 3.1.6 Desenvolvimento Endógeno.....   | 30        |
| 3.1.7 Gestão Social .....   | 32        |
| 3.1.8 Controle Social .....   | 34        |
| 3.1.9 Cidadania Deliberativa .....  | 35        |
| 3.1.10 Razão Instrumental e Razão Comunicativa.....   | 38        |
| 3.1.11 Reterritorialização Dialógica.....   | 40        |
| 3.1.12 Relações entre Território, Buen Vivir e Agir Comunicativo Habermasiano .....   | 41        |
| <b>4. CAPÍTULO - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>  | <b>44</b> |
| <b>4.1 Caracterização da Pesquisa .....</b>   | <b>44</b> |
| <b>4.2 Pesquisa Bibliográfica, Observação Participante e Entrevista Semiestruturada .....</b>                                 | <b>46</b> |
| 4.2.1 Modelo do Formulário de Perguntas Utilizado na 3º Fase.....   | 53        |
| <b>4.3 Análises, Tratamento dos Dados e Resultados.....</b>   | <b>56</b> |
| <b>4.4 Delimitações de Pesquisa .....</b>   | <b>60</b> |
| <b>4.5 Tabela de Objetivos, Métodos e Técnicas, Categorias e Resultados Esperados.....</b>                                    | <b>63</b> |
| <b>5. CAPÍTULO I – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E MUDANÇAS<br/>ESTRUTURAIS NO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ .....</b> | <b>67</b> |
| <b>5.1 Dos Povoados aos Megaempreendimentos .....</b>   | <b>67</b> |
| 5.1.1 Aldeias, Vilas e Municípios, Século XVIII até a Década de 50 do Século XX.....  | 67        |

|   |            |
|---|------------|
| 5.1.2 50 Anos que Mudaram os Rumos (1960-2010).....   | 72         |
| 5.1.3 Os Megaempreendimentos e Mudanças Estruturais no Território (2011-2020) .....   | 77         |
| <b>5.2 Panorama Sobre o Atual Território Identitário de Itaguaí – TIdI.....</b>   | <b>85</b>  |
| <b>6 CAPÍTULO II - COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUBTERRITÓRIOS RURAIS DO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ - TIdI .....</b>                           | <b>90</b>  |
| <b>6.1 Marcos Constituídos e Marcos Legais .....</b>  | <b>90</b>  |
| <b>6.2 Os Subterritórios Rurais e o Território em Números .....</b>   | <b>92</b>  |
| <b>6.3 Aspectos Simbólicos, Histórico-Culturais e Socioeconômicos do TIdI.....</b>  | <b>101</b> |
| 6.3.1 Subterritório I (Mazomba).....  | 101        |
| 6.3.2 Subterritório II (Raiz da Serra (Serra do Matoso) .....   | 107        |
| 6.3.2.1 Tragédia de 1967 .....  | 112        |
| 6.3.3 Subterritório III (Agrovila Chaperó) .....  | 113        |
| 6.3.4 Subterritório IV (Piranema).....  | 117        |
| 6.3.5 Subterritório V (Rio da Guarda).....  | 123        |
| 6.3.6 Subterritório VI (Coroa Grande) .....   | 128        |
| 6.3.7 Subterritório VII (Ilha da Madeira) .....   | 134        |
| <b>6.4 Similaridades e Particularidades dos Subterritórios do TIdI .....</b>  | <b>142</b> |
| <b>7. CAPÍTULO III - PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ – TIdI.....</b>   | <b>147</b> |
| <b>7.1 Complexo Industrial de Santa Cruz: Gentrificação, Poluição dos Rios e Chuva de Prata.....</b>  | <b>148</b> |
| <b>7.2 Complexo Portuário de Itaguaí. Poluição Ambiental, Desterritorialização da Comunidade Local e Zonas de Exclusão de Pesca.....</b>            | <b>156</b> |
| <b>7.3 CTR Ciclus e Minerada Santa Luzia: Contaminação do Solo, da Água e Eminente Risco para o Aquífero Piranema e Patrimónios Históricos.....</b> | <b>168</b> |
| 7.3.1 CTR Ciclus .....  | 168        |
| 7.3.2 Mineradora Santa Luzia .....  | 174        |
| <b>7.4 Distrito Areiro de Seropédica: Paisagem Desértica, Infertilidade do Solo e Acidificação da Água.....</b>                                     | <b>177</b> |
| <b>7.5 Análise e Níveis de Impactos no TIdI.....</b>  | <b>182</b> |
| 7.5.1 Resultados e Análises das Entrevistas Semiestruturadas.....   | 185        |
| 7.5.2 Matriz Analítica dos Impactos do TIdI.....  | 196        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>8. CAPÍTULO IV - PROPOSTAS DE AMORTIZAÇÃO DOS IMPACTOS NO TID A PARTIR DAS DIMENSÕES DO PTDRSS.....</b> | <b>210</b> |
| <b>8.1 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário PTDRSS.....</b>                | <b>211</b> |
| 8.1.1 O PTDRSS, Suas Etapas e Ciclos Dimensionais.....   | 215        |
| <b>8.2 Ações Propositivas Para o Território Identitário de Itaguaí.....</b>                                | <b>218</b> |
| 8.2.1 Equipamento Público de Referência Para as Comunidades Tradicionais Rurais do Território.....         | 218        |
| 8.2.2 Propostas Dimensionais Efetivas.....   | 256        |
| <b>8.2.2.1 Dimensão Político Institucional.....</b>  | <b>244</b> |
| <b>8.2.2.2 Dimensão Sociocultural e Educacional.....</b>   | <b>229</b> |
| <b>8.2.2.3 Dimensão Ambiental .....</b>  | <b>235</b> |
| 8.2.2.4 Dimensão Socioeconômica .....  | 241        |
| <b>8.3 Encadeamentos Entre as Propostas Dimensionais Efetivas.....</b>                                     | <b>249</b> |
| <b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>253</b> |
| <b>10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>266</b> |
| <b>11 - APENDICE .....</b>   | <b>302</b> |
| <b>12 - ANEXOS.....</b>  | <b>306</b> |

## 1. INTRODUÇÃO GERAL

Território<sup>1</sup>: eis uma questão que se apresenta de forma polissêmica e com múltiplos cenários, não somente os geográficos, mas também sociológicos, econômicos, políticos, antropológicos e ambientais (HAESBAERT, 2012); categorias tangíveis e intangíveis que, somadas, apresentam habilidade de promover mudanças em um cenário de disputas humanas.

No que se refere, em específico, aos territórios rurais brasileiros, esses espaços historicamente foram e são responsáveis pela formação de parte significativa da identidade cultural brasileira (PERICO, 2009). Além da significativa importância na formação de uma identidade nacional, os territórios rurais no Brasil também são fundamentais para a sustentação dos centros urbanos. A agricultura familiar, por exemplo, é responsável pela manutenção de bases econômicas dos municípios com até 20 mil habitantes, contando com aproximadamente, 15 milhões de pessoas que se ocupam de atividades agropecuárias em 350 milhões de hectares, o que gera 70% da alimentação básica e quase 35% do Produto Interno Bruto brasileiro (IBGE, 2017). Enquanto, pescadores artesanais são atualmente responsáveis por 60% da pesca nacional, produzindo 22.560 toneladas de pescado/ano, tendo a competência direta pela garantia a segurança alimentar nacional e caminhos que possam conduzir a erradicação da fome. (ABP, 2020).

Além dos aspectos socioeconômicos os territórios rurais brasileiros, também apresentam historicamente um processo de identidade<sup>2</sup>, particularmente presente nesta tese, em que se considera o indivíduo como consequência de seu produto social (BECKER, 1986). Resultando em um sentido existencial único, prática fértil para a construção de uma cultura particular daquela determinada sociedade em um determinado período de tempo.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções [...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 122, 145 e 171).

Partindo dessa premissa, compreende-se que os conceitos de identidade e cultura<sup>3</sup> são construções indissociáveis, de maneira que os traços característicos que identificam o indivíduo e o coletivo são oriundos da concretização e da valorização da atividade humana. Nesse âmbito, as dimensões simbólicas caminham concomitantemente com a própria existência do homem no território, resultado de uma dinâmica social na qual o hábito só se aplica em um campo que sustente sua existência. (BOURDIEU, 2002).

As edificações das identidades humanas também compõem vida ao território a partir de suas propriedades geográficas, históricas, religiosas, ambientais, biológicas, bases produtivas e de poder, características conectadas e que dão significação à formação das sociedades, seus projetos culturais, estruturas e estratos sociais, além da relação dessas sociedades com o tempo e o espaço (CASTELLS, 2002). Nesse sentido, é válido corroborar que território e identidade são conceitos que se sustentam (constroem e se reconstroem) de forma concomitante, conforme as demandas humanas e do ambiente.

---

<sup>1</sup> Para melhor compreensão deste termo, vide capítulo 3 desta tese

<sup>2</sup> Para melhor compreensão deste termo, vide capítulo 3 desta tese

<sup>3</sup> Para melhor compreensão deste termo, vide capítulo 3 desta tese

Especificamente, esta pesquisa analisa o Território Identitário de Itaguaí- TIdI<sup>4</sup>, região com áreas tipicamente rurais, localizada na Zona Metropolitana/Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro – Brasil, tendo como premissa a perspectiva dos agricultores familiares e pescadores artesanais locais, buscando compreender se ocorre (e como ocorrem) processos de desterritorialização<sup>5</sup> em seus espaços originários, e como estas presumidas alterações exógenas ao espaço, impactuam (de múltiplas formas) estes coletivos tradicionais. Logo, os objetivos desta tese se estabelecem da seguinte forma:

O **objetivo geral** desta tese consiste em investigar, a partir da perspectiva dos atores locais que atuam nos subterritórios rurais do Território Identitário de Itaguaí - TIdI, se/e como encadeamentos de mudanças estruturais exógenas resultaram em um processo de desterritorialização do local. Tendo os **objetivos específicos**, estabelecidos da seguinte maneira:

a) Estabelecer o TIdI enquanto espaços de construções indenitárias, socioeconômicas e histórico-culturais únicas das comunidades tradicionais locais que habitam esses espaços;

b) Identificar e apresentar as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares existentes nos subterritórios rurais do TIdI. Apurando se ocorreu e/ou ocorrem, ações participativas e dialógicas que atuem de maneira efetiva no território.

c) Analisar (se é como) as transformações exógenas ao local conduziram o território a processos de desterritorialização, afetando consideravelmente o continuísmo sócio-histórico e socioeconômico das comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais e agricultores familiares do TIdI;

d) Indicar (de maneira propositiva) alternativas sustentáveis e solidárias (novas ou em curso), que possam, a partir do interesse e participação da sociedade civil local, promover ações com a finalidade de mitigar e/ou amortizar os processos de desterritorialização em curso no território.

Com relação ao problema desta tese, ela se processa pelas ocorrências de uma cadeia de transformações exógenas, com perfil predatório e prioritariamente mercadológico, intensificado principalmente nas duas últimas décadas e que gera uma série de impactos socioeconômicos e histórico-culturais ao território. O resultado dessa cadeia de transformações (como problema) é um agudo processo de desterritorialização local que afeta, em múltiplas dimensões e de forma distinta, os subterritórios do TIdI<sup>6</sup>.

Esse problema (acima citado) tem por consequência algumas questões centrais, dentre as quais se destaca: a) as transformações abruptas do espaço, incentivadas pela injeção financeira de um cabedal público-privado, focado estritamente em empreendimentos e megaempreendimentos que conduzem a sociedade civil local (as comunidades tradicionais locais) à margem dos processos decisórios (MACEDO, 2014), resultando em um desequilíbrio de poderes que favorece a fragmentação social, o desequilíbrio de direitos e a geração de um paulatino abandono das tradicionalidades diante das pressões dos novos poderes econômicos vigentes no território; b) a ausência/carência de políticas públicas efetivas, direcionadas para as comunidades tradicionais locais e associadas às gestões municipais despreparadas, podem resultar em uma ineficiência do ente público para o campo e mar no local, c) a instalação quase simultânea de megaempreendimentos industriais e portuários, áreas de exploração mineral e aterro sanitário em um mesmo território, comprometem diretamente as ruralidades e as economias originárias das comunidades tradicionais do território; d) em decorrência de tais

---

<sup>4</sup> Definição na sequência.

<sup>5</sup> Para compreensão deste termo, vide capítulo 3 desta tese.

<sup>6</sup> As múltiplas dimensões da desterritorialização, tem como suas principais vertentes a transformação das dimensões econômica, política e simbólica e cultural (HAESBAERT, 2012).

mudanças estruturais, ocorreram e/ou ocorrem múltiplos processos de fragmentação do local, principalmente nos aspectos socioeconômicos, bióticos e histórico-culturais do território.

A partir do problema acima apresentado, esta tese tem como principais suposições: a) o TIdI vem sofrendo duros processos exploratórios exógenos e, comumente, estão relacionados à injeção de capital nacional e internacional, resultando na implementação e ampliação de empreendimentos e megaempreendimentos em um território ambientalmente sensível, desrespeitando, por vezes, as normativas legais vigentes; b) deduz-se que as transformações do espaço estão conduzindo a uma substituição forçada da identidade sociocultural e econômica natural das comunidades tradicionais locais, em particular por meio de uma prática de ação instrumental (HABERMAS, 2012a) que resulta em uma fragmentação e desarticulação de seus arranjos produtivos locais, gerando dificuldades no contínuo das atividades socioeconômicas de origem familiar; c) ocorreram e/ou ocorrem, de forma incipiente, políticas públicas e sociais participativas e dialógicas no TIdI que conduziram a falhas estruturais no processo participativo e que derivam de uma situação onde “o poder econômico [...] dita à agenda de desenvolvimento e as prioridades dos municípios, diminuindo ainda mais as possibilidades da gestão social” (CANÇADO; COSTA; VILLELA, 2014, p. 211); essas falhas culminam com o alijamento das condições de vida e trabalho das comunidades tradicionais rurais do território; d) o somatório de práticas desreguladas no território propiciou uma série de impactos socioambientais<sup>7</sup> e danos ao bioma local<sup>8</sup>, interferindo significativamente nas atividades culturais e socioeconômicas das comunidades tradicionais do TIdI; tais ações forçam os atores dos subterritórios rurais a migrarem para outras frentes de trabalho (principalmente para os empreendimentos e megaempreendimentos instalados na região), tendo, por vezes, que aceitar subempregos ou atividades informais como mecanismo de sobrevivência; e) a promoção de políticas públicas e sociais que atuam de forma horizontalizada a partir da participação direta da sociedade civil local pode, em médio/longo prazo, gerar indicativos de uma reterritorialização (uma medida destinada ao resgate das territorialidades e ruralidades das comunidades tradicionais do território).

Supõe-se também que, se não forem desenvolvidas e aplicadas (com urgência) ações conjuntas e efetivas entre a sociedade civil e o Estado, o TIdI poderá se transformar (em curto/médio prazo), de maneira irreversível, em um “não lugar” (AUGÉ, 2012), sem identidade, territorialidade (HAESBAERT, 2012) e ruralidade (GIDDENS, 1991), transformando a região em numa zona de sacrifício (ASCERALD, 2011) e refém irrestrito do capital. O TIdI perderá, por completo, suas características indenitárias, socioeconômicas, sócio-humanas e de pertencimento, principalmente no que tange às práticas das comunidades tradicionais locais.

Esta tese se justifica por estabelecer o Território Identitário de Itaguaí – TIdI, (delineação original deste trabalho) enquanto espaço formado por territorialidades e similitudes espaciais, ambientais, históricas, econômicas, políticas e sociais de um mesmo lugar, acrescido das particularidades que compõem seus subterritórios rurais e suas comunidades tradicionais. O TIdI identifica uma nova representação dentro do cenário mais amplo que é o mapa da Baía da Ilha Grande.

A pesquisa também se fundamenta por buscar compreender (a partir das perspectivas dos atores locais e dentro de suas localidades rurais, tradicionais) as transformações dos subterritórios rurais, de forma que possa exprimir a importância desses espaços, salvaguardar a história local e evitar a descaracterização indenitária e cultural das comunidades.

---

<sup>7</sup> Alteração causada no meio ambiente devido à ação humana.

<sup>8</sup> Processo de desflorestamento de parte da Mata Atlântica local, redução da floresta ombrófila densa e contração da fauna local. Poluição, degradação, assoreamento da baía local (Baía de Sepetiba), perda das atividades da vida marinha e poluição do ar, entre outros (PACS, 2016).

Também se justifica por indicar na figura da sociedade civil das localidades rurais, enquanto agente promotor de sua própria realidade, o incentivo de valorizar as medidas voltadas ao desenvolvimento sustentável e solidário do território, de modo que possa “atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (BRUNDTLAND, 1987). Essa sugestão tem no exercício da gestão e controle social fator preponderante para as boas práticas das políticas públicas e sociais.

Ao proporcionar à sociedade dados científicos sobre os critérios e níveis de múltiplos impactos no atual cenário do TIdI, busca-se oferecer subsídios técnicos não somente ao meio acadêmico, mas também à sociedade, enquanto instrumento de cobrança junta a órgãos competentes com relação às omissões por parte do Estado, bem como às factíveis violações socioambientais que os empreendimentos e megaempreendimentos venham a executar no território.

Por fim, esta pesquisa tem por fundamento colocar as categorias de agricultores familiares e pescadores artesanais como integrantes centrais do processo, proporcionando poder de voz a grupos de valor único ao território. Coletivos que são cotidianamente colocados à margem dos processos decisórios e, por esse motivo, busca-se abranger seus sentimentos e visões de mundo, bem como conhecer seu cotidiano e suas estruturas sociais (FREIRE, 2007), onde o diálogo dá o tom da alteridade que, por fim, conduz o pesquisador a se colocar no lugar do outro (CAMPOS, 2002).

É possível construir uma linha narrativa que interliga os capítulos desta tese, onde o segundo apresenta, de formas gerais, o território em que ocorreu a pesquisa desta tese, trata-se sobre a relevância deste estudo não somente para a composição do universo acadêmico, como para a própria aplicabilidade de suas propostas e apontamentos que possam gerar melhoras no cotidiano local e de seus moradores

O terceiro capítulo trata sobre a discussão teórica, apresentando alguns dos principais marcos teóricos utilizados, conceitos e autores empregados ao longo desta pesquisa. A apreciação destas referências tem como algumas de suas principais funções construir uma convergência de ideias, que poderão contribuir para a análise dos dados observados, além de introduzir um ponto de partida conceitual desta tese.

O quarto capítulo apresenta a estrutura metodológica, que sustenta este trabalho, principalmente no que se refere à construção da pesquisa, enquanto artifício de investigação no território, baseados no método etnográfico e na metodologia qualitativa de triangulação de dados (YIN, 2001). Este capítulo busca apresentar os instrumentos e as formas utilizadas para coleta e análise dos dados, principalmente, no que se refere às suposições de desfragmentações espaciais no território, questionando (inclusive), se ocorreram e/ou ocorrem práticas locais de gestão e controle social, bem como de políticas públicas para o TIdI.

O capítulo cinco expõe um breve recorte histórico da formação sociocultural do TIdI, subdividindo-se em três períodos distintos, sendo o primeiro entre o século XVIII e a primeira metade do século XX, o segundo entre as décadas de 60 até o ano de 2010 e a terceira a partir de 2011 até os dias atuais. Este segmento também se destaca por proporcionar uma análise ampla sobre algumas das principais mudanças socioespaciais imputadas ao território, apresentando dados que afetam direta e indiretamente o universo dos agricultores familiares e pescadores artesanais locais.

O sexto capítulo, apresenta especificamente cada um dos sete subterritórios rurais do TIdI, situando a ocupação do espaço a partir dos planos diretores locais, e principalmente abordando sobre as territorialidades, ruralidades, relações socioeconômicas e totens singulares

de formação das comunidades tradicionais locais, bem como preocupa-se em discorrer sobre o cotidiano de agricultores familiares, pescadores artesanais em seus espaços originários.

O capítulo sete analisa, quatro grandes complexos (industriais, portuários e extrativistas) existentes no território, investigando se (e como) estes empreendimentos e megaempreendimentos impactam no cotidiano de agricultores familiares e pescadores artesanais, observando como múltiplas formas de pressão estritamente mercadológicas tornaram-se determinantes para uma perda paulatina do sentido de existência, afetando significativamente as comunidades tradicionais rurais locais, chegando ao limite da transformação do território em um não lugar (AUGÉ, 2012) e na obliteração de seu espaço-tempo (CASTELLS, 1996).

O oitavo capítulo sugere ações que possam auxiliar na construção de caminhos a serem aplicados (a partir do interesse da população local) enquanto ponto de partida para a promoção de alternativas mitigadoras, com perfis sustentáveis e solidários, aplicáveis a partir da ação de instâncias de gestão e controle social dentro do território.

Enquanto o capítulo nove é destinado às considerações finais desta pesquisa, onde o autor exprime sua visão sobre o transcorrer de todo o trabalho, bem como busca responder os objetivos, problema, suposições estabelecidas inicialmente. O capítulo decimo apresenta as referências bibliográficas utilizadas, enquanto as seções, décima primeira e a décima segunda exibem respectivamente os apêndices e anexos que envolveram a construção desta tese.



## 2. CAPÍTULO - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo tem como função específica, apresentar o Território Identitário de Itaguaí – TIdI, espaço delimitado onde ocorreu as pesquisas desta tese, traçando uma contextualização breve sobre o local, seu entorno e caracterização espacial do ambiente demarcado. Este capítulo, também busca abrir o debate com relação a relevância no que se refere a compreender os processos que levaram as mudanças estruturais no TIdI, e como tais mudanças tornaram-se instrumentos para a alteração socioeconômica e morfológica do próprio território.

Por fim este mote da tese, constrói um breve panorama com relação ao cenário político brasileiro nas duas últimas décadas e como tais ações impactaram e continuam impactando a promoção de políticas públicas para territórios rurais no país, de maneira que reverbera diretaente não somente no território desta pesquisa como também impactua no do dia a dia das comunidades tradicionais que históricamente habitam a região.

### 2.1 O Território Identitário de Itaguaí – TIdI, Uma Breve Apresentação.

O Território Identitário de Itaguaí – TIdI, delimitação espacial dessa pesquisa, engloba os limites geográficos do município de Itaguaí-RJ, bem como uma breve extensão ao sudoeste-sul, ampliando-se a sudeste no município de Seropédica, uma mínima faixa a noroeste no município de Pirai, e um restrito trecho a leste do município de Mangaratiba. Esses municípios, mesmo dependentes administrativamente, apresentam interdependências entre si.

O território está localizado geograficamente no macroterritório da Baía da Ilha Grande (BIG), região da Costa Verde - Rio de Janeiro<sup>9</sup>, tendo uma densidade demográfica de 395.45 hab./km<sup>2</sup>, com uma faixa etária predominantemente jovem, destacando-se as idades entre 10-14 anos, 25-29 anos e 30-34 anos<sup>10</sup> (IBGE<sup>11</sup>, 2010). O TIdI subdivide-se em um total de sete subterritórios rurais (multiespaços)<sup>12</sup>, estabelecidos da seguinte forma:

- (i) Mazomba (Mazombinha), Águas Linda Santa Cândida e Teixeira;
- (ii) Santa Sofia, Ibutuporanga, Raiz da Serra (Serra do Matoso);
- (iii) Chaperó (Glebas A, B e C), Parque Primavera;
- (iv) Piranema, Ipanema, Parque Jacimar;
- (v) Santana (Rio da Guarda), 26 de dezembro;
- (vi) Coroa Grande, Vila Geny;
- (vii) Brisamar, Ilha da Madeira.

Os subterritórios no TIdI apresentam nomes não oficiais, que são comumente utilizados por seus moradores e conhecidos da seguinte forma: (I) Mazomba; (II) Raiz da Serra (ou Serra do Matoso); (III) Chaperó (ou Agrovila Chaperó); (IV) Piranema; (V) Rio da Guarda; (VI) Coroa Grande; (VII) Ilha da Madeira, nomenclatura que utilizaremos nesta tese.

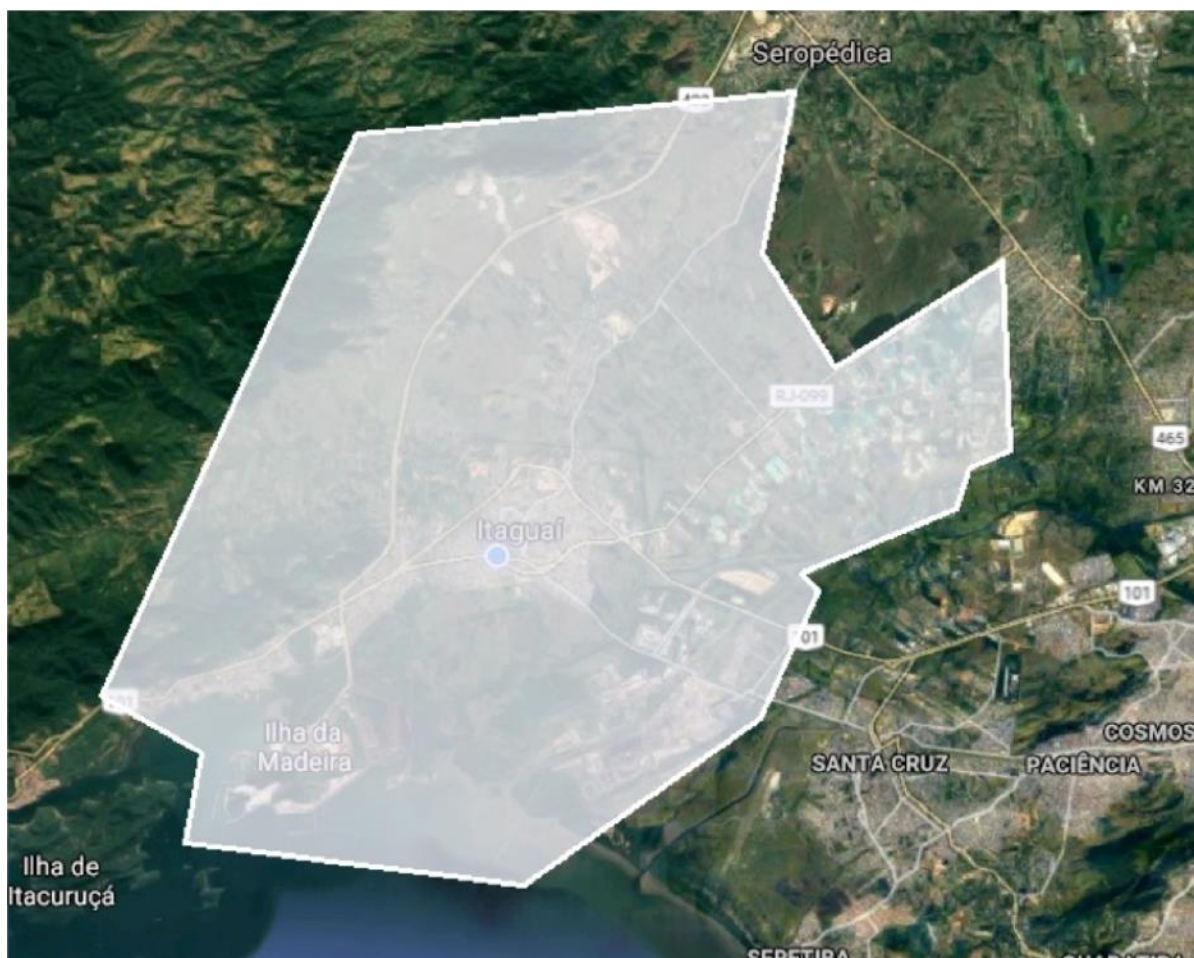
---

<sup>9</sup> Cabe a ressalva de que os dados estatísticos utilizados nesta pesquisa, principalmente os disponibilizados pelo IBGE, terão o município de Itaguaí como principal medida, visto que são as bases de informações disponíveis em uma escala macro, ainda que a delimitação territorial desta pesquisa (Território Identitário de Itaguaí) agregue localidades limítrofes que circundam o município.

<sup>10</sup> Base de dados, município de Itaguaí.

<sup>11</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

<sup>12</sup> Para informações completas, vide capítulo 6 desta tese.



**Figura 1** - Território Identitário de Itaguaí – TIdI (localizado entre os municípios de Seropédica, Piraí, Mangaratiba e Bairro de Santa Cruz - RJ) – Escala aproximada 5km.  
**Fonte:** Própria a partir de escaladas indicadas no GoogleMaps (2019)

A delimitação do TIdI tem como premissa a identidade territorial, não delimitada por característica físico-geográfica (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), mas estabelecida a partir de múltiplas escalas, e em constante movimento, que comungam de múltiplos interesses similares. Nessa perspectiva, os indicativos utilizados respeitam a regionalização do espaço enquanto elo central e amplo, e apresentam seu entendimento como algo vivo e em constante processo de transformação, sendo tessituras móveis, conforme as diretrizes humanas, sociais e as escalas de poder existentes, podendo surgir de forma natural ou imposta pelo homem. (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2016).

O território, [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. [...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse motivo traz embutida ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2012, p. 78-79).

Logo, compreender o TIdI é analisá-lo para além dos conceitos lineares, jurídicos e fronteiriços impostos estrategicamente no campo da política e da geografia. O território, nesse

sentido, aproxima-se das análises zonais à medida que o conceito se debruça sobre a territorialidade<sup>13</sup> e a “valoração simbólica de um grupo em relação a um espaço vivido” (HAESBAERT, 2012, p. 40), enquanto dimensão espacial determinada, “fonte de recursos [...] no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial” (*Ibid.*, p. 40).

Atualmente o território, apresenta em sua extensão 5 comunidades de agricultores familiares e 3 de pescadores artesanais, subdivididos entre os 7 subterritórios rurais do TIdI<sup>14</sup>. Coletivos que desenvolvem suas práticas a partir de dinâmicas socioeconômicas e culturais particulares, efetivadas na predisposição do bioma local, onde comumente se observa a utilização de técnicas de produção e negociação únicas do local. Nessa perspectiva, a família e as relações consanguíneas são consideradas uma unidade complexa de conformidades sociais e de produção, o que amplia ainda mais o enfoque sobre parentesco e trabalho. (BONNAL; MALUF, 2007).

Cabe destaque para a localização estratégica (geográfica e econômica) do território, inserido na megalópole brasileira e entre os dois principais centros financeiros do país (Rio de Janeiro – aproximadamente 74 km; e São Paulo – aproximadamente 398 km), motivo pelo qual algumas das principais malhas rodoviárias do país dispõem o TIdI, onde destacam-se as rodovias federais Rodovia Rio-Santos –Trecho-(BR-101), Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek (BR-040), Rodovia Luiz Henrique Rezende Novaes (BR- 465), e as estaduais Rodovia Prefeito Abeilard Goulart de Souza(RJ-099) e Avenida Abílio Augusto Távora (RJ-105).

No território há ainda uma malha ferroviária concessionada (malha centro-leste, ferrovia centro-atlântico e conexões com Ferrovia Paulista S/A), que interliga o TIdI principalmente aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Distrito Federal e ao próprio estado fluminense. O TIdI conta também com uma predisposição costeira, devido à sua localização dentro da alça de acesso à Baía de Sepetiba, protegida pela restinga da Marambaia, o que favorece a atracação de grandes navios cargueiros e a exportação de *commodities* (principalmente minério de ferro e graneis sólidos) e bens de capital agregado (lingotes de ferro e afins), principalmente para a Europa e Ásia.

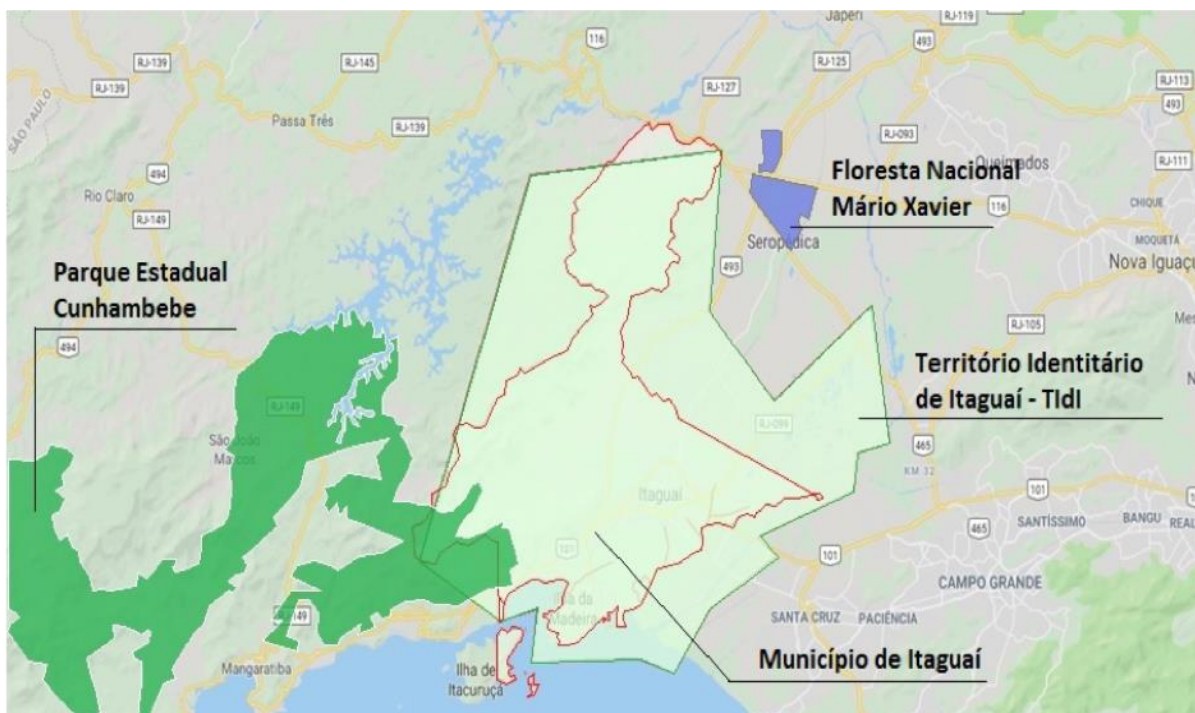
O parque estadual do Cunhambebe e a Floresta Nacional Mário Xavier compõem o entorno do TIdI. O parque do Cunhambebe, como é popularmente conhecido, é uma unidade de conservação ambiental que pertence ao estado do Rio de Janeiro, criada pelo decreto estadual nº 41.358, de 13 de junho de 2008. O parque perpassa os municípios de Angra dos Reis, Rio Claro, Mangaratiba e Itaguaí, perfazendo um total de mais de 28 mil hectares, localização onde se encontra a cabeceira de Ribeirão da Lages, fonte de água para o Rio Guandu. Esta, por sua vez, abastece toda a zona oeste do Rio de Janeiro, municípios vizinhos e boa parte das zonas norte, sul e baixada fluminense.

Existem atualmente no parque estadual do Cunhambebe mais de 250 espécies de animais catalogados em sua fauna. É uma rota turística natural e destaca-se por sua quantidade de trilhas, rios, cachoeiras, quedas d’água e parques de ruínas arqueológicas, que integra o corredor ecológico regional junto com o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Reserva Biológica Federal do Tinguá

---

<sup>13</sup> Territorialidades são as pluriescalaridades e multiescalaridades desenvolvidas simbolicamente pelos atores que habitam, constroem e reconstróem um território enquanto espaço de composição de seus simbolismo e sensações de pertencimento, enquanto representações do próprio território. (FERNANDES, 2009).

<sup>14</sup> Para melhor compreensão com relação às comunidades tradicionais do TIdI e os subterritórios rurais, vide capítulo 6 desta tese.



**Figura 2** – Terrítório Identitário de Itaguaí em sobreposição ao município de Itaguaí e sua proximidade com Parque Estadual Cunhambebe e Flona Nacional Mário Xavier  
**Fonte:** elaborado pelo autor.

Já a Floresta Nacional Mário Xavier - FLONA situa-se dentro do município de Seropédica - RJ, fazendo parte da bacia sedimentar de Sepetiba e da bacia hidrográfica do Rio Guandu, tendo 16% de sua mata nativa preservada (Floresta Ombrófila densa) e 84% de floresta construída. A FLONA foi criada pelo Decreto nº 93.369, de 08 de outubro de 1986, e possui uma área total de 495,99 hectares, tornando-se área protegida principalmente pela necessidade de conservação da mata atlântica (bioma nativa da região). A floresta é atualmente cercada pelos bairros urbanizados de Boa Esperança, Fazenda Caxias e cortada pelas rodovias Raphael Almeida Magalhaes (Arco Metropolitano) e Presidente Dutra.

Além das unidades acima mencionadas, cabe destaque o parque municipal natural do Curió<sup>15</sup> (Paracambi-RJ), que, conjuntamente com os demais parques e reservas da região, integra o corredor de diversidades Tinguá-Bocaina. Esse corredor impacta diretamente na fauna e flora do TIdI e possui uma série de mananciais e nascentes que desembocam na Baía de Sepetiba, dentro do TIdI.

Cabe brevemente destacar<sup>16</sup> que o TIdI vem, ao longo (principalmente) das duas últimas décadas, recebendo os maiores aportes de capital público e privado do país (BUENO, 2009), com destaque para a implementação e/ou ampliação de megaempreendimentos, como: a) Siderúrgica Techint/Ternium Brasil; b) Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; c) Porto Sudeste S/A; d) Estaleiro PROSUB/NUCLEP, além de mais de uma dúzia de outros empreendimentos de grande porte, somada a uma série de empresas satélites prestadoras de serviço. Esses empreendimentos movimentaram somente no ano de 2018 um montante de mais de 37 bilhões de reais e viabilizaram mais de 70 mil empregos diretos e indiretos (IKEDA, 2017

<sup>15</sup> O parque municipal natural do Curió, está localizado no município de Paracambi, estado do Rio de Janeiro, inaugurado em 2009, conta com 913 hectares conservados.

<sup>16</sup> Para maiores informações, vide os capítulos 5 e 7 desta tese.

– dados atualizados pelo autor em 2018), questões que suscitam o problema e as suposições apresentadas a seguir.

## **2.2 Concisa Contextualização da Relevância de Estudo**

Esta tese tem como relevância compreender o modo como ocorreram/ocorrem as mudanças estruturais do TIdI, as quais alteraram significativamente as comunidades até então tipicamente rurais<sup>17</sup> em um ambiente prioritariamente de exploração do espaço, apresentando de maneira discriminada a relação direta entre os quatro complexos de megaempreendimentos existentes no território (1. Complexo industrial de Santa Cruz, 2. Complexo Portuário de Itaguaí, 3. Complexo de extração mineral de Piranema, 4. Agrupamento da pedreira de Santa Luzia S/A e Centro de Tratamento de Resíduos - CICLUS<sup>18</sup>) e os impactos que esses empreendimentos causam nos subterritórios rurais e seu entorno.

Apresentam-se resultados inéditos sobre essas mudanças abruptas e exógenas de que forma as suas ações influenciam as perspectivas político-sociais, socioculturais, ambientais e socioeconômicas das localidades onde essas empresas foram instaladas. Nesse sentido, esta pesquisa se mostra relevante por oferecer um levantamento técnico-científico dos principais pontos de estrangulamento existentes atualmente no território e por identificar de que forma tais mudanças exógenas afetam/afetaram o cotidiano e as práticas tradicionais das comunidades locais de pescadores artesanais e agricultores familiares.

Ademais, coloca-se que este estudo é uma alternativa no debate sobre a importância de comunidades tradicionais rurais (agricultores rurais e pescadores artesanais) como mecanismo de resistência frente aos eminentes processos de desterritorialização, a partir de práticas autogestoras de desenvolvimento endógeno e participação efetiva em instâncias de gestão e controle social.

Concepções agroecológicas sustentáveis também fazem presente deste debate, já que são consideradas práticas de singular importância nas localidades rurais, reprodução socioeconômica das famílias envolvidas e posicionamento ideológico. A importância deste estudo também perpassa pela ampliação do debate científico nos campos da gestão e controle social, enquanto instrumentos transformadores da sociedade civil e da dinâmica da própria localidade, culminando com uma construção dialógica (HABERMAS, 2000) e de tomada de decisão coletiva. A participação das comunidades locais na fiscalização das ações públicas é uma forma singular de inspecionar os empreendimentos privados e de reforçar a busca por uma emancipação e paridade decisória entre a sociedade civil, Estado e mercado (TENÓRIO, 2013).

Por fim, este estudo indica alternativas oriundas da própria sociedade civil local enquanto mecanismos mitigadores dos processos de desterritorialização, a fim de evitar esgotamento socioambiental e socioeconômico dos subterritórios rurais, bem como promover perspectivas de valorização das identidades socioculturais, paisagens naturais e economias originárias do território.

São propostas que incluem a emancipação decisória de comunidades tradicionais rurais locais (agricultores familiares e pescadores artesanais) a partir da valorização de suas tradições, conservação de suas economias originárias e permanência em seus espaços naturais, seja por meio da aplicação efetiva de políticas públicas e sociais, ou pela via das atividades autogestoras e dialógicas, oriundas da própria sociedade civil.

---

<sup>17</sup> Vide capítulo 5 desta tese.

<sup>18</sup> Vide capítulo 7 desta tese.

### 2.3 Breve Cenário Político Brasileiro Para territórios Rurais nas Últimas Décadas

O Território Identitário de Itaguaí – TIdI, como já mencionado, encontra-se localizado no macroterritório da Baía da Ilha Grande (BIG), região da Costa Verde - Rio de Janeiro – Brasil. Isto posto, é necessária uma breve contextualização do momento em que esta tese foi desenvolvida, principalmente no que se refere aos períodos entre os anos de 2017 à 2020<sup>19</sup>, tanto em nível nacional, quanto em escala local.

Em nível nacional, o que se observa é um acentuado processo de desmonte de políticas públicas e sociais (COSTA; VIANNA, 2020), em específico para territórios e comunidades rurais brasileiras. Logo se faz necessário compreender o papel das políticas públicas e sociais para os territórios rurais<sup>20</sup> enquanto mecanismos de promoção (se bem aplicadas) de ações e estratégias multifuncionais para o desenvolvimento do campo. As políticas públicas devem proporcionar alternativas aos sistemas mercadológicos vigentes e fazer frente à perversa dualidade dos encadeamentos agroalimentares e agroindustriais (PERICO, 2009), tornando-se causa e efeito, e promovendo a redução da pobreza nos territórios rurais brasileiros.

Portanto, compreende-se a necessidade de uma breve apresentação do cenário rural brasileiro tanto em escala local como nacional, essas reflexões ocorrem enquanto “recorte temporal, já que a história tende a ser uma amálgama contínua de episódios plurais, dinâmicos, contraditórios e não lineares” (COSTA; VIANNA, 2020, p. 170), incidindo e modificando ao longo da sua própria construção, conforme indicado no conciso exposto a seguir.

Anterior à apresentação do atual cenário nacional, é válido uma breve contextualização do cenário local, onde o Território Identitário de Itaguaí – TIdI, apresenta mazelas nos seus subterritórios rurais, principalmente no que se refere a casos e envolvimento de irregularidades dos entes públicos locais, principalmente entre os anos de 2005 à 2020<sup>21</sup>, onde destaca-se a gestão dos seguintes prefeitos: Carlos Bussato Jr. (2005-2008/2009-2012 e 2017-2020) e Luciano Mota (2013-2015<sup>22</sup>).

Carlos Bussato Jr. acumulou ao longo de 12 anos de gestão executiva a frente da prefeitura de Itaguaí, alguns casos de irregularidades na utilização do dinheiro público, onde se destacam as condenações nos casos conhecidos como máfia das Sanguessugas<sup>23</sup>, bem como a reprovação nas prestações de contas municipais, junto ao Tribunal de Contas do Rio de Janeiro – TCU/RJ (IKEDA JUNIOR, 2017), levando ao descumprimento da lei de ficha limpa (BRASIL, 2010), além de apresentar indícios de envolvimento direto (Segundo Ministério Público do Rio de Janeiro - MPRJ) nas ações civis públicas de improbidade administrativa em seu segundo mandato, devido sua suposta aquisição patrimonial impropria<sup>24</sup> (TJRJ, 2019) decorrente de favorecimentos particulares enquanto prefeito local.

O caso do ex-chefe do executivo municipal Luciano Mota, está relacionado diretamente a improbidades administrativas e utilização particular do dinheiro público, o que acarretou no afastamento de cargo em março de 2015 (tendo posteriormente seu mandato cassado), em razão de “investigações realizadas pela Polícia Federal em parceria com o Ministério Público e Tribunais de Conta do Estado do Rio de Janeiro e da União. Os desvios de conduta sobre o erário municipal ocorreram principalmente contra os setores de saúde e educação” (IKEDA JUNIOR, 2017, p. 55 e 56).

---

<sup>19</sup> Período de realização da observação participante, desta pesquisa.

<sup>20</sup> Para um melhor entendimento com relação a terminologia políticas públicas, vide a discussão teórica do referido tema no subcapítulo 3.1.1 desta tese.

<sup>21</sup> Período temporal onde ocorre esta pesquisa.

<sup>22</sup> Substituído em 31 de março de 2015 por então seu vice Wesley Pereira.

<sup>23</sup> Caso conhecido pela compra de ambulâncias pelos municípios fluminenses de Itaguaí e Mangaratiba em troca de propina. Charlinho era o então prefeito de Mangaratiba (1997-2004) quando da compra fraudulenta de ambulâncias (IKEDA JUNIOR, 2017, p. 57)

<sup>24</sup> Para maiores informações, vide capítulo 7 desta tese.

Estes casos (ainda em aberto), de condenações e sequencia de denúncias efetivadas por órgãos públicos de notoriedade como Ministério Público e Polícia Federal, dão indício ainda que breve sobre o atual cenário de abandono em nível municipal que o TIdI enfrenta, o que resulta na carência de políticas públicas e sociais para o território e em especial os subterritórios rurais, descumprindo a ação obrigatória do ente público, com relação a suas determinações legais, das quais destaca-se os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da constituição federal (BRASIL, 1988). Problemas agravados em virtude de práticas nocivas realizadas em nível federal, ponderadas a seguir.

Em nível nacional o que se observa é um sistema político de instabilidade desde a abertura do processo de impeachment da então chefe eleita do executivo brasileiro Dilma Rousseff, que teve seu mandato caçado em março de 2016, assumindo então seu vice Michel Temer (2016 à 2017), que conduziu um sistema primário de redução de políticas públicas para o campo e demais territórios rurais, intensificado com a chegada do atual presidente Jair Bolsonaro, que além de ampliar a redução sistemática de políticas públicas rurais, abre em suas ações e falas, uma prática gradativa similar a revolução verde que o Brasil viveu, principalmente entre as décadas de 60 à 90, baseada em um amplo sistema de agronegócio e utilização em larga escala de agrotóxicos, como veremos a frente.

O atual contexto rural brasileiro sofre, ainda hoje, com os desdobramentos do processo denominado “revolução verde” (MALUF, 2000), fenômeno difundido principalmente entre as décadas de 60 a 90 do século XX, cujas práticas incluíam a promoção quase exclusiva de produtos químicos e maquinários, buscando uma aceleração e aumento da escala de produção e erradicação de pragas para intensificar o modelo de industrialização no campo e excluir os pequenos produtores rurais e agricultores familiares. (MAZOELLI; OLIVEIRA, 2010; DELGADO, 2005).

Segundo Mazoyer e Roudart (2007), tal fato favoreceu grandes empresas e conglomerados de exploração nacionais e multinacionais de produção/exploração existentes até os dias atuais, tornando os processos no campo padronizados, baseando seu plantio em uma agricultura extensiva, com enfoque em um sistema de larga escala e acúmulo de grandes receitas de capitais, e proporcionando um “sistema evolucionário schumpeteriano estilizado [...] para motivar as firmas a introduzirem melhores métodos de produção ou produtos” (NELSON; WINTER, 2005, p. 386), principalmente em uma perspectiva voltada ao agronegócio.

Essa proposta governamentalmente idealizada tinha como justificativa promover um processo de modernização no campo para um hipotético mundo rural considerado atrasado. A consequência observada após longos anos foi uma redução real da população rural e a ampliação das mazelas sociais, acompanhadas de bases ditas desenvolvimentistas que expulsavam sistematicamente os homens e mulheres do campo. (SAMPAIO JR, 2012).

Esse êxodo resulta, sobretudo, em uma sistematização das estruturas metodológicas padronizadas, a partir de uma lógica de balcão, o que não corresponde às necessidades concretas do território, nem das suas comunidades locais, e conduz ao “equivoco de algumas abordagens que desconsideram os conflitos e as contradições existentes no interior do estado e da sociedade” (NIERDELE, 2014, p. 105). O fenômeno agravou-se com a convivência do Estado, que incentivou a implementação de modelos agroindustriais, do agronegócio e a abertura para a implementação de empreendimentos industriais em regiões até então estritamente rurais.

Segundo Bresser-Pereira e Theuer (2012), a partir do ano de 2003, durante o primeiro governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas novas propostas dirigidas ao incremento de um estado de bem-estar social, distinto do que se estabeleciam os discursos liberais que perduraram no Brasil principalmente durante a segunda metade do século XX. Esses discursos se pautavam exclusivamente em sistemas com bases mercadológicas e que conduziam ao acirramento da pobreza (SEN, 2000). Cabe a ressalva de que a proposta nacional desenvolvimentista que se elevou no Brasil, sobretudo durante a década dos anos 2000, tinha,

segundo Guedez (2015), como um de seus principais pilares, promover o desenvolvimento de novas frentes sem afetar na competitividade internacional e na exportação de *commodities* brasileiras.

Dentre essas novas propostas, destaca-se a promoção de políticas públicas e sociais para territórios rurais, como, por exemplo: a) Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDRSS; b) Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET; c) Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PNDSTR<sup>25</sup>; d) Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, entre outros. Esse último, por exemplo, tinha por finalidade fortalecer a agricultura familiar e combater os níveis de fome e pobreza no Brasil, buscando incluir socioeconomicamente mais de 20 milhões de pessoas que se encontravam abaixo da linha de miséria.

Outro exemplo basilar foi o Programa Territórios da Cidadania, criado no ano de 2008 com investimentos de mais de 36 milhões de reais e destinados a mais de 120 territórios, em todas as cinco regiões do Brasil. Essa política pública tinha como finalidade o desenvolvimento regional sustentável por meio da promoção e garantia de direitos sociais de forma tripartite em territórios brasileiros marginalizados (principalmente localidades rurais). A funcionalidade dessa política estava ligada à promoção e valorização de características econômicas locais a partir de uma identidade e coesão social, cultural e geográfica desses espaços, atuando prioritariamente com agricultores familiares, regiões em processo de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas e de pesca artesanal (BRASIL, 2009).

A perspectiva nacional desenvolvimentista brasileira, conduzida à época pelo executivo federal (GONÇALVES, 2012), no período de 2003 a 2016 (presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016)), também acarretou, ao final de pouco mais de 13 anos de governo, na construção e/ou valorização de uma série de políticas públicas específicas e de impacto direto para as regiões rurais, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; b) Programa de Habitação Rural – PHR; c) Programa Territórios da Cidadania – PTC; d) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – PFAPR; e) Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR; f) Programa Nacional de Segurança Alimentar – PNSA; g) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; h) Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; i) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB; j) Programa Fome Zero – PFZ; l) Projovem Campo – Saberes da Terra; m) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT; n) Programa Luz para Todos - PLPT (GRISA; SCHINEIDER, 2015), entre outros.

No mesmo período (2003-2016), constatou-se a criação e/ou valorização de novas fundações, institutos e empresas voltados para o campo e comunidades tradicionais no Brasil, citando-se, por exemplo: a) Fundação Nacional do índio – FUNAI; b) Fundação Cultural Palmares - FCP; c) Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável - FBDS; d) Fundação Lyndolpho Silva; e) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; f) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; g) Associação Brasileira de Entidades Técnicas e Extensão Rural - ASBRAER; h) Agência Brasileira de Cooperação - ABC; i) Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil - FASER; j) Instituto Nacional da Tecnologia Agropecuária (INTA), entre outros, além de 18 novas universidades públicas (173 campus) e 360 institutos federais de educação.

A criação dessas instituições públicas tinha o objetivo de promover, a partir do aumento de equipamentos, recursos financeiros e ampliação de seus quadros profissionais, as múltiplas diversidades existentes no território brasileiro, de maneira que se “complementam na medida em que convergem para criar uma sinergia, cujo resultado será o próprio desenvolvimento

---

<sup>25</sup> Criado como Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais- PRONAT.



territorial” (WANDERLEY, 2014, p. 341). Tal desenvolvimento é elaborado por meio das identidades, potencialidades e dinâmicas regionais, além da promoção de programas que tinham como intuito a valorização de seu capital social como medida para a superação da pobreza.

Segundo Honneth (2003), isso gera multifuncionalidades da agricultura familiar nos territórios atendidos, bem como o incentivo à participação e valorização dos atores locais durante a execução das políticas públicas no local. Para tanto, criam-se meios para a promoção de sua participação através de redes heterogêneas e dialógicas que viabilizam arenas de lutas por reconhecimento, importantes principalmente para grupos minoritários existentes no meio rural, como as comunidades tradicionais e os movimentos pela reforma agrária.

Logo, torna-se fundamental o entendimento e importância “dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais” (BECKER, 1983, p. 2), pois possuem o papel central na promoção, mediação, execução e avaliação das próprias políticas públicas e sociais de seus territórios. A participação efetiva dos atores locais nessas práticas governamentais dão credibilidade aos programas e indicam um continuísmo das atividades à medida que “o próprio espaço rural adquire um novo papel perante a sociedade, pois seus atores sociais deixam de ser apenas fornecedores de produtos primários, sendo valorizado o caráter multifuncional da produção econômica associada com a inclusão social” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003, p. 4). Tem-se como modelo uma perspectiva oriunda do próprio ambiente, somada aos saberes dos próprios agricultores (HALL, 2006) e que indica um direcionamento para a conservação dos espaços rurais, de suas comunidades tradicionais e do desenvolvimento socioeconômico.

Ainda assim, segundo Sampaio Jr. (2012), o que se apresentou durante esse período foi uma ideia de desenvolvimentismo sustentado por bases econômicas frágeis, de raízes neoliberais, e que resulta em um panorama prático onde o neodesenvolvimentismo toma ares de neocolonialismo, mantendo o Estado dependente do capital estrangeiro e sem perspectivas de uma autonomia em curto/médio prazo. O Estado age aquém das reformas estruturais de bases políticas, tributárias e agrárias, responsáveis, de fato, por mudanças significativas na redução massiva das desigualdades sociais. (SADER, 2013).

O cenário descrito resulta de um período político-econômico híbrido no país, ocasião em que se notou a implementação de projetos com vieses democratizantes para o meio rural (DELGADO, 2010), mas que, em alguns momentos, conjecturavam a continuidade do projeto de grande capital nacional e estrangeiro, precarização do mercado interno (SAMPAIO JR., 2012), promoção da chegada e ampliação de empreendimentos e megaempreendimentos em localidades até então estritamente rurais. Esse período foi pautado por uma vertente de economia social, a qual propiciou a elaboração de políticas públicas de Estado e programas nacionais, os quais acabariam por reduzir os processos de subdesenvolvimento da população, perceptível em diversos fatores, como no crescimento da renda média da população brasileira e na redução das desigualdades sociais. (POCHMANN, 2013).

A partir de maio de 2016, após o legislativo federal brasileiro imputar o afastamento temporário e depois definitivo da então chefe do executivo Dilma Rousseff, com a justificativa de crime de irresponsabilidade fiscal, o que levou a posse do então vice-presidente Michel Temer, observou-se uma série de mudanças que conduziu ao encerramento e/ou redução de políticas públicas para os territórios rurais no Brasil, principalmente após a sanção da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Essa medida resultou em um desmonte de quatro pastas, dentre estas a do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, que acabaria fundida com a pasta do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, transformando-se em Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Ademais, a Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT (que era de jurisdição do MDA) foi transferida através do Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, para a Casa Civil, desarticulando a repartição que tinha como principal finalidade promover o desenvolvimento de territórios rurais no Brasil.

A extinção do MDA e as suas respectivas rupturas estruturais fragmentaram outras secretarias que também tinham como finalidade a promoção do campo e de suas comunidades tradicionais, como as secretarias de reordenamento agrário, agricultura familiar, desenvolvimento territorial extraordinária de regularização, fundiária na Amazônia legal, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, entre outras. Além disso, com a extinção, foram criados obstáculos em instâncias colegiadas, que tinham/têm suas atuações baseadas no controle e gestão social para regiões rurais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil - FETRAF Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, entre outros.

Trata-se de uma perda real, concreta, que representa retrocesso indiscutível [...] cujas políticas levadas a cabo inserem-se especialmente no âmbito da melhoria e ampliação da produção agrícola do país, levando em conta não preceitos meramente produtivistas e voltados para a obtenção de lucro pela exploração da terra [...] Minorar o desenvolvimento agrário no Brasil a uma posição inferior evidencia o desrespeito com a missão institucional outrora assumida de promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, preceitos fundamentais para o alcance da soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. (CONDRAF, 2016, <<http://fne.mec.gov.br/images/NPNovoSite/NotaPublicadoCONDRAF.pdf>>, acesso em: 07 de junho de 2019).

A reboque desse problema, ainda durante o governo Temer, foi elaborada uma pauta de exploração desregulada dos territórios rurais através de uma série de Medidas Provisórias – MP e Projetos de Lei – PL, como a Lei nº 13.465/2017, que regula a grilagem de terras com até 2.500 hectares para os estados pertencentes ao programa Amazônia legal; ou, então, a lei 13.606/2018, que perdoa uma série de dívidas de megaempreendimentos do setor do agronegócio e isenta ruralistas em até 60% de suas multas ambientais. Ao final de pouco mais de 30 meses, o governo Temer deixa o executivo federal com altas taxas de insatisfação popular, degaste político, econômico e social, bases que conduziram às instabilidades de governança (COSTA; VIANNA, 2020) e aos inúmeros problemas na implementação e execução de políticas públicas e sociais em outros setores.

Em janeiro de 2019, Jair M. Bolsonaro assumiu o cargo de chefe do executivo, acirrando ainda mais as relações entre o governo federal e os territórios rurais brasileiros, fato perceptível em medidas como a MP 910, que flexibiliza a regulamentação fundiária, acelera a transferência de terras destinadas à reforma agrária e agricultores rurais para o grande mercado, amplia de quatro para quinze o número máximo de módulos fiscais, beneficiando diretamente o agronegócio e podendo chegar em até 1.500 hectares em regiões do norte e centro-oeste brasileiro (EMBRAPA, 2020). Essas ações descaracterizam totalmente o perfil original da proposta, destinada para as atividades vinculadas à agricultura familiar.

A mesma MP também afeta diretamente comunidades tradicionais ao indicar a pretensão de transferência de até 2.5 mil hectares, de posse da União (espalhados pelo país), para megaempresários da terra, escolhidos a partir de uma autodeclaração de posse dos mesmos sobre tais propriedades. Essas terras estão localizadas em regiões onde secularmente vivem inúmeros povos originários brasileiros, que experimentam o sufocamento do cultivo de pequenos agricultores familiares do entorno.

Avança também, desde 2018, a PL nº 3729/2004, que trata da concessão de novas licenças ambientais, independente da aprovação de órgãos técnicos e legais responsáveis, deixando a cargo dos estados a responsabilidade de concessão dos direitos de uso da terra, bem como o estabelecimento das diretrizes para a atividade fim. Essa PL traz como consequência a

redução da proteção ambiental e a diminuição gradativa da proteção ambiental no país de forma generalizada (LIMA, 2017). Além disso, busca estabelecer a isenção de licenças ambientais para grandes obras públicas e privadas, o que acaba por flexibilizar a obrigação por parte de megaempreendimentos com relação à sustentabilidade do bioma e à manutenção da população local.

Destaca-se também o avanço da PL nº 6299/2002, conhecida como pacote do veneno, que autoriza a utilização de agrotóxicos nocivos à vida humana, cenário que representa bem o o atual contexto político brasileiro, onde a bancada ruralista articula diretamente com o executivo, seus ministérios e o Congresso Nacional, tendo como finalidade a promoção de benefícios da indústria dos agrotóxicos (WEISSHEIMER, 2019) A proposta é defendida pela base governamental, tanto que, ao longo somente dos primeiros 18 meses de governo Bolsonaro, foram liberados pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA 467 novos agrotóxicos, quantidade superior se somados os quatorze anos anteriores. A liberação expressiva de novos agrotóxicos levou ao boicote de produtos brasileiros por parte de países pertencentes à União Europeia.

A atual sensação de instabilidade causada por parte do governo federal com relação aos territórios rurais e comunidades tradicionais no Brasil, sustentados pela “presença de forças que encorajam renúncia do diálogo” (COSTA; VIANNA, 2020, p. 182), são perceptíveis não somente nas estruturas legais, mas também na arquitetura de desestruturação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que teve, somente no ano de 2019, um corte em seus orçamentos de quase 40% (BELINCANTA, 2019), além do desmantelamento de órgãos técnicos, científicos e de apoio aos territórios rurais, incluindo ações como: a) mudanças abruptas nas gestões das equipes de trabalho; b) demissão de profissionais sem justificativa; c) redução no número de equipamentos públicos disponíveis; d) arrefecimento nos repasses públicos; e) cortes de bolsas de pesquisa, entre outros.

Essas ações afetam uma série de instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Instituto Nacional da Pesca Artesanal – INPA, universidades públicas, entre outras.

Com relação às comunidades tradicionais no Brasil, o que se nota é o encerramento ou estagnação de programas e projetos específicos destinados a esses povos, paralisação de projetos de reforma agrária e abandono dos territórios rurais em favor de uma economia estritamente de mercado e voltada ao agronegócio (ARAUJO, 2020). Tal economia em muito se assemelha à proposta da revolução verde (MALUF, 2000), aplicada no Brasil durante a segunda metade do século XX.

Resumidamente, o cenário para os territórios rurais brasileiros (bem como para a maioria dos setores com pautas sociais) apresenta “reações de, basicamente, duas principais extremidades: a ascensão do conservadorismo e neoliberalismo (com distintas nuances) reativo, exaltado, e também de um enfraquecimento de forças que, até então, ocupavam o poder” (COSTA; VIANNA, 2020, p. 184). Essas reações acabam por desencadear uma série de atribuições políticas, sociais, ambientais e econômicas, e oferecem uma instabilidade com relação ao presente e futuro do mundo rural e dos povos tradicionais brasileiros.

As mudanças nos territórios rurais brasileiros nas últimas décadas solidificam o embate entre forças. A luta e o respeito pelas comunidades tradicionais locais tornam-se fatores preponderantes para a resistência desses coletivos, os quais lutam pela valorização do seu modo de vida e pela preservação de suas territorialidades. Esse desafio é uma forma de evitar que fatores estritamente econômicos e mercadológicos não se sobreponham às tradicionalidades locais.

Após esse preâmbulo temporal e dando sequência ao debate sobre as políticas públicas e sociais para o campo, compreende-se que esse instrumento (políticas públicas) deve apresentar em sua concepção um papel fundamental destinado à redução da pobreza e das desigualdades, compreendidas enquanto penúria de necessidades básicas fundamentais para a vida humana, principalmente no que se refere à fome. As políticas públicas evitam a “privação de capacidades elementares, pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa” (SEN, 2000, p. 35). Logo, faz-se necessário pontuar as diferenças entre os aspectos de pobreza absoluta e pobreza relativa, o que afeta não só os espaços urbanos, mas também os territórios rurais no Brasil.

O conceito de pobreza absoluta abarca a parcela da população que vive sem recursos financeiros mínimos para a sua sobrevivência, em uma situação que pode resultar diretamente na sua morte. Conforme preconizado pelas Nações Unidas do Brasil (2018), essa parcela da população vive com menos de US\$ 1,90/dia. Já a pobreza relativa está associada às questões de iniquidade e desigualdade (se comparada a outras escalas sociais – comparação entre pobres e ricos), quando ocorre a privação de necessidades básicas, como saneamento básico, cultura, saúde, educação, entre outros. Assim, analisar a pobreza somente pelo viés do capital é excluir a importância de um contexto mais amplo, no qual o Estado deve ter o papel central de proporcionar a seus habitantes subsídios básicos (além da redistribuição de renda), como moradia, educação, habitação, saneamento básico, transporte público, segurança, alimentação e, principalmente, a continuidade de direitos básicos já garantidos em lei.

É válido relacionar essas múltiplas formas de pobreza a questões subjetivas, não menos importantes, e propor uma crítica social profunda nos territórios rurais brasileiros. Assim, analisar a desigualdade e pobreza no mundo rural do Brasil é compreender que ela é, de fato, um fenômeno muito mais profundo e multidimensional; é “entender que as diferentes formas de privações afetam as condições de vida das pessoas, causando efeitos diretos sobre a situação da pobreza” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2013, p. 100).

Ainda sobre o exposto, é fundamental salientar o papel da sociedade civil local enquanto ator responsável por bons resultados (PERICO, 2009), sobretudo no que tange às políticas públicas e sociais, que promovem “resultados por eles propostos e por eles almejados para além de uma dimensão operacional” (WANDERLEY, 2014, p. 339). Essas medidas buscam mitigar e resolver questões terríficas, existentes principalmente em localidades marginais aos grandes centros urbanos.

Pode-se estabelecer o Estado enquanto ente central nos casos de ampliação dos níveis de desigualdade ou fundamental ao achatamento das mesmas. Portanto, deve partir do poder público a execução de ações que possam promover mecanismos para a diminuição da pobreza (SEN, 2000) que não sejam somente os programas de redistribuição de renda, mas também ações ligadas às diversas áreas, como saúde, segurança, meio ambiente, educação, etc. É responsabilidade do Estado promover a liberdade e a qualidade de vida das populações locais.

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), é notória no Brasil a necessidade da construção de cenários que tenham a adesão do Estado e que sejam propícios ao desenvolvimento rural sustentável, com valorização do território e de suas comunidades tradicionais. Esses cenários devem resguardar o saber fazer original a partir de uma perspectiva endógena, apreciar os processos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais de determinado território, os quais são desenvolvidos pela sociedade civil local de forma autônoma e enquanto mecanismo de sobrevivência e afastamento das múltiplas formas de pobreza.

Posto isso, o poder local torna-se peça central nessa miscelânea de atores distintos e em escalas variadas, com interesses particulares dentro de um mesmo território, os quais, por consequência, conduzem a uma série de conflitos de interesses (coletivos e individuais), sejam pela promoção de políticas particularistas, seja pela concentração econômica que se sobrepõe à importância humana e ambiental do espaço. Nas entrelinhas, quanto a terra vale em um

“fenômeno do poder [...] baseado no domínio legítimo da força [...] sobre um determinado território; [...] o poder econômico, baseado no acúmulo de riqueza” (BOBBIO, 1987, p. 80-81).

Analisar um território é refletir a partir de um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente” (SANTOS, 2005, p. 63) e que se relacionam (às vezes de forma forçosa). Em alguns casos, essa relação leva à extinção ou controle de um grupo/sistema sobre o outro.

Em resumo, esta tese propõe analisar o TIDI a partir da perspectiva das comunidades tradicionais que habitam o território, buscando compreender de quais formas pressões exógenas ao local, podem impactam de maneira significativa nas territorialidades simbólicas, culturais, políticas, naturais e econômicas locais. Questões que por sua vez, interferem significativamente na continuidade destes coletivos rurais locais de agricultores familiares e pescadores artesanais, agravadas pela insuficiência de políticas públicas e sociais promotoras de ações dialógicas participativas.

### 3. CAPÍTULO - DISCUSSÃO TEÓRICA

A discussão teórica tem como finalidade propor um aprofundamento de termos, produzir uma contextualização teórico-metodológica das principais bases referenciadas e estabelecer uma sustentação conceitual acerca do que será discutido ao longo da pesquisa. A fim de amparar cientificamente os objetivos, suposições, problemas e justificativas propostas, bem como promover amparo acadêmico à própria tese.

#### 3.1 Referencial Teórico

A discussão teórica desta pesquisa está subdividida em duas partes, a primeira apresenta o marco teórico e a segunda trata sobre os referenciais teóricos, ambas as estruturas que tem como finalidade proporcionar sustentação a normativa textual e auxilia no estabelecimento do direcionamento metodológico. (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015). Essa base é o que pode ser considerado como um “conjunto de conceitos, categorias e constructos abstratos que constituem o arcabouço teórico, em que se situam suas preocupações científicas [...] a base e o referencial da metodologia da pesquisa” (SALOMON, 2001, p. 219).

O marco teórico (tabela abaixo) está subdividido e tem por orientação os capítulos 5 à 8 desta tese<sup>26</sup>, esta estrutura tem como perspectiva indicar um norte de discussão conceitual, bem como se justifica por proporcionar uma melhor compreensão com relação ao que se busca analisar, referenciando-se em outras obras (como ponto de partida) que já abordaram direta ou indiretamente os conceitos compreendidos como fundamentais para esta pesquisa.

É válido mencionar que a citação de conceitos e autores no marco teórico não impede a menção a outras teorias ou autores nos capítulos e/ou ao longo deste trabalho, tampouco cria a obrigatoriedade de citar somente as obras referenciadas na tabela abaixo.

**Quadro 1** - Marco Teórico

| Capítulos Descritivos   | Marco Teórico   | Autores referenciados   |
|---|---|---|
| <b>Capítulo 05 – Breve Contextualização histórica e mudanças estruturais no Território Identitário de Itaguaí –TIdI</b> | - O conceito de <b>território</b> é utilizado nesta tese enquanto espaço vivo em constante processo de transformação, provido pela prática de seus atores locais que influenciam e são influenciados pelo meio e por características específicas do próprio espaço, como: aspectos ambientais, culturais, identitários, sociais, econômicos, bióticos, entre outros. O somatório dessas características constitui uma tessitura social vinculada às relações sociais e de poder, resultando em uma sensação de pertencimento, rica de simbolismos particulares. | Haesbaert e Limonade 2007; Haesbaert, 2012; Perico, 2009; Raffestin, 1993; Saquet, 2010; Tilly, 1996; Fernandez e Baptista, 2016. |

<sup>26</sup> Compreende-se os capítulos 2, 3 e 4 desta tese como normativos substanciais.

| Capítulos Descritivos   | Marco Teórico   | Autores referenciados   |
|---|---|---|
|   | O conceito de <b>território rural</b> é fundamentado nas práticas tradicionais, que sustentam as representações socioeconômicas, histórico-culturais e socioambientais de um povo a partir do vislumbre de suas <b>ruralidades</b> , promovidas historicamente e transmitidas geracionalmente. Esses aspectos suscitam no espaço caminhos para a constituição de organizações sociais, vinculadas às práticas como o plantio, a pesca, a caça, a criação, o extrativismo, as relações familiares e de organização social. | Bonnal e Maluf, 2007, 2010; Cazella, Bonnal e Maluf, 2009; Giddens, 1991; Raynaut, 2014; Wanderley, 2014; Perico, 2009. |
|   | O sentido de <b>localismo</b> se dá pelas múltiplas formas constituídas de efetividade na existência do território, sejam eles espaços de autonomia popular, ou em processo de transformação (naturais ou não), públicos ou privados, arquitetados pela ação de determinado(s) ator(es). Essas questões influenciam e são influenciadas (em todo tempo) pela <b>territorialidade</b> do local.  | Beattini, 1994; Beni, 2003; Brandão, 2012; Santos, 2005, 2008; Saquet, 2007;  |
|   | O estado da arte do termo <b>megaempreendimentos</b> compreende atualmente os moldes de operação que ocorrem em larga escala e que envolve um expressivo número de aportes financeiros e humanos. Esses moldes alteram significativamente as realidades da dinâmica econômica e social de um território.  | Bueno, 2009; Cançado, Costa e Villela, 2014; Ikeda Jr, 2017; Villela, Guedes, Santana e Brito, 2012;                    |
| <b>Capítulo 06 – Comunidades tradicionais e subterritórios rurais do Território Identitário de Itaguaí - TIdI</b> | Compreende-se <b>desenvolvimento endógeno</b> como sendo o incremento de vários setores no mesmo espaço a partir de características específicas do local e com a participação direta de atores nativos, que compreendem as necessidades e demandas da população local. O desenvolvimento endógeno está vinculado ao saber fazer de quem habita o território.  | Araújo, 2014; Barquero, 2001; Nascimento, Villela, Francisco e Macedo, 2018; Tenório, Villela, 2018; Perico, 2009.      |
|   | Entende-se como <b>desenvolvimento territorial local</b> o crescimento multiescalar, não setorizado, de várias frentes e que resulta na melhoria da qualidade de vida da localidade como um todo, promovendo as potencialidades do ambiente e o progresso dos atores sociais e naturais do território, sem que, para tal, o mesmo seja sumariamente degradado.  | Bresser-Pereira, 2003; Cançado, Sausen e Villela, 2013; Martins e Caldas, 2009; Sen, 2000; Villela e Tenório, 2013.     |
|   | O marco teórico de <b>comunidades tradicionais</b> caminha no sentido da existência de coletivos  | Bonnal e Maluf, 2010;   |

| Capítulos Descritivos   | Marco Teórico  | Autores referenciados   |
|---|--|---|
|   | <p>que habitam e preservam seu modelo de vida a partir da preservação de seus traços socioculturais. Esses traços estão situados principalmente em territórios rurais e que tenham em suas práticas um saber fazer único, relacionado diretamente à sua historicidade, ancestralidade, cultura e meio ambiente, baseados nas relações de trocas e na solidariedade comunitária de seus integrantes.</p>  | <p>Hall, 2006; MPMG, 2012; Perico, 2009; Silva, 2010; Wagner, 2010; Brasil, 2007.</p>   |
|   | <p><b>Marco legal de comunidades tradicionais</b> são práticas normativas que instituem e definem a proteção e a política nacional de desenvolvimento sustentável para <b>povos originários</b>. Suas ações se relacionam às condicionantes de organização social e ocupação do território, e às atividades culturais, sociais e econômicas, transmitidas de forma tradicional e ancestral.</p>  | <p>Brasil, 2007, 2009; MPMG, 2012; MMA, 2003;</p>   |
| <p><b>Capítulo 07 – Processos de desterritorialização do Território Identitário de Itaguaí – TIdI</b></p> | <p>O conceito de <b>desterritorialização</b> utilizado trata sobre a perda de simbolismo que afeta a construção das identidades locais e resulta na quebra de vínculos. Perda material, imaterial e sensação de pertencimento aniquilam as relações sociais de um coletivo de atores, promove a destruição/mutação de seu bioma local, gera processos de <b>gentrificação</b> em detrimento de potencialidades econômicas originárias, atos violentos, desmobilização popular e induz à transformação do espaço em um <b>não lugar</b> e em uma <b>zona de sacrifício</b>.</p> | <p>Castells, 1992; Deleuze e Guattari, 1997; Fernandes, 2008; Haesbaert, 2012; Ianni, 1992; Lisboa 2009; Augé, 2012; PACS, 2016; Fernandes, 2008; Villela, 2012. Ascerald, 2004</p> |
|   | <p>O conceito de <b>razão instrumental</b> tem como premissa um conjunto de práticas oriundas da pós-modernidade, no qual as relações humanas tornam-se quase que estritamente instrumentalizadas, submetidas às relações de poder, desprovidas de afinidades interpessoais e espaço para a construção do diálogo. Cabe somente à prática unidimensional dar satisfação ao mercado.</p>  | <p>Habermas, 2000, 2012a, 2012b; Lisboa, 2009; Ramos 1989;</p>  |
|   | <p>O estado da arte do conceito de <b>não lugar</b> surge como uma das principais consequências do processo de <b>desterritorialização</b>, já que o espaço se torna mutável, perde características e traços originários, ganha descrições estritamente de consumo e mercantilização do indivíduo e do ambiente.</p>   | <p>Augé, 2012; Deleuze e Guattari, 1997; Lisboa 2009; Reis, 2013;</p>   |



| Capítulos Descritivos  | Marco Teórico  | Autores referenciados   |
|--|--|---|
| <p><b>Capítulo 08 - Propostas de amortização dos impactos no TIdI, a partir das dimensões do PTDRSS.</b></p> | <p>O conceito de <b>gestão social</b> trata sobre a importância da valorização das questões sociais no tocante às <b>políticas públicas</b>, e promove ações práticas a partir da participação coletiva, dotada de dialogicidade, igualdade de decisão e transparência na esfera pública. Tem como principais critérios os processos de discussão, <b>inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum.</b></p>  | <p>Araújo, 2014; Cançado, Pereira e Tenório, 2013; Habermas, 1987; Tenório, 1998; 2013; Villela, 2012; Boullosa (org.), 2014.</p>     |
|  | <p>O estado da arte do <b>controle social</b> utilizado para esta tese baseia-se na Constituição Federal brasileira de 1988, que trata sobre a existência de mecanismos legais consultivos e/ou deliberativos destinados à atuação paritária entre sociedade civil e Estado. A atuação paritária é um instrumento de monitoramento durante os processos de implementação, fiscalização e avaliação de políticas públicas e sociais.</p>  | <p>Brasil, 1988; Cançado, 2014; Cançado, Pereira e Tenório, 2013; Fonseca, Beuttenmuller, 2007; Tenório, 2012;</p>                    |
|  | <p>O marco teórico de <b>cidadania deliberativa</b> referenciada tem relação com os conceitos de <b>gestão e controle social</b>, já que os processos de decisão política devem partir dos anseios do próprio cidadão, afastando práticas estritamente neoliberais e aproximando as disposições de uma <b>igualdade participativa</b>. A finalidade principal é o <b>bem comum</b> e a melhoria da qualidade de vida da população. Distancia-se de benefícios individualizantes e promove a redução das desigualdades sociais.</p>                             | <p>Cançado, Pereira e Tenório, 2013; Habermas, 1997; Inearrity, 2006; Tenório, 2007 e 2012; Villela, 2012; Boullosa (org.), 2014.</p> |
|  | <p>Compreende-se como <b>razão comunicativa</b> o ato de arquitetar um conjunto de práticas a partir de ações dialógicas, coletivas e subjetivas. É a construção do <b>agir comunicativo</b>, de bases horizontais, o processo pelo qual se valoriza a participação em sociedade e se perpetua a construção da <b>gestão e do controle social</b>. O mercado e/ou Estado deixam de ter papel centralizador decisório. As escolhas passam a ocorrer a partir do bom senso, das capacidades de interação e das decisões que beneficiam os atores envolvidos.</p> | <p>Habermas, 2000; 2012a; 2012b; Lubenow, 2010; Ramos 1989;</p>   |

| Capítulos Descritivos | Marco Teórico   | Autores referenciados   |
|-----------------------|---|---|
|                       | O conceito de <b>políticas públicas</b> é utilizado enquanto campo teórico e prático, e tem como finalidade a resolução de problemas sociais, (sejam eles para a sociedade como um todo ou para uma parcela específica da mesma). As políticas públicas surgem como demanda social e são respostas do Estado aos problemas e/ou necessidades oriundas do coletivo, jamais individuais, ações vinculadas às emergências públicas e/ou mazelas sociais.                                 | Boullosa (org.), 2014;<br>Campos, 2002;<br>Rua, 2012;<br>Vainer, 2001;<br>Wildavsky, 1979;  |
|                       | O marco teórico da <b>reterritorialização dialógica</b> apresenta alternativa a partir dos conceitos da ação comunicativa e da racionalidade substantiva, que são processos destinados à redução das desterritorializações e mitigação de problemas no território, fundamentado nas práticas dialógicas e de concepção horizontalizada. Vincula-se a esse exercício os processos de governabilidade e participação direta da sociedade civil, com busca à reconstrução do território. | Habermas, 2012a; 2012b;<br>Nascimento, Ikeda Jr. e Melo, 2020;<br>Haesbaert, 2012;<br>Ramos, 1989;<br>Sachs, 2008;<br>Tenório, 2012;<br>Perico, 2009. |

**Fonte:** elaborado pelo autor, a partir de Vianna (2016).

Considerando o marco teórico instituídos na tabela acima, foram estabelecidos os seguintes referenciais teóricos: a) políticas públicas; b) território e território rural; c) desterritorialização e o conceito de não lugar; c) localismos; d) desenvolvimento territorial local; e) desenvolvimento endógeno; f) gestão social; g) controle social; h) cidadania deliberativa; i) razão instrumental e razão comunicativa; j) reterritorialização dialógica; l) relações entre território, *buen vivir* e agir comunicativo habermasiano.

O estabelecimento destes conceitos tem como finalidade, situar o estado da arte dos termos, definidos a partir da “opção do pesquisador dentro do universo ideológico e teórico em que se situam as diversas escolas, teorias e abordagens de seu campo” (SALOMON, 2001, p. 219). Apresentados da seguinte forma:

### 3.1.1 Políticas Públicas

O conceito de políticas públicas recebeu historicamente inúmeras definições. O estado da arte utilizado nesta tese abarca um sentido amplo construído pela administração pública, principalmente a partir da segunda metade do século XX, período em que se aprofundou o debate no processo de divisão entre as naturezas do *politic* e do *policy*. O primeiro referencia as bases, construções e relações de poder partidárias, como os congressos e assembleias legislativas, enquanto o segundo resulta das ações parlamentares, no caso, as políticas públicas.

A política pública aqui fundamentada debruça-se sobre um campo de ações que tem como finalidade a resolução de problemas designados pela sociedade civil, representada pelos agentes do executivo e legislativo, sendo estes um “conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades” (RUA, 2012, p. 12). As políticas públicas são desenvolvidas e elaboradas

para saciar as necessidades coletivas em detrimento de interesses particulares. Logo, pode-se afirmar que o conceito de políticas públicas vai ao encontro de uma proposta em que “o papel da análise de política, é encontrar problemas onde soluções podem ser tentadas [...], capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria” (WILDAVSKY, 1979, p. 17).

A política pública denota-se enquanto estrutura desenvolvida por representantes, que surge (em teoria) do âmago do bem-estar da sociedade e que resulta em um processo de “formulação de propostas, tomada de decisões [...], tendo como foco [...] a coletividade” (RUA, 2012, p. 17). As políticas públicas promovem ações práticas e são “destinadas à satisfação de necessidades coletivas” (CAMPOS, 2002, p. 13).

Mais especificamente, o termo ‘políticas públicas’ está vinculado ao conceito de gestão social<sup>27</sup>, ao qual não somente a política pública deve ser concebida para a sociedade civil conforme seus anseios, mas também deve partir dela (sociedade) o papel orientador e fiscalizador permanente, através de instâncias coletivas e dialógicas de controle social<sup>28</sup>. Essas instâncias devem atuar no monitoramento permanente das ações públicas.

Esta lacuna, todavia, parece que começa a ser enfrentada com os cursos que compõem o chamado campo de públicas. Principalmente aqueles, de gestão social, que já buscam novas respostas teóricas para o estudo das políticas públicas como processos de governo, e não como processos do governo, onde quem governa somos todos nós, por meio de instrumentos de gestão social que permitem processos de coprodução política na preservação de bens públicos, tais como segurança, educação, saúde, dentre outros. (BOULLOSA, 2014, p. 145).

Tratar sobre políticas públicas a partir de uma perspectiva de gestão social é pensar em um processo descentralizado, que contempla as necessidades imediatas da sociedade e que visa à redução de suas mazelas socioeconômicas como mecanismo de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais. A capilarização e a fiscalização das políticas públicas se fazem primordiais enquanto medidas para a sua efetividade, principalmente em localidades periféricas e limítrofes do território geográfico brasileiro.

A participação popular enquanto agente de sua própria cidadania também se faz primordial à medida que a presença continuada da sociedade civil imputa na política pública uma característica particular, que é fazer com que a proposta macro de gestão pública ganhe no micro (local) suas particularidades e singularidades de efetivação.

Parte da discussão defende a busca de uma atuação em escala global da cidadania, como forma de estar no mesmo nível das decisões que são tomadas pelos agentes globalizados. Não há dúvida que grande parte das decisões que afetam as vidas dos cidadãos comuns, são tomadas e executadas sob uma ótica global. Por outro lado, uma significativa parcela dos estudiosos defende a maior importância da atuação local, como complemento da visão globalizada. (VAINER, 2001, p. 17).

Portanto, o conceito de política pública utilizada parte da premissa de que ela se constrói e se efetiva a partir das necessidades e emergências inerentes à própria sociedade civil, como um processo de equilíbrio de forças comum aos grupos distintos da coletividade. Contudo, ao mesmo tempo, ela deve ser monitorada e avaliada pelos agentes públicos eleitos e pela sociedade civil, já que a sua efetivação deve ser observada principalmente em localidades marginais dos grandes centros urbanos e/ou que sofrem com distintas mazelas sociais, carências coletivas e, na grande maioria dos casos, acesso limitado às próprias políticas de Estado.

---

<sup>27</sup> Vide item 3.1.7 desta tese.

<sup>28</sup> Vide item 3.1.8 desta tese.

### 3.1.2 Território e Território Rural

Esta pesquisa compreende território enquanto materialização de um espaço, não necessariamente delimitado, a partir do somatório de imaterialidades humanas, como as relações de poder, bases de produção, dimensões simbólicas, relações sociais e subjetividades da identidade (HAESBAERT, 2012). Emprega para além dos limites geográficos, valorizando aspectos intrínsecos de cada região, como sua historicidade, cultura, meio ambiente, economia, política, atores locais, ciência e tecnologia, entre outros.

A partir desse viés, o território torna-se um “exercício da identidade” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013), carregado de uma sensação de pertencimento, ímpar de simbolismos (TILLY, 1996) e que apresenta como fim comum à valorização de totens singmáticos (RAFFESTIN, 1993). Nesse âmbito, os atores locais acabam se “construindo histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço” (SABOURIN, 2002, p. 23).

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 1).

Logo, tratar sobre território é compreender um espaço com identidade única, sendo estas matérias-primas fornecidas pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas locais. Processados pela memória coletiva, fantasias pessoais, grupos sociais e sociedades, que organizam e dão significado a estrutura social. (CASTELLS, 2002). Conceito que caminha, sincronicamente com a cultura, expressa em “crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2006, p. 25).

Ao valorizar os atores locais dentro do processo de construção e reconstrução do território (identidade e cultura), propõe-se um entendimento a partir de uma relação comunicativa, tendo como instrumento motriz as práticas dialéticas (LEFEBVRE, 1995), as quais transmitem oralmente as particularidades epistemológicas e simbólicas do espaço. É o que Haesbaert (2012) denomina de território cultural ou simbólico-cultural, constituído de um ambiente de subjetividades e imaterialidades que contempla múltiplas perspectivas de entendimento, ações de multiplicidades socioculturais desenvolvidas pelo próprio residente e que, geracionalmente, molda e remolda o espaço (HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

A representação [...] é, portanto, um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do “espaço”, mas de um ambiente construído pelo autor, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o lugar representado não é mais o espaço, mas a imagem do mesmo, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Assim sendo, é a territorialização que dá sentido ao território como um espaço de contínua mudança e construção da identidade territorial (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), pois apresenta uma “orientação fundamental para a compreensão e explicação de fenômenos e processos sociais e espaciais” (SAQUET; ALVES, 2014, p. 577). Nessa perspectiva, pode-se entender a territorialidade dentro de um contexto territorial mais amplo, com aspectos que “podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivam em diferentes escalas, envolvendo,

sempre, a síntese dialética do natural e do social que reside no homem” (SAQUET, 2010, p. 128).

O conceito de território valoriza o papel das “potencialidades ativas [...] na constituição de processos e relações sociais e de poder” (KOGA; NAKANO, 2005, p. 68), e foca principalmente nas relações sociais dos atores que vivenciam o cotidiano do espaço, o modo como transformam o local e que impactam o meio que os cerca. Logo, analisar territórios é agregar conceitos de microuniversos variados (WANDERLEY, 2014), em conjunturas que “se constroem permanentemente por meio de malhas, tessituras e nós e por meio de fronteiras, limites, pertencimentos. Por isso, são, ao mesmo tempo, formados de fluxos e fixidez” (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2016, p. 241).

Em territórios rurais, a importância que se imputa nesses espaços está diretamente relacionada à sua construção sociocultural, natural e biótica, peças integrantes do quebra-cabeça que compõe o mundo rural. São estruturas formalizadas e (por vezes) institucionalizadas em suas ruralidades e territorialidades, com traços de relações de proximidade, reciprocidade camponesa e uma rede de relações humanas que dialogam com o ambiente (SABOURIN, 2002).

A partir dessas perspectivas, a relevância e sobrevivência dos territórios rurais tornam-se de fundamental importância para a construção do cotidiano das comunidades tradicionais, já que são nesses espaços em que se formalizam aspectos simbólicos vinculados à importância das terras tradicionalmente ocupadas. O território é instrumento de reproduções sociais, culturais, econômicas e de ancestralidades.

Nesse sentido, o território, enquanto política pública e social, é utilizado como medida para proporcionar a amplitude espacial e auxiliar na construção do perfil dos grupos atendidos (RAYNAUT, 2014), compreensão das particularidades de seus usuários, suas principais demandas e concepção dos objetivos que deverão ser alcançados pela gestão pública no local.

### **3.1.3 Desterritorialização e Conceito de Não Lugar**

O conceito de desterritorialização, por vezes, é tratado como um processo de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2012) e/ou mundialização (BRANDÃO, 2012), entretanto, a perspectiva utilizada nesta tese, aborda esse conceito enquanto um sistema forçoso que envolve processos de pressões externas multiescalares e globalizantes. Essas pressões influenciam e exploram espaços marginais, sobrepõem alguns ambientes sobre os outros e levam, inclusive, à obliteração do seu espaço-tempo (CASTELLS, 1996), principalmente como medida de opressão econômica.

A desterritorialização (no sentido aqui abordado) é um processo exploratório sistêmico do global frente ao local, que absorve dos territórios suas riquezas ambientais, humanas e sociais. A produção do sistema capitalista não se limita aos processos financeiros, mas ultrapassa os níveis da extrema exploração e banalização do indivíduo e de seus espaços naturais (DÉBORD, 1997), promovendo uma “desterritorialização das relações sociais [...] um conjunto desterritorializados de relações sociais articuladas entre si” (ORTIZ, 1994, p. 49-50).

A amplitude do conceito de desterritorialização propõe um entendimento multi/trans disciplinar, que deve ser analisado a partir de múltiplos enfoques, como o geográfico, político, econômico, antropológico, sociológico, econômico e psicológico, e enquanto conceito amplo, como descrito por Haesbaert:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação social-natureza), a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a econômica, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases de produção (enquanto “força produtiva”); A antropológica destaca sua dimensão simbólica,

principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neoliberalismo” contemporâneo); A Sociologia o enfoca a partir de suas intervenção nas relações sociais; em sentido amplo, e a psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção de subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala indivíduo. (HAESBAERT, 2012, p. 37).

A desterritorialização, em um sentido mais amplo, é apresentado como o somatório de várias ações forçadas (IBID, 2012), por vezes dotadas de práticas violentas (FERNANDES, 2008), através das quais ocorrem sobreposições de fatores externos, como um falso crescimento travestido de desenvolvimento. Incitado pela concepção geral de globalização, que “tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias [...] o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade globalizada” (IANNI, 1992, p. 92-93), Smith (1988, p. 19) reitera que, ao tratar do aspecto econômico da desterritorialização como coisificação do local, o “capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência”.

A partir dessa perspectiva, tratar de desterritorialização é compreender os processos de expulsão humana dos espaços naturais, de transformação do indivíduo em um desterrado da sua própria terra, “ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2012, p. 35).

O termo é, por vezes, associado ao conceito de gentrificação, enquanto artifícios forçosos e que correspondem “à recomposição (e substituição) social desses espaços e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta, [...] por conhecimento desse processo de “substituição social” (MENDES, 2014, p. 505), e que conseqüentemente gera processos de ruptura social, muitas vezes irreversíveis.

O conceito da desterritorialização também é fundamentado nas estruturas pós-modernas que influenciam a relação espaço-tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1997). É o que o antropólogo Marc Augé (2012) trata como transformação dos territórios em não lugares, quando um espaço pode sofrer processo de mutação (forçado ou não) por conta da supermodernidade, responsável por alterar abruptamente as características endógenas desses locais, utilizando os territórios como bases unicamente extrativistas e que resultam em zonas de sacrifício (ASCERALD, 2004), amorfas e sem vida.

Carregada pelo excesso de alterações contínuas e não naturais, transformando significativamente as inteligibilidades locais em prol de um crescimento (principalmente de traços econômicos), a desterritorialização resulta na perda da identidade de grupos, tornando-se alienada e obrigada a sobreviver na “uniformização [...] de fluxos informacionais e financeiros, ao mesmo tempo em que se acentuam particularismos [...], cuja lógica social é guiada pelo excesso de consumo” (REIS, 2013, p. 138).

O excesso de tempo – que se definirá primeiro, a situação de supermodernidade, sugerindo que, pelo próprio fato de suas contradições, ela oferece um magnífico campo de observação e, no sentido lato do termo, um objeto para a pesquisa antropológica. (AUGÉ, 2012, p. 32-33).

Em contrapartida, o resgate da territorialidade, ou a transformação para o surgimento de uma nova identidade em um território desterritorializado, pode estar relacionado com possíveis absorções indenitárias e geográficas de regiões vizinhas, capazes de resgatar a identidade original desses espaços e de propiciar o surgimento de novas territorialidades (do local originalmente fragmentado). Portanto, “a volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares. Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las” (IBID., p. 98).

Logo, identificar os processos de desterritorialização é buscar compreender como se dá a perda paulatina não natural das identidades (traços sociais, culturais e de pertença), de tal

modo que “a desterritorialização [...] no caso específico das populações, implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (FERNANDES, 2008, p. 5), especialmente de comunidades rurais, coletivos que são mais sensíveis às mudanças abruptas do espaço, justamente por terem em seus ambientes naturais as principais bases que sustentam seus traços sócio-históricos e socioeconômicos.

### **3.1.4 Local e Localismos**

O entendimento de local baseia-se na perspectiva de espaços de aplicação prática das múltiplas formas que constituem o território, ou seja, existem múltiplos locais dentro de um mesmo ambiente e o somatório desses ambientes constituem a personificação do território. Essa proposta é defendida por Becattini (1994), que apresenta os locais como espaços de autonomia e de transmissão do conhecimento tácito a partir do saber fazer local, dos simbolismos e particularidades linguísticos e sentimentais, e da interação de seus atores. Nesse contexto, os locais tornam-se “instâncias públicas e privadas, econômicas, políticas, culturais, religiosas e de solidariedade” (BECATTINI, 1994, p. 20), ambientes que promovem o valor do território através de suas “diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento” (SAQUET, 2007, p. 57).

Os locais desterritorializados refletem as propostas hegemônicas dominantes (BRANDÃO, 2012) e sofrem com o “impacto específico nas condições locais produzidos pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem de localismos globalizados” (SANTOS, 2005, p. 66). São espaços de luta e resistência frente às propostas hegemônicas capitalistas (MARTINS; CALDAS, 2009). Também podem existir concomitantemente (no mesmo território) locais distintos que não convergem entre si, mas que fazem parte de um “processo irreversível, como toda a criação humana feita por grupos de poder, onde apresenta regras, tanto que impelem ao processo de todos” (BENI, 2003, p. 14).

O local dentro do território pode ser identificado como espaço público e privado de construção da paisagem e que resulta do somatório dos seguintes ambientes: praças, igrejas, escolas, estádios, arenas, teatros, empresas, praças de alimentação, cinemas, bares, rodas culturais, cemitérios, ruas, pontos turísticos, bebedouros, casas etc. Nesse contexto, os locais também podem apresentar formas mais amplas, como: comunidades, bairros, associações, vilas, porto, regiões rurais ou urbanas, serranas ou costeiras, entre outros. Esses espaços validam “tudo o que nós cerca [...] formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons” (SANTOS, 2008, p. 67-68), recintos de aplicação das territorialidades que diferenciam suas localidades dos demais territórios.

### **3.1.5 Desenvolvimento Territorial Local e Desenvolvimento Rural**

O conceito de desenvolvimento territorial é aqui compreendido como múltiplas promoções de espaços locais dentro de um mesmo contexto territorial. É entendido como um processo de avanço coletivo, para além do crescimento de determinado grupo ou determinada localidade, e que desfaz a ideia de crescimento econômico como medida única para a promoção dos espaços (TENÓRIO, 2013). As ações de desenvolvimento territorial local têm como cerne o crescimento exponencial em vários segmentos e em várias localidades, de uma forma escalar, a partir de experiências exitosas para o coletivo enquanto realidades contra hegemônicas (MARTINS; CALDAS, 2009).

O desenvolvimento local denota as melhorias da qualidade de vida substantiva e instrumental de determinada localidade [...], portanto, a lógica do desenvolvimento local necessita do surgimento e do fortalecimento de atores inscritos em seus

territórios e com capacidade de iniciativa e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população. (TENÓRIO, 2013, p. 25-26).

Cabe tratar aqui do conceito de desenvolvimento territorial local enquanto um espaço de luta e conflito, de diferenciação de comportamentos. Entretanto, é justamente nessas múltiplas perspectivas que se pode (se bem conduzidas) promover a melhoria do territorial. Em outras palavras, a “perspectiva do desenvolvimento local [...] compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos” (LLORENS, 2001, p. 111). Assim, buscar a aproximação entre atores de localidades distintas (de um mesmo território), porém com interesses comuns, pode resultar no surgimento de um desenvolvimento coletivo não setorializado.

A lógica do desenvolvimento local está atrelada ao fortalecimento dos atores inseridos em seus territórios, capazes de propor ações socioeconômicas que potencializem seu incremento. Veiga (2001) discorre sobre a diferença entre os termos crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Para muitos economistas, o desenvolvimento é uma consequência do crescimento econômico, enquanto para outros economistas, sociólogos, etc., o termo é um mito, uma busca por um modelo econômico que se baseia no processo de industrialização e acumulação de divisas e bens.

Assim, a compreensão de desenvolvimento (de fato) vai para além da ampliação dos recursos meramente financeiros e promove um processo expansivo de melhoria em vários setores da vida humana, incluindo os vieses social, ambiental, político, histórico-cultural, entre outros.

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou político, ou social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político, se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 15).

Para Sen (2000), desenvolvimento relaciona-se com liberdade como principal fim, pois consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. O autor aponta que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos.

Segundo Tenório (2007), pensar o desenvolvimento local requer o alargamento de diversas dimensões: a econômica, a social, a cultural, a política e a ambiental. Implica considerar o inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade, sendo estes o Estado, a sociedade civil e o mercado.

Tratar de desenvolvimento local enquanto uma ação unilateral é visar ao crescimento setorializado, apoderando-se do termo para desmistificar sua real definição e deturpar o “desenvolvimento local [...] em nome de novos empregos e do aumento de renda, privatiza-se o público e retira-se do lugar a memória, a cultura do local” (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

O desenvolvimento territorial local, nesse sentido, deve em todo tempo tratar das melhorias coletivas para além da analogia individualizante, ter nas relações humanas a



centralidade de sua promoção (SAQUET; ALVES, 2014), promover de forma coletiva e ampliada um sentido de territorialidade multiescalar. Em complemento, o desenvolvimento territorial local “deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano, na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania.” (CONTAG, 1999, p. 4).

O conceito de desenvolvimento territorial local, dentro de uma perspectiva do mundo rural, contempla “um vasto e profundo campo de disputas entre concepções de sociedade, que expressam interesses conflitantes de grupos e classes sociais” (WANDERLEY, 2014, p. 80). Igualmente, a definição de território, o de desenvolvimento (rural), deve ser incorporada em sua análise com um bojo maior de perspectivas e resultados, sem se restringir somente ao viés econômico. Os resultados alcançados, de fato, podem medir um real desenvolvimento em detrimento de um crescimento exponencial de algumas partes.

Historicamente, os territórios rurais brasileiros apresentaram dois caminhos principais nos últimos cinquenta anos: um pautado em uma modernização conservadora, que prioriza as grandes extensões de terra, mecanização do campo, concentração fundiária e políticas que favorecem a expansão de grandes empreendimentos rurais e diminuição da agricultura familiar (IBID, 2014); e outro que intensificou a partir do início dos anos da década de 2000, baseado em uma “estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 73), cuja perspectiva seria “maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões do imenso território brasileiro e no maior número possíveis de suas microrregiões rurais” (VEIGA, 2001, p. 5), bem como valorizar as espacialidades e as diversas ruralidades existentes no Brasil (WANDERLEY, 2014).

Cabe ao Estado a função de direcionar as políticas territoriais para que favoreçam o desenvolvimento do meio rural e estejam alinhadas aos interesses dos atores locais (SABOURIN, 2002), de modo que eles tenham poder decisório na implementação, execução e avaliação dessas políticas, inclusive em instâncias de controle social vigentes (BONNAL; MALUF, 2010).

A multifuncionalidade da agricultura familiar ganha força nesse conceito a partir (entre o final do século XX e início do século XXI) da manifestação de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, que buscava “enfocar as múltiplas funções da agricultura e das terras com vista a definir políticas de desenvolvimento que assegurassem a sustentabilidade a longo prazo da agricultura e desenvolvimento rural” (BONNAL; MALUF, 2010, p. 248). Essas práticas têm como uma das principais funcionalidades garantir a sustentabilidade da agricultura e sobrevivência das famílias rurais através de sistemas interligados (MALUF, 2000), tanto nas práticas das atividades agrícolas quanto nos continuísmos de suas ruralidades e desenvolvimento endógeno.

### **3.1.6 Desenvolvimento Endógeno**

Assim como o desenvolvimento territorial local, o desenvolvimento endógeno perpassa obrigatoriamente pelo crescimento de vários setores e localidades no mesmo território, e não somente em alguma área específica ou em detrimento de outra. Entretanto, o que diferencia o desenvolvimento endógeno dos demais tipos de desenvolvimento é a promoção e o incremento socioeconômico territorial a partir da participação direta de seus atores locais, objetivando o bem-estar coletivo, a conservação do ambiente e a valorização dos arranjos produtivos locais.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de

desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento endógeno “consiste em endogeneizar uma série de variáveis anteriormente exógenas (tais como o capital humano, o meio-ambiente, etc.)” (ARAUJO, 2014, p. 02), a partir da valorização do coletivo, de uma sociedade. Esse conceito é tratado por Caldas e Martins (2005) como uma medida contra hegemônica, pela qual as potencialidades locais visam ao desenvolvimento territorial mais amplo, considerando um ideal de baixo para cima (*Buttomup*) e contrariando as lógicas mercadológicas excludentes.

Em relação ao desenvolvimento endógeno, o tema tem sido alvo de muitas discussões entre diversos autores. Segundo Long e Ploeg (1994), refere-se à abordagem mais profunda dos aspectos locacionais, uma vez que este é construído essencialmente a partir dos recursos disponíveis, dentre eles as potencialidades ambientais, a força de trabalho, o conhecimento nato e os modelos locais disponíveis para articulação da produção e do consumo, entendidos como fatores importantes para o fomento da economia local.

Brandão (2012) sinaliza o risco do emprego irregular do termo endógeno. Este, se mal utilizado, pode proporcionar a falsa compreensão de que o local tudo pode, de que o desenvolvimento endógeno ocorre naturalmente em qualquer ambiente, como fruto de interesse de seus atores. Igualmente, resulta em uma ideia de endogenia exagerada, quando, na verdade, a proposta de desenvolvimento endógeno deve priorizar não somente os atores envolvidos, mas também outros fatores, como o meio ambiente, política, localidades, espaço, economia local.

Barquero (2001) enfatiza que, desde a década de 80, o que se apresenta é um paradigma de desenvolvimento endógeno devido à necessidade de se encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação pública na promoção de territórios. Desse modo, pensar no desenvolvimento endógeno é propor o envolvimento da sociedade civil, poder público e mercado, sugerindo uma dinâmica produtiva local, conhecimentos, inovações, recursos disponíveis, potencialidades ambientais locais e força de trabalho para articulação da produção e consumo.

Outras considerações importantes dentro do conceito de desenvolvimento endógeno se fazem necessárias, em específico com relação aos termos cooperativismo, associativismo e autogestão. À medida que está tese compreende o cooperativismo não somente como formação político-econômica, sendo mais ampla, atuando também na compreensão de uma “organização coletiva da produção que valoriza as pessoas e seu trabalho [...] unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns” (CANÇADO, 2014, p. 39).

Enquanto o associativismo participa da construção do desenvolvimento endógeno como fenômeno associativo entre pessoas que tem objetivos comuns, podendo inclusive interferir nas decisões políticas, tendo como finalidade uma mudança social, ao qual beneficie seus integrantes, sem que estas ações prejudiquem os demais membros de uma sociedade (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - UFSC, 2010, p. 28). Já o termo de autogestão participa do processo de fomento de um desenvolvimento endógeno à medida que este conceito se propõe a valorizar suas práticas organizacionais e sociais da maneira mais coletiva, democrática e igualitária possível, onde não necessariamente todos os atores envolvidos tenham a obrigação de expressar seu ponto de vista, entretanto mantendo irreduzivelmente o direito a tê-la (CANÇADO, 2008). Assim compreende-se que o ideal do desenvolvimento endógeno visa relacionar o crescimento multisetorial de um território e de seus atores, para além dos vieses econômicos, onde se valoriza o sujeito, conserva o bioma e controla os processos de produção para promover o bem-estar coletivo.

### 3.1.7 Gestão Social

O conceito de gestão social, debatido e aprofundado no Brasil a partir da primeira metade da década de 90, tinha sua estrutura conceitual (em muito) interligada às práticas da administração pública, gestão de políticas públicas e programas sociais, cujo fim era apresentar alternativas que aproximassem a sociedade civil das ações públicas de forma institucionalizada (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Essa era uma opção de boas práticas das políticas públicas e sociais que surgiram após o fim do período do regime militar no Brasil.

Nesse contexto, as políticas públicas apresentam-se como demanda e finalidade direta e indireta da ação da sociedade civil, que deve participar em todas as suas fases, desde a sua implementação e execução até o monitoramento, em instâncias de controle social<sup>29</sup> ou práticas fiscalizatórias individualizadas. O conceito de “gestão social tem sido evocado nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais para os sistemas-governo, sobretudo na implementação de políticas públicas” (TENÓRIO, 1998, p. 1).

Gestão social configura-se como um constructo polissêmico pós-moderno, com tendências interdisciplinares, que emergem nos 1990, inicialmente a partir de demandas geradas pela implementação de políticas sociais nos países da América Latina [...] Diante da complexidade dos fenômenos socioeconômicos, trata-se de uma concepção de gestão que busca criar significativos cotidianos para as novas formas de ação coletiva e interorganizações que passam a surgir neste momento histórico (ARAUJO, 2014, p. 107).

A concepção prática da gestão social acaba atuando nas ações e no exercício de uma cidadania deliberativa, e que se origina nos anseios do povo e na valorização da razão comunicativa (HABERMAS, 1987), parte substancial do bem comum, de maneira que se torna centro do processo decisório das políticas públicas e o diálogo é a ação promotora de uma construção coletiva e democrática. É o que Pereira e Rigatto (2011) tratam como um processo de promoção e tomada do protagonismo dos atores locais no artifício da elaboração e avaliação de políticas públicas e sociais.

O conceito de gestão social utilizado nesta tese valoriza a ideia de “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação como fim último” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 697). Não há práticas para além dela, visto que o próprio ato de gestão é seu início em demanda e o próprio fim em avaliação e resultados.

À medida que a gestão social parte do interesse bem compreendido e acontece nesta esfera pública configurada para a gestão social, reforça-se a emancipação e quanto mais emancipação, mais fácil se torna perceber o interesse bem compreendido. Dessa forma, a gestão social tem um potencial intrínseco de se devolver e se reforçar a partir da própria prática. (TENÓRIO, 2013, p. 19-20).

Nesse caso, não é simplesmente realizar o ato da gestão, e sim desenvolvê-la a partir de uma estrutura organizacional que seja polissêmica e que respeite a diversidade existente na própria sociedade. Segundo Tenório (2013), gestão social pode ser dividida em seis categorias, as quais se completam e se interligam durante o processo de desenvolvimento. Sendo estas: inclusão, pluralismo, igualdade participativa, processo de discussão, autonomia e bem comum.

---

<sup>29</sup> Vide 3.1.8 desta tese.

## Quadro 2 - Critérios Participativos na Gestão Social/Cidadania Deliberativa

|  |
|--|
| <p><b>Processos de Discussão</b>, entre as partes representativas do poder público e a sociedade organizada, inseridas em um contexto cidadão – interesses legitimamente representados por um “poder negociado” dos cidadãos, entre eles próprios, e apresentado ao poder público, que amplia o campo da negociação, sendo ele mesmo um dos atores. O processo de discussão é amplo e pode alcançar outros processos em curso. A cidadania deliberativa é a viga mestre de todo esse processo;</p> |
| <p><b>Inclusão</b> garante que todos os atores sociais, incluindo as minorias, estejam representados em seus direitos. Para tanto, deve existir uma integração entre os diversos grupos, a qual é conciliada com os interesses sociais, políticos e técnicos. O escopo da inclusão é vasto, mas requer uma metodologia que possa ser democrática e que represente legitimamente diversos interesses;</p>   |
| <p><b>Pluralismo</b>, pressupõe a observação e o respeito aos diferentes perfis dos atores, seus pontos de vista e objetivos. Consideram-se atores, associações, entidades de classe, órgãos não governamentais e tantos outros agrupamentos que amparem as demandas de um grupo social;</p>   |
| <p><b>Igualdade Participativa</b>, todos os grupos podem eleger democraticamente seus representantes (todos podem participar), seus discursos devem ser observados e respeitados, posto que eles traduzem os anseios daqueles que os elegeram;</p>   |
| <p><b>Autonomia</b>, as proposições e as lideranças devem estar compromissadas apenas com as demandas legitimadas. Para tanto, as proposições devem ser independentes, seus líderes devem representar interesses singulares e desvinculados de qualquer pretensão, a não ser as dos grupos por eles representados;</p>   |
| <p><b>Bem comum</b>, propósito último almejado por todas essas práticas, avaliando se neste item o planejado e o alcançado têm a aprovação cidadã pelos membros dos grupos. Na avaliação, procura-se o melhor resultado possível, e não a otimização do alcançado, uma vez que o bem comum é negociado em sua base e apresenta em seu fim o que de melhor resultou de um processo de harmonização dos diversos interesses.</p>   |

**Fonte:** Villela et al. (2012, p. 131-132).

O processo de categorização da gestão social aprofunda-se na análise da democracia deliberativa, tanto que, ao longo das duas últimas décadas, vem agregando outros conceitos, como sustentabilidade, desenvolvimento, economia solidária, território, empreendedorismo social, arranjos produtivos locais, inovação social, tecnologias sociais, entre outros. Por isso, conceito de gestão social ampliou-se de uma esfera participativa, no campo das políticas públicas, para searas de participação coletiva do próprio homem, respeitando as particularidades de cada coletivo e, inclusive, favorecendo a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais em esferas macros e aplicações práticas locais, as quais se moldam ao espaço conforme a demanda social.

Pode-se afirmar que a gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalencem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários (ARAUJO, 2014, p. 111).

Fischer (2002) trata como emancipação individual e coletiva de gestão a ocasião em que os atores locais se tornam responsáveis por suas próprias decisões e sua própria história, não sendo mais subservientes às imposições do próprio Estado e, principalmente, do mercado. Essa indicativa faz oposição a uma prática monológica de gestão estratégica instrumental e

utilitarista, quando a decisão e a imposição de um pequeno grupo se sobrepõem forçosamente às escolhas do coletivo<sup>30</sup>. Tais práticas estão distantes de uma estrutura de gestão social que indica o inverso e prioriza o bem-estar coletivo e o bem comum, “enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo – o individualismo, na social, deve sobressair o diálogo – o coletivo” (TENÓRIO, 2008, p. 159).

Entretanto, atualmente, a prática instrumentalizada é a realidade do cenário brasileiro e transforma a sociedade civil em mero espectador de seu próprio território, colocando-a à margem do processo decisório como “um ator coadjuvante nos processos de tomada de decisão política” (KRONEMBERGER; GUEDES, 2014, p. 236). Por vezes, o Estado se coloca como conivente de um conjunto de peças que são geridas pela necessidade e anseio do mercado.

Ao tratar de gestão social nesta tese, a proposta é promover e valorizar o bem-estar coletivo, que deve se sobrepôr ao bem-estar individual. A inclusão e a melhoria na qualidade de vida de todos os atores envolvidos resultam, inclusive, da predileção dos anseios pessoais. De fato, o que se busca é uma estrutura não taylorista ou filantrópica, apoiada em valores éticos e políticos, com relações de poder horizontalizadas e dialógicas, nas quais o interesse de um grupo não se sobreponha à exploração ou invisibilidade do outro (ARAUJO, 2014), e cujo fim seja, em sua última instância, a emancipação do ser humano.

### 3.1.8 Controle Social

O controle social, considerando a discussão teórica abordada nesta tese, trata sobre a efetivação de espaços públicos de monitoramento e fiscalização das ações públicas a partir de um processo de gestão social, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Esses espaços públicos são instâncias de profilaxia dos bens públicos que, de forma participativa e paritária, dependem da ação da sociedade civil e do próprio Estado. Todos os membros (governamentais ou não governamentais) devem ter a faculdade de voz e de voto de forma igualitária, assim como seus aspectos obrigatórios respeitados, conforme imputa o artigo 3º da Constituição Federal do Brasil.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Constituir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento nacional;

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

A estrutura linguística de controle social aqui abordada distancia-se da perspectiva positivista sociológica, que tem no termo uma questão baseada em controle institucional coercitivo sobre a população, criando-se “meios que instituem a ordem social, como forma de disciplinar a sociedade, assegurando um conjunto de regras e princípios aos indivíduos, para manter determinada ordem” (MACEDO, 2014, p. 39). Entretanto, a perspectiva utilizada nesta tese se apresenta de modo inverso, já que as instâncias são consideradas espaços onde a sociedade participa efetivamente sobre as ações do seu próprio Estado.

A partir da década de 1990, o termo começou a ganhar força nos “ex post os atos da Administração Pública” (TENÓRIO, 2012, p. 31) existentes no Brasil, proporcionando, mesmo que de forma gradual, uma abertura para a participação popular no período pós-ditadura. Essa abertura foi impulsionada pela Constituição Federal de 1988 e pela força de movimentos

---

<sup>30</sup> Para maiores informações, vide item 3.10 deste capítulo.

populares, sociais e sindicais da época. No mesmo período também se observou a ampliação do próprio termo no meio acadêmico, com destaque para as seguintes instituições de ensino: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, entre outras. (CANÇADO, 2014).

Nessa conjuntura, o controle social tornou-se instrumento legal de implementação, fiscalização, avaliação e monitoramento de políticas públicas e demais ações das esferas governamentais, sejam elas de diferentes instâncias. Tais políticas e ações devem estar em consonância com conselhos municipais, estaduais e federais, tribunais de justiça, tribunais de contas, ministério público e demais entidades de suporte técnico-legal das ações públicas.

Controle social entende-se a existência de mecanismos formais (consultivos e /ou deliberativos) na esfera pública cujos objetivos são, para além do momento eleitoral: fiscalizar ações governamentais nas mais diversas áreas e de formas distintas; interceder abertamente quanto à formulação e implementação de políticas públicas, e canalizar opiniões e interesses dos grupos politicamente organizados em determinado tema com o objetivo de ouvi-los quanto a execução de políticas. (FONSECA; BEUTTENMULLER, 2007, p. 75).

Os espaços de realização das reuniões das instâncias de controle social ocorriam ainda de forma incipiente nos municípios brasileiros, tendo em vista a novidade do tema (década de 1990). Paulatinamente foram observadas melhorias desses espaços, ainda que insatisfatórias, sobretudo a partir da primeira metade dos anos 2000. A existência de um equipamento público digno é fundamental para que a “gestão social aconteça efetivamente é necessário um espaço onde, novamente (mas com diferentes intenções), as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim deliberarem sobre suas necessidades e futuro” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 148). É válido mencionar que o controle social ocorreu nos últimos anos no Brasil, em cenários diversos, com “novos formatos organizacionais (redes, consórcios intermunicipais, fóruns, arranjos produtivos locais, incubadoras de empreendimentos solidários etc.) e outros processos mobilizadores da sociedade” (ARAUJO, 2014, p. 86).

Logo, tratar de controle social significa compreender a aplicabilidade prática de ações que atuam “não somente como [...] um direito adquirido, mas como a potencialidade e criatividade dos usuários na elaboração da política, já que são estes os que realmente sabem, por perceberem no cotidiano” (MACEDO, 2014, p. 41) e na prática as reais dimensões que as políticas públicas exercem sobre suas vidas.

### **3.1.9 Cidadania Deliberativa**

Segundo Tenório (2012, 2007), cidadania é um conceito intrínseco à construção da própria sociedade, principalmente de seus processos políticos, sociais e econômicos, a partir da ação prática dos próprios cidadãos. É o que Campos (2011) cita enquanto ato prático no momento de aplicação dos direitos civis e da garantia dos direitos políticos, além do efetivo exercício das liberdades individuais e mecanismos de acesso a bens de consumo e proteção social. Já a cidadania deliberativa atua na efetividade prática da própria cidadania, tendo seu núcleo sustentado pela participação e efetivação da própria sociedade civil<sup>31</sup>, distanciando-se da tradição liberal e aproximando-se de ideais de igualdade participativa (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Na prática, a cidadania deliberativa visa à instância do bem comum, seja ela no aspecto governamental, ou no cotidiano da sociedade civil e da vida pública. A cidadania deliberativa

---

<sup>31</sup> “formado por associações e organizações livres, não estatais, não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 98).

efetiva-se por meio do benefício coletivo em detrimento do caráter individual, ou seja, é a “inexistência de privilégios nos processos decisórios originados do poder público e dos agentes econômicos [...] cidadania deliberativa pode, portanto, contribuir para evitar a manutenção da divisão da sociedade” (INNERARITY, 2006, p. 60). Em outros termos, a cidadania deliberativa é o distanciamento do individualismo metodológico promovido pelo sistema capitalista.

O conceito de cidadania deliberativa busca concretizar uma “legitimidade das decisões políticas, que devem ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”. (TENÓRIO, 2007, p. 54). Nesse sentido, a cidadania deliberativa fornece conceitualmente bases para a aplicabilidade das ações de gestão e controle social, pois indica e ratifica o valor da igualdade no processo decisório, tornando-se elo central no processo resultante do bem comum, inclusive das ações governamentais.

Villela (2012), ao tratar sobre cidadania deliberativa, faz uma profunda análise do termo e o subdivide em 5 categorias e 21 critérios, o que proporciona um processo de fundamentação e direcionamento das análises dos atos (da própria cidadania deliberativa) possíveis em sociedade, bem como sua relação direta com as políticas públicas e sociais.

**Quadro 3 - Categorias e critérios da cidadania deliberativa**

| Categorias  | Critérios  |
|---|--|
| <p><b>Processo de discussão:</b> discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p> | <p><b>Canais de difusão:</b> existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p>   |
|   | <p><b>Qualidade da informação:</b> diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p>   |
|   | <p><b>Espaços de transversalidade:</b> espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.</p>   |
|   | <p><b>Pluralidade do grupo promotor:</b> compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p>   |
|   | <p><b>Órgãos existentes:</b> uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p>  |
|   | <p><b>Órgãos de acompanhamento:</b> existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.</p> |
| <p><b>Inclusão:</b> incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos</p>  | <p><b>Abertura dos espaços de decisão:</b> processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma</p>  |

| Categorias   | Critérios   |
|--|---|
| espaços decisórios de políticas públicas.  | <p>chance igual a todos de participação na tomada de decisão.</p> <p><b>Aceitação social, política e técnica:</b> reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.</p> <p><b>Valorização cidadã:</b> valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação</p>   |
| <b>Pluralismo:</b> multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas. | <p><b>Participação de diferentes atores:</b> atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.</p> <p><b>Perfil dos atores:</b> características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.</p>  |
| <b>Igualdade participativa:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.   | <p><b>Forma de escolha de representantes:</b> métodos utilizados para a escolha de representantes.</p> <p><b>Discursos dos representantes:</b> valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.</p> <p><b>Avaliação participativa:</b> intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.</p>  |
| <b>Autonomia:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.   | <p><b>Origem das proposições:</b> identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.</p> <p><b>Alçada dos atores:</b> intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.</p> <p><b>Perfil da liderança:</b> características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.</p> <p><b>Possibilidade de exercer a própria vontade:</b> instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.</p> |
| <b>Bem comum:</b> bem-estar social alcançado através da prática republicana.   | <p><b>Objetivos alcançados:</b> relação entre os objetivos planejados e os realizados.</p> <p><b>Aprovação cidadã dos resultados:</b> avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.</p>   |

Fonte: extraído de Villela (2012, p. 40).



Em síntese a partir da de Villela (2012), pode-se definir a cidadania deliberativa como uma construção alicerçada em um processo de decisão, o qual é promovido por meio de ações participativas e coletivas em espaços de transversalidade, onde a inclusão tenha importância central no processo de valorização cidadã, de maneira que o pluralismo de atores em estruturas de igualdade participativa e autonomia possa (se bem conduzido), resultar na execução de políticas públicas e sociais oriundas dos anseios da própria sociedade civil, tendo como culminância o bem comum, onde é possível alcançar os objetivos delimitados a partir das necessidades da população local. (NASCIMENTO, 2016)

### 3.1.10 Razão Instrumental e Razão Comunicativa

A apresentação dos conceitos das razões (instrumentais e comunicativas) tem por objetivo trazer para o debate as diferenças de suas perspectivas, sendo uma delas dialógica enquanto a outra prioriza a valorização do individualismo preponderante na cartilha do sistema capitalista.

Habermas (2012a, 2012b), ao tratar sobre os termos relacionados ao entendimento da razão, utiliza como referência uma lógica ligada ao mote da modernidade (pós-modernidade) e de suas práticas instrumentalizadas. O teórico apresenta as dificuldades de um entendimento crítico dialético, resultado de um engessamento do agir subjetivo que “ultrapassa os limites daquilo que pode acomodar no “outro da razão” indiretamente evocado. Ora se a modernidade é descrita como um contexto de vida reificado e explorado, tecnicamente controlado [...] submetida às relações de poder” (HABERMAS, 2000, p. 468).

Como crítica a esse sentido de razão instrumentalizado, Habermas (2012a, 2012b) discorre sobre uma proposta de razão comunicativa, concebida como espaço lógico, evolutivo e dinâmico, e que vem refutar a tradicionalidade estrutural, transfigurada de moderno (HABERMAS, 2000). Para tanto, Habermas (2000) discorre sobre esses dois tipos de conceito (razão instrumental *versus* razão comunicativa) como extremos na construção de mundo.

Ao tratar da razão como aspecto instrumental (Weberiano), Habermas (2000) exhibe essa categoria como um princípio de controle monológico, valorização da esfera econômica e política sobre o sujeito, enaltecimento do objeto (ter) e controle sistêmico sobre o homem, resultando, sobretudo, na redução dos espaços públicos (práticas conjuntas em sociedade) e na desvalorização de um bem comum, é o que Lisboa (2009, p. 13) endossa ao abordar a “racionalização [...] não apenas [...] para a utilização de um tipo de ação racional dirigida ao campo industrial, ou material, mas também, á esfera das relações humanas a e dominação burocrática”.

Esse estado de controle instrumentalizado transcende as práticas das esferas administrativas regulatórias e se expande para as instituições da vida humana, tornando-se, por consequência, uma “ação estratégica que [...] alcançar o entendimento e demanda por uma atitude objetivante inclusive no campo das relações interpessoais é promovida a modelo para lidar metodologicamente [...]. Na esfera instrumental” (HABERMAS, 2012b, p. 196). Transvestida de modernização, a razão torna-se uma exacerbação do controle, pois substitui uma estrutura subjetiva do diálogo por um aumento gradativo de sistematização da vida humana, cria encastelamentos socioculturais, viola sutilmente valores pessoais e transforma o homem em algo substituível, normatizado e monológico.

Como a crítica auto referencial da razão se estabelece em discursos desprovidos de lugar [...] deixam guiar por instituições normativas que ultrapassam os limites daquilo que podem acomodar [...] ora, se a modernidade é descrita como um contexto de vida reificado e explorado, tecnicamente controlado ou totalitarizando dilatado, submetida a relações de poder, homogeneizado, encarcerado, as denúncias são sempre inspiradas por uma especial sensibilidade para ferimentos complexos e violações sutis (HABERMAS, 2000, p. 468).

O conceito de razão instrumental habermasiano é o que Ramos (1989) trata como racionalidade instrumental, que contempla o agir voltado para estratégias que visam à busca do lucro pelo lucro, à maximização da utilização dos recursos sociais, ambientais, culturais, etc. Nesse âmbito, as dimensões simbólicas também são utilizadas como fim principal da rentabilidade (SERVA, 1997). Essa interpretação substitui a própria razão dialética humana por um acumulado de práticas que promovem “simples indicadores quantitativos [...] a maximização das [...] sociedades unidimensionais centradas no mercado” (RAMOS, 1989, p. 181-182). Ao privar o homem em sociedade de um papel participativo multicêntrico, resultando em uma sociedade amorfa e acrítica.

Em contrapartida, os próprios autores (Habermas e Ramos, respectivamente) apresentam alternativas para a razão instrumental e a racionalidade instrumental. Essas alternativas são oriundas de uma construção coletiva, dialógica, participativa e subjetiva. É o que Habermas (2012a) trata como razão comunicativa, conceito alternativo frente à instrumentalização do homem e que prioriza o entendimento coletivo de participação, autorreflexão, comunidade e emancipação nos processos de dominação e controle. Valoriza-se, então, o desenvolvimento de ideais de participação em espaços públicos intersubjetivos, os quais se apresentam como “fluxos comunicativos que percorrem o limiar entre o mundo da vida e a sociedade civil” (LUBENOW, 2010, p. 236).

Essa racionalidade comunicativa exprime-se força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo (HABERMAS, 2004, p. 107).

A razão de bases comunicativas horizontais tem como concepção uma teoria que seja executada a partir da valorização do mundo da vida, que represente uma identidade adaptada às particularidades ao local e que tenha como princípio uma relação homogênea de seus participantes, de maneira que se possa proporcionar originalidade ao ambiente e reservar “padrões de interpretação, organizados linguisticamente e transmitidos culturalmente” (HABERMAS, 2012b, p. 288). Essa caracterização dialógica se materializa não somente através da fala ou escrita, mas, principalmente, na relação de entendimento e participação dos atores envolvidos.

Ramos (1989) também envereda pelo entendimento de uma racionalidade que estimule a prática e a valorização da sociedade e da ação comunicativa, cognominada racionalidade substantiva. Esse conceito trata da satisfação humana (indo na contramão da supervalorização sistêmica e individualização do homem) enquanto proposta de sociedade e vislumbra a participação multicêntrica (multidimensional). O mercado deixa, então, de ter o papel centralizador decisório e passa a ser somente mais um ente paritário, assim como as outras instâncias (Estado, sociedade). É o que Ramos (1989, p. 181), cita como a necessidade que “indivíduos, instituições e governos precisam [para] livrar-se dos atalhos conceituais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado”.

Ao tratar sobre razão comunicativa, racionalidade substantiva e sua relação com a sociedade civil, é possível uma aproximação conceitual sobre a ótica dos termos de territórios, territorialidades e processos sócio-históricos, devido aos processos que dão singularidades a estes espaços, a partir de uma construção (e reconstrução deles, a partir de seus processos identitários e dialógicos, que se constroem (e reconstroem)) cultural, social, política, ambiental e econômica, que tem dentre seus princípios uma prática de ação comunicativa. A reprodução cultural assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão semântica), as condições existentes no mundo [...] a integração social assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão do espaço social) às condições existentes do mundo [...] por meio de relações interpessoais reguladas legitimamente e confere continuidade à identidade de

grupos. A Socialização dos membros assegura finalmente, a ligação de novas situações apresentadas (na dimensão do tempo histórico) às condições existentes do mundo; garante às gerações sucessivas a aquisição de capacidade de ação generalizadas e busca harmonizar as histórias de vida individuais e formas de vida coletivas [...] portanto, os esquemas de interpretação suscetíveis de consenso (ou “saber válido”), as relações interpessoais ordenadas legitimamente (ou “solidariedades”), assim como as capacidades de interação (ou “identidades pessoais”). (HABERMAS, 2000, p. 476-477).

É um somatório de medidas que faz parte de um sistema de ideias promotoras e de um desvelamento dialógico de seus entes, dos quais derivam uma ação comunicativa e uma prática multidimensional enquanto propostas de solidariedade social, tendo nas bases socioculturais o sentido de valorização do mundo da vida.

### **3.1.11 Reterritorialização Dialógica<sup>32</sup>**

O conceito de reterritorialização dialógica tem como sua conspécção o embate entre terminologias: de um lado estão os juízos da razão instrumental de Habermas e a racionalidade instrumental de Guerreiro Ramos; e do outro a ação comunicativa habermasiana e a racionalidade substantiva guerreiriana.

Os quatro termos, divididos em dois grandes blocos opostos, expõem e questionam propostas e realidades distintas para a concepção de sociedade. O primeiro bloco (razão instrumental/razão instrumental) apresenta uma realidade em que o principal interesse é o arrefecimento dos bens humanos, naturais e sociais, privilegiando uma rentabilidade exclusiva e maximização dos lucros. Esse bloco cria realidades que acabam “distanciando homens, instituições, sociedades e territórios, historicamente próximos [...] à medida que proporcionalmente se aumenta um individualismo metodológico e uma instrumentalização do ser.” (NASCIMENTO; IKEDA JR.; MELO, 2020, p. 233).

Em contrapartida, o mote da ação comunicativa habermasiana e a racionalidade substantiva guerreiriana evidenciam uma alternativa aos conceitos instrumentais por meio da utilização de uma proposta dialógica, participativa, subjetiva e coletiva de discernimento, posição e promoção social. A centralidade das questões em sociedade seria estabelecida pelos interesses comunitários e de participação humana multidimensional, onde o aspecto mercadológico não é ente central e decisório nas questões sócio-humanas.

É nessa dicotomia que se desdobra o conceito de reterritorialização dialógica, que agrega a ação comunicativa de Habermas e a racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos, enquanto alternativa reconstrutora de território e comunidades que foram degradadas por concepções de caráter instrumental e estritamente mercadológico.

A reterritorialização dialógica, nesse sentido, perpassaria por um processo de governabilidade por meio da participação direta da sociedade civil, enquanto ente fiscalizador das atividades públicas e do território, tendo discurso paritário e decisório junto ao Estado e ao mercado, onde as decisões seriam a partir de acordo entre as partes, e que resultaria (nessa respectiva ordem) no bem primordial da sociedade, do Estado e do mercado.

Tratar sobre o conceito de reterritorialização dialógica é criar premissas para a realização de medidas de controle e gestão social e cidadania deliberativa. A gestão das ações públicas e territoriais seria definida pelas práticas e escolhas diretas do cidadão, cujo resultado seria uma maior soberania popular (TENÓRIO, 2012), uma sociedade mais igualitária a partir

---

<sup>32</sup> O conceito de reterritorialização dialógica e trechos completos desses subcapítulos encontram-se publicados no livro Educação. Economia Solidária e desenvolvimento territorial (PEREIRA; LOCKS; SAVIAN, 2020), capítulo 13 “Reterritorialização dialógica, um caminho” (NASCIMENTO; IKEDA JR.; MELO, 2020, p. 233-254).

de um desenvolvimento local, onde as oportunidades seriam equivalentes e não dependentes do capital (SACHS, 2008).

Tratar sobre desterritorialização dialógica é fortalecer a prática coletiva da sociedade civil organizada, participativa e continuada; é enaltecer o diálogo “como uma opção ativa de retomada de seus espaços originários, onde os atores da sociedade civil são os principais responsáveis por interromper uma exploração econômica” (NASCIMENTO; IKEDA JR.; MELO, 2020, p 249); é fomentar mecanismos participativos de controle social frente aos sistemas desterritorializantes, monológicos e mercadologicamente hierarquizados.

### 3.1.12 Relações entre Território, Buen Vivir e Agir Comunicativo Habermasiano

O atual cenário internacional mostra que as atividades estritamente econômicas direcionam as ações da vida humana em ritmo substancialmente instrumentalizado (RAMOS, 1989). Observa-se uma hipervalorização de práticas financeiras e de mercado, assim como o julgamento da importância (do homem e da natureza) do poder de compra ou venda, de ações produtivas e da troca pela força de trabalho e/ou extração de recursos naturais.

Mudanças perceptíveis de transformação do mundo da vida por um mundo sistêmico (HABERMAS, 2012a, 2012b) acabam sumariamente imputando nas sociedades consideradas modernas pensamento estritamente cartesiano, que prioriza a acumulação de bens e de bases, e de trocas produtivas. As relações humanas são categorizadas em um segundo plano, produzindo panorama em que “A sociedade contemporânea alimenta a crença singela de que a posse e usufruto de bens materiais, adquiríveis por meio do dinheiro, são fonte de toda a felicidade terrena.” (LISBOA, 2009, p.11). Dessa forma, os valores da vida humana são paulatinamente alterados por uma “*perspectiva economicista y buscan valor raciones económicas en cada especie [...]. Como hay muchos que sólo se habla del valor económico [...] se renuncia a las demás dimensiones para valorar la naturaleza*” (GUDYNAS, 2011, p. 255).

Segundo Echeverría (1995), essas ações, falsamente consideradas modernas, culminam na utópica sensação de evolução humana e que apresenta na sua essência maneiras de exploração, as quais refletem diretamente na utilização instrumentalizada da natureza como monopólio do homem. Este torna-se um mero produto que pertence ao mercado e não um ser vivo em evolução, dotado de direitos. Essa conjectura eurocêntrica proporciona uma prática em que a “marca do mundo moderno a imaginação dos seus beneficiários e a conta afirmação dos oprimidos”. (WALLERSTEIN, 1990, p. 346). Ao longo do século XX, na medida em que os pensamentos liberais e neoliberais avançam, principalmente nas antigas colônias europeias, revogam-se, quase que em definitivo, os processos de luta pela emancipação do homem, ações de liberdade, justiça e sua relação com a natureza.

A partir de tais questões, os conceitos de território, buen vivir e agir comunicativo interagem e são colocados como medidas de compreensão da exploração no mundo e do impacto que essa opressão exerce sobre as relações humanas, sociais, práticas de exploração da vida e da natureza.

Para compreensão do *buen vivir*, é necessário um entendimento sobre a sua contextualização histórica. Conhecida originalmente como *Sumak Kawsay* (termo ancestral dos povos Kichwa, como Incas, Chancas, Huancas, Cañaris, etc.), *buen vivir* define-se como uma “forma de vida em harmonia com a natureza e com os outros seres humanos” (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014, p. 26), sendo sua essência um “*estado de plenitud de toda la comunidad vital*”, “*plenitud de la vida*” ou “*vida plena*” (FARIA, 2016, p. 11).

A perspectiva epistemológica do *Sumak Kawsay* parte de uma cosmovisão do mundo e da vida que busca desenvolver sentimentos e percepções ímpares como alternativa de promoção e desenvolvimento do coletivo. Essa perspectiva valoriza uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza (que deixa de ser objeto e passa a ser sujeito), respeitando a sua ancestralidade, tradições, aspectos culturais, sociais e ambientais.

*El “buen vivir” apunta a una ética de lo suficiente para toda la comunidad, y no solamente para el individuo. El “buen vivir” supone una visión holística e integradora del ser humano, inmerso en la gran comunidad terrenal, que incluye además de al ser humano, al aire, el agua, los suelos, las montañas, los árboles y los animales; es estar en profunda comunión con la Pachamama (Tierra), con las energías del Universo, y con Dios. (BOFF, 2012, p. 66).*

Construída tradicionalmente pelos povos andinos, o *buen vivir* é uma nova versão do então *Sumak Kawsay*, mais especificamente do *kichwa* como “*allí kausay*” (FARIA, 2016, p. 11), que exerce um ideal de valorização de direitos da natureza ao respeitar a preservação da vida e de um ambiente saudável, utilizando, de forma consciente, os recursos naturais. Sem exploração e com a máxima conservação possível onde se busca “*Garantizar los derechos de las personas, las colectividades y la naturaliza*” (CAMPAÑA, 2013, p. 14). Atitudes consolidadas na consciência da *Pachamama* (universo mãe/terra mãe) enquanto ente essencial para a existência humana e dos demais seres vivos.

O termo *pachamama* é formado pelos vocábulos ‘*pacha*’ que significa universo, mundo, tempo, lugar, e ‘*mama*’ traduzido como mãe. De acordo com vestígios que restaram, a *Pachamama* é um mito andino que se referente ao ‘tempo’ vinculado à terra. Segundo tal mito, é o tempo que cura os males, o tempo que extingue as alegrias mais intensas, o tempo que estabelece as estações e fecunda a terra dá e absorve a vida dos seres no universo. (TOLENTINO; OLIVEIRA, 2015, p. 315).

O conceito de *buen vivir* ganha força no início do século XXI, consolidando-se como movimento de base popular da América do Sul, concretizado nas constituições do Equador (2008) (Constituição de Montecristi) e na constituição boliviana (2009), onde se fomentam a elaboração de políticas públicas e sociais, responsáveis pelos debates sobre valores sociais e ambientais e pelo sinal de rompimento com as tradições instrumentalizadas, capitalistas e individualistas, presentes nas sociedades ocidentais.

O *buen vivir* se coloca como uma proposta que apresenta alternativas para que se possa “viver em igualdade e justiça. Onde não haja explorados e nem exploradores, onde não haja nem excluídos nem quem excluía. É viver em comunidade, em coletividade, em reciprocidade e, especialmente em complementariedade” (CONSTANTE, 2016, p. 07). Replica-se, então, a igualdade de direitos em sociedade e, especialmente da natureza.

A formalização legal do *buen vivir* proporciona à natureza direitos até então negados, já que “*Los derechos de la naturaliza son mucho más que una mera adición ambientalista [...] implica un cambio radical em los conceptos de ambiente, el desarrollo y la justicia*” (GUDYNAS, 2011, p. 240). Nesse sentido, pensar e agir conforme a predileção do *buen vivir* é, em sua essência, tratar a natureza enquanto indivíduo vivo, participativo e com direitos legais, assim como qualquer outra pessoa, e admitir suas particularidades intrínsecas e constitutivas de todo ecossistema.

Tratar sobre o termo território a partir do conceito de *buen vivir* é apresentar ambos de forma indissociável, pois o território é proposto como algo para além dos limites geográficos, em contínuo processo de transformação, maciço de feições simbólico-culturais, repleto de subjetividades e imaterialidades sócio-históricas e culturais (HAESBAERT, 2012). Esses entendimentos sobre o que é o território compreendem ações de multiplicidade sociocultural, desenvolvidas pelos próprios atores locais, que moldam o espaço com base nas características específicas de cada lugar (bioma). Essa medida propõe a concepção de território como elemento que proporciona sustentabilidade às práticas do *buen vivir*, sendo feito a partir dele (território = homem e natureza) e pensado como espaço de aplicação de suas próprias ações.

Fato inverso é o que acontece na prática em inúmeras regiões do mundo, onde o território e as comunidades tradicionais são constantemente explorados e findados por atividades supostamente ditas desenvolvimentistas, intensificadas em meio a um sistema de exploração humana e ambiental. Por esse motivo, é fundamental uma leitura humanizada sobre

territórios no caso do *buen vivir*, pois nele comporta toda uma gama de possibilidades transformadoras tanto nos aspectos sociais quanto ambientais.

O termo agir comunicativo habermasiano tem similitudes no conceito de *buen vivir*, já que ambos se apresentam enquanto alternativas de (re)valorização subjetiva humana a partir de diversas esferas. Ambas as propostas (*buen vivir* e agir comunicativo) interagem quando suas epistemologias dialogam com as críticas sobre as falsas impressões de modernidade ocidentalizada, aplicadas de forma instrumentalizada e como modelo de imposições econômicas. Essas falsas impressões intensificam as desigualdades e ampliam a exploração humana em detrimento do homem, do meio ambiente e de ações conjuntas em sociedade.

*la posibilidad de un nuevo contrato social enraizado en la relación y convivencia ética entre humanos y su entorno, con el afán de retar la fragmentación y promover la articulación e interculturalización. Pues abre la posibilidad para tejer una nueva identificación social, política y cultural de país que acepte las particularidades históricoancestrales a la vez que tome distancia del capitalismo y su arquetipo de sociedad eurocéntrico norte americano. Así apunta la necesidad cada vez más urgente y crítica no de simplemente sobrevivir sino de con-vivir.* (WALSH, 2008, p. 148).

Assim, o pensamento dialógico e horizontalizado apresenta-se como uma resistência ao buscar o avanço coletivo em sociedade com menos desigualdade, por esse motivo o agir comunicativo de Habermas pode se colocar como via de transmissão das práticas do *buen vivir* para sociedades não andinas, enquanto alternativa. em que se pode desenvolver um exercício de transformação social e ambiental para comunidades tradicionais e que se encontram em uma bolha de inversões de valores, impostas pelo sistema capitalista vigente. Logo, nesta tese ao abordar os conceitos do universo da dialogicidade (ação comunicativa, racionalidade substantiva, gestão e controle social, cidadania deliberativa, reterritorialização dialógica, entre outras), trata-se substancialmente também do *buen vivir*.

## 4. CAPÍTULO - ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Caracterização da Pesquisa

Esta tese tem a etnografia como método de pesquisa (SABIRÓN; ARRAIZ, 2005), procedimento que tem por característica a valorização das interações humanas (MOREIRA; CALEFFE, 2006), bem como o objetivo fundamental em desenvolver mecanismos que busquem compreender e responder às questões e problemas aventados criticamente da forma mais completa possível. (GIDDENS, 2012)

Tendo como metodologia o processo de investigação qualitativa, em consonância com os alicerces do método etnográfico, a partir de uma interação entre o pesquisador e o cidadão local, valorizando o cotidiano do sujeito, bem como a promoção das características socioculturais que cercam a realidade pesquisada (PEREIRA; LIMA, 2010). De maneira que o próprio investigador torna-se parte integrante do processo de produção do conhecimento (mesmo ocorrendo o distanciamento científico), priorizando continuamente as expressões tradicionais e os sujeitos-objeto, que acabam por ter papel determinante nos resultados apresentados (FLICK, 2004).

A etnográfica possibilita observar aspectos, elementos e fatores que permitem caracterizar com maior detalhamento grupo de pessoas que convivem numa mesma região, abstraindo aspectos específicos de uma complexidade social por vezes ofuscados pelo olhar atento ao contexto material ou despreparado para identificar elementos subjetivos de um modo de vida peculiar. [...] por exemplo dos laços de afetividade e solidariedade, valores, signos e crenças que possibilitam subsídios para além da análise descritiva, permitindo entre outros, ensaios interpretativos sobre comportamento social. (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015, p. 37).

O método etnográfico, a partir de uma metodologia qualitativa de pesquisa, apresenta uma relação direta com as expressões sociais, culturais, políticas e ambientais do território, o qual precisa ser analisado pelo pesquisador de uma forma ampla e não setorializada (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998). Preza-se pela essência e abrangência das tradições humanas, suas identidades e seu conhecimento empírico; busca-se obter uma visão mais completa possível sobre o fenômeno social estudado (MINAYO, 2010), que deve resultar em evidências interpretativas (VERGARA, 2010), acumuladas ao longo das etapas de coleta e análise dos dados.

As pesquisas qualitativas, por mais que utilizem dados quantificáveis numericamente, como gráficos, mapas, dados econômicos e sociais, entre outros, priorizam as relações sociais através das interlocuções, participações inesperadas, pesquisas de campo e colaborações dos atores locais envolvidos em seus territórios, de maneira que se possa construir um “diálogo inteligente e crítico com a realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito” (DEMO, 2001, p.10).

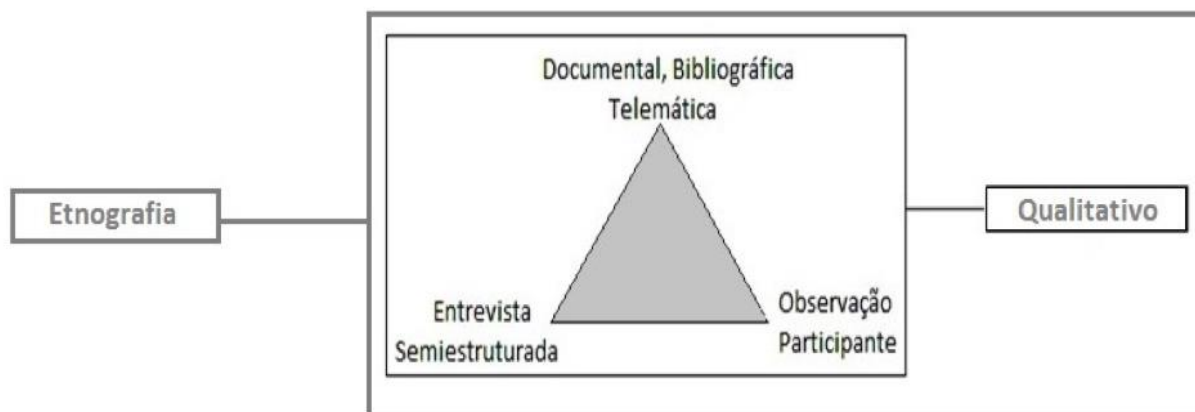
Esta pesquisa tem como direcionamento valorizar o cotidiano do sujeito-objeto enquanto promotor de seu conhecimento e principal responsável pela sua transmissão cultural, proporcionando a ideia de que o “compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação” (FREIRE, 2007, p. 22).

Aprecia-se (nessa perspectiva) a importância e o papel da linguagem (GIROUX; MACLAREN, 1993), no sentido de um diálogo democrático (FREIRE, 1987) pelo qual são erguidas “narrativas como técnica de construção de dados [...] para a desconstrução e reconstrução das próprias experiências tanto do pesquisador como dos sujeitos participantes” (PEREIRA; LIMA, 2010, p. 07). Ademais, busca-se promover o empoderamento do indivíduo, detentor de uma “ecologia dos saberes” (D’AMBRÓSIO, 2001), formas únicas do domínio de técnicas, e das relações humanas e sociais fomentadoras das territorialidades do seu espaço.

Especificamente nesta tese, a etnografia é utilizada enquanto “tarefa de descondicionarmo-nos de nossos sistemas classificatórios acadêmicos na compreensão de saberes e técnicas elaboradas pelos humanos na relação com o meio ambiente em diferentes culturas” (CAMPOS, 2002, p. 10), de valorização do saber empírico enquanto gerador da produção de conhecimento e ponto de partida do processo de pesquisa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas as técnicas de a) análise documental e bibliográfica/telemática; b) observação participante; e c) entrevistas semiestruturadas (ANGROSINO, 2009), com a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29). Tendo como intuito propiciar a valorização do “contexto, da história, das relações, das representações [...] visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (IBID, 2010, p. 28-29).

Cada uma das técnicas utilizadas apresenta suas especificidades dentro do método etnográfico e da metodologia qualitativa. A análise documental (bibliográfica e telemática) fundamenta sua importância à medida que edifica um suporte legal, acadêmico e científico por meio da investigação-formação do universo a ser estudado (PEREIRA; LIMA, 2010); a observação participante tem o desígnio de auxiliar na construção do real, do cotidiano das relações socioculturais, alicerçando-se na imersão do investigador no território de interesse (SILVA, 2000); a entrevista semiestruturada é composta por um roteiro aberto e prévio de perguntas principais, cuja finalidade é contextualizar o tema proposto e suscitar a discussão de outras questões consideradas importantes por parte do entrevistado, mesmo que não estejam previamente estabelecidas pelo entrevistador (MANZINI, 1991). Ademais, a entrevista semiestruturada visa à compreensão a partir da hermenêutica e da posição do sujeito-objeto, que se expressa em signos, sentidos e percepções individuais sobre o que é questionado (CASAL, 1996).



**Figura 3** - Método, metodologia e técnicas utilizadas na triangulação de pesquisa  
**Fonte:** Adaptado de Yin (2001, p. 121).

A conjunção das técnicas (documental – bibliografia/telemática, observação participante e entrevista semiestruturada) tem também como objetivo apresentar questões que são pertinentes àquele território, “indicando que o pesquisador não descobre nenhuma “dimensão oculta” do real (trata-se de um real quer sociológico, quer psicológico), mas participa de uma intervenção sobre o social” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 320). Dessa forma, confere-se um maior respaldo aos resultados apresentados.



## 4.2 Pesquisa Bibliográfica, Observação Participante e Entrevista Semiestruturada

Como já descrito, esta tese apresenta um método etnográfico de metodologia qualitativa, utilizando da triangulação das técnicas documental (bibliográfica/telemática), observação participante e entrevista semiestruturada, enquanto instrumentos em que se busca apresentar resultados, e que se traduzam para além de dados estritamente numéricos, de maneira que se criem elementos mensuráveis, expressando proximidade e realismo ao que está sendo pesquisado.

A partir das propostas descritas por Gil (2002) e Minayo (2010), as fases de utilização das técnicas de coleta de dados serão as seguintes:

**1º Fase** – A pesquisa documental (bibliográfica e telemática) é um instrumento que propõe a definição de uma normativa inicial da pesquisa, auxilia na delimitação do tema, do objeto, da construção de marcos e referenciais teóricos, pressupostos específicos, e contribui para a elaboração dos direcionamentos preliminares da pesquisa. É realizada a partir de “uma atitude prática e teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (MINAYO, 1994, p. 23). A fase bibliográfica tem como principais características apresentar múltiplas fontes de diversos autores, auxiliar continuamente no processo de delineamento da pesquisa (TOZONI-REIS, 2009) e construir (e reconstruir) o seu referencial teórico.

Especificamente para esta pesquisa, podem-se citar algumas das principais fontes utilizadas, como: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas -IBGE; b) Sistema Sidra - IBGE; c) IBGE Cidades; d) Instituto de Políticas Alternativas Para o Cone Sul - PACS; e) Planos diretores municipais<sup>33</sup>; f) dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA (e extinto MDA) ; g) registros normativos e legais (municipais, estaduais e federais) ; h) análises sobre políticas públicas participativas em territórios brasileiros; i) Instituto Estadual do Ambiente - INEA; j) Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS; l) sites, jornais e revistas com credibilidade; m) dados de associações, cooperativas, sindicatos e demais instituições regimentadas que tratem sobre o tema desta tese; n) Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA, feitos no TIdI; o) materiais diversos produzidos pelo (ou para) o colegiado territorial da Ilha Grande; p) dados do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial – PEPEDT/UFRRJ; q) teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos que tratem direta ou indiretamente sobre as temáticas que envolvem esta tese; r) demais dados técnicos e/ou científicos que abordem direta ou indiretamente o TIdI.

O somatório dessas fontes primárias tem como finalidade sustentar a pesquisa e direcionar outras bibliografias que podem subsidiar “o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado” (BOCCATO, 2006, p, 266). Também serve como referência para a elaboração e instrumentalização das fases seguintes desta pesquisa, de maneira que “não se reduz a uma apresentação de ideias de diferentes autores acerca do tema estudado. Do contrário, exige do pesquisador a produção de argumentação sobre o tema, oriundas da interpretação própria” (TOZONI-REIS, 2009, p. 37). com a finalidade de auxiliar na análise de um problema a partir de uma outra perspectiva, ainda não observada.

**2º Fase** – A observação participante nesta pesquisa tem como fins estabelecer uma melhor assimilação e compreensão dos dados; utilizar de maneira descritiva os atributos de inserção no ambiente natural pesquisado como fonte primária a partir da interpretação e coleta de dados; construir resultados analíticos; buscar um entendimento amplo do universo investigado; empregar bases indutivas como medida para a captação e análise dos dados obtidos durante as imersões no território investigado. (GODOY, 1995).

---

<sup>33</sup> Municípios de Itaguaí e Seropédica.

À medida que se busca “compreender o ‘outro’ numa relação de constantes transformações cíclicas [...] da realidade sociocultural do outro com nossos processos mentais comuns para entender seu produto sociocultural, sempre diverso do nosso” (CAMPOS, 2002, p. 47-48), fornece-se um panorama único daquele ambiente, tornando possível observar e descrever os fenômenos analisados de modo mais compassivo, mas extremamente científico.

A observação participante desta tese (no TIdI) subdivide-se em dois momentos. O primeiro corresponde aos anos de 2015-2016, que compete o período de observação direta (VIEIRA; VIEIRA, 2018) enquanto pesquisador e extensionista do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial -PEPEDT/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, ocasião em que foram desenvolvidas atividades com as comunidades tradicionais locais, associações, conselhos, entidades público-governamentais e sociedade civil, destacando-se a organização e participação em ações como:

a) Cinco reuniões do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande - BIG<sup>34</sup>, que ocorreram sistematicamente de forma itinerante entre os anos de 2015 e 2016, nos municípios de Itaguaí, Seropédica, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro. Essas reuniões contaram com a participação de comunidades tradicionais locais, técnicos, extensionistas, gestores públicos e demais entes com envolvimento direto/indireto em atividades rurais do território;

b) Pesquisa de campo (ano de 2015) nas localidades costeiras da Ilha da Madeira e Coroa Grande (Itaguaí - RJ), com a finalidade de produzir um levantamento técnico sobre as condições das atividades pesqueiras locais após a implementação dos megaempreendimentos portuários na região<sup>35</sup>;

c) Duas reuniões descentralizadas, realizadas nos anos de 2016, com a finalidade de construir o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS<sup>36</sup>;

d) Cursos de extensão para as comunidades rurais de Mazomba/Mazombinha – Itaguaí/RJ, em 2015, e no Parque Estadual do Cunhambebe – Mangaratiba/RJ, em 2016.

O segundo momento refere-se ao período entre os anos de 2017 a 2020<sup>37</sup>, quando ocorreram participações em atividades e eventos, levando a uma maior proximidade das comunidades tradicionais locais. Destacam-se as seguintes ações:

a) Presença em dez reuniões do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG entre os anos de 2017 a 2020;

---

<sup>34</sup> O Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande – BIG é organizado pelo Programa de Extensão, Pesquisa, Ensino em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT), integrante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É composto por atores governamentais e não governamentais que fazem parte dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty e Rio Claro, que atuam direta ou indiretamente nas práticas das comunidades tradicionais e ações de agricultura familiar no território. O objetivo é promover o desenvolvimento coletivo das atividades e espaços dessas comunidades.

<sup>35</sup> Como resultado foram produzidos os artigos: Ilha da Madeira – Itaguaí (RJ - Brasil), um arquipélago em disputa: os megaempreendimentos, atores locais e o apl pesqueiro da REGIÃO apresentados no XV Encuentros de Geógrafos de América Latina - Havana – Cuba, 2015, e o artigo O caso da Companhia Mercantil e Industrial - INGÁ S/A, o risco eminente continua, apresentados no 3º Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a baixada Fluminense e publicado na revista *Recôncavo* (ISSN 2238-2127), 2019 e 2020.

<sup>36</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) utiliza uma diretriz nacional que resultou nos desdobramentos de um plano territorial de perspectiva ampla, atuando no entendimento de interligação entre níveis nacionais e sua aplicabilidade em escalas locais, proporcionando uma “nova visão complexa da ruralidade contemporânea no Brasil que não pode ser concebida de forma isolada [...] Os espaços rurais e as cidades, portanto, assumem crescentemente um caráter de interdependência complementar e não de oposição” (MDA, 2016, p. 5 apud IICA, 2015).

<sup>37</sup> Cabe mencionar que durante o período do ano de 2020 esta pesquisa encontrou algumas dificuldades para sua realização em virtude a pandemia de covid-19. O que resultou em breves períodos (semanas) de *lockdown* no estado do Rio de Janeiro e ações de distanciamento social.

b) Organização e participação em duas reuniões com gestores públicos locais, cujo objetivo era construir o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS, realizadas em 2017;

c) Participação como ouvinte nas reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca – Itaguaí/RJ, ao longo do segundo semestre do ano de 2018;

d) Participação e organização de reuniões descentralizadas no território para viabilizar a criação da Associação de Turismo Rural Sustentável e Solidário das Serras do Matoso e Piloto (Itaguaí – Mangaratiba/RJ), entre os anos de 2017 e 2018;

e) Visitas sistemáticas nas localidades rurais de Serra do Matoso, Raiz da Serra e Serra do Piloto (Itaguaí – Mangaratiba/RJ), entre os anos de 2017 e 2018, para a pesquisa de campo e realização de um levantamento sociocultural, socioeconômico e sócio-histórico do território, com envolvimento das comunidades da região<sup>38</sup>.

No período entre os anos de 2018 a 2020, cabe destacar a observação direta participante (VIEIRA; VIEIRA, 2018) feita em todos os subterritórios do TIdI com a finalidade de aproximar o pesquisador do território e das comunidades tradicionais pesquisadas para compreender o “interrupto fluxo de significados, por meio de sua sensibilidade, decidir quais sinais, falas, eventos, nomes, relações e objetos deveria privilegiar para reconstruir a realidade” (SILVA, 2000, p. 58). Traçar uma relação direta com o território, coletar dados objetivos e subjetivos, construir um caderno de campo e desenvolver uma “observação participante capaz de [...] saber sobre as pessoas e seu modo de vida” (ANGROSINO, 2009, p. 34), aspectos imprescindíveis para a elaboração da terceira fase desta pesquisa.

Ao todo (entre os anos de 2018 e 2020), foram realizadas cinco visitas de campo ao subterritório V (Santana, 26 de dezembro); três aos subterritórios I (Mazomba (Mazombinha), Águas Linda Santa Cândida e Teixeira), II (Santa Sofia, Ibutuporanga, Raiz da Serra), VI (Piranema, Ipanema, Parque Jacimar) e VII (Ilha da Madeira); e duas visitas aos subterritórios III (Agrovila Chaperó) e VI (Coroa Grande, Vila Geny), totalizando 21 visitas a campo. Além da busca por uma compreensão do cotidiano das localidades, também foram obtidos “registros fotográficos [...], incorporando à pesquisa científica novas fontes primárias” (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015, p. 39). (VIDE QUADRO 1)

A observação participante, enquanto método etnográfico (utilizado nesta pesquisa de tese), compreende, segundo Angrosino (2009), tanto a observação direta (2015 e 2016) quanto a observação direta participante (2017 a 2020) (VIEIRA; VIEIRA, 2018). Ambas acabam por compor conjuntamente o mesmo processo de assimilação de informações e absorção de fenômenos, interpretados como percepção dos aspectos culturais, fenômenos naturais e conhecimentos empíricos, fundamentais à compreensão da ancestralidade dessas comunidades. (CANANÉA, 2013).

As observações não foram definidas pela forma como aconteceram os contatos, tampouco se esses encontros ocorreram de forma planejada ou não. Para o pesquisador, todo contato sujeito-sujeito, sujeito-território e/ou sujeito-objeto tornou-se uma construção fluida e contínua, com oferta de dados e, conseqüentemente, processo integrante da pesquisa de campo (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015; PEREIRA; SANTOS, 2015).

---

<sup>38</sup> Teve como resultado o capítulo de livro “Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto (S. M/P) – Rio de Janeiro – BR” – Editora UNIJUI (2018) – ISBN 987-85-419-0262-5; e o artigo “Território rural e alternativas para o desenvolvimento endógeno a partir de uma perspectiva de gestão social: análise sobre o caso das Serras do Matoso e do Piloto, Rio de Janeiro – Brasil”, Apresentado no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Juazeiro do Norte / CE, 2018.

**Quadro 4** - Lista de observação participante e observação participante direta desta pesquisa, ocorridas no Território Identitário de Itaguaí entre os anos de 2015 a 2020<sup>39</sup>

| Ano  | 2015 |   |   |    | 2016 |   |   |    | 2017 |   |   |    | 2018 |   |   |    | 2019 |   |   |    | 2020 |   |   |    |
|--|------|---|---|----|------|---|---|----|------|---|---|----|------|---|---|----|------|---|---|----|------|---|---|----|
| Meses<br>(1= janeiro, até 12 =<br>dezembro)        | 1    | 4 | 7 | 10 | 1    | 4 | 7 | 10 | 1    | 4 | 7 | 10 | 1    | 4 | 7 | 10 | 1    | 4 | 7 | 10 | 1    | 4 | 7 | 10 |
|  | -    | - | - | -  | -    | - | - | -  | -    | - | - | -  | -    | - | - | -  | -    | - | - | -  | -    | - | - | -  |
|  | 3    | 6 | 9 | 12 | 3    | 6 | 9 | 12 | 3    | 6 | 9 | 12 | 3    | 6 | 9 | 12 | 3    | 6 | 9 | 12 | 3    | 6 | 9 | 12 |
| <b>PEPEDT</b>                                      |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Colegiado - BIG</b>                             |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Pesquisa subter. VI e VII</b>                   |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Curso ext. Mazomba</b>                          |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>PTDRSS</b>                                      |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>etx. Parque Cunhambebe</b>                      |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Part. Cons. Meio amb Agr./ pesca - Itaguaí.</b> |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Part./ org. – Turismo rural Serras Pil/Mat.</b> |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Visitas - Pil/ Mat e Raiz Serra</b>             |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |
| <b>Obs. direta Part. Nos 7 subter. do TIdI</b>     |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |      |   |   |    |

Fonte: própria, análogo a Vianna (2017).

<sup>39</sup> As entrevistas semiestruturadas não foram inseridas na tabela pois fazem parte da explicação da 3ª fase desta pesquisa.

Partindo dessa premissa, todas as atividades realizadas no TIdI (entre os períodos somados), tanto de pesquisa quanto de extensão do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT (2015-2020), bem como a própria ação de visita a campo para esta tese (2017-2020), contabilizam (ao todo) seis anos (2015-2020) de duração.

Acrescenta-se à observação participante a experiência pessoal do pesquisador, por ser cria e morador do território, bem como neto de agricultores, o que proporciona uma proximidade com o objeto estudado. A inserção como ator social e, ao mesmo tempo, pesquisador caracteriza (pelo método etnográfico) um processo contínuo de imersão (SILVA, 2000) na realidade observada.

É válido sinalizar que estar inserido na condição de morador do território pesquisado acrescenta uma essência particular ao que é descrito, como princípio da complexidade (MORIN, 2010) que é desenvolvido à medida que o observador acaba constituindo uma comunicação mais próxima entre sujeito e objeto estudado, sem diminuir a importância do resultado e, muito menos, a importância como ciência moderna. (ANGROSINO, 2009).

Lévi-Strauss (2005) cita a integração do observador à natureza do seu objeto em todas as suas etapas e constrói uma análise científica particular em que “deve ser concebido em seu ecossistema e mais amplamente num mundo aberto [...] uma teoria a elaborar onde sujeito e objeto podem integrar-se um ao outro” (MORIN, 2007, p. 47-48). Busca-se como resultado dados e informações que se oponham e/ou se complementem, direta ou indiretamente, ao longo do tempo.

**3º Fase** – As entrevistas semiestruturadas<sup>40</sup> ocorreram a partir de manifestações aleatórias e aceite dos entrevistados (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015). Esse tipo de técnica arrola por meio de uma análise do discurso enquanto aspecto de “historicidade, isto é, produção simbólica ininterrupta [...] sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade [...] como um dos elementos constitutivos dos processos sociais” (MARIANI, 1998, p. 24). A entrevista semiestruturada valoriza o interdiscurso e a expressão do outro, produzindo significância nas relações com o sujeito (ORLANDI, 1999).

Esta pesquisa utilizou como amostragem sujeitos-objetos em distintos níveis e naturezas de participação. A população entrevistada foi selecionada a partir do critério de envolvimento direto ou indireto com as atividades cotidianas das comunidades tradicionais de sete subterritórios do TIdI, classificados da seguinte forma: a) pescadores artesanais (PA); b) agricultores familiares (AF); c) comunidade local (CL); e d) atores de políticas públicas locais (APPL).

#### **Quadro 5 - Atores, siglas e definições dos sujeitos-objetos entrevistados**

| <b>ATOR</b>           | <b>SIGLA</b> | <b>DEFINIÇÃO</b>   |
|-----------------------|--------------|--|
| Pescadores artesanais | PA           | Profissional que atua na atividade tradicional pesqueira, conforme a resolução da lei nº 11.959 de 20 de junho de 2009 <sup>41</sup> |

<sup>40</sup> Esta pesquisa tem parecer aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, processo nº 23083-002775/2020-02, atendendo aos princípios éticos e estando de acordo com a Resolução nº 466/12, que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos (cópia em apêndice).

<sup>41</sup> Definidos no subcapítulo 6.1 desta tese.

|                                     |      |   |
|-------------------------------------|------|---|
| Agricultores familiares             | AF   | Profissional que atua na atividade de agricultura familiar, conforme a resolução da lei nº 11. 326 de 24 de julho de 2006 <sup>42</sup>   |
| Comunidade local                    | CL   | Morador de um dos subterritórios do TIdI, que não atua diretamente nas atividades tradicionais locais, entretanto convive cotidianamente com esses atores, sendo em suma familiares ou vizinhos.                |
| Atores de políticas públicas locais | APPL | Profissional que atua ou atuou dentro dos subterritórios do TIdI, enquanto técnico, pesquisador ou extensionista, junto as comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais ou agricultores familiares. |

Fonte: própria

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2020, totalizando 38 entrevistas (vide tabela abaixo), quantidade observada como sendo a necessária para a percepção do ponto de saturação nas respostas (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006). O ponto de saturação “designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado.” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 49).

**Quadro 6** - Lista e siglas de entrevistados dos subterritórios do Território Identitário de Itaguaí - TIdI

| Lista entrevistados - subterritórios - siglas |    |   |                    |
|---|----|---|--------------------|
| Subterritório                                 | nº | Ator entrevistado / Sujeito-objeto  | Siglas de identif. |
| Mazomba (i)                                   | 1  | Agricultura familiar integrante da associação de mulheres do Mazomba e Mazombinha                   | AF 1 - I           |
|   | 2  | Agricultura familiar integrante da associação de mulheres do Mazomba e Mazombinha                   | AF 2 - I           |
|   | 3  | Agricultora familiar do Mazomba   | AF 3 - I           |
|   | 4  | Agricultora familiar e promotora cultural do território   | AF 4 - I           |
|   | 5  | Filho e irmão de agricultores familiares do Mazomba e profissional do parque estadual do Cunhambebe | CL 1 - I           |
|   | 6  | Agricultor familiar do Mazomba  | AF 5 - I           |
| Raiz da Serra (ii)                            | 1  | Profissional da unidade de conservação ambiental - Parque Estadual do Cunhambebe                    | APPL 1 - II        |
|   | 2  | Agricultor familiar do bairro de Santa Sofia  | AF 1 - II          |

<sup>42</sup> Definidos no subcapítulo 6.1 desta tese.

| <b>Lista entrevistados - subterritórios - siglas</b> |           |   |                           |
|--|-----------|---|---------------------------|
| <b>Subterritório</b>                                 | <b>nº</b> | <b>Ator entrevistado / Sujeito-objeto</b>   | <b>Siglas de identif.</b> |
|  | 3         | Agricultor familiar pertencente a grupos de agroecologia  | AF 2 - II                 |
|  | 4         | Agricultora familiar e dona de pousada rural  | AF 3 - II                 |
|  | 5         | Técnico e extensionista do ITERJ da Região das Serras do Matoso e Raiz da Serra                                 | APPL 2 - II               |
| <b>Chaperó (iii)</b>                                 | 1         | Agricultor Familiar local do bairro do Chaperó  | AF 1 - III                |
|  | 2         | Filho de agricultor familiar local do Bairro do Chaperó   | CL 1 - III                |
|  | 3         | Agricultor familiar da Localidade de Santa Rosa e glebas  | AF 2 - III                |
|  | 4         | Agricultor Familiar local do bairro do Chaperó  | AF 3 - III                |
|  | 5         | Agricultor Familiar local do bairro do Chaperó  | AF 4 - III                |
|  | 6         | Agricultor Familiar local do bairro do Chaperó  | AF 5 - III                |
| <b>Piranema (iv)</b>                                 | 1         | Agricultor Familiar Morador Piranema - com pequeno cultivo em casa e com cultivos de Banana na Região do Matoso | AF 1 - IV                 |
|  | 2         | Agricultora Familiar Local  | AF 2 - IV                 |
|  | 3         | Morador a mais de duas décadas do Piranema e vizinho de agricultores familiares                                 | CF 1 - IV                 |
|  | 4         | Técnico da EMATER com sede em Piranema  | APPL 1 - IV               |
|  | 5         | Diretor do INEA - pesquisador da região de Piranema e entorno   | APPL 2 - IV               |
| <b>Rio da Guarda (v)</b>                             | 1         | Morador e vizinho a mais de 25 anos da comunidade de pescadores e músico de corda das rodas de viola da região  | CL 1 - V                  |
|  | 2         | Agricultora Familiar Local  | AF 1 - V                  |
|  | 3         | Pescador artesanal morador da região do rio da Guarda   | PA 1 - V                  |
|  | 4         | Pescador artesanal morador da região do rio da Guarda   | PA 2 - V                  |
|  | 5         | Pescador artesanal morador da região do rio da Guarda   | PA 3 - V                  |
| <b>Coroa Grande (vi)</b>                             | 1         | Pescador artesanal local do bairro de Coroa Grande  | PA 1 - VI                 |
|  | 2         | Pescador artesanal e marisqueiro do bairro de Coroa Grande  | PA 2 - VI                 |
|  | 3         | Pescador artesanal e marisqueiro do bairro de Coroa Grande  | PA 3 - VI                 |
|  | 4         | Pescador artesanal e marisqueiro do bairro de Coroa Grande  | PA 4 - VI                 |
|  | 5         | Pescador artesanal e marisqueiro do bairro de Coroa Grande  | PA 5 - VI                 |

| Lista entrevistados - subterritórios - siglas |    |   |                    |
|---|----|---|--------------------|
| Subterritório                                 | nº | Ator entrevistado / Sujeito-objeto  | Siglas de identif. |
| Ilha da Madeira (vii)                         | 1  | Filha e neta de pescador artesanal local  | CL 1 - VII         |
|   | 2  | Pescadora artesanal local e participante da direção da associação de pescadores | PA 1 - VII         |
|   | 3  | Filha e neta de pescador artesanal local e funcionária contratada da FIPERJ     | CL 2 - VII         |
|   | 4  | Pescador artesanal local e vice-presidente da associação de pescadores          | PA 2 - VII         |
|   | 5  | Pescador artesanal do Bairro da Ilha da Madeira                                 | PA 3 - VII         |
|   | 6  | Pescador artesanal do Bairro da Ilha da Madeira                                 | PA 4 - VII         |

Fonte: próprio, análogo a Vianna (2017).

As entrevistas semiestruturadas desta pesquisa seguiram um roteiro de perguntas abertas e fechadas, realizadas como instrumento de aproximação e interlocução entre o pesquisador e o entrevistado, tendo como finalidade a de coleta de informações, acrescido das possibilidades de resposta livres não definidas previamente, conforme a predisposição do entrevistado (MANZINI, 2003), gerando um diálogo não diretivo, “pautado pela liberdade do interlocutor na abordagem de determinado tema [...] a liberdade de falar permite, relativamente [...] ao entrevistado abordar o tema de acordo com a percepção do que foi sugerido” (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015, p. 41), desenvolvendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” (HAGUETTE, 1997, p. 86).

Cabe destacar que a entrevista semiestruturada, a partir do método etnográfico (utilizado nesta pesquisa), visa oportunizar e valorizar o espaço de fala do entrevistado, coletivos que “se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito” (FREIRE, 1987, p. 79). Comunidades tradicionais, que por vezes, são postas (pelo sistema econômico ou próprio Estado) às margens do processo decisório dialógico e participativo.

Essa ação busca valorizar o outro, assim como a “cultura popular, que deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo e não como cultura barbarizada” (MARTINS, 1989, p. 111). A personificação do processo de escuta por parte do entrevistador e enaltecimento do processo de fala de quem é entrevistado “implica um pensar crítico e capaz também de gerá-lo” (FREIRE, 1987, p. 83), enquanto estrutura basilar da própria democracia.

#### 4.2.1 Modelo do Formulário de Perguntas Utilizado na 3ª Fase

##### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Tema do Projeto: “Território Identitário de Itaguaí: poder e resistência de multiespaços fragmentados”

- **Autor/discente:** Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento (Mat- PPGCTIA: 2017153002)
- **Orientador/docente:** Prof. Doc. Lamounier Erthal Villela (Mat. Siape: 1802640)
- **Coorientador/docente:** Prof.Doc. Márcio Albuquerque Vianna (Mat. Siape: 1849562)

##### DADOS LOCAIS / HISTÓRICOS



**1)Qual comunidade você mora e/ou exerce suas atividades normalmente?**

- Mazomba/Mazombinha;       Raiz da Serra / Matoso/ Santa Sofia;  
 Agrovila Chaperó;       Piranema / Estrada de Santa Rosa;  
 Rio da Guarda / Santana / Valão dos Bois;       Coroa Grande / Vila Geny;  
 Ilha da Madeira / Brisamar;

**2)Em sua opinião, existem práticas da agricultura familiar ou da pescar artesanal de maneira sustentável na localidade onde você vive e/ou exerce suas atividades?**

- Sim; /  Não; /  Não gostaria de opinar;.

|                            |
|----------------------------|
| <b>MEGAEMPREENDIMENTOS</b> |
|----------------------------|

**3)Em sua opinião, ocorreram/ocorrem conflitos e/ou poluições ambientais, nas duas últimas décadas, devido a chegada de novas indústrias na região?**

- Sim; /  Não; /  Não gostaria de opinar;

**3.1 Se SIM para a pergunta três (3): Você acredita que alguma(s) das empresas citadas abaixo tem relação direta ou indiretamente com os conflitos/poluições ambientais na região? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)**

- CSA / Techint-Ternium (Zona industrial de Santa Cruz) ;  
 Gerdau (Zona industrial de Santa Cruz);  
 Casa da Moeda (Zona industrial de Santa Cruz)  
 FIOCRUZ (Zona industrial de Santa Cruz);  
 Porto de Itaguaí (CSN – Valle S/A);  
 PROSUB / Submarinos da Marinha (Porto de Itaguaí);  
 Porto Sudeste (Porto de Itaguaí);  
 Pedreiras (Pedreira Santa Luzia);  
 CTR – Centro de tratamento de resíduos (Aterro Sanitário de Seropédica);  
 Areais (de Piranema);  
 Outro?  
 Não gostaria de Opinar.

**3.2 Se SIM para a pergunta três (3): Quais impactos/poluições ambientais você acredita que mais afetam atualmente a localidade que você vive ou trabalha? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)**

- Poluição dos rios e mares;       Poluição do ar;  
 Poluição do solo;       Poluição visual;  
 Poluição Sonora;  
 Aumento exagerado do número de pessoas em uma mesma região;  
 Pessoas expulsas (ou que saíram contra sua vontade) de suas casas e/ou de suas atividades de trabalho;  
 Não reconhece mais o lugar onde nasceu ou foi criado, pois mudou muito a paisagem, as tradições, etc.;  
 Outro? Qual? \_\_\_\_\_  
 Não gostaria de opinar;

**Caso saiba de algum caso de impacto/poluição ambiental, poderia nos contar?**

R. \_\_\_\_\_

## POLÍTICAS PÚBLICAS

**4) Você recebe atualmente algum tipo de apoio ou auxílio governamental (município, estado ou federal), para o desenvolvimento de suas atividades rurais?**

Sim; /  Não; /  Não gostaria de opinar;

**4.1 Se respondeu SIM para a pergunta quatro (4): Poderia citar qual tipo de ajuda recebe para o desenvolvimento de suas atividades rurais? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)**

Auxílio em dinheiro;  auxílio técnico;

Auxílio para compra de produtos ou maquinário;

Acesso ao PNAE;  Outros? Qual \_\_\_\_\_

## OPINIÕES / GESTÃO SOCIAL E FUTURO

**5) Você participa atualmente de alguma associação, cooperativa, conselho, ou entidade similar?**

Sim, qual? \_\_\_\_\_

Não;  Não gostaria de opinar;

**6) Em sua opinião, os governos (município, estado ou governo federal), poderiam desenvolver ou estimular propostas visando a melhorariam das atividades de trabalho rural em sua região?**

Sim; /  Não; /  não gostaria de opinar;

**6.1 Se SIM para pergunta seis (6): Você concordaria com alguma(s) da(s) opção(es) abaixo? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)**

Criação de um galpão / armazém coletivo;

Criação de uma feira local/ municipal permanente;

Oferecer transporte coletivos dos produtos (evitando atravessadores);

Estimular a criação de uma associação e/ou cooperativa na região;

Cozinha industrial coletiva (processamento de alimentos);

Incentivar uma rede de comércio e troca de produtos;

Oferecimento de cursos/assistência técnica, próximo a sua comunidade, relacionando as atividades rurais

Outro? Qual? \_\_\_\_\_

**7) Você acredita que no futuro (aproximadamente 10 (dez) anos), será possível continuar as atividades de trabalho rural na sua comunidade?**

Sim;  Não;  Não gostaria de opinar;

**7.1) Se a resposta for NÃO para a pergunta sete (7): Marque a(s) opção(es) abaixo que você acredita que mais dificultam a continuidade das atividades rurais na sua comunidade. (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)**

Falta de apoio público (municipal, estadual ou federal);

desinteresse de continuar no ramo, principalmente dos mais jovens;

Falta de reconhecimento da profissão; de quem? \_\_\_\_\_

baixo retorno financeiro;

Outro? \_\_\_\_\_

## 8. Alguma opinião ou contribuição que ainda não foi mencionada, que você gostaria de contar?

### 4.3 Análises, Tratamento dos Dados e Resultados

Esta fase inclui o processo de manipulação, cruzamento e depuração dos dados colhidos nas fases I, II e III desta pesquisa, de modo a proporcionar uma maior cientificidade à investigação (CERVO; BEVIAN; SILVA, 2007). Essa condicionante faz referência à triangulação das técnicas (YIN, 2001) utilizadas como instrumentos de coleta de dados: a) análise bibliográfica, documental e telemática; b) observação participante; e c) entrevistas semiestruturadas. Para compreender o território analisado, confirmar ou refutar as suposições aventadas nas hipóteses (VERGARA, 2010), permite-se, inclusive, o surgimento de novos questionamentos que possam ser considerados nesta pesquisa e/ou em pesquisas futuras (FLICK, 2004). Busca-se, também, apresentar uma produção inédita acerca da realidade pesquisada.

O subcapítulo 7.5 desta tese destaca dois formatos de resultados, oriundos do cruzamento das técnicas citadas neste capítulo. O primeiro formato inclui gráficos no estilo *dashboard*<sup>43</sup> e o segundo exibe uma matriz analítica dos impactos no território. Ambos os formatos são seguidos por uma análise descritiva, resultante das percepções e dos dados colhidos e apresentados ao longo dos capítulos 5, 6 e 7.

Os gráficos em *dashboard* apresentam o resultado dos dados colhidos no formulário de entrevista semiestruturada (vide item 3.1.1 desta tese), aplicado entre os meses de outubro e novembro de 2020. Essas informações se relacionam com a observação participante e com as falas obtidas junto aos entrevistados. Já a matriz analítica ressalta os graus de impactos nos sete subterritórios estabelecidos no TIDI, com destaque para os “indicadores que se propõem a fazer uma avaliação da condição, nível ou qualidade de vida dos indivíduos” (WAQUIL et al., 2015, p. 165).

Os critérios utilizados na matriz analítica foram estabelecidos a partir da: a) análise bibliográfica (teses, dissertações, livros, artigos, matérias de jornais, entre outros, que tratam direta ou indiretamente sobre o território); b) observação *in loco* dos impactos socioambientais e/ou processos de desterritorialização na região; c) percepção do entrevistador sobre as falas dos entrevistados, utilizando como referência o ponto de saturação (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006). Os critérios também foram constituídos tendo como analogia (direta ou indireta) os conceitos descritos ao longo do referencial teórico<sup>44</sup> desta tese.

#### Quadro 7 - Critérios e definições da matriz analítica de impactos

|   | CRITÉRIO                                 | DEFINIÇÃO  |
|---|--|--|
| 1 | Ausência de Políticas Públicas e sociais | Carência no planejamento, execução e monitoramento de ações públicas, realizadas de forma individual ou conjunta pelas unidades políticas (União, estados e municípios), com a finalidade de resolução de um problema público ou satisfação de necessidades da sociedade ou de parte expressiva dela. (RUA, 2012; CAMPOS, 2001). |

<sup>43</sup> Tipo de interface gráfica que propõe a visualização rápida de indicadores de resultados.

<sup>44</sup> Os critérios apresentados são compostos a partir do somatório da referências citadas no capítulo 3.0 desta tese.

|   | <b>CRITÉRIO</b>  | <b>DEFINIÇÃO</b>  |
|---|--|---|
| 2 | Desterritorialização   | Processo agressivo, realizado prioritariamente por agentes externos ao local, com a finalidade de exploração ambiental, histórico-social, econômica e/ou estratégica do território, resultando em uma ruptura social e obliteração de seu espaço-tempo (HAESBAERT,2012; FERNANDES, 2008; CASTELLS, 1996).   |
| 3 | Gentrificação  | Resultado da expulsão humana de suas localidades de origem, com a finalidade de satisfazer entidades públicas e/ou privadas, comumente envolvidas em ganhos financeiros particulares. Levando a alterações irreversíveis dos aspectos geobiofísicos da paisagem e a transformação do território em um não lugar. (DELUZE; GUATTARI, 2007; AUGÉ, 2012)   |
| 4 | Dificuldades no desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento territorial Local (desenvolvimento endógeno) | Incapacidade de promover de maneira multiescalar, um desenvolvimento não setorizado, a partir da valorização conjunta entre os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais de um território, tendo como premissa as predisposições bióticas, sociais e dinâmicas produtivas do local. (BARQUERO, 2001).  |
| 5 | Objeção a propostas relacionadas à gestão, controle social e cidadania deliberativa.                                     | Impeditivo à promoção de mecanismos formais de ações coletivas, dialógicas e igualitárias nas esferas públicas, oriunda do protagonismo dos atores locais. A finalidade é monitorar e fiscalizar as políticas públicas, projetos ou programas sociais. Contrapõe-se ao processo de discussão, ao pluralismo de ideias, igualdade participativa e autonomia descentralizada no ato decisório (TENÓRIO, 2012; FONSECA; BEUTTENMULLER, 2007; VILLELA, 2012). |
| 6 | Instrumentalização da Razão  | É a desvalorização do bem comum em detrimento de um controle sistêmico e monológico, e a partir da maximização e exploração dos recursos sociais, humanos e culturais. As relações humanas são sumariamente substituídas pela ação do campo industrial e pela materialização do capital como fetiche (HABERMAS, 2012b; LISBOA, 2009; SERVA, 1997).  |
| 7 | Dificuldades na difusão de práticas multifuncionais ou sustentáveis  | Problemáticas na aplicação de ações que tenham como princípio uma produção diversificada, inclusiva e que promova uma segurança alimentar a partir da valorização e promoção do território e dos atores locais. É preciso satisfazer as demandas atuais sem comprometer a sobrevivência das próximas gerações (HORNNETH, 2003; MMA, 2003; BRUNDTLAND, 1987)   |
| 8 | Pressões e impactos ambientais (ação de atores externos)   | Ações agressivas, não naturais, provocadas pela alteração abrupta das propriedades físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente. É resultado da atividade humana desregulada, o que gera resultados em impactos nocivos, por vezes irreversíveis ao ecossistema e aos seus elementos bióticos e abióticos. (SANCHEZ, 2006; IBGE, 2004).   |

Fonte: própria.

Para aplicar a matriz analítica dos impactos é necessário construir indicadores que estabeleçam “medida dotada de significado substantivo [...] e que sintetize um dado conjunto de informações” (WAQUIL et al., 2015, p. 167). Foram atribuídas pontuações, variando de 1 a 5, classificadas em: a) muito baixo (atribuído 1 ponto cada e a cor verde); b) baixo (atribuídos 2 pontos cada e a cor azul); c) médio (atribuídos 3 pontos cada e a cor amarela); d) alto (atribuídos 4 pontos cada e a cor laranja); e) muito alto (atribuídos 5 pontos cada e a cor vermelha). A distribuição (por pontos e cores) foi estabelecida conforme o quadro abaixo:

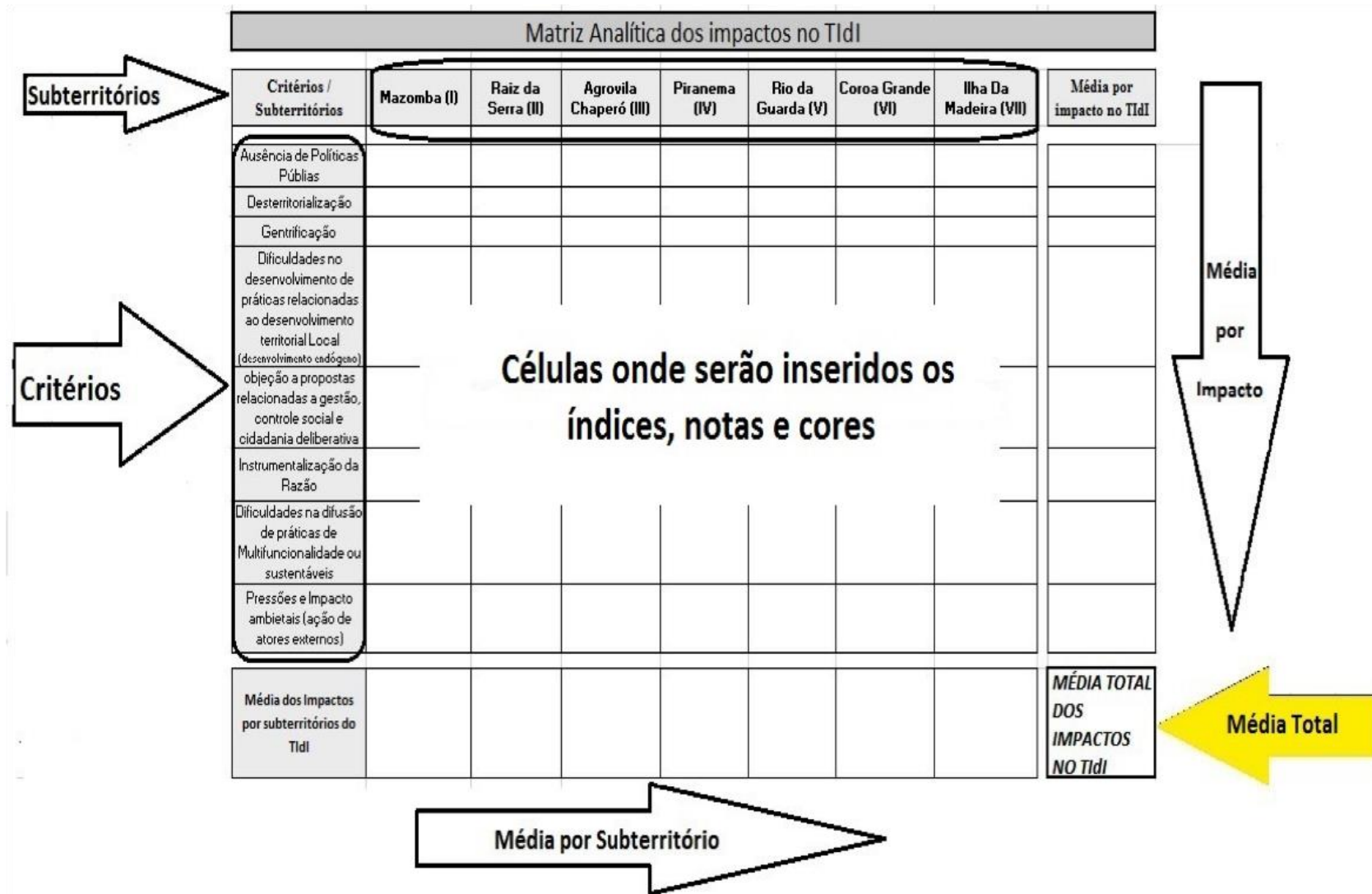
**Quadro 8** - Indicadores, pontuações e cores atribuídas às informações coletadas.

| INDICADOR   | PONTUAÇÃO E COR ATRIBUÍDA | DEFINIÇÃO  |
|-------------|---------------------------|--|
| Muito baixo | 1 (verde)                 | Compreende que o impacto e/ou processo de desterritorialização no local <b>pouco afetam</b> o cotidiano e sobrevivência das comunidades tradicionais em seus subterritórios de origem.   |
| Baixo       | 2 (azul)                  | Compreende que o impacto e/ou processo de desterritorialização <b>afetam de maneira moderada</b> o cotidiano e a sobrevivência das comunidades tradicionais em seus subterritórios de origem   |
| Médio       | 3 (amarelo)               | Compreende que o impacto e/ou processo de desterritorialização <b>afetam sensivelmente</b> o cotidiano e a sobrevivência das comunidades tradicionais em seus subterritórios de origem. <b>Pode levar à dissolução do território na próxima geração.</b>     |
| Alto        | 4 (laranja)               | Compreende que o impacto e/ou processo de desterritorialização <b>afetam determinantemente</b> o cotidiano e sobrevivência das comunidades tradicionais em seus subterritórios de origem. <b>Pode levar à dissolução do território nas próximas décadas.</b> |
| Muito alto  | 5 (vermelho)              | Compreende que o impacto e/ou processo de desterritorialização <b>colocam em risco a sobrevivência</b> das comunidades tradicionais em seus subterritórios de origem. <b>Pode levar à dissolução do território nos próximos anos.</b>                        |

Fonte: própria, análogo a Villela (2013); Waquil (etall) (2015)

O estabelecimento da pontuação propõe identificar os níveis dos impactos no TIdI. O somatório simples de cada uma das células (onde estarão os indicadores, notas e cores), procede em duas médias: a) médias por impacto no TIdI; e b) médias por subterritório no TIdI. O somatório simples dessas duas médias conduz ao resultado da média total dos impactos no TIdI (figura abaixo). Essas pontuações são atribuídas (ao longo das células da matriz analítica) conforme o resultado da triangulação dos dados (descritos anteriormente), definido pelo somatório (horizontal) das médias por impacto no TIdI.

Sendo estabelecidos da seguinte forma: a) muito baixo (até 7 pontos – cor verde); b) baixo (de 8 a 14 pontos – cor azul); c) médio (de 15 a 21 pontos – cor amarela); d) alto (de 22 a 28 pontos – cor laranja; e) muito alto (de 29 a 35 pontos – cor vermelha). Da mesma forma será somada (verticalmente) a pontuação da média dos impactos por subterritório do TIdI, variando entre: a) muito baixo (até 8 pontos – cor verde); b) baixo (de 9 a 16 pontos – cor azul); c) médio (de 17 a 24 pontos – cor amarela); d) alto (de 25 até 32 pontos – cor laranja); e) muito alto (de 33 a 40 pontos – cor vermelha).



**Figura 4** - Modelo de Matriz Analítica dos impactos no Território Identitário de Itaguaí - TIdI  
**Fonte:** própria, análogo a Villela (2013) e Waquil (etall) (2015)

A proposta é que o somatório total simples da média por impacto no TIdI (horizontal) com a média dos impactos por subterritório do TIdI (vertical) proporcionem uma média total dos impactos no território (último quadro abaixo à direita), definida (em pontos e cor) da seguinte forma: a) muito baixo (até 112 pontos – cor verde); b) baixo (de 113 até 224 pontos – cor azul); c) médio (de 225 a 336 pontos – cor amarela); d) alto (de 337 a 448 pontos – cor laranja); e) muito alta (de 449 a 560 pontos – cor vermelha). Esses dados (indicadores, notas e cores) indicam um panorama comportamental variável e de fácil compreensão, e apontam informações mais completas sobre determinada variável (MATOS, 2007).

A construção dessa matriz tem por analogia o Índice de Condições de Vida – ICV, apresentado no capítulo “Indicadores sociais e desenvolvimento: Interpretações a partir do índice de condição de vida (ICV)” (WAQUIL et al., 2015), capítulo do livro “Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatísticos aplicados aos estudos rurais”. (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015). O modelo de tabela utilizada também está referenciado no capítulo “Redes, desenvolvimento e gestão social em arranjos produtivos locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro” (VILELLA, 2013).

O ICV tem aplicabilidade em localidades rurais e “possibilita apreender e acompanhar [...] as condições de vida das famílias residentes no meio rural” (WAQUIL et al., 2015, p. 166). Entretanto, enquanto o ICV utiliza questionários fechados, a construção da matriz analítica, no caso específico desta pesquisa, utiliza formulário com entrevistas semiestruturadas e agrega ao processo informações bibliográficas e de observação participante, como proposto em Villela (2013), ainda sim mantendo o perfil proposto, no que se refere a “abarcando indicadores multidimensionais, sendo estes econômicos, socioculturais, político-institucionais e ambientais” (WAQUIL; RAMBO; CONTERATO, et al., 2015, p. 166).

Como já descrito, a aceitação da matriz analítica dos impactos, bem como dos indicadores atribuídos em cada um dos campos, tem como principais fontes os cruzamentos dos dados a partir da triangulação entre as técnicas documental (bibliográfica e telemática), observação participante e entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2010). Os resultados foram estabelecidos conforme a percepção do pesquisador, sustentados nos dados e na análise apresentada ao longo dos capítulos 5, 6 e 7 desta tese, e servem como medida para o “processo de aprendizagem que conduz a representação de uma situação” (WAUCHEUX, 1996, p. 28) particular (geograficamente, territorialmente e temporalmente) do universo analisado.

Os resultados da matriz analítica dos impactos no TIdI expressam o somatório dessas técnicas, pela qual o aspecto documental equivale ao incremento de diversas fontes acadêmicas e práticas, reportagens de periódicos e mecanismos legais diversos. Já a observação participante corresponde à pesquisa de campo realizada nos sete subterritórios do TIdI, entre os anos de 2015 a 2020<sup>45</sup>. Por fim, as entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2020, são o reflexo do coletivo das comunidades tradicionais locais.

Os resultados inseridos ao longo da matriz analítica têm como fim apresentar um panorama amplo sobre o atual momento dos subterritórios rurais e de suas comunidades tradicionais, além de expor um cenário sobre os impactos no TIdI, buscando identificar, observar e interpretar o território (FIALHO, 2015) para obter resultados mais próximos da realidade (VILELLA, 2013).

#### **4.4 Delimitações de Pesquisa**

Os critérios de delimitação utilizados nesta tese são o espacial e o temporal (GIL, 2002). O critério espacial estabelece uma delimitação territorial à pesquisa, com o desígnio de produzir demarcações onde é desenvolvido o bojo da pesquisa, e considera as seguintes informações:

---

<sup>45</sup> Entre os anos de 2015 e 2016, como pesquisador do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ e entre os anos de 2017 a 2020 em específico para esta tese.

- **Delimitação Territorial:** faz referência à composição dos moldes territoriais, absorvendo suas particularidades e seu desenvolvimento territorial e geográfico. (HAESBAERT, 2012).

- **Identidade:** medida de percepção dos ambientes simbólicos ímpares das localidades, suas relações humanas, as quais são construídas socialmente por uma base sócio-histórica como uma medida de construção social. (CASTELLS, 2002).

- **Projeto Territorial:** corpo de ações já desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, de forma integrada, e que tenham (ou deveriam ter) como finalidade a promoção socioeconômica, socioambiental e sócio-histórica desses espaços (KRONENBERG, 2015).

A delimitação territorial desta tese é o Território Identitário de Itaguaí - TIdI, localizado na megalópole Rio de Janeiro-São Paulo, macroterritório da Baía da Ilha Grande - BIG, situado na mesorregião Metropolitana/Costa Verde e na microrregião de Itaguaí<sup>46</sup>, estado do Rio de Janeiro, Brasil. O TIdI está a, aproximadamente, 72 km da capital, com uma área total de 795 km<sup>2</sup> (GOOGLE MAPS, 2019); possui uma populacional estimada em 134.819 habitantes (IBGE Cidades<sup>47</sup>, 2020), e densidade demográfica de 395.45 hab./km<sup>2</sup>; a faixa etária predominante é a jovem, principalmente entre 15-24 anos (IBGE, 2010).

O TIdI é o somatório geográfico do município de Itaguaí, com destaque para os bairros rurais e peri-urbanos de Mazomba, Mazombinha, Vila Genni, Brisamar, Ilha da Madeira, Coroa Grande, Santana, 26 de dezembro, Santa Cândida, Aguas Lindas, Santa Sofia, Teixeira, Cidade industrial, Piranema, Jardim Ueda, Parque Primavera, Chaperó, Reta de Piranema, Estrada de Santa Rosa (divisa dos municípios de Itaguaí, Seropédica - RJ), Ipanema, Parque Jacimar (bairros do município de Seropédica), Serra do Matoso e Serra do Piloto (Divisa entre os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Pirai e Rio Claro) e o complexo industrial de Santa Cruz (localizado no município do Rio de Janeiro). (VIDE FIGURA ABAIXO)

A composição do TIdI inclui semelhanças de fatores sócio-históricos, socioeconômicos, ambientais, geográficos, antropológicos, psicológicos e de territorialidades análogas ao local (HAESBAERT, 2012), dos quais destacam-se: (a) similaridade e proximidade geográfica; (b) centros comerciais e de transporte interligados; (c) mesma localização costeira (dentro da Baía de Sepetiba); (d) semelhanças no perfil socioeconômico de sua população, compreendido como “conjunto integral de indivíduos [...] para qual a medida é tomada” (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015, p. 17); (e) elevado fluxo de movimentação humana para o mesmo polo econômico (centro de Itaguaí - RJ); (f) constituição histórica única de fundação do território entre os séculos XVIII e XIX (ITAGUAÍ, 2010); (g) características morfológicas e bióticas similares às áreas de Mata Atlântica, com perfil de floresta ombrófila (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015); (h) similitudes no arranjo de serviços e políticas públicas (VILLELA; GUEDEZ; VIDAL; IKEDA JR., 2017); (i) similaridade nas territorialidades e ruralidades das comunidades locais (COSTA, 2016; VIANNA, 2017); (j) padecimentos dos mesmos problemas ambientais e socioambientais (PACS, 2016).

---

<sup>46</sup> Microrregião de Itaguaí comporta os municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica.

<sup>47</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.





**Figura 5 -** Localização do TIdI no Estado do Rio de Janeiro e Brasil

**Fonte:** extraído do Google Imagens, delimitações em vermelho realizadas pelo autor.

Diante do exposto, compreende-se que o TIdI é fruto de um processo de similitudes entre seus subterritórios, devido a uma série de “recursos tangíveis e intangíveis responsáveis por moldar as relações sociais, políticas, culturais, econômicas e produtivas no território” (KRONENBERG, 2015, p. 162), originando uma identidade territorial (HAESBAERT; LIMONAD, 2007) particular a esses espaços.

Com relação às delimitações temporais, esta pesquisa se baliza pelo período de aproximadamente 16 anos (2005 a 2020)<sup>48</sup>, época em que são observadas questões específicas do território, como: a) aumento exponencial da injeção de capital nacional e estrangeiro, fazendo com que a região receba os maiores aportes de investimentos financeiros públicos e privados do país na última década (BUENO, 2009); b) avanço significativo do número de empreendimentos e megaempreendimentos na região (IKEDA JR., 2017)<sup>49</sup>; c) ampliação dos casos de degradação ambiental<sup>50</sup> no TIdI; d) notório estrangulamento das territorialidades das comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares da região; e) surgimento acentuado de processos de gentrificação do espaço<sup>51</sup>; f) redução da aplicabilidade de políticas públicas e sociais no território (NASCIMENTO, 2016); g) aumento desregulado da população (no território) em, aproximadamente, 36.356% - período 2007-2019 (IBGE cidades, 2019); h) alteração significativa da composição morfológica e de ocupação do espaço (SIMÕES, 2011).

Cabe ressaltar que, apesar das delimitações espaciais e temporais desta tese, isso não impede que, em determinadas situações, seja necessário referenciar outras localidades circunvizinhas ao território pesquisado, bem como citar outros períodos de tempo como medida elucidativa da conjectura sócio-histórica atual.

<sup>48</sup> Apesar de serem contextualizadas (como medida explicativa), ao longo desta tese, outras etapas históricas importantes para a formação do atual TIdI.

<sup>49</sup> Atualizado pelo autor em dezembro de 2018.

<sup>50</sup> Entende-se como degradação ambiental as alterações adversas às características do ambiente (REBOLLO, 2000).

<sup>51</sup> Para melhor compreensão dos tópicos iii, iv e v, vide capítulo 7, desta tese.

#### 4.5. Tabela de Objetivos, Métodos e Técnicas, Categorias e Resultados Esperados

O quadro abaixo tem como finalidade apresentar uma visão concisa, não delimitante, sobre os objetivos, hipóteses e justificativas traçados no primeiro capítulo, abrangendo a discussão teórica descrita no capítulo dois, além do método, metodologia e técnicas empregadas nos demais capítulos desta tese.

**Quadro 9** - Métodos e técnicas, categorias e resultados esperados na pesquisa

|          | <b>Objetivos intermediários</b>   | <b>Método, metodologia, técnicas e principais fontes</b>  | <b>Categorias teóricas<sup>52</sup></b>  | <b>Principais resultados esperados</b>   |
|----------|---|---|--|--|
| <b>i</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer o TIdI e seus subterritórios enquanto espaço de construções histórico-identitários, socioeconômicas e histórico-cultural únicas das comunidades tradicionais locais que habitam estes espaços</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Método etnográfico, com metodologia qualitativa, a partir das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e telemática, sobre livros, artigos, dissertações e teses;</li> <li>- Análise de dados históricos do território como: mapas, fotos, etc.</li> <li>- Subsídios empíricos fornecidos por moradores locais;</li> <li>- Elementos econômicos e sociais sobre o território.</li> <li>- IBGE;</li> <li>- Observação participante (2015-2020)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Território e território rural;</li> <li>- Historicidade;</li> <li>- Territorialidade, - Ruralidade;</li> <li>- Antropologia social<sup>53</sup>;</li> <li>- História oral<sup>54</sup>;</li> <li>- Materialismo histórico-dialético<sup>55</sup>;</li> <li>Megaempreendimento s;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar um panorama sócio-histórico do terr. Bem como expor um breve cenário sobre as mudanças em curso no TIdI, enquanto estado de contínuas transformações socioespaciais e socioeconômicas. Influenciados principalmente pelo investimento de cabedal financeiro público-privado. Apresentando dados diversos sobre as comunidades tradicionais locais, dimensões espaciais e características particulares ao local.</li> </ul> |

<sup>52</sup> As categorias teóricas aparecem de forma intrínseca a outros conceitos e/ou no desdobramento do tema, o que não implica na sua utilização terminológica efetiva, podendo (por vezes) ser utilizada de maneira subjetiva e/ou dentro de outras terminologias aplicadas. (DEMO, 1985).

<sup>53</sup> Para maiores informações, vide Trevisan e Tomazetti (2006).

<sup>54</sup> Para maiores informações, vide Alberti, Fernandes e Ferreira (2000).

<sup>55</sup> Para maiores informações, vide Lowy (2010).

|            | <b>Objetivos intermediários</b>   | <b>Método, metodologia, técnicas e principais fontes</b>   | <b>Categorias teóricas<sup>52</sup></b>  | <b>Principais resultados esperados</b>  |
|------------|---|--|--|---|
| <b>ii</b>  | <p>- Identificar e apresentar as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares existentes no TIdI, a partir de seus subterritórios rurais, tendo como perspectiva um método etnográfico, apurando se ocorreu e/ou ocorrem, ações participativas e dialógicas de políticas públicas locais que atuem de maneira efetiva no território.</p> | <p>- Método etnográfico, com metodologia qualitativa, a partir do cruzamento das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e telemática;<br/> - Observação participante (2015-2020) junto aos subterritórios rurais do TIdI;<br/> - Participação em reuniões e evento diversos que abarquem ações diretas e/ou indiretas dos subterritórios rurais do TIdI;<br/> - Entrevistas semiestruturadas junto a atores das comunidades rurais do território;<br/> - Princípio da complexidade<sup>56</sup>;<br/> - Interdiscurso na significância das relações com o sujeito<sup>57</sup>;<br/> - Políticas Públicas;<br/> - Gestão Social;<br/> - Dialogicidade.<br/> - Mapas de zoneamento;<br/> - Visitação a localidades históricas existentes no território.</p> | <p>- Etnografia;<br/> - Território, Territorialidade e ruralidade das comunidades tradicionais locais;<br/> - História oral;<br/> - Antropologia social;<br/> - Geografia social<sup>58</sup>;</p> | <p>- Delinear algumas das características que compõem a historicidade, ruralidade e ancestralidade das comunidades Tradicionais do TIdI, a partir da apresentação de alguns dos seus principais traços sócio-históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Exibindo um panorama com relação às especificidades locais, saber fazer, predicados endógenos, relações familiares e comunitárias destes coletivos rurais. Bem como analisando se (e como) ocorrem participações dos entes públicos (nestes espaços), a partir da efetivação de programas, projetos ou existência (ativa) de equipamentos públicos.</p> |
| <b>iii</b> | <p>- Analisar (se e como) as</p>  | <p>- Método etnográfico, com metodologia</p>   | <p>- Desterritorialização;</p>   | <p>- Exibir o atual cenário, com</p>  |

<sup>56</sup> Para maiores informações, vide Morin (2010).

<sup>57</sup> Para maiores informações, vide Orlandi (1999).

<sup>58</sup> Para maiores informações vide Santos (2001)

|           | <b>Objetivos intermediários</b>  | <b>Método, metodologia, técnicas e principais fontes</b>  | <b>Categorias teóricas<sup>52</sup></b>  | <b>Principais resultados esperados</b>   |
|-----------|--|---|--|--|
|           | transformações exógenas ao local, conduziram o território a processos de desterritorialização, afetando consideravelmente o continuísmo sócio-histórico e socioeconômico das comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais e agricultores familiares do TIdI. | qualitativa, a partir do cruzamento das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e telemática;<br>- Observação participante (2015-2020) nos subterritórios rurais do TIdI<br>-Entrevistas semiestruturadas junto aos atores das comunidades rurais do território;<br>-Relatórios técnicos;<br>- EAI/RIMA de empreendimentos e/ou megaempreendimentos existentes no território;<br>- Relatórios do Ministério Público do RJ;<br>- Normativas legislativas e executivas municipais;<br>- Planos diretores;<br>- Leis Federais, estaduais, municipais;<br>- Relatórios de impactos ambientais e socioambientais existentes sobre o TIdI; | - Razão instrumental e razão comunicativa-<br>Gentrificação;<br>- Não lugar;<br>-Globalização localizante;<br>- Obliteração espaço-tempo;<br>- Materialização do capital como fetiche;<br>- Zonas de sacrifício;<br>- Território e territorialidade. | relação às mudanças exógenas que ocorreram (ocorrem) no TIdI nas últimas décadas, ponderando como tais mudanças alteraram significativamente o território, suas territorialidades e o bioma local, levando a um processo de desterritorialização e gentrificação destes espaços (até então) rurais. Analisando também como estas mudanças externas ao ambiente impactam as atividades socioeconômicas e histórico-culturais das comunidades tradicionais locais, indicando (inclusive) as possibilidades de transformação irreversíveis de alguns destes espaços em não lugares em curtos/médios prazos. |
| <b>iv</b> | - Indicar (de maneira propositiva) alternativas sustentáveis e solidárias (novas   | - Método etnográfico, com metodologia qualitativa, a partir do cruzamento das técnicas de pesquisa bibliográfica,   | - Políticas públicas;<br>- Desenvolvimento territorial local.<br>- Desenvolvimento endógeno;   | - Apresentar de maneira propositiva, alternativas solidárias e sustentáveis, em  |

|  | <b>Objetivos intermediários</b>   | <b>Método, metodologia, técnicas e principais fontes</b>  | <b>Categorias teóricas<sup>52</sup></b>  | <b>Principais resultados esperados</b>  |
|--|---|---|--|---|
|  | ou em curso), que possam a partir do interesse e participação da sociedade civil local, promover ações com a finalidade de mitigar e/ou amortizar, os processos de desterritorialização em curso no TIdI. | <p>documental e telemática;</p> <p>- Observação participante (2015-2020) nos subterritórios rurais do TIdI</p> <p>- Entrevistas semiestruturadas junto aos atores das comunidades rurais do território;</p> <p>- Visita aos equipamentos públicos existentes no território;</p> <p>- Exame sobre alternativas solidárias e sustentáveis, com possibilidade de aplicação prática no TIdI.</p> <p>- Relatórios técnicos do MDA/MDSA;</p> <p>- PTDRSS; territoriais;</p> <p>- Participação em reuniões e ativ. que envolvam ações de gestão e controle social.</p> | <p>- Território, territorialidade e ruralidade;</p> <p>- Gestão e controle social;</p> <p>- Equipamento públicos<sup>59</sup>;</p> <p>- Democracia deliberativa;</p> <p>- Reterritorialização dialógica;</p> <p>- <i>Buen Vivir</i>;</p> <p>- Agir comunicativo</p> <p>- Pedagogia da Libertação<sup>60</sup>.</p> | que a sociedade civil tenha papel de protagonismo, frente às ações do estado e do mercado, de maneira que possa gerar intervenções eficazes resultando em ações mitigadoras dos processos de desterritorialização em curso no TIdI, tendo nas comunidades tradicionais do território atores participativos, bem como sendo seus principais beneficiários. |

**Fonte:** Própria

<sup>59</sup> Para maiores informações, vide Gamberdella (2014).

<sup>60</sup> Para maiores informações, vide Freire (2007).

## 5. CAPÍTULO I – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ

[...] Lei de um sonho, sonhado junto  
No tempo que não volta mais  
Mas ainda nos resta memória  
Da mais íntima glória  
Que agora conduz meu canto  
Transbordo o pranto  
Mas levanto o corpo, acalanto  
De enxergar com clareza a missão  
De honrar nossa história.  
(Neto, Giramundo, 2016)

Este capítulo tem como finalidade apresentar de maneira sintética a formação sócio-histórica do atual Território Identitário de Itaguaí - TIdI e seu entorno, indo do século XVIII até a presente data<sup>61</sup>. Enquanto a primeira parte apresenta uma contextualização histórica do território, expondo um panorama narrativo sobre as mudanças socioespaciais decorrentes dos processos de industrialização iniciados na região durante a segunda metade do século passado, ampliado a partir da implementação de megaempreendimentos industriais e portuários na região. A segunda parte delinea um panorama amplo sobre o atual TIdI, incluindo as dimensões (em dados) dos subterritórios rurais e demais desdobramentos relacionados as comunidades rurais existentes no território.

### 5.1 Dos Povoados aos Megaempreendimentos.

#### 5.1.1 Aldeias, Vilas e Municípios, Século XVIII até a Década de 50 do Século XX

A contextualização histórico-geográfica que compõe o atual TIdI tem boa parte de suas similaridades baseadas em disputas violentas durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Essas disputas envolviam os jesuítas (proprietários da Fazenda Nacional de Santa Cruz<sup>62</sup>), a Coroa Portuguesa e as tribos de índios Tamoios (também conhecidos como Tupinambás), índios Jaguaremenon (Tribo dos Y-tingas) e tropas francesas, que buscavam controle de toda a baía, seja por seus atributos estratégicos para combate, ou para o escoamento marítimo, principalmente nas regiões costeiras dos atuais municípios de Itaguaí, Mangaratiba e bairro de Santa Cruz – Rio de Janeiro.

O auge dessa disputa se deu no final do século XVIII, quando ocorreu o transporte de índios tupiniquins catequizados nas capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo para a região

---

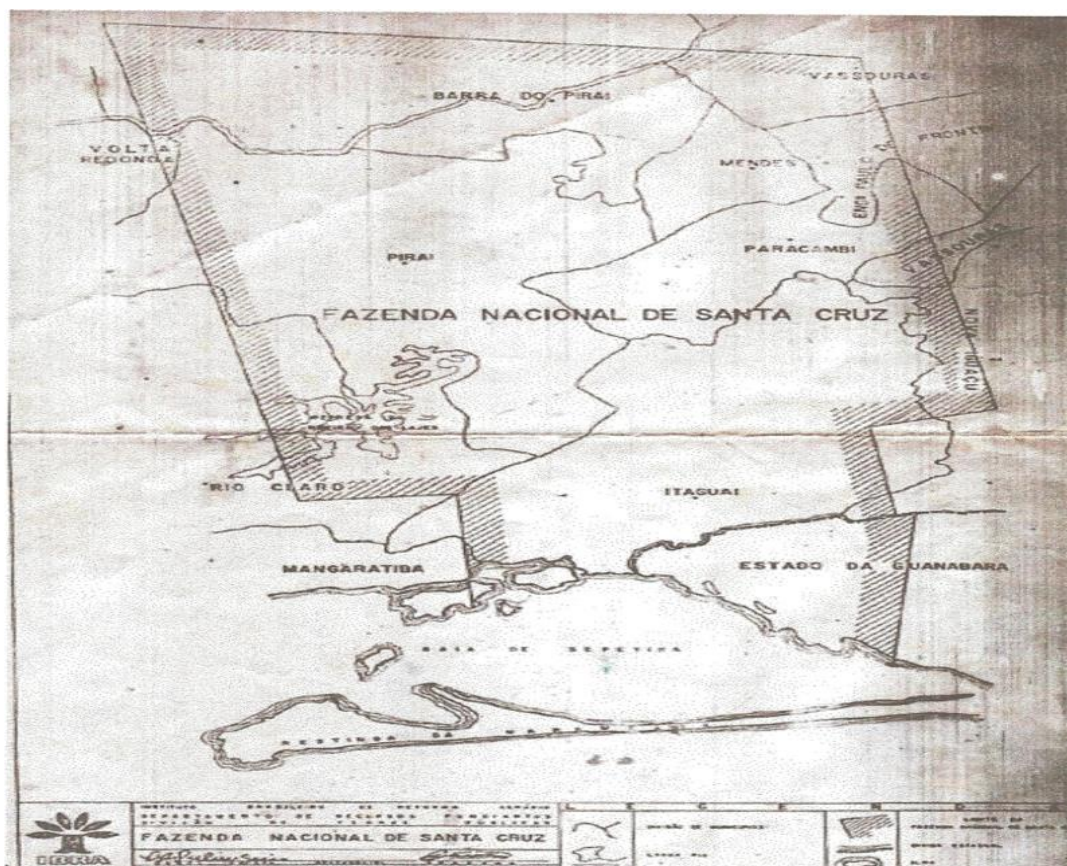
<sup>61</sup> Março de 2021.

<sup>62</sup> O surgimento do Município de Itaguaí começou bem antes da administração jesuítica. Sabe-se que 1567 a Coroa Portuguesa doou a Cristóvão Monteiro, o primeiro Ouvidor-mor do Rio de Janeiro que fora casado com a Marquesa Ferreira (nome completo e não título nobiliárquico), com quem teve dois filhos, Catarina e Eliseu. Tempo depois, pai e filho faleceram. Não se sabem o que motivou suas mortes, mas a consequência foi sentida pela viúva e a filha que herdaram o gigantesco latifúndio para administrar que foi dividido em duas partes iguais por elas. Mais tarde a Marquesa adoece e assina uma doação de todas as suas terras para a Companhia de Jesus, já que esse teria sido o pedido de seu marido e filho falecidos, antes de falecer. Logo em seguida Catarina Monteiro recebeu uma proposta de imediato dos padres jesuítas por uma troca de terras, a outra metade da Fazenda de Santa Cruz pelas terras nas proximidades da Vila de Santos. A troca foi feita em 1590. Dessa forma, os jesuítas foram adquirindo mais terras e que em 17 de maio de 1731, a Fazenda já ocupava bairros da zona oeste do Rio de Janeiro, além de áreas totais ou parciais dos municípios de Itaguaí, Rio Claro, Nova Iguaçu, Vassouras, Paracambi, Piraí, Volta Redonda, Barra do Piraí, Mendes e Paulo de Frontin. (ITAGUAÍ, 2010)

da Fazenda Nacional de Santa Cruz (deixando sob a responsabilidade dos jesuítas). O transporte dessa população favorecia o aumento de tropas, apoio aos combates e controle total da região costeira da Baía<sup>63</sup>. (VIDE FIGURA 6)

O território também apresenta, desde o século XVII, indícios da presença de índios Guaranis. A partir do final do século XVIII e início do século XIX, pequenas colônias de origem portuguesa foram instaladas na região para povoar o entorno do forte do raio (edificação entre 1810-1822), que foi construído na localidade onde atualmente se encontra o bairro de Coroa Grande (ITAGUAÍ, 2010). A instalação dessas pequenas colônias demonstra a importância econômica e estratégica da província e de seu entorno à época.

Localizado no lugar de Coroa Grande, no caminho por terra que ia da povoação de Mangaratiba à de Itaguaí, ao sul do estado do Rio de Janeiro. Integrantes das terras da fazenda da Santa Cruz, antigo latifúndio jesuítico que compreendia parte expressiva do sul fluminense [...] esse forte foi erguido para a defesa daquele caminho pela costa. Em posição dominante, certamente de faxina e taipa, revestido de grama, como as demais fortificações na região erguida no mesmo período, a planta apresentava uma telhada com duas baterias a cavaleiro, estava artilhada com seis peças, batendo a estrada, a praia de Itaguaí e seu ancoradouro (ITAGUAÍ, 2010, p. 115 e 116).



**Figura 6** - Fazenda Santa Cruz

**Fonte:** IBRA, 1966

Assim, ao final do século XVIII e início do XIX, a Aldeia de São Francisco Xavier de Tagoaí<sup>64</sup> (localizada dentro da Fazenda Nacional de Santa Cruz) começou a ganhar o perfil do

<sup>63</sup> Futura Baía de Sepetiba.

<sup>64</sup> A aldeia de São Francisco Xavier de Tagoaí é denominada-se originalmente de aldeia de Itinga, em 1615, localizada nas costas da Baía de Sepetiba (dias atuais), entre os atuais municípios de Itaguaí e Mangaratiba.

que futuramente iria se tornar a Vila de Itaguaí, com uma população que reunia índios Tupiniquins, jesuítas e civis oriundos da capital, que vinha em busca de oportunidades de trabalho e vida nova.

O general Mando [Sic] de Sá, [...] ai [em Itacuruçá] destruiu uma grande aldeia dos tamoios aliados dos franceses [...] ocupando a mesma posição , trouxe para a região índios naturais das capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo, posto sob a administração dos Jesuítas [...] a aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí foi criada pelos Jesuítas, que reuniram dezenas de nativos carijós ou Tupiniquins [...] inicialmente levados para a restinga da Marambáia [...] permanecendo em seguida algum tempo na ilha de Itacuruça (ITAGUAÍ, 2010, p. 11).

Os atuais municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Seropédica e bairro de Santa Cruz - RJ se mantiveram unificados durante o século XVIII, sob a tutela da Aldeia de São Francisco Xavier e dos padres jesuítas da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Tais localidades enfrentaram embates violentos, devido, principalmente, ao interesse na região, a qual favorecia a ampliação do ciclo do ouro mineiro e da ação escravocrata na região. Nesse contexto, destaca-se a freguesia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, fundada no ano de 1764, que abarcava grandes fazendas cafeeiras e o caminho de escoamento da produção rural, principalmente para o interior paulista, região serrana do estado da Guanabara, e das pedras preciosas do estado das Minas Gerais.



**Figura 7** - Vila de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, século XVIII

**Fonte:** Arturo, Fundação Mauro Peixoto.

Cabe destacar que a localidade do atual município de Seropédica, que pertenceu à aldeia de São Francisco Xavier, assim como as demais localidades da região, tinha como habitantes originários os índios Tamoios (Tupinambás). Essa região foi ocupada a partir do século XVI por padres jesuítas, motivo pelo qual surgiu o vilarejo do Bananal, onde se produziam e exportavam, até meados do século XVIII, grandes quantidades de cereais, café, açúcar, farinha e aguardente (SEROPÉDICA, <http://www.seropedica.rj.gov.br/a-cidade/historia/>).

Essa localidade ganhou notoriedade ainda durante o século XVII, por ter se tornado parada de pouso para quem transportava o ouro advindo de Vila Rica (Ouro Preto), sentido São Paulo; e para quem estava a fazer o sentido contrário, pelo caminho conhecido como minas do Guandu, em referência ao Rio Guandu, que circundava toda a região e deixava o solo alagadiço durante os meses de dezembro a março (maior incidência de chuvas).

Durante o mesmo período do século XVII, a região do atual município de Itaguaí (Aldeia de São Francisco Xavier de Tagoaí) desenvolvia e mantinha sua rota de comércio



pautada na exploração da lavoura canavieira, principalmente o Engenho do Facão (engenho de Itaguaí), considerado a “mais bela e rica peça do Brasil no gênero” (ITAGUAÍ, 2010, p. 18), espaço onde atualmente se localiza a principal praça da cidade.

Tanto a aldeia de São Francisco Xavier quanto a Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba e, posteriormente, o vilarejo do Bananal, desenvolviam suas atividades de escoamento chegando até o mar via estrada do atalho e caminho das minas do Guandu. Os produtos eram escoados via transporte comercial marítimo, principalmente para a capital do estado da Guanabara, tornando-se o segundo maior entreposto comercial da província do Rio de Janeiro durante o século XIX (IBID., 2010).



**Figura 8** - Engenho de Itaguaí, final do século XIX

**Fonte:** desconhecida.

A expansão comercial da região conduziu a então aldeia de São Francisco Xavier à condição de Vila de Itaguaí em 1818, agregando à região uma série de outras localidades do entorno, dentre elas a Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba (exceto as terras de Conceição do Jacareí e Serra do Piloto, que pertenciam respectivamente à Angra dos Reis e São João Marcos) e as terras de Seropédica (que já pertenciam anteriormente à Vila de Itaguaí). Oficialmente, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica fizeram parte de uma mesma jurisdição por um período de 13 anos.

Desde a sua emancipação política, Itaguaí abrigou uma comunidade de negócios [...] um grande e lucrativo esquema comercial [...] a viagem por terra entre Itaguaí e o Rio de Janeiro, realizada no passado, implicava três “penosos dias de viagem”, para os cargueiros de café. [...] a partir da vila, os negociantes locais providenciavam o transporte por mar até o rio. [...] os comerciantes estabelecidos em Itaguaí operavam com margens e lucro na faixa de 50% a 70%, fazendo com que a localidade tivesse se transformado, em poucos anos, em “uma cidade famosa e rica” (IBID., p. 25).

A contínua expansão territorial na região resultou também na emancipação da então Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, que alcançou o posto de Vila em 1831, nesse mesmo período (22 de março de 1841), iniciou-se oficialmente as operações do Porto da Vila de Itaguaí (NASCIMENTO; VILLELA, 2014), tornando-se uma alternativa para a expansão comercial do território, tendo em vista a abertura da estrada imperial, que ligava São João Marcos à Vila de Mangaratiba, “a primeira estrada de rodagem no Brasil (atual RJ-149), e que servia como o primeiro posto de barreira alfandegária do Brasil” (NASCIMENTO et al., 2018).

No ano de 1875, a Fazenda Seropédica do Bananal de Itaguaí, localizada no distrito de Bananal, sob jurisdição de São Francisco Xavier de Itaguaí, ganhou notoriedade no segmento da agroindústria do ramo da sericultura (teve sua direção estabelecida ainda em 1856, a partir da Lei Provincial nº 880, de 30 de setembro de 1856) (ITAGUAÍ, 2010), chegando em seu auge a produzir cinquenta mil casulos de seda por dia, perdurando suas atividades até o final do século XIX.

A partir dos anos de 1910 e 1911<sup>65</sup>, o escoamento comercial via porto da Vila de Itaguaí teve um retrocesso em decorrência do Decreto nº 7.551, que estabelecia a estrada de ferro como principal meio de transporte tanto de pessoas quanto de cargas, característica que rendeu aos vagões de trens, sentido Rio de Janeiro - Mangaratiba, o apelido de “macaquinhos”. Esses trens carregavam uma enorme quantidade de bananas (na época, a região era a maior produtora da fruta no país), além de outros tipos de cargas, como carvão, lenha e pescado.

Finalmente o trem chegou, em 1911, à Itacuruçá e, em 1914, ao centro de Mangaratiba. [...] Os lavradores aproveitavam os espaços abertos com o corte de lenha e de madeira para fazer carvão e faziam o plantio da banana. Aos poucos, os bananais foram se espalhando pelas serras da região e ganhando destaque na economia [...] Os trens que circulavam por essa região, apelidados por “Macaquinhos”, por andarem abarrotados de bananas. Além da lenha, do carvão e da banana, esses trens possuíam também vagões especiais destinados para o transporte de peixes. [...] O último vagão ficou destinado somente ao transporte de peixes, devido ao mau cheiro que exalava. Caixas de pescado de qualidade saíam da Baía de Sepetiba, via Itacuruçá. uma grande estrutura voltada à navegação, à pesca e ao beneficiamento de peixes foi sendo criada nessa localidade com o estabelecimento da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, da Colônia de Pesca, de antiga Escola de Pesca Darcy Vargas, das fábricas de sardinha, do Iate Clube de Itacuruçá etc. (BONDIM, 2019, <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novportal/pagina/historia.html>>).

A atividade do transporte de trens na região se intensificou durante a década 1920, devido ao aumento exponencial dos visitantes turísticos na região (principalmente para o município de Mangaratiba). O turismo na região, que foi intensificado na década de 1940, passou a ser uma das atividades mais lucrativas por meio de loteamentos nas áreas costeiras de toda a Baía de Sepetiba, o que gerou um aumento gradativo de posses (legais e ilegais) de terras. As atividades de veraneio se expandiram nas décadas seguintes, principalmente após a inauguração da estrada de rodagens RJ-14 na década de 50 do século XX, que ligava os municípios de Mangaratiba e Itaguaí à baixada fluminense, zona norte do Rio de Janeiro e capital, via Avenida Brasil (BR 101, BR 040 e BR 116).

---

<sup>65</sup> Nessa época, Itaguaí (Seropédica incluso) e Mangaratiba já eram considerados municípios.



**Figura 9** - Carregamento de bananas no trem, Mangaratiba – Rio de Janeiro, 1947

**Fonte:** JESUS, <http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/historia.html>, 2019.

O cenário que se apresentava durante a segunda metade do século XX era de uma região que vivia uma série de transformações significativas e determinantes ao território (FUNDREM, 1981), seja pelo desenvolvimento comercial, que se expandiu para o interior, seja pelos indícios de industrialização que o Brasil tardiamente apresentou nesse período. Essas transformações eram justificadas pela excelência geográfica que a região possui, mas que alterou de forma permanente os aspectos biofísicos do TIdI, modificando os meios naturais (fauna e flora), as relações humanas, os aspectos socioeconômicos e o papel do Estado no território.

### 5.1.2 50 Anos Que Mudaram os Rumos (1960-2010)

A partir da segunda metade da década do século XX, o TIdI passou paulatinamente a se afastar de suas características de cidade do interior, com suas práticas voltadas às atividades de agricultura familiar e pesca artesanal (ITAGUAÍ, 2010). A primeira grande ruptura desse cenário ocorreu no ano de 1962, na região do saco do Engenho, no bairro da Ilha da Madeira – Itaguaí/RJ, após a implementação da primeira grande usina em toda a região, a Companhia Mercantil e Industrial Ingá - INGA S/A. Essa usina, por mais de 35 anos, desenvolveu a atividade de processamento de minério voltado para a produção de lingotes de zinco da alta pureza (99,99%), altamente poluentes ao homem e ao meio ambiente.

O funcionamento do INGÁ perdurou até o ano de 1998, quando a indústria decretou falência, deixando (até então) o maior passivo ambiental do Brasil (somente atrás do desastre da barragem de Fundão, Mariana/MG, 2015, e Brumadinho/MG, 2019) em uma região cercada por um “complexo de pequenas ilhas que constituía o arquipélago da região” (NASCIMENTO; ALMEIDA; CABRAL, 2015, p. 2). O passivo da INGÁ S/A foi vendido em 27 de julho de 2008 para o grupo Siderúrgica de Minas Gerais S/A – USIMINAS, que prometeu à época investir no desenvolvimento de um parque de escoamento de minério próprio no local, obras que até hoje não tiveram início<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Até dezembro de 2020.



**Figura 10** - Vista aérea do passivo ambiental da INGÁ S/A  
**Fontes:** própria/Google Maps (2019).

A década de 70 apresentou os primeiros megaempreendimentos que ainda permanecem em atividade na região. Destaca-se a siderúrgica GERDAU-COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara), que teve suas obras iniciadas na zona industrial de Santa Cruz, no ano de 1971, e concluídas em 1973. Nesse mesmo ano foi inaugurado o terminal ferroviário de escoamento de minério de ferro da Ilha Guaíba – Mangaratiba - RJ, de propriedade da MBR Company (propriedade atual da Vale S.A). Em 1975 foi construída a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP (vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Fundação Getúlio Vargas<sup>67</sup>) no bairro de Coroa Grande – Itaguaí.

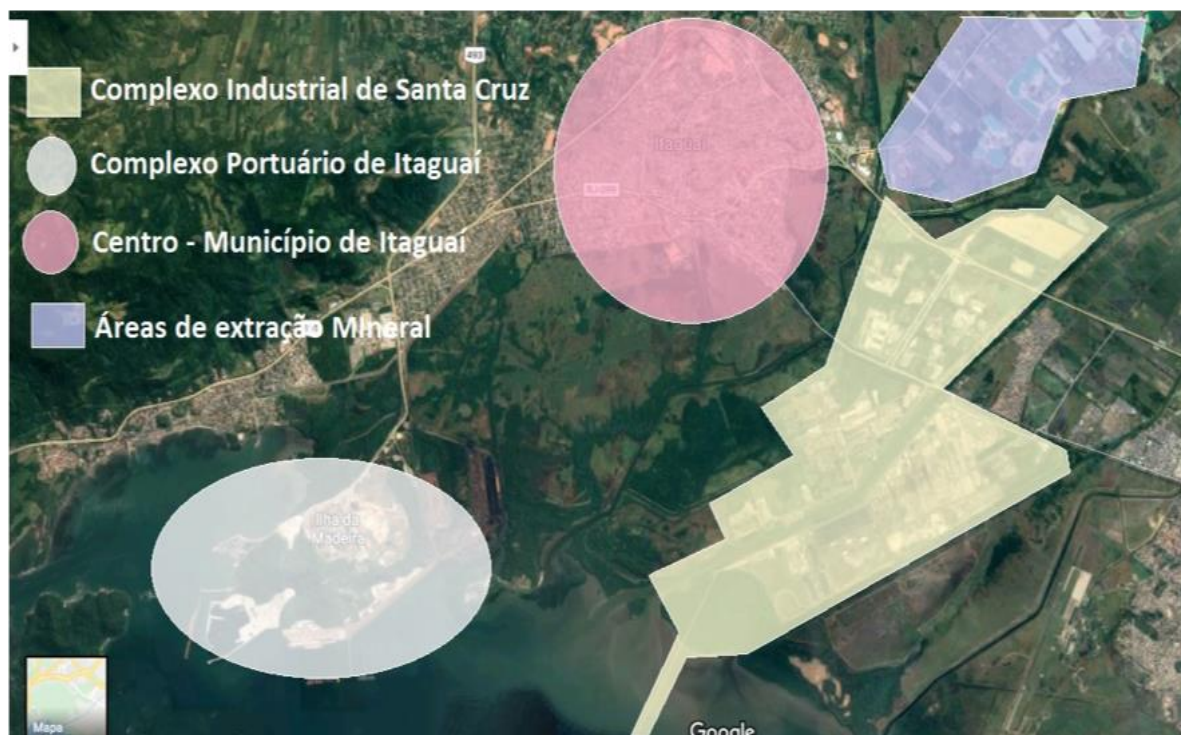
No ano de 1974 foi inaugurado (ampliado) pelo Governo Federal o novo trecho da BR 101 (Rio Santos), que liga o TIDI à zona portuária da capital, região serrana, zona oeste e baixada fluminense do Rio de Janeiro, via Avenida Brasil (BR 101, BR 040, BR 116), facilitando a movimentação humana e de carga para o território. A ampliação desse trecho resultou em uma segunda expansão de casas de veraneio na região, bem mais complexa, em comparação com a que ocorrerá na primeira metade do século XX<sup>68</sup>, promovendo uma expansão demográfica principalmente nos municípios de Mangaratiba e Itaguaí, no período dos meses de férias, “provocando a descaracterização de vilas balneárias e mudando para sempre o cenário bucólico da região” (BONDIN, 2019, <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/historia.html>>).

A década de 70 ainda apresentou um marco na alteração do cenário socioeconômico de toda a região com o início das edificações que levaram ao surgimento do distrito industrial de Santa Cruz (Complexo Industrial de Santa Cruz), com um espaço total de 6.2 milhões de m<sup>2</sup>, considerado exclusivamente como Zona Estritamente Industrial – ZEI.

. Por mais que o complexo industrial esteja localizado no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, seu posicionamento dentro do TIDI (5.6 quilômetros do centro econômico), mostra-se geograficamente estratégico a medida que se localiza dentro do território, boa parte de toda movimentação de cargas e absorção em moradias (aumento na densidade demográfica) de profissionais que desenvolvem suas atividades laborais, direta ou indiretamente em função do complexo. (VIDE FIGURA ABAIXO)

<sup>67</sup> Esta vinculação ocorre a partir de núcleos de pesquisa, investimento público em centros de tecnologia, e parcerias de execução em nível público-público.

<sup>68</sup> Para maiores informações sobre a primeira expansão de veraneios na região, vide o subcapítulo 5.1 desta tese.



**Figura 11** - Complexo Industrial de Santa Cruz e entorno  
**Fonte:** elaborado pelo autor.

Por mais que o complexo industrial esteja localizado no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, seu posicionamento dentro do TIDI (5.6 quilômetros do centro econômico), mostra-se geograficamente estratégico a medida que se localiza dentro do território, boa parte de toda movimentação de cargas e absorção em moradias (aumento na densidade demográfica) de profissionais que desenvolvem suas atividades laborais, direta ou indiretamente em função do complexo. (VIDE FIGURA ACIMA)

O recorte geográfico ocorrido unilateralmente na região no início da década de 70, quando o município do Rio de Janeiro (possuindo informações privilegiadas) impôs uma ampliação de seus limites fronteiriços (mudando sua extensão do rio São Francisco Xavier para o rio da Guarda), exibiu uma manipulação e demonstração de poder (da capital) contra o município vizinho (Itaguaí) e junto ao governo do Estado (Rio de Janeiro). Essa alteração de limites (menos de 5 km de distância) acabou proporcionando ao município do Rio de Janeiro todas as contrapartidas financeiras que o complexo industrial de Santa Cruz poderia conceder, enquanto que os reflexos e mazelas foram sentidos de forma mais intensas no TIDI

Desde sua inauguração oficial em 1973 (junto com a siderúrgica GERDAU-COSIGUA), o Complexo Industrial de Santa Cruz apresentou um processo de expansão, saindo de um cenário com poucas empresas nos seus primeiros anos para os atuais 18 empreendimentos ou megaempreendimentos situados no mesmo espaço, além de outros seis em processo de implementação ou ampliação.

A partir do ano de 2008, o Complexo foi considerado um sistema de *clusters*<sup>69</sup>, subdividindo-se em dois complexos menores. O primeiro está situado às margens do rio Guandu, seguindo até a Baía de Sepetiba, onde se destacam: a) Companhia Gerdal-Cosígua; b) Techint/Ternium Brasil; c) indústria Minascal; e d) Messer Gases – ASU. O outro está localizado entres os rios São Francisco Xavier e Rio Guandu, destacando-se: a) Casa da Moeda do Brasil; b) Fabrica Carioca de Catalizadores; c) Linde Gases; d) Air Liquide; e) Transcolor

<sup>69</sup> Uma concentração setorial e espacial de firmas (NASCIMENTO, 2016).

indústria de pigmentação e cores; f) Akzo Nobel; g) Aciquimica industrial; h) GYPSUM, Ball; i) Morganite; j) LiarteMetalquimica; l) SICPA; m) Fundação Oswaldo Cruz Bio-Manquinhos; n) Subestação de Furnas – Santa Cruz; o) OilState Industries do Brasil, entre outras<sup>70</sup> (NASCIMENTO; VILLELA, 2014).



**Figura 12 -** Complexo da Companhia de desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro – Santa Cruz (área entre os rios São Francisco Xavier e da Guarda)

**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

Inaugurado em 7 de maio de 1982, foi concebido para transformar-se em Complexo Portuário e Industrial de Itaguaí, o porto é o grande propulsor do desenvolvimento não só da região, como do Estado do Rio de Janeiro, e vem realizando um conjunto de projetos de apoio à nova proposta de sua expansão. (ITAGUAÍ – Plano Diretor, 2008, p. 22).

A partir do início dos anos 2000, com a necessidade de ampliação do complexo marítimo e escoamento de cargas de toda a região centro-sul do Brasil, o Porto de Itaguaí começou a investir na ampliação de seu sistema portuário, extraíndo sedimentos do fundo do canal da Baía de Sepetiba. O foco era receber navios de maiores portes e com calados mais profundos. Essa ação resultou na “presença, em maior ou menor grau, de metais pesados, em seu interior, resultantes da atividade humana” (HOMERO, 2018, <<http://www.faperj.>

<sup>70</sup> Este segundo complexo de Indústrias pertencentes ao Cluster de Santa Cruz, são de responsabilidades gerencial a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN).

br/?id=2330.2.7>), e que se encontravam sedimentados no fundo da baía, oriundos, em sua grande parte, da degradação e acidentes ambientais provocados pela Indústria INGÁ<sup>71</sup>, durante as décadas de 60 a 90 do século XX.

Atualmente, o Complexo Portuário de Itaguaí opera na responsabilidade da empresa Docas S/A e promove o sistema de *Hub Port*<sup>72</sup>, com atuação de vários empreendimentos e/ou megaempreendimentos, com destaque para: a) NUCLEP S/A (já citada) ; b) ICN – Itaguaí Construções Navais; c) Porto Sudeste do Brasil S/A; d) Base de Submarinos de Itaguaí – Marinha do Brasil; e) Valesul Alumínios S/A; f) Sepetiba Tecom S/A; g) Companhia Portuária do Porto de Sepetiba – CPBS; e h) Porto de Itaguaí (Companhia Siderúrgica Nacional – CSN) (NASCIMENTO; VILLELA, 2014)<sup>73</sup>.

O surgimento e ampliação de dois complexos em um mesmo território (Complexo Industrial de Santa Cruz e Complexo Portuário de Itaguaí), durante a mesma década, foram projetados (pelos governos federal e estadual) com a estratégia de aproximação tecnológica, redução nos custos de transporte, promoção de um complexo produtivo de empreendimentos de diversos segmentos, melhoria na concorrência e solidariedade entre empresas, redução de custos de transações no mercado local, vasto fluxo de oportunidades de trabalho no mesmo espaço e cooperação econômica entre as partes (BECATINNI, 1999).

Como já citado, a importância geográfica da região também foi determinante para essa escolha, uma vez que os empreendimentos ficariam centralizados na maior megalópole da América Latina (Rio de Janeiro – São Paulo), sendo ponto de partida e chegada de navios de carga, principalmente nos ramos de minério de ferro e siderurgia para todo o mundo. Além disso, a localização ímpar no que se refere às possibilidades de transporte, seja terrestre, marítimo ou aéreo, foi outra mais valia observada.

As mudanças exógenas desreguladas que ocorriam durante toda a segunda metade do século XX na região do TIDI resultaram em uma série de alterações morfológicas, ambientais, sociais e socioeconômicas do espaço. No ano de 1976, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - FUNDREM apresentou um relatório técnico alertando a gestão estadual (Rio de Janeiro) e gestões municipais (Itaguaí - Mangaratiba) sobre a necessidade de uma atenção para os eminentes problemas no território.

A FUNDREM advertiu (à época) algumas ações público-privadas para evitar a asfixia do local, dentre as quais destacam-se: a) realização de estudos técnicos sobre as condições físicas de ocupação do solo no território; b) necessidade de previsão e equipamento público diante de uma infraestrutura urbana crescente; c) estudos visando a um macrozoneamento e uso do solo; d) ampliação e fortalecimento de órgãos técnicos de planejamento; e) treinamento de pessoal especializado no território; f) modernização dos instrumentos administrativos; e g) implementação de processos de desenvolvimento das decisões públicas, a fim de evitar a utilização desordenada do espaço. (FUNDREM, 1981). Essas indicações, nos últimos 40 anos, foram realizadas de maneira incipiente, ou simplesmente ignoradas, pelos gestores públicos subsequentes, tanto na esfera estadual quanto nas esferas municipais.

Além das alterações estruturais ocorridas no território e sinalizadas pela FUNDREM, como a ocupação desordenada do solo e os impactos subsequentes na economia local, a região também apresentou mudanças significativas no que se refere ao aumento populacional desregulado. Toma-se como parâmetro o Quadro 10, que demonstra o aumento de 251.824% no número de habitantes no período de 30 anos (1970 -2000), com um salto de 23.309 mil para os expressivos 82.030 mil habitantes. São aumentos que continuam a ocorrer, tendo em vista que, entre os anos de 2000 a 2020, o território alargou em 64.353% o seu número populacional, indo de 82.030 para 134.819 novos moradores.

---

<sup>71</sup> Para maiores informações sobre Indústria INGÁ, vide o subcapítulo 7.1 desta tese.

<sup>72</sup> Modelo que concentra cargas de nível de navegação.

<sup>73</sup> Dados atualizados pelo autor em setembro de 2020.

**Quadro 10** - Aumento populacional no município de Itaguaí (entre os anos de 1970 - 2020)<sup>74</sup>

| Ano  | Nº Total de Habitantes | Aumento em (%), relação ao período anterior |
|------|------------------------|---|
| 1970 | 23.309 mil             | X   |
| 2000 | 82.030 mil             | 251.824%                                    |
| 2007 | 97.356 mil             | 16.245%                                     |
| 2010 | 109.091 mil            | 14.403%                                     |
| 2014 | 117.343 mil            | 7.567%                                      |
| 2020 | 134.819 mil            | 14.893%                                     |

**Fonte:** própria, com base nos dados Fundrem (1976); IBGE; IBGE Cidades (2020).

Esse crescimento populacional se deve principalmente à chegada de novos trabalhadores para os complexos instalados na região<sup>75</sup>, interessados nas oportunidades de emprego que surgiam/surgem e que atraem mão de obra (especializada e não especializada). Profissionais que vinham/vem recorrentemente dos estados de Minas Gerais e Bahia, e de outros países, como China, Bolívia e Alemanha (NASCIMENTO, 2016). Essas mudanças desreguladas, céleres e exógenas ao território, sedimentadas a partir dos anos 80, forneceram pilares para o que ocorreria na segunda década do século XXI, conforme será abordado a seguir.

### 5.1.3 Os Megaempreendimentos e Mudanças Estruturais no Território (2011-2020)

As principais mudanças socioespaciais ocorridas no território na última década são resultados das construções e/ou expansões dos complexos industriais e portuários no TID (PACS, 2016; IKEDA JR., 2017). Logo, faz-se necessário destacar discriminadamente os principais megaempreendimentos localizados no território, sendo que quatro se sobressaem em relação aos demais, tanto em número total de empregos diretos e/ou indiretos, quanto no tamanho dos investimentos públicos e/ou privados, dados que são citados brevemente abaixo:

**a) Siderúrgica Techint/Ternium Brasil:** conhecida até 2017 como Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, a Siderúrgica Techint/Ternium Brasil teve suas construções iniciadas em 29 de setembro de 2006, às margens da Baía de Sepetiba, dentro do Complexo Industrial de Santa Cruz, ocupando uma área total aproximada de 10 milhões de m<sup>2</sup>. A área se estende ao longo do último trecho do rio São Francisco Xavier. Esse megaempreendimento foi o que obteve individualmente os maiores aportes financeiros de toda a região, envolvendo cerca de R\$ 13,2 bilhões durante o seu processo de implementação, ocasião em que gerou 30 mil empregos diretos à época (BUENO, 2009).

<sup>74</sup> Não existem dados populacionais do território anteriores a 1970.

<sup>75</sup> Além dos empreendimentos e megaempreendimentos, nota-se um aumento de trabalhadores nas empresas satélites (terceirizadas), prestadoras de serviços para esses grandes complexos.





**Figura 13** - Vista aérea Techint/Ternium Brasil – Zona Industrial de Santa Cruz/RJ  
**Fonte:** <https://www.brasildefato.com.br>

A siderúrgica teve seu primeiro alto-forno inaugurado em 2010 e o segundo no ano de 2011, chegando a exportar 7.5 bilhões de placas de aço ao ano, processando atualmente, segundo informações<sup>76</sup>, 72 milhões de toneladas/ano. Ainda sem alcançar 100% das atividades, atua em um modelo de produção *high-end*, com um quadro atual de 6 mil empregos diretos. Em fevereiro de 2017, a indústria foi vendida por € 1,4 bilhão (aproximadamente R\$ 6.38 bi), para a empresa ítalo-argentina Techint/Ternium (sócia no Brasil da Usiminas - empresa também dona do passivo ambiental da extinta INGÁ), conglomerado que opera o megaempreendimento desde então.

**b) Companhia Siderúrgica Nacional – CSN:** localizada na área de atividades do Complexo Portuário de Itaguaí, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN administra, atualmente, dois terminais: um de graneis sólidos (Tecar) e outro de containers (Tecon). Segundo informações do próprio site do megaempreendimento<sup>77</sup>, o terminal Tecar exporta 45 milhões de toneladas de minério de ferro/ano, enquanto o terminal Tecon concentra o sistema de cargas *Hub Port* com dois berços (101 e 202), sendo atualmente o maior do Brasil em seu segmento, podendo realizar descargas de até 3,5 milhões de toneladas de minério/ano.

Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA/RJ, as atividades portuárias da CSN tiveram sua ampliação iniciada no ano de 2007, com investimentos de mais de R\$ 7,89 bilhões de reais e ação de mais de 18 mil empregos diretos durante o seu processo de implementação/ampliação, e 3,5 mil empregos desde seu processo de operacionalização. Cabe ressaltar que citar o Porto de Itaguaí significa mencionar a própria operacionalização da CSN, tendo em vista que esse megaempreendimento tem predominância operacional dentro do espaço<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> Extraído do site oficial do megaempreendimento - [br.ternium.com](http://br.ternium.com) - em agosto de 2019.

<sup>77</sup> Disponível em: [csn.com.br](http://csn.com.br) - em agosto de 2019

<sup>78</sup> Como já citado, o Porto de Itaguaí faz parte do complexo do Porto de Itaguaí, que engloba outros empreendimentos e/ou megaempreendimentos.



**Figura 14** - Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (Porto de Itaguaí)

**Fonte:** <http://www.albtransportes.com.br>

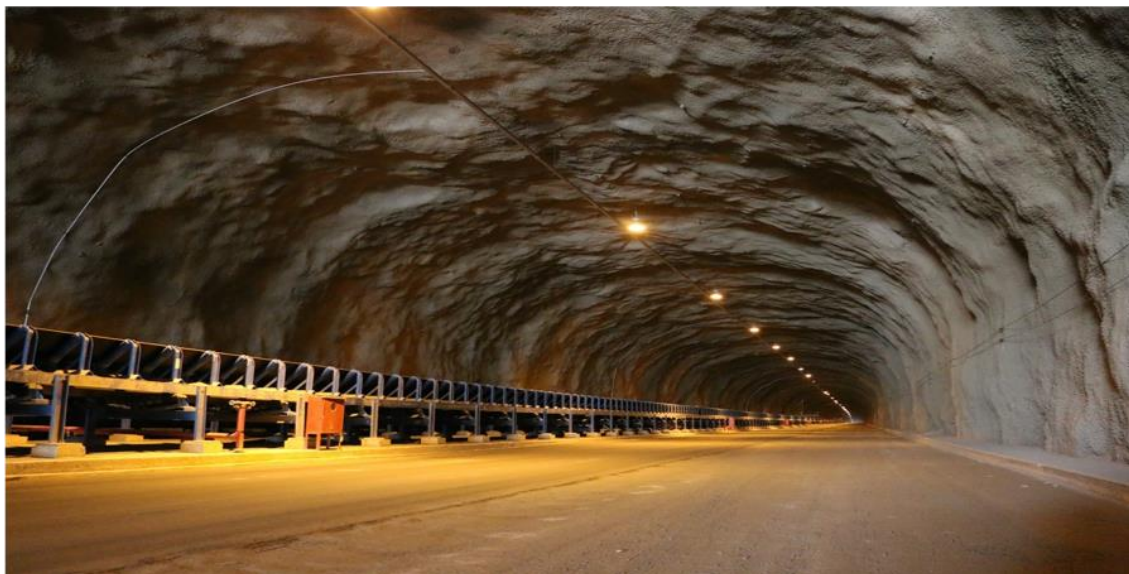
c) **Porto Sudeste S/A:** localizado no bairro da Ilha da Madeira - Itaguaí, dentro do Complexo Portuário de Itaguaí, o megaempreendimento teve suas obras iniciadas no ano de 2010 (ainda com a nomenclatura de MMX mineração e metálicos S/A, do grupo EBX), quando foi construído um píer privado na parte costeira da Baía de Sepetiba, destinado a atuar no carregamento de graneis sólidos para o escoamento da produção de minério de ferro advindo do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi efetivada a construção de um terminal portuário próprio e um pátio de estocagem com capacidade para 2,5 milhões de toneladas. Esse terminal custou, somente no período 2011-2013, uma ordem de mais de R\$ 1,3 bilhões, tendo um custo total de R\$ 4 bilhões ao empregar, aproximadamente, 2 mil pessoas de maneira direta.

Segundo o site oficial do megaempreendimento<sup>79</sup>, em setembro de 2011, foi concluído um túnel encravado na rocha (adentrando a área da Mata Atlântica preservada), com uma extensão total de 1,8 quilômetros, 11 metros de altura e 20,5 metros de largura, ocupando um espaço total de 103 mil m<sup>2</sup> e a UFEM ocupando cerca de 3,5 km<sup>2</sup>, o que resulta em um espaço total de 487 mil m<sup>3</sup>.

No ano de 2013, devido a uma série de crises financeiras que impactaram o grupo EBX (proprietários à época), 65% do capital social do Porto Sudeste S/A foi vendido por US\$ 400 milhões, além do pagamento de R\$ 1,3 milhões em dívidas para o grupo de investimentos controlados pela *join venture* de terminais Impala, do grupo Transfigura (Mubadala Investment Company), que se tornou sócio majoritário.

---

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.portosudeste.com/empreendimento/tunel/>, agosto de 2019



**Figura 15** - Túnel de movimentação de carga do Porto Sudeste S/A  
**Fonte:** <https://www.portosudeste.com/galeria/fotos/>, 2019

O megaempreendimento iniciou suas operações em setembro de 2015 e, desde então, funciona como terminal de viradores de vagões e escoamento de navios em seu píer particular, com capacidade de movimentação de 50 milhões de toneladas/ano, podendo ser expandida para até 100 milhões/ano. Até o final de 2017, o Porto Sudeste já havia exportado (ao todo) 12 milhões de toneladas de minério de ferro, com previsão de ampliação para 40 milhões de toneladas até o final de 2021.



**Figura 16** - Porto Sudeste S/A  
**Fonte:** <https://www.portosudeste.com>

**d) Estaleiro PROSUB / NUCLEP:** também localizado no bairro da Ilha da Madeira – Itaguaí – RJ, dentro do Complexo Portuário de Itaguaí. Alegando a necessidade de “proteger esse patrimônio natural e garantir a soberania brasileira no mar” (MARINHA DO BRASIL, 2018), a Marinha do Brasil iniciou no ano de 2008 o Programa de Desenvolvimento de

Submarinos – PROSUB, em parceria com a empresa francesa *Direction des Constructions et Services* - DCNS e a brasileira Odebrecht. A proposta era fabricar cinco submarinos (um de propulsão nuclear e outros quatro de diesel-elétrico) e estabelecer um complexo de infraestrutura naval que conglomerava, em sua estrutura, um estaleiro de bases navais (EBN), uma unidade de fabricação de estruturas metálicas (UFEM) e prédios administrativos.

Segundo dados informados pela própria Marinha do Brasil<sup>80</sup>, foram gastos, aproximadamente, R\$ 7,8 bilhões<sup>81</sup> até o final do ano de 2017 (5,2 bilhões somente no período 2012-2014), gerando, até o momento, 9 mil empregos diretos e 32 mil indiretos. A construção dos submarinos teve início em 2012 e, originalmente, a previsão de entrega seria até o ano de 2021, porém, devido aos atrasos nas obras, as datas foram alteradas pela própria Marinha do Brasil. O primeiro submarino diesel-elétrico só foi entregue no dia 14 de dezembro de 2018, o segundo em 03 de dezembro de 2020, e o último (submarino nuclear), com previsão para o ano de 2027, apresenta até o momento 6 anos de atraso<sup>82</sup>.

Cabe destacar que, junto ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB, a participação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP, empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que atua com infraestrutura e base de bens de capital, foi a principal construtora responsável pelo Complexo Naval de Itaguaí – RJ, megaempreendimento que conta com o apoio de execução da Itaguaí Construções Navais – ICN, empresa parceira na construção dos submarinos. A NUCLEP possui uma equipe de 17 mil profissionais diretos e um pátio próprio de mais de 520 mil metros quadrados (MARINHA DO BRASIL, 2019).



**Figura 17** - Estaleiro PROSUB

**Fonte:** Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Ministério do Planejamento, 2019.

<sup>80</sup> Disponível em [marinha.mil.br](http://marinha.mil.br), acesso em agosto de 2019.

<sup>81</sup> Números ainda em progressão.

<sup>82</sup> Até dezembro de 2020.

Destaca-se também a presença de empresas satélites (terceirizadas), prestadoras de serviços diretos e/ou indiretos junto ao estaleiro PROSUB/NUCLEP, entre elas as nacionais: a) EBSE – Empresa Brasileira de Solda Elétrica; b) Confab; c) Delp; d) Alstom; e) Construções Navais; f) Bardella; g) IESA (em recuperação judicial); h) Jaraguá; e i) USIMEC. E as internacionais: a) ATB (Itália); b) Areva (França); c) Belelli (Itália); d) Duro Felguera (Espanha); e) IMPSA (Argentina); f) GE (USA); g) ENSA (Espanha); h) Doosan (Coreia do Sul); i) Mitsubishi (Japão); j) Toshiba (Japão); e l) Rosatom (Rússia) (MCTI - BRASIL, 2018).

e) **Outros empreendimentos de menor destaque:** além dos megaempreendimentos acima citados, também foram instalados no território na última década, a partir de iniciativas público-privadas, uma série de outros empreendimentos que influenciam diretamente a estrutura socioeconômica local, com destaque para a construção da **Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (BR 493 - Arco Metropolitano)**, cuja finalidade inicial era interligar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ – Itaboraí/RJ com o complexo portuário do TIDJ (principalmente o Porto de Itaguaí), tendo seu primeiro trecho inaugurado no ano de 2014 e sua construção finalizada em 2015. A obra custou aos cofres públicos um valor total de R\$ 1,9 bilhões. Sua atual utilização está ligada à movimentação de carros de passeio e transporte de cargas. Cita-se no mesmo período a duplicação da **Rodovia Governador Mário Covas (Rio-Santos) – BR 101 Sul**, que custou aos cofres públicos o montante de R\$ 245 milhões de reais e teve como principal fim ampliar o fluxo de cargas pesadas entre os Portos do Rio de Janeiro/RJ, de Itaguaí/RJ e de Santos/SP.

Destacam-se, também, no território dois empreendimentos vizinhos. O primeiro é o **Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos – Ciclos**, inaugurado em 20 de abril de 2011, que custou aos cofres públicos e privados, durante sua fase de implementação, aproximadamente R\$ 400 milhões, gerando, em média, 600 empregos diretos. O segundo é a **Pedreira de Santa Luzia S/A**, implantada no início dos anos 2000. Esse empreendimento atua no ramo da extração mineral, com a remoção de (por meio de explosivos) 300 mil toneladas de areia e brita/mês (SANTA LUZIA, 2020), e desenvolve na mesma localidade (região de Mazomba, Mazombinha e Raiz da Serra) uma usina de pavimentação asfáltica (VEREDA, 2007).

Outro empreendimento de destaque no segmento da extração mineral no território é o **Distrito Areeiro do Piranema**, constituído pela junção de uma série de pequenas e médias empresas do ramo, localizadas principalmente às margens da estrada do Piranema. Composta por uma área total de, aproximadamente, 50 km (BERBERT, 2003), teve nos últimos anos investimentos somados na casa dos R\$ 690 mil. Conta com, aproximadamente, 300 funcionários, distribuídos entre as inúmeras extratoras locais, e é responsável pelo abastecimento de 70% no estado e 90% na região metropolitana do Rio de Janeiro de areia para a construção civil (FERREIRA, 2016).

Evidencia-se também no território o empreendimento da **Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN)/Rolls-Royce**, localizada no complexo industrial de Santa Cruz/RJ, estabelecimento que custou (capital privado) nos últimos anos um valor total de R\$ 189 milhões de reais, gerando cerca de 100 empregos diretos e ocupando um espaço total de 100 mil m<sup>2</sup> (20m<sup>2</sup> de área construída). O intuito do empreendimento é construir no local plataformas *offshore* para a Petrobrás S/A e ocupar o mercado de geração de energia em instalações terrestre (IKEDA JR., 2017).



**Figura 18** - Empreendimentos e megaempreendimentos dos complexos do Território Identitário de Itaguaí - TIdI

**Fonte:** Ikeda Jr. (2017).

Outro empreendimento de capital público/privado em destaque no território é o **Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz**, também localizado no complexo industrial de Santa Cruz. Essa companhia encontra-se em processo de construção (previsão de início das operações para o ano de 2022) e terá como finalidade a operacionalização do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS, onde serão produzidas entre 100 e 120 milhões de frascos de vacina, biofármacos e imunobiológicos por ano, além de um setor de qualidade. Em uma área total de 334 mil m<sup>2</sup>, com 40 edificações que terão um custo total aproximado de R\$ 800 milhões, a Fiocruz pretende geral 1.600 empregos diretos. (FIOCRUZ, 2018).

Por fim, a **Companhia Siderúrgica Cosíguia – Gerdau**<sup>83</sup>, também localizada no complexo industrial de Santa Cruz, apresenta atualmente um projeto de expansão (já em curso) que visa à exportação de placas de aço e laminados. Segundo relatório técnico disponível no site da indústria<sup>84</sup>, foram gastos até dezembro de 2019 mais de R\$ 2,47 bilhões, o que proporcionou 550 empregos diretos e 3.000 indiretos, além de vagas já existentes, previamente estabelecidas em seu ciclo de expansão.

Existem, ao todo, mais de 20 empreendimentos de médio-grande porte (industriais ou portuários) estabelecidos atualmente no TIdI, além de inúmeras empresas satélites prestadoras de serviço localizadas na mesma região (terceirizadas). Os empreendimentos e megaempreendimentos acima citados controlam investimentos (públicos-privados) que, somados, ultrapassam as cifras dos R\$ 40 bilhões (vide tabela abaixo), e um somatório de mais de 94 mil empregos diretos e/ou indiretos, promovidos a reboque por uma série de mudanças socioeconômicas e espaciais exógenas ao território.

<sup>83</sup> Já citado e contextualizado anteriormente neste projeto, vide item 4.2 do mesmo.

<sup>84</sup> Disponível em: [http://www.gerdau.com.br/updatetool/DownloadCenter/\\_fls/\\_dwn/701\\_1.pdf](http://www.gerdau.com.br/updatetool/DownloadCenter/_fls/_dwn/701_1.pdf)

**Quadro 11** - Relação de investimentos e empregos diretos e indiretos gerados pelos empreendimentos e megaempreendimentos no Território Identitário de Itaguaí - TIDI – período de 8 anos (2012-2019)

| <i>Empreendimento /<br/>Megaempreendimento</i>                                  | <i>Montante investido (R\$<br/>Bilhões)</i> | <i>Empregos gerados</i>                         | <i>Local</i>   |
|---|---|---|--|
| Techint/Ternium Brasil Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA)                 | 13,2  | 6.000 (diretos)                                 | Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ                                   |
| Duplicação da Rodovia Governador Mário Covas (Rio-Santos) – BR 101 Sul          | 0,245                                       | -   | Rio de Janeiro / Itaguaí - RJ  |
| Companhia Siderúrgica Nacional – CSN  | 7,89  | 18 mil (Diretos)<br>3,5 mil (Operacionalização) | Itaguaí - RJ   |
| Companhia Siderúrgica Consigua – Gerdau (Expansão)                              | 2,47  | 550 (diretos) e 3.000 (indiretos)               | Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ                                   |
| Rolls-Royce   | 0,189                                       | 100   | Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ<br>Divisa Itaguaí / Seropédica-RJ |
| Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz | 0,8   | 1.600   | Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ<br>Divisa Itaguaí / Seropédica-RJ |
| Base Naval de Itaguaí (Submarinos Nucleares)<br>Nuclep – UFEM - ICN             | 7,8   | 26.000 (diretos); 32.000 (indiretos)            | Itaguaí - RJ   |
| Arco Metropolitano do Rio de Janeiro  | 1,9   | -   | Região Metropolitana (Itaguaí / Seropédica - RJ)                         |
| Usiminas/Ingá   | 1   | 400   | Itaguaí - RJ   |
| Central de Tratamento de Resíduos (Ciclus)                                      | 0,4   | 600   | Itaguaí / Seropédica - RJ  |
| Indústria Mineradora  | 0,069180                                    | 300 (diretos)                                   | Itaguaí / Seropédica - RJ  |
| Porto Sudeste   | 4   | 2.000 (diretos)                                 | Itaguaí - RJ   |
| Porto de Itaguaí (Expansão)   | 1,9   | 1.200 (diretos)                                 | Itaguaí - RJ   |

**Fonte:** Ikeda Jr. (2017), dados atualizados pelo autor em setembro de 2020

Os cabedais financeiros que transformaram a região no maior polo de investimento público-privado do país na última década (BUENO, 2009), não refletem o atual cenário de total carência de contrapartidas sociais para o território (VILELLA, VIDAL, ARAÚJO, et all, 2014). Questões que estão relacionadas diretamente a práticas depredadoras geradas por empreendimentos e megaempreendimentos que se instalaram na região, e que descumprem as determinações estabelecidas em seus planos de ação, principalmente no que se refere a execução de projetos que mitiguem os problemas locais causados (a população local) pela atividade destes complexos.

Questões que são motivadas por questões como: a) falta de cobrança de órgãos públicos locais no que tange a obediência do que se é estabelecendo nos planos de ações das empresas locais, b) custos extremamente elevados tanto na execução de serviços como na compra de equipamentos (NASCIMENTO, 20016), c) ações públicas de baixo impacto social (VILELLA, VIDAL, ARAÚJO, et all, 2014), d) desvios e superfaturamentos de transferência de verbas públicas (IKEDA, 2017), entre outros.

Alguns dos principais empreendimentos e/ou megaempreendimentos citados ao longo deste subcapítulo, bem como alguns dos principais problemas relacionados a estes complexos, serão (melhor) aprofundados no capítulo 6 desta tese, principalmente na seção sobre os

impactos (diversos) presumíveis, resultantes das ações dessas empresas nos subterritórios rurais e nas comunidades tradicionais de agricultores familiares e pescadores artesanais do TIdI.

## 5.2 Panorama Sobre o Atual Território Identitário de Itaguaí – TIdI

As mudanças ocorridas no TIdI, principalmente nas duas últimas décadas, proporcionaram uma série de novos elementos socioeconômicos e geográficos ao local. Por tais motivos, este subcapítulo aborda sucintamente alguns dos principais dados sobre o território e ressalta algumas impressões sobre o local, tendo em vista que a região é cenário de pesquisas (sobre as transformações abruptas do espaço) há pelo menos três décadas.

Para tanto, utilizou-se como referência elementos documentais, bibliográficos e telemáticos, com destaque para: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE; b) IBGE Cidades; c) Censo Agropecuário – IBGE; d) materiais diversos produzidos pelo colegiado territorial da Ilha Grande; e) artigos, capítulos de livros, dissertações e teses produzidos pelos pesquisadores integrantes do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ; f) *GoogleMaps* e *GoogleEarth*; g) Fundrem; h) teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos que tratam sobre o território.

**Quadro 12** - Dados socioeconômicos e geográficos TIdI<sup>85</sup>

| Dados  | TIdI                        |
|--|-----------------------------|
| <b>População estimada Território<sup>86</sup> (2020)</b> | 134.819 pessoas             |
| <b>Densidade Demográfica (2010)</b>                      | 395.45 Hab./Km <sup>2</sup> |
| <b>Produto Interno Bruto (2017)</b>                      | R\$ 7.868.600,92            |
| <b>Perímetro<sup>87</sup></b>                            | 143 mil Km                  |
| <b>Área total TIdI<sup>88</sup></b>                      | 795 Km                      |
| <b>População urbana (2015)</b>                           | 95.53%                      |
| <b>População Rural (2015)</b>                            | 4.47%                       |
| <b>Produto Interno Bruto (2016)</b>                      | R\$ 7.404.493.000           |
| <b>Produto interno Bruto - per capita (2018)</b>         | R\$ 63.968,12               |
| <b>Rendimento de Atividade industrial (2015)</b>         | R\$ 986.511,30              |
| <b>Rendimento de Atividades de Serviços (2015)</b>       | R\$ 4.772.402,80            |
| <b>Salário Médio Mensal (2015)</b>                       | R\$ 3.3 Sal/Mín.            |
| <b>IDMH (2010)</b>                                       | 0.715                       |
| <b>Esgoto Sanitário Adequado (2010)</b>                  | 77.5%                       |
| <b>População em Domicílios Subnormais (2010)</b>         | 3.63%                       |
| <b>Índice de GINI (2015)</b>                             | 0.40                        |
| <b>Incidência da pobreza (2015)</b>                      | 52.93 %                     |
| <b>Taxa de Escolarização (6-14 anos)</b>                 | 97.6%                       |
| <b>Densidade Demográfica (2010)</b>                      | 395.45 Hab./Km <sup>2</sup> |

**Fonte:** desenvolvido pelo autor a partir do sistema IBGE – Cidades (2020), Censo IBGE (2000, 2010, 2015, 2017) e Google Maps (2019).

<sup>85</sup> Como já mencionado, os dados seguem como parâmetro os do município de Itaguaí.

<sup>86</sup> Estimado do território (IBGE, 2010), somado a projeção de crescimento - município de Itaguaí (IBGE, 2018).

<sup>87</sup> Google Earth, em 18 de janeiro de 2019.

<sup>88</sup> Google Earth, em 18 de janeiro de 2019.



Atualmente, a população estimada no TIDi é de, aproximadamente, 134.819 mil pessoas (IBGE Cidades, 2020), apresentando uma proporção estimada de 95,53% que vivem em situação domiciliar urbana, enquanto aproximadamente 4,47% residem em domicílios rurais, dados divergentes da média nacional, que apontam, atualmente, 85% de sua população habitando áreas urbanas, enquanto 15% estão em regiões rurais (IBGE - PNAD, 2015).

A definição técnica (utilizada pelo IBGE) de domicílios urbanos e rurais segue padrões estritamente metodológicos, considerando que os “domicílios recenseados na [...] situação rural abrange a população [...] em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana” (IBGE, 1996 p. 14). Essa perspectiva equivocadamente não atende “a identidade do rural contemporâneo que pode ser apreendida a partir da consideração de uma série de “mistos”, já que o rural de hoje não é mais o rural “pleno” de algumas décadas atrás” (RUA, 2005 *apud* ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 203).

A proposta, além de utilizar os padrões técnico-metodológicos para definição do urbano e rural (acima citados), também emprega uma significação do rural em relação ao urbano, ressaltando um sentido que vai além de um atributo estritamente numérico ou geográfico, pois compreende que o “caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. [...] alteram-se conforme as dimensões espaços-temporais” (EINDLICH, 2006, p. 13).

Dada a importante influência da cultura da sociedade rural sobre a sociedade urbana, faz-se importante abordar especificamente sobre o que se entende por “rural” e “urbano”, visto que há divergências quanto sua definição que afetam significativamente a análise dos problemas suscitados no artigo. De antemão, salienta-se que só se pode entender o significado do urbano a partir do rural e vice-versa. Uma das principais e mais conhecidas formas de definir o que é espaço rural é baseada na concentração de pessoas em um determinado território, o adensamento populacional. Porém, não necessariamente se define o rural como um espaço exclusivo da atividade da agricultura, assim como o espaço urbano como um local exclusivo da atividade industrial, visto que existem espaços agricultáveis em regiões definidas como urbano, assim como indústrias em localidades de características rurais. (NASCIMENTO et al., 2018, p. 2.258).

Somando os ambientes urbanos e rurais, o TIDi apresenta uma taxa de densidade demográfica de, aproximadamente, 395.45hab/km<sup>2</sup> em uma unidade espacial de 795 quilômetros (GOOGLE MAPS, 2019). Com relação aos aspectos socioeconômicos, o território exibe um produto interno bruto – PIB de R\$7.868.600,92 (IBGE, 2016), com PIB *per capita* de R\$ 63.968,12 (IBGE, 2018). Esses dados (em muito) são impulsionados pelos rendimentos dos setores industriais e portuários, e influenciam diretamente o setor de serviços, com destaque para as empresas satélites (terceirizadas - prestadoras de serviço) dos grandes complexos de megaempreendimentos localizados na região.

Outros aspectos importantes do TIDi incluem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM<sup>89</sup>, de 0,715, considerado alto pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas – PNUD Brasil; a taxa de esgoto sanitário adequado para 77,5% dos imóveis (22% acima da média do restante do país, que é de 55%), com 3,63% de sua população habitando domicílios considerados subnormais<sup>90</sup>; índice de pobreza (abaixo da linha de pobreza) na faixa de 52,93% (27,53% mais alto que a média nacional, que é de 25.40%); e,

---

<sup>89</sup> Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano o Índice de desenvolvimento humano Municipal – IDHM, é metodologicamente calculado a partir de uma média entre vida longa e saudável, acesso ao conhecimento, padrão de vida, e o total de habitantes de determinado território.

<sup>90</sup> Domicílios subnormais são o “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”

contraditoriamente, índice GINI<sup>91</sup> considerado médio com 0.40 (Razoável - Bom). A região também apresenta uma taxa de 97,1% dos alunos entre 6-14 matriculados nos sistemas de ensino fundamental (IBGE – Cidades, 2020; IBGE, 2010, 2015, 2017).

A existência de pesquisas anteriores relata o aumento expressivo da populacional local de forma desordenada, questão que, associada às gestões municipais despreparadas (IKEDA, 2017), conduziu a uma série de dificuldades na aplicação prática de políticas públicas e sociais para o território, resultando em diversos problemas estruturais e de ordem social, dentre os quais, pode-se destacar: a) processo de múltiplas carências em localidades periféricas do espaço; b) acirramento visível das desigualdades de renda (SIMÕES, 2011); c) aumento de localidades subnormais nas condições de vida (TOMAZZONI, 2009); d) utilização da mão de obra local para subempregos, o que estruturalmente não proporciona uma melhoria significativa na qualidade de vida; e) acentuado processo de gentrificação de áreas urbanas e rurais; f) casos de corrupção por parte dos executivos e legislativos locais (VILLELA et al., 2017); g) abismo na mancha urbana central do território em detrimento das localidades periféricas do espaço; h) carência de políticas públicas e sociais para as camadas mais pobres do território; i) aumento de poderes paralelos diversos, oriundos do tráfico de drogas ou paramilitares (NASCIMENTO, 2016); j) programas e projetos sociais sem (ou com baixa) participação da sociedade civil local (MACEDO, 2014), entre outros.

Esses problemas resultam de décadas de ausência de políticas públicas e de permissividade do Estado com relação aos empreendimentos privados instalados no território (PACS, 2016), o que gerou no TIdI uma situação onde “o poder econômico dos megaempreendimentos e do governo (a reboque do processo) dita a agenda de desenvolvimento e as prioridades do município, diminuindo ainda mais as possibilidades da gestão social” (CANÇADO; COSTA; VILELLA, 2014, p. 211), e o processo decisório converge na mão de poucos legisladores locais e dos detentores do capital.

Os problemas acima também são consequências de um localismo globalizante e mercantilização do local (BRANDÃO, 2012), já que, forçosamente, o crescimento econômico é visto como medida única para as resoluções dos demais problemas em sociedade. Ignora-se a importância que os aspectos sociais, políticos, psicológicos, histórico-culturais e antropológicos possam ter enquanto mecanismos resolutivos e promotores do desenvolvimento territorial (VIEIRA et al., 2010).

Diante desse cenário, o território apresentou um acirramento entre a malha urbana mais densa, com uma estrutura de serviços públicos e privados minimamente satisfatórios, e uma restrita faixa da população com renda mais elevada, que vive em moradias mais complexas de alvenaria, em ruas com pavimentação asfáltica, saneamento básico, iluminação pública etc.

Compreende uma população populações de menos renda, os serviços públicos começam a rarear e a ocupação começa a ficar mais rarefeita [...], nestas áreas predominam as casas autoconstruídas e em grande parte das ruas, não possuem pavimentação [...]. Tendência que se vislumbra é acirramento das desigualdades de renda, que pode levar a construção de condomínios e bairros voltados para essa nova “elite” que, com certeza, não pretenderá morar junto aos pobres. Estes por sua vez, irão procurar ocupar as áreas periféricas da atual mancha urbana. (SIMÕES, 2011, p. 47).

Em contrapartida, quanto mais próximo as franges do espaço, mais recorrentes são as moradias insalubres, incompletas, de ocupação disforme, com ausência de equipamento público e sem políticas públicas de Estado. São espaços que apresentam uma população com menor

---

<sup>91</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Estatística e Aplicado – IPEA, Índice GINI é um “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”

renda, sendo comum a observância de novos moradores oriundos de outros municípios e/ou estados, os quais migraram para o território em busca de oportunidades no mercado de trabalho local.

O resultado foi uma disparidade, principalmente na questão centro x periferia dentro da escala municipal; Quanto mais nos afastamos do centro do Município de Itaguaí e nos aproximamos das regiões periféricas da principal mancha urbana, maiores são as tendências ao acirramento das desigualdades sociais com famílias de baixa renda, eixos de ocupação disformes e adensamento populacional em alguns bairros e baixo número de habitações em outros, grande parte dos moradores destas regiões periféricas são indivíduos advindos de outros estados e municípios do em busca de vagas no mercado de trabalho local. (NASCIMENTO, 2016, p. 57).

São problemas também recorrentes nas localidades adjacentes aos empreendimentos e megaempreendimentos existentes no território, espaços que concentram milhões em investimentos públicos e privados, onde ao invés de proporcionar contrapartidas estruturais e sociais, geram mazelas socioeconômicas e socioambientais diversas, levando à ruptura da estrutura social local e gradativa expansão da pobreza<sup>92</sup>.

Situação comum observada nos seguintes bairros: Vila Genni, Brisamar, Coroa Grande, Ilha da Madeira, localizados ao lado do complexo portuário de Itaguaí; Monte Serrat, Jardim América e Rio da Guarda, situados ao lado do complexo industrial de Santa Cruz; Piranema, Santa Rosa, Campo Lindo, Ipanema, impactados pelas empresas de extração de areia do Piranema; e as localidades de Chaperó, Parque Primavera, Teixeira, Mazomba e Raiz da Serra, que sofrem com as ações do Centro de Tratamento de Resíduos-CICLUS e da pedreira Santa Luzia S/A.

Essa dicotomia favorece o acirramento da pobreza em um mesmo território e deixa a população desprovida de necessidades básicas, já que, ao lado, são edificados complexos que receberam e recebem os maiores investimentos públicos e privados do país (BUENO, 2009). Essa situação faz com que o TIdI seja considerado uma estrutura de contrastes, com portos e indústrias que trouxeram dinamismo econômico, porém em contrapartida apresentam uma pobreza crescente. (SCHIMIDT, 2014).

Essas transformações abruptas e exógenas ao ambiente, em um período curto de tempo, fizeram com que o TIdI redimensionasse suas localidades e alterasse suas características sócio-históricas, econômicas e culturais, de bases originalmente rurais para um cenário urbano, não planejado (VAINER, 2001). Tais mudanças afetam, inclusive, as relações humanas, pois a proximidade é sistematicamente substituída pela “universalidade dos desejos, das capacidades, dos prazeres, das forças produtivas, dos indivíduos, produzida numa troca universal” (MARX, 1991, p. 80).

Resultado de uma falsa construção do discurso de modernidade, onde o cidadão é visto como instrumento meramente burocratizado (WEBER, 1979), padronizado e subserviente ao mercado, que atende aos prazeres particulares, se “limitando apenas ao campo da produção e do consumo” (LISBOA, 2009, p. 13), de maneira que os indivíduos que não atendem aos requisitos desse novo mercado externo<sup>93</sup> são expulsos do território. Incita-se uma realidade impositiva, na qual o “modelo de crescimento [...] diante dos megaempreendimentos transforma rapidamente a dinâmica local” (VILLELA et al., 2018, p. 79).

Este processo em andamento fez com que Itaguaí – RJ, antes predominantemente agrária e familiar, se transformasse em um polo industrial empregador de serviços regional. Investimentos locais têm por característica principal serem intensivos em capital e poupadores de mão de obra. Essa baixa captação de trabalhadores locais tornou a inclusão dos trabalhadores itaguaienses, nesses megaempreendimentos,

<sup>92</sup> Para maiores informações, vide capítulo 7 desta tese.

<sup>93</sup> Para maiores informações, vide capítulo 7 desta tese.

marginal e pouco inclusiva do ponto de vista sobre o desenvolvimento local, alimentando o cenário prejudicial à coesão social possível evidenciar que os próprios megaempreendimentos excluíram a participação da população local na geração de riquezas, tornando evidente a forte participação das empresas locais no processo de desterritorialização (VILLELA et al., 2012, p. 138).

Parte dessas problemáticas geram no território outras mazelas, afetando principalmente os mais pobres com os seguintes problemas: a) aumento das taxas de criminalidade no território; b) ocupação habitacional em áreas de risco; c) insuficiência no abastecimento de água; d) interrupções constantes por parte da concessionária de energia elétrica; e) ausência de infraestrutura urbana; f) monopólio do sistema modal de transporte (rodoviário); g) degradações socioambientais diversas<sup>94</sup>; h) precariedade na infraestrutura dos sistemas hospitalares; i) fragmentação socioespacial do território; j) escassez na prestação de serviços públicos e privados fundamentais, como saneamento básico, segurança, transporte, educação, turismo, assistência social, iluminação pública, entre outros (NASCIMENTO; VILLELA, 2014; SCHIMIT, 2014; NASCIMENTO, 2016; SIMÕES, 2011; VILLELA et al., 2017).

O TIDI apresenta um atual cenário de profundos processos de transformações exógenas ao local. Tanto nos espaços urbanos quanto rurais, são modificações aparentes nos perfis socioeconômico e ambiental, nas (re)composições de suas características sócio-humanas e culturais, decorrentes de mudanças macros promovidas por investimentos públicos e privados, os quais se utilizam principalmente da predisposição geográfica favorável do território.

Essa imposição feita pelo mercado afeta a continuidade das territorialidades, ameaçam a sobrevivência das comunidades tradicionais locais e, conseqüentemente, do próprio espaço, que tem seus traços de formação ligados ao bioma, ao saber fazer característico e às especificidades existentes somente no local. Essas questões serão debatidas com maior profundidade nos próximos capítulos.

---

<sup>94</sup> Para maiores informações, vide capítulo 7 desta tese.

## 6. CAPÍTULO II - COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUBTERRITÓRIOS RURAIS DO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ - TIdI<sup>95</sup>

[...]Olhe pras sua nega véia e entenda  
Que num é em blog de hippie boy  
Que se aprende sobre ancestralidade [...]  
Mas nunca esqueça onde reside sua força  
Então volte pras origem, é o colo de quem 'cê ama  
Será que entende do que eu tô falando?  
Dessas coisa que deixa acesa a chama.  
(Gustavo Pereira Marques, Bença, 2019)

Este capítulo se divide em duas grandes partes: a primeira dedica-se a realizar um panorama sobre os marcos constituídos e legais dos povos e comunidades tradicionais no Brasil; e a segunda trata especificamente os sete subterritórios rurais que compõem o TIdI, em particular as comunidades de agricultores familiares e pescadores artesanais. A análise é desenvolvida a partir de um exame documental e bibliográfico, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, técnicas que utilizam como referência o método etnográfico (CANANÉA, 2013). O foco é descrever características históricas, socioambientais, socioeconômicas, de territorialidade, ocupação do solo, existência de equipamentos públicos, entre outros, artifícios que compõem a formação identitária desses multiespaços rurais.

### 6.1 Marcos Constituídos e Marcos Legais

Atores principais desta pesquisa, os pescadores artesanais e agricultores familiares do TIdI, são nacionalmente alicerçados<sup>96</sup> pelo Decreto Nacional nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (PNPTC). Essas populações são estabelecidas como grupos que possuem suas organizações sociais relacionadas às práticas e condicionantes sócio-históricas de seus territórios, utilização consciente dos recursos naturais como medida fundamental de sobrevivência e promoção das gerações futuras.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, art 3º, § 1º).

Comunidades e povos tradicionais que têm suas práticas relacionadas diretamente às atividades de “plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato – está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de trocas e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades” (MPMG, 2012, p. 13-14). São prestezas que, segundo o Decreto Nacional 6.040 de 2007, atuam em consonância com as instâncias valorizadoras de aspectos ímpares do local, como: etnia, gênero, religiosidade, idade, ancestralidade, orientação sexual,

<sup>95</sup> Trechos desse capítulo foram publicados no capítulo 01, do livro povos originários e comunidades tradicionais, volume 04, Universidade Estadual Paulista – UNESP Editora Pi, 2020.

<sup>96</sup> Nesse sentido os pescadores artesanais e agricultores familiares cumprem o sentido da definição enquanto comunidades tradicionais, entretanto subentende-se que os agricultores familiares também englobam a mesma seara, por serem agentes em territórios rurais promotores de transmissão e reprodução de práticas econômicas com ancestralidade, permeando, difundindo e transmitindo sua reprodução sociocultural em seus espaços originários.

atividades laborais, entre outros. Particularidades em constante dinâmica de transformação, tendo esses coletivos o direito expresso por meio do exercício de sua cidadania e valorização de suas comunidades.

Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas por meio das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforça politicamente as redes de solidariedade. Neste sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorporam as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinando com uma “política de identidades, da qual lançam mão os agentes sociais objetivando em movimento para fazer frente aos seus antagonismos e aos aparatos de Estado” (WAGNER, 2010, p. 141).

As comunidades tradicionais de pescadores artesanais, especificamente, têm suas diretrizes definidas pela Lei Nacional nº 11.959, de 20 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a qual determina em seu art. 1º a importância do desenvolvimento de uma pesca sustentável e que forneça alimentação, emprego, renda e lazer de forma sustentável e harmoniosa, preservação e conservação do meio ambiente e da biodiversidade local, ecossistemas aquáticos, desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional desses grupos.

O 7º artigo dessa lei (nº 11.959/2009) destaca a atuação de desenvolvimento sustentável a partir do uso de recursos pesqueiros, capacitação de mão de obra, participação social, educação ambiental, crédito de fomento no setor pesqueiro, etc. É ratificado em seu art. 8º § 1º que a pesca artesanal deve ser “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009, p.01).

Nesse sentido, as questões da tradicionalidade e ruralidade colocam-se como instrumentos promotores e “meios de lidar com o tempo e o espaço, inserido a atividade ou experiência particular no passado, presente e futuro, os quais por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (GIDDENS, 1991, p. 37-38). São questões intrínsecas e particulares da forma de fazer, o que causa efeito no cotidiano de sua territorialidade e em seus aspectos socioeconômicos, sócio-históricos e ambientais.

Com relação à atividade da agricultura familiar, ela é definida pela Lei Nacional nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Ademais, o agricultor familiar, em seus art.3º § I, II, III IV, são considerados indivíduos que praticam atividades no meio rural, que não detenham uma área maior do que quatro módulos fiscais e que tenham no caráter familiar sua mão de obra predominantemente.

Normalmente, as comunidades de agricultores familiares apresentam a existência de pluriatividades em seu cotidiano (FLECK et al., 2019), o que proporciona vitalidade ao território, de maneira que o “espaço rural adquire um novo papel perante a sociedade, pois seus atores sociais deixam de ser apenas fornecedores de produtos primários, sendo valorizado o caráter multifuncional da produção econômica associada com a inclusão social” (MMA, 2003, p. 4). Segundo Bonnal e Maluf (2010), a importância da agricultura familiar dar-se-á, principalmente por meio de quatro funções: (i) reprodução socioeconômica das famílias; (ii) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; (iii) manutenção do tecido social e cultural; e (iv) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

As múltiplas funções, tanto de agricultores familiares quanto de pescadores artesanais, acabam por constituir uma identidade única ao rural, que pode ser apreendida nas múltiplas camadas da textura social que esses atores vivenciam, tornando-se peças fundamentais na promoção e na vitalidade do território, tendo em vista o desenvolvimento de suas territorialidades e ruralidades, para além de suas práticas econômicas.

Estabelecidas em “uma série de “mistos”, [...] (onde) produz uma interação que dá lugar a territorialidades ímpares, que restam ser definido e mais importante, serem compreendidas” (RUA, 2005 *apud* ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 203), constituindo-se de estruturas sociais únicas, impossíveis de serem replicadas de forma sintética em outros espaços e em outros períodos de tempo.

Cabe destaque na leitura sobre os marcos constitutivos e legais das comunidades tradicionais no Brasil, a atual importância do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CONPCT, instituído pelo decreto nacional nº8.750/2016 (estabelecido ainda no governo Dilma Rousseff), que tem por finalidade desenvolver ações que visem o aprimoramento das comunidades tradicionais no Brasil, principalmente no que se refere a suas tradicionalidade, vinculadas a suas práticas culturais, religiosas, economias e territoriais. (BRASIL, 2020).

Dentre as implicações indicadas pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CONPCT (em virtude do decreto 8.750/2016), é fundamental citar: a) o valor legalmente adquirido por estes coletivos no que se refere ao respeito de suas naturezas territoriais, socioambientais e econômicas, b) obrigatoriedade da função protetiva do estado junto a estes coletivos, c) regulação de entidades vinculados a sociedade civil enquanto instrumento de sustentabilidade destes atores, incentivando e promovendo a ação participativa de controle social nos três níveis da federação, d) a elaboração e sustentação de câmaras técnicas com geração de trabalho e renda para estes coletivos tradicionais, do aperfeiçoamento destas ações e) estimular e atuar (enquanto estado), no preparo de políticas públicas que tenham como fim a promoção da autonomia e respeito destas comunidades, principalmente frente a ação de entidades públicas e privadas. (BRASIL, 2020)<sup>97</sup>.

## 6.2 Os Subterritórios Rurais e o Território em Números

O desenvolvimento deste subcapítulo tem suas bases na pesquisa bibliográfica (artigos acadêmicos, capítulos de livros, dissertação, teses, leis, decretos, etc.), na observação participante entre os anos de 2015 a 2020<sup>98</sup> e nas entrevistas semiestruturadas (realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2020), como descrito no aspecto metodológico<sup>99</sup> desta tese.

Todos os subterritórios do TID (que serão descritos) apresentam a existência de atividades de agricultura familiar e/ou pesca artesanal, sendo subdivididas em sete multiespaços e dezoito bairros, estabelecidos pelos planos diretores dos municípios de Itaguaí (2008) e Seropédica (2007) (incluídas as versões mais atuais de seus mapas de zoneamento<sup>100</sup>). Esses planos definem e instituem o abairramento do território, através de suas predisposições de territorialidades (FERENADES, 2009) e ruralidades (ABRAMOVAY, 2000). Respeitando estas particularidades, os subterritórios foram estabelecidos da seguinte: (i) Mazomba (Mazombinha), Águas Linda, Santa Cândida e Teixeira; (ii) Santa Sofia, Ibutuporanga, Raiz da

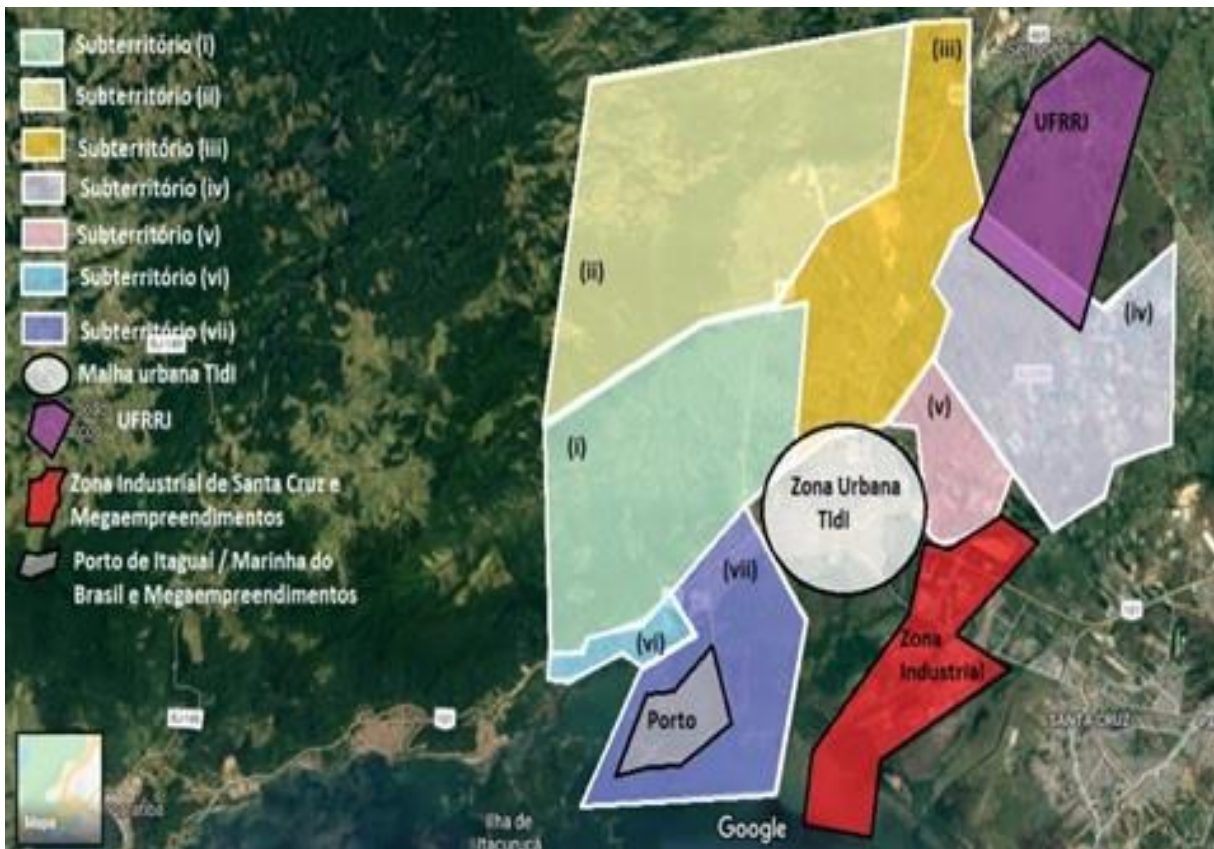
<sup>97</sup> Propostas que serão focalmente desenvolvidas, com indicações propositivas ao longo do capítulo 8 e enquanto alternativa para redução dos múltiplos impactos apresentados ao longo do capítulo 6 desta tese.

<sup>98</sup> Entre os anos de 2015 e 2016, enquanto pesquisador e extensionista do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PEPEDT / UFRRJ, e a partir do ano de 2017, especificamente para esta tese.

<sup>99</sup> Vide capítulo 4 desta tese.

<sup>100</sup> Ambos os municípios apresentam atualizações em seus mapas de zoneamento em data posterior aos seus planos diretores.

Serra; (iii) Chaperó (Glebas A, B e C), Parque Primavera; (iv) Piranema, Ipanema, Parque Jacimar; (v<sup>101</sup>) Santana, 26 de dezembro; (vi) Coroa Grande, Vila Geny; (vii) Brisamar, Ilha da Madeira.



**Figura 19** - Divisão dos subterritórios do TIdI e áreas do entorno.

**Fonte:** elaborado pelo autor (a partir dos planos diretores de Itaguaí – 2008 e Seropédica).

São necessários alguns destaques prévios, como, por exemplo, a relação de proximidade (geográfica e social) entre os subterritórios rurais do TIdI e os espaços urbanos, de maneira que a “distinção entre a cidade e o campo vinculam-se [...] trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria” (LEFEBVRE, 1999, p. 39). O resultado são “novos conteúdos, novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS, 2001, p. 52-53), motivados pelo fluxo de movimentação humana, comércio, relações de reciprocidade, aspectos culturais e/ou de parentesco<sup>102</sup>.

Portanto o conceito de ruralidade se define tanto no plano sociológico como no geográfico e, é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às

<sup>101</sup> Cabe o destaque para o subterritório (v) – Santana, 26 de dezembro - pela particularidade em ser a única localidade de pesquisa que apresenta tanto comunidades de agricultores familiares quanto de pescadores artesanais em um mesmo espaço.

<sup>102</sup> Para melhor compreensão, vide capítulo 7 desta tese.



relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Outro aspecto importante no território corresponde ao êxodo para os núcleos urbanos em detrimento das áreas rurais, fato que decorre de fatores como o desinteresse de novas gerações, carência de programas de fomento, déficit de assistências técnica especializada, redução da extensão rural, falta de reconhecimento, problemas ambientais, entre outros (VIANNA, 2016; KRAEMER, 2018, BRANDÃO, 2019). Esse cenário é reflexo da realidade rural brasileira, que apresentou uma redução de 2,2 milhões de agricultores familiares no Brasil entre os anos de 2006 a 2017 (NERY, 2019).

**Quadro 13 - Populações Urbanas e Rurais – Território Identitário de Itaguaí - TIdI**

| Ano  | Pop. urbana | Pop. rural | Pop. Total            | % de Pop. Rural |
|------|-------------|------------|-----------------------|-----------------|
| 1970 | 17.500      | 38.339     | 55.839                | 68.659%         |
| 1980 | 76.205      | 13.926     | 90.131                | 15.450%         |
| 1991 | 96.083      | 16.974     | 113.057               | 15.013%         |
| 2000 | 78.208      | 3.795      | 82.003 <sup>103</sup> | 4.627%          |
| 2006 | 104.209     | 4.882      | 109.091               | 4.475%          |
| 2017 | 130.344     | 2.675      | 133.019               | 2.020%          |

**Fonte:** IBGE Cidades (2019), Censo agropecuário IBGE (2006 e 2017).

Segundo os dados atualizados do censo agropecuário do IBGE (2017), atualmente moram 2.675 pessoas na região rural do TIdI<sup>104</sup>, uma redução de 2.207 habitantes em relação ao último censo agropecuário do IBGE (2006) (déficit de 45,206%). Dessa população, 52% é composta pelo gênero masculino, enquanto 48% correspondem ao sexo feminino (PEPEDT, 2017), dados distintos do que apresenta o estado do Rio de Janeiro, que exibe 84% dos estabelecimentos agropecuários administrados por homens, enquanto apenas 16% são chefiados por mulheres. Uma diferença acima de 30% (na comparação território *versus* estado), o que demonstra numericamente o papel fundamental da mulher como responsável pela sobrevivência da agricultura familiar no território.

Nota-se, nos últimos anos, o aumento da presença de mulheres agricultoras como principais provedoras das famílias rurais no TIdI e que atuam de forma decisiva nas transformações socioculturais, socioeconômicas e de manutenção do tecido social de seus espaços rurais (MACEDO et al., 2017). Por outro lado, os homens são sistematicamente incorporados ao trabalho nos complexos portuários e industriais existentes no território<sup>105</sup>. “Nesse sentido, as mulheres do campo passam a ter um papel importante para a preservação dessa atividade, já que os homens das famílias são cooptados para os empregos na construção civil, na busca por melhores remunerações” (IBID., p. 10).

Apesar do papel fundamental da mulher na participação e manutenção do tecido social rural no território, percebe-se, a partir dos dados de Costa (2016), uma discrepância na questão de gênero no que se refere à posse de unidades rurais (337 homens – 36 mulheres), onde homens

<sup>103</sup> Até o ano de 1995, o município de Seropédica era distrito de Itaguaí.

<sup>104</sup> Dados do IBGE do município de Itaguaí como referência.

<sup>105</sup> Empreendimentos citados ao longo do capítulo 7 desta tese.

possuem aproximadamente 90,3% do total, além de uma diferença de 95,02% no número de hectares por gênero no TIdI (7.242 homens – 380 mulheres).

Esse dado aponta uma discrepância entre homens e mulheres tanto nas questões de propriedade quanto no acúmulo de capital, ainda que, efetivamente, as mulheres tenham papel tão central quanto os homens durante todo o processo. Logo, evidencia-se uma “lógica operacional da política “de cima para baixo” para a aprovação nas instâncias decisórias [...] observação da desigualdade de gênero [...] agudizada por não se levar em conta a agenda das mulheres e o seu protagonismo na economia família.” (GODOY; AGUIAR, 2018, p. 31-32).

**Quadro 14 - Itens, gênero, unidade e hectares**

| <b>Itens / Gênero</b>                           | <b>Unidade / hectares</b>            |
|---|--------------------------------------|
| Condição do produtor - Arrendatário - Feminino  | 1 unidade / 5 hectares               |
| Condição do produtor - Arrendatário - Masculino | 5 unidades / 32 hectares             |
| Condição do produtor - Ocupante - Feminino      | 4 unidades / 33 hectares             |
| Condição do produtor - Ocupante - Masculino     | 30 unidades / 410 hectares           |
| Condição do produtor - Proprietário - Feminino  | 31 unidades / 342 hectares           |
| Condição do produtor - Proprietário - Masculino | 302 unidades / 6.800 hectares        |
| <b>Total Feminino</b>                           | <b>36 unidades / 380 hectares</b>    |
| <b>Total Masculino</b>                          | <b>337 Unidades / 7.242 hectares</b> |

Fonte: Costa (2016).

Segundo o censo agropecuário do IBGE (2017), o território tem atualmente 9.340 hectares de estabelecimentos agropecuários, sendo 7.374 hectares cultivados por agricultores individuais, divididos entre 434 estabelecimentos de agricultura familiar (343 tituladas coletivamente, 38 de uso sustentável, 19 de arrendatários, 13 em parceria, 11 em titulação definitiva e 10 em ocupação simples). Há uma média de 2,75 hectares por produtor individual local e de 16,990 hectares por estabelecimento de agricultura familiar<sup>106</sup>, onde moram (em média) 6 pessoas em cada um dos 1,510 domicílios rurais.

Outro aspecto a ser mencionado é sobre as faixas etárias dos agricultores familiares no território, sendo predominante a presença de adultos e idosos, que representam 82,63% do total de trabalhadores; os jovens ocupam somente 6,94% do total. O êxodo dos mais novos para o meio urbano acaba conduzindo a uma ruptura geracional, visto que, historicamente, os jovens das famílias no campo têm papel fundamental no continuísmo das práticas socioeconômicas e de territorialidade. Em uma sequência geracional natural, esses atores (jovens) devem/deveriam assumir “atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento” (SILVESTRO, 2001, p. 280).

A diferença geracional também incide na escolaridade das regiões rurais do território, onde os agricultores, nas faixas etárias entre 30-60 anos, apresentam, em média, o ensino fundamental completo, enquanto os jovens na faixa entre 14-29 anos apresentam, em sua maioria, o ensino médio completo (IBGE, 2017).

**Quadro 15 - Dados sobre a agricultura familiar e pescadores artesanais no TIdI**

| <b>Atividades</b>                             | <b>TIdI</b> |
|---|-------------|
| <b>Área de Estabelecimentos Agropecuários</b> | 9.340 há    |

<sup>106</sup> Cumprindo (na média) a exigência da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece o limite de até 4 módulos fiscais<sup>106</sup> para a classificação como agricultura familiar.

|   |                            |
|---|----------------------------|
| <b>Área de Estabelecimentos de Agric. Familiar</b>                | 7.374 há                   |
| <b>Núm. de Estabelecimentos de agric. Familiar</b>                | 434                        |
| <b>Núm. de moradores por imóvel rural</b>                         | Aprox. 6.16                |
| <b>Média de hab. por hectare</b>                                  | 2.75                       |
| <b>Produtores na faixa etária até 34 anos<sup>107</sup></b>       | 30                         |
| <b>Produtores na faixa etária entre 35 a 54 anos</b>              | 179                        |
| <b>Produtores na faixa etária entre 55 a 74 anos</b>              | 178                        |
| <b>Produtores na faixa acima dos 75 anos</b>                      | 45                         |
| <b>Utilização de agrotóxicos</b>                                  | 60 estabelecimentos        |
| <b>Adubação Orgânica</b>  | 281 estabelecimentos       |
| <b>Cultivos Convencionais</b>                                     | 93 estabelecimentos        |
| <b>Domicílios Rurais</b>  | 1.510                      |
| <b>Rendimento médio da Atividade Agropecuária</b>                 | R\$ 14.088,00              |
| <b>Pecuária</b>   | 12.080 cabeças             |
| <b>Lavouras (Permanentes e Temporárias)</b>                       | 2.585 há                   |
| <b>Matas naturais (reserva e plantadas)</b>                       | 2.113 há                   |
| <b>Áreas irrigadas</b>  | 36 há                      |
| <b>Sistemas Agroflorestais</b>                                    | 32                         |
| <b>Energia elétrica</b>   | 89%                        |
| <b>Tração Animal</b>  | 27,06%                     |
| <b>Tração Técnica</b>   | 20,64%                     |
| <b>Terras degradadas</b>  | 8                          |
| <b>Terras Inaproveitáveis para agricultura</b>                    | 43                         |
| <b>Mão de obra estritamente familiar</b>                          | 55,04%                     |
| <b>Áreas Costeiras (em km)</b>                                    | Aprox. 112 km <sup>2</sup> |
| <b>Unidades pesqueiras cadastradas</b>                            | 46                         |
| <b>Profissionais envolvidos com pesca artesanal<sup>108</sup></b> | Aprox. 900                 |
| <b>Maricultores</b>   | 518                        |
| <b>Captura de pescado/ano (2017)</b>                              | 33.145,32 kg               |
| <b>Captura de alevinos</b>  | 4.000 mil                  |

**Fonte:** desenvolvido pelo autor a partir do: Sistema IBGE – Cidades (2017); Censo Agropecuário IBGE (2006 e 2017); FIPERJ (2017) Diagnostico Territorial SDT UNACOOOP (2011); Google Maps (2020b); Costa (2016); Car (2020); Nascimento, Almeida e Cabral (2015); Ecology (2008).

O TIDI apresenta atualmente um total de 12.080 cabeças para rebanho, entre bovinos, suínos e equinos; nas lavouras (permanentes e temporárias) sobressai o cultivo de banana (diversos tipos), coco da baía, aipim e goiaba. O rendimento mensal médio é de, aproximadamente, R\$ 14.000/mês por família, ficando acima da média do salário formal local, que é de 3.3 salários/mês por família (R\$ 3.326,00). (IBGE, 2017).

Observa-se que 55,04% dos casos de agricultura familiar local são realizados por mão de obra estritamente familiar, acrescidos de 13,67% de mão de obra temporária e 11,33% de mão de obra permanente (COSTA, 2016). Do total de 434 estabelecimentos de agricultura familiar, 64,74% são compostos por lavouras (281), sendo que 21,42% utilizam adubação orgânica (93 ao todo) e empregam uma cultura convencional<sup>109</sup>. Desses plantios, 13,82% (60 ao todo) seguem utilizando agrotóxicos em suas atividades, o que oferece indícios de uma

<sup>107</sup> Proprietário por estabelecimento. 2 casos não se aplicam (IBGE, 2017).

<sup>108</sup> Pescadores, comerciantes, barqueiros, vendedores e atravessadores.

<sup>109</sup> São cultivos considerados rudimentares, que não utilizam maquinários ou processos de adubagem da terra.

perspectiva agroecológica durante o processo de plantio e colheita (ALTIERI, 1992), em parte significativa dos cultivos rurais no território.

Segundo o censo agropecuário do IBGE (2017), 89,5% das famílias têm acesso à energia elétrica, apresentando em 27,6% dos estabelecimentos (de agricultura familiar) a utilização de trabalho de tração animal e 20,64% de tração mecânica. Há ainda 190 estabelecimentos que se dedicam às pastagens, 20 estabelecimentos aos sistemas agroflorestais e 112 áreas destinadas à preservação permanente ou de reserva legal, além de 8 áreas específicas degradadas e 43 estabelecimentos impróprios à realização da agricultura.



**Figura 20-** TIdI (marca d'água rosa) e imóveis rurais dentro do território (pontos amarelos)  
**Fonte:** CAR (2020) – marca d'água do autor.

São observadas atualmente algumas instituições/órgãos públicos que atuam de maneira direta e/ou indireta (assistência técnica e consultiva) no território, onde se destacam: a) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; c) Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER/RIO; d) Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO/RIO; e) Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro – ITERJ; f) Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ.

Entidades que buscam oferecer suporte técnico institucional para as práticas socioeconômicas das comunidades tradicionais do território, ainda que de forma independente, tendo em vista a dificuldade e falha de suporte (capital, técnica, equipamento e de equipe), feita por parte do estado. Destaca-se também a observância de pouco (ou nenhum) apoio por parte de secretarias estaduais e municipais relacionadas ao meio ambiente, agricultura e pesca, junto a associações, cooperativas e núcleos de trabalhadores rurais do TIdI.

Segundo a União de Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do estado do rio de Janeiro – UNACOOOP, o TIdI tem quatro entidades rurais ativas e cadastradas, sendo estas: (i) Associação dos Produtores de Frutas e Legumes da Estrada das Palmeiras e Adjacências; (ii) Associação de Pequenos Produtores Rurais Filhos da Terra; (iii) Cooperativa

Agrícola de Itaguaí Ltda; (iv) Associação de Micro Produtores do Sol da Manhã. Além da (v) Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí, não cadastrada na UNACOOP, mas que realiza suas atividades de maneira cooperativada no território.

Foram identificadas outras cooperativas cadastradas na UNACOOP e que fazem parte do entorno da malha da agricultura familiar do TIdI, citando-se: (i) Associação dos Microprodutores Assentados no Inca Mutirão Sol do Amanhã; (ii) Associação dos produtores Rurais Mutirão Filhos do Sol; (iii) Associação Agricultores de Santa Alice; e (iv) Associação dos Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado. Observa-se também a existência de outras associações e cooperativas rurais de agricultores familiares e de pescadores artesanais que não se filiaram à UNACOOP, mas que apresentam significativa importância socioeconômica em suas localidades<sup>110</sup>.

Aproximadamente 90% dos agricultores familiares do TIdI apresentam a utilização de recursos financeiros próprios para a manutenção de seus cultivos, não sendo beneficiários de programas governamentais; somente 22% do total dos estabelecimentos agropecuários do território recebem alguma forma de assistência técnica (IBGE Cidades, 2017).



**Figura 21** - Agricultura familiar de hortaliças Mazombinha (Subterritório I)

**Fonte:** própria.

Com relação à comunidade de pescadores tradicionais, existem aproximadamente 1.418 profissionais envolvidos diretamente com esse tipo de atividade no território, sendo o total perto de 900 pescadores artesanais, enquanto 518 atuam no segmento da maricultura. Ao seguir a média nacional de 5 integrantes por família<sup>111</sup> (SILVA, 2010), deduz-se que o TIdI tem atualmente um valor próximo de 7.090 pessoas socioeconomicamente e culturalmente impactadas pelas atividades tradicionais de pesca na região.

Esse quantitativo se amplia quando somado a outros agrupamentos de pescadores artesanais do entorno, em regiões como Pedra de Guaratiba, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty (Baía de Sepetiba e Costa Verde), elevando esses números para mais de 40 mil pessoas que vivem em núcleos familiares que têm direta ou indiretamente as atividades tradicionais de pesca em seu cotidiano. Além do expressivo percentual de pescadores sem registro que atuam de maneira informal em toda a região, ainda sim de maneira tradicional e legítima.

<sup>110</sup> Serão citadas ao longo dos subcapítulos 6.3.1 a 6.3.7 desta tese quando pertinente.

<sup>111</sup> Famílias de pescadores artesanais ou demais profissionais que tiram das águas seus sustentos.

Existem oficialmente 46 unidades pesqueiras no TIDL, em uma área total de 112 km<sup>2</sup> de costa (GOOGLE MAPS, 2020b), região que produz atualmente mais de 33 mil quilos pescado/ano (12º maior do estado) e captura, em média, 4.000 mil alevinos por ano (4º maior do estado) (FIPERJ, 2017). Os principais tipos de pescado encontrados são: corvinas, corvinotas, linguados, robalos, anchovas, tainhas e camarões vg. Há ainda a existência da cultura de moluscos, como mexilhão, vieiras e ostras. São empregadas principalmente as artes de pesca em redes de arrasto, puçá, rede de cerco, linha de mão, espinel de fundo e tarrafa, tendo como principais formas de embarcações utilizadas: barcos de madeira a motor, lanchas, canoas e caícos. (ECOLOGY, 2008), práticas consideradas “muito importante para a economia regional, pois através dela se dá a criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral” (MDA, 2011, p. 75).

Sobre a formação das comunidades pesqueiras no território, suas práticas remontam o século XIX, principalmente a partir da ocupação populacional acentuada na região e decorrente da concessão de terras feitas pela coroa portuguesa à família do patriarca José Pereira, oriundos da região da Ilha da Madeira (Portugal). Esse é o motivo pelo qual o subterritório VII tem a atual alcunha.



**Figura 22** - Pescadores Artesanais – Ilha da Madeira (Subterritório VII)

**Fonte:** própria.

Do século XIX até meados da década de 50 do século XX, a região era um arquipélago, até que parte do seu canal de mangue aterrada por iniciativa do poder público local, com o objetivo de construir uma ligação permanente com o continente (ITAGUAÍ, 2010). Ainda assim, a região manteve características de comunidade de pescadores artesanais e pequenos agricultores, tendo em suas atividades uma “economia própria e características de uma pequena “cidade” autônoma em comparação ao município de Itaguaí e demais vizinhos” (NASCIMENTO; ALMEIDA; CABRAL, 2015, p. 3)<sup>112</sup>.

---

<sup>112</sup> Para maiores informações, vide item 6.3.7 desta tese.

A região costeira do TIdI tem nas comunidades tradicionais locais “um fator [...] significado cultural e de identidade que o pescador e a comunidade atribuem à pesca desenvolvida” (SILVA, 2010). A importância da existência e do continuísmo dessas comunidades tradicionais e de suas famílias se dá não somente pela manutenção de suas ruralidades e territorialidades (tecido social), mas também por apresentarem valor na sua capacidade de absorção de mão de obra local<sup>113</sup>, movimentação socioeconômica e fornecimento de alimento para a população de toda a zona oeste e baixada fluminense.

Se prestam a inúmeras funções em relação à pesca empresarial/industrial, capitalista [...] As duas funções primordiais são: fornecer mão-de-obra para os barcos empresariais e fornecer produtos (pescado) às empresas de pesca que instalam seus postos de venda ao longo da costa. (DIEGUES, 1995, p. 107).

Nesse sentido, compreende-se a pesca artesanal (assim como da agricultura familiar) nos subterritórios do Rio da Guarda (V), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII) como uma atividade que ultrapassa os aspectos econômicos e de subsistência das famílias dos pescadores locais, apresentando-se como uma realidade mais complexa, devido sua relação direta com aspectos históricos, culturais e ambientais mais profundos, relações que resultam em um sentimento de pertencimento único de suas práticas tradicionais e com o bioma local.

A pesca artesanal tem grande valor cultural, econômico e social. Colaborou atorou para a origem das comunidades que simbolizam toda a diversidade e riqueza cultural do nosso povo, como caiçaras encontrados ainda hoje no território da Baía da Ilha Grande. Diversas tradições, como as festas típicas, rituais, técnicas e artes de pesca, além de lendas do folclore brasileiro, nasceram com a atividade da pesca e são preservadas até hoje. (UNACOOOP, 2011, p. 75).

Nas localidades de pesca artesanal do TIdI (subterritórios V, VI e VII), constata-se a atuação do pescador e de sua família como um traço de relação laboral e familiar, onde é transportada geracionalmente uma carga de conhecimento fundamental para a manutenção do sentimento de pertencimento e coletividade local, realizada de forma natural, não forçada, onde suas práticas são validadas no cotidiano, com o resgate de arquétipos fundamentais para a sobrevivência dessas comunidades e de seus ecossistemas.

A pesca artesanal não é somente uma profissão. É um jeito de viver, de se relacionar com a natureza, é responsável também pela manutenção de diversos ecossistemas existentes no país, pois a comunidades pesqueiras extraem da natureza o que ela é capaz de repor, conseguem conciliar de forma harmoniosa a sua sustentabilidade e a sustentabilidade ambiental nos recursos utilizados. Essa relação é caracterizada principalmente pelo conhecimento que as comunidades têm da natureza e o respeito por ela (MPP, 2011, p. 04).

Em virtude das especificidades que cercam os subterritórios do TIdI, faz-se fundamental compreender as particularidades que cercam cada um desses espaços que compõem e marcam o território de maneira expressiva, com “características performáticas e marcadoras de diferenças, a partir de identidades, sistemas produtivos, características fisiomorfológicas, etc. e que articulam no espaço a parte em um todo” (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2016, p. 418-419). Essas características moldam e são moldadas, criam materialidades socioculturais e socioeconômicas ao seu local, e interagem com as localidades de seu entorno.

---

<sup>113</sup> Atividades de pescas e segmentos afins, como comerciantes (peixarias), atravessadores, bares e restaurantes locais, etc.

### 6.3 Aspectos Simbólicos, Histórico, Culturais e Socioeconômicos dos Subterritórios rurais do TIdI

Este subcapítulo destaca, de forma sintética, um panorama geral de cada um dos sete subterritórios<sup>114</sup> que compõe o Território Identitário de Itaguaí – TIdI. Busca-se compreender as múltiplas dimensões do espaço (HAESBAERT, 2012) com a exibição de algumas características específicas do local, como: localização geográfica, arranjos nos mapas de zoneamento, disposição de equipamentos públicos, patrimônios históricos locais, aspectos simbólicos e culturais, historicidades, especificidades socioeconômicas e ambientais, saber fazer local, entre outros.

A descrição dos subterritórios do TIdI foi desenvolvida a partir da análise técnico-documental (bibliografia), observação participante (2015-2020) e entrevistas semiestruturadas (outubro-novembro - 2020). Também foram utilizadas como referências leis orgânicas, planos diretores municipais, relatos de moradores, mapas, artigos, livros, dissertações e teses sobre o território, respeitando os pontos de saturação (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007) que se expressavam em cada uma das localidades rurais do território.

A descrição dos subterritórios obedece a ordem apresentada anteriormente nesta tese<sup>115</sup>, que é a seguinte: I - Mazomba (Mazombinha), Águas lindas, Santa Cândida e Teixeira; II - Santa Sofia, Ibutuporanga, Raiz da Serra; III - Chaperó (Glebas A, B e C), Parque Primavera; IV - Piranema, Ipanema, Parque Jacimar; V – Santana (Rio da Guarda); 26 de dezembro; VI - Coroa Grande, Vila Geny; VII - Brisamar, Ilha da Madeira.

#### 6.3.1 Subterritório I (Mazomba)



**Figura 23** - Subterritório do Mazomba (I), residência rural de agricultura familiar e cultivo multifuncional

**Fonte:** própria.

O subterritório I, conhecido popularmente como Mazomba (devido ao bairro de mesmo nome), é uma localidade rural<sup>116</sup> do TIdI que comporta os bairros de Mazomba, Mazombinha (subdistrito de Mazomba), Águas Lindas, Santa Cândida e Teixeira. Inicia-se no cruzamento

<sup>114</sup> Vide subcapítulo 6.2 desta tese.

<sup>115</sup> Vide mapa disponível no item 6.2 desta tese.

<sup>116</sup> Entende-se como localidade rural “aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multisetorial e a agricultura é parte dele.” (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).



entre a estrada Arí Parreiras com a Rodovia Raphael Almeida Magalhaes<sup>117</sup> (Arco Metropolitano), recortado pela estrada do Mazomba (principal caminho de acesso), sendo longitudinalmente acessado pela estrada do Caçador e, no sentido nordeste-sul, pelo rio Mazomba e seus afluentes<sup>118</sup> (ITAGUAÍ, 2010), sendo o canal de Santo Inácio o principal deles. O rio Mazomba desagua na Baía de Sepetiba.

A localidade apresenta um baixo recenseamento, tendo em sua paisagem uma quantidade expressiva de sítios, chácaras, lotes, pastagens, lavouras, pequenos ranchos, áreas de plantações extensivas e de agricultura familiar, além de extensões da Mata Atlântica e pastagens. Ao longo da estrada do Mazomba apresentam-se moradias disformes, comuns em localidades rurais brasileiras, com baixo número de povoados e núcleos ocupacionais (IBGE, 1996). Esse subterritório é composto, como na grande maioria dos casos, por habitações feitas de forma improvisada, com ausência de pavimentação e calçamento em seu entorno.



**Figura 24** - Área de atividade multifuncional de agricultura familiar e comunidades do Mazomba e Mazombinha (Subterritório I)

**Fonte:** Própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese.

Segundo o Plano Diretor (ITAGUAÍ, 2008), a Lei Municipal de Itaguaí n° 3.433, de 17 de maio de 2016<sup>119</sup>, e o mapa de zoneamento (ITAGUAÍ, 2016), o subterritório de Mazomba (I) é estabelecido em todo o sentido norte-oeste-sul como Zona de Preservação Permanente - ZPP, com pequena faixa central de noroeste a sudoeste como Zona Residencial Rural - ZRR, e um extremo a centro-leste, determinado como Zona Residencial de Expansão Urbana – ZR-5, além de uma linha que recorta o território no sentido noroeste-sul, estabelecido como Zona de Serviços – ZS (faixa da Rodovia do Arco metropolitano). Logo, o subterritório do Mazomba é

<sup>117</sup> Um cenário que destoa da paisagem e das características rurais e da agricultura familiar na região é a presença da Rodovia Raphael Almeida Magalhaes (Arco Metropolitano), que recorta a estrada do Mazomba (principal caminho de acesso ao subterritório I) no sentido norte-sul, alterando a morfologia local, desapropriando (em alguns casos) áreas onde originalmente se desenvolvia a atividade de cultivo, destruindo parte do relevo no entorno e criando uma descaracterização visual ao local.

<sup>118</sup> O rio Mazomba tem sua nascente localizada dentro das divisas do Parques Estadual Cunhambebe, sendo barreira de contenção e distribuição de água, de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE

<sup>119</sup> Lei complementar que altera o Plano Diretor de município de Itaguaí e dá outras providências.

uma área predominantemente rural, o que, teoricamente, inviabiliza a instalação de empreendimentos ou megaempreendimentos distintos do que são estabelecido em suas normativas legais.

Durante a observação participante no subterritório I, identificou-se o baixíssimo quantitativo de equipamentos públicos, com destaque para uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, uma escola municipal de primeiro segmento (E.M Coronel Alziro Santiago) e um pequeno posto de saúde, o que obriga os moradores dessa localidade rural ao deslocamento para o centro urbano do território, de modo a terem acesso a outros serviços públicos e/ou privados básicos.

No subterritório do Mazomba, localiza-se uma praça pública (que segue ao longo do entroncamento da estrada do Mazomba), conhecida como Praça do Mazombinha, onde se encontra a capela de Nossa Senhora das Graças, uma pequena junção de moradias, além de um sintético comércio local com alguns bares e vendas, ponto de encontro dos moradores e espaço onde são realizadas festividades na região.



**Figura 25** - Capela de Nossa Senhora das Graças e EM coronel Alziro Santiago – Equipamentos públicos do subterritório do Mazomba

**Fonte:** própria.

Atualmente, existem no território, aproximadamente, 45 famílias de agricultores rurais (CAR, 2020), que se desdobram no cultivo de hortaliças, aipim, quiabo, goiaba, frutas de pomar, coco da baía, flores artesanais, entre outros. Destaca-se a cultura da banana, cultivada de maneira horizontal e vertical (partes altas das colinas, em plano inclinado), além do manejo de animais diversos (para consumo próprio ou comercialização), como galinhas, porcos, cavalos, vacas e búfalos<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> Sendo esta última atividade exclusiva de uma única fazenda local.

Com relação ao comércio e ao escoamento da produção dos agricultores familiares locais, nota-se a predominância da atividade nas feiras da região<sup>121</sup>, venda direta para comerciantes locais (pequenos mercados e hortifrúti), pontos de venda em barraquinhas próprias nas zonas urbanas do território e venda para atravessadores, que revendem para mercados em outras localidades da zona oeste e baixada fluminense, ou para a Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro – CEASA.



**Figura 26** - Barraca de produtos rurais do Mazomba (I) – Localizado no Centro urbano do território

**Fonte:** própria.

O subterritório do Mazomba (I) apresenta uma presença significativa da atividade de agricultura familiar, caracterizados pelo laço consanguíneo e de afetividades entre seus membros, onde são desenvolvidas suas práticas de forma tradicional, com baixa mecanização, sendo predominante a adubação orgânica e cultivos convencionais, bem como tem suas relações de trabalho diretamente relacionados à terra e às atividades de coletivas (ABRAMOVAY, 2010), onde é constante a utilização de animais de tração, principalmente nos carregamentos do cultivo de banana, feitos por cavalos ou mulas.

As práticas da agricultura familiar na região apresentam uma perspectiva multifuncional, típica das comunidades rurais brasileiras (BONNAL; MALUF, 2007), onde se buscam alternativas de sobrevivência a partir de sistemas interligados de produção (MALUF, 2000), proporcionando consequentemente uma prática mais sustentável. *“Aqui a gente planta de tudo um pouco e variado, o que não vendemos, trocamos ou consumimos”* (AF 2 - I).

A partir da fala dos entrevistados, percebe-se um baixíssimo apoio de entidades/empresas públicas locais que podem auxiliar diretamente e/ou indiretamente na promoção das atividades de agricultura familiar no território. Cabe um destaque positivo, conforme a alocação dos atores entrevistados, ao Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial - PEPEDT/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que desenvolveu atividades extensionistas diversas nas localidades do Mazomba/Mazombinha, principalmente nos anos de 2015 e 2016<sup>122</sup> (COSTA, 2016).

<sup>121</sup> Entre elas a feirinha da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que ocorre comumente às quartas-feiras nos corredores do prédio principal em Seropédica.

<sup>122</sup> Ainda com a nomenclatura de Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – LPDT/Núcleo de Extensão Rural em Desenvolvimento Territorial da Baía de Ilha Grande – NEDET.

Atualmente, o PEPEDT/UFRJ oferece suporte técnico e incentiva a participação dos atores locais nas reuniões do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG e demais instâncias locais de gestão e controle social. Também foi citado por uma agricultora o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER na produção de bananadas caseiras e doces em pote no ano de 2018.

Quanto às instâncias participativas oriundas da sociedade civil no subterritório, cita-se a existência do conselho comunitário do Mazomba, Mazombinha e Rio Preto, tendo assento e representação na plenária dos conselhos municipais de Itaguaí, demonstrando-se enquanto elo ativo entre a população local e a prefeitura municipal de Itaguaí, atuando no sentido de proposição, fiscalização e monitoramento de políticas públicas para a região. (TENÓRIO; KROENEMBERG, 2016).

Cita-se também como instância de gestão social no subterritório do Mazomba a presença da Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí - COOPAFIT<sup>123</sup>, que possui um perfil autogestionável em que os atores envolvidos participam de maneira paritária, tendo o mesmo poder de voz e papel decisório (GUTIERREZ, 1988). A COOPAFIT foi criada no ano de 2016, com a finalidade de legalizar a situação de vários agricultores familiares da região, oferecendo assistência técnica, promovendo parcerias para venda dos produtos diretamente às empresas do entorno, o que reduz a ação de atravessadores, comercializando seus produtos em maior escala, provendo facilidades para o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e criando possibilidades de compra coletiva de insumos, entre outros. Atualmente, a COOPAFIT distribui seus alimentos para escolas do município de Itaguaí e tem parceria de venda de seus produtos junto ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB/Marinha do Brasil.

Uma semente plantada pelos agricultores de Itaguaí tem rendido bons frutos para quem, ainda hoje, em pleno século 21, vive da terra na região [...] beneficiadas pela Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí, a Coopafit [...] O trabalho coletivo permite que os agricultores de Itaguaí organizem formas de distribuição da produção, inclusive acessando formalmente programas que estimulam o agronegócio familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (MARSAL, 2016, <<https://extra.globo.com/noticias/rio/agricultores-da-itaguaui-se-fortalecem-passamganhar-mais-com-nova-cooperativa-dobrando-faturamento-18798221.html>>).

Ainda sim, foram realizadas críticas por parte dos agricultores e agricultoras familiares mais pobres do subterritório do Mazomba, que alegam uma baixa representatividade por parte da COOPAFIT. Segundo os relatos captados durante as entrevistas, a Cooperativa determina em seu estatuto a necessidade do agricultor possuir ao menos um terreno cultivável de, no mínimo, 5 mil m<sup>2</sup>, com contrato de arrendamento ou escritura da terra junto ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o que, segundo os entrevistados<sup>124</sup>, dificulta a filiação de vários agricultores familiares e exclui grupos que não encontram suporte, nem apoio no dia a dia das suas atividades. “Eles [COOPAFIT] já criam um monte de dificuldades mesmo, pra não deixa o agricultor mais pobre entrar, é proposital” (AF 4 - I).

Não foram citadas ao longo das entrevistas ou localizadas bibliograficamente festividades e datas comemorativas exclusivas ao subterritório ou à agricultura familiar no Mazomba. Foram citados/observados festejos locais de padroeiros da Igreja Católica (São João e Santo Antônio), além de festividades juninas realizadas informalmente e esporadicamente pelos moradores locais (porém, comemorações também corriqueiras em outras regiões do TIdI). Com relação às características socioeconômicas específicas e endógenas do território, destaca-

---

<sup>123</sup> Primeira cooperativa de agricultores familiares criada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro em 07 janeiro de 2016.

<sup>124</sup> O atual presidente da COOPAFIT, sr. Álvaro Honda, foi convidado 3 vezes, para participar das entrevistas vinculadas a esta pesquisa de tese, porém não retornou os contatos.

se a produção de compotas e doces cristalizados diversos, sobretudo de frutas da região, comercializados de forma direta entre os moradores da comunidade do Mazomba e Mazombinha, ou vendidas pontualmente em feiras locais.

Quanto ao papel das mulheres no subterritório I, observou-se (durante o período de pesquisa de campos desta tese 2016-2020) a criação e gestão da Associação de Mulheres do Mazomba e Mazombinha, onde as mesmas são responsáveis por diversos estabelecimentos de agricultura familiar, bem como atuam determinantemente no continuísmo das atividades socioeconômicas rurais, conservação das ruralidades no espaço e costura do tecido social local.

Atuantes também em instâncias regionais e municipais de controle social (MACEDO et al., 2017), com presença constante (com assento) no Comitê de Mulheres Rurais e no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG, colocando-se enquanto agentes de “articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados -, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços” (MDA, 2005, p. 11).

Como já mencionado, nota-se em contrapartida ao aumento e participação das agricultoras do Mazomba, a proporcional redução no quantitativo de homens, que são cooptados a trabalharem nas atividades industriais, portuárias e construção civil, deixando as atividades do campo para os mais idosos e mulheres que comumente permanecem na localidade.

A saída do campo também se tornou situação corriqueira entre os mais jovens da localidade (de ambos os sexos), que preferem uma oportunidade no mercado de trabalho dos centros urbanos em detrimento das atividades originárias de seus familiares. Essa saída deve-se aos baixíssimos ganhos financeiros envolvidos nas atividades rurais e à pressuposição de melhores condições de trabalho e vida nos centros urbanos (DOTTO, 2011), questão intensificada pela falta de apoio governamental e desvalorização da profissão no campo.

*Os meninos e meninas, não veem seu futuro aqui, ou acham o trabalho extremamente cansativo, ou desvalorizado, sentido inclusive vergonha, em falar o que o pai ou a mãe faz, achando que lá [centros urbanos], vai ser mais fácil que aqui, que tem mais valor, vejo isso dentro de casa, vejo na casa de todo mundo que tem filho novo, os adultos mais novos que temos por aqui, ou foram e voltaram, ou então nunca se interessaram muito em ir lá pro centro [do território]. (AF 1 - I).*

Observou-se também no subterritório do Mazomba e Mazombinha a presença desregulada de turistas, principalmente entre os meses de dezembro a março e de junho a julho, que visitam a localidade para desfrutar, sobretudo, das cachoeiras e poções de água que existem ao longo do Rio Mazomba, e/ou para frequentar os sítios e chácaras que desenvolvem atividades turísticas ao longo do ano.

Conforme observado durante a pesquisa de campo, o problema para os agricultores e a comunidade local não é a presença de turistas, e sim a visita excessiva e desregulada dos mesmos, sem nenhum tipo de fiscalização, o que resulta em lixo despejado no Rio Mazomba e contaminação da água por falta de saneamento básico. Fatores afetam negativamente as atividades de agricultura familiar do local<sup>125</sup>.

Sobre os bairros de Teixeira e Santa Cândida, é notória a expansão da mancha urbana com o avanço de imóveis autoconstruídos, vilas de moradores e o aumento populacional na região, comum de locais urbanos (IBGE, 1996). Esses novos moradores, em sua maioria, são oriundos de outras regiões do estado ou de outros estados do país que se deslocam para o território em busca de melhores oportunidades de trabalho, mas que não se identificam ou interagem com o tecido social local, ocupando o espaço como área meramente dormitória, resultando em um acirramento das desigualdades e aumento da pobreza na região (SIMÕES,

---

<sup>125</sup> A temática sobre o impacto do turismo predatório no subterritório é tratado no subcapítulo 7.5 desta tese.

2011). Enquanto as localidades de Mazomba, Mazombinha e Águas Lindas mantêm uma característica rural, com um menor adensamento populacional e a presença marcante de plantios diversos (onde se destaca diversas formas de banana), riachos e bioma característico da Mata Atlântica.

No geral, o território ainda apresenta perfil campesino, com baixo adensamento humano e uma presença constante de atividades multifuncionais da agricultura familiar. A comunidade local exhibe a construção de seu tecido social, por vezes baseado em laços consanguíneos e/ou de reciprocidade, o que auxilia inclusive na construção de suas próprias ruralidades e territorialidades (PERICO, 2009), mantendo, apesar das adversidades, um perfil tipicamente rural.

### 6.3.2 Subterritório II (Raiz da Serra (Serra do Matoso))



**Figura 27** - Subterritório da Serra do Matoso – Vista da Subida da Estrada da Calçada  
**Fonte:** própria.

Conhecido popularmente como Serra do Matoso, o Subterritório II é a junção dos bairros de Santa Sofia, Ibutuporanga<sup>126</sup> e Raiz da Serra, com início no sentido sul-norte pela estrada do Caçador<sup>127</sup>, sendo a localidade (nesta tese) que apresenta a maior distância do centro urbano (aproximadamente 18,6 km) e o que exhibe a maior variação topográfica em seu relevo, além de uma vasta quantidade de açudes e pequenos riachos alimentados pela cabeceira dos rios Guandu e Mazomba.

O Subterritório II, em toda a sua extensão de serra, faz divisa com os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro e Seropédica, não sendo possível determinar o ponto exato de divisa (devido à localização em mata fechada). A Raiz da Serra proporciona, em boa parte de sua extensão, uma floresta ombrófila densa, comum da Mata Atlântica, onde nota-se a presença de um variado bioma local, com uma vasta flora e uma fauna diversificada de insetos, aves, anfíbios e mamíferos, destacando a presença do mico leão estrela, mico leão da cara dourada, jaguatiricas e onças pardas.

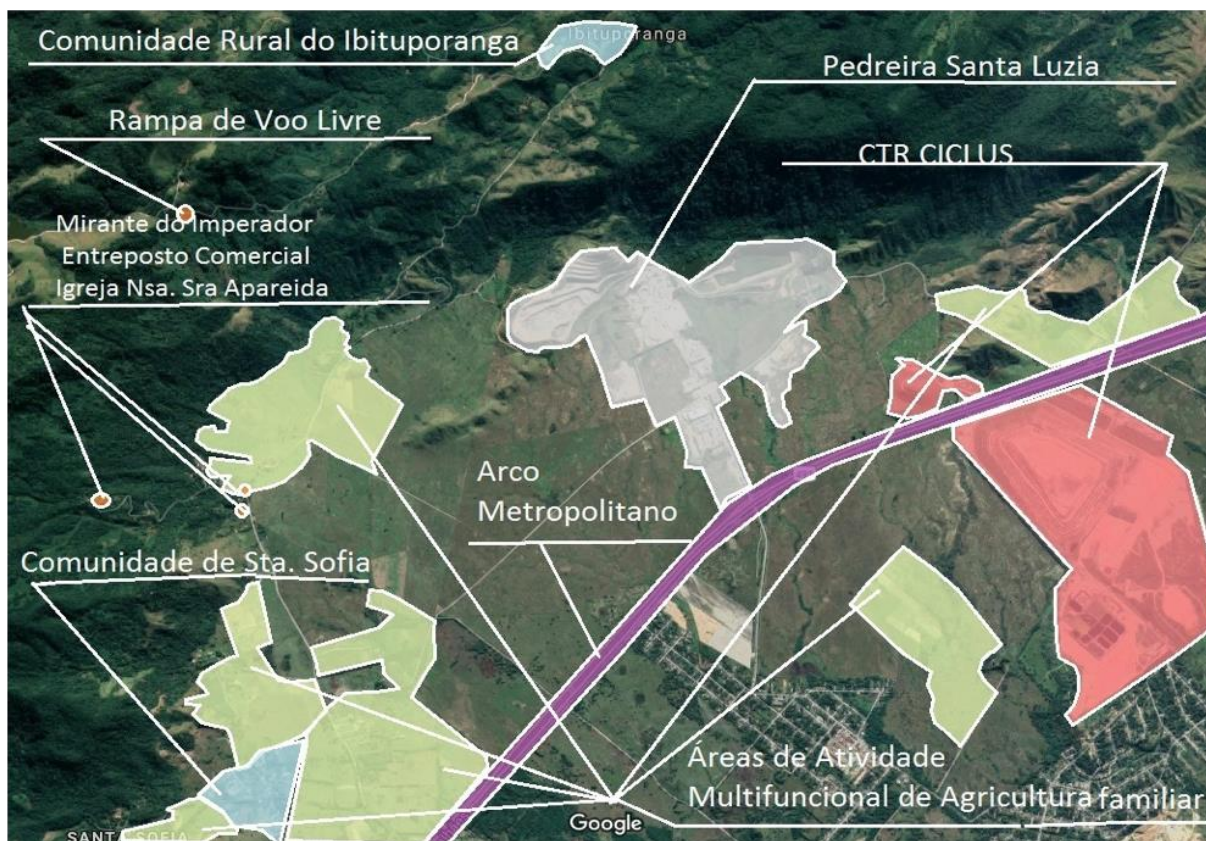
A partir do que se estabelece no Plano Diretor Municipal (ITAGUAÍ, 2008) e no mapa de zoneamento (ITAGUAÍ, 2016), o Subterritório II é subdividido com uma extensa faixa de

<sup>126</sup> 2º distrito de Itaguaí

<sup>127</sup> Ao longo da estrada do caçador, existe uma faixa de aproximadamente um quilometro (próximo ao Arco Metropolitano), não asfaltada como forma de preservação do calçamento no estilo pé de moleque oriundo do século XIX.

Zona de Proteção Permanente – ZPP, a qual se entende por toda a área sul-oeste-norte-centro; uma pequena área ao sudoeste, definida como Zona de Residência Rural – ZRR; uma estreita faixa a lés-sudeste, estabelecida como Zona de Parques – ZP; uma área a leste definida como Zona Especial de Negócios – ZEN; e ainda um estreito espaço a leste, deliberado como Zona de Desenvolvimento Especial - ZDE.

Com base nas diretrizes de zoneamento urbano expostas acima, o subterritório de Raiz da Serra apresenta mais de 80% de suas áreas pertencentes a uma macrozona vinculada à proteção de matas nativas (ZPP e ZP), e/ou de atividades vinculadas às comunidades rurais (ZRR). Destoando desse cenário, observou-se a presença de uma área designada a negócios (ZEN), o que segundo a Lei Municipal nº 3.433, de 17 de maio de 2016, é deliberada como “predominantemente destinada ao uso industrial e logístico” (ITAGUAÍ, 2016, p. 4), estando limítrofe à zona de proteção permanente e de parques, onde atualmente se encontra instalada a pedreira de Santa Luzia S/A e o Centro de Tratamento de Resíduos – CICLUS, os quais acarretam uma série de impactos à região<sup>128</sup>.



**Figura 28** - Área de atividade de agricultura familiar, comunidade de Santa Sofia e empreendimentos (Subterritório II)

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de Google Maps (2020c).

Ao longo do território, nota-se uma baixíssima densidade humana, com moradias disformes e uma ocupação irregular do solo, fator comum dos territórios rurais brasileiros (PERICO, 2009). O subterritório da Raiz da Serra apresenta uma grande quantidade de pastagens e áreas abertas, com considerável quantitativo de sítios, chácaras e ranchos, com predomínio da pecuária de gado e de uma fazenda de criação de avestruz. Pastagens e lavouras familiares também se sobressaem na agricultura extensiva, com adubação orgânica e cultivos

<sup>128</sup> Para maiores desdobramentos sobre os impactos desses empreendimentos, vide o subcapítulo 7.4 desta tese.

convencionais de hortaliças, legumes (com destaque para o plantio de alface e quiabo), aipim, frutas cítricas, coco da baía, além do cultivo da banana (em planícies e encostas – plano inclinado).

Ao final do sopé da Serra do Matoso existe uma bifurcação, à direita (lés-nordeste), que leva aos distritos rurais de Ibutuporanga, Serra do Matoso e vila de Três Vendas. Nessas localidades se apreende uma relação de coesão social e identidade comum entre seus membros, situações em que o trabalho e a atividade econômica se apresentam como dinâmica própria de participação familiar, além de uma relação direta desses atores com a terra e o ambiente, características comuns nas comunidades tradicionais de agricultura familiar. (BRASIL, 2005).

As mesmas particularidades humanas e morfológicas são encontradas na extensão da estrada do Nonô (bifurcação da estrada do Caçador – sentido Oeste – até o limite da vila de Três Vendas, divisa com município de Pirai), onde, além da atividade de agricultura familiar, destaca-se a presença da única rampa de voo livre da região (S 22° 96` 48° W 043° 48` 40°), com 420 metros de altitude (NASCIMENTO et al., 2018). É perceptível na região (ainda que de forma embrionária) a presença de pousadas e chalés voltados para o turismo rural, administrados por agricultores familiares (ou ex-agricultores) que observam nesse ramo uma alternativa economicamente viável para o complemento da renda familiar. *“Eu já uso o turismo como ganha pão principal, tenho vizinhos que tem no turismo rural ainda uma alternativa de aumentar a renda, estamos vendo isso como uma alternativa para o futuro”* (AF 3 - II).



**Figura 2910** - Estrada da Calçada, trecho localizado dentro da Mata Atlântica (Raiz da Serra – Subterritório II)

**Fonte:** própria.

Ao lado esquerdo (oés-sudoeste) da Raiz da Serra localiza-se a subida da estrada real da Serra da Calçada, caminho histórico com, aproximadamente, 4,3 quilômetros, datada do século XVIII, construída por pessoas escravizadas e feita toda em “pé de moleque”. A estrada servia de passagem entre a Vila de Itaguaí e os estados de São Paulo e Minas Gerais (via Médio Paraíba/RJ). Até o século XIX (NASCIMENTO et al., 2018), essa via tinha como finalidade o escoamento do ouro, pedras preciosas e café, sendo conhecida historicamente como o caminho que levaria D. Pedro I até a proclamação da independência do Brasil em 1822 (ITAGUAÍ, 2010).

É comum a visita de trilheiros ao longo da estrada da calçada, sendo possível o acesso em seu primeiro trecho (pouco mais de quatro quilômetros) através de veículos 4x4 ou animais (cavalos, mulas etc.). Boa parte da estrada é encoberta pela vegetação da Mata Atlântica,



tornando-a inviável em vários trechos, a não ser a pé. Ademais, vários pontos da estrada simplesmente desapareceram após o temporal de janeiro de 1967<sup>129</sup>. O caminho conduz a pontos históricos do subterritório II, sendo um deles a pedra de Santo Antônio, localizada na parte alta (mais de 500 metros de altura) do território e onde foram inscritos a bronze os dizeres -Prezidência de Província- e o ano 1822. A pedra é considerada um marco localizador da comarca de jurisdição da Vila de Itaguaí.

Ainda no sopé da Raiz da Serra (bifurcação da estrada do Caçador), encontram-se dois pontos históricos de destaque, sendo o primeiro a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, fundada entre os anos de 1790-1820 (reformada nos anos 50 do século XX), com perfil rústico de características barrocas e vinculadas à paróquia de São Francisco Xavier (Itaguaí/RJ). Onde, semanalmente são celebrados eventos religiosos diversos. A alguns metros (da igreja), encontra-se o antigo entreposto comercial da região, datado do século XIX, ponto estratégico para a parada de tropeiros e comitivas que advinham de toda a região serrana do Rio de Janeiro e estados vizinhos, e que tinham como destino final a Vila de Itaguaí ou a capital do Império. (NASCIMENTO et al., 2018).



**Figura 30** - Igreja de Nossa Senhora Aparecida (acima) e entreposto comercial do século XIX (abaixo)

**Fonte:** Própria

Na saída, à esquerda do cume da estrada da calçada, encontra-se o Mirante do Imperador (628 metros de altitude), o ponto mais alto de todo o território, onde é possível observar a extensão da Baía de Sepetiba e parte dos municípios de Mangaratiba, Seropédica e o bairro de Santa Cruz/RJ (NASCIMENTO et al., 2018). Retomando a estrada da calçada, ela ainda apresenta um trecho íngreme e fechado de mata, onde se localiza um centro de treinamento do Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro – BOPE. A estrada da Serra da Calçada finaliza no cruzamento com a entrada do Nonô, onde se localiza o vilarejo de Três Vendas, sendo esses os limites do território a norte-noroeste. O tombamento municipal de Itaguaí, Lei

<sup>129</sup> Para maiores informações, vide item 6.3.2.1 desta tese.

nº 2.318, de 20 de março de 2003, garante a conservação dos marcos históricos e arqueológicos do subterritório da Serra do Mazomba.



**Figura 31** - Vista do Mirante do Imperador (Subterritório II)  
**Fonte:** Própria

Durante a pesquisa de campo desta tese, observou-se a inexistência de equipamentos públicos no subterritório II, com exceção da escola municipal (EM Alexandre Inácio), localizada dentro da comunidade de Ibituporanga, que conta atualmente (2020) com 13 alunos em seus quadros. É necessário o deslocamento de quase uma hora para que os moradores da Raiz da Serra possam ter acesso aos equipamentos públicos e privados básicos, como postos de saúde, mercados, farmácias, etc. São também perceptíveis as dificuldades de acesso aos serviços primordiais, como saneamento básico, energia elétrica, transporte público. Atualmente, não existem linhas de ônibus que realizam o deslocamento para o centro urbano do território, sendo os moradores obrigados a se deslocarem em transportes próprios ou necessitando da ajuda de terceiros.

Segundo relato da comunidade local, não existe atualmente quaisquer formas de auxílios e/ou políticas públicas de assistência técnica que ofereçam suporte às atividades rurais da Serra do Matoso, sendo a única exceção o apoio esporádico realizado pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, principalmente na cessão de maquinários voltados ao plantio. Com relação ao escoamento de produção, as ações são prioritariamente realizadas por atravessadores, que revendem as mercadorias produzidas pelos agricultores para pequenos comércios locais e para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA, o que gera alguns problemas para a promoção socioeconômica dos trabalhadores rurais locais.

O subterritório da Raiz da Serra apresenta uma dinâmica social particular em muito devido a distância do centro urbano, sendo possível a compreensão de suas ruralidades e relações sociais íntimas, construídas sob traços de afetividade. Por vezes, essas atividades laborais são desenvolvidas como forma de subsistência, com a venda somente do excesso de sua produção (MEDEIROS; LINDNER, 2017). O local demonstra uma organização social própria (com similaridades ao associativismo), onde os moradores exibem uma conexão direta com o bioma local, bem como um processo de ancestralidade em suas práticas (de trabalho) e

reprodução cultural particular, comum em comunidades tradicionais brasileiras (BRASIL, decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007).

As territorialidades perceptíveis na fala dos entrevistados (moradores do subterritório II) destacam a importância e a sensação de pertencimento (TILLY, 1996) à sua localidade, em particular por seus marcos históricos (Igreja de Nossa Senhora Aparecida, estrada da calçada, entreposto comercial, marco da *Prezidência de Província*), naturais (Mata Atlântica originária e Mirante do Imperador), culturais (festejos de arraia e forró, modas de viola) e religiosos (festividades diversas vinculadas à igreja católica). Essas identidades demonstram um tecido social único, configurações próprias e tramas nas relações humanas, comumente vinculadas a uma historicidade particular e conexão com a terra. (ABRAMOVAY, 2000).

*Tenho amigos que andamos juntos até hoje, frequentamos nossas casas, trocamos ajudas, é uma relação de irmão, aqui todo mundo que é nascido aqui é assim, a gente se conhece, é como se fosse da nossa própria família, com quem é de fora já é mais difícil termos esse tipo de relação. (AF 1 - II),*

*Apesar de não ter nascido no Matoso, meus avós são, sempre ia pra lá desde cedo, moro lá desde a adolescência com eles, é uma outra realidade, a gente é abraçado como família, e aprende que temos que lidar da mesma forma (AF 2 - II).*

Dentro de todos os subterritórios analisados nesta tese, a Raiz da Serra é a que visualmente apresenta uma maior diversidade de fauna, flora e locais históricos preservados, com os agricultores familiares desenvolvendo suas atividades produtivas em consonância com a mata nativa local, apresentando inclusive predicados agroecológicos (ALTIERI, 2000), com produção sustentável e valorização do ecossistema local.

### 6.3.2.1 Tragédia de 1967



**Figura 32** – Jornal Correio da Manhã sobre temporal de 1967 na região do Matoso – Raiz da Serra e entorno  
**Fonte:** Correio da Manhã, 25 de janeiro de 1967.

Um fato histórico comum e que cria um elo substancial entre os subterritórios I e II (Mazomba e Raiz da Serra, respectivamente) é a tragédia ocorrida em 22 de janeiro de 1967. Por conta de um temporal ocorrido na cabeceira do Rio Mazomba, várias casas foram soterradas pelo deslizamento de terras, rochas e faixas completas de barreiras e ribanceiras, em muitos trechos de ambas as localidades, onde moravam à época inúmeros<sup>130</sup> agricultores e suas famílias. A tragédia causou a morte de mais de 80 moradores e o isolamento de toda a área por

<sup>130</sup> Sem dados oficiais.

meses, sendo necessário o apoio de bombeiros da capital, do Exército e da Força Aérea Brasileira – FAB para resgate dos feridos e recolhimento dos corpos.

Em Itaguaí, mais de 80 pessoas morreram em consequência de temporal da noite de domingo, sendo a Raiz da serra, no lado da serra do Matoso, e a localidade do Mazomba, que ficou totalmente isolada do resto do município [...] Mais de 60 casas foram destruídos pelas pedras que rolaram do alto da serra do Matoso, sendo destruídas todas as plantações [...] Os corpos foram levados nas balsas, assim como os feridos mais graves. (CORREIO DA MANHÃ, 25 de janeiro de 1967, p. 5).

Ainda é possível notar (a partir da indicação dos moradores) as mudanças do curso do Rio Mazomba (devido às trombas de água), estas histórias são narradas oralmente ao longo das últimas cinco décadas, de geração para geração, contos de sobreviventes e moradores da região na década de 60 e que são conhecidas inclusive pelos mais novos. Essa oralidade influenciou (e ainda influencia) toda a relação de proximidade afetiva entre os moradores das duas regiões, bem como resultou na criação de uma narrativa indenitária singular entre essas comunidades e o território. *“Foi bem difícil, conheço pessoas que perderam absolutamente tudo, saíram com a roupa do corpo, coisa terrível, por sorte eu não estava lá em cima, toda a região ficou irreconhecível, levou anos para voltar ao normal”* (AF 1 - IV)<sup>131</sup>.

### 6.3.3 Subterritório III (Agrovila Chaperó)



**Figura 33** - Propriedade familiar – Subterritório do Chaperó, próximo à estrada de Santa Rosa  
**Fonte:** própria.

Fundado na década de 1960 com o nome de agrovila Chaperó, o subterritório III é a junção dos bairros do Parque Primavera e Chaperó, que se subdivide em três glebas (A, B, C), localizado a 8,5 km de distância da zona urbana (GOOGLE MAPS, 2020c). A região tem acesso no sentido sul-norte pela estrada do Chaperó, que segue verticalmente por toda a região<sup>132</sup>; a oeste pela estrada das antas (que interliga os subterritórios II e III); e a leste pela estrada de Santa Rosa (que interliga o subterritório III aos subterritórios IV e V).

<sup>131</sup> Agricultor que à época morava e trabalhava na Raiz da Serra e, atualmente, mora em Piranema.

<sup>132</sup> Em seu último trecho, a estrada de Chaperó tem seu nome substituído por Estrada João Ferreira.

O subterritório do Chaperó foi criado para povoar a região, que, até segunda metade do século passado, encontrava-se praticamente inabitada. Definida como agrovila, seu desígnio era estabelecer moradias em terrenos maiores, com grandes espaçamentos abertos (em sua maior parte planos), instituídos para estimular a produção rural (ITAGUAÍ, 2008) e melhorar o abastecimento alimentar da região.

Entretanto, atualmente, o subterritório apresenta uma utilização espacial totalmente distinta, como pode ser observado no Plano Diretor Municipal de Itaguaí (2008) e em seu mapa de Zoneamento (2016). Ambos os documentos estabelecem o subterritório III, em toda a sua área centro-norte, como Zona Especial de Negócios – ZEN, o que permite a criação e utilização de pátios industriais e logísticos (IBID., 2016).

Região que atualmente se localiza o centro de tratamento de resíduos da CICLOS S/A (divisa com o município de Seropédica), o qual gera impactos socioambientais às comunidades do seu entorno<sup>133</sup>. A agrovila Chaperó também apresenta um recorte no sentido horizontal, denominado Zona de Serviço – ZS, faixa onde se encontra a Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (BR 493 - Arco Metropolitano).



**Figura 34** - Área de atividade de agricultura familiar (Subterritório III)

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese

A noroeste, o subterritório do Chaperó apresenta uma pequena extensão estabelecida como Zona de Parques – ZP, em congruência com uma mínima Zona de Proteção Permanente – ZPP; a leste (quase que isolada) uma área de Zona Residencial - ZR 4 (considerada área de interesse social<sup>134</sup>), enquanto no sentido sul-sudoeste existe uma Zona Residencial – ZR 5 e uma Zona de Parques – ZP, sendo margeadas ao sul pela estrada BR 101 (Estrada Rio Santos), recortadas ao norte e delineadas a oeste pelo Arco Metropolitano.

<sup>133</sup> Para maiores informações, vide 6.3 desta tese.

<sup>134</sup> Local onde estão situados os condomínios do programa federal Minha Casa Minha Vida.

Os moradores da região da Agrovila Chaperó vêm, desde o ano de 1996, sofrendo com problemas de jurisprudência, visto que os municípios de Itaguaí e Seropédica pleiteiam a posse territorial de toda a região, o que leva a uma briga judicial de mais de duas décadas, chegando à instância do Superior Tribunal Federal – STF. O órgão se pronunciou para estabelecer o “município de Seropédica, que não cuidou de desenvolver argumentação apta [...] sem êxito [...] e que o município de Itaguaí não teria cumprido a exigência da prova do direito líquido” (STF, Ação Cautelar 4.100, Rio de Janeiro, 24, 08, 2001), não sendo resolutivo no problema de delimitação geográfica.

O litígio entre os municípios gera uma série de problemas, como a dupla cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, dificuldade de acesso a bens públicos básicos, problemas com asfaltamento e saneamento básico (de ruas que ambos os municípios não consideram seus) e problemas de ingerência pública que afetam a comunidade local, suas atividades cotidianas e causa desestabilidade econômica e emocional para quem habita a região.

Durante as décadas de 70 a 90 do século XX, a atividade de agricultura familiar era praticada em quase todo o subterritório III, com destaque para a produção de quiabo, goiaba, cana de açúcar e tubérculos (com destaque para o aipim), além da prática da agropecuária (gado de corte e suinocultura).

Entretanto, durante a primeira metade dos anos 2000, iniciou-se um processo de expansão da mancha urbana para a região com a criação de vilas dormitórios para trabalhadores de outros estados do Brasil (principalmente Bahia e Minas Gerais) e de outros países (principalmente China, Bolívia). Esses trabalhadores se deslocaram para a região por conta do trabalho nos empreendimentos e megaempreendimentos que surgiram na região durante esse período (NASCIMENTO; FRANCISCO, 2015, p. 14).

No mesmo período surgiram os primeiros condomínios residenciais na região, estimulados principalmente pelo projeto Minha Casa Minha Vida<sup>135</sup>, alterando significativamente a localidade que originalmente apresentava um perfil rural, transformando-se gradativamente em um aspecto periurbano (RUA, 2005 *apud* ARAÚJO; SOARES, 2009). A implantação do projeto também resultou em uma consequente desconstrução do tecido social até então existente no local, sendo perceptível a substituição das atividades de agricultura familiar por empreendimentos imobiliários, essa substituição favoreceu/favorece a expansão da malha urbana para a região e é fator determinante para que os agricultores vendam suas terras como mecanismo de sobrevivência.

Além dos novos condomínios, o subterritório III apresenta construções com perfis irregulares em núcleos populacionais afastados, tendo uma centralização de moradias em torno de algumas praças públicas (SIMÕES, 2011), onde também se nota o aumento da mancha urbana. Ao lado desses núcleos habitacionais existem várias extensões de campo aberto com pastagem e vegetação baixa, presença de pequenos ranchos, lotes e lavouras de produção agrícola e de agricultura familiar, o que denota um conflito espacial e uma dicotomia na presença simultânea entre universos periurbanos e rurais.

---

<sup>135</sup> Minha Casa Minha Vida é um programa de habitação federal criado em 2009, pelo governo do então presidente Luiz Inácio da Silva, que tem como finalidade o subsídio de imóveis para famílias de baixa renda, através do financiamento com a Caixa Econômica Federal do Brasil.



**Figura 35** - Dicotomias e transformações na ocupação e utilização do espaço - Gleba C - Agrovila Chaperó

**Fonte:** própria.

A quebra da sensação de pertencimento (por parte dos moradores mais antigos – em especial os agricultores familiares), o prejuízo de simbolismos locais, a fragmentação das relações sociais e a condução de processos de desterritorialização (HAESBAERT, 2012; IANNI, 2002) comprometem inclusive a relação espaço-tempo desses atores (CASTELLS, 1996). Apesar desses problemas, o subterritório III ainda exibe áreas onde ocorrem atividades de agricultura familiar, mesmo que de forma incipiente, tendo o escoamento de sua produção vendido em pequenas feiras municipais (Itaguaí e Seropédica) e na CEASA, ação feita principalmente por atravessadores. “Chaperó mudou muito, antigamente a gente brincava o dia todo na rua, agora é só caminhão na pista e gente que a gente nem conhece” (CL 1 - III).

Em contrapartida (aos demais subterritórios desta tese), a Agrovila Chaperó é a que apresenta, minimamente, o maior quantitativo de equipamentos públicos, com escolas de primeiro e segundo segmentos, creches municipais, postos de saúde e uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, além de pequenos e variados comércios locais. A partir do que foi analisado (observação participante, 2015 - 2020), é perceptível um desinteresse e abandono das atividades da agricultura familiar no local, substituindo o trabalho rural pela tentativa de inserção nos empregos disponíveis pelos empreendimentos, megaempreendimentos e empresas terceirizadas da região (na maioria das vezes em subempregos) (MACEDO et al., 2017). Há ainda a abdicação da atividade de cultivo pela abertura de pequenos comércios locais, como bares, lanchonetes e armazéns.

Há a predominância da atividade da agricultura familiar ao longo das estradas dos Setecentos, Oitocentos e Santa Rosa (próximo à divisa com subterritório IV), com vastas áreas abertas onde ainda prevalece o baixo recenseamento e ocupação humana, fator característico de territórios rurais brasileiros (IBGE, 1996). Coexiste na mesma região pequenos roçados e lavouras de agricultura familiar, onde atualmente é produzido coco da baía, pequenos cultivos de cana de açúcar, tuberculosas (principalmente aipim), hortaliças e árvores frutíferas, também foi observado no subterritório III extensas áreas de pastagens e campina em espaços planos e abertos.



**Figura 36** - Extensas áreas de pastagens e campina, composição visual comum - subterritório III (Chaperó)

**Fonte:** própria.

Não foram notadas durante as entrevistas e a observação participante a presença de eventos artístico-culturais singulares à Agrovila Chaperó ou oriundos de suas comunidades tradicionais locais. Em contrapartida, identificou-se um acentuado quantitativo de igrejas neopentecostais (às vezes duas a três por rua) em todo o subterritório, além de frequentes festas privadas com temáticas funk ou sertanejo.

Cabe sinalizar que a atividade rural no subterritório III ainda sobrevive da ação de agricultores mais idosos, não sendo observado o interesse dos mais novos em assumir os cultivos familiares já existentes para as próximas gerações, “dado isto, é nítida a necessidade de desenvolver uma visão empreendedora a partir da juventude rural, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida” (BRANDÃO, 2019, p. 77).

Observou-se a necessidade urgente de ações e políticas públicas promotoras das atividades rurais, bem como uma efetividade de apoios técnico-extensionista para região, caso contrário deduz-se que às atividades campestinas da agrovila Chaperó, correm o risco de desaparecimento já nas próximas décadas.

#### 6.3.4 Subterritório IV (Piranema)



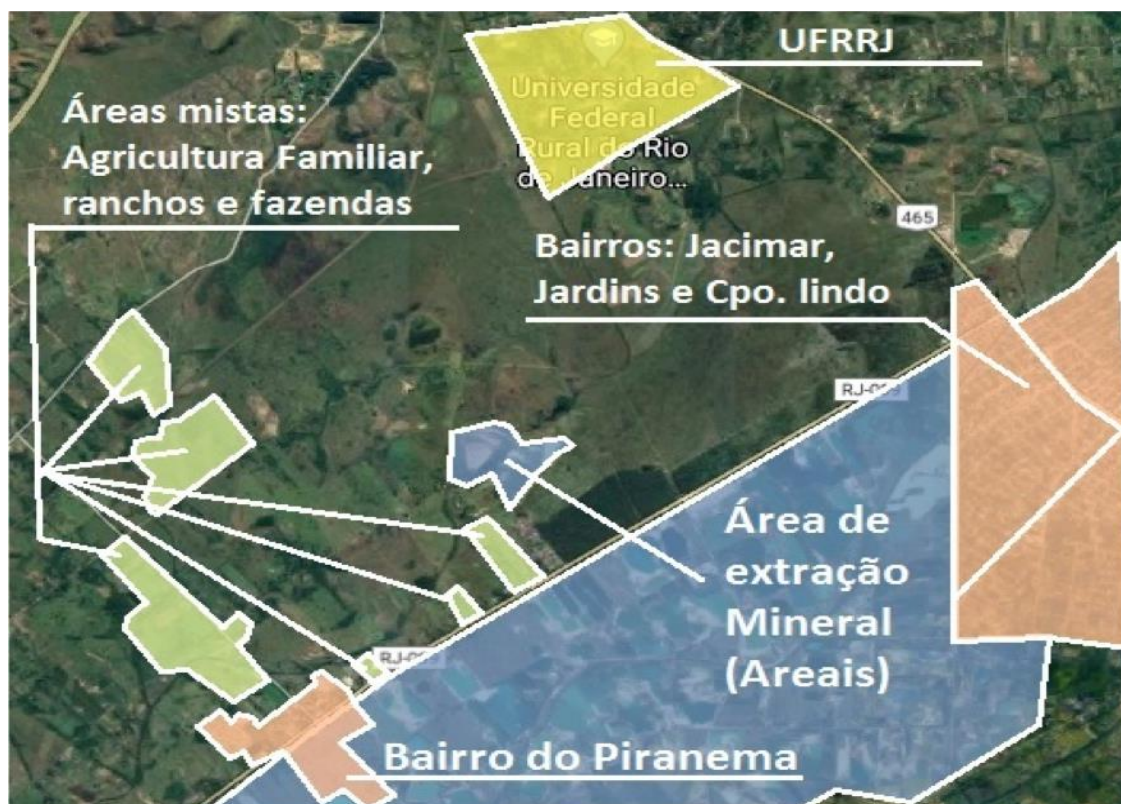
**Figura 37** - Entrada de uma propriedade rural no subterritório de Piranema (IV)

**Fonte:** própria.



Conhecido popularmente como Piranema, o subterritório IV é a junção dos bairros de Piranema (divisa entre os municípios de Itaguaí e Seropédica), Ipanema e Parque Jacimar (município de Seropédica). A região é recortada no sentido sudoeste-noroeste pela Rodovia Prefeito Abeilard Goulart de Souza (estrada de Piranema), tendo predominantemente as atividades de agricultura familiar às margens direita da via (sentido Seropédica-Itaguaí); já o lado esquerdo é loteado pelos complexos de extração mineral (distrito areeiro do Piranema)<sup>136</sup>.

A partir do que é estabelecido pelos planos diretores dos municípios de Itaguaí (2008 – mapa de zoneamento 2016) e de Seropédica (2007 – mapa de zoneamento 2014), o subterritório IV é estabelecido ao sul-sudoeste (limites do município de Itaguaí) como Zona Residencial – ZR-3, com uma linha definida como Zona de Serviços - ZR, onde se localiza a estrada de Piranema; o sentido leste-oeste-norte do território (situado no município de Seropédica) é determinado como faixa de Zona de Interesse Mineral – ZIM, tendo uma pequena banda a noroeste como Zona Específica de Interesse Patrimônio Histórico e Cultural – ZEIPHC (trecho de propriedade da UFRRJ); e no extremo norte do subterritório há uma pequena localização designada como Zona Residencial - ZR.



**Figura 38** - Área espacial do Subterritório IV (Piranema)

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese.

Assim como o subterritório da Agrovila Chaperó, Piranema apresenta problemas na definição de seu mapa de zoneamento desde 1996<sup>137</sup>, fruto do litígio nos limites geográficos entre os municípios de Itaguaí e Seropédica, pois ambos deliberam para si toda uma extensão de terra no local. Itaguaí demarca seus limites até a estrada de Santa Rosa, enquanto Seropédica

<sup>136</sup> Complexo que traz uma série de impactos ambientais para toda a região. Para maiores informações, vide subcapítulo 7.4 esta tese.

<sup>137</sup> Ano em que o município de Seropédica se emancipou do município de Itaguaí.

estabelece seu perímetro até o Sítio Rio Grande do Sul, o que gera um desacordo de jurisprudências de, aproximadamente, 16.200 m<sup>2</sup> (1.800 km de extensão por 9.000 km de largura) (GOOGLE MAPS, 2020d).

Esse conflito provoca um problema na ocupação e utilização do solo, visto que, para o município de Itaguaí, segundo determinação do seu mapa de zoneamento (2016), toda a faixa oés-sudoeste a oés-noroeste do bairro de Piranema é posta como Zona Residencial – ZR-3, enquanto que para o mapa de zoneamento de Seropédica (2014), a mesma faixa de terra é determinada como Zona de Interesse Mineral – ZIM, resultando em incongruências e irregularidades ambientais na região<sup>138</sup>.

*Os problemas de disputa pelo espaço tanto do município de Itaguaí como do município de Seropédica, nos causam muitos incômodos, é recorrente nossa dificuldade de conseguir conversar com as secretarias municipais, fica um jogo de empurra, ou fala que não é seu, dependendo do problema, ou brigam pelo espaço, depende de quanto aquele solo vai proporcionar de grana e dor de cabeça, é uma disputa financeira e de egos, profissionalmente isso é desgastante, fora as reclamações que ouvimos da população que ainda bota a culpa na gente por possíveis descumprimentos. (APPL 2 - IV).*

As características indenitárias e de territorialidade (PERICO, 2009) do subterritório IV estão diretamente vinculadas à migração da colônia japonesa para a região, que se iniciou no ano de 1939 (ITAGUAÍ, 2010), seguido de uma prática de urbanização a partir de núcleos coloniais, propostas pelo governo federal brasileiro para a baixada fluminense entre as décadas de 1930 e 1940 (INOUE, 2002).

A chegada das famílias japonesas no subterritório de Piranema foi o resultado de uma migração interna, onde parte era oriunda do núcleo colonial do bairro de Santa Cruz/RJ (advindos originalmente da Cooperativa Agrícola de Cotia/SP, no ano de 1938), estabelecendo-se na região de Piranema com a finalidade de buscar novas terras destinadas ao plantio de verduras (CARLOS NETO; SAAVEDRA, 2015). A outra parte dos imigrantes foi proveniente da Colônia de São Bento, expulsos no ano de 1942 pelo Ministério da Agricultura de Fernando Costa (governo Getúlio Vargas), devido ao clima hostil que viviam, em decorrência da Segunda Guerra Mundial<sup>139</sup> (IBID., 2015).

Além disso, cinco famílias (Kawaguchi, Wada, Okasaki, Kosaki e Horishina) já estavam estabelecidas na região desde antes de 1939 e eram oriundas do estado de Minas Gerais. Logo, a colonização japonesa no subterritório IV foi resultado de imigrações espontâneas e forçadas (INOUE, 2012) e que encontraram na região, terras férteis para atividade da agricultura familiar, resgate de suas características histórico-culturais e sensação de segurança.

*Foi quando iniciou a guerra e o povo de Itaguaí, apesar de sermos japoneses, pertencentes a uma nação inimiga, tratou-nos como benignidade. Mesmo os policiais diziam: “Se alguém maltratá-los, avise-nos imediatamente, pois levaremos presos. Fiquem tranquilos e, da parte de vocês trabalhem, produzindo a alimentação do Brasil” (ITAGUAÍ, 2010, p. 99).*

Devido à facilidade na aquisição de terras, qualidade do terreno para a atividade agrícola e proximidade no escoamento de sua produção (no mercado de produtos agrícolas da Praça XV) (CARLOS NETO; SAAVEDRA, 2015), nota-se um aumento da imigração de famílias japonesas em todo o território durante as décadas seguintes<sup>140</sup>, principalmente na região do

<sup>138</sup> Vide item 7.4 desta tese.

<sup>139</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Japão, Itália e Alemanha comandavam a aliança dos países do eixo, contra Estados Unidos, Inglaterra e França, que comandavam os países aliados, do qual Brasil pactuou em 1942.

<sup>140</sup> As colinas japonesas no TIDl, posteriormente se expandem para outras localidades como os bairros do centro, Inouê, Raiz da Serra, Mazomba, entre outros.

Piranema e do seu entorno. O resultado foi uma maior presença nipônica, sendo até hoje a maior incidência de colônia japonesa em todo o estado do Rio de Janeiro (INOUE, 2012).



**Figura 39** - Festividades da colônia japonesa em Itaguai - sede social nipônica (*kaikan*) – Década de 1940

**Fonte:** <https://itaguai.rj.gov.br/200anos/imagens.html>

O sucesso da colônia agrícola japonesa no território impactou na territorialidade e historicidade da região, principalmente a partir da década de 50, período em que teve início (ano de 1952) o ensino da língua japonesa para as novas gerações de filhos e netos dos imigrantes e demais moradores interessados. Nessa época também foi construído um colégio local, sendo que em “Piranema, o ensino de japonês foi unificado com a construção da sede da escola” (CARLOS NETO; SAAVEDRA, 2015, p. 367).

No mesmo ano, foi inaugurada a sede social nipônica (*kaikan*), com campo esportivo voltado principalmente para a prática do baseball (recebendo inclusive jogos da seleção do estado e de universidades japonesas), além de uma associação para senhoras (*fujinkai*) (ITAGUAÍ, 2010). A criação da sede social nipônica influenciou não somente a região do Piranema e seu entorno, mas também outras localidades do território<sup>141</sup>, pois eram realizadas diversas atividades nas áreas da cultura, do comércio, do transporte, de alvenaria e serviços.

Os japoneses dominaram os pontos de comércio nas ruas mais movimentadas da cidade, com lojas de material de construção, cinemas, bancos, peixarias e quitandas. Muitas casas foram construídas, e a cidade foi crescendo invadindo algumas regiões agrícolas. Muitos japoneses, adquirindo capital na agricultura foram transformando-se em comerciantes. Creio que o auge dos japoneses em Itaguai foi em 1950, quando se contava com o total de 150 famílias japonesas no município de Itaguai e circunvizinhança (AKIYOSHI et al., 2008, p. 167-168).

<sup>141</sup> Centro do município de Itaguai e seu distrito de Seropédica.

Traços culturais nipônicos podem ser registrados no subterritório do Piranema até hoje, como a presença de dois templos budistas (Hoshoji<sup>142</sup> e Honpa Hongwanji) e o Itaguaí Bunka Club (sede social – Kainkan – funcionando a 68 anos), onde são realizados anualmente eventos e festividades da colônia japonesa do território e entorno, mesmo local onde ocorrem campeonatos de baseball, softball e festividades em geral. Observa-se a busca por uma reprodução da identidade das antigas colônias através da realização de atividades produtivas, sociais e culturais, sustentadas pela coesão e solidariedade de seus membros (WAGNER, 2010).

Com relação à ocupação habitacional do solo, nota-se a presença de residências em praticamente todo o subterritório IV, com ocupações mistas de sítios, lotes, chácaras, pequenos ranchos e algumas lavouras, com destaque para três pequenos núcleos habitacionais: o primeiro na Rua das Hortências, o segundo na praça de Piranema (junção com a estrada de Santa Rosa) e o terceiro ao final da estrada de Piranema, cruzamento com a RJ-465 (Estrada Rio-São Paulo), onde é perceptível a presença de residências com perfis irregulares e adensamentos populacionais (SIMÕES, 2011).

Existem equipamentos públicos nos dois últimos núcleos habitacionais citados acima (praça do Piranema e cruzamento com Estrada Rio- São Paulo), como escolas municipais, posto da polícia militar rodoviária, uma unidade do centro de ensino técnico profissionalizante da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, além de uma extensa área desocupada (a noroeste) de propriedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ<sup>143</sup>.

Também há a existência de equipamentos privados, como escolas, minimercados, um posto de gasolina e uma subestação da Ligth S/A, dois condomínios residenciais, duas empresas de terminais de cargas e logísticas, uma empresa de pré-fabricados para construção civil, além de uma vasta extensão no sentido sudeste-nordeste (direita da estrada de Piranema, acesso Itaguaí-Seropédica), controlada pelos distritos areeiros, terreno que apresenta “funções estruturais enquanto suporte físico dos ecossistemas e constitui várias funcionalidades ecológicas, como a produção biológica e a regulação do ciclo hidrológico de superfície” (FERREIRA, 2016, p. 80), o que impacta significativamente as atividades de agricultura familiar na região<sup>144</sup>.

Apesar da expansão japonesa por mais de 50 anos no subterritório IV, é observada também a presença de agricultores familiares de origem não nipônica, comunidade tradicional que, durante as décadas de 40 a 80 do século XX, se destacaram pelo cultivo de hortaliças, quiabo e tomate, e, a partir dos anos 90, da produção de frutas de pomar e goiaba, com destaque para o cultivo do coco da baía e o fim dos plantios de tomate.

Atualmente, o cultivo do coco da baía é proeminente nos sítios e lavouras do subterritório IV, não ocorrendo com frequência a prática da multifuncionalidade, comum nas agriculturas familiares dos territórios rurais brasileiros (BONNAL; MALUF, 2007), ficando a produção dos demais cultivos quase que exclusivo para subsistência. O escoamento das produções é feito principalmente em feiras e mercados da região (Itaguaí e Seropédica), assim como na Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA, realizada pelos próprios agricultores (de forma individual ou coletiva) e, por vezes, através de atravessadores.

No subterritório IV localiza-se a unidade da empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER – RIO do TIdI (instalada na região desde 1998), ainda sim, segundo os agricultores familiares entrevistados, a presença e o apoio de instituições relacionadas à agricultura na região são baixíssimos, com ressalvas para algumas pesquisas realizadas por equipes distintas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, ainda assim de forma esporádica.

---

<sup>142</sup> Vide anexo desta tese.

<sup>143</sup> Não existem equipamentos construídos pela UFRRJ na área do subterritório IV.

<sup>144</sup> Para maiores informações, vide subcapítulo 7.4 desta tese.



**Figura 40** - Propriedade de agricultura familiar do Piranema, com destaque para o cultivo do coco da baía

**Fonte:** própria.

A mesma situação ocorre com relação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO/RIO e colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR. Também segundo os entrevistados, a décadas não ocorrem quaisquer formas de apoio técnico por parte das secretarias municipais (Itaguaí e Seropédica) e/ou estaduais.

A gente sabe onde fica a Emater, a gente sabe o aquela faz, mas nunca recebemos qualquer tipo de apoio, nunca perguntaram o que a gente precisa, até alguns amigos do meu marido já foram lá e infelizmente eles não tem como ajudar, mas a gente também vê o abandono que eles recebem do governo. (AF 2 - IV).

Em formas gerais, o subterritório IV apresenta uma característica de território periurbano (RUA, 2005, apud ARAÚJO; SOARES, 2009), com a presença de uma agricultura familiar extensiva, predominância do cultivo do coco da baía e uma baixa frequência de multifuncionalidade nas plantações, onde a participação da colônia japonesa se tornou fator decisivo na construção de uma nova perspectiva socioeconômica e histórico-cultural do espaço, influenciando inclusive o desenvolvimento do trabalho no campo dos agricultores familiares não nipônicos.

A colônia japonesa foi a salvação da agricultura em Itaguaí, foi quando crescemos de verdade, adquirindo maquinários, com uma colônia forte famílias unidas, que se ajudaram e foram crescendo de forma junta em toda a região. A educação deles era o diferencial, o conhecimento de suas agriculturas de sua agronomia. (AF 1 - IV).

A participação dos agricultores familiares no território de Piranema, oriundos ou não das colônias nipônicas, tem/tiveram papel decisivo não somente nas atividades rurais, mas também na construção do tecido social local, influenciando significativamente o desenvolvimento dos sistemas socioeconômicos, culturais e morfológicos do espaço (PERICO, 2009), principalmente no último século.

### 6.3.5 Subterritório V (Rio da Guarda)



**Figura 41** - Ponta do Rio da Guarda e barcos dos pescadores artesanais à sua margem esquerda  
**Fonte:** própria.

Conhecido popularmente como bairro do rio da Guarda (ou valão dos bois), o subterritório V é o somatório dos bairros de Santana e 26 de dezembro, sendo o único desta tese a apresentar simultaneamente (de forma contundente) a presença das comunidades tradicionais de agricultores familiares e pescadores artesanais na mesma localidade.

O rio de Guarda, que denomina popularmente o subterritório V, tem a origem de seu nome ainda no século XIX, época em que foi instalada ao longo do atual Rio da Guarda (346 Km<sup>2</sup>) a Guarda Nacional em Itaguaí (ano de 1837), tendo “como principal função a manutenção da ordem interna” (ITAGUAÍ, 2010, p. 42). A localização foi escolhida de forma estratégica, por se encontrar entre a Vila de Itaguaí, o Vilarajo do Bananal (atual Seropédica) e por ser acesso rápido à Baía de Sepetiba e à Vila de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba.

Localizado em uma região considerada periurbana (IBGE, 1996), o subterritório V tem, atualmente, entre 500 a 800 moradores<sup>145</sup>, situados na região sudeste do TDI, sendo margeada no sentido sul pela rodovia federal BR-101 (Estrada Rio-Santos), recortada no sentido sudeste-noroeste pela Rodovia Prefeito Abeilard Goulart de Souza (estrada de Piranema)<sup>146</sup>. Suas principais vias de acesso são a própria estrada de Piranema e a Avenida 13 de maio.

Segundo o Plano Diretor Municipal de Itaguaí (2008) e seu mapa de zoneamento (2016), o subterritório V é estabelecido a noroeste como Zona Industrial – ZI (às margens da Rio-Santos); uma faixa no sentido norte, definida como Zona Residencial 3; uma linha sudeste-noroeste instituída como Zona de Serviços (área de passagem da estrada de Piranema); a sudeste uma estreita banda determinada como Zona de Comércio e Serviço – ZCS; e uma extensa área nos sentidos norte-leste-sul (que ocupa aproximadamente 50% do subterritório), estabelecida como Zona Residencial 4 – ZR4.

<sup>145</sup> Segundo uma das entrevistadas que participa das atividades comunitárias vinculada à igreja católica Nossa Senhora Aparecida, localizada no subterritório V.

<sup>146</sup> Até o cruzamento com a Rua das Hortências.

A partir do que é instituído no mapa de zoneamento (2016), notam-se três desordens na organização e utilização do espaço. O primeiro com relação ao estabelecimento de uma zona industrial, em uma área de presença da agricultura familiar; o segundo corresponde à existência maciça (no sentido sul-leste) de empresas extratoras de minerais (areais), situadas em uma zona determinada como área residencial<sup>147</sup>; e o terceiro ligado à inexistência (no Plano Diretor Municipal de Itaguaí - 2008) de uma Zona Residencial Rural–ZRR, visto a quantidade de cultivos e produções familiares que existem na localidade.

Distinto da maioria das colônias pesqueiras brasileiras, a comunidade de pescadores artesanais do subterritório V não habita regiões costeiras, e sim utiliza o Rio da Guarda como caminho fluvial (CALLOU, 2010), com cerca de 9,62 quilômetros<sup>148</sup> (GOOGLE MAPS, 2020a), dando acesso direto à foz da Baía de Sepetiba. A atual comunidade de moradores do subterritório V começou a se estabelecer nas décadas de 50 e 60 do século XX, sendo que a maioria de seus moradores residem na atual Avenida 13 de Maio (com, aproximadamente, 1,1 km), que se estende paralelamente às margens do rio da Guarda, tendo considerável parte de seus residentes pescadores artesanais e/ou seus familiares. O local apresenta uma particularidade, onde várias das residências que estão localizadas ao lado direito da via (Avenida 13 de Maio), exibem na parte de detrás das casas pequenos cais onde os pescadores artesanais aportam suas embarcações diretamente em seus quintais<sup>149</sup>.

A partir da década de 80 do século XX, segundo relato dos entrevistados, ocorreu um aumento inicial de habitantes na localidade, sendo, em sua maioria, parentes de moradores e/ou pessoas advindas do próprio entorno. Entretanto, no início dos anos 2000, em decorrência da expansão dos complexos portuários e industriais na região, observou-se um inchaço de novos moradores advindos de outros municípios do Rio de Janeiro e estados do Brasil, que utilizaram o bairro como espaço dormitório, dificultando a criação de vínculos de pertencimento e a costura de uma teia social entre esses novos residentes com a região.

O perfil de moradia que se apresenta atualmente ao longo da Avenida 13 de Maio e Valão dos Bois são de habitações autoconstruídas de forma aleatória, com abismo da mancha urbana em comparação com o centro econômico do território, onde se destaca um acirramento de renda, ocupação acidentada do espaço e desigualdades sociais (SIMÕES, 2011).

O subterritório V apresenta como equipamento público uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET, que oferece cursos de nível técnico e superior (nenhum voltado para as áreas do campo ou da pesca). Ao lado, localiza-se uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (instituição privada, sem fins lucrativos considerada de interesse público), porém, são equipamentos completamente descolados da realidade local e que se utilizam somente da localização estratégica (às margens da BR-101) como justificativa para sua instalação.

Além de padecer com a inexistência completa de quais quer equipamentos públicos, os moradores do subterritório do Rio da Guarda também sofrem com as péssimas condições de pavimentação asfáltica, saneamento básico, segurança, educação, etc., bem como carências de aparelhamentos privados básicos, como mercados, escolas, hospitais, etc. Para tanto, é necessário o deslocamento da população local para o centro urbano do território de modo a conseguir acesso a serviços (públicos e privados) básicos.

No limite sul do território, às margens do Rio-Santos, a 200 metros da comunidade de pescadores artesanais do rio da Guarda (GOOGLE MAPS, 2020d), existe um shopping center e um hotel comercial, ambos inaugurados no ano de 2010, instalados na região devido exclusivamente à facilidade de acesso (às margens da estrada Rio-Santos). Todas as entradas

---

<sup>147</sup> Essas duas questões estão aprofundadas no subcapítulo 7.1 e 7.4 desta tese.

<sup>148</sup> Entre a comunidade pesqueira artesanal e a Foz do Rio da Guarda.

<sup>149</sup> Situação similar ocorre na Avenida Beira Rio, estrada paralela a Rio –Santos e ao Rio da Guarda, já na divisa do território, limite com o bairro de Santa-Cruz – Rio de Janeiro.

dos empreendimentos estão voltadas para a BR-101, enquanto que para as comunidades do Rio da Guarda o que se verifica é um extenso e excludente paredão de concreto.

Existe também dentro do subterritório V (na estrada do Piranema) a construção de um condomínio residencial fronteiriço com as áreas de cultivos locais, além da existência de duas empresas de cargas e logísticas que movimentam cargas pesadas de containers, e alteram de forma abrupta o espaço. Esse tipo de transporte força alterações à paisagem natural local, destoando e modificando morfologicamente o espaço. *“Esse shopping não foi feito pra gente, nós somos o empecilho deles e em breve a prefeitura expulsa a gente daqui também”* (AF 1 - V).

Dentre todos os subterritórios desta pesquisa, o Rio da Guarda é o que apresenta a menor distância do complexo industrial de Santa Cruz/RJ (menos de 1 quilometro), destacando-se o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde – CIBIC, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, subestação de Furnas de Santa Cruz, Ball – Santa Cruz, Aciquimica Indústria Ltda, Casa da Moeda do Brasil, Gerdal – Cosigua, Techint/Ternium Brasil, entre outras.

Essa proximidade, além de impactar significativamente a qualidade da água, ar e solo do subterritório V, afeta no cotidiano dos moradores, visto a quantidade de cargas pesadas que circulam na região, além da problemática dos cabos de alta tensão, instalados ao longo da Avenida 13 de Maio. Esses cabos servem para abastecer energeticamente os megaempreendimentos do complexo industrial de Santa Cruz. É ainda observável profundos processos de gentrificação que os moradores do Rio da Guarda sofrem.



**Figura 42** - Área de atividade de agricultura familiar do subterritório IV e seu entorno

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese.

Com relação à atividade tradicional pesqueira na comunidade, ela se inicia ainda na madrugada, com a partida dos barcos do Rio da Guarda, sentido Baía de Sepetiba e/ou mar aberto, retornando nos períodos diurnos e vespertinos, ficando em média 8h a 10h no mar. Em seguida, o pescado é vendido e entregue em peixarias da região (ECOLOGY, 2008), perfazendo um trabalho diário total de mais de 12h/dia. Essas práticas ocorrem regularmente de terça a domingo, com descanso às segundas, salvo possíveis alterações de dias e horários devido às questões climáticas, de mares ou período de defeso de algumas espécies marinhas.



Entre os tipos de embarcações utilizadas, verificou-se a presença predominante de canoas, caícos e lanchas, com destaque para barcos de madeira a motor, tendo como arte da pesca o formato extrativista, método comum entre pescadores artesanais no Brasil (SILVA; OLIVEIRA; JUNIOR, 2013). Sobressai-se a utilização de redes de arrasto de portas, corrico, espinhel de fundo, pargueira, puçá, rede de espera e tarrafa (ECOLOGY, 2008). Sobre as espécies pescadas, ressalta-se a presença de cação, corvina, pescada e pescadinha, tendo sua distribuição sazonal, conforme fatores biológicos, épocas de reprodução, taxas de crescimento e migração das espécies (INEA, 2011).



**Figura 43** - Cais de pescador artesanal no Rio da Guarda (Subterritório V)

**Fonte:** própria.

Já a atividade de agricultura familiar no subterritório V se estende principalmente na localidade do Valão dos Bois, tendo como principais cultivos hortaliças, tubérculos e árvores frutíferas, com destaque para a cultura de coco da baía, onde se priorizam as práticas de adubação orgânica e de cultivos convencionais, comuns na agricultura familiar brasileira (HORNNETH, 2003).

O cultivo de hortaliças e tubérculos são prioritariamente voltados para a subsistência familiar, enquanto o coco da baía é utilizado quase que em sua totalidade para a comercialização. Os principais métodos de distribuição e comércio são barraquinhas, pequenos estabelecimentos hortifrutigranjeiros da região e atravessadores, os quais revendem e escoam a produção na Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro – CEASA.



**Figura 44** - Cultivo extensivo de coco da baía – Área do Valão dos Bois, com afluente do Rio da Guarda – Subterritório V

**Fonte:** própria.

Durante as entrevistas com a comunidade local, não foram citadas a presença ou apoio de instituições técnicas existentes no território e/ou em seu entorno, entre elas a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, Secretaria de Estado de Agricultura, pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, secretaria municipal de Agricultura e Pesca, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, entre outros. Em alguns casos, os entrevistados sequer conheciam a existência dessas entidades na região.

De modo geral, o que se apreende é a presença harmoniosa entre as comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais e agricultores familiares, que habitam a região há mais de um século. Mesmo com a chegada de novos moradores (que mudaram para a região principalmente nas duas últimas décadas), ainda se nota uma perspectiva de coesão social, principalmente de seus atores mais antigos, que estreitam vínculos socioeconômicos a partir da relação familiar e da ação comunitária, também forma observadas peculiaridades na utilização dos recursos naturais proeminentes do local, bem como na relações de proximidade solidárias e de parentesco, o que, inclusive, auxilia na construção de uma identidade única do local (WAGNER, 2010).

É comum a frequência desses moradores nas residências uns dos outros, exibindo um trato familiar, fator incentivado pelo pequeno tamanho da localidade, constituindo um exercício de “território coletivo, comum, que é de uma coletividade. [...] espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde se reproduz social, cultural e economicamente” (MPP, 2011, p. 06). Logo, *“dos mais antigos o que temos é o carinho, da nossa idade temos uma amizade, as vezes maior inclusive do que com parentes de fora”* (PA 1 - V).

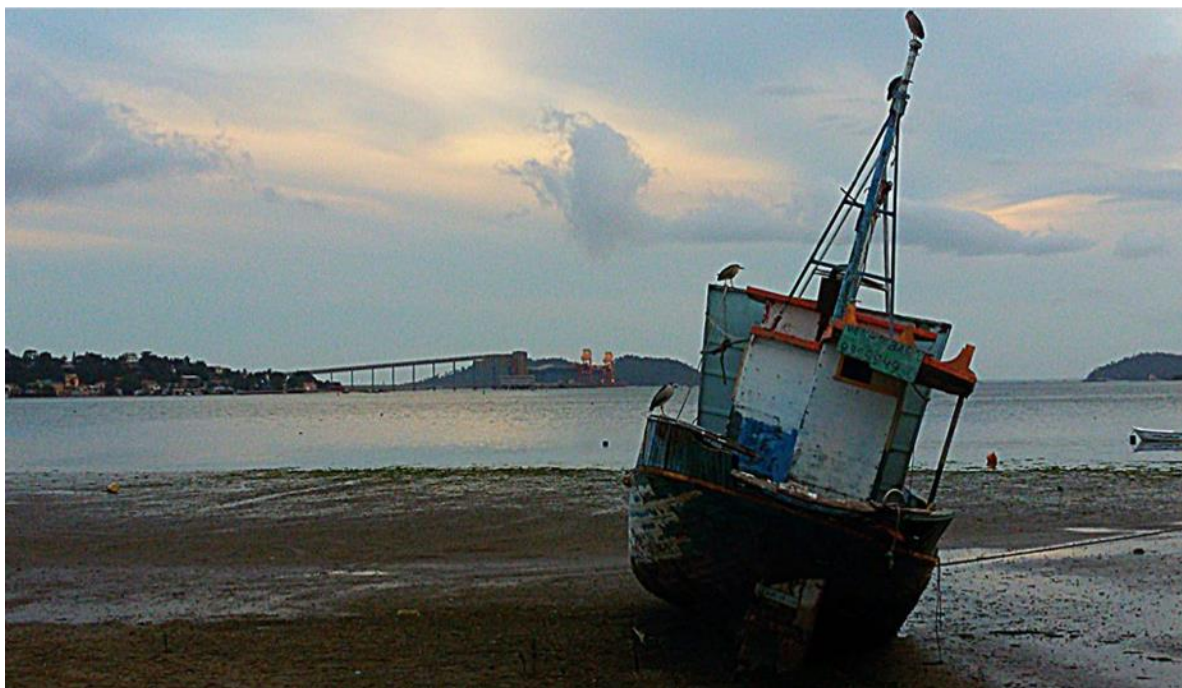
Geram-se cargas simbólicas de pertencimento (TILLY, 1996) e de territorialidades únicas do local (HAESBAERT, 2012), realidade corriqueira em comunidades rurais no Brasil (PERICO, 2009). As particularidades culturais das comunidades do subterritório V são evidentes em suas práticas socioeconômicas e atividades laborais, com uma leitura particular e empírica do ambiente que o cercam, também se destacam em situações de leitura da paisagem

na altura do rio, das marés, dos climas, das estações do ano, e no processo de fabricação das próprias embarcações e redes de pesca.

Eu faço as minhas próprias redes, faço os remendos no meu barco, pescador é além de tudo costureiro e marceneiro [...] aqui só de olhar pela janela no fim da tarde a gente já sabe se vai dar bom pescado ou não, quando o rio tá com o leito muito baixo eu nem saio (PA 3 - V).

O conhecimento tácito é transmitido de geração em geração, oralmente, prática cotidiana e processo de conhecimento acumulado e ensinado de maneira atemporal. Esse conhecimento diz respeito ao “espaço apropriado e usado, onde se materializam os conhecimentos e as relações, a partir dos conhecimentos adquiridos e passados de geração a geração” (MPP, 2011, p. 06), sendo explicativo e interpretativo, cultura popular única que caracteriza especificamente um determinado tecido social (MARTINS, 1989) e produz uma sensação de identidade própria ao território.

### 6.3.6 Subterritório VI (Coroa Grande)



**Figura 45** - Barcos de pesca artesanal, com píer do Porto Sudeste ao fundo - cais dos pescadores (Subterritório de Coroa Grande - VI)

**Fonte:** própria.

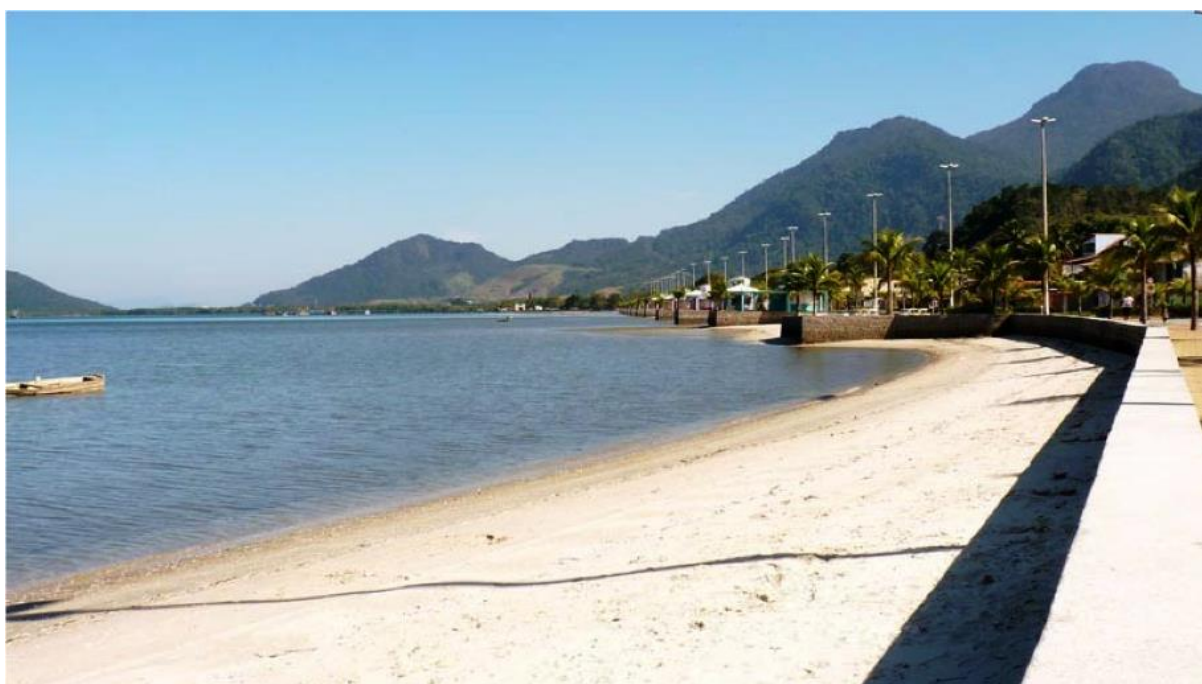
Conhecido popularmente como Coroa Grande, o subterritório VI é a junção dos bairros de Vila Geny e Coroa Grande, delimitado ao norte pela serra do Matoso (divisa com subterritório I), e ao sul pela Baía de Sepetiba<sup>150</sup>, sendo recortado no sentido noroeste-oeste pela Rodovia Governador Mário Covas (Rio-Santos – BR 101 Sul) e também pela estrada de ferro propriedade da MRS Mineradora S/A.

Atualmente, o subterritório VI apresenta características de mancha urbana em uma região periurbana (IBGE, 1996), com predomínio de residências de alvenaria autoconstruídas e pavimentação asfáltica nas ruas centrais. Com 2.300 residências e 9.000 mil moradores (INEA, 2011), Coroa Grande é em comparação aos demais subterritórios (apresentados nesta

<sup>150</sup> Conforme define a Lei 3.204 de 23 de dezembro de 2013, que “estabelece o abairramento do município de Itaguaí”.

tese) o que apresenta as menores dimensões geográficas, porém o que proporciona a maior extensão costeira, com 4.5 km (GOOGLE MAPS, 2020b).

A região exibe um acirramento por ocupação do solo e desigualdades sociais, traço comum em outras localidades da baixada fluminense (SIMÕES, 2011), onde no mesmo espaço notam-se casas humildes, com famílias de baixa renda e, ao lado dessas residências e/ou condomínios, residenciais de altos valores financeiros. O subterritório VI é constituído de ruas estreitas, tendo nas extremidades oeste e leste pequenas áreas de floresta ombrófila densa e manguezais. No ano de 2008, a gestão municipal (Itaguaí) submeteu a orla de Coroa Grande a uma série de mudanças paisagísticas e de urbanização, com novo calçamento, áreas de caminhada, ciclovias, quiosques e praças de exercícios, visando transformar a região em um atrativo ponto turístico da Costa Verde/RJ.



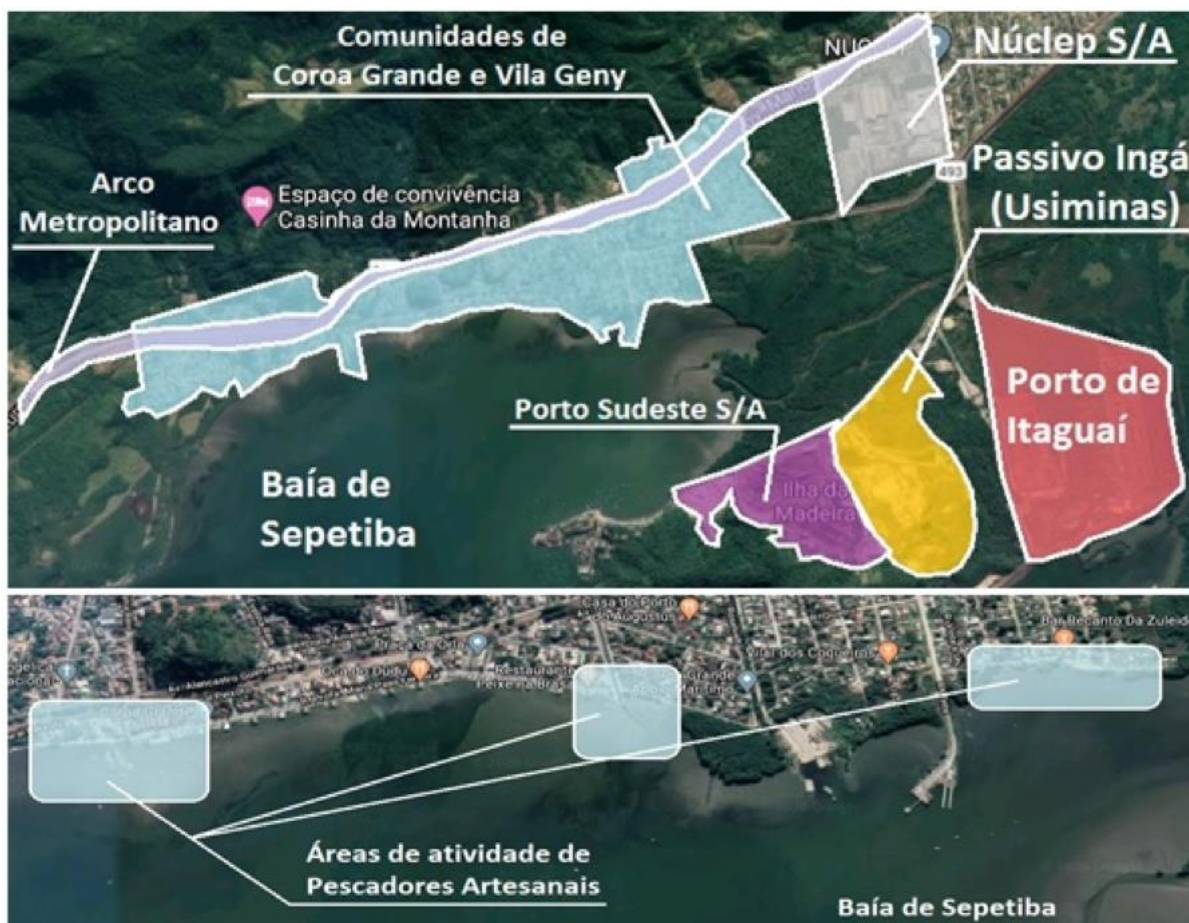
**Figura 46** - Atual orla de Coroa Grande – Subterritório VI  
**Fonte:** Itaguaí, 2018.

Com relação aos equipamentos públicos, o subterritório possui escolas de primeiro e segundo segmentos, creche, posto de saúde e agência dos correios, além de edificações privadas, como mercearias, restaurantes, minimercados, pousadas e um iate clube, sendo necessário o deslocamento da comunidade local para o centro do território, para acesso a serviços (públicos e privados) mais específicos.

Percebe-se o aumento na circulação populacional no subterritório VI durante os meses de dezembro a março (fluxo de veraneio), quando ocorre a ocupação das casas e vilas que se encontram fechadas durante boa parte do ano (com picos de movimentação durante as festividades de ano novo e carnaval), devido sua localização geográfica favorável que facilita o acesso às praias e ilhas que existem ao longo da Baía de Sepetiba e Ilha Grande.

Analisando o subterritório VI a partir do Plano Diretor Municipal de Itaguaí (2008) e em seu mapa de zoneamento (2016), a região de Coroa Grande é subdividida em três grandes macrozonas. No sentido sudoeste-noroeste estabelece-se a Zona de Proteção de Áreas Verdes – ZPAV; no sentido norte-centro-leste determina-se a Zona Residencial 2 – ZR2, recortada por uma linha definida como Zona de Serviços (trecho por onde passa a BR-101); na direção sul-

sudoeste-sul-sudeste, há uma estreita faixa às margens da Baía de Sepetiba, instituída como Zona Especial de Coroa Grande ZE-CG, deliberada como “atividade turística, pesqueira e de proteção ambiental, onde serão incentivadas características naturais da localidade” (ÍTAGUAÍ, 2008). Região onde se localizam as comunidades de pescadores artesanais do subterritório, bem como a Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande – AMACOR (aproximadamente 480 membros associados) e a Associação de Maricultores da Costa Verde – AMCOVERI (aproximadamente 38 membros associados)<sup>151</sup>.



**Figura 47** - Área de atividade de agricultura familiar (Subterritório VI)  
**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese.

A comunidade tradicional de pescadores artesanais de Coroa Grande desenvolve suas atividades em toda a Baía de Sepetiba, em particular nas regiões próximas às ilhas de Jaguanum, Guaíba, Ilha dos Martins, áreas no entorno do Porto de Itaguaí, costa de Muriqui e restinga da Marambaia<sup>152</sup>, já a atividade de maricultura ocorre prioritariamente na Ponta dos Bois, Ilha dos Martins e Ilha das Ostras, devido aos costões de pedra que facilitam a aproximação das embarcações (INEA, 2011),

Pescadores e maricultores se apresentam como um mesmo sujeito, tendo em vista que exercem concomitantemente ambas as atividades (pesca e maricultura), variando a prioridade conforme a demanda do mercado e a predisposição de clima, marés e épocas de defeso. Então,

<sup>151</sup> Em ambas as associações, constam em seus quadros profissionais tanto pescadores artesanais quanto maricultores, visto que o mesmo profissional, por muitas vezes, exerce as duas funções.

<sup>152</sup> Muriqui e Restinga da Marambaia são localidades pertencentes ao município de Mangaratiba/RJ.

quando se menciona sobre os pescadores artesanais e maricultores de Coroa Grande, referencia-se, em formas gerais, ao mesmo conjunto de atores.

Sáimos pela madrugada ainda, no frio, e chegamos mais ou menos essa hora ai [aprox. 11h10 manhã], quando é pra peixe vendemos no cais ou então os caras da peixaria levam quase tudo, quando é mais pra marisco, depois de puxar separamos aqui na mesa. [...] colocamos nas latas pra dar uma fervida, porque se não estraga e não dá tempo de vender [...] já o marisco temos que levar onde querem já vendemos daqui até Nova Iguaçu, o marisco é mais difícil de sair, não é muito, mas da pra sobreviver. (PA 2 - VI).

Com relação aos tipos de embarcações utilizadas, foram identificadas canoas, barcos a motor e caícos, tendo como artes de pesca de maior destaque a rede de arrasto, corrico, espinel de fundo, linha de mão, puçá, rede de cerco e rede de espera, além da marisqueira (como arte na retirada e coleta de mariscos). Corvina, linguado, tainha, siri, mexilhão, ostras, vieiras e sururu (sendo os quatro últimos provenientes da arte da maricultura), sendo estas as principais espécies capturadas, variando conforme especificidades do clima, condicionantes das marés, períodos de defeso e demanda comercial.

Os pescadores artesanais locais apontam como principais meios de venda e distribuição o comércio direto para o consumidor (principalmente nos píeres de Coroa Grande e Vila Geny), negociação para restaurantes, peixarias, feiras da região e atravessadores. Trabalhando comumente nas práticas pesqueiras de terça a sexta, enquanto os fins de semana são divididos com atividades diversas relativas ao turismo (quando ocorre demanda<sup>153</sup>), guardando as segundas para o descanso (ECOLOGY, 2008).

Durante as entrevistas com os pescadores artesanais e comunidade local, não foram diagnosticadas parcerias, ajudas técnicas ou de fomento de entidades públicas que existem no território ou no entorno, e que atuam direta ou indiretamente no segmento pesqueiro ou marítimo, como é o caso da Marinha do Brasil, Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca de Itaguaí, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, entre outros. “Nunca recebemos a ajuda de ninguém, nem de empresas, só tiram nunca dão nada” (PA 3 - VI).

Um traço particular vinculado aos processos socioeconômicos e culturais da formação das comunidades tradicionais, conforme observado no subterritório de Coroa Grande, diz respeito ao trato dos mariscos pós-captura nos costões de pedra que cercam a Baía de Sepetiba. Chegando à costa, os mexilhões são colocados em bancadas largas azulejadas, onde são separados manualmente pelos próprios pescadores por tipo, tamanho e qualidade, sendo posteriormente pré-cozidos ali mesmo, no chão (para que durem mais tempo), e ensacados para venda. Notou-se que a realização destas atividades de pesca é regularmente realizadas por homens, enquanto as atividades de separação e pré-cozimento são feitas por homens e mulheres, concomitantemente.

Tais práticas realizadas pelas comunidades tradicionais de Coroa Grande demonstram “conhecimentos valiosos e imensuráveis a respeito das atividades que realizam [...] técnicas de mariscagem e pesca como material adequado para cada atividade, como manusear cada uma destas ferramentas, melhor período para usá-las” (JESUS, 2013, p. 70). Sendo observado que técnicas aplicadas não estavam ligadas somente ao modo de execução de suas atividades econômicas, mas também à manutenção de seu próprio tecido social.

---

<sup>153</sup> Atividades locais relativas ao turismo como garçons, entregadores de bebidas, barqueiros particulares, cozinheiros, comerciantes, etc.



**Figura 48** - Separação do mexilhão e pré-cozimento – Coroa Grande, ponta da praia (subterritório -VI)

**Fonte:** própria.

O subterritório VI apresenta proximidade com o centro urbano do território, onde boas partes dos moradores locais trabalham (exceto comerciantes e pescadores artesanais), o que influencia a manutenção de um transporte público regular durante o dia. A região exibe entre os meses de abril a novembro um clima bucólico, onde é possível observar uma relação de proximidade entre os moradores e seus locais de origem (principalmente os mais idosos), proporcionando uma identidade particular (MARTINS, 1989) ao local.

O subterritório de Coroa Grande também preserva traços culturais originários, como a “manutenção do nome da região, do vocabulário Guarani que significa ‘coisa que surge que aparece subitamente, de forma, grande e extensa’” (INEA, 2011, p. 477). Os pescadores artesanais locais evidenciam um refinado conhecimento sobre a arte da pesca e profunda ciência do bioma local, sabedores “sobre os melhores pontos de pesca, cujo ponto é escolhido de acordo com o interesse de cada pescador no pescado a ser capturado, conhecimento sobre o leito do rio, bem como áreas de pedras e bancos de areia” (JESUS, 2013, p. 70).

Pode-se citar como projetos locais realizados pelos pescadores artesanais a fazenda marinha do boi, da AMCOVERI, e cultivo de mexilhões na Ilha dos Martins, da AMACOR, onde se nota todo um arcabouço de conhecimentos empíricos (CANANÉA, 2013) sobre aspectos como ventos, marés, topografia da baía, culturas marinhas, clima etc. conhecimentos transmitidos no cotidiano (oral e prático), de geração em geração, dos mais velhos para os mais novos.

Identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras. A característica principal do ser do pescador e da pescadora artesanal é a sua tradicionalidade, o modo de viver e de se relacionar com a natureza. Possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias [...] A identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras (MPP, 2011, p. 04).

Esse conhecimento se aplica na territorialidade do espaço e na identidade de sua comunidade (HAESBAERT, 2012), no modo nato da construção de suas próprias embarcações, nas formas particulares de tecer suas redes de pesca e na identificação de crença, personificada,

por exemplo, em uma imagem de Iemanjá<sup>154</sup> - padroeira dos pescadores e rainha dos mares -, localizada na faixa de areia em frente a um dos cais onde aportam as embarcações dos pescadores artesanais. A imagem é considerada um totem sintagmático (RAFFESTIN, 1993), de reprodução cultural, religiosa e ancestral dessa comunidade com sua terra, traço característico da representatividade popular, comum nas comunidades pesqueiras do Brasil (MARQUES, 1980).



**Figura 49** - Imagem de Iemanjá (a esquerda) e a ponta do cais de pesca artesanal (a direita) - Subterritório de Coroa Grande

**Fonte:** própria.

A comunidade tradicional de pescadores artesanais do subterritório VI vivencia um processo de identificação com o bioma e traços identitários particulares ao local, onde são tecidas suas relações sociais e consanguíneas. É notório (através das entrevistas e pesquisa de campo) que tais características estão sendo reduzidas drasticamente, sobretudo pela expansão da macha urbana e pelas pressões mercadológicas exógenas que afetam diretamente a localidade de Coroa Grande e todo o território<sup>155</sup>.

Apesar de toda a adversidade, a comunidade local e os pescadores artesanais da região de Coroa Grande ainda conseguem dar continuidade às suas ancestralidades e práticas originárias, o que favorece a construção (e reconstrução) da “memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras [...] o modo de viver e de se relacionar com a natureza” (MPP, 2011, p. 4), mantendo viva uma sensação de pertencimento (TILLY, 1996), específica entre local e seus moradores.

---

<sup>154</sup> Divindade das religiões da Umbanda e Candomblé, Iemanjá é considerada a rainha do mar, mãe de quase todos os orixás, tendo na África seu termo de origem, no idioma youruba, como Yeie Omo Eja, que significa mãe dos peixes. No Brasil também pode ser conhecida como: Janaína, Macunã, Princesa de Aióca, Sereia do Mar, etc.

<sup>155</sup> Para maiores informações, vide capítulo 7 desta tese.



### 6.3.7 Subterritório VII (Ilha da Madeira)



**Figura 50** - Praia da Ilha da Madeira (Subterritório VII), com alça portuária do Porto Sudeste (ao fundo)

Fonte: própria.

Localizado na região ao norte da Baía de Sepetiba, o subterritório VII, conhecido comumente como Ilha da Madeira, é, segundo a Lei Municipal de Itaguaí, nº 3.204, de 23 de dezembro de 2013, a junção espacial dos bairros de Brisamar e Ilha da Madeira. Na localidade perpassam duas significativas estradas federais de importância estratégica e econômica para a região, a Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (BR 493 – Arco Metropolitano), que cruza toda a extensão da região no sentido Norte-Sul, ligando o Porto de Itaguaí à região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, construída justamente como via de escoamento e distribuição de carga originária do Completo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ (Localizado no município de Itaboraí); e a Rodovia Governador Mário Covas (BR 101 sul - Rio-Santos) no sentido noroeste-oés-noroeste, que interliga toda a costa brasileira. Nota-se a presença da mancha urbana e periurbana com residências de alvenaria e pequenos comércios em boa parte da BR 101, enquanto o arco metropolitano não apresenta a mancha urbana ao longo da via (ALCANTARA, 2015).

Localiza-se também no subterritório VII a estrada de ferro de propriedade da MRS Logística S/A, empregada no escoamento de minério de ferro por outras empresas da região, como a Vale S/A e o Porto Sudeste S/A. A estrada segue no sentido nordeste-oeste, com uma fração que se desloca no sentido sul até os píeres do Porto de Itaguaí.

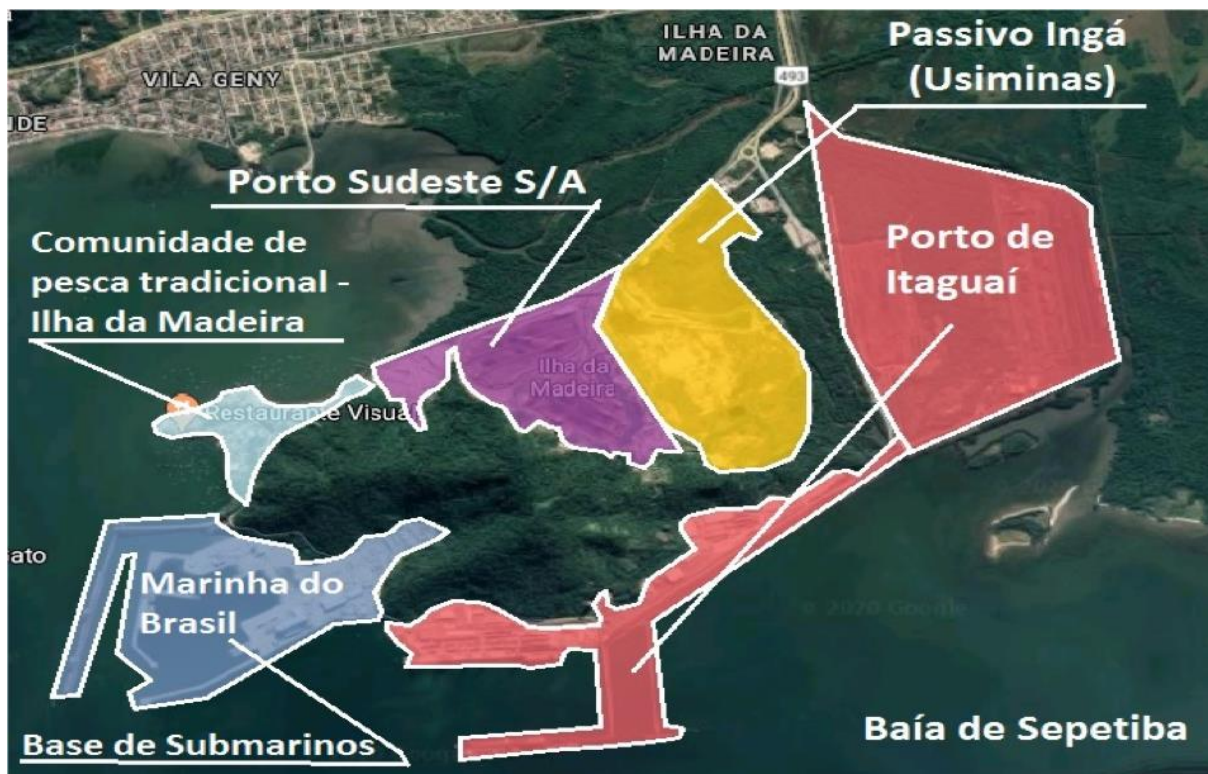
A Ilha da Madeira é a única região<sup>156</sup> que tem implantado no interior de seu espaço um complexo de megaempreendimentos do segmento portuário, estabelecidos a partir do Plano Diretor de Itaguaí (2008) e do mapa de zoneamento municipal (2016). Ambos os documentos deliberam toda a extensão noroeste-leste-sudeste-sul do subterritório VII como Zona Industrial Portuária – ZIP. Já as áreas norte-noroeste e sul-sudoeste<sup>157</sup> do subterritório são instituídas como Zona de Proteção de Áreas Verdes – ZPAV.

O sentido centro-sudeste do subterritório é delimitado como Zona de Proteção Permanente – ZPP. A oeste-sudoeste é deliberada como Zona Especial da Ilha da Madeira – ZE-IM, onde se estabelece a “ocupação situada [...] incluindo loteamento industrial Ingá onde

<sup>156</sup> Dentre os expostos nesta tese.

<sup>157</sup> Nesse terreno se localiza parte da área destinada a zona portuária de Itaguaí.

atividades turísticas, de pesca e de proteção ambiental serão incentivadas mantendo as características naturais da localidade” (PLANO DIRETOR, 2016). No local encontra-se o passivo ambiental da INGÁ S/A<sup>158</sup> e a área de atuação dos megaempreendimentos envolvidos nas atividades industriais de produção dos submarinos da Marinha do Brasil. Isso posto, é plausível questionar: como é possível o emprego do solo na prática de preservação de atividades originárias em um espaço que é invadido e desrespeitado pelo próprio Estado?<sup>159</sup>



**Figura 51** - Localização da comunidade de pescadores artesanais, e dos principais megaempreendimentos portuários na Ilha da Madeira (Subterritório VII)

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese.

A região do Brisamar apresenta um perfil de ocupação de mancha urbana periférica, onde é perceptível o acirramento das desigualdades de renda e carências diversas (SIMÕES, 2011), tendo aproximadamente 60% do seu espaço ocupado por residências autoconstruídas de maneira aleatória. Os outros 40% não apresentam imóveis e são cobertos por uma campina, com pontos de manguezais, sendo essas áreas privadas e de propriedade da MRS Logística S/A. Já o bairro da Ilha da Madeira exibe toda a área costeira do subterritório VII, tendo suas atividades pesqueiras datadas desde meados do século XIX (SOARES; TOLENTINO, 2004). Contudo, existem relatos sobre a presença de atividades pesqueiras e de lavouras agrícolas na região desde os séculos XVII e XVIII (ITAGUAÍ, 2010).

A formação do subterritório VII, enquanto localidade de pesca artesanal e agricultura familiar, tem sua origem na relação, por muitas vezes violenta, entre os indígenas que já habitavam a região no século XVII (reais proprietários da terra) e a família de José Pereira, que, segundo determinação da coroa portuguesa, era (á época) o arrendatário das terras. O local recebeu, inclusive, a denominação de Ilha da Madeira em homenagem ao local lusitano oriundo dessa família (*Ibid.*, 2010).

<sup>158</sup> Vide item 5.2 desta tese.

<sup>159</sup> Para maiores informações sobre, vide subcapítulos 6.2 e 6.5 desta tese.

Seus filhos que aqui nasceram, foram sendo brasileiros, com ganância de seus pais, passaram a ser herdeiros. O senhor José Pereira, que era um homem esperto, antes de morrer deixou tudo a filhos e netos. Naqueles tempos passados ele era absoluto e para garantir sua deixa, inclui usos e frutos. (FRANCISCO, 1954, p. 01).



**Figura 52** - Extinta praia do Saco do Engenho, década de 40 Ilha da Madeira (Subterritório VII)

**Fonte:** desconhecida.

Até a primeira metade do século XX, a Ilha da Madeira vivia como localidade tipicamente pesqueira e rural (NASCIMENTO, ALMEIDA, CABRAL, 2015), constituída de um arquipélago de pequenas ilhas ligadas à costa por um canal estreito, circundado por um extenso manguezal (ITAGUAÍ, 2010), onde se destaca a região da praia do Saco do Engenho, considerada a capital da ilha pela sua importância comercial e proximidade com a costa, onde se localizavam “a igreja, padaria, armazéns, salão de barbeiro, armarinho e um comércio popular bem diversificado” (IBID., p. 114).

Durante o século XIX e primeira metade do século XX, as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares ali presentes realizavam concomitantemente tanto as atividades de pesca quanto de lavoura, modo de vida comum de comunidades caiçaras<sup>160</sup>, com produção para subsistência e comercialização somente do excedente de produção.

Com bases nesta perspectiva é possível afirmar que podem ter coexistido na Ilha da Madeira atividades como o porto ou o engenho, e os pescadores-lavradores, sendo esses últimos responsáveis pelo abastecimento daqueles que realizavam tais atividades [...] sendo destinado ao comércio somente o excedente de produção. Assim, a presença e manutenção do modo de vida, aproximado ao caiçara, independente do

<sup>160</sup> Comunidades tradicionais que tem suas ocupações geralmente em áreas costeiras, onde desenvolvem suas atividades pesqueiras e de lavoura de maneira familiar, coletiva com membros vizinhos e com uma forte relação social entre seus membros (ADAM, 2000).

desenvolvimento das atividades voltadas para o mercado externo [...] A autonomia deste tipo de grupo deriva do fato de que seus membros conseguem retirar do meio ambiente a maior parte dos recursos necessários para a continuidade e reprodução do seu modo de vida. (INEA, 2011, p. 463).

A partir da década de 50, com a finalidade de criar uma ligação com o continente, ocorreu o aterramento do canal e parte do mangue, ação planejada entre a Prefeitura Municipal de Itaguaí e a Companhia Mercantil e Industrial Ingá – INGA S/A, que se instalou na região em 1962. O efeito dessas ações gerou posteriormente a destruição de todo sub-bairro do Saco do Engenho, o aterramento indiscriminado da orla e a cooptação de parte dos moradores locais para trabalhar no complexo industrial que se instalou na região (ITAGUAÍ, 2010)<sup>161</sup>.

Nas décadas de 60 e 70 se desdobrou a extinção das práticas de agricultura familiar no subterritório VII, fruto da poluição do solo resultante das atividades de processamento de minério de lingotes de zinco da INGÁ S/A. Outra parte foi em razão de um acordo feito em 1950 com os herdeiros do engenho local, que venderam toda a propriedade para a Companhia Balneário, que tinha a intenção de construir empreendimentos imobiliários (devido à beleza e localização privilegiada).

Essa situação gerou batalhas legais e embates diversos entre a comunidade local e os proprietários da Companhia Balneário, resultando na decisão de que os residentes poderiam continuar na Ilha da Madeira, porém, desde que tivessem seus lotes extremamente reduzidos, dificultando definitivamente a continuidade dos cultivos da agricultura familiar no local. (SOARES; TOLENTINO, 2004). Obrigando os agricultores a deixarem suas práticas de plantio, restando como únicas opções de trabalho a dedicação exclusiva da pesca artesanal ou a cooptação profissional para empresa INGÁ S/A (a partir de 1962).

Em decorrência desse caso, moradores locais se juntaram em busca de seus direitos, o que levou à criação em 1958 da Associação de Moradores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM<sup>162</sup>. Mesmo assim, inúmeros casos de expulsão de moradores e notórios processos de gentrificação ocorreram no espaço. *“Na verdade, as agressões na Ilha da Madeira já existem a peoa menos 70, 80 anos, o que só vem piorando de tempo em tempo”* (CL 1 - VII).



**Figura 53** – Subt. VII - Estrada Humberto Pedro Francisco –Porto Sudeste (a esquerda) e manguezais (a direita)

**Fonte:** própria.

<sup>161</sup> Para maiores informações, vide item 5.2 desta tese.

<sup>162</sup> A associação existe atualmente e comporta em seus quadros pescadores artesanais da Ilha da Madeira e entorno.

Atualmente, a região da Ilha da Madeira tem como principal rota de acesso a estrada Humberto Pedro Francisco (ponte rio cação), onde se nota uma ruptura morfológica drástica ao longo da via, composta por uma sequência de megaempreendimentos e construções abissais (Porto de Itaguaí, área da massa falida da INGÁ S/A/Propriedade Usiminas), Porto Sudeste S/A e Base Naval UFEM – PROSUB/Marinha do Brasil), tendo do lado contrário a presença de Mata Atlântica originária, manguezais e pequenos riachos. (FIGURA ACIMA)

Existem atualmente no subterritório VII duas associações de pescadores artesanais, sendo elas a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM<sup>163</sup>, que conta em seus quadros com mais de 270 membros; e a Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira – APAIM, que possui a participação de 100 membros.

A APAIM é uma associação exclusiva para pescadores artesanais, fundada em 2001 com um baixo quantitativo de embarcações cadastradas (em comparação a APLIM)<sup>164</sup>; apresenta um perfil mais modesto na forma de execução do trabalho de seus associados: a “participação do homem dá-se em todas as etapas: a manipulação dos implementos e do produto [...] no recolhimento e no levantamento das redes e demais implementos. Essa modalidade de pesca não se apoia em grande produção ou estocagem” (SILVA, 2010, p. 59).

A APAIM ampliou seus quadros de associados nos últimos anos, em particular com a inclusão de pescadores tradicionais dissidentes da APLIM, resultado de desentendimentos internos (segundo integrantes da APAIM) e pelo estreitamento das relações entre gestores da APLIM e dos megaempreendimentos instalados na região, resultando, por exemplo, na construção de boxes para o acondicionamento do pescado e a reforma completa de seu prédio administrativo. A diferença de recursos financeiros entre as duas entidades pode ser percebida nas estruturas de suas sedes, tendo a APLIM um prédio de dois andares, com recepção, banheiros, salas de escritórios e um pequeno auditório, enquanto a APAIM (durante o período de pesquisa desta tese)<sup>165</sup> não apresentava sede fixa.



**Figura 54** - Sede APLIM – Ilha da Madeira (Subterritório VII)

**Fonte:** própria.

<sup>163</sup> Citada anteriormente.

<sup>164</sup> APAIM: 34 embarcações cadastradas / APLIM: 74 embarcações cadastradas (INEA, 2011).

<sup>165</sup> Dados atualizados até fevereiro de 2021.

A Ilha da Madeira conta com aproximadamente 3.000 mil moradores, que habitam 700 imóveis (INEA, 2011), sendo, desse total, 900 pessoas que vivem direta ou indiretamente da atividade pesqueira (entre associados e não associados) (NASCIMENTO; ALMEIDA; CABRAL, 2015), que veem disputando de forma desigual a utilização de seu espaço com uma série de megaempreendimentos do Complexo Portuário de Itaguaí, que engloba, além do próprio Porto de Itaguaí, outras empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Porto Sudeste S/A, Estaleiros PROSUB – Marinha do Brasil, Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas – UFEM da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A, etc. gerando uma série de impactos socioambientais significativos ao local, incluindo a alteração dos aspectos geobiofísicos da paisagem e um processo de gentrificação da comunidade originária local (PACS, 2016)<sup>166</sup>.

A atividade laboral desempenhada pelas comunidades pesqueiras do subterritório VII apresentam características como o exercício do trabalho da pesca durante a semana (terça á sexta), principalmente no período noturno (madrugada) e vespertino, enquanto os fins de semana são dedicados à atividade de transporte marítimo de turistas para as ilhas da Baía de Sepetiba e entorno (entre os meses de dezembro a março) (INEA, 2011), guardando as segundas para o descanso.



**Figura 55** - Pescador artesanal e a limpeza do casco de seu barco – Ilha da Madeira (Subterritório VII)

**Fonte:** Fraga (2015).

Os pescadores artesanais locais utilizam (para o trabalho) embarcações como canoas, lanchas e caícos, além de barcos de madeira a motor. As principais espécies pescadas são a corvina, anchova, robalo, baiacu e camarão do tipo vg., e as principais artes da pesca são as redes de arrasto, espinel de fundo, linha de mão, puçá, rede de cerco e tarrafa (ECOLOGY, 2008). A pesca ocorre de forma sazonal, conforme a disposição do ecossistema local, épocas de reprodução, migração das espécies e períodos de defeso.

Atualmente, o papel do barco a motor é destacado na pesca, mesmo os pescadores que utilizam barcos a remo são rebocados pelas embarcações motorizadas até locais onde pretendem pescar. Desta forma, o pescador, independentemente de ter motor próprio,

---

<sup>166</sup> Para descrição destes impactos vide subcapítulos 7.2 e 7.5 desta tese.

pesca me distâncias muito maiores que alcançaria utilizando somente a força de seus braços. (INEA, 2011, p. 464).

O pescado é vendido diretamente para o consumidor ainda na praia ou nas peixarias e mercados da região. Há ainda a comercialização na Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro – CEASA, feito principalmente por atravessadores. Constata-se a dificuldade vivenciada por parte dos pescadores em negociar e vender em regiões mais distantes, tendo em vista os problemas ligados à refrigeração e armazenamento do pescado (IBID, 2011).

Segundo os entrevistados, a atividade turística que ocorre nos fins de semana, feriados prolongados e períodos de fim de ano vem sendo reduzida drasticamente pelo desinteresse dos excursionistas e veraneios em se hospedar na localidade, resultado do do processo depredatório (impacto visualmente negativo, baixa preservação do bioma e aumento da poluição local), ocasionado pelos empreendimentos e megaempreendimentos instalados na região e que transformam lentamente a Ilha da Madeira em ponto de passagem (para tomada de embarcações) para o destino a outras regiões da Baía de Sepetiba e Costa Verde.

*Antigamente no fim de semana fazíamos 5, 6 viagens pros turistas, levava pra restinga, pras praias da ilha [de Itacuruça], fora os que ficavam por aqui mesmo, agora você quase não vê mais turista, quando vê é só de passagens. [...] hoje no fim de semana eu faço 1 ou 2 viagens só, isso quando faço. (PA 4 - VII).*

A partir do que foi apurado (durante a observação participante e entrevistas semiestruturadas) com a comunidade tradicional de pescadores artesanais no subterritório VII, citam-se os apoios<sup>167</sup> às atividades pesqueiros feitos continuamente por profissionais da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, que oferece suporte técnico variado; também foi mencionada a ação esporádica realizada por grupos científicos e de pesquisa diversos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Entretanto, não foram sinalizadas quaisquer outras instituições técnicas ou de pesquisa que existem na região, como a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca de Itaguaí e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA. “A gente é largado, nem a marinha que destrói que deveria nos ajudar ajuda” (PA 3 - VII).

Com relação aos equipamentos públicos, o subterritório apresenta escolas de primeiro segmento, posto de saúde, um posto policial e uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, sendo necessário o deslocamento para o centro urbano do território quando há necessidade de acessar serviços públicos mais específicos. Há uma oferta variada de equipamentos privados, com destaque para mercados, restaurantes, hotéis e um iate clube etc.

Os moradores da Ilha da Madeira, em especial os pescadores artesanais e seus familiares, apresentam entre si e sua comunidade um conjunto de simbolismos e sensações de pertencimento (TILLY, 1996). São práticas em que “pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração” (MPP, 2011, p. 4). Destacam-se os processos de etnoconhecimento (CANANÉA, 2013) em seu saber fazer, que são transmitidos informalmente (por vezes, pelas relações consanguíneas) e de maneira prática, em situações fundamentais para o pescador, como o conhecimento sobre o clima, marés, iscas, fabricação de suas próprias redes de pesca e embarcações, e sobre o processo artesanal de salga/defumo do pescado. (ITAGUAÍ, 2010). Podendo ser estabelecido como “mais que uma profissão, um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado” (MPP, 2011, p. 04).

---

<sup>167</sup> Os entrevistados não souberam especificar quais seriam essas formas de apoio.

Dentre as práticas culturais específicas das comunidades do subterritório VII, destacam-se a forma de preparo e consumo do pescado (caldeirada, assado, frito) (ITAGUAÍ, 2010), blocos de carnaval locais nos meses de fevereiro e março<sup>168</sup>, festa de São Pedro (padroeiro dos pescadores) e procissão marítima de São Pedro, que acontece com a regata de canoas e barcos no dia 29 de julho, prática comum nas comunidades pesqueiras do litoral brasileiro, onde festas religiosas e profanas dividem espaço no calendário e cotidiano dos locais (MARQUES, 1980).



**Figura 56** - Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira(esquerda) / Barco em homenagem a São Pedro – Ilha da Madeira, 2020 (esquerda) (Subterritório VIII)

**Fonte:** <https://curtarj.com.br/ilha-da-madeira/> e Facebook da APLIM

Pode-se afirmar que a comunidade de pescadores artesanais da Ilha da Madeira se sustenta em uma carga histórica e ancestral de, no mínimo, 200 anos, com características que historicamente se aproximavam de uma cultura caiçara. Mas que nos últimos 50-70 anos, foi sendo substituída exclusivamente pela prática pesqueira.

O isolamento geográfico da região, até o início da década de 1960, proporcionou ao local, aos seus moradores e às gerações futuras uma sensação que “transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária [...] que se estabelece toda uma série de interações entre moradores [...] unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local” (SCHADEN, 1972, p. 293).

É comum a presença de, pelo menos, um integrante, em cada uma das famílias da Ilha da Madeira, que atue diretamente na arte da pesca artesanal, aproximando, assim, os moradores locais da construção de seu próprio tecido social, sendo comum a sensação de um processo de familiaridade, reciprocidade e afetuosidade entre os membros da comunidade, com predominância de ideais como liberdade, autonomia e independência, além do próprio exercício livre de sua atividade laboral (MPP, 2011), enquanto prática muito mais coletiva do que individualizante.

<sup>168</sup> Destaque para o bloco das “piranhas”.



#### 6.4 Similaridades e Particularidades dos Subterritórios do TIdI

A partir do que foi diagnosticado durante a pesquisa de campo (2015-2020) e entrevistas semiestruturadas (outubro-novembro de 2020) desta tese, notam-se similaridades e especificidades entre os sete subterritórios do TIdI tanto nas formações histórico-culturais das comunidades, quanto na concepção de suas tradições, ruralidades, territorialidades, formas de cultivo, relação indivíduo com o bioma, entre outros.

É o caso dos subterritórios de Mazomba e Serra do Matoso (subterritórios I e II), que apresentam semelhanças na formação histórica de suas comunidades e no seu principal produto (banana-ouro, prata, d'água)<sup>169</sup>. Há também semelhanças nas formas de escoamento da produção, já que os principais meios de venda e distribuição são os mercados locais e/ou atravessadores. Ambas as localidades também compartilham do mesmo bioma característico (floresta ombrófila, comum da Mata Atlântica), questões que favorecem, inclusive, a sensação de proximidade social, por vezes consanguíneas.



**Figura 57** - Produção (agricultura familiar) de banana em plano inclinado (divisa subterritórios I e II)

**Fonte:** própria.

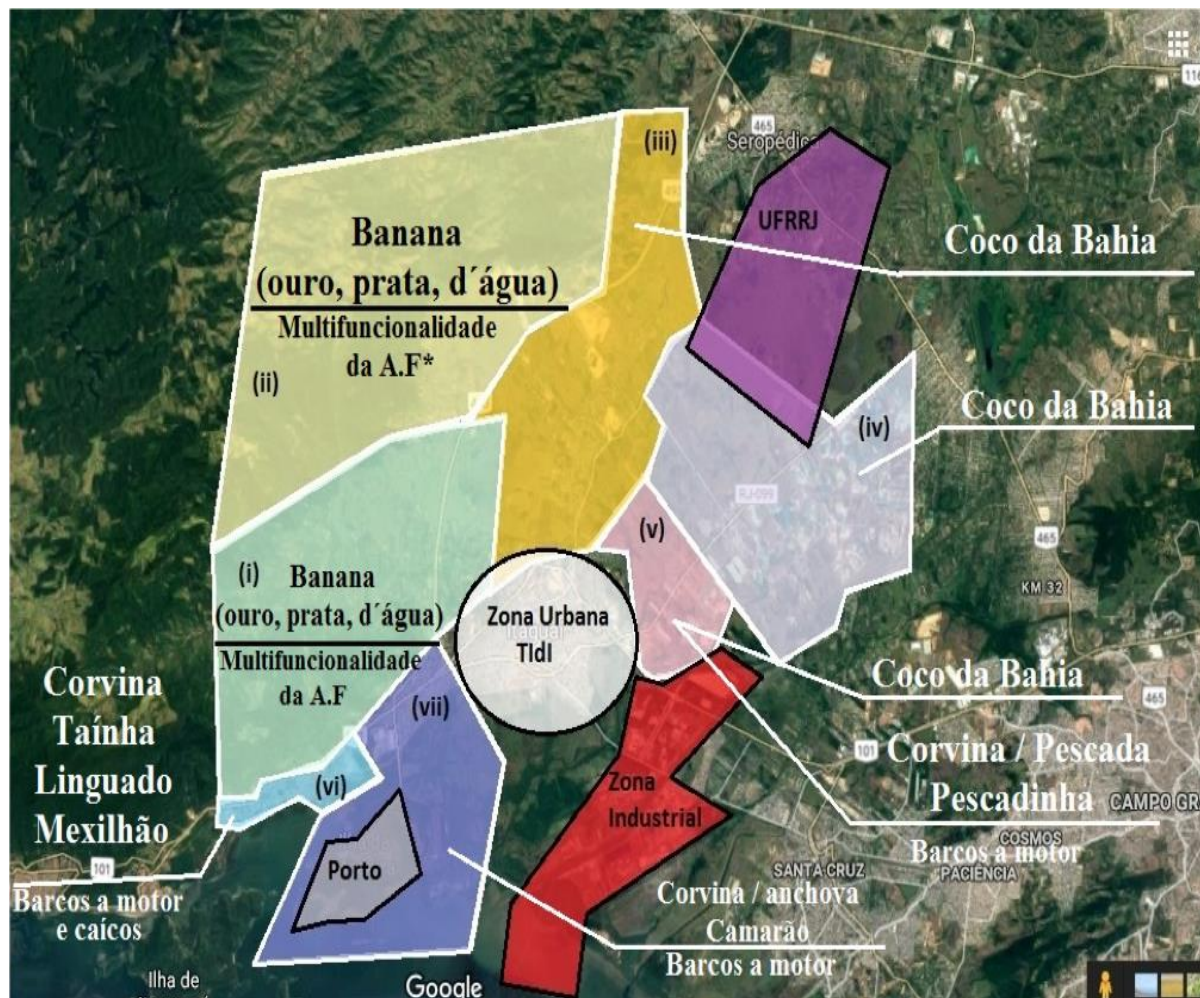
Com relação aos processos de cultivo, observaram-se particularidades entre os subterritórios do TIdI. A partir de uma multifuncionalidade mais presente nos subterritórios I e II (Mazomba e Serra do Matoso), observa-se uma diversidade nos produtos agricultados, com maior incidência para o cultivo do aipim, inhame (tubérculos), couve manteiga, mostarda, taioba, almeirão roxo (verduras), quiabo, pepino, abóbora moranga (legumes), manga espada, carambola, goiaba, abacate, laranja lima, figo, mexerica, açaí, amora (frutas) e feijão (grãos). Tendo como principais produtos as bananas (ouro, prata e d'água), enquanto os subterritórios III, IV e V (Agrovila Chaperó, Piranema e Rio da Guarda) apresentam diversidade em seus cultivos prioritariamente para subsistência, tendo na monocultura do coco da baía sua característica proeminente. (COSTA, 2016).

Com relação à atividade de pesca artesanal no TIdI, destaca-se a extração de pescada e pescadinha no subterritório V (Rio de Guarda), tainha, linguado e mexilhão no subterritório VI

---

<sup>169</sup> Vide mapa na sequência.

(Coroa Grande), anchova e camarão vg no subterritório VII (Ilha da Madeira). É comum entre as três localidades a pesca da corvina, assim como a utilização de barcos a motor, com destaque para os caícos no subterritório de Coroa Grande (ECOLOGY, 2008).



**Figura 58** - Principal(ais) produtos por cada um dos subterritório do TIdI<sup>170</sup>

**Fonte:** própria, a partir de pesquisa de campo descrita nesta tese. Costa (2016) e Ecology (2008)

Os produtos cultivados pelos agricultores familiares no TIdI apresentam relação direta com o arranjo morfológico e biótico do ambiente. Também estão vinculados ao perfil da formação humana, social e familiar no espaço, características de suma importância para a predisposição de suas atividades laborais e de cultivo, as quais, comumente, são transmitidas de geração em geração (ABRAMOVAY, 1992). Onde a relação comunitária exibe papel de destaque, com perfis próximos às práticas autogestionáveis (MENDES, 2005), estabelecidas de maneira formal e/ou informal.

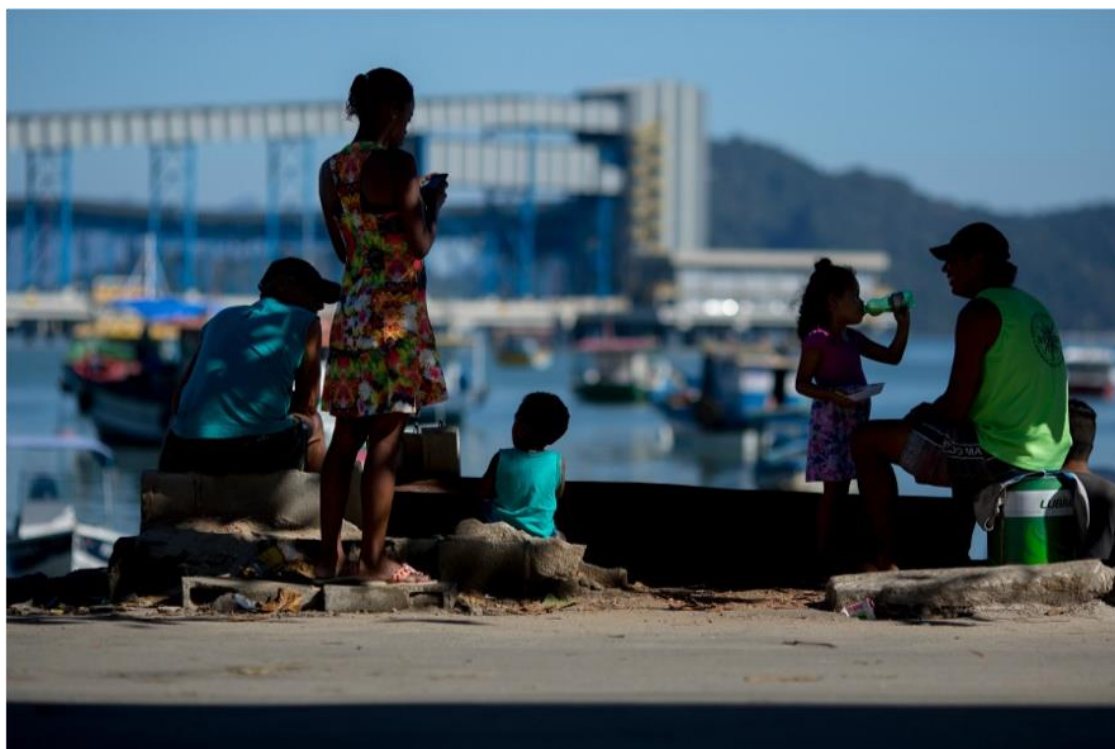
As comunidades tradicionais do TIdI (agricultores familiares e pescadores artesanais) apresentam, por vezes (variando mais ou menos conforme o subterritório), o desenvolvimento de suas atividades pautadas em práticas sustentáveis, já que suas ações socioeconômicas “incorporam princípios ecológicos e valores culturais as práticas agrícolas que com o tempo, descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnização da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42). Mantendo traços originários de produção, manipulação e armazenamento, assim como

<sup>170</sup> \* A.F – Agricultura Familiar

era realizado por seus antepassados, ajustados diretamente às especificidades ambientais e climáticas do espaço e obedecendo às práticas de manejo convencionais.

Segundo Altieri e Nicholls (2000), destacam-se as seguintes práticas: (a) Rotações de cultivo, visando à diminuição de enfermidades nas plantações e no solo, conservando o mesmo e reduzindo as possibilidades de erosão; (b) Manejo integrado de pragas, com uso de praguicidas, pesticidas e agentes químicos, desenvolvendo um sistema biológico no controle de pragas; (c) Manejo consciente, como perspectiva para a melhoria da saúde vegetal e diminuição de enfermidades e pragas; (d) Desenvolvimento de técnicas conservacionistas no que se refere à utilização do solo; (e) Produção e utilização animal sem ou com baixo confinamento, evitando um maior estresse do animal, além de enfermidades dos mesmos; não há o uso de agentes químicos para melhora do desempenho do animal, seja para tração ou consumo; (f) uso consciente dos nutrientes a partir do melhoramento genético de cultivos.

Essas similaridades também são percebidas nas comunidades de pescadores artesanais do Rio da Guarda, Coroa Grande e Ilha da Madeira (subterritórios V, VI e VII), em particular nas suas artes de pesca, formato de embarcações e tipo de pescado<sup>171</sup>, relações de comunhão, vinculadas à coletividade de seus membros (MPP, 2011) e sustentadas por suas particularidades socioculturais, ambientais e econômicas que coexistem no mesmo espaço (Baía de Sepetiba e área da Restinga da Marambaia) e padecem das mesmas mazelas<sup>172</sup>.



**Figura 59** - Pescador artesanal e sua família; ao fundo barcos e alça portuária da do Porto Sudeste

**Fonte:** Fraga (2015).

Teias sociais e tessituras (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2016) formadas por uma afinidade coletiva, vinculada a uma condição consanguínea e geracional, relação de proximidade e pertencimento. Esse tipo de relação indica uma prática integrada à intimidade e à confiança, que varia de um subterritório para outro. Logo, quanto mais distantes dos centros

---

<sup>171</sup> Com destaque para a corvina.

<sup>172</sup> Vide capítulo 7 desta tese.

urbanos, mais se percebem essas relações comunitárias (SILVA, 1997), produzindo uma tônica de vida particular ao espaço rural, sem perder as singularidades entre cada uma das regiões analisadas. (SCHENEIDER, 2003)

A pesca artesanal se refere a um campo de conhecimento específico. Conhecimento fundamental para acesso aos recursos que vive. Este conhecimento é exercido num território coletivo, comum, que é de uma coletividade. Esse território é espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde se reproduz social, cultural e economicamente. É o espaço apropriado e usado, onde se materializam os conhecimentos e as relações, a partir dos conhecimentos adquiridos e passados de geração a geração. (MPP, 2011, p. 06).

O TIdI possui características particulares de ocupação populacional de agricultores familiares e pesadores artesanais, normalmente com famílias numerosas, nas quais a ação e participação das mulheres (predominantemente jovens e pretas), tornam-se fundamentais, tanto no comando familiar quanto na continuidade das atividades originárias. Em contrapartida, é mensurável a redução (em números) e o desinteresse dos mais jovens em dar prosseguimento às atividades socioeconômicas de seus antepassados, fator que incide e aumenta o risco de término das atividades tradicionais no território já nas próximas décadas.

Constatou-se ao longo da observação participante desta pesquisa a existência de equipamentos públicos fechados ou subutilizados em todos os subterritórios do TIdI, com destaque para as salas de atividades da unidade do CRAS de Mazomba, Chaperó e Brisamar (subterritórios I, III e VII); quadras poliesportivas nos bairros de Chaperó, Brisamar - Ilha da Madeira (subterritórios II, VII); salas de aulas disponíveis nas escolas municipais de Raiz da Serra – Ibituporanga, Chaperó, Piranema e Coroa Grande (subterritórios II, III, IV e VI); salas de aula, informática e agroindústria na unidades da EMATER (subterritório IV); posto de informações turísticas fechada (com três salas) no sopé da estrada de Raiz da Serra – Matoso (subterritório II). São equipamentos públicos diversos, com potencialidade de utilização pela população local em atividades socioeconômicas, educativas, culturais, entre outros fins<sup>173</sup>.

De modo geral, as comunidades tradicionais locais apresentam um quantitativo populacional com baixo rendimento mensal, em média de até um salário mínimo, além de outras carências, como a ausência de serviços públicos básicos (saneamento básico, saúde, educação, transporte, luz elétrica, coleta de lixo, entre outros) (PACS, 2016), de maneira que a desigualdade torna-se principal fator de impacto na qualidade de vida destas pessoas, inclusive no que se refere à promoção e disposição de oportunidades. (RODRIGUEZ, SUGRANYES, 2005), levando inclusive a pobrezas estruturais (SEN, 1999), nestas localidades rurais.

Cabe reiterar questões ímpares, como a presença da colônia japonesa no subterritório do Piranema (IV), influenciando a territorialidade e apresentando nova dinâmica sociocultural ao espaço. O papel e importância dos traços culturais (originários da localidade ou não) dão especificidades indenitárias e de resistência ao espaço, sejam nas imaterialidades dos processos de aprendizagem e conhecimento, ou nos traços de pertença (TILLY, 1996). Vínculos consanguíneos e familiares são formados com o tempo e a partir da materialização dos localismos, difundidos nas expressões populares do saber fazer originário (HAESBAERT, 2012), materializados em praças, coretos, escolas, igrejas, associações, monumentos, cais, festividades, etimologia, embarcações, redes, ferramentas, entre outros. e que constituem a morfologia das áreas rurais (SANTOS, 2008).

Os simbolismos culturais diversos do TIdI também promovem vida ao espaço (BECATTINI, 1994) por meio da ação de seus atores locais, que resultam na construção e reconstrução das territorialidades desses espaços, e na valorização de suas ruralidades de múltiplas centralidades e temporalidades (SAQUET, 2007), nesse sentido a transmissão

---

<sup>173</sup> Para indicações de utilização destes equipamentos públicos, vide item 8.2 desta tese.

cultural se apresenta enquanto processo de aprendizagem (FREIRE, 2007) e garante a continuidade existencial não somente desses atores, mas também de sua história.

A reprodução cultural assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão semântica), as condições existentes no mundo [...] a integração social assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão do espaço social) às condições existentes do mundo [...] A socialização dos membros assegura finalmente, a ligação de novas situações apresentadas (na dimensão do tempo histórico) às condições existentes do mundo; garante às gerações sucessivas a aquisição de capacidade de ação generalizadas e busca harmonizar as histórias de vida individuais e formas de vida coletivas [...] as relações interpessoais ordenadas legitimamente (ou “solidariedades”), assim como as capacidades de interação (ou “identidades pessoais”). (HABERMAS, 2000, p. 476-477).

Apesar das adversidades e pressões mercadológicas (LISBOA, 2009) que o TIdI sofre atualmente<sup>174</sup>, nota-se uma articulação entre alguns coletivos de moradores, que se colocam em instâncias de controle social (TENÓRIO, 2007), de maneira a questionar os impactos causados pelos megaempreendimentos e pela passividade/consentimento do Estado. São indicativos de organização da sociedade civil para a busca de uma representatividade legal e reterritorialização dialógica de espaços em processos de desterritorialização, gentrificação e degradação ambiental<sup>175</sup>.

Durante o desenvolvimento deste capítulo, observou-se que os impactos exógenos de exploração do território afetam diretamente todas as comunidades tradicionais apresentadas, ainda que em diferentes graus. Os riscos no continuísmo dessas continuidades decorrem, sobretudo, de violações socioambientais de distintas origens, as quais afetam diretamente suas territorialidades e seus espaços naturais, e desrespeitam normativas técnicas e determinações legais. Como veremos no capítulo a seguir.

---

<sup>174</sup> Vide capítulo 7 desta tese.

<sup>175</sup> Vide capítulo 7 desta tese.

## 7. CAPÍTULO III- PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ – TIdI

*[...] No las ingeniamos desde la matriz  
Como los cangrejos que respiran sin tener nariz  
Hacemos maravillas con lo que cae del cielo  
Lo enfriamos en el fondo el río si no hay hielo  
Y nos sentimos como los reyes de castilla  
Le sacamos brillo a lo que no brilla  
Sin bala, prepara'o pa' la guerra  
Aprendimos a sembrar sin tierra  
De calidad, pero barato  
Como bailadores de academia, pero sin zapato*  
(René Perez Joglar, Dagombas em Tamale, 2017)

Este capítulo aborda os processos lesivos vivenciados no Território Identitário de Itaguaí – TIdI e entorno, e descreve as mudanças exógenas que impactam e alteram significativamente a morfologia do local, o cotidiano e o continuísmo das comunidades tradicionais locais. Para tal, foram utilizadas como principais fontes de pesquisa as denúncias e julgamentos de órgãos públicos federais e estaduais, Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, diagnóstico de conselhos e institutos envolvidos com o local, teses, dissertações, capítulos de livros, artigos sobre o território, pesquisa de campo (2015-2020) e entrevistas semiestruturadas (outubro-novembro - 2020) desenvolvidas especificamente para esta tese.

O foco é assimilar como os globalismos localizantes<sup>176</sup> na “Baía de Sepetiba se consolidam como uma síntese das contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro e de suas lógicas de legitimação” (PACS, 2016, p. 26), afetando transversalmente as práticas originárias locais. É notório o fato de que esses processos de desterritorialização impactam nas atividades sócio-históricas e socioeconômicas, sendo, inclusive, capazes de comprometer a continuidade das territorialidades e ruralidades das comunidades tradicionais no TIdI.

Logo, este capítulo busca evidenciar como a desterritorialização se apresenta enquanto um processo de exploração sistêmica e multiescalar de espaços naturais (e, por vezes, marginais), com sobreposição de valores individuais (em comparação aos coletivos) e que afetam decisivamente e irreversivelmente a significância que o território tem para um coletivo de pessoas (HAESBAERT, 2012; BRANDÃO, 2012; ORTIZ, 1994). Essas afetações conduzem o local à obliteração do seu espaço-tempo (CASTELLS, 1996) e a transformação do território em um não lugar (AUGÉ, 2012).

Os casos de desterritorialização analisados neste capítulo foram definidos a partir de alguns referenciais, como os casos de degradação socioambiental mais recorrentes em bibliografias que tratam sobre o território, e pelas perspectivas dos moradores das comunidades tradicionais consideradas no capítulo anterior. Para tanto, respeita-se o ponto de saturação, assim como os elementos com maiores casos de aparições (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006), sendo estes<sup>177</sup>:

**(a) Complexo Industrial de Santa Cruz**, que afeta diretamente os subterritórios do Rio de Guarda (V), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII) e, indiretamente, o subterritório de Piranema (IV); **(b) Complexo Portuário de Itaguaí**, que está relacionado com os impactos na Baía de Sepetiba e afeta as atividades das comunidades tradicionais do Rio de Guarda (V), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII); **(c) Pedreira de Santa Luzia e CTR Ciclus**, que

<sup>176</sup> “consiste no impacto específico nas condições locais produzidos pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem de localismos globalizados” (SANTOS, 2005, p. 66).

<sup>177</sup> Esses empreendimentos foram previamente e brevemente apresentados no capítulo 4 desta tese.

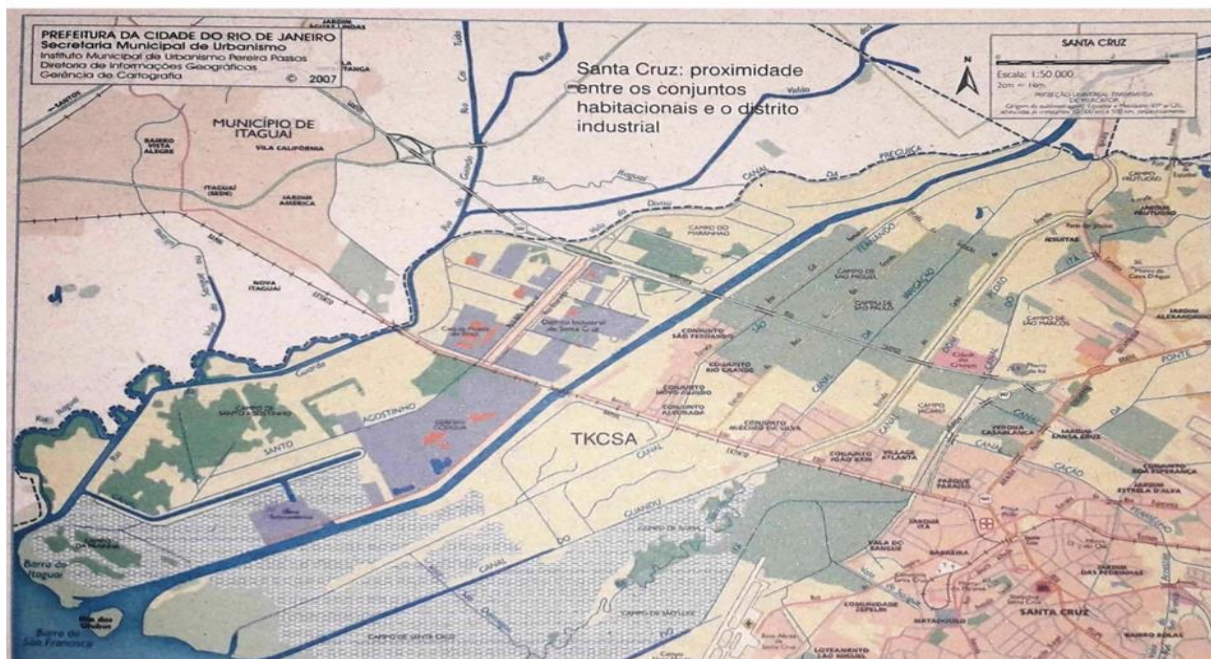
comprometem as atividades de agricultura familiar dos subterritórios do Mazomba (I), Raiz da Serra (II) e Chaperó (III); **(d) Distrito Areeiro de Piranema (areais)**, que desenvolvem suas atividades nos subterritórios de Piranema (IV) e Rio da Guarda (V);

Serão apresentados neste capítulo os processos de desterritorialização em curso no território, mas não serão avaliados casos já encerrados ou em processo de amortização, como o desastre ambiental da companhia Mercantil e Industrial Ingá S/A. Ainda que seja compreendido que os processos de degradação socioambiental anteriores influenciaram diretamente as mudanças significativas do desenvolvimento do território e das comunidades que ali habitam no tempo presente.

## 7.1 Complexo Industrial de Santa Cruz: Gentrificação, Poluição dos Rios e Chuva de Prata<sup>178</sup>

O Complexo Industrial de Santa Cruz é um conglomerado de empresas inaugurado oficialmente no ano de 1973, localizado no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro (limítrofe aos limites do TIDI). Está situado a menos de 1 km das áreas de cultivo de agricultura familiar e da colônia de pescadores do subterritório do Rio da Guarda (V), e a 5 km das comunidades de pescadores artesanais da Ilha da Madeira e Coroa Grande.

Com as dimensões de, aproximadamente, 27,65 km (GOOGLE MAPS, 2020a), o Complexo Industrial de Santa Cruz impõe impactos significativos à região, os quais, associados à sua aproximação geografia das comunidades locais (acima citadas), acabam afetando diretamente suas práticas tradicionais e a própria sobrevivência dos grupos no local, as atividades econômicas originárias e vivências locais, e acentuam a ocupação desordenada do solo, degradação e poluição ambiental (NASCIMENTO, 2016).



**Figura 60** - Complexo Industrial de Santa Cruz. Indústrias e megaempreendimentos e município de Itaguaí (alto a esquerda)

Fonte: PACS (2016, p. 45).

<sup>178</sup> Trechos deste capítulo foram publicados como artigo na Revista Espaço e Economia, Ano IX, número 19, setembro de 2020.

A partir do ano de 2008, o complexo passou a ser estabelecido como um sistema de *clusters*<sup>179</sup> em uma Zona Estritamente Industrial – ZEI, com mais de 30 empresas cadastradas e junto à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN (CODIN, 2015). Atualmente, no Complexo Industrial de Santa Cruz existem algumas empresas satélites, a saber: Casa da Moeda do Brasil, Companhia Gerdal-Cosígua, Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manquinhos) e siderúrgica Techint/Ternium Brasil<sup>180</sup>.

Dentre as diversas denúncias que os empreendimentos e megaempreendimentos são acusados, destacam-se os casos de poluição por lançamento de dejetos e metais pesados no Rio Guandu-Mirim (190 km<sup>2</sup>) e Rio da Guarda (346 km<sup>2</sup>), realizados principalmente pelas indústrias Gerdau Cosígua, Techint/Ternium, empresa ETEX (Gypsum) e Casa da Moeda do Brasil. Nas áreas desses empreendimentos, são observados resultados de aumento significativo de amostras de zinco, cobre e níquel na água (FILHO; ANTUNES; VETTORAZZI, 2012), decorrente dos descartes realizados nos leitos dos rios (acima citados). O resultado é a decomposição de material sedimentar fino e a deposição de outros tipos de metais a esses relacionados.

Notam-se pontos de assoreamento nos leitos dos rios da Guarda e Guandu-Mirim, como a cor turva e avermelhada na água, fatores que afetam significativamente as atividades originárias das comunidades tradicionais que vivem no entorno do Complexo industrial de Santa Cruz. As condicionantes desses “impactos podem ser percebidas na destruição do meio ambiente, na privatização crescente de recursos naturais (como por exemplo, com a criação de zonas de exclusão de pesca) e nos graves impactos causados à saúde da população atingida” (PACS, 2016).



**Figura 61** - Rio Guandu-Mirim com pontos de assoreamento, cor turva e avermelhada às margens e cais de pescadores artesanais à sua margem direita

**Fonte:** própria.

O perigo do despejo desses dejetos de metais pesados nos rios do entorno (da Guarda e Guandu-mirim), além de contaminar o estuário da região, a vegetação ribeirinha e a vida marinha local, também afeta diretamente as atividades econômicas dos pescadores artesanais

<sup>179</sup> “Uma concentração setorial e espacial de firmas” (NASCIMENTO, 2016).

<sup>180</sup> Chamada até 2017 de Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA.



locais, que necessitam navegar pelos leitos desses rios para conseguirem acesso à Baía de Sepetiba, bem como também sofre com a contaminação de seu pescado (tornando impróprio para o consumo e comercialização).

*A lama que cresce no canal vem do transbordo de contaminação feito pela ação das empresas que estão nas margens mais baixas, na TKCSA não tinha nem 6 metros de margem, por isso os materiais pesados se espalham assim por toda baía ate Sepetiba. Começa lá no rio e chega até a restinga. (PA 2 - VII).*

*Eu tenho que ir as vezes até a restinga pra conseguir uma zona limpa pra pesca. Não posso me arriscar de pescar mais por aqui por perto. (PA 3 - V).*

Outro eminente risco sinalizado pelas comunidades tradicionais, em especial dos subterritórios de Piranema (IV) e Rio da Guarda (V), está relacionado à colocação de uma sequência de torres e cabos de alta tensão ao longo de áreas agricultáveis, próximo ao leito do rio e sobre áreas residenciais. Segundo o exposto pelos entrevistados (dos subterritórios IV e V), os cabos e torres foram simplesmente instalados por empresas terceirizadas da *Light* (empresa concessionária de geração e distribuição de energia elétrica na região), não ocorrendo, em momento algum, quaisquer tipos de informes sobre os eminentes perigos que poderiam surgir, causando desconforto e temor dos moradores locais.



**Figura 62** - Torres e cabos de alta tensão nas áreas de cultivo do Piranema e ao longo da rua 13 de Maio (rua residencial de pescadores ao lado do rio da Guarda)

**Fonte:** própria.

Segundo os relatos dos entrevistados, os cabos e torres de alta tensão começaram a ser instalados na região a partir dos anos de 2012/2013, o mesmo período em que ocorreram construções e expansões de empreendimentos e megaempreendimentos na região, destacando-se o Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz e do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS, indústrias localizadas entre os cultivos de agricultura familiar (dos subterritórios IV e V).

*Aqui no Rio da Guarda, o engenheiro da light na época me informou que passam 25 mil volts nas nossas cabeças, a prefeitura liberou e nunca perguntaram nada pra gente, isso é um perigo constante, nenhum morador queria deixar passar, mas não estão nem ai, quem chegou foi eles, as indústrias, e os cabos de alta tensão das empresas. Se um cabo desses estourar arrebenta com todo mundo aqui (CL 1 - V).*



**Figura 63-** Vista aérea do centro de processamento Biomanguinhos/Fiocruz e proximidade dessa indústria de cultivos de agricultura familiar e dos rios da Guarda e Guandu-Mirim  
**Fonte:** feito pelo autor.

Dentre os empreendimentos citados, a Techint/Ternium ganhou destaque em toda a região desde o início de sua implementação em 2007, seja pelo volume de seus investimentos financeiros (público e privado), que ultrapassam a casa dos R\$ 13 bilhões, com mais de 6 mil profissionais envolvidos (direta e indiretamente) na sua construção (IKEDA, 2017), seja pela maior dimensão de área ocupada (em comparação às demais indústrias do complexo), com aproximadamente 9,34 km (GOOGLE MAPS, 2020a).

Esse empreendimento é responsável pelas principais denúncias de crimes contra o meio ambiente e/ou população local, sendo atualmente mais de 334 casos<sup>181</sup> movidos somente pela Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro (PACS, 2016). A Techint/Ternium também é alvo de uma série de outras denúncias, perícias, fiscalizações e autuações realizadas por diversos órgãos públicos, como o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado – GAECO, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, entre outros.

A então siderurgia alemã Thyssenkrüpp – TKCSA (2007 a 2017) foi instalada com apoio e isenção fiscal do Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro, em localização econômica e geográfica privilegiada<sup>182</sup>, mais precisamente entre o bairro de Santa Cruz/RJ, o município de Itaguaí e a Baía de Sepetiba, região que, anteriormente à instalação da fábrica (até 2006), era ocupada por moradias de agricultores artesanais e pela pesca artesanal (IBID., 2016).

Ainda no ano de 2005 (período de pré-construção do Complexo Siderúrgico da TKCSA), o megaempreendimento ocupou (a partir da cessão do governo do município do Rio

<sup>181</sup> Dados projetados a partir de PACS, 2016.

<sup>182</sup> Área da megalópole São Paulo – Rio de Janeiro.

de Janeiro) uma área às margens da Baía de Sepetiba, onde se localizavam 75 residências de agricultores (integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST) e pescadores artesanais, famílias que estabeleciam suas moradias na região há pelo menos duas décadas.

As consequências da expulsão dessa comunidade foram uma série de processos de desterritorialização e gentrificação dessas famílias, que acabaram sumariamente sendo realocadas em regiões variadas no município do Rio de Janeiro (PACS, 2016), em realidades socioculturais e socioeconômicas totalmente distintas de seu cotidiano resultando em um processo de ruptura social irreversível (MENDES, 2014).

A partir do ano de 2008, a TKCSA iniciou um processo de soterramento do manguezal às margens da Baía de Sepetiba. O objetivo era construir um porto com dois terminais de acesso para navios de alto calado<sup>183</sup>, um píer de 700 metros e uma ponte de acesso de mais de 4 km<sup>2</sup> de extensão (adentrando a Baía de Sepetiba), desmatando 900 hectares de manguezal (D'ANDREA; XAVIER, 2019) e alterando significativamente o bioma e a rotina das atividades pesqueiras que resistiam no local (LIMA, 2008). A ação foi noticiada na época como “uma série de irregularidades, que chamou a atenção da imprensa e do Ministério Público (MP), entre eles figuram as drenagens a circulação de navios e a destruição do manguezal da Baía de Sepetiba” (CETEM, 2013, p. <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=132>>).

Com as atividades siderúrgicas iniciadas no ano de 2010, esse megaempreendimento foi construído para produzir, aproximadamente, 12 milhões de toneladas de placas de aço/ano (atualmente são cerca de 17 milhões de toneladas de placas de aço/ano) (XAVIER, 2019), capacidade atual de 41% acima em comparação aos limites estabelecidos como procedentes de operação. Diante do exposto, questiona-se: quais são os custos humanos e ambientais dessa ação?

Durante a última década, a TKCSA tornou-se papel central na ação desenvolvimentista em parceria público-privada, tornando-se umas das principais bases de investimento e cabedal financeiro de todo o país, com montantes de R\$ 13,2 bilhões de reais investidos entre os anos de 2006 a 2018 (IKEDA, 2017<sup>184</sup>) e financiados diretamente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (LIMA, 2008). Essas ações contribuíram de forma decisiva para que a então TKCSA, em pouco tempo, se tornasse a maior siderúrgica da América Latina (D'ANDREA; XAVIER, 2019), agindo com suporte estrutural de execução e benevolência tributária do Governo Federal, que seguia com sua proposta de “novo desenvolvimentismo” (SICSÚ; PAULA; MICHAEL, 2007), tal proposta previa agregar crescimento econômico ao aumento de vagas de emprego a partir de “dimensões econômicas, ideológicas, políticas e sociais” (MILANES; SANTOS, 2004, p. 4).

No discurso de modernização e de integração às cadeias globais de valor, isso implica uma nova e rápida reconfiguração dos territórios com impactos diretos sobre a vida e o trabalho das populações que vivem ali.

É sobre esse pano de fundo, tratado em mais detalhes [...] que desenrola atualmente as lógicas de “desenvolvimento econômico”, para a Baía de Sepetiba (que se integram também ao conjunto dos planos do município e do Rio de Janeiro). Dentro dessa lógica é que são direcionadas políticas públicas. Financiamentos públicos e benefícios fiscais, gerando um alarmante cenário de endividamento, impacto ambiental e social e determinando a subordinação do território, dos ecossistemas e da população ao ritmo destes megaprojetos (PACS, 2016, p. 21-22).

---

<sup>183</sup> Navios de alto calado necessitam de uma maior profundidade das águas para acesso aos portos e terminais de embarcação.

<sup>184</sup> Dados atualizados pelo autor em dezembro de 2018.

Apesar de todo o suporte governamental, a Techint/Ternium (TKCSA) funcionou desde a sua construção até o dia 28 de setembro de 2016 sem Licença de Operação – LO, sendo amparada somente por um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC outorgado pela Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, em março de 2012. A empresa funcionou por um período de quatro anos (2007-2011) sem as resoluções legais de operacionalização e licenças ambientais do estado do Rio de Janeiro (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017).

A Techint/Ternium (TKCSA) foi alvo de uma série de ações penais movimentadas por órgãos públicos diversos, entre eles o Ministério Público Federal (MPF/RJ), o Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Rio de Janeiro – GAECO/RJ, entre outros (MOURA; RODRIGUES, 2018). Grande parte dessas ações aberta na 1ª vara criminal e na 2ª vara cível, no Fórum Regional de Santa Cruz/RJ, e tinham como principais motivações os casos de crimes de poluição e violação de direitos ambientais (PACS, 2019), seguindo boa parte em segredo de justiça.

O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o qual a então TKCSA firmou obedecer (em março de 2012), previa uma série de exigências e medidas compensatórias, destinadas ao Bairro de Santa Cruz/RJ (principalmente na extensão da avenida João XXIII) e às regiões do entorno (entre elas o TIDI). Dentre as medidas compensatórias e reparativas, destacavam-se as normativas para o subsídio de programas e projetos que promoviam o setor pesqueiro artesanal (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017). Entretanto, conforme foi constatado na pesquisa de campo desta tese e durante as entrevistas com os pescadores do TIDI<sup>185</sup>, nos últimos seis anos (2012 - 2020), não ocorreram quaisquer ações organizadas e/ou financiadas pela empresa para mitigar os problemas por ela gerados aos pescadores locais, bem como nenhuma ação que promovesse o desenvolvimento das atividades econômicas originárias da comunidade tradicional pesqueira do território, levando ao descumprimento da medida que foi firmada junto a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA. *“Nunca vimos, nem recebemos qualquer apoio da CSA. Nem da CSA, nem de qualquer outra empresa”* (PA 1 - V)

Nos últimos 15 anos, a única ação judicial favorável diretamente às comunidades tradicionais do entorno da Techint/Ternium foi em setembro de 2017, com o pagamento no valor único de R\$ 10 mil reais para 102 pescadores artesanais, em razão do impacto causado pela construção de uma barragem (soleira submersa) no canal de São Francisco, o que impossibilitava o fluxo e a movimentação livre desses trabalhadores no Rio Guandu-Mirim, prejudicando as atividades econômicas originárias dessas comunidades tradicionais na região. *“Se considerar só o tempo que fiquei parado, não cobre. Vamos receber, mas não estamos satisfeitos com essa migalha”* (pescador artesanal – PACS, 2017). *“A Ternium mesmo botou barreiras no Rio São Francisco e isso impediu o trabalho de pesca com declive de mais de 3 metros, daí botou um guindaste pra translado que não ajudava muito”* (PA 2 - VII).

Além dos problemas de gentrificação, desterritorialização, poluição ambiental, falta de licenças ambientais e de operacionalização, a Techint/Ternium também foi acusada pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (a partir de dados requeridos junto ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA) por descumprir a Lei nº 9.433/1997 (Lei das Águas) nos artigos 1º, que trata sobre as águas como um recurso limitado, sobre o uso proporcional e múltiplo das águas; 2º, que trata sobre a utilização racional das águas como garantia de existência das gerações futuras e sobre a prevenção e defesa dos eventos hídricos de origem natural (BRASIL, 1997).

Essas denúncias surgiram devido à utilização desregrada das águas do Rio Guandu-Mirim, um consumo médio de 570 bilhões de litros de água/ano, valores necessários para o abastecimento de uma cidade de 6,1 milhões de habitantes/ano e suficientes (até o ano de 2021)

---

<sup>185</sup> Período entre outubro e novembro de 2020.

para satisfazer 24,4 milhões de pessoas/ano (equivalente a 11,7% da população brasileira), afetando (segundo análise da equipe do PACS) drasticamente o balanço hídrico<sup>186</sup> e forçando a capacidade de recarga dos corpos hídricos da região. (D'ANDREA; XAVIER, 2019).

Esse problema ficou ainda mais evidente pela exploração do Rio Guandu-Mirim, que teve sua formação na represa de Ribeirão das Lajes, corpo hídrico responsável pelo abastecimento dos municípios de Seropédica, Itaguaí e 80% do município do Rio de Janeiro. Regiões que rotineiramente padecer com a falta de água, principalmente entre o período de dezembro a março (FILHO; ANTUNES; VETTORAZZI, 2012).

Este problema associado à contaminação por matérias pesados dos rios da Guarda e Guandu-mirim (IBID., 2012) exerce pressão e estrangulamento sobre as atividades originárias das comunidades tradicionais locais, que necessitam diariamente dos leitos, margens e afluentes desses rios para o cultivo e meio de locomoção de suas embarcações. É um problema que impossibilita a realização de suas práticas socioeconômicas, reduzindo drasticamente as chances de sobrevivência: “a poluição que cai traz um cheiro forte de enxofre queimado e o peixe adulto não entra em água poluída” (pesador artesanal, PACS, 2017).

Dentre os casos mais conhecidos de violações socioambientais que ocorrem na zona industrial de Santa Cruz, a chuva de prata é a que ganhou a maior repercussão junto à sociedade civil local, em decorrência de seus impactos ambientais visíveis (principalmente do ar), fato que motivou uma série de investigações (de órgãos públicos), ações civis e visibilidade nas mídias sociais (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017).

A chuva de prata, causada pela Techint/Ternium (TKCSA), é um processo de poluição atmosférica grave, que teve início no ano de 2010 (concomitante às operações do megaempreendimento) e continua a ocorrer<sup>187</sup>. É resultado dos procedimentos termodinâmicos que transformam o minério de ferro em ferro-gusa para, posteriormente, ser convertido em placas de aço (aço semiacabado), produzidas em seus altos-fornos (FIOCRUZ, 2011; MILANEZ; PORTO, 2009).

O processo poluidor da chuva de prata da Techint/Ternium (TKCSA) ocorre pela desregulação da atividade de seus altos-fornos, que libera na atmosfera materiais particulados pesados, como benzeno, tolueno e xileno, dioxinas e furanos (MILANEZ et al., 2011), além de partículas de minério e zinco, que ficam suspensas no ar e são levadas pelo vento às comunidades locais e por toda a Baía de Sepetiba, sendo observados inclusive, por moradores da Ilha Grande, localizados a mais de 44 quilômetros do megaempreendimento.

O crime ambiental causado pela chuva de prata implica o “adoecimento da população, que até hoje vem sendo acometida por enfermidades respiratórias, dermatológicas e oftalmológicas, além do aumento dos casos de hipertensão e câncer” (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017, p. 17). Além disso, afeta significativamente a qualidade de vida, as práticas econômicas naturais e a própria sobrevivência das famílias locais. “É um pó que até hoje, afeta as nossas vidas, as nossas casas, os animais e o meio ambiente. São coisas que vemos, sentimos e que fazem mal à nossa saúde diariamente” (moradora, vizinha do Techint/Ternium) (MOURA; RODRIGUES, 2018, <<https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>>).

---

<sup>186</sup> Balanço hídrico é a retirada do volume de água de um rio, nascente, represa, etc, condizente com sua capacidade de oferta. (D'ANDREA; XAVIER, 2019)

<sup>187</sup> Dados atualizados até fevereiro de 2021.



**Figura 64** - Fuligem de chuva de prata em decorrência da ação de poluição atmosférica da Techint/Ternium (TKCSA)

**Fonte:** CETEM (2013).

Daqui de casa da pra ver aquela chaminé pegando fogo, eles só fazem isso à noite, é certo de no outro dia minha casa toda acordar em baixo de uma camada grossa desse pó brilhoso [...] ele gruda na pele da gente, nos olhos, na boca, é um cheiro de solda insuportável, me deixa sufocada, parece que vou morrer. (AF 1 - V).

A CSA que vai dando nosso problema respiratório, minha casa nunca para limpa e o pior alergia e problema respiratório. (AF 1 - III).

Segundo dados da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, apenas a Techint/Ternium é responsável pela emissão de 76% de todo o CO<sup>2</sup> somente na cidade do Rio de Janeiro, ultrapassando sozinha os limites estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde – OMS (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017; MOURA, RODRIGUES, 2018). Essas emissões levam a ações judiciais coletivas (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), movidas por mais de 300 famílias que são impedidas de trabalhar e sofrem em decorrência dessas práticas altamente poluidoras (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017; MOURA; RODRIGUES, 2018).

A chuva de prata ocorre segundo denúncia dos moradores locais, principalmente nos fins de semana e nas madrugadas, como medida de burlar as fiscalizações dos órgãos competentes. (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017), o que não impede o megaempreendimento de continuar seu funcionamento (por mais de uma década), sem uma série de licença de operacionalização.

Dentro desse período de mais de uma década (2006 a 2020), a Techint/Ternium se ampara em resoluções expedidas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA (até setembro de 2006 – LP FED011278); por uma licença de instalação fornecida pelo INEA (LI FE011733), que foi validada por 36 meses e prorrogada por mais três anos (LI IN000771); e por um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, pelo qual a indústria deveria cumprir 134 pontos de adequação para licença ambiental, até hoje<sup>188</sup> não entregues (PACS, 2016).

<sup>188</sup> Até fevereiro de 2021, a Techint/Ternium continua seu funcionamento sem licença de operação.



**Figura 65** – Ternium/CSA e fumaça de alto-forno ao fundo.  
**Fonte:** PACS (2020)

Dentre os grupos afetados pelas atividades industriais no entorno do Complexo Industrial de Santa Cruz (relacionados às práticas de crimes ambientais da Techint/Ternium), é notório o padecimento extremo das comunidades de pecadores artesanais, pois suas atividades pesqueiras sofrem vários impactos “por conta da atividade industrial [...], contaminações da água e dos peixes da Baía de Sepetiba e dos canais que cortam a região. [...], contaminação por metais pesados fizeram com que aumentasse a mortalidade da vida marinha” (PACS; JNT; FIOCRUZ, 2017, p. 19).

Logo, é possível garantir que as comunidades tradicionais locais sofrem por conta de uma sequência de processos de desterritorialização que ocorrem na região e entorno do Complexo Industrial de Santa Cruz desde a década de 80. Impactos que se intensificaram durante a primeira década deste século, agravada com o início das atividades da Techint/Ternium, questões que, somadas, podem levar, em um médio prazo, ao fim das atividades tradicionais em toda a região.

## **7.2 Complexo Portuário de Itaguaí. Poluição Ambiental, Desterritorialização da Comunidade Local e Zonas de Exclusão de Pesca**

Comumente conhecido como Porto de Itaguaí, o Complexo Portuário de Itaguaí é o somatório das empresas localizadas dentro da zona portuária da Baía de Sepetiba e de seu entorno, estabelecido a partir da delimitação de macrozona industrial e portuária da região (ITAGUAÍ, 2008). Nessa localidade se destacam os megaempreendimentos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Porto Sudeste S/A e Estaleiro do Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB. O complexo portuário está inserido a sul-sudoeste no Território Identitário de Itaguaí – TIdI (subterritórios de Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII)), localizado entre a BR 101 (Rio Santos) e a Baía de Sepetiba, ocupando uma área total de, aproximadamente, 27,47 km<sup>2</sup> (GOOGLE MAPS, 2020b).

O Complexo Portuário de Itaguaí teve o início oficial de suas construções no ano de 1976, as quais foram concluídas (sua primeira etapa) em maio de 1982, tendo até hoje como gestora a Companhia Docas do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2016). Inicialmente, suas

atividades eram desenvolvidas no centro de escoamento de alumina da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e tornou-se complexo portuário no início dos anos 2000, quando passou a ser classificado como um sistema *Hubport*<sup>189</sup>, ampliando suas operações desde então.

Anteriormente à inauguração do Porto de Itaguaí, ainda na década de 60, a região já recebia a instalação de outras indústrias que vinham alterando significativamente a morfologia da paisagem local (SAUSER, 1925), com destaque para a Companhia Mercantil e Industrial INGÁ S/A<sup>190</sup>, que se instalou na região do Saco do Engenho (Ilha da Madeira - subterritório VII) em 1962 e deixou como consequência, no final de suas operações em 1998, “o maior passivo ambiental do Brasil (a época), afetando definitivamente o estuário marinho e ambiental [...] aspectos paisagísticos, sociais e ecossistêmicos [...] deixando como espólio o acúmulo de resíduos tóxicos a céu aberto” (NASCIMENTO et al., 2021<sup>191</sup>).

Durante a década de 1970 foi instalada na região do Complexo do Porto de Itaguaí a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, empresa estatal mista do segmento de reatores nucleares, peças metalúrgicas, bens de capital para a indústria naval e, atualmente, de submarinos nucleares e a diesel, em acordo com a Marinha do Brasil e a Fundação Técnica Sul-Americana. A NUCLEP sofreu uma série de impactos econômicos durante a década de 80, retomando sua estabilidade somente na década seguinte, quando apresentou uma melhoria considerável pelos investimentos público-privados durante os anos 2000, fruto da guinada neodesenvolvimentista que o país vivia (SAMPAIO JR, 2012).

A partir do ano de 2008, a região acompanhou o início da construção do Porto Sudeste S/A, empresa de carregamento de graneis sólidos de minério de ferro, de controle do grupo Transfigura (*Mubadala Investment Company*) e, em 2010, do estaleiro PROSUB em parceria entre a empresa francesa *Directiones Constructions et Services* – DCNS e Marinha do Brasil<sup>192</sup>. Nessa mesma época, ocorreu a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, que segue em curso de expansão<sup>193</sup>.

Somente nesses três últimos empreendimentos citados, os valores somados chegam a R\$ 19,69 bilhões de reais entre investimentos públicos e privados (CSN R\$ 7,89, PROSUB R\$ 7,8 e Porto Sudeste R\$ 4 bilhões), gerando mais de 81 mil empregos diretos e/ou indiretos (CSN 21,5 mil, PROSUB 58 mil e Porto Sudeste 2 mil, respectivamente). tornando a região o maior polo de investimento financeiro e de movimentação humana decorrente da atividade profissional na última década (IKEDA JR, 2017 – Dados atualizados, dezembro de 2018).

Assim, a região torna-se posição estratégica de ampliação não somente produtiva e econômica, mas também de opções de trabalho (VILLELA et al., 2017), recebendo, em um curto espaço de tempo, um aumento vertical e desregulado de seu quantitativo populacional. Somente no período entre os anos de 2007<sup>194</sup> até 2019, o município de Itaguaí (satélite da região) apresentou um aumento populacional de mais de 35 mil novos moradores (IBGE Cidades, 2019), um progresso escalar de 36,531% de crescimento (2,81 ano), mudança estrutural significativa em um território originalmente com baixa densidade populacional, traço característico de localidades rurais brasileiras (IBGE, 1996) e historicamente caracterizadas pelas atividades de agricultura, pesca e turismo ecológico.

O crescimento dos conjuntos habitacionais, formais e informais, na região e a convivência no espaço com as áreas para fins industriais tencionam os planos mais recentes de industrialização da região, na medida em que o crescimento da população local, além de impactar os ecossistemas locais e o meio ambiente, prejudica e coloca

---

<sup>189</sup> Para outras informações sobre o Complexo portuário de Itaguaí, vide item 5.2 desta tese.

<sup>190</sup> Para outras informações sobre INGA/AS, vide item 5.2 desta tese.

<sup>191</sup> No prelo.

<sup>192</sup> A Organização brasileira Odebrecht fez parte do projeto PROSUB, até o ano de 2017.

<sup>193</sup> Para outras informações desses megaempreendimentos, vide itens 5.2 e 5.3 desta tese.

<sup>194</sup> Início dos investimentos públicos pesados massivos na região.



em risco a saúde das famílias. Isso se refletiu no crescimento da competição pelo uso do território para fins de moradia, trabalho e produção industrial. (PACS, 2016, p. 46).

O aumento populacional em curto espaço de tempo, fruto de uma mobilidade humana forçada em busca de melhorias individuais por renda (BECKER, 1997) e associado aos serviços públicos básicos locais de baixa qualidade ou inexistentes (VILLELA et al., 2017), resulta em uma série de problemas estruturais, como uma crescente carência socioeconômica, asfixia de outros segmentos profissionais (dentre elas, de pescadores familiares e agricultores familiares), gentrificação, desterritorialização, aumento do desemprego estrutural, favelização, utilização de mão de obra local não especializada para subempregos com baixos salários (NASCIMENTO; VILLELA, 2014; TOMAZZONI, 2009), aumento da especulação imobiliária e degradação da agricultura familiar local (VILLELA et al., 2017).

*Não dão emprego pra ninguém da Ilha da Madeira, ainda mais pescador, eles só querem expulsar a gente se souber que é morador não ficha [não empregam], pescador tá necessitado de condição de pescar, coisa que eles não dão condição, tem um monte de porto e agente nem pode ir lá, dão logo uma indenização a gente porque a gente não pode trabalhar [...] nos tiraram tudo e nem emprego nos dão (PA 4 - VII).*

Esse panorama acarreta o afastamento das comunidades locais de seus lugares de origem para localidades ainda mais periféricas ao território, espaços também carentes de equipamentos e serviços públicos. Tal afastamento é reflexo de uma disputa desigual, em que, de um lado, estão as comunidades tradicionais e, do outro, os empreendimentos, megaempreendimentos e empresas terceirizadas que ocupam grandes áreas de extensão, absorvem grandes quantidades de recursos naturais e realizam uma variedade de impactos socioambientais no território. Essas alterações abruptas e mecanizadas na forma de organização do espaço, acabam por expandir de maneira desorganizada os eixos de ocupação, esvaziando algumas áreas originalmente habitadas e levando ao adensamento populacional de localidades tradicionalmente rurais (SIMÕES, 2011).

Em síntese, os grandes projetos urbanos desencadeiam rupturas nos espaços físicos e sociais, em suas múltiplas dimensões e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizado por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local. (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2012, p. 16).

A superpopulação, ampliada principalmente pelos projetos na área do Porto de Itaguaí somada à carência de políticas públicas e sociais no território, resulta, por muitas vezes, no abandono das atividades originárias das comunidades tradicionais locais de pescadores artesanais (subterritórios de Coroa Grande VI e Ilha da Madeira VII), causando uma ruptura em seus movimentos de trabalho, alavancando processos de êxodo rural, abdicação forçada de suas territorialidades, cooptação para o trabalho nos próprios empreendimentos e megaempreendimentos, responsáveis diretos pelo aniquilamento de suas práticas econômicas naturais (MACEDO et al., 2017).

Este processo em andamento fez com que Itaguaí – RJ, antes predominantemente agrária e familiar, se transformasse em um polo industrial e prestador de serviços regional. Investimentos locais têm por característica principal serem intensivos em capital e poupadores de mão de obra. Essa baixa captação de trabalhadores locais tornou a inclusão dos trabalhadores itaguaíenses, nesses megaempreendimentos, marginal e pouco inclusiva do ponto de vista sobre o desenvolvimento local, alimentando o cenário prejudicial à coesão social (VILLELA et al., 2017, p. 79-80).

Sobre os casos de gentrificação no Complexo Portuário de Itaguaí, as denúncias mais acentuadas apontam para o período de execução e implementação do Porto Sudeste S/A, com

a ocupação de áreas até então habitadas, principalmente na localidade da Vila do Engenho e Ponta da Mariquinha. Ambas as localidades, situadas no bairro da Ilha da Madeira (subterritório VII), local que contava com a presença de mais de 51 famílias e comércios diversos, como bares e restaurantes, e equipamentos públicos (praça, escola municipal, posto de saúde e administração regional municipal) (INEA, 2011). “*O porto sudeste tirou a escola municipal e o posto de lá, daí destruíram a escola que tinha história no local e levaram ela para outro lugar*” (CL 1 - VII).

Os processos de gentrificação, ocorridos principalmente entre os anos de 2009 a 2012, são reflexos de uma série de violências físicas e psicológicas na comunidade local. Os “pesadores da Ilha da Madeira [...] alegam que as pressões para que se vendam suas casas, e que se não venderem acabam desapropriados [...] inviabiliza a pesca, prática econômica característica do local a anos” (CETEM, 2013b, p. <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbetes.aspx?verid=131>>). Observa-se, atualmente, um processo agudo de desterritorialização e expulsão, onde os próprios moradores originários são despojados de suas localidades de origem, seja em decorrência de uma aceitação forçada de venda a valores abaixo do estabelecido pelo mercado, além daqueles residentes que não detinham todas as certidões e foram sumariamente despejados com a conivência do poder público municipal (Itaguaí), mesmo morando há décadas (e gerações) na mesma residência.

Essas remoções não foram pacíficas para os moradores, pois a empresa utilizou meios coercitivos para a remoção, os quais chegavam a ponto dos moradores receberem ameaças de que, em caso de resistência, eles seriam removidos, e não teria direito a receber o que lhes era devido. Além disso, como forma de inviabilizar a manutenção da vida naquela localidade, o abastecimento de água e energia elétrica eram rotineiramente interrompidos, assim como o acesso a terra. (PAZ, 2018, p. 52).

Dentre os anos de 2011 e 2017, os moradores locais que detinham as certidões de seus imóveis e não quiseram vender as suas propriedades, sofreram uma série de ameaças à sua integridade física, além de pressões psicológicas diversas. Onde destacava-se a falta constante de energia elétrica, água, segurança, explosões de terra que abalavam a estrutura de suas residências, chegando, inclusive, a impossibilitar o único acesso terrestre aos imóveis. Atualmente, não existem mais famílias morando na Vila do Engenho e Ponta da Mariquinha, o que evidencia inclusive, uma “fraca coesão social e territorial, baixa governabilidade, perda de identidade, exclusão econômica da população local, entre outros aspectos” (VILLELA et al., 2017, p. 74).

Houve uma tentativa de diálogo que logo foi abandonada, as propostas de indenização aos moradores da Vila do Engenho e da Ponta da Mariquita foram feitas sem o menor critério, tanto que uns saíram milionários e outros vivem em situação precária hoje. A comunidade só era ouvida quando fazia pressão e impedia de forma pacífica a entrada de trabalhadores no canteiro de obras, porém a resistência foi minada com promessas de compra e benefícios pessoais, com força policial e processos judiciais contra os manifestantes. (Presidente do Conselho Comunitário - NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015).

O processo de gentrificação local, associado às questões de venda forçada abaixo do padrão estabelecido no mercado, desafetações, expulsão de comunidades tradicionais locais e desterritorialização, teve a conivência do governo municipal de Itaguaí, fato demonstrado no Decreto nº 3.331, de 2008, pelo qual se “cria a comissão permanente de avaliação de móveis e assistência”<sup>195</sup> (ITAGUAÍ, 2008). A comissão era formada por quatro funcionários indicados pela própria gestão municipal, os quais iriam avaliar exclusivamente e concidentemente as

---

<sup>195</sup> Vide anexos desta tese.

localidades da Vila do Engenho e Ponta da Mariquinha, onde hoje estão os pátios do Porto Sudeste S/A.

Essa medida resultou na Lei Municipal nº 2.956, de 08 de novembro de 2011<sup>196</sup>, pela qual a prefeitura de Itaguaí “autoriza a desafetação e permuta de áreas destinadas ao uso público comum” (ITAGUAÍ, 2011a, não paginado), despojando ao todo 31 áreas (entre ruas inteiras, trechos de ruas e lotes), onde se localizavam terrenos vagos, residenciais e equipamentos públicos, orçadas em um valor de 16 milhões de reais, área superior a 30 mil metros quadrados e o “município de Itaguaí transfere a posse direta, inclusive [...] os direitos a ela inerentes” (ITAGUAÍ, 2012), outorgado diretamente para o Porto Sudeste S/A (beneficiário) na representatividade do prefeito (à época) Carlos Busatto Junior, na data de 11 de novembro de 2011.

Considerando que a “LLX”, já adquiriu praticamente a totalidade dos imóveis de Vila do Engenho – Ilha da Madeira, realocando e/ou indenizando os moradores, através da implantação de um programa de realocação.

Considerando que com o esvaziamento da população da Vila do Engenho, torna-se inócuos o Posto de Saúde, a Escola Municipal, as praças, a quadra poliesportiva, bem como os terrenos desapropriados para a utilidade pública.

Considerando que os terrenos da Vila do Engenho em que estão construídos o posto de saúde, a escola municipal, a quadra poliesportiva, a praça, e ainda as vias públicas da Vila do Engenho, são imprescindíveis para o projeto do porto. Considerando que os lotes da Vila do Engenho serão todos de domínio da LLX, e que as vias de acesso aos mesmos se tornarão desnecessários (ITAGUAÍ, 2011b, p. 11).

A relação incomum entre a prefeitura municipal de Itaguaí e o megaempreendimento do Porto Sudeste S/A levou o legislativo municipal a criar a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI em 16 de junho de 2011<sup>197</sup>, de modo a “apurar supostas irregulares em torno da implantação da empresa LLX Sudeste [...] que a se sucedeu na Ilha da Madeira” (ITAGUAÍ, 2011c, não paginado). Após 159 dias da sua abertura, o processo foi abruptamente arquivado, sem maiores justificativas, pela Resolução nº 015/2011, de maneira que investigações efetivamente nunca ocorreram.

Quatro dias após a abertura da CPI da LLX, foi solicitado pelo ofício nº 001/CPI 022/2011<sup>198</sup> a tomada de ciência por parte do Ministério Público do Rio de Janeiro – MPRJ, situação que foi corroborada pela denúncia protocolada no MPRJ em 27 de setembro de 2011<sup>199</sup>, pela Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira – APAIM e Confederação Nacional das Associações de Pescadores, Aquicultores e Entidades de Pesca do Brasil – CONFAPESCA. As entidades apresentaram “várias denúncias ao ministério público alegando, para tanto, as mazelas que a implantação da empresa LLX tem aprovado na região da Ilha da Madeira” (ITAGUAÍ, 2011d, não paginado). A denúncia foi arquivada 51 dias depois de sua abertura pela Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, alegando improcedência.

Essa movimentação de ofícios e denúncias levou o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à abertura de ação civil de improbidade administrativa<sup>200</sup> em 19 de abril de 2017. A ação acusou Alexandre Valle, secretário (à época - 2011) da pasta de indústria, comércio e turismo, e Alexandre Oberg, então procurador geral do município (e enteado do prefeito Carlo Busatto), de obtenção indevida de informações por vantagem da utilização de cargos públicos para aquisição patrimonial imprópria (TJRJ, 2019). Os mesmos compraram uma série de imóveis de moradores da região da Ilha da Madeira pelos valores de R\$ 50 mil reais (à época -

---

<sup>196</sup> Vide anexos desta tese.

<sup>197</sup> Vide anexos desta tese.

<sup>198</sup> Vide anexos desta tese.

<sup>199</sup> Vide anexo desta tese.

<sup>200</sup> Processo número 0004212-94.2017.8.19.0024.

2011) e revenderam ao grupo dono do Porto Sudeste por R\$ 10,3 milhões de reais, apenas três meses após a aquisição junto aos moradores da comunidade local.

A acusação contra Alexandre Oberg foi encerrada pelo Ministério Público em 24 de julho de 2019, com a alegação de não existir comprovação pelo uso de cargo público em benefício de negócio imobiliário, ainda que ambos os réus tenham obtido um aumento significativo de 20,500% durante o período de apenas três meses (diferença de tempo entre períodos de compra e venda dos imóveis). A decisão de Alexandre Valle, que foi deputado federal eleito (2016-2019) e candidato a prefeito de Itaguaí, em 2020, segue em segredo de justiça.

O processo de expulsão da comunidade local de pescadores artesanais da Ilha da Madeira demonstra um caso de gentrificação com conivência do poder público local, envolvido em decisões e arquivamentos de processos de forma célere. A “intensificação das lógicas de exclusão social, marginalização de populações tradicionais empobrecidas, criminalização e resistência, violência e militarização” (PACS, 2016, p. 25) ocorreu após a instalação do estaleiro PROSUB, de responsabilidade da Marinha do Brasil e do Porto Sudeste S/A.

Acredito que para os comerciantes e donos de quitinetes, mas entre dez pessoas entrevistadas nove são muito angustiadas pela maneira desumana como as destruições aconteceram na Ilha da Madeira e com total consentimento do poder público. O que mais deixa as pessoas indignadas é a falta de informação e transparência que cercou a realização dessas obras. Não se fala sobre isso em nenhum veículo de comunicação. São obras de vulto internacional, de utilidade pública instaladas em um bairro, que não tem estatística dos moradores, não tem saneamento básico. (Presidente do Conselho Comunitário (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015, não paginado).

Fica evidente a participação dos megaempreendimentos no processo de gentrificação dentro do Complexo Portuário de Itaguaí, impactando negativamente na manutenção das atividades econômicas e sustentação das colônias de pescadores locais na Ilha da Madeira e de Coroa Grande (VILLELA et al., 2017), assim como a própria sobrevivência desses povos locais (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015). A paisagem local também vem sendo alterada dentro no entorno da Baía de Sepetiba, resultado dos impactos no meio ambiente e do deslocamento das comunidades tradicionais locais para regiões periféricas e distantes de seus locais de origem (WEYRAUCH, 2013): “*o porto sudeste funcionando ao lado da casa de um senhor e eles não estão se preocupando é esgoto a cru a céu aberto, é muito humilhação*”. (CL 1 - VII).

Dentre os impactos ambientais causados pelas ações dos megaempreendimentos localizados no Complexo do Porto de Itaguaí está o aterramento de parte das áreas de manguezais e desmatamento do bioma local em níveis acelerados. Tal fato é apontado pelas comunidades tradicionais de Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII) em denúncia feita pela Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira – APAIM, junto à câmara municipal de Itaguaí, em 27 de setembro de 2011<sup>201</sup>.

É nesse enclave industrial e portuário que [...] se encontram, tornando-se um bom caso para análise dos encadeamentos econômicos que caracterizam o modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado no país. Tudo isso avança sobre uma região litorânea declarada área de proteção ambiental permanente (Lei 1.208/88, de 23 de março de 1988), um dos trechos mais prístinos da Costa Verde, com remanescentes de mangues e Mata Atlântica, com alto potencial pesqueiro e turístico e que é tradicionalmente moradia de populações tradicionais e de baixa renda. (PACS, 2016, p. 23).

---

<sup>201</sup> Denúncia arquivada em 17 de novembro de 2011 pela Procuradoria do município de Itaguaí.

O Porto Sudeste S/A (mesmo empreendimento responsável pelo desmantelamento de parte de encostas de morros e envolvido nas denúncias de gentrificação e expulsão das famílias locais) também é acusado de construir irregularmente (sem apresentar os possíveis impactos ambientais gerados em decorrência da obra) um túnel de 1,8 km, 11 metros de altura e 20,5 metros de largura (AARÃO, 2019), que liga os pátios de descarregamento e conservação de graneis sólidos até o píer privado dentro do mar da Baía de Sepetiba.



**Figura 66** - Túnel ligando, os pátios de graneis sólidos, até o píer privado dentro da Baía de Sepetiba – Porto Sudeste S/A – Ilha da Madeira (subterritório VII)

**Fonte:** própria.

Além do túnel, o Porto Sudeste S/A também é acusado de impactar parte da floresta ombrófila local (Mata Atlântica), principalmente após a construção de um pátio de manobra com edificações administrativas e operacionais, e dois largos de depósito de minério de ferro a céu aberto (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015). De maneira que a “ocupação do solo contribuiu com a modificação no quadro geral de espécies de ocorrência local” (ECOGUS, 2014, p. 61), infringindo as leis federais nº 11.428, de dezembro de 2006, que trata sobre a “conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do Bioma Mata Atlântica, patrimônio nacional” (BRASIL, 2006b, não paginado), e a Lei da Mata Atlântica, nº 6.660, de 2008, que determina a prioridade à biodiversidade e proteção, conservação e regeneração de áreas de vegetação nativa de Mata Atlântica.

Segundo estudos do Instituto Estadual do Ambiente – INEA (2011), que analisou os impactos ambientais do Porto Sudeste S/A, toda a região atingida pelo megaempreendimento é considerada como Área Diretamente Afetada – ADA, contendo faixas de vegetação naturais suprimidas e aterradas, e gerando efeitos irreversíveis às atividades cotidianas das comunidades locais remanescentes na borda das instalações.



**Figura 67** - Pátio de manobras do Porto Sudeste S/A, com Baía de Sepetiba ao fundo. As edificações administrativas e operacionais e os dois largos de depósito de minério de Ferro a céu aberto, situa-se ao lado direito da foto (não aparecem na imagem)

**Fonte:** Aarão (2019).

Segundo estudos do Instituto Estadual do Ambiente – INEA (2011), que analisou os impactos ambientais do Porto Sudeste S/A, toda a região atingida pelo megaempreendimento é considerada como Área Diretamente Afetada – ADA, contendo faixas de vegetação naturais suprimidas e aterradas, e gerando efeitos irreversíveis às atividades cotidianas das comunidades locais remanescentes na borda das instalações.

No porto Sudeste onde tem o virador, tem uma nata de sujeira que vira toda pra dentro do mangue, o camarão que dava de monte agora só vem de merrequinha, nem da pra viver [...] É esse Porto Sudeste, o virador de mineiro joga é pó de minério e carvão pra dentro da minha casa, tô comendo minério (PA 3 - VII).

Além do desflorestamento local, outro impacto ambiental em andamento nos subterritórios VI (Coroa Grande) de Ilha da Madeira (VII) corresponde ao projeto de ampliação do Terminal de Movimentação de Graneis Sólidos da CSN, que vem realizando o processo de dragagem de 1,5 milhões de m<sup>3</sup> no fundo da Baía de Sepetiba, com finalidade de ampliar a capacidade de acesso de navios com maiores calados, fazendo com que os sedimentos assentados no fundo da baía, muitas vezes contaminados com metais pesados (desde a década de 1960)<sup>202</sup>, sejam movidos e dispersados na água.

Essa ação causa uma série de problemas, como o aumento de partículas sólidas e maior turbidez da água, poluição do corpo hídrico da Baía de Sepetiba e de rios do entorno, alteração morfológica do fundo marinho, destruição de habitats locais (perda de espécies vegetais e desorientação da fauna marinha) e intensos processos erosivos e de assoreamento (ECOLOGUS, 2014), deixando, em alguns casos, mais de 10 metros de lama ao longo das praias.

<sup>202</sup> Devido às atividades da extinta INGA.



**Figura 68** - Barco de pesca artesanal encalhado por lama, devido o assoreamento na Baía de Sepetiba (Subterritório VI), 2018

**Fonte:** própria.

Esses fatores provocam alterações nos parâmetros físico-químicos das águas e, conseqüentemente, nas comunidades bióticas, particularmente em razão do revolvimento do fundo que reduz a penetração da luz e remobiliza metais pesados absorvidos à fração fina dos sedimentos depositados no fundo da baía, afetando a pesca e os pescadores da região. (INEA, 2011, p. 366).

A soma desses impactos afeta significativamente a sobrevivência da atividade pesqueira local, prática socioeconômica e sócio-histórica que depende diretamente do ambiente e do ecossistema local para sua manutenção econômica e cultural (MPP, 2011). Em consequência, criam-se áreas de exclusão das atividades pesqueiras dentro da Baía de Sepetiba e a redução no valor do seu pescado (ECOLOGUS, 2014): “*Diminuiu muito a pesca, o número de pescadores, muitos só tem a pesca para o sustento das suas famílias [...] quem vai querer passar o dia todo afundando até o joelho em lama pra conseguir R\$ 50, R\$ 100 reais*” (PA 1 - VII)

Os principais megaempreendimentos localizados no Território Identitário de Itaguaí TIdI, tem na atividade portuária seu principal canal de escoamento da produção. Atualmente, dentro da Baía de Sepetiba, existem quatro píeres de carga e descarga que se destacam e alteram a morfologia da paisagem local (INEA, 2011), a saber: 1. Píer do Porto Sudeste, 1,550 Km; 2. Píer do Estaleiro PROSUB, 2,098 km; 3. Píer do Porto de Itaguaí / CSN, 2,498 km; 4. Píer do Techint/Ternium, 4,460 km<sup>203</sup>.

Somados, esses quatro pontas-cais invadem, aproximadamente, 10,606 km da Baía de Sepetiba adentro, uma distância total de 7,63 km entre eles, resultando em uma série de problemáticas, tanto ambientais quanto para a atividade pesqueira local, entre elas: a) poluição da água por minério de ferro; b) contaminação por óleo dos navios; e c) estrangulamento dos corredores da atividade pesqueira.

<sup>203</sup> Cálculo via Google Maps, 2020b.



**Figura 69** - Megaempreendimentos e seus píeres na Baía de Sepetiba

Fonte: Google Maps (2020b).

A poluição nas águas da Baía de Sepetiba também ocorre devido às partículas de pó de minério de ferro que caem durante a trepidação das esteiras de carregamento (píeres), ou em decorrência da ação dos ventos, que jogam diretamente esses fragmentos de metais pesados na película d'água, deixando-a com um tom avermelhado e com um forte cheiro de ferro. Tal fato impacta uma rica variedade de nichos, alimentação e reprodução da vida marinha dentro da Baía de Sepetiba (ARAÚJO et al., 1998), desfavorece o desenvolvimento de toda a atividade pesqueira na região, afeta diretamente o bem-estar dos pescadores artesanais que trabalham dentro da baía (PACS, 2016) e aumenta os riscos de saúde para quem consome esse pescado: *“O minério aí todo dentro do mar, quando vem o vento e quando eles estão limpando lá, tem impacto, na dragagem tem muito impacto também, é muito complicado”* (PA 1 - VII).

Além da poluição na água, as alças portuárias provocam outros problemas ao território e aos pescadores artesanais locais. Devido às suas dimensões que adentram na Baía de Sepetiba, os píeres acabam alterando as correntes marítimas, as condições de tráfego náutico, o ambiente marinho e paisagístico local (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015). Ademais, criam zonas de exclusão de pesca, abarroamento marítimo (ECOLOGUS, 2014), estrangulamento da atividade pesqueira na foz dos rios da Guarda e Guandu-Mirim (Subterritório V), e no estreito entre as Ilhas de Itacuruçá e da Madeira (acesso às comunidades de Coroa Grande - Subterritório VI e Ilha da Madeira - Subterritório VII).

Ocupar uma área de cerca de um quilômetro entre as fozes de dois importantes canais que deságuam na baía [...] Além de suprimir extensas áreas de manguezal, a empresa realizou uma preocupante dragagem no fundo da baía para construir um porto em forma de “T” com quatro quilômetros de extensão. Em alguns pontos, o fundo escavado foi de 12 para 23 metros, a fim de possibilitar o intenso tráfego de navios. Isso revolveu uma enorme quantidade de metais pesados que estavam no fundo da baía e acabou por sumir com o pescado (Pescador artesanal – THUSWOHL, 2013).





**Figura 70** - Estreito (entrada) das Ilhas de Madeira - Itacuruçá, década de 1990 e Alças portuárias do Porto Sudeste S/A, anos de 2015/2020

**Fonte:** Belotti / própria.

Em decorrência desse processo, os pescadores artesanais locais são forçados a saírem da Baía de Sepetiba (para além da Restinga da Marambaia) e percorrerem, em alguns casos, mais de 50 km diariamente (entre ida e volta) como alternativa para a manutenção de suas atividades econômicas originárias. As consequências são risco de acidentes por disputa de espaço com navios maiores, aumento nos custos e redução em tempo efetivo de trabalho. “Muito pescado que tinha antes, agora sumiu: Tainha, anchova, sororoca, xaréu, sardinha [...] nada disso a gente pesca mais nessa baía. Camarão, polvo e corvina têm pouco também” (pescador artesanal local – AARÃO, 2019).

[...] a marinha aterrou uma parte do mar onde era um lance de pescado, nós pescávamos ali [...] vem ocorrendo derrocagem, que é explodir pedra, pra fazer canal e passar navios [...] o pescador ta largado porque o time do outro lado é muito forte [...] vai ser instalada uma APA<sup>204</sup> aqui que vai acabar de vez com a gente [...]. (Pescador tradicional - NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015).

Observa-se, tanto nos dados apresentados quanto nas falas dos entrevistados, que a “atividade pesqueira da Baía de Sepetiba vem passando por uma grave crise” (ECOLOGUS, 2014, p. 81). Os atores tradicionais locais são os que mais sofrem com os casos de desterritorialização, sejam eles oriundos de processos de gentrificação, poluição ambiental da fauna e flora (dentro e no entorno da Baía de Sepetiba), assoreamento (dos afluentes e baía) derrocagens e arrastos do fundo do canal, criação de áreas de exclusão de pesca, poluição da água por metais pesados, entre outros casos.

<sup>204</sup> Área de Proteção Ambiental.



**Figura 71** - Diferença de coloração da água dentro da Baía de Sepetiba (à direita) e mar aberto (à esquerda), devido as partículas de minério de ferro (divididos pela Restinga da Marambaia)

**Fonte:** Alexandre – TV Jaguanum (2020).

São conflitos que impedem sistematicamente a continuidade das atividades econômicas e socioeconômicas tradicionais locais (INEA, 2011), seja pela não viabilização financeira de suas práticas, pela ausência de políticas públicas efetivas protetivas e/ou compensatórias (PACS, 2016), pela impossibilidade de disputar espaço frente à mercantilização do território (BRANDÃO, 2012), ou pela sensação de abandono, recorrente em territórios que passam por processos de transformação em “não lugar” (AUGÉ, 2012). “Gastei 30 reais de combustível e voltei com uma corvina de dois quilos. Antes o barco vinha tão cheio que eu me deitava por cima delas. O tempo que gastava limpando peixes agora gasto para limpar a rede” (Pescador artesanal local - THUSWOHL, 2013).

Essa série de dificuldades faz com que as comunidades tradicionais locais tenham que renunciar as suas práticas originais, abdicar de sua própria localidade como única medida de sobrevivência, trocar suas territorialidades por outras ações de trabalho, como turismo local ou cooptação para subempregos nos empreendimentos locais (VILLELA et al., 2017): “*Todo mundo chama isso [o crescimento industrial e econômico] de progresso. Infelizmente, a gente tem que engolir*” (Presidente da APLIM – AARÃO, 2019). A derrocada profissional conduz a uma consequente autodesvalorização pessoal, principalmente por parte dos pescadores com idade avançada, que não conseguem se inserir nesse sistema mercadológico de mudanças abruptas (NASCIMENTO; ALMEIDA; FERNANDEZ, 2015): “às vezes me pergunto pra que eu ainda sirvo” (PA 3 - VII).

discurso de modernização e da integração às cadeias globais de valor. Isso implica uma nova e rápida reconfiguração dos territórios com impactos diretos sobre a vida e o trabalho das populações que ali vivem de Sepetiba [...] dentro dessa lógica é que são direcionadas políticas públicas, financiamentos públicos e benefícios fiscais gerando um alarmante cenário de endividamento, impacto ambiental e social e determinando a subordinação do território, dos ecossistemas e da população ao ritmo desses megaprojetos (PACS, 2016).

As ações realizadas por empreendimentos e megaempreendimentos do Complexo Portuário de Itaguaí atropelam não somente as comunidades locais, mas também órgãos

estaduais de fiscalização e licenças ambientais de funcionamento, sustentando suas práticas em um cenário de “globalismos localizantes” (BRANDÃO, 2012), como se a única medida de sobrevivência de determinado território é a sua total entrega à exploração do espaço (LISBOA, 2009), extrapolando, inclusive, medidas protetivas legais. Realidade que aflige não somente as localidades ligadas diretamente à baía de Sepetiba, bem como os subterritórios situados no interior do TIdI, onde os processos de desterritorialização e impactos ambientais também se mostram presentes, como será evidenciado a seguir.

### 7.3 CTR Ciclus e Mineradora Santa Luzia: Contaminação do Solo, da Água e Eminente Risco Para o Aquífero Piranema e Patrimónios Históricos

Situados entre os municípios de Itaguaí e Seropédica, os empreendimentos do Centro de Tratamento e Disposição Final de Resíduo de Santa Rosa – CTR Ciclos<sup>205</sup> (execução da Ciclus Ambiental do Brasil S/A, empresa concessionada da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb), e a mineradora Santa Luzia<sup>206</sup> (Grupo Santa Luzia S/A) estão separados somente pela Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano), apresentando ambos uma área total de 4.610 km<sup>2</sup> (GOOGLE MAPS, 2020c). Os empreendimentos estão localizados a oés-noroeste do Território Identitário de Itaguaí – TIdI, na divisão entre os subterritórios de Mazomba/Mazombinha (I), Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III).



**Figura 7211** - Vista aérea da Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III), com o CTR Ciclus (Contorno Laranja) e a Mineradora Santa Luzia (Contorno Cinza)

Fonte: própria.

#### 7.3.1 CTR Ciclus

Oficialmente, as ações que levaram à instalação do CTR Ciclus<sup>207</sup> no município de Seropédica tiveram início em 2007, quando a Câmara Municipal alterou sua lei orgânica e modificou seu Plano Diretor Municipal (Lei nº 328/06, 2008), influenciando a localidade de Santa Rosa e os bairros do entorno, os quais, originalmente, eram deliberados como Zonas de Interesse Ambiental – ZIA e que tinham historicamente um perfil agrícola e uma cultura orgânica (QUAINO, 2012), de maneira que as localidades passaram a ser estabelecidas como

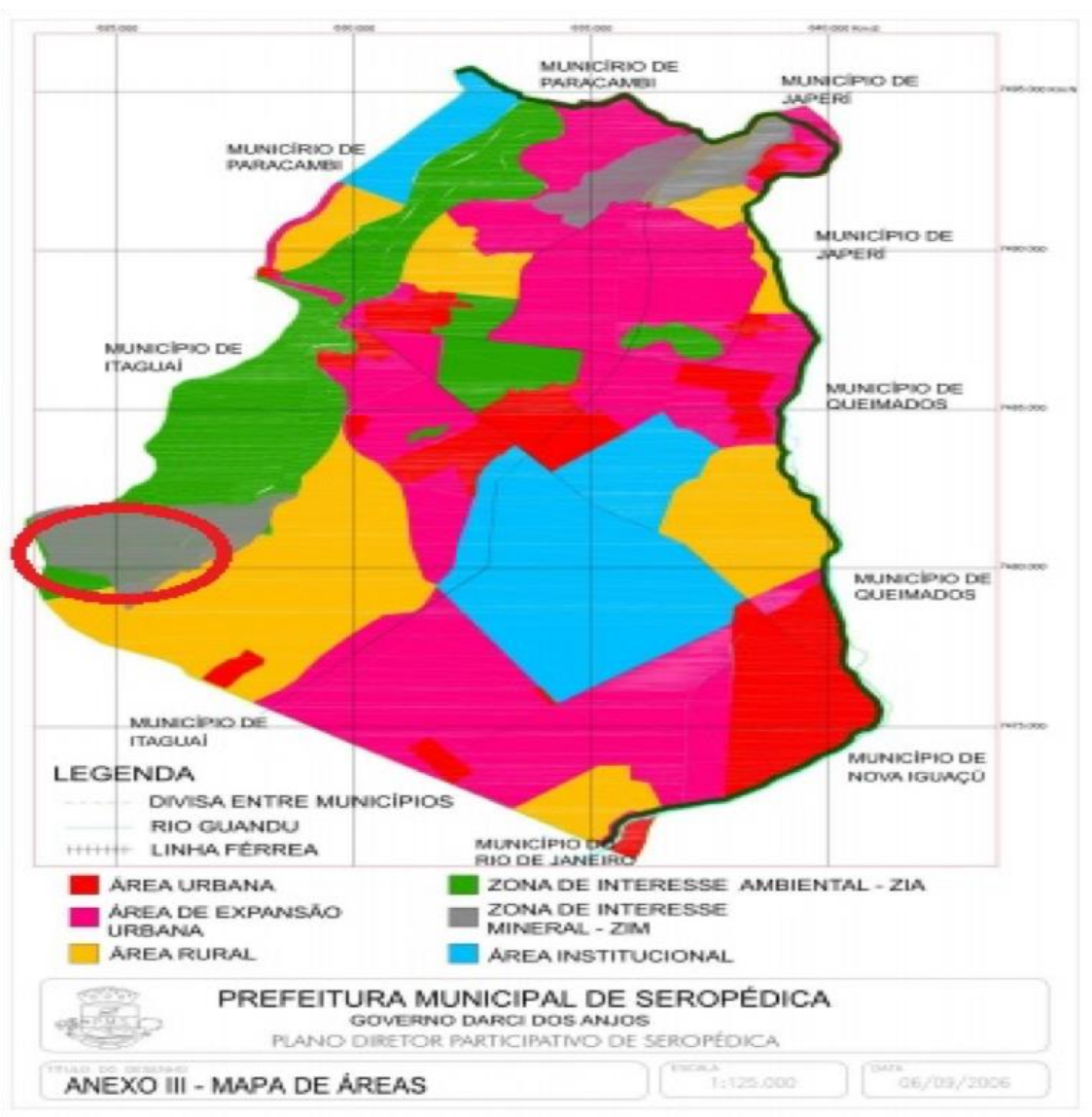
<sup>205</sup> Comumente conhecido por CTR Ciclos, CTR Santa Rosa, CTR de Seropédica e Lixão de Seropédica.

<sup>206</sup> Comumente conhecida como pedreira de Santa Luzia ou pedreira do Chaperó.

<sup>207</sup> O CTR de Santa Rosa (CTR Ciclus), foi desenvolvido com a finalidade de absorver 8 toneladas de lixo produzidos diária pelo município do Rio de Janeiro e que eram destinados até o ano de 2011 para Gramacho – RJ, além do recebimento de lixo de outras localidades da baixada fluminense (GUIARIEIRO et al., 2017).

Zonas de Interesse Mineral – ZIM, facilitando a disposição de empreendimentos desse porte no local (NEEPES / ENSP / FIOCRUZ, 2010).

É possível, inclusive, ver a mudança grosseira das áreas nos mapas de zoneamento do próprio Plano Diretor do município de Seropédica (2008), onde uma macha da cor cinza - ZIM aparece sobreposta em toda a área verde – ZIA (vide figura abaixo). Descumprindo o próprio Plano Diretor Municipal (Lei nº 328/06), que estabelecia a região de Santa Rosa (local onde foram implementados o CTR Ciclus e a pedreira de Santa Luzia) como área exclusivamente rural, tendo seu entorno caracterizado por pastagens, pequenas fazendas de gado e áreas de plantação (VEREDAS, 2007).



**Figura 73** - Mapa das áreas do município de Seropédica, com suas alterações posteriores

**Fonte:** Plano Diretor de Seropédica (2008, p. 119).

Tais incongruências propiciaram uma série de protestos públicos entre os anos de 2009 e 2010, realizados por moradores locais, pelo corpo de discentes e docentes da UFRRJ e por profissionais da Embrapa Agrobiologia (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2010). Os atos ocorreram em frente à câmara municipal, durante as audiências públicas para análise do projeto de aterro sanitário, o qual acabou sendo aprovado em 13 de agosto de 2010 contra a vontade e interesse

de boa parte da sociedade civil local, sendo no mesmo ano também licenciadas pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Para esse caso específico, a fase de audiências ocorreu com diversas manifestações populares contrárias ao empreendimento [...] audiência, contudo, teve que ser encerrada de forma antecipada, em virtude dos protestos ocorridos, que geraram riscos aos participantes. Apesar disso a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, considerou a audiência válida, conforme deliberação CECA nº 5.143/2009. (GUIARIEIRO et al., 2017, p. 51-52).

Inaugurado oficialmente em 20 de abril de 2011 com uma área total de 2.226,000 m<sup>2</sup>, cerca de 10 quilômetros do centro urbano do município (VEREDA, 2007), o CTR Ciclus recebia inicialmente 7 toneladas de lixo por dia (QUAINO, 2012), sendo atuais 10 toneladas (GUIARIEIRO et al., 2017). Desde a sua inauguração, o aterro sanitário aparece envolvido em vários casos de impactos ambientais ao solo, riachos e afluentes que existem na região, tendo como maior destaque os dolos ocorridos nos anos de 2013, 2016 e 2019, respectivamente.

Somente dois anos após o início de suas atividades, o aterro sanitário de Seropédica já acumulava multas que totalizavam R\$300 mil reais, pagas ao INEA e a Comlurb, devido ao não cumprimento da construção de sua estação de tratamento de chorume<sup>208</sup>. A situação deixava o líquido poluente exposto em piscinas, causando mau cheiro e perigo de contaminação do solo e afluentes (ATERRO, 2013), descumprindo às exigências para o seu funcionamento e as determinações estabelecidas em seu Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, que determinava a construção de um sistema de impermeabilização com a finalidade de evitar a contaminação do solo e águas subterrâneas (VEREDAS, 2007).



**Figura 74** - Vazamento de chorume no bairro Santa Rosa, decorrência do transbordo das lagoas de equalização (piscinas), de responsabilidade da CTR Ciclus

**Fonte:** BRASIL – Agência Brasil, 2016.

---

<sup>208</sup> A construção da estação de tratamento só ocorreu no ano de 2014, 3 anos após os inícios das atividades do aterro sanitário. (FRAGA; JANUZZI, 2016)

Tal fato se agravou no dia 20 de fevereiro de 2016, quando, devido às fortes chuvas na região, ocorreu o transbordo de 50 mil litros de chorume de suas estações de tratamento, vazando o líquido poluente no solo, afluentes e valões locais, deixando eminente a contaminação do aquífero Piranema<sup>209</sup>. O transbordo criminoso levou a CTR Ciclos (à época) a ser considerada pela Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócios de Seropédica como um projeto falho (BRASIL, 2016), ocasião em que foi solicitado à empresa um relatório técnico sobre a real situação de segurança do empreendimento, documento que nunca foi entregue.

A situação, segundo o movimento Baía Viva<sup>210</sup>, tornou-se insustentável a partir do ano de 2019, devido ao aumento considerável do volume de chorume, com geração atual de dois milhões de litros/dia somente no CTR de Seropédica (LUCENA, 2019), mais que o dobro estimado pela companhia, que era de 791,5 mil litros/dia. O fato motivou o Ministério Público Federal (Núcleo de Matéria Finalística) e o Ministério Público Estadual (Grupo de Atuação Especializada em Ambiente - GAEMA) a pedirem abertura de uma investigação sobre o caso, com intuito de averiguar a efetividade fiscalizadora de órgãos estaduais, como o CECA, INEA e Comlurb, com relação aos devidos cumprimentos legais estabelecidos para a concessão do registro de atividades da CTR Ciclus (LUCENA, 2019).

A mesma motivação conduziu o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ a alertar autoridades e órgãos municipais e estaduais sobre o eminente risco de vazamento de chorume. De acordo com a representação da 6ª Inspeção Geral de Controle Externo do Rio de Janeiro (6ª IGE/SGCE), existe um “risco de acidente, decorrente de um possível vazamento e contaminação do lençol freático, uma vez que a empresa Ciclus Ambiental do Brasil S/A, não tem tido, nos últimos anos, capacidade de tratar internamente todo o chorume gerado” (PORTAL DO SANEAMENTO BÁSICO, 2019, <<https://www.saneamentobasico.com.br/vazamento-chorume-tratamento-residuos/>>).

Os riscos de poluição causados pelo CTR Ciclus afetam diretamente os agricultores familiares e os moradores do entorno, coletivos que atuam no “desenvolvimento de atividades agropecuárias: fruticultura, cultivos alimentares (mandioca, milho, feijão) e criação de gado bovino” (VEREDA, 2007, p. 41), a área atingida fica a apenas 400 metros de uma comunidade local e a 484 metros de cultivos familiares<sup>211</sup> (GOOGLE MAPS, 2020b).

Atualmente, o entorno do CTR Ciclus apresenta diversos impactos, como erosão do solo e poluição dos recursos hídricos, acidentes ambientais que favorecem a transmissão de doenças crônicas, múltiplos riscos à qualidade de vida da população local (NEEPES / ENSP / FIOCRUZ, 2010), de quem vive no entorno do empreendimento, quem ingere água ou consome os produtos cultivados em agriculturas próximas.

Os impactos ambientais causados pelo CTR Ciclus alteraram a rotina dos moradores locais, sobretudo das comunidades rurais de Raiz da Serra e Agrovila Chaperó (Subterritórios II e III, respectivamente) por conta da proximidade com o empreendimento. “Nossa rotina de vida e de trabalho foi alterada. Antes do início do funcionamento do CTR, a gente ficava na varanda de casa até o entardecer. Agora, a partir das 15h, o vento sudoeste começa a trazer o mau cheiro [...] uma catanga danada” (Agricultores orgânicos - Chaperó (III); QUAINO, 2013).

---

<sup>209</sup> Será tratado mais a frente ainda nesse subcapítulo.

<sup>210</sup> O Movimento Baía Viva tem como parceiros a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>211</sup> Estimava-se aproximadamente que 8 mil pessoas moravam no entorno da região do CTR Ciclus, antes do início da implementação do empreendimento na região. (VEREDAS, 2007).



**Figura 75** - Vista aérea do CTR Ciclus (contorno vermelho), cercado pela comunidade de Santa Rosa / Chaperó – Subterritório III (Contorno branco), duas áreas de cultivo familiar (contornos verdes) e arco-metropolitano (contorno lilás)

**Fonte:** Ciclus/divulgação (marcações feitas pelo autor).

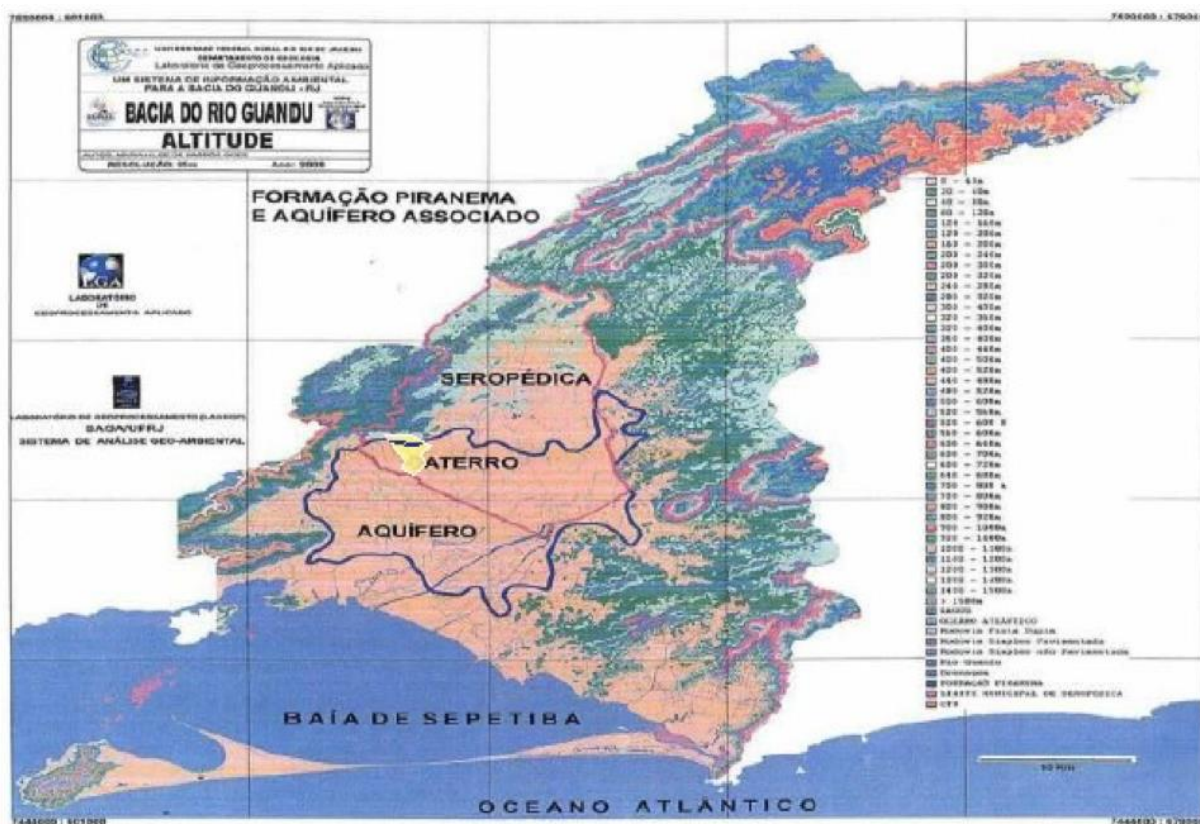
Esses impactos já eram previstos em seu RIMA, que sinalizava a geração e emissões atmosféricas de materiais particulados no meio físico, redução da área de vegetação e evasão da fauna local no meio biótico (VEREDAS, 2007), ampliação da presença de vetores (QUAINO, 2013), aumento de doenças respiratórias (na população local) (PLATONOW, 2013), surgimento de animais e aves que não deveriam transitar no local, incorrendo no risco de levar a contaminação tóxica a outras regiões do território (BRASIL, 2016). Ainda assim, dentre os eminentes problemas ambientais causados pela CTR Ciclus, o mais preocupante de todos é a poluição do aquífero Piranema.

Localizado abaixo do centro de tratamento, o aquífero Piranema é uma reserva de água submersa de 180 km e que se estende entre os municípios de Itaguaí, Queimados, Japeri e Seropédica. É o terceiro maior do estado do Rio de Janeiro. O potencial utilizável do aquífero varia entre  $35,5 \times 106m^3$  e  $30,8 \times 106m^3$  /ano (aproximadamente  $1,12 m^3/s$  e  $0,97 m^3/s$ ) e uma reserva reguladora entre 30 e  $34,5 \times 106m^3$  /ano, ou seja, uma vazão em torno de  $1 m^3/s$  (TUBBES FILHO, 2005). Também constitui “a principal fonte de água subterrânea na região com uma estimativa de disponibilidade híbrida de  $1,6 m^3/s$ ” (GUIARIEIRO et al., 2017, p. 50).

Os eminentes impactos da poluição do aquífero Piranema subdivide-se em duas categorias: a primeira tem relação com os riscos da utilização do solo arenoso e da água contaminada durante as atividades de agricultura familiar; e a segunda corresponde ao comprometimento no abastecimento de água em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro devido à conexão submersa existente entre o aquífero Piranema, o Rio Paraíba do Sul, a Bacia do Rio Guandu e a foz da Baía de Sepetiba (UFRRJ<sup>212</sup>-LUCENA, 2019; NEERTAM, 2019),

<sup>212</sup> Na representatividade do Professor Dr. Cicero Pimenteira (NEERTAM, 2019).

podendo gerar um desencadeamento de impactos hídricos diversos em todo o TIdI e territórios vizinhos.



**Figura 76** - Extensão da bacia do Rio Guandu, com localização do aquífero Piranema (contorno em linha azul) e sobreposição dos empreendimentos do CTR Ciclus e mineradora Santa Luzia (marca d'água em amarelo)

**Fonte:** Santos (2014, p. 117, marcações em amarelo feito pelo autor).

Os conflitos ambientais citados anteriormente acabam por descumprir marcos legais, entre os quais a Lei nº 11.445/2007, que trata sobre saneamento básico, resíduos sólidos, drenagens e manejos de águas pluviais urbanas, e a Lei nº 12.305/2010, que versa sobre a política nacional de resíduos sólidos.

Com base nessas normativas legais e nos impactos anteriormente sinalizados, observa-se que o CTR Ciclus descumpra as normas de disposição dos resíduos em meio físico por não realizar um zoneamento ambiental em torno de sua área. Esse problema é intensificado pela sua localização, já que a empresa é vizinha de uma comunidade habitacional onde vivem agricultores que trabalham com cultivos diversos, lavradores já existiam na região, fato que deveria ser suficiente para o impeditivo da sua implementação no local (CUNHA; CONSONI, 1995), e que obviamente não foi levado em consideração.

Em 03 de abril de 2020, a Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócios de Seropédica – SEMAMA, a partir de denúncias anônimas, realizou vistoria na unidade do CRT Ciclus, onde foram encontradas irregularidades diversas, dentre elas o acúmulo de resíduos a céu aberto, graves erosões nos taludes do maciço sem cobertura vegetal, canaletas rompidas sem a devida drenagem das águas pluviais, vazamento de chorume pelas dependências e no solo do entorno do empreendimento, entre outras (SEMAMA, ofício 26/202º/relatório 02/2020).





**Figura 77** - Acúmulo de resíduos a céu aberto, erosões nos taludes do maciço sem cobertura vegetal e canaletas rompidas – CTR Ciclus

**Fonte:** SEMAMA (2020).

Essas transgressões indicam os descumprimentos estabelecidos na Norma Brasileira de Resíduos – NBR 13896, que trata sobre as condicionantes de aterros de resíduos, e na Lei Municipal de Seropédica, nº 428/2012, que versa sobre o cumprimento de normativas para o recebimento de licenciamento ambiental. Até o encerramento desta pesquisa<sup>213</sup>, a CTR Ciclus continua a realizar suas atividades na região sem nenhum tipo de impeditivo aparente.

### **7.3.2 Mineradora Santa Luzia**

Localizada somente a 1,53 km<sup>2</sup> (GOOGLE MAPS, 2020b) do CTR Ciclus, a mineradora Santa Luzia S/A, comumente conhecida como pedreira do Chaperó, é outro empreendimento de grande porte situado na mesma localidade. Estabelecido na divisa entre os subterritórios do Mazomba (I), Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III), o empreendimento extrai atualmente 300 mil toneladas/mês de areias e britas (SANTA LUZIA, 2020), e conta com uma usina de asfalto (VEREDA, 2007), atividades que visualmente já alteram a morfologia da paisagem (SAUSER, 1925), até então predominantemente rurais.

A população local observa, desde o ano 2000 (início das atividades da Mineradora Santa Luzia) (SANTA LUZIA, 2020), o aumento no fluxo das atividades do empreendimento na região, fato que motivou, segundo o coletivo de agricultoras locais do Mazomba (I) (RAMOS, 2019), a Secretaria Municipal de Educação de Itaguaí, através da Resolução nº 067/17, a promover o fechamento de três escolas municipais no ano letivo de 2018.

Foram comprometidas as escolas rurais Taciano Basílio, Escola Estadual Municipalizada Santa Rosa, que se localizam, respectivamente, a 4,8 km e 4,4 km da pedreira, ambas no subterritório do Chaperó, bem como a Escola Camilo Cuquejo, situada no

---

<sup>213</sup> Fevereiro de 2021.

subterritório de Mazomba (I) e a, aproximadamente, 9,7 km da mineradora (GOOGLE MAPS, 2020b).

A ação foi revogada na Resolução nº 069/17, a partir da pressão de várias instâncias de gestão e controle social (TENÓRIO, 2012) existentes no território, com destaque para o Conselho Municipal de Educação de Itaguaí, a tutela coletiva de educação de Nova Iguaçu (que compreende o município de Itaguaí), a ação do coletivo de agricultoras locais (que contou com o apoio do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande<sup>214</sup>) (RAMOS, 2019), a participação da sociedade civil dos subterritórios rurais do TIDI. É possível alegar que a pressão dessas entidades compreende uma vitória do processo participativo local (KRAEMER, 2018), ainda que fragmentado.

O processo de instalação da Mineração Santa Luzia, no início dos anos 2000, foi cercado de incongruências, como o caso de sua localização geográfica na divisa de dois municípios<sup>215</sup>, levando à dubiedade sobre a divisão administrativa na qual o empreendimento está instalado. A própria mineradora optou por se vincular à Seropédica por conta dos favorecimentos que o Plano Diretor desse município lhe proporcionaria (por ser uma localidade estabelecida como Zona de Interesse Mineral – ZIM) (SEROPÉDICA, 2008), incluindo o não impedimento à sua efetivação.

Entretanto, o mesmo local para o município de Itaguaí é estabelecido como Zona Estratégica de Negócios – ZEN, estando alguns metros de uma Zona de Preservação Permanente – ZPP e próximo de uma Zona Residencial – ZR4 (ITAGUAÍ, 2007), o que deixa a região (onde se localiza atualmente a mineradora) sob a jurisprudência de dois planos diretores e dois mapas de zoneamento, gerando dubiedade sobre a legalidade ou não da instalação do empreendimento no local.

O empreendimento da pedreira do Chaperó localiza-se próximo às áreas históricas e de atividade rural (VEREDA, 2007), no sopé da Serra do Matoso (Raiz da Serra), circunvizinho à comunidade rural de Ibituporanga (Subterritório II), estando, aproximadamente, a 179 metros de cultivos de agricultura familiar, 2 km da estrada da Calcada, do entreposto comercial do século XI e da Igreja de Nossa Senhora da Aparecida (fundada entre os anos de 1790-1820), e a 3,61 km do Mirante do Imperador, locais tombados como patrimônios históricos pela Lei Municipal nº 2.318, de 20 de março de 2003 (devido à sua importância como sítio histórico e arqueológico datado do século XVII). fundamentais na formação morfológica e indenitária da região, bem como compoendo a construção das territorialidades das comunidades tradicionais rurais que habitam a localidade a mais de 300 anos. (NASCIMENTO, VILLELA, VIANNA, et all, 2018). (VIDE FIGURA ABAIXO)

Como descrito, as atividades da mineradora Santa Luzia, além de comprometer a agricultura familiar, também ameaçam patrimônios históricos do território e causam um impacto ambiental (assim como o CTR Ciclus) em toda a cadeia sedimentar da região, principalmente na unidade do aquífero Piranema, que transcorre por todo o lençol freático abaixo da pedreira. incidindo no risco da exposição de suas coberturas naturais bem como alterações em seus circuitos hídricos. (FERREIRA, 2016)

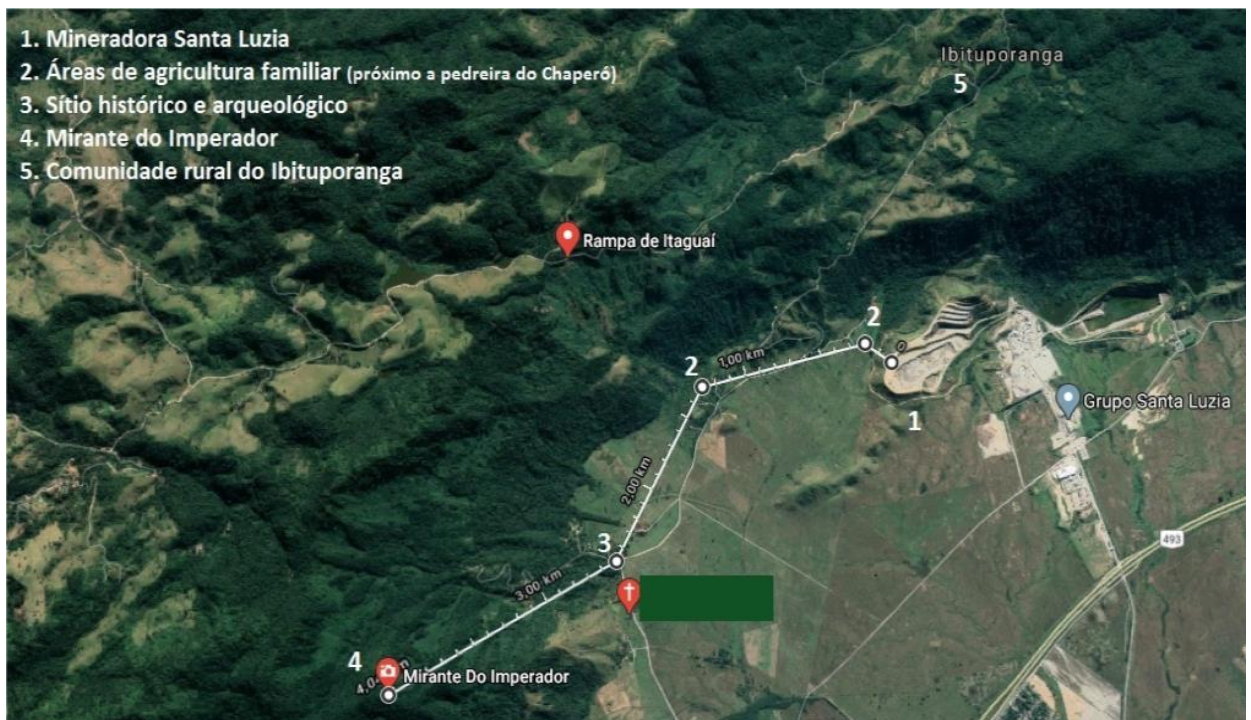
As principais alterações causadas pela atividade de mineração podem ser resumidas em: supressão vegetal, reconfiguração de superfícies topográficas, impacto visual, aceleração de processos erosivos; indução de escorregamentos, modificação de cursos d'água, aumento da emissão de gases e partículas em suspensão no ar, aumento de

---

<sup>214</sup> Foi realizado um abaixo assinado, a pedido do coletivo de agricultoras do Mazomba e Mazombinha, com recolha de assinaturas dos agricultores do Território da Baía da Ilha Grande. A finalidade era pressionar os órgãos públicos contra o fechamento das escolas. Essa campanha teve o apoio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande - BIG e do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ.

<sup>215</sup> Municípios de Itaguaí e Seropédica.

ruídos; ultra-lançamentos, sobrepressão atmosférica, vibração do solo e geração de áreas degradadas (COUTINHO, 2013, p. 16).



**Figura 78** - Mineradora Santa Luzia em comparação a localidades de destaque entre os Subterritórios de Mazomba (I), Raiz da Serra (II) e Agrovila Chaperó (III)

**Fonte:** feito pelo autor a partir do Google Maps, 2020b.

Dentre os principais impactos ambientais resultantes das atividades de mineração e que afetam os agricultores rurais locais, destacam-se a redução dos recursos hídricos, levando ao assoreamento e entulhamento dos cursos d'água, alterações na fauna e flora, mudanças geomorfológicas de encostas e o empobrecimento do solo (SILVA; MARGUERON, 2002). Esses impactos desolam de maneira irreversível o ecossistema local e impossibilitam a continuidade das atividades da agricultura familiar nos subterritórios atingidos: *“A pedreira já destruíram uns dois ou três morros, é explosão de dinamite dia e noite, explodindo tudo, eles não valorizam onde eles estão. Inclusive mandam embora as pessoas, o rio que tinha aqui perto secou depois que eles chegaram”* (CL 1 - III).

É possível assegurar que os principais impactos causados pela pedreira de Chaperó no território foram/são os seguintes: (a) alterações visuais, efeito do desflorestamento da mata natural local; (b) impactos sonoros em decorrência das constantes explosões; (c) riscos à saúde respiratória (dos moradores locais) devido às partículas de pó em suspensão no ar; (d) risco de morte devido aos fragmentos de rocha lançados a longas distâncias em regiões habitáveis, como efeito da explosão; (e) abertura de fissuras no aquífero Piranema; e (f) alteração no fluxo hídrico local.

A pedreira levanta muita poeira, quase sempre destruindo a natureza, nem andar mais lá perto a gente pode, e o pó da explosão? Vai tudo pro nosso pulmão, quanta gente já morreu desse pó, começa como um sufocamento e quando a gente percebe já não tá mais respirando direito (AF 1 - III).

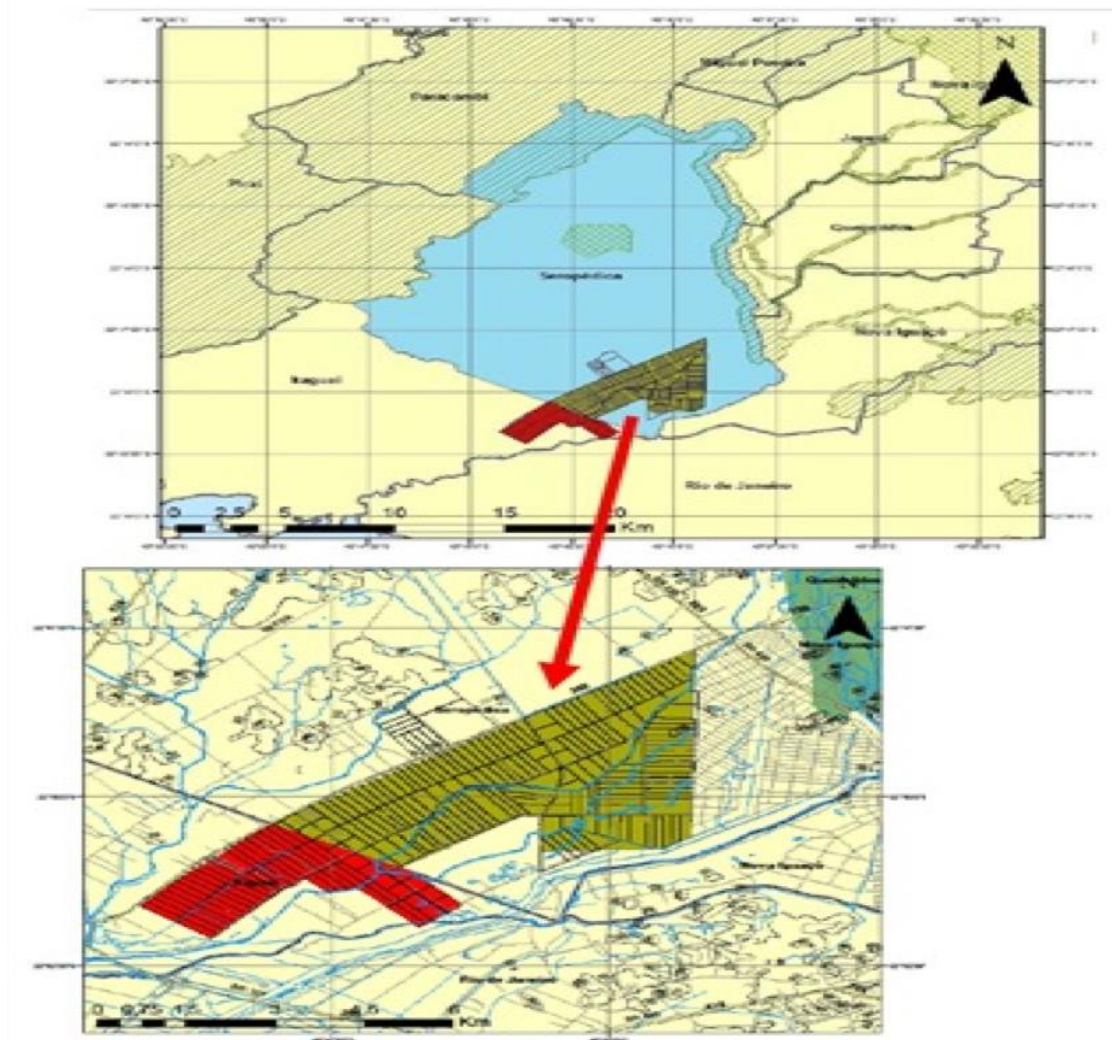
Vinha uma poeira cor cinza, sujava roupa no varal, minha toalha saía preta, minhas plantações ficaram com aquela fuligem escura. A gente tinha nascente que vinha ate

a cozinha, depois dessa pedreira a nossa nascente chegou, tivemos que dar nosso jeito, agora a água pouca que a gente tem, divide entre a gente e os bichos. (AF 4 - III).

Impactos similares também são sentidos, pelos agricultores familiares dos subterritórios de Piranema (IV) e do Rio da Guarda (V), igualmente impactados pela prática extrativa mineral, entretanto especificamente de areiais, como será apresentado a seguir.

#### 7.4 Distrito Areeiro de Seropédica: Paisagem Desértica, Infertilidade do Solo e Acidificação da Água

O Distrito Areeiro do Piranema é a junção de uma série de pequenas/médias empresas do ramo da mineração e extração de areia, com sua vendagem quase que exclusiva para o segmento da construção civil, sendo atualmente responsável pelo abastecimento de 70% no estado e 90% na região metropolitana do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2016), empreendimentos que se estendem do bairro Santana, município de Itaguaí/RJ (Subterritório do Rio da Guarda - V), até o bairro Campo Lindo, município de Seropédica/RJ (subterritório do Piranema - IV).



**Figura 79** - Dimensões do Distrito Areeiro de Piranema, divisa entre os municípios de Itaguaí (em vermelho) e Seropédica (em verde)

**Fonte:** Ferreira (2016).

O Plano Diretor de Itaguaí (2008<sup>216</sup>) determina a região onde se localizam os areais como Zona Residencial – ZR3, porém, o Plano Diretor de Seropédica (2007) classifica toda a área enquanto Zona de Interesse Mineral – ZIM. Questão gera uma série de incongruências na delimitação territorial, provocando conflitos legais, problemas na arrecadação de impostos, desordens administrativas sobre a gestão da localidade, entre outros<sup>217</sup>.

A atividade areeira na região ocorre predominantemente do lado direito da Rodovia Prefeito Abelaird Goulart de Souza (Estrada de Piranema), no sentido Itaguaí-Seropédica, estendendo-se entre a planície aluvionar da bacia do Rio da Guarda até a bacia do Rio Guandu, perfazendo uma área total de 50 km (BERBERT, 2003). Por ser uma área de divisa municipal (Itaguaí e Seropédica), o distrito areeiro de Piranema, apresenta uma diferenciação entre as classificações de utilização do solo a partir do que determina o plano diretor de cada um dos dois municípios envolvidos.

A Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA define a obrigatoriedade do registro (e atividade) de extração areeira, que deve estar em conformidade com o Plano Diretor Municipal, por esse motivo, todos os areais da área administrativa do município de Itaguaí estão em descumprimento legal; no município de Seropédica, o que se nota é a existência de invasões de propriedades rurais ativas, o que leva ao estrangulamento das áreas de plantio (FAGUNDES, 2017).



**Figura 80** - Imóveis Rurais (pontos em amarelo), localizados no Distrito Areeiro de Piranema (contorno azul) e em seu entorno

**Fonte:** Cadastro Ambiental Rural – CAR (2020), marcações em azul feitas pelo autor.

A região do Piranema era uma área destinada originalmente à prática da agricultura, com incentivo à ocupação de terras durante a primeira metade da década de 40, no governo do então presidente Getúlio Vargas, período em que ocorreu um aumento substancial da colônia japonesa e de seus descendentes por toda a região, resultado do auxílio de distribuição de terras<sup>218</sup> (CARLOS NETO; SAAVEDRA, 2015). Entretanto, a partir da década de 50, surgiram as primeiras unidades de extração de areia da localidade, as quais se aproveitaram das características de formação do solo entre os rios Guandu e da Guarda (planície com perfil de

<sup>216</sup> Mapa atualizado em 2016.

<sup>217</sup> Para maiores informações vide item 6.3.4 desta tese.

<sup>218</sup> Para maiores informações vide item 6.3.4 desta tese.

inundação e charcos), compatíveis com a atividade extrativista mineral de cava submersa (FERREIRA, 2016).

A atividade de extração de areia na região foi se expandindo desordenadamente entre as décadas de 60 a 80, sem quaisquer formas de fiscalização, controle ambiental e ocupação espacial qualificada do solo, tomando localidades originalmente destinadas à atividade agrícola e de expansão do cultivo familiar (GOES, 1994). Somente em 1987 tiveram início (ainda que de forma tímida) os procedimentos técnicos e normativos pelos órgãos vinculados ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro – DRM/RJ e Instituto Estadual do Ambiente – INEA, regulamentando somente em 25 de julho de 2001 a atividade areeira na região, resultando no primeiro Termo de Ajustamento de Condutas – TAC e no Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, em 24 de maio de 2002.

O abandono de quaisquer ações fiscalizadoras na região por mais de cinco décadas trouxe um aumento substancial no número de areais (legais e ilegais) na região de Piranema, saltando de 14 unidades em 1987 para mais de 180 unidades em 2016 (FERREIRA, 2016), uma média de mais de cinco novos areais/ano, com um aumento de mais de 1185,714% em um período de 30 anos, produzindo aproximadamente, 10.000.000 toneladas de areia/ano, sendo a maior no estado do Rio de Janeiro (TUUBS et al., 2011). A área total de cavas abertas é maior do que 370 ha, um crescimento de mais de 528% (FERREIRA, 2016).

A região faz parte da primeira tentativa de reforma agrária de toda região, porém a demanda por agregados (minério) é o que leva ao impacto na região, isso vem desde a década de 60 na região, daí a pressão suplanta pelos areais suplanta a agricultura familiar, o agricultor não tem força para lutar contra as mineradoras, essa pressão é surreal contra o agricultor, por fim ele é forçado a vender sua terra e ir embora (APPL 2 - IV).



**Figura 81** - Vista aérea do Distrito Areeiro de Piranema e proximidade dos cultivos de agricultura familiar

Fonte: Google Maps (2020d).

Simultaneamente, a partir do início dos anos 2000, a ampliação na regularização da atividade areeira na região favoreceu o aumento de areais irregulares, que não detêm os registros de zoneamento ambiental, alvará da prefeitura, Relatório de Impactos Ambiental-RIMA, Plano de Controle Ambiental – PCA. Esses areais irregulares obviamente descumprem as medidas protetivas legais impostas pelos órgãos competentes e causam uma série de crimes ambientais não mensurados (por serem ilegais), além dos próprios impactos ambientais já esperados (medidos), causados pela ação extrativista mineral.

A expansão desregulada dos areais na região resultou no surgimento de uma série de impactos negativos ao meio ambiente local. Segundo Berbert (2003), esses impactos são: a) alteração significativa da paisagem; b) disposição de rejeito grosso no solo em decorrência do processo de peneiramento; c) falta de monitoramento das atividades no lençol freático; d) não recuperação das lagoas preenchidas com sedimentos; e) desmoronamento de bordas; f) contaminação do solo; g) derramamento de afluentes sanitários de lixos e derivados; h) alteração nas propriedades do solo; i) problemas na recomposição topográfica do terreno; j) alteração na vegetação local; l) dispersão aérea de material particulado, entre outros. As áreas degradadas e seu entorno acabam por sofrer alterações significativas, por vezes irreversíveis, em seus fatores bióticos e abióticos (ABNT, 1993).

*Os areais são uns dos piores impactos pra mim, virou um deserto, através da corrupção levaram tudo, deixam as lagoas imensas no abandono, simplesmente deserto, sem fiscalização sem nada, milícia toma conta, política toma conta, tudo tem dono, tudo na base da corrupção, toda reta de Piranema virou deserto. (CL 1- V)  
Mais cedo ou mais tarde, o Piranema mais ceder por causa dos areais, Piranema vai afundar. Aqui no Piranema com 13 metros de poço a gente tinha água, agora o poço secou, zero chance de ter água limpa, nem suja. [...] São buracos de areais de 30 metros, eu vejo, bombas potentes, já estamos vendo nossas casas rachando, daqui uns 10 anos já vamos perder tudo, por causa deles, até nosso ladrilho vem sofrendo abalo, tudo destruído. Em breve vai ter casa caindo por aqui. (AF 1 - IV).*

Dentre os impactos ambientais resultantes da atividade areeira no Piranema, o que causa maior apreensão é aquele que envolve a eminente poluição do aquífero Piranema, seja pela alteração do regime e fluxo subterrâneos das águas, seja pela acidificação e liberação de metais pesados (BERBERT, 2003). Cavas expostas e lagoas de rejeito tornam-se piscinas abertas que desregulam o balanço hídrico da região e que apresentam uma permeabilidade infinita, sem proteção do solo (ELETROBOLT, 2003). Expondo as águas submersas do aquífero a qualquer agente poluidor, já que toda “essa atividade de extração mineral vem progressivamente se ampliando, impactando o lençol freático da Bacia de Sepetiba e consequentemente, o Aquífero Piranema” (FAGUNDES, 2017, p. 53).



**Figura 82** - Extração de areia e cava molhada no subterritório de Piranema  
**Fonte:** Coelho (2019).

Em razão de sua agressividade ao meio ambiente, pode-se considerar em muitos, dos casos irreversíveis ao promover alterações com cicatrizes no ambiente, ao modificar a paisagem natural, o relevo, os cursos d'água o aquífero, a flora, a fauna e ainda, afetando populações silvícolas e tradicionais. Sua complexidade de funcionamento atinge o ecossistema, que em seu processo evolutivo pode exigir algumas centenas ou milhares de anos para chegar a seu estado clímax. (FERREIRA, 2016, p.107-108)

As cavas molhadas, tipo da atividade extrativista de areia desenvolvida em Piranema, geram um impacto significativo não somente ao lençol freático, mas também em toda a estrutura socioambiental local e de seu entorno. O resultado é a impossibilidade de reaproveitamento do solo saturado para o desenvolvimento de atividades de cultivo ou promoção de qualquer outra forma de vida (GUIMARÃES et al., 2009).

As áreas que originalmente eram/são destinadas à atividade de agricultura familiar vêm sofrendo pressões econômicas e psicológicas exercidas por grupos de empresários do ramo da mineração, situação que é facilitada pela falta de incentivo técnico especializado e/ou políticas públicas de valorização da atividade rural local, de maneira que o agricultor se vê cooptado a vender (a valores baixos) ou alugar os seus terrenos em um notório processo de gentrificação, de maneira que após anos de exploração, os agricultores recebem suas terras sem quaisquer possibilidades de reaproveitamento social, ambiental ou promoção de atividade econômica (ERTHAL, 2005), perdendo valor comercial e, por esse motivo, são abandonados.

A atividade agropecuária vai sendo sufocada com a ampliação desses areais. A falta de incentivo à agropecuária e as dificuldades de acesso e escoamento da mercadoria fazem com que muitos cedam aos pedidos de venda desses empresários da areia. Alguns que ainda têm condições de se manter, resistem fazendo o preço de seus terrenos valorizarem no tempo, intensificando a especulação imobiliária por essas terras rurais que ainda não viraram areais. Certamente essa especulação tem um limite, diferentemente da especulação por parte das indústrias. Isso por que, por se tratar de um material que serve como agregado nos insumos da construção civil e que, no futuro poderá servir para erguer novas indústrias, não pode ter um custo muito elevado. Ou seja, este é um setor que impacta diretamente as atividades rurais que já eram exercidas no local há muito tempo. Já tendo sido inclusive o local (Reta de Piranema) de maior produção de quiabo do Rio de Janeiro. Um impacto tanto para a sociedade rural quanto para o meio ambiente. Haja vista que ainda não se tem propostas de como “cicatrizas” essas “feridas” feitas no solo. (FAGUNDES, 2017, p. 50)

Esses processos de desterritorialização na atividade de agricultura familiar nos subterritórios do Piranema (IV) e Rio da Guarda (V) também ocorrem pelo risco da utilização de águas contaminadas, advindas desses areais (QUAINO, 2012), fator que, associado ao empobrecido do solo, leva à inviabilidade do continuísmo das atividades tradicionais de cultivo (GUIMARÃES et al., 2009). Essa situação é observada na produtividade do campo, que reduz a cada colheita (PDAMS, 2006), tornando inexequível em um curto/médio prazo a continuidade de práticas socioeconômicas em subterritórios de origem: *“Hoje eu faço o poço, vem água suja, fedida e pouca, tivemos que puxar um cano da rua principal. É impossível tocar minha plantação sem água boa. Esse é o legado que o areal nos deixou”* (AF 1 - IV).

Além dos impactos ambientais e do eminente encerramento das práticas de agricultura familiar no local, percebe-se por parte das empresas areeiras o descumprimento do Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM e dos decretos estaduais nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009 e nº 44.820, de 2 de junho de 2014, normativas que determinam a obrigatoriedade de preservação de áreas de paisagens naturais, proteção ambiental de responsabilidade do areal e necessidades de conservação de áreas naturais, ações que teriam (se executados) como efeito prático a tentativa de mitigação dos impactos causados pela atividade de extração. Observa-se



também a desobediência ao artigo 225 § 2º, que determina por parte do responsável do empreendimento areeiro a recuperação do meio ambiente degradado, fato que não ocorre na prática.

É notória a derrocada da atividade da agricultura familiar nos subterritórios de Piranema (IV) e Rio da Guarda (V). Essas “áreas destinadas à agricultura [...] encontram-se fragmentadas. [...] A atividade de extração mineral fez com que a característica da região fosse alterada no decorrer de sua história, revestindo-se assim de um caráter predatório” (FERREIRA, 2016, p. 64). O resultado é a transformação da região em um não lugar (AUGÉ, 2012), e no estrangulamento socioeconômico irreversível das práticas tradicionais dos agricultores familiares.

Sem dúvida alguma, quem mais sofre os impactos decorrentes dessa atividade, é a população rural que se esforça para continuar produzindo na região. Isso ocorre pelo seguinte motivo: os areais situados em cima do aquífero Piranema, ao fazerem a escavação para remoção da areia, fazem com que a água que estava em profundidade aflore para essas “cavas”. A água que antes estava em uma profundidade x, com a abertura de novos areais, vai ficando cada vez mais funda, dificultando o agricultor de acessá-la, gerando mais gastos com bombas cada vez mais potentes. (FAGUNDES, 2017, p. 50).

A sobrevivência do ecossistema do subterritório de Piranema (IV) e Rio da Guarda (V) encontram-se ameaçados, já que os órgãos fiscalizadores (locais e estaduais) são falhos, devido, principalmente, à carência (no quantitativo) de suas equipes de trabalho, que não conseguem acompanhar com a mesma veemência o avanço acelerado dos processos predatórios que ocorrem na região. O que se nota é o pouco ou nenhum avanço na vistoria e remediação das cavas abandonadas (ALCANTARA, 2015), situação que, associada a uma atividade extrativa ainda em processo de expansão, pode conduzir nas próximas décadas a uma paisagem desértica, de infertilidade do solo e acidificação da água, tornando o local impróprio para lavoura ou moradia.

Essa sequência de impactos socioambientais no TIdI é sentida continuamente pelas comunidades locais, em especial pelos pescadores artesanais e agricultores familiares, que observam seus subterritórios sendo utilizados como forma de mercantilização dos recursos naturais, afetando, inclusive, o sentido da existência humana (LISBOA, 2009).

A comercialização irrestrita do local tem como única medida o “discurso de modernização e da integração às cadeias globais de valor, isso implica em uma nova e rápida reconfiguração dos territórios com os impactos diretos sobre a vida e o trabalho das populações que vivem ali” (PACS, 2016, p. 21). Em um sistema espiral, onde a globalização localizante (BRANDÃO, 2012) dita o ritmo e retira por completo a participação decisória das mãos da população local.

## **7.5 Análise e Níveis de Impactos no TIdI**

A partir dos elementos expostos ao longo deste capítulo, compreende-se que, atualmente, o TIdI apresenta em seu território diversas formas (em variadas escalas<sup>219</sup>) de impactos socioambientais e socioeconômicos, explorada principalmente por suas predisposições geográficas, logísticas e climáticas, sendo resultado de décadas de sobreposição econômica e exploração de recursos humanos e naturais, em condicionantes onde a “ética ambiental pode ser atribuída a adoção dessas políticas e tecnologias responsáveis pela degradação ambiental” (LISBOA, 2012, p. 9).

---

<sup>219</sup> Vide o subcapítulo 7.5.2 desta tese.

Diversos fatores transformaram o território em “uma região periférica [...] que recentemente passou a ser alvo de interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos, ancorados em um complexo de megaempreendimentos com alto potencial de impacto social e ambiental” (PACS, 2016, p. 9). Essas mudanças abruptas acabaram por acentuar uma série de práticas de desterritorialização, com destaque para: a) privatização crescente dos recursos naturais; b) ocupação irregular do espaço por empreendimentos e/ou megaempreendimentos; c) legitimação da exploração por parte do agente público; d) invasão de localidades ocupadas secularmente por comunidades tradicionais; e) conivência do poder público (em suas diversas escalas) sobre práticas ilegítimas realizadas pelos empreendimentos e/ou megaempreendimentos no território; f) carência e/ou ausência de políticas públicas compensatórias; g) precariedade de serviços públicos básicos; h) problemas de saúde relacionados aos impactos ambientais; i) processos agudos de gentrificação; j) degradação do ecossistema local; k) violência física e emocional na população tradicional e comunidade local; l) estrangulamento das atividades econômicas naturais das comunidades tradicionais locais; m) contaminação da Baía de Sepetiba, rios e afluentes do entorno por metais pesados e esgoto não tratado; n) eminente poluição do aquífero Piranema; o) aumento na geração de resíduos sólidos; p) perda de identidade e territorialidade das comunidades tradicionais locais; q) desinteresse no continuísmo das atividades tradicionais por parte das gerações futuras; r) estrangulamento das atividades pesqueiras; s) zonas de exclusão de pesca; t) extinção gradual das atividades de agricultura familiar; u) empobrecimento do solo; v) processos de assoreamento em diversas escalas; w) crescimento demográfico desregulado; x) surgimento de ocupações habitacionais irregulares; y) eminente destruição de patrimônios históricos, entre outros (ALCANTARA, 2016; COSTA, 2016; ECOLOGUS, 2014; TUBBS FILHO et al., 2011; INEA, 2011; NASCIMENTO, 2016; NASIMENTO; VILLELA, 2015; PACS, 2016; SIMÕES, 2011; VEREDAS, 2007; VILLELA et al., 2017.)



**Figura 8312** - Degradações ambientais no subterritório da Ilha da Madeira (VII): Alça portuária do Porto Sudeste (ao fundo), Poluição da Baía de Sepetiba por metais pesados e esgoto não tratado; Estrangulamento das atividades pesqueiras e zonas de exclusão de pesca

**Fonte:** própria.

Esse cenário acaba por evidenciar um “palco de sobreposição de interesses de apropriação do grande capital numa relação desigual [...] ocorridas em seu território, em prol de uma expansão capitalista da economia” (PLACIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2015, p. 7), onde a sociedade civil é explorada e deixada a margens das mínimas condições de qualidade de vida, bem como dos processos decisórios locais.

Essa realidade também expõe perdas sistemáticas às comunidades tradicionais locais, que observam o sufocamento de suas características sócio-históricas e culturais, enraizadas nas estruturas geográficas, morfológicas e bióticas do território, à medida que o saber fazer está diretamente envolvido em aspectos como clima, relevo, marés, solo, fauna, flora, entre outros. Espaços naturais que vêm continuamente se perdendo pela ampliação industrial, portuária e mercadológica que estrangula e impelem para as margens a população local, defraudam o meio ambiente e ceifam sistematicamente as práticas socioculturais e socioeconômicas originárias.

É válido sinalizar também a carência de políticas públicas e sociais compensatórias e afirmativas para essas comunidades locais, o que amplia desinteresse de continuidade de suas atividades pelas novas gerações (BRANDÃO, 2019), onde se denota “o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola” (BRUMER, 2005, p. 5), principalmente dos mais jovens, preferenciando a inserção no mercado, por vezes, informal<sup>220</sup>.

Portanto, como descrito por Ascerald (2011), o território é tratado como zona de sacrifício ao ser explorado numa “escala de megaplanejamento público-privado – que a ocupação da Baía de Sepetiba permite visualizar de modo exemplar – exclui de antemão o debate de alternativas, comprometendo, a partir de hoje e sobre as próximas décadas, o futuro” (PACS, 2016, p. 25). Resultando em uma desterritorialização não natural do território (HAESBAERT, 2012), à medida que “o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 32), tendo como último estágio a transformação do território em não lugar (AUGÉ, 2012).

“Zona de sacrifício” passou a designar locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas. Tais populações são vítimas de impactos indesejáveis de grandes investimentos que se apropriam dos recursos existentes nos territórios, concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde de trabalhadores e a integridade de ecossistemas de que dependem. Como agravante esses mesmos grupos, submetidos aos mais variados riscos ambientais, são aqueles que dispõem de menos condições de se fazerem ouvir no espaço público, não tendo oportunidade de colocar em questão os efeitos da desigual distribuição da poluição e da proteção ambiental” (VIEGAS, 2006, p. 20).

Essa ação é “confeccionada a ponto de habituar a população local (até então tradicional), a universalização de novos desejos, traduzida localmente, como possibilidade de emprego” (LEITE LOPES, 2004, p. 43), induzidas novas práticas de trabalho (muitas vezes como única forma de sobrevivência) e o estímulo à aquisição de novos bens e serviços como medida de felicidade (LISBOA, 2009): *Vai fazer o quê? Competir com as empresas? Não tem como! lá rala muito, mais ganha bem, da pra ter uma qualidade de vida melhor, coisa que da pesca infelizmente não dá mais.* (AF 2- VII)

Fato característico das psicologias industriais, enquanto modernidade reflexiva (MARUSE, 1979), que transforma paulatinamente um território originalmente baseado em uma razão comunicativa em um controle monológico, desvalorização do bem comum, valorização da economia sobre o sujeito e disposição social em torno de uma razão instrumental (HABERMAS, 2000, 2012a, 2012b).

---

<sup>220</sup> Para maiores informações, vide as análises em *dashboard*, disponíveis no subcapítulo 7.5.1 desta tese.

O aparelhamento econômico do TIdI, associado à nulidade e conivência dos gestores públicos locais, acaba por transformar o território em um “jogo assimétrico de poder respaldado pelas políticas públicas elaboradas pelo Estado, mediante promulgação de legislações que favorecem esta lógica urbano-industrial” (PLACIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2015, p. 7), deixando à margem do processo decisório a população local e suas instâncias de gestão e controle social (CANÇADO; COSTA; VILLELA, 2014).

Essas situações reduzem, ainda mais, as possibilidades democráticas de participação da sociedade civil em deliberações que poderiam resultar em mudanças significativas para o território<sup>221</sup>. Nesse contexto, “as decisões que podem transformar radicalmente a vida dos moradores são sempre extralocais” (LEITE LOPES, 2004, p. 43), já que o processo decisório se centraliza nas mãos de grupos de interesse, comumente medido por ganhos individuais.

Apesar de resistências locais (moradores, pescadores artesanais, mulheres etc.) e do engajamento de movimentos sociais, organizações, sindicatos, universidades e outros em um processo contínuo de reflexão e denúncia, este modelo de desenvolvimento (e o que ele representa em seu conjunto) vem se concretizando ao largo do conhecimento da maior parte da sociedade e viabilizando-se à margem do debate público e da participação popular em instâncias decisórias. Os debates sobre o futuro da Baía de Sepetiba não têm se dado de maneira transparente e democrática (PACS, 2016, p. 12).

Atualmente, o território se fragmenta em uma disputa de interesses privados, em que a sociedade civil local é cooptada por esse sistema, tornando-se desterrada de sua própria terra<sup>222</sup> e deixando a seguinte indagação: “Haverá espaço para esses atores nos projetos industriais e portuários que são pensados e implementados na Baía de Sepetiba?” (PACS, 2016, p. 53); quais medidas poderão ser tomadas como forma, de mitigação dos processos de desterritorialização em curso? São questionamentos que perpassam por incentivos às práticas econômicas originárias das comunidades tradicionais locais, valorização de suas territorialidades e ações plausíveis que promovam a sobrevivência e a permanência desses coletivos em seu território de origem (proposta do capítulo 7 desta tese).

Entretanto, ainda neste capítulo, serão exibidos os resultados de duas estruturas de dados obtidos a partir da triangulação (YIN, 2001) das seguintes fontes: a) análise documental e telemática; b) observação participante (2015-2020); e c) entrevistas semiestruturadas<sup>223</sup>. A primeira corresponde à apresentação e análise de gráficos no estilo *dashboard*, a partir dos dados colhidos durante as entrevistas semiestruturadas, as quais ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2020; a segunda corresponde à elaboração de uma matriz analítica, cuja finalidade é propor um panorama atual dos impactos no TIdI, utilizando como analogia o índice de condição de vida – ICV (WAQUIL et al., 2015), aspecto que considera as multidimensionalidades do local, dos entrevistados e a perspectiva focal do pesquisador.

### **7.5.1 Resultados e Análises das Entrevistas Semiestruturadas**

Este subcapítulo tem como finalidade apresentar os dados gráficos e analisar os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas, realizadas para esta pesquisa de tese, ação que ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2020, nos subterritórios rurais do TIdI. Onde os participantes foram escolhidos por meio de amostra aleatória, entre pescadores artesanais – PA, Agricultores Familiares – AF, Comunidade Local – CL e Atores de políticas públicas locais – APPL.

Ao todo foram obtidas trinta e nove (39) entrevistas, que seguiram um perfil semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, tendo como finalidade a construção de uma

<sup>221</sup> Para maiores informações, vide capítulo 8 desta tese.

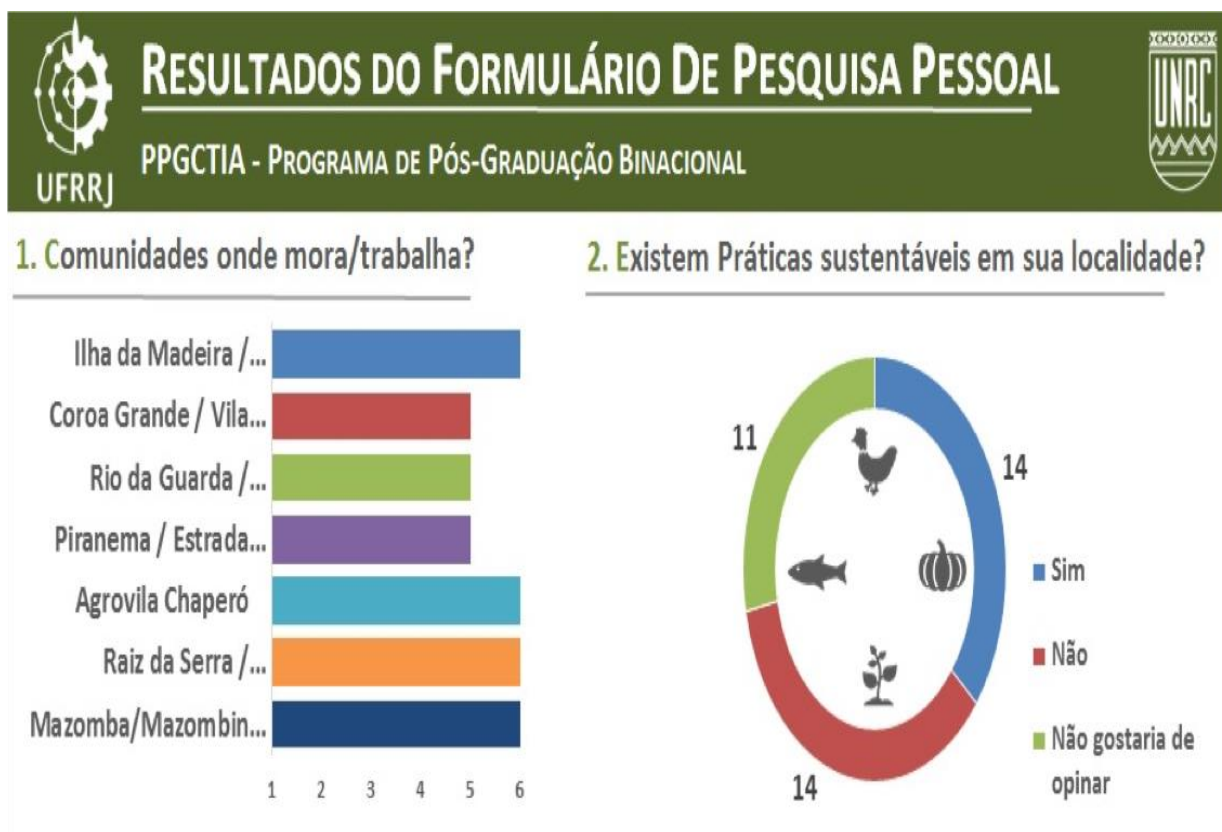
<sup>222</sup> Análogo à imposição cultural europeia durante o Brasil colônia (HOLANDA, 2004)

<sup>223</sup> A metodologia, etapas, triangulação, análise e manipulação dos dados são descritos no capítulo 3 desta tese.

percepção sobre o tema proposto, a partir da perspectiva dos atores locais (RADOMSKY; CONTERATO; SCHNEIDER, 2015). Buscou-se valorizar a fala por parte do sujeito, considerado instrumento fundamental para a efetivação da própria democracia (FREIRE, 1987).

Foram elaboradas inicialmente oito perguntas, sendo quatro destas suscetíveis à abertura de perguntas secundárias, conforme as respostas primárias dadas pelos entrevistados (sim ou não). Também foram permitidos acréscimos de fala, conforme o interesse dos mesmos, sendo a última questão totalmente discursiva e subjetiva (não cabendo análise em *dashboard*), podendo perfazer um total de até treze perguntas por entrevistado<sup>224</sup>. Esta pesquisa foi aprovada pelo parecer nº 855/2020 – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Os resultados são apresentados em quatro painéis no formato *dashboard*, variando entre dois a quatro gráficos (por painel), o que garante uma abrangência visual mais organizada com relação aos resultados obtidos, buscando proporcionar uma melhor compreensão para o leitor<sup>225</sup>. Os resultados numéricos discriminados nos quadros encontram-se disponíveis nos apêndices deste trabalho, bem como todas as informações acima citadas encontram-se na íntegra no subcapítulo 3.2 desta tese. As análises gráficas obtidos com as entrevistas semiestruturadas estão dispostos da seguinte forma:



**Figura 84** - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 1 e 2

**Fonte:** própria.

A primeira pergunta (1. Qual comunidade você mora e/ou exerce suas atividades normalmente?) teve por finalidade um simples levantamento do quantitativo de entrevistas realizadas em cada subterritório do TIdI, sendo essa variação (entre cinco e seis pessoas por

<sup>224</sup> Para visualização do modelo utilizado, vide capítulo 4 desta tese.

<sup>225</sup> Algumas frases (perguntas e/ou respostas) foram encurtadas, devido às limitações do formato, entretanto, foi tomado o cuidado para que não atrapalhasse a compreensão dos resultados.

localidade) uma observância do processo de saturação de falas, quando se denota um artifício de repetição nas respostas dos entrevistados (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006).

Foi notada a proximidade ao ponto de saturação de fala entre os entrevistados, indiferente ao subterritório analisado, quantificados da seguinte forma: cinco entrevistas realizadas nas localidades de Piranema (IV), Rio da Guarda (V) e Coroa Grande (VI), enquanto as localidades de Mazomba (I), Raiz da Serra/Matoso (II), Agrovila Chaperó (III) e Ilha da Madeira (VII) tiveram seis atores participantes. As entrevistas suscitaram opiniões particulares, “claramente subjetivas, expressando a percepção dos indivíduos [...] admitindo que as características junto à base territorial diversa – ou seja, junto aos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos” (WAQUIL et al., 2015, p. 171 e 172).

Os resultados da pergunta 2 (em sua opinião, existem práticas da agricultura familiar ou da pesca artesanal de maneira sustentável na localidade onde você vive e/ou exerce suas atividades?) apresentam uma similitude entre os resultados. Foram obtidas 14 respostas tanto para a opção sim quanto para o não (35,90% cada), enquanto 11 (28,21%) entrevistados não opinaram sobre. Esses dados sugerem um momento de transição na região com relação às práticas sustentáveis, agroecológicas e de multifuncionalidade da agricultura familiar, e início da execução de práticas alternativas em detrimento dos métodos tradicionais de cultivo (GLIESSMAN, 2000).

Observou-se durante as entrevistas que vários dos agricultores que buscavam uma produção agroecológica e sustentável visavam a uma alternativa de sobrevivência a partir de um produto diferenciado, com um valor agregado, propendendo uma reinserção no mercado local a partir do uso de “estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 71).

*São alternativas que vamos criando, hoje eu e mais alguns amigos agricultores investimos nas práticas sustentáveis, eu e o [NOME] plantamos aqui, mas vendemos na Rural, em feiras no Méier, na zona sul e já temos casas especializadas que compram nossos produtos, não da pra simplesmente competir com o grande produtor [...], além disso, tudo que vem da sustentabilidade nos protege da obrigação de depender só dos mercados daqui, de empresas ou da prefeitura. (AF 4 - I)*

Essas alternativas, segundo os próprios entrevistados, poderiam apresentar melhores resultados, caso tivessem um maior apoio técnico-governamental para sua efetivação<sup>226</sup>: *Sentimos falta de políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia, da agricultura orgânica e agricultura familiar sustentável. (CL 1 - I).*

Nota-se a participação substancial dos atores locais dos subterritórios de Mazomba (I) e Raiz da Serra (II) no desenvolvimento de cultivos multifuncionais, enquanto nas localidades de Chaperó (III) e Piranema (V) ocorre um desequilíbrio nas práticas agroecológicas e multifuncionais em sua extensão: *“lá pra região de serra [Mazomba – Raiz da Serra – Serra do Matoso] você ainda encontra com certa facilidade agricultores que realizem suas atividades de maneira agroecológica, já aqui em baixo [Piranema] é cada vez mais difícil encontrar” (APPL 1 - IV).*

Entretanto, observou-se que para as comunidades de pescadores artesanais do território, o sentido de sustentabilidade, tem outra perspectiva (em comparação com os agricultores), sendo compreendido como a obtenção da possibilidade do continuísmo de suas atividades tradicionais, auxiliando na execução de práticas tangíveis e intangíveis das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais locais (BONNAL, MALUF, 2007), bem como a compreensão da não realização de práticas pesqueiras predatórias que possam levar a ameaças da vida marinha local, como, por exemplo, o descumprimento de atividades em período de

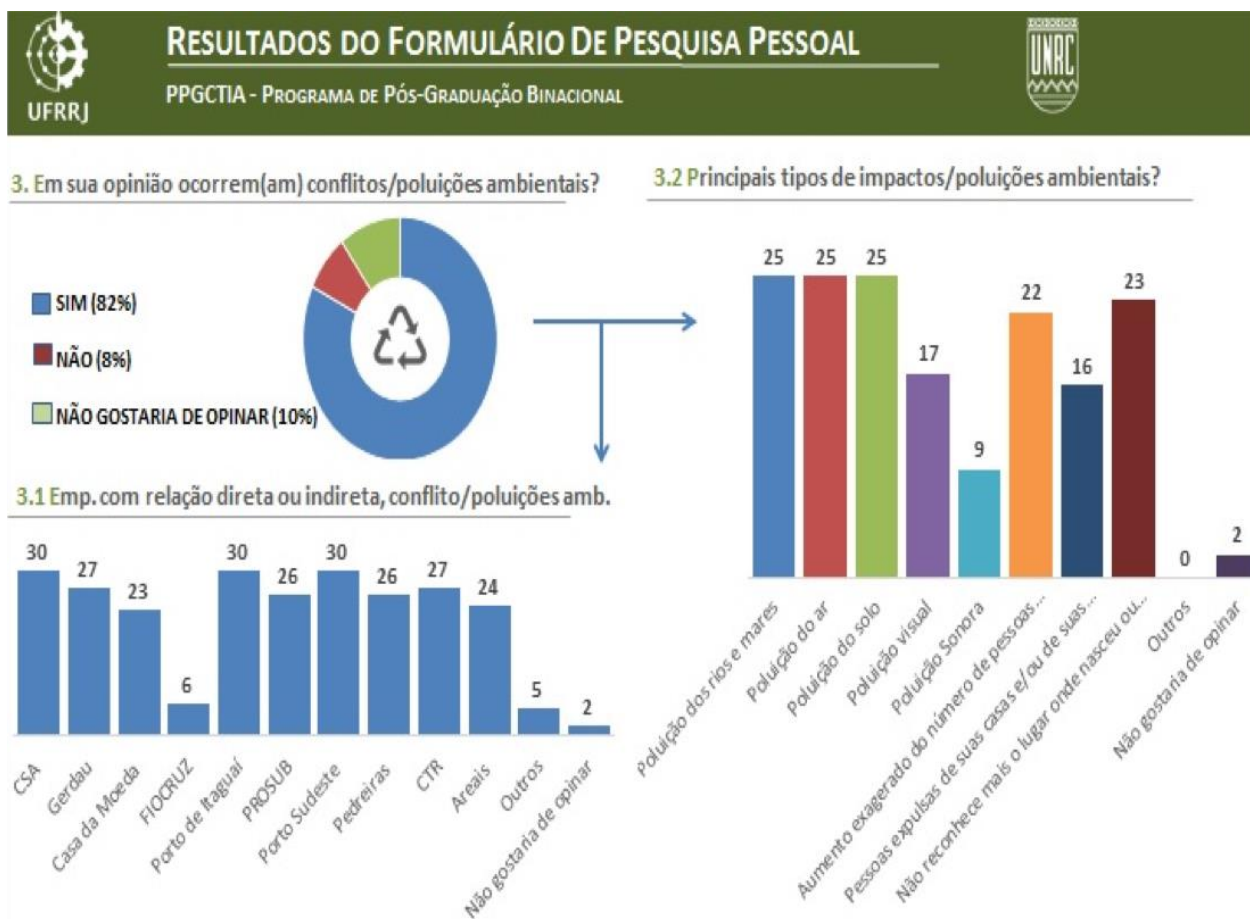
---

<sup>226</sup> Para melhor compreensão, vide os gráficos análise e análise das perguntas 4, 4.1, 6 e 6.1 desta pesquisa de tese.

defeso, ou então a inserção de vidas marinhas não originárias do bioma local. “*Eu não posso pescar pensando somente no meu, tenho que pensar que o outro pescador também depende do mesmo produto, não posso sair pescado da forma que eu quiser*” (PA 2 - VII)

Essa compreensão se aproxima do entendimento de sustentabilidade para Sachs (1993), que corresponde à realização de ações economicamente eficazes para preservar as oportunidades destinadas aos atores locais, permitir o acesso a serviços sociais justos, culturalmente valorizadores dos aspectos socioculturais do território, e promover a coesão social.

Nesse sentido, nota-se uma singela diferenciação local entre a compreensão para ambos os grupos: enquanto os agricultores familiares observam a sustentabilidade a partir da perspectiva agroecológica e da não utilização de agrotóxicos, os pesadores artesanais sinalizam uma visão sustentável que agrega outros quesitos mais subjetivos, porém não menos importantes, como cultura e sociedade. Entretanto, as compreensões são similares na urgência, com relação à necessidade da sobrevivência de suas atividades econômicas e à carência, para ambos os grupos, de políticas públicas e sociais que atuem na promoção e execução de suas atividades rurais.



**Figura 85** - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 3, 3.1 e 3.2

**Fonte:** própria.

O painel dois em modelo *dashboard* apresenta o resultado de três perguntas complementares, sendo que os entrevistados que responderam sim para a questão número 3 (Em sua opinião, ocorreram/ocorrem conflitos e/ou poluições ambientais nas duas últimas décadas, devido à chegada de novas indústrias na região?) foram convidados a responder na sequência às perguntas 3.1 (Você acredita que alguma(s) das empresas citadas abaixo têm relação direta ou indireta com os conflitos/poluções ambientais na região?) e 3.2 (Quais

impactos/poluções ambientais você acredita que mais afetam atualmente a localidade em que você vive ou trabalha?).

O resultado obtido na pergunta 3 apresentam que, do total de entrevistados (39 pessoas), 32 responderam sim (82%), enquanto 3 informaram não (8%); outros 4 participantes não quiseram opinar sobre o tema (10%). Os resultados dessa pergunta (3) corroboram a percepção obtida durante a observação participante (2015-2020) e com os dados apresentados ao longo deste capítulo, onde os conflitos, crimes e poluições ambientais se tornaram mais evidentes e recorrentes nas duas últimas décadas, período posterior à chegada de novos empreendimentos e megaempreendimentos industriais e portuários na região.

*Essa é a grande covardia, de só enxergar Itaguaí como cidade portuária, Itaguaí é uma cidade maravilhosa, tem mar, tem serra, tem cachoeira, pescador e agricultor, ainda temos caminhos históricos, temos onde Pedro I passou, isso aqui é único, não dão valor. Tudo de ruim recai sobre aqui, o que era e o que está, nem se compara, os governantes acham que aqui é só maquina de dinheiro (PA 2 - VII).*

*Aqui [Chaperó], não é nem sombra do que foi, o rio em frente de casa era limpo, tinha peixe, tínhamos uma vida melhor, um ar melhor, agora quando chove é cheiro do lixão, de manhã e cheiro de coqueria [...] fora o número de agricultores que praticamente sumiu. (AF 3 - III).*

O resultado de 82% dos entrevistados que informou uma piora significativa das poluições e conflitos ambientais em decorrência da chegada de novos complexos na região, expressa em números a derrocada socioambiental do território e indica (a partir da visão dos atores locais) o alto potencial poluidor dos empreendimentos e megaempreendimentos locais. Transformando permanentemente a morfologia espacial e alterando significativamente o cotidiano socioeconômico dos coletivos sociais mais sensíveis a essas mudanças, (PACS, 2016) seja pela invasão em seus espaços naturais, ou pela pressão significativa e constante que indústrias e portos causam nos ambientes laborais das comunidades tradicionais locais.

Dentre os empreendimentos e megaempreendimentos citados na pergunta 3.1, que trata sobre as empresas locais mais poluidoras, responsáveis pelas principais mazelas ambientais e transformações agudas no bioma local (a partir da percepção dos entrevistados), destacam-se nos resultados (pergunta 3.1): a) Techint/Ternium Brasil<sup>227</sup>, b) Complexo Portuário de Itaguaí (Gestão Docas S/A); e c) Porto Sudeste S/A, com 30 indicações, seguidas pela d) Gerdau – Cosígua; e) Centro de Tratamento de Resíduos – CICLUS, com 27; f) Estaleiro de Submarinos Prosub – Marinha do Brasil; g) Pedreira Santa Luzia S/A, com 26; h) Complexo de Areais do Piranema, com 24; e i) Casa da Moeda do Brasil, com 23 citações.

*“A CSA que vai dando nosso problema respiratório, minha casa nunca para limpa e o pior alergia e problema respiratório, é um pó preto que entranha na gente”. (AF 1 - III), “a marinha que era pra defender a gente é quem está nos matando” (PA 2 - VII).*

Constatou-se uma baixa quantidade de indicações (6 ao todo) para o Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz, sendo essas citações, em sua maioria, feitas por moradores do subterritório do Rio da Guarda (V), localidade vizinha ao complexo, significando desconhecido por grande parte dos moradores de outras localidades do território, já que este empreendimento ainda se encontra em processo de implementação, o que justifica sua baixa pontuação. Ainda foram citados outros empreendimentos, com uma indicação cada, sendo estes: a) Usiminas S/A; b) Petróleo Brasileiro - Petrobrás S/A; c) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE; d) Cervejaria AMBEV; e f) Arco Metropolitano.

---

<sup>227</sup> Companhia Siderúrgica do Atlântico, até 2017, conhecida popularmente como CSA.



Esses resultados indicam um panorama sobre como as comunidades dos subterritórios rurais identificam seus principais agentes poluidores, os mesmos atores apontaram na pergunta 3.2 os principais tipos de impactos ambientais sentidos por eles no território, cabendo destaque para: a) poluição dos rios e mares; b) poluição do ar; e c) poluição do solo com 25 indicações cada, seguidos pela d) perda de identidade e não reconhecimento do seu local de origem como resultante dos impactos ambientais, com 23 citações; e) inchaço habitacional em sua localidade, com 22 votos apresentando. Com resultados abaixo de 20 estão: f) poluição visual, com 17; g) gentrificação, com 16; e h) poluição visual, com 9 indicações de impacto no território.

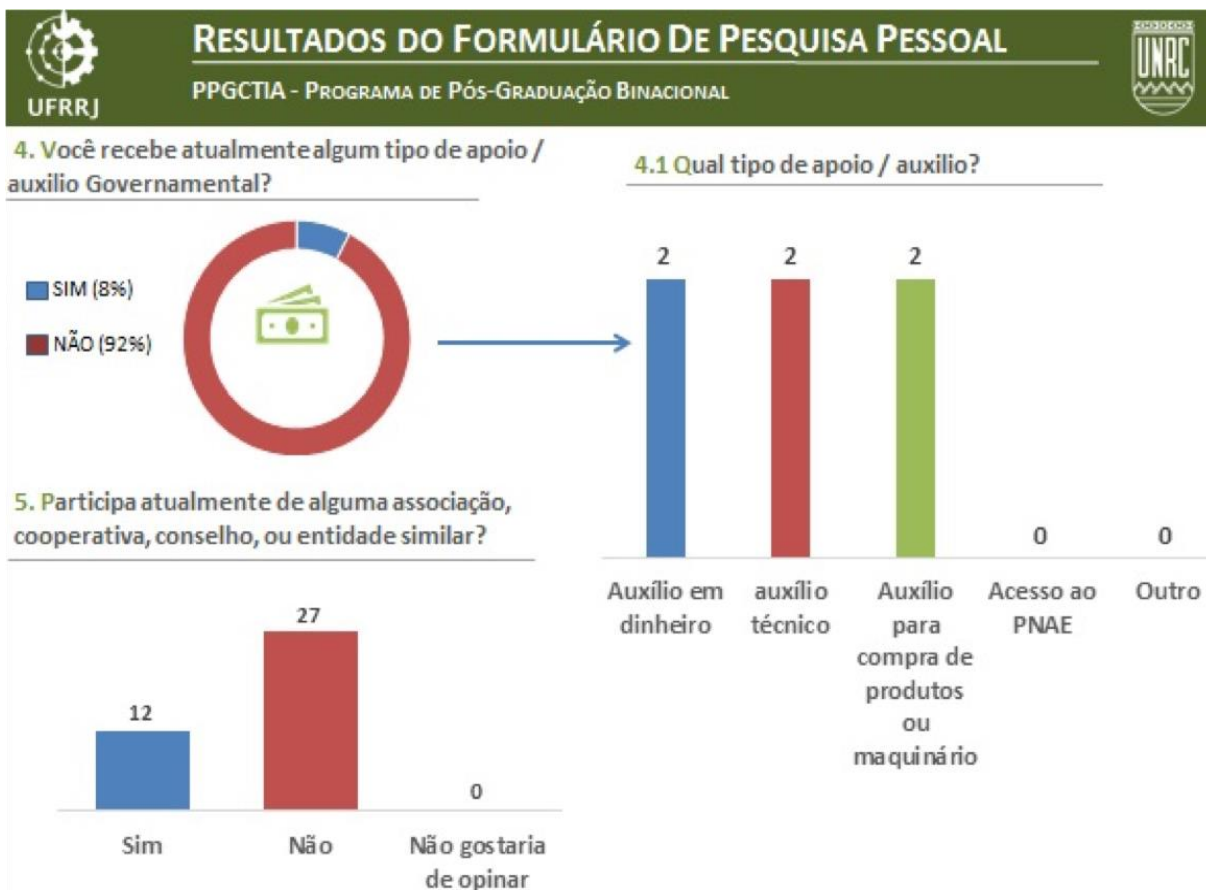
*Como terei condições de continuar com a pesca, tá tudo poluído, a baía tá virando um esgoto, o solo tá ruim e poluído, a nota mata protetora se perdeu, olha o manguezal o que eles jogaram por cima, minério! E pra piorar, não dão emprego pra ninguém da Ilha da Madeira, ainda mais pescador. Pescador está necessitado de condição de pescar, coisa que eles não dão, tem um monte de porto e a gente nem pode ir lá. Poxa, da logo uma indenização pra gente, porque hoje em dia trabalhar com a pesca está proibido (PA 4 - VII).*

Os dados resultantes das perguntas 3, 3.1 e 3.2 vêm corroborar (a partir da visão da sociedade civil local) o conjunto de informações, dados técnicos e análises apresentadas ao longo de todo este capítulo, os quais estão ligados aos impactos causados no bioma local e apresentam relações diretas entre a chegada de empreendimentos e megaempreendimentos na região, considerado (pelos atores locais) fator agravante para o surgimento e/ou piora de diversas formas de poluições socioambientais no território.

Esses impactos são resultados de anos de “uso e apropriação dos recursos (materiais e simbólicos), [...] processo de desterritorialização da população local” (PLACIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2017, p. 9), transformando toda a região em zonas de sacrifício (ASCERALD, 2011), em que a população local, em especial as comunidades tradicionais, acabam por padecer da obliteração do seu espaço-tempo. (CASTELLS, 1996), de seus recursos naturais e vão sistematicamente sendo colocadas as margens do processo decisório. (VIDE FIGURA ABAIXO)

Os resultados apresentados no painel três em formato *dashboard* abordam em suas perguntas 4 e 4.1 a participação do ente público junto às comunidades tradicionais do território, enquanto a pergunta 5 trata sobre a participação da sociedade civil dos subterritórios do TIdI em instâncias locais de gestão e controle social.

A pergunta 4 (Você recebe atualmente algum tipo de apoio ou auxílio governamental (município, estado ou federal), para o desenvolvimento de suas atividades rurais?) busca apresentar um panorama, a partir da percepção do entrevistado, sobre o atual cenário das políticas públicas para as comunidades tradicionais dos subterritórios rurais do TIdI. Do total, 92% (36 indivíduos em um universo total de 39) dos entrevistados sinalizaram não receber qualquer tipo de apoio/auxílio do ente público (indiferente da esfera), o que denota (a partir desse resultado) a baixíssima aderência e efetividade do poder público na diminuição das desigualdades econômicas que esses atores locais enfrentam atualmente: “*Rapaz, o problema é o financeiro, falta de ajuda do governo, em ajudar o que a gente tá fazendo, veja só, tudo que planto é com meu dinheiro, sem ajuda de banco, do governo de ninguém*” (AF 1 - III).



**Figura 86** - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 4, 4.1 e 5  
**Fonte:** própria.

Esses dados refletem os atuais processos de desmonte de políticas públicas para territórios rurais, os quais vêm ocorrendo sistematicamente nos últimos anos no Brasil (VIANNA, 2016), principalmente após o encerramento do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA<sup>228</sup>, que culminou, posteriormente, com o encerramento ou descaracterização de projetos públicos para o fomento no campo. Nesse âmbito, cita-se a falta de apoio para a continuidade dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDRSS<sup>229</sup>, encerramento do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, do Programa Territórios da Cidadania – PTC, do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – PFPR, Projovem Campo – Saberes da Terra, dentre outras.

Segundo o CONDRAF (2017), estas práticas conduzem a um processo de perda de garantias de direito das comunidades rurais brasileiras, especialmente no que se refere à quantidade de indivíduos e qualidade do trabalho no campo que levando a uma exclusão fundiária, dificuldade de acesso a recursos e tecnologias, além da perda socioeconômica e ambiental.

*Com todas as dificuldades ainda tínhamos acesso a um dinheirinho, uma ajuda, mas com esse atual governo, tudo se perdeu, você vê o NEDET, ajudou tanto a gente no início, agora se não fosse a luta do pessoal da Rural [UFRRJ] estaríamos sem ajuda nenhuma, mas ainda sim ficamos abandonados pelos governos, tanto daqui como de Brasília. (AF 1 - I).*

<sup>228</sup> Tornou-se secretaria especial de agricultura familiar e desenvolvimento rural, vinculado a Casa Civil.

<sup>229</sup> Mantidos em algumas localidades brasileiras, devido a ação direta de estados e/ou municípios.

Do total, apenas 8% (3 entrevistados) informaram receber algum auxílio governamental, tanto financeiro quanto técnico para aquisição de produtos e/ou maquinários, o que denota, inclusive, a baixa efetividade de instituições públicas do território e de seu entorno, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro - ITERJ, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, no que se refere ao auxílio de fomento técnico para o desenvolvimento de cultivo local.

Instituições que vêm continuamente recebendo cortes orçamentários, impactando no quantitativo de suas equipes, oportunidades de novos projetos, redução de maquinários e de ações de apoio técnico às comunidades tradicionais de seu próprio território. Ademais, os cortes afetam a “compreensão de uma política pública, cujos potenciais de transformação nas vidas de famílias rurais ainda não foram devidamente reconhecidos no país” (FLECK et al., 2019, p. 13), nota-se nesse sentido o território, enquanto um reflexo do atual cenário nacional, com uma crescente carência de oferta e adesão de políticas públicas e sociais para o campo.

A questão 5 (Você participa atualmente de alguma associação, cooperativa, conselho, ou entidade similar?) trata sobre a participação da sociedade civil local em instâncias de controle social em seu território, enquanto fomento de uma gestão participativa, reflexiva e colaborativa, de valores emancipatórios locais, como cooperação, justiça, democracia e zelo (MOURA, 2014), e que tenha como objetivo o bem comum.

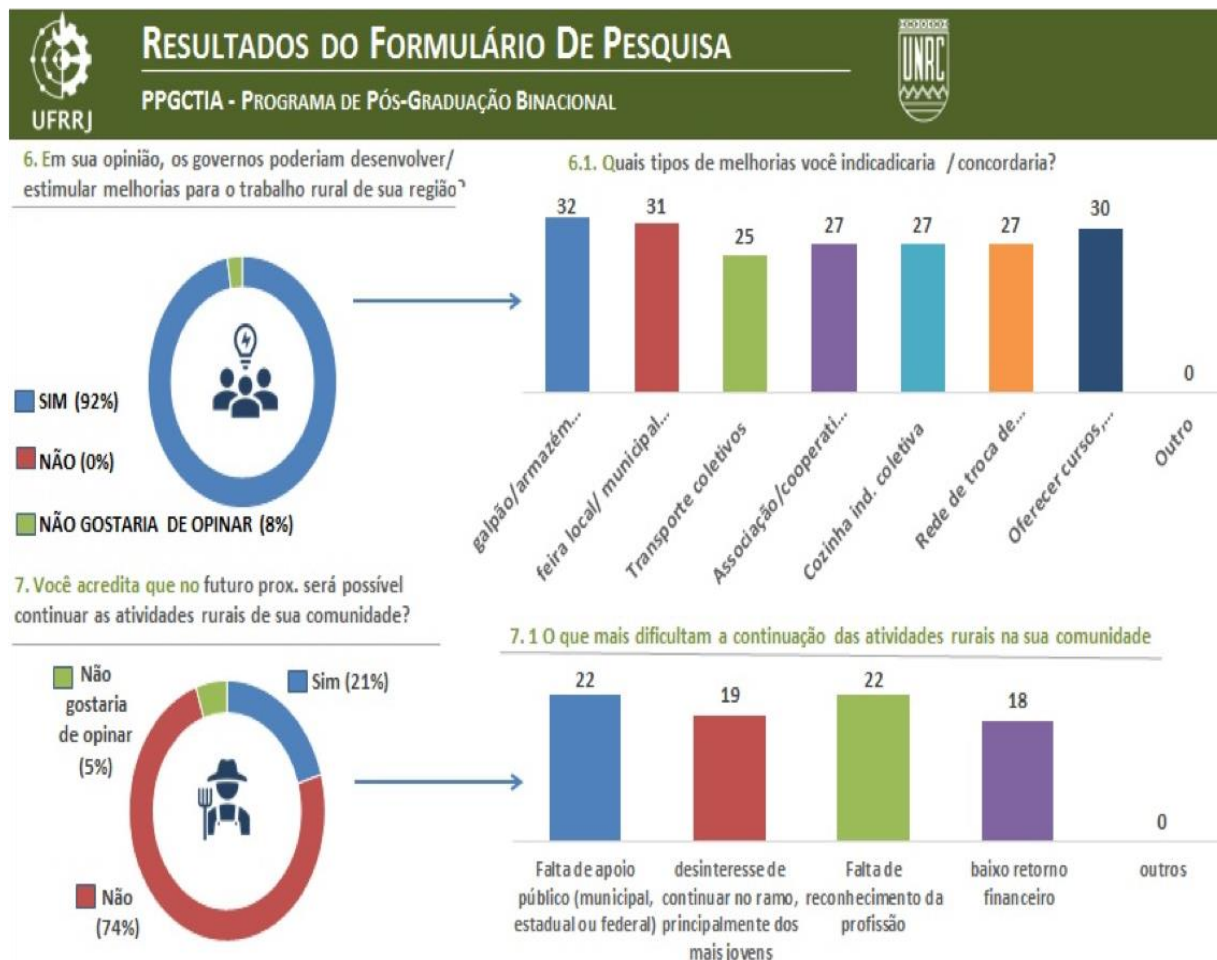
Os resultados apresentam uma baixa participação da sociedade civil, pois 12 atores locais (30%), de um total de 39, informaram participar de alguma instância de gestão e controle social no território. Os mais citados foram: a) Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (4 indicações); b) Conselho Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Itaguaí; c) Associação de Pescadores da Ilha da Madeira; d) Associação de Mulheres do Mazomba e Mazombinha (3 indicações cada); e) Instituto Boto-Cinza (2 indicações); f) Associação do Assentamento da Serra do Matoso; g) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mangaratiba; h) Associação Brasileira de Agroecologia; e i) Conselho Comunitário da Ilha da Madeira (com uma indicação cada - Alguns entrevistados indicaram em suas falas participar em mais de uma instituição.).

Esse cenário, onde 70% dos entrevistados informaram não participar de espaços consultivos e deliberativos populares, corrobora outros estudos, como o de Macedo (2014), que sinalizam a baixa participação de atores locais em espaços coletivos de controle social, por motivos diversos, como o desconhecimento de sua existência, formas de ingresso e dinâmicas de atuação, bem como por não serem convidados pelos entes públicos a participar do processo decisório destas plenárias. Onde estas cadeiras, por vezes, são ocupadas pelos mesmos atores o que dificulta inclusive o surgimento de novas lideranças locais.

A carência de políticas públicas e sociais para os territórios rurais do TIDI, somada ao baixo quantitativo de participação da sociedade civil local, acaba por expressar o “enfraquecimento das organizações sociais [...] retiram da pauta de discussão dos governos temas relacionados a agricultura, incluindo a destinação de recursos às instituições de assistência técnica e extensão” (RAMOS, 2019, p. 99). Resultando em uma baixa aderência governamental em torno das pautas relacionadas ao campo e às comunidades tradicionais, “enquanto produto da ação humana na sociedade e sobre o ambiente natural. Relaciona-se com o comportamento das pessoas diante a diversidade social, biológica e cultural diversidade” (SOBRINHO, 2014, p. 72).

Nesse sentido a influência e a conscientização popular ainda se colocam como alternativas de vanguarda diante da pressão dos interesses de mercado, os quais, constantemente, se sobrepõem às práticas da administração pública, buscando intervir e coibir

os planejamentos e execuções de ações coletivas que visem ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais locais.



**Figura 8713** - Resultado das entrevistas semiestruturadas, perguntas 6, 6.1, 7 e 7.1  
**Fonte:** própria.

O último painel em modelo *dashboard* apresenta quatro gráficos, subdivididos entre as perguntas 6 e 7, e nos desdobramentos 6.1 e 7.1, respectivamente. Esses dados tratam sobre a carência e ausência de políticas públicas e sociais, bem como indicam alternativas de melhorias para os territórios rurais do TIDI, tendo como perspectiva a visão dos atores locais. Os dados também expõem a visão dos mesmos com relação às suas expectativas (de continuidade ou não de suas atividades) para um futuro próximo.

Os 98% (38 pessoas) que responderam sim para a pergunta 6 foram convidados a opinar sobre a pergunta 6.1 (Você concordaria com alguma(s) da(s) opção(es) abaixo?), que continha algumas alternativas de ações públicas que poderiam direta ou indiretamente proporcionar a melhoria das atividades socioeconômicas dos atores rurais locais<sup>230231</sup>.

Dentre as respostas, destaca-se o interesse dos atores rurais locais para as seguintes opções: a) criação de um galpão/armazém coletivo (32 indicações); b) criação de uma feira local/municipal permanente (31 indicações); c) oferta de cursos/assistência técnica próxima à sua comunidade e com relação às atividades rurais (30 indicações); d) criação de uma associação e/ou cooperativa rural na região; e) criação de uma cozinha industrial coletiva, destinada ao processamento de alimentos; f) criação de uma rede de comércio e troca de

<sup>230</sup> Os entrevistados poderiam marcar quantas opções concordassem, sendo no máximo uma para cada.

<sup>231</sup> Essas opções foram definidas a partir da observação participante no território entre os anos de 2015-2020, bem como compreendido pelo autor a partir das reuniões do colegiado territorial na Baía da Ilha Grande – BIG.

produtos (27 indicações cada); e g) oferta de transporte público e coletivo, evitando a ação de atravessadores (25 indicações).

Os dados acima citados, além de sugerir um desamparo socioeconômico e estrutural junto aos trabalhadores rurais do território por parte do estado, também indicam um baixíssimo processo de gestão social, carência de políticas públicas e sociais, bem como expressam um cenário em que a infraestrutura pública e as demais ações sociais são postas em segundo plano, tanto no processo participativo e decisório como no cenário de contrapartidas sociais, de maneira que se “sobressai a situação paradoxal de melhoria de indicadores socioeconômicos municipais e pouco avanço nas áreas sociais e infraestrutura” (VILELLA, VIDAL, ARAÚJO, et al, 2014, p. 131), bem como, é perceptível a necessidade de ações propositivas que objetivem o achatamento das desigualdades nas localidades rurais, e que sejam postas em práticas da maneira que a sociedade civil local anseia e demanda.

Os resultados indicados acima (perguntas 6 e 6.1) servirão como referencial para a construção dos aspectos propositivos, desenvolvidos no subcapítulo 7.2 (ações propositivas para o Território Identitário de Itaguaí), e de medidas que possam auxiliar no “tratamento de conflitos e na implementação de instrumentos [...] de menor custo administrativo” (PACS, 2016, p.07), e maior efetivação de um processo de reterritorialização dialógica como mecanismo que possibilite a construção e reconstrução de culturas e modelos que não necessitem, necessariamente, de um mercado econômico centralizador para seu êxito em nível regional.

A questão número 7 (Você acredita que no futuro (aproximadamente 10 (dez) anos), será possível continuar as atividades de trabalho rural na sua comunidade?) busca a impressão dos entrevistados sobre a possibilidade de continuidade das atividades socioeconômicas originárias das comunidades tradicionais em um período aproximado de uma década (2030). Dos 39 entrevistados, aproximadamente 74% (29) informaram que não conseguem enxergar um futuro próximo em relação à continuidade das atividades socioeconômicas dos trabalhadores rurais do território; somente 21% (8) vislumbram o continuísmo de suas práticas laborais em suas localidades de origem e/ou de trabalho.

Esses resultados refletem uma falta de expectativa com relação ao continuísmo das atividades rurais no TIDI e demonstram a carência de reposição desses profissionais (do campo e do mar) nas gerações futuras (BRANDÃO, 2019), e que vão paulatinamente sendo cooptados para o mercado de trabalho oferecido pelos empreendimentos e megaempreendimentos instalados na região, ficando as atividades de cultivo e pesca, exercida em sua maioria pelos mais velhos. *“A demanda de mão de obra do jovem para as empresas é grande, e os pouquíssimos que ficam, acham mais fácil trabalhar com outras coisas do que desenvolver as atividades do mundo rural, hoje eu vejo a atuação principalmente dos mais velhos”* (APPL 2 - II).

Esses resultados também refletem os dados do censo agropecuário de 2017 IBGE Cidades (2020)<sup>232</sup>, em que 93% dos estabelecimentos rurais locais são de responsabilidade de produtores acima de 35 anos, sendo 51% dessa total incumbência de pessoas acima dos 55 anos. Constata-se o envelhecimento dos trabalhadores rurais locais e os gargalos no continuísmo de suas atividades para as gerações futuras, as quais “acabam conseguindo trabalho nos centros urbanos, relegando aos mais idosos [...] com isso percebe-se que o futuro é incerto quanto a prática e a disponibilidade de mão de obra no trato com a terra” (VIANNA, 2017, p. 73-74).

Para os 74% (29 pessoas) que responderam não à pergunta 7, foi realizada a pergunta 7.1 (O que mais dificulta a continuação das atividades rurais na sua comunidade?)<sup>233</sup>. As respostas destacaram a falta de apoio público (também em destaque nas perguntas 4 e 4.1). Dos

---

<sup>232</sup> Foi utilizado como referência o município de Itaguaí, por comportar o TIDI quase que em sua totalidade.

<sup>233</sup> Do total de 29 entrevistados que responderam não para a pergunta sete, poderiam marcar quantas opções concordassem na pergunta 7.1 não ultrapassando uma vez para cada.

resultados obtidos junto aos entrevistados, citam-se: a) falta de apoio (público-privado); e b) ausência de reconhecimento da profissão por parte da própria sociedade (principalmente dos centros urbanos), com 22 indicações para cada; seguido das c) dificuldades de continuidade das atividades tradicionais, devido ao desinteresse dos mais jovens (como já descrito acima), com 19 indicações, e d) redução e baixo retorno financeiro, com 18 indicações.

*Chega na zona urbana, as pessoal adultas não sabe como nasce um pé de alface, as pessoas não tem noção da dificuldade que é a importância que a gente tem, então os mais jovens, não querem trabalhar em algo que não é valorizado [...] ai o pessoal que não é daqui vem e querem botar preço no nosso produto, como se tivesse menor valor que o trabalho deles, é desgastante, desanima. (AF 3 - II).*

Esses resultados demonstram a carência de demandas por parte do Estado enquanto agente promotor de alternativas estratégicas e de políticas públicas e sociais no mundo rural, sejam elas ações de fomento técnico, incentivos fiscais, práticas redistributivas de renda (como descrito nas perguntas anteriores) ou criação de alternativas que valorizem o papel do jovem no campo. Essas ações requerem (inclusive) “mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens” (BRUMER, 2005, p. 5).

De forma geral, os resultados indicados nos gráficos em modelo *dashboard* expressam uma complementação entre si, pois há uma homogeneidade nas opiniões dos entrevistados (pergunta 1), onde por mais que sejam identificadas especificidades entre os coletivos dos subterritórios analisados, também se percebe uma proximidade e saturação de falas (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006), principalmente no que tange à carência de políticas públicas, como observado nas perguntas 4, 4.1, 6 e 6.1, como também, no que se refere aos impactos poluidores dos empreendimentos e megaempreendimentos existentes na região, expresso nas perguntas 3, .31 e 3.2.

Pode-se relacionar os resultados das oscilantes práticas de sustentabilidade no território, expressas nos resultados da pergunta 2, com a baixa efetividade e apoio de políticas públicas para as localidades rurais do TIdI (perguntas 4, 4.1, 6), ente público que pode diretamente fomentar práticas multifuncionais e inovadoras do próprio mundo rural. Este, por sua vez, também se expressa pela baixa expectativa (21%) com relação à continuidade das atividades socioeconômicas tradicionais por parte dos atores dos subterritórios rurais locais (pergunta 7), cabendo, inclusive, o destaque para a falta de apoio governamental.

As informações indicam uma “eventual descontinuidade na política de apoio por parte do governo federal e [...] uma drástica paralisia destes organismos [...], reforçado também pelo baixíssimo número de colegiados” (FAVARETO, 2010, p.55). Bem como expressam baixa aderência por parte da sociedade civil desses territórios rurais (30%) em instâncias locais de gestão e controle social (pergunta 5), em muito resultado do baixo processo de publicização e incentivo a participação da sociedade civil local (MACEDO, 2014).

Compreende-se também que a baixa aderência e representatividade desses coletivos sociais facilitam a ampliação e aumento dos impactos e conflitos ambientais, principalmente após a chegada dos empreendimentos e/ou megaempreendimentos nos subterritórios rurais do TIdI, como expresso nas perguntas 3 e 3.1 (desta tese), ampliando os casos de poluição, principalmente (segundo os entrevistados) nos rios e mares, no ar e no solo (pergunta 3.2 desta pesquisa).

Segundo Ramos (2019), a efetivação dialógica e o conclamo dos atores rurais junto aos entes governamentais locais ainda é um caminho para a sobrevivência e redução das desigualdades no território, a medida que esses atores são determinantes para o bom desenvolvimento dos processos decisórios das políticas públicas e sociais destinadas ao campo e mar. Nesse sentido, as participações desses coletivos acabariam por apresentar as melhores

necessidades e indicar as melhores soluções (pergunta 6.1), já que são eles os principais entendedores de seu universo (PERICO, 2009), bem como seus principais beneficiários.

Logo, segundo os dados observados durante as entrevistas semiestruturadas (para esta tese), o Estado apresenta-se aquém de seu papel de compelir a centralização dos megaempreendimentos no território que desenvolvem suas atividades por vezes poluidoras. De maneira que a sobrevivência das comunidades tradicionais locais é oriundas de suas próprias ações de resistência (coletivas e individuais), sustentadas em seus simbolismos particulares (TILLY, 1996). Os resultados e análises dos gráficos apresentados acima, bem como os demais dados mencionados neste capítulo (6), serão utilizados como referência para a construção da matriz analítica, que será apresentada no subcapítulo abaixo.

### **7.5.2 Matriz Analítica dos Impactos do TIdI**

Este subcapítulo descreve e analisa os resultados da matriz analítica dos impactos do TIdI, moldados pelo cruzamento de informações colhidas na triangulação de dados (YIN, 2001) e fundamentados pelo método etnográfico (SABIRÓN; ARRAIZ, 2005) e na metodologia qualitativa de investigação (MINAYO, 2010). Tem-se como analogia o Índice de Condição de Vida – ICV, apresentado no capítulo “Indicadores Sociais e desenvolvimento: interpretações a partir do índice de condições de vida”, de Waquil, Rambo, Conterato e Schneider (2015).

A matriz analítica dos impactos do TIdI tem como finalidade, apresentar um panorama multidimensional (SEPÚLVEDA; DUNCAN, 2003), utilizando como parâmetro os seguintes critérios: a) ausência de políticas públicas; b) desterritorialização; c) gentrificação; d) dificuldades no desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento territorial local; e) objeção às propostas relacionadas à gestão, controle social e cidadania deliberativa; f) instrumentalização da razão; g) dificuldades na difusão de práticas multifuncionais ou sustentáveis; e h) pressões e impactos ambientais (ação de atores externos)<sup>234</sup>.

A matriz analítica dos impactos no TIdI também apresenta pontuações e cores variadas, estabelecidas conforme os preceitos metodológicos dessa pesquisa (triangulação dos dados, método etnográfico, metodologia qualitativa e analogia ao ICV), e tem como finalidade mensurar os graus de impactos no território, onde as pontuações se distribui célula por célula, de modo que a quantidade de pontos somados (de maneira simples) estabeleçam as médias<sup>235</sup>.

Cabe destacar que o estabelecimento e a definição dos critérios, a formação das pontuações e cores, os preceitos metodológicos utilizados e o cálculo aplicado a essa matriz analítica, além das demais especificidades, encontram-se detalhados no capítulo 3 desta tese.

Os valores e cores foram estabelecidos de acordo com a percepção do pesquisador, alicerçados nas análises apresentadas nos capítulos 5 e 6 desta pesquisa, a inclusão dessas pontuações nas células da matriz analítica proporcionam uma compreensão das médias dos impactos no TIdI (última coluna – de cima para baixo - na horizontal) e das médias dos impactos por subterritórios no TIdI (última coluna – da esquerda para direita – na vertical), onde o resultado final é a média total dos impactos no TIdI (última célula em baixo à direita), como visto a seguir:

---

<sup>234</sup> A escolha por esses critérios e suas definições encontram-se estabelecidas no subcapítulo 3.3 desta tese.

<sup>235</sup> O estabelecimento dos índices, pontuações, cores e definições encontram-se no subcapítulo 3.3 desta tese.

**Quadro 26 - Matriz Analítica dos impactos no TIdI**

| Matriz Analítica dos impactos no TIdI                                |                   |                    |                         |                         |                   |                   |                         |  |
|--|-------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|--|
| CRITÉRIOS E SUBTERRITÓRIOS   | MAZOMBA (I)       | RAIZ DA SERRA (II) | CHAPERÓ (III)           | PIRANEMA (IV)           | RIO DA GUARDA (V) | COROA GRANDE (VI) | ILHA DA MADEIRA (VII)   | MÉDIA POR IMPACTO NO TIDI                            |
| Ausência de Políticas Públicas                                       | alta (4)          | média (3)          | alta (4)                | alta (4)                | muito alta (5)    | média (3)         | alta (4)                | = alta (27)  |
| Desterritorialização   | média (3)         | baixa (2)          | muito alta (5)          | muito alta (5)          | alta (4)          | muito alta (5)    | muito alta (5)          | = Muito Alta (29)                                    |
| Gentrificação  | baixa (2)         | baixa (2)          | muito alta (5)          | muito alta (5)          | muito alta (5)    | Alta (4)          | muito alta (5)          | = alta (28)  |
| Dif. no desenv. práticas relacionadas ao desenv. terr local          | baixa (2)         | baixa (2)          | alta (4)                | alta (4)                | muito alta (5)    | alta (4)          | alta (4)                | = alta (25)  |
| Objeção a prop. relacionadas a gestão, controle social e cid. Delib. | muito baixa (1)   | baixa (2)          | média (3)               | média (3)               | média (3)         | média (3)         | média (3)               | = média (18)   |
| Instrumentalização da Razão  | baixa (2)         | baixa (2)          | alta (4)                | muito alta (5)          | muito alta (5)    | alta (4)          | muito alta (5)          | = alta (27)  |
| Dif. na difusão de práticas multifuncionais / sust.                  | baixa (2)         | muito baixa (1)    | muito alta (5)          | média (3)               | alta (4)          | média (3)         | média (3)               | = média (21)   |
| Pressões e Impacto ambientais  | alta (4)          | média (3)          | muito alta (5)          | muito alta (5)          | muito alta (5)    | muito alta (5)    | muito alta (5)          | = muito alta (32)                                    |
|  |                   |                    |                         |                         |                   |                   |                         | +  |
| <b>MÉDIA DOS IMPACTOS POR SUBTERRITÓRIOS DO TIDI</b>                 | <b>média (20)</b> | <b>média (17)</b>  | <b> muito alta (35)</b> | <b> muito alta (34)</b> | <b>alta (36)</b>  | <b>alta (31)</b>  | <b> muito alta (34)</b> | <b>MÉDIA TOTAL DOS IMPACTOS NO TIdI - ALTA (414)</b> |

Fonte: Própria



A partir dos dados apresentados na matriz analítica dos impactos no TIdI, nota-se inicialmente uma variação entre os resultados distribuídos ao longo da tabela (células), valores que refletem inclusive os números expressos tanto na média por impactos quanto na média de impactos por subterritório. Esses resultados buscam expressar um cenário de determinados locais, comunidades e critérios (WAQUIL et al., 2015), uma fotografia de um espaço-tempo particular e a partir da perspectiva de quem analisa.

Inicia-se a análise da matriz analítica pelo dado de menor valor, conforme expresso no critério de **objeção às propostas relacionadas à gestão, controle social e cidadania deliberativa** (impacto médio – 18 pontos - amarelo), localizado na média por impactos do TIdI (última coluna – da esquerda para direita – na vertical)., onde o resultado apresentado trata sobre a permeabilidade das práticas de gestão e controle social enquanto exercício “orientado para o social (enquanto finalidade), pelo social (enquanto processo), norteadas pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER, MELO. 2006, p. 17).

Os melhores resultados desse critério (nas células) foram observados nos subterritórios de Mazomba (muito baixa – 1 ponto - verde) e Raiz da Serra (baixa – 2 pontos - azul), sendo, justamente, essas duas localidades as mais distantes (geograficamente) do centro do TIdI e que, nas falas de seus entrevistados, tiveram uma maior relação de aproximação entre seus moradores, fator preponderante na construção dialética das práticas participativas dos espaços, a qual decorre de um convívio comunitário e interdependência entre seus pares, característica comum dos territórios rurais brasileiros (ABRAMOVAY, 2010).

*Aqui nós sabemos que um depende do outro, se eu não tenho algo, eu sei que ela [apontando para a vizinha] vem me ajudar. [...] Um tempo atrás pegou fogo aqui na mata em volta da minha casa, dependi da ajuda dos meus vizinhos, eu e minha família sozinha, não ia dar conta de apagar todo aquele fogo. Então aqui sempre foi assim, a gente vai passando isso de mãe pra filhos (AF 1- I).*

*meu pai por exemplo, mora na serra tem pra mais de não sei quantas décadas, aqui todo mundo se conhece, na verdade os mais antigos viram quase que uma grande família (AF 3 - II).*

Nessas duas localidades (Mazomba e Raiz da Serra), há um sentido de bem comum (TENÓRIO, 2008) entre seus pares, pois suas práticas sociais e ações comunitárias têm como resultado um processo de harmonização local (VILLELA et al., 2012) e de proximidade, por vezes consanguínea, que reflete na variação de sua participação em instâncias de controle social local, como: a) Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande; b) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mangaratiba; c) Associação Brasileira de Agroecologia; d) Colegiado da Baía da Ilha Grande; e) Associação Brasileira de Agroecologia – ABA; f) associação de moradores locais; g) Associação de Turismo Rural Sustentável e Solidário das Serras do Matoso e Piloto; h) associação de mulheres do Mazomba e Mazombinha; i) conselhos comunitários locais.

Conselhos similares também são encontrados em outras localidades do território, porém não com a mesma predisposição popular, o que demonstra a baixa aderência de determinados atores locais e/ou a repetição dos mesmos atores em diversas instâncias locais (MACEDO, 2014). Tal fato pode (inclusive) resultar em dificuldades futuras, como por exemplo, a introdução de novos atores nesses espaços de participação.

O segundo critério analisado na matriz analítica diz respeito aos menores valores somados a partir da média por impactos no TIdI e que trata das dificuldades na difusão de práticas multifuncionais ou sustentáveis (impacto médio – 21 pontos - amarelo). Novamente, os subterritórios de Mazomba (I) e Raiz da Serra (III) se colocam com maior destaque e vocação (conforme também demonstrado nas análises da pergunta 2 do subcapítulo 6.5.1) para a realização de práticas agroecológicas (ALTIERI, 1992) e de preservação do território por parte

dos atores locais (MMA, 2003). Onde ocorre uma predisposição ao cultivo diversificado, voltado principalmente para a comercialização (principalmente de banana ouro, prata e d'água), porém, ainda mantendo algumas variedades de produtos comumente utilizados principalmente para subsistência.



**Figura 88** - Multifuncionalidade da agricultura familiar – Mazomba (I) – banana, coco da baía, abacate e hortaliças

**Fonte:** própria.

A multifuncionalidade e/ou sustentabilidade nos subterritórios de Piranema (IV), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII) aponta uma indicação média (3 pontos - amarelo), variando de produtor para produtor e/ou de pescador para pescador, tornando-se, nesse sentido, uma ação muito particularizada, conforme demanda ou interesse do ator local: “*Na verdade, nas minhas visitas o que eu percebe são muito iniciativas individuais, que partem do interesse de cada um, onde algumas práticas não são mais coerentes que outras*” (APPL 1 - IV).

Destacam-se negativamente (no critério de dificuldades na difusão de práticas multifuncionais ou sustentáveis) os subterritórios do Rio da Guarda -V (indicador alto – 4 pontos - laranja) e Chaperó - III (indicador muito alto – 5 pontos - vermelho), onde praticamente não foram observados e/ou sinalizados pelos entrevistados ações voltadas para as práticas agroecológicas. Segundo o INEA (2011), esse resultado decorre do: a) interesse quase que exclusivo da cultura de coco da baía, devido ao seu potencial de comercialização; b) falta de apoio técnico para diversificação produtiva de suas plantações; e c) desinteresse pelas pressões da indústria dos areais em Piranema e as contínuas pressões imobiliárias no Chaperó, o que altera a morfologia da paisagem no local.

*Não é qualquer tipo de produto cultivado que da certo lá [Piranema e Rio da Guarda], as pessoas da região se adaptaram nas últimas décadas ao coco, é um produto resistente, frente ao solo arenoso que a região vai se moldando devido ao crescimento desordenado da extração mineral na região (APL 2 - IV).*

*Hoje eu priorizo o coco, ele me dá a oportunidade de venda mais rápida, já tem comprador certo, infelizmente apesar de saber que outras coisas seriam boas, eu não posso arriscar, na crise que estamos vivendo, né! Eu vendo praticamente os cocô, as vezes umas caixas de jabuticaba, olha moro aqui com minha mãe já tem uns 15 anos e não consigo nenhum apoio pra trocar de opção (AF 3 - III).*



**Figura 89** - Monocultura do coco da baía – Chaperó (III)

**Fonte:** própria.

As reduzidas práticas de multifuncionalidade, principalmente em alguns subterritórios do TID<sup>236</sup> e evidenciadas ao longo desta pesquisa, expõem essas localidades a alguns impactos negativos, como o empobrecimento do solo, maior propensão a insetos e pragas, assoreamento do solo, riscos econômicos e sociais (PETERSEN, 2012), além de práticas corriqueiras, como a queimada do solo (como mecanismo de limpeza) e a utilização de agrotóxicos.

Essas regiões originalmente apresentavam uma maior diversidade de cultivos, como laranja, tomate, quiabo, etc. e encontram-se atualmente ancoradas na monocultura do coco da baía, seja pela falta de apoio (técnico e financeiro) de instituições públicas locais<sup>237</sup>, seja pela escassez de mão de obra nas localidades com os piores índices<sup>238</sup>: “*tinha muita lavoura, frutas, laranja, esse areal e abandono veio a destruição total*” (AF 2 - IV), “*aqui é só nos e Deus, sem apoio de ninguém*” (AF 3 - III).

Tais condicionantes acabam por criar obstáculos não só para as comunidades tradicionais do território, mas também colocam em risco a continuidade de suas práticas para gerações futuras, fruto da desvalorização no processo dialógico (HONNETH, 2003), dependência, por motivos de sobrevivência, dos interesses do mercado (LISBOA, 2009), arrefecimento na essência de práticas agroecológicas e sustentáveis (PETERSEN, 2012) e riscos no que se refere à segurança alimentar, principalmente das comunidades mais pobres (VIANNA, 2017).

Esses mesmos riscos permeiam o universo do critério das dificuldades no desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento territorial local (impacto alto – 25 pontos - laranja), sendo observadas (durante a pesquisa de campo e entrevistas) principalmente nos subterritórios de Chaperó (III), Piranema (IV), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII). Essas localidades citadas, apresentam entraves na execução de dispositivos como medida para redução da pobreza (BARQUERO, 2001), bem como uma baixa perspectiva de desenvolvimento endógeno (impacto alto – 4 pontos - laranja), o que acaba por gerar um

<sup>236</sup> Como descrito no capítulo 6 desta tese.

<sup>237</sup> Vide resultados em formato *dashboard* das perguntas 5, 5.1,7 e 7.1 do subcapítulo 7.5.1 desta tese.

<sup>238</sup> Vide os resultados em formato *dashboard* das perguntas 8 e 8.1 desta tese.

baixo nível de sustentabilidade local, desvalorizando inclusive práticas autogestoras instituídas pelos próprios atores locais.

O pior resultado para esse critério (dificuldades no desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento territorial local) está no subterritório do Rio da Guarda (impacto muito alto – 5 pontos – cor vermelha), localidade que apresenta atualmente baixa coesão social, condições alarmantes de gentrificação, ausência de equipamentos públicos e uma pressão espacial multiescalar devido à sua localização, entre o Complexo Industrial de Santa Cruz (PACS, 2016) e o conglomerado de empreendimentos extratores de areia<sup>239</sup>. Em contrapartida, os melhores resultados (baixo impacto – 2 pontos – cor azul) para esse critério (assim como nos itens anteriores) são justamente os subterritórios de Mazomba (I) e Raiz da Serra (II), regiões, como já descritas, que possuem uma maior variedade de práticas sustentáveis e multifuncionais, e por expressarem uma maior coesão social.

*Os jovens de agora não sabem, o quanto já fizemos pelo bairro [Rio da Guarda], tínhamos a associação na igreja, minha esposa participava, era uma comunidade unida, mais hoje a gente vai ser valorizado com qual finalidade? A exploração? Até o rio já tá morrendo, o nosso “ar de bairro rural” [aspas com as mãos], já não temos mais (CL 1 - V).*

O baixo nível de percepção de práticas ligadas ao desenvolvimento local é proporcionalmente refletido nos resultados do critério de instrumentalização da razão no território (impacto alto – 27 pontos – cor laranja), onde os subterritórios de Chaperó (III) e Coroa Grande (VI) apresentam um impacto alto (4 pontos – cor laranja), enquanto os subterritórios de Piranema (IV), Rio da Guarda (V) e Ilha da Madeira (VII) exibem um índice muito alto (5 pontos – cor vermelha), onde se nota a execução de “perspectivas sistêmicas [...] que marca a emergência do capitalismo, a ação orientada para o sucesso, guiada por cálculos egocêntricos” (HABERMAS, 2012b, p. 196 e 307), o fetichismo pelo capital e o domínio da burocratização acabam por sistematicamente superar as relações humanas e sociais (LISBOA, 2009).

Os subterritórios de Mazomba (I) e Raiz da Serra (II), por apresentarem os menores indicadores de instrumentalização da razão (impacto baixo – 2 pontos – cor azul), são consequentemente os mesmos que a matriz analítica apresenta como melhores espaços para a promoção de práticas relacionadas à gestão e controle social, ações multifuncionais e sustentáveis, bem como são as duas localidades mais propensas à realização de práticas que visem ao desenvolvimento territorial local, aproximando-se do que Ramos (1989) conceitua como racionalidade substantiva, enquanto possibilidade de satisfação humana e participação multicêntrica, e que contrapõe a supervalorização mercadológica e a individualização do homem.

Os critérios de gentrificação e desterritorialização serão analisados de forma conjunta, à medida que se nota uma vinculação direta entre esses dois conceitos, sendo indissociável a existência de um sem a ocorrência do outro (HAESBAERT, 2012). Não à toa, as mesmas similitudes de resultados foram encontradas em ambos os casos. Os resultados expressos na matriz analítica apontam o critério de gentrificação como alto (27 pontos – cor laranja) e de desterritorialização como muito alto (29 pontos – cor vermelha).

Em especial, a matriz analítica dispõe no critério de gentrificação resultados muito altos (5 pontos – cor vermelha) nos subterritórios de Chaperó (III), Piranema (IV), Rio da Guarda (V) e Ilha da Madeira (VII), e indicador alto na localidade de Coroa Grande (VI); no critério de desterritorialização, o que se apresenta são resultados muito altos (5 pontos – cor vermelha) nos subterritórios de Chaperó (III), Piranema (IV), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII), e resultado alto na comunidade do Rio da Guarda, mantendo-se médio (3 pontos – cor amarela).

---

<sup>239</sup> Vide subcapítulo 6.3.5 desta tese para maiores informações.

Em ambos os critérios<sup>240</sup>, notam-se, novamente, os melhores resultados para as comunidades de Mazomba (I) e Raiz da Serra (II), onde, em ambas as localidades, os níveis de gentrificação são indicados como baixo (baixo – 2 pontos – cor azul), enquanto os de desterritorialização aparecem como médio (3 pontos – cor amarela) para o subterritório de Mazomba (I) e baixo (2 pontos – cor azul) para Raiz da Serra (II).

Esses resultados estão atrelados aos diversos impactos ambientais e socioambientais no território, descritos ao longo deste capítulo, sendo notório que, quanto maior e mais próximo estiver o empreendimento e/ou megaempreendimento do subterritório rural, mais sensíveis serão os danos sentidos tanto pelo bioma como pelas comunidades tradicionais locais.

*Os portos na região têm um potencial de risco aumentando, não só ambiental, mais uma pressão psicológica imensa. Uma zona de exclusão que afeta significativamente a atividade do pescador da Baía de Sepetiba. (APPL 2 - IV).*

*A derrocagem na baía, feita por varias empresas, mas a ação foi dividida pra não chamar a atenção do MP, cada empresa tirava um pouquinho da Baía, movimentando o fundo da baía, levando a mortalidade dos peixes. (PA 2 - VII).*

*Conheço pessoas que morava aqui perto da zona industrial de Santa Cruz que tiveram que sair correndo de onde nasceram e foram criadas (AF 2 - II).*

Tais impactos conduzem a alterações geobiofísicas da paisagem (DELUZE, GUATTARI, 2007) e que, somadas às pressões físicas e emocionais diversas, acabam por forçar a saída das comunidades locais. Essas ações agressivas por parte de entes privados, externos ao local, conduzem a uma ruptura social, ambiental e espacial (CASTELLS, 1996), gerando, quase que concomitantemente, processos de desterritorialização e de gentrificação, circunstâncias que se agravam com a “localização de algumas das principais indústrias [...] reflete de forma clara a conversão de parte importante do território da Baía de Sepetiba para uma lógica econômica e industrial” (PACS, 2016, p. 53), causando alterações, profundas e por vezes irreversível ao espaço.

O caso de desterritorialização no subterritório do Mazomba (I) apresenta uma determinante, que é o aumento desregulado de turistas na região, em especial nos meses de veraneio, que aproveitam as cachoeiras e o clima rural da região, como forma de lazer, porém gerando “consequências negativas [...], principalmente do ponto de vista ecológico [...], apresentando acentuados níveis de degradação do meio natural que não compensam o retorno financeiro” (KOROSSY, 2008, p. 58-59), práticas agressivas que são perceptíveis principalmente nas falas dos atores locais entrevistados.

*A coisa do lixo com o verão aqui [Mazomba] é um caos, a população aumenta desordenadamente, é gente que não é daqui, e vão e vem e deixam aquele rastro de lixo e bagunça [...] você não vê ninguém da prefeitura tomar providencia, nem um guarda municipal tem. Entra quem quer, sai quem bem entende, isso inclusive é perigoso pra gente, que não sabe nem mais quem é daqui. [...] O local tá envelhecendo junto comigo, não pesco mais, não tomo mais banho de rio o bairro do Mazomba vai acabar comigo, não tem futuro depois da nossa geração (AF 1 - I).*

Os critérios de impactos relacionados à ausência de políticas públicas (indicador alto – 27 pontos – cor laranja) indicam uma baixa efetividade por parte do ente público nos subterritórios rurais analisados. Os resultados apontam um alto índice (4 pontos – cor laranja) de insuficiência das ações públicas nas localidades de Chaperó (III), Piranema (IV), Ilha da Madeira (VII) e Mazomba (I), e muito alto (5 pontos – cor vermelha) na comunidade do Rio da Guarda (V).

---

<sup>240</sup> Gentrificação e desterritorialização.

Esses fatores foram apreendidos visualmente durante a observação participante desta tese (2015-2020) e reiterados na fala dos entrevistados, que citam a carência e/ou total inexistência de equipamentos ou políticas públicas e sociais com caráter descentralizado e presencial, colocando-se, inclusive, em desacordo com o que preconiza a Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), que trata sobre o “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, e desobedecendo também o que determina o plano direto municipal, que trata da necessidade de existir ações governamentais que visem à melhoria de vida de seus munícipes (ITAGUAÍ, 2008).

*“Estamos abandonados pelo poder público, ele só nos visita em período de campanha, o bairro de Piranema e os nossos vizinhos ficamos abandonados” (CL 1 -IV), “no Rio da Guarda, não temos sequer um postinho de saúde, esgoto então, é luxo, a maioria aqui é fossa, ou então vai diretamente pro rio” (PA 3 - V).*

Cabe citar o indicador médio (3 pontos – cor amarela) nas localidades de Raiz da Serra (II) e Coroa Grande (VI), que, mesmo em uma escala menor (em comparação aos demais subterritórios do TIDI), também apresentam carências diversas em relação às políticas públicas e sociais, as quais deveriam ser sanadas preferencialmente em suas próprias localidades, a partir de programas e/ou projetos públicos com fim resolutivo, oriundo de uma demanda local (RUA, 2012).

A ausência de políticas públicas e sociais locais sinalizada na matriz analítica dos impactos no TIDI e descrita ao longo desta tese (em especial capítulos 5 e 6) demonstra que todos os subterritórios, direta ou indiretamente, possuem uma carência de equipamentos, programas ou projetos públicos, e destaca problemas nas áreas de transporte, esporte e lazer, educação, cultura, infraestrutura pública, iluminação pública, sistemas de comunicação, abastecimento e saneamento básico, saúde e assistência social, também refletidos na omissão por parte dos gestores públicos do estado (Rio de Janeiro) e municípios (Itaguaí e Seropédica), os quais, por diversas vezes, ignoram inúmeras solicitações e/ou denúncias realizadas pela sociedade civil, órgãos locais de controle social e instituições de monitoramento socioambiental<sup>241</sup>.

*Aqui tinha uma praça belíssima com escola, um posto de saúde zero, tinha dentista, projeto esportivo para as crianças, tratamento para os idosos, após a chegada desses portos o que deveria servir de melhoria, foi se perdendo, os espaços dos projetos, viraram casas dormitórios ou galpão de empresa [...] chegamos a fazer um abaixo assinado e levar na prefeitura, mas é a mesma coisa que nada, sempre alguém tá ganhando um por fora (CL 2 - VII).*

A problemática na ausência de políticas públicas não só dimensiona os impactos já mencionados, como potencializa o atual cenário do critério de pressões e impactos ambientais no território<sup>242</sup>, cujo resultado é muito alto (32 pontos – cor vermelha). Dentre todos os critérios apresentados na matriz analítica, o de pressões e impactos ambientais é o que exhibe os piores resultados, sendo, de forma geral, um somatório convergente de todos os demais critérios anteriormente citados.

A situação é diferenciada somente no subterritório da Raiz da Serra (II), que oferece indicador médio (3 pontos – cor amarela), enquanto que as demais localidades apresentam uma alta pontuação (4 pontos – cor laranja), como é o caso de Mazomba (I), ou muito alto (5 pontos – cor vermelha), como expresso nas regiões de Chaperó (III), Piranema (IV), Rio da Guarda (V), Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII).

---

<sup>241</sup> Vide capítulos 5 e 6.

<sup>242</sup> Para maiores informações vide capítulo 6 desta tese.

Esses resultados refletem um longo processo de priorização econômica e geopolítica, com altos índices de impactos socioambientais (PACS, 2017), ampliados de maneira escalar a partir da primeira metade dos anos 2000, após ampliação de recursos públicos e privados na região (VILLELA et al., 2017) e que continuam transformando todo o território e seu entorno em uma zona de sacrifício (ASCERALD, 2011), onde a ética ambiental é substituída por atributos políticos, estratégicos e mercadológicos (LISBOA, 2009). Em consequência, a dinâmica local é abruptamente transformada e os atores originários não são convidados a participar dos processos decisórios referentes às mudanças significativas em curso nos seus locais de origem.

transformando a região e disputando o uso do território com as populações que o veem como espaço de vida e de trabalho, como as pessoas que moram nos conjuntos habitacionais, os agricultores familiares, os pescadores artesanais e os povos e comunidades tradicionais. Esses grupos, que sempre foram parte da Baía de Sepetiba, não são incluídos nos planos de desenvolvimento. (PACS, 2016, p. 53).

Os altos índices de impactos ambientais, no território demonstrados ao longo deste capítulo e mensurado na matriz analítica indicam um frágil processo de gestão social no território, onde tanto a coesão social quanto a coesão territorial são postas à margem das relações decisórias, estratégicas e de uso consciente dos recursos naturais e sociais (PERICO, 2009). Essas condicionantes acirram ainda mais a disputa pelo espaço, acentuando a sua multifragmentação e reduzindo práticas sustentáveis em suas mais variadas dimensões: *É isso que a gente encontra todo dia, 5, 10 metros de lixo e lama, até é chegar no mar é essa batalha, ficamos com lama até os joelhos, e pra voltar a mesma coisa (PA 3 - VI). Essa poluição vai da serra ao mar, aqui no Chaperó, que fica nesse meio termo da pra sentir a poluição vindo de todos os lados, fede o lixão [CTR], e da pra sentir o fedor de coque que vem da zona industrial. (AF 3 - III).*



**Figura 90** - Assoreamento, dejetos e lama na ponta da praia – saída de barcos de pesca (Coroa Grande - VI), com megaempreendimento do Porto Sudeste ao fundo (Ilha da Madeira - VII)

**Fonte:** própria.

As múltiplas pressões e impactos no território são resultado de uma sequência de conflitos não naturais no espaço (IBGE, 2004), assim como as violações ambientais no território são fruto de décadas de ausência de políticas públicas resolutivas (CAMPOS, 2001) e da

obliteração da participação popular local no processo decisório (MACEDO, 2014). Ademais, as agressões ao ecossistema local geram alteração abrupta da morfologia da paisagem e estrangulamento dos espaços naturais (SAUER, 1998) desses biomas.

Logo, é possível afirmar que os resultados aqui expressos na média por impactos no TIdI corroboram a tendência identificada ao longo da pesquisa de campo (2015-2020) e os resultados das entrevistas semiestruturadas (outubro-novembro de 2020) analisados neste capítulo<sup>243</sup>.

A análise dos resultados indicados na média de impactos por subterritórios do TIdI (última coluna – de cima para baixo - na horizontal), exibidos na matriz analítica, dispõem em ordem decrescente os piores resultados gerais por localidade, estabelecidos da seguinte forma: a) Rio da Guarda (V) (Indicador muito alto – 36 pontos – cor vermelha); b) Chaperó (III) (Indicador muito alto – 35 pontos – cor vermelha); c) Piranema (IV) (Indicador muito alto – 34 pontos – cor vermelha); d) Ilha da Madeira (VII) (Indicador muito alto – 34 pontos – cor vermelha); e) Coroa Grande (VI) (indicador alto 31 pontos – cor laranja).

Em específico, os subterritórios do Chaperó (III), Piranema (IV) e Rio da Guarda (V) apresentam uma conexão espacial, pois estão interligados geograficamente e são margeados pelo centro urbano do território, fatores que conduzem a um cenário de similitudes, principalmente com relação ao padecimento dos mesmos impactos socioambientais, em especial pela ação dos seguintes empreendimentos: a) Centro de Tratamento de Resíduos – CTR; b) empresa Santa Luzia S/A (extração mineral)<sup>244</sup>; c) Distrito Areeiro do Piranema<sup>245</sup>; e d) Completo Industrial de Santa Cruz<sup>246</sup>.

Os fatores associados a outras questões, como os agudos processos de desterritorialização e gentrificação existentes no território, acabam por formar um panorama no qual as localidades refletem o acirramento das desigualdades, expresso não somente na rarefeita existência de equipamentos públicos, mas também na transformação dessas regiões originalmente rurais em espaços dormitórios, à margem da mancha urbana (SIMÕES, 2011).

Esses mesmos subterritórios (Chaperó (I), Piranema (IV) e Rio da Guarda (V)) têm como agravante os altos níveis de impactos relacionados diretamente à contaminação do aquífero Piranema<sup>247</sup> e de seu solo, muito em função das cavas abertas durante os processos de extração de areia e brita, realizados pelos complexos areeiros da região e pela mineradora Santa Luzia S/A: *“O aquífero já tá perdido, hoje eu faço o poço, vem água suja, fedida e pouca, tivemos que puxar um cano da rua principal porquê acabamos ficando sem água do dia pra noite. esse é o legado que o areal nos deixou”* (AF 1 - IV).

Os impactos socioambientais na região (principalmente no subterritório de Chaperó - III) também são dimensionados pela poluição do solo freático, causada pelo derramamento de chorume em decorrência das atividades do Centro de Tratamento de Resíduos – CRT Ciclus S/A, local onde foi identificado uma série de irregularidades ambientais<sup>248</sup>, como a erosão do terreno, exposição de resíduos sólidos a céu aberto, problemas no processo de drenagem de resíduos líquidos, liberação de gases poluentes sem o devido tratamento e o descumprimento de aspectos normativos legais as quais este tipo de empreendimento deveria se subordinar.

Constatamos sulcos erosivos nos taludes do maciço, sem a devida cobertura vegetal, com exposição de resíduos a céu aberto em determinados pontos, o que comprova o não atendimento da condicionante nº 30 e 39 da LO nº IN035070 e estando em desacordo com a ABNT NBR 13896 [...] Verificamos ainda, que a canaleta do sistema de drenagem de águas pluviais se encontrava assoreada em diversos pontos,

<sup>243</sup> Vide subcapítulo 6.3.2 desta tese.

<sup>244</sup> Maiores informações, vide subcapítulo 7.3 desta tese.

<sup>245</sup> Maiores informações, vide subcapítulo 7.4 desta tese.

<sup>246</sup> Maiores informações, vide subcapítulo 7.1 desta tese.

<sup>247</sup> Reserva submersa de água de, aproximadamente, 180 km<sup>3</sup> (TUBBS FILHO, 2005).

<sup>248</sup> Vide subcapítulo 7.3 desta tese.



diminuindo assim sua eficiência, o que comprova o não atendimento da condicionante Nº 31 da LO NºIN035070, estando em desacordo com o Artigo 163 da Lei Municipal Nº 428 de 28 de fevereiro de 2012 c/C Artigo 3 Parágrafo 1 Inciso IV da Lei Estadual 4191/2003. Observamos que os PDRs não estavam conectados, liberando gases potencialmente poluidores a atmosfera, sendo lançados sem nenhum tipo de tratamento, também foi constatado pela equipe de fiscalização alguns tubos na parte superior do Aterro liberando gases sem tratamento algum direto na atmosfera, o que infringe o Artigo 163 da Lei Municipal Nº 428 de 28 de fevereiro de 2012 c/c Artigo 61 Parágrafo 1º Inciso V da Lei Estadual 3467/2000” (SEMAMA, 2020, não paginado).

Também é perceptível nessas localidades (Chaperó (III), Piranema (IV) e Rio da Guarda (V)) a substituição dos espaços de agricultura pela construção de extensos galpões, que servem para o armazenamento de containers e instalação de empresas de logística, satélites dos megaempreendimentos portuários. Esses galpões alteram não somente a morfologia da paisagem (SAUSER, 1998), mas também impactam no cotidiano da comunidade local: *“É um entra e sai infernal de caminhões é o dia todo, barulheira e poeira subindo, é gente que você não conhece, uma movimentação que não tem nada haver com o que era o Piranema, é bem complicado”* (CL 1 - IV), *“aquí era bem sossegado [Chaperó], hoje uma das coisas que mais incomodam é essa movimentação de caminhão, fora as indústrias”* (AF 2 - III).

Cabe destaque, no que refere-se a poeira causada pela movimentação de caminhões na região, o impacto gerado pela fuligem de aciaria que é despojada, principalmente nos subterritórios de Chaperó (III), Piranema (IV) e Rio da Guarda (V), como falso mecanismo de resolução de buracos nas estradas destas localidades, quando na verdade o que se observou é disposição aérea destas partículas metálicas nas residências e cultivos da região, tendo como problemática o aumento da poluição do ar, perigo de contaminação da população local expostos a estas fuligens.



**Figura 91** - Falta de pavimentação asfáltica, intensa movimentação de caminhões, poeira e barulho constante – subterritórios de Piranema IV (esquerda) e Rio da Guarda (V) (direita)

**Fonte:** própria.

Essas séries de impactos, somadas às demais dificuldades descritas e fundamentadas ao longo deste capítulo, apresentam um cenário (atual) aonde o espaço, até então rural, vai perdendo forma, descaracterizando-se de maneira artificial, transformando-se abruptamente e

em um curto espaço de tempo, gerando rupturas por vezes irreversíveis ao território e resultando em processos contínuos de desterritorialização (HAESBAERT, 2012). De maneira que os atores locais são forçados a se adaptarem a essa nova realidade imposta, ou simplesmente são expulsos de suas localidades de origem, transformando o espaço, até então natural, em um não lugar (AUGÉ, 2012) de maneira que tanto as pessoas quanto o ecossistema vão perdendo celeremente suas formas a ponto de se tornarem quase que irreconhecíveis, para seus próprios moradores. “*Esse não é o Rio da Guarda que conheci quando vim pra cá há quase trinta anos atrás*” (CL 1 - V).

*Até a década de noventa, pode-se dizer que ainda tinha muita gente da agricultura na região, um perfil bem rural mesmo, mais o que se demonstra hoje e o somatório de uma falta de interesse, expulsão de agricultores, expansão imobiliária e de empresas, e de pessoas totalmente aleatórias que não conhecem absolutamente nada vindo morar na região. [...] A atividade portuária também trouxe muito impacto, expulsou muito agricultor, pescadores então, nem seu fala. A pesca ficou excluída da baía, os marisqueiros têm que ir pra longe* (APPL 1 - IV).

Já os impactos mensurados na média dos impactos por subterritório da matriz analítica do TIdI (última coluna, de cima para baixo, na horizontal) denotam particularidades nas localidades de Coroa Grande (VI) e Ilha da Madeira (VII), sendo essas as duas regiões costeiras do território e que conseqüentemente concentram boa parte dos pescadores artesanais locais.

Coletivos que padecem com os mesmos entes geradores de impactos socioambientais, devido principalmente às ações portuárias, que alteram paisagem local, interferem no cotidiano das comunidades tradicionais e acarretam crimes ambientais, inclusive no descumprimento às normativas legais e sanções impostas por órgãos competentes<sup>249</sup> (PACS, 2016). Mudanças nocivas não somente ao bioma local, mas também visualmente impactantes e economicamente desfavoráveis ao pescador local: “*No futuro eles não vão quer nenhum morador na Ilha da Madeira* (CL 2 - VII), “*vou falar que estou feliz? Não estou, nasci e vivi da pesca, mas pra onde vou agora, ou pesco o pouco que o mar me da agora ou então largo tudo e morro, a verdade é essa!*” (PA 4 - VII), “*quando dá eu vou pra pesca, quando dá eu vou pro marisco, e assim a gente vai levando, contando com ajuda do que já foi fartura*” (PA 2 - VI).

Práticas estritamente mercadológicas que transformam o espaço a partir de uma narrativa falaciosa, ligada à pujança econômica e qualidade de vida para seus moradores (LISBOA, 2009), sendo que, de fato, o que se “reflete é um modelo de desenvolvimento de imposição de um destino que subordina toda a região aos fluxos globais de matéria e energia, polui e adoce a população” (PACS, 2016, p. 12), enquanto estruturas de globalismos localizantes (BRANDÃO, 2012) buscam tomar de maneira irrestrita as ações socioeconômicas do território e, conseqüentemente, ditam o ritmo local.

Com relação aos subterritórios de Mazomba (I) (indicador médio – 19 pontos – cor amarela) e Raiz da Serra (II) (indicador médio – 17 pontos – cor amarela), os dados que a matriz analítica apresenta demonstram impactos com níveis inferiores em comparação aos demais subterritórios analisados, porém, não menos adversos para seus biomas e suas comunidades locais. Dentre os subterritórios descritos nesta tese, as localidades de Mazomba e Raiz da Serra são as duas regiões que se encontram geograficamente mais as margens do território e mais distantes dos empreendimentos e megaempreendimentos indústrias e portuários do TIdI. própria.

Com relação aos subterritórios de Mazomba (I) (indicador médio – 19 pontos – cor amarela) e Raiz da Serra (II) (indicador médio – 17 pontos – cor amarela), os dados que a matriz analítica apresenta demonstram impactos com níveis inferiores em comparação aos demais subterritórios analisados, porém, não menos adversos para seus biomas e suas comunidades

---

<sup>249</sup> Vide o subcapítulo 7.1 e 7.2 desta tese.

locais. Dentre os subterritórios descritos nesta tese, as localidades de Mazomba e Raiz da Serra são as duas regiões que se encontram geograficamente mais as margens do território e mais distantes dos empreendimentos e megaempreendimentos indústrias e portuários do TIdI.



**Figura 92** - Ponta da Praia/partida dos barcos (Ilha da Madeira - VII). Lama, assoreamento e poluição - Píer do Porto Sudeste (ao fundo)

**Fonte:**

Essas comunidades possuem as maiores extensões de terra destinadas à Zona de Preservação Permanente – ZPP, Zona Residência Rural - ZRR e Zona de Parques - ZP (ITAGUAÍ, 2008), bem como também apresentam no território as maiores predisposições à multifuncionalidade da agricultura familiar, prática comum das comunidades rurais no Brasil (BONNAL; MALUF, 2007), essas relações indicam uma maior coesão social e solidariedade (WAGNER, 2010), fatores que justificam o motivo pelos qual os subterritórios de Mazomba (I) e Raiz da Serra (III), serem atualmente os que expressam as principais participações de moradores locais em ações de gestão e controle social, além de atividades extensionistas diversas<sup>250</sup> (COSTA, 2016).

Apesar da diferenciação de resultados entre os dois subterritórios e os demais descritos na pesquisa, Mazomba (I) e Raiz da Serra (II) também padecem com impactos em seu ambiente, em muito decorrência de aumento da produção de lixo e a concentração populacional não oriunda da região (novos moradores veranistas ou trabalhadores dos empreendimentos e megaempreendimentos, originários de outros municípios do Rio de Janeiro ou estados do Brasil). *É lixo que não acaba mais, as pessoas vem sem relação com o lugar, e não estão nem ai, então essa gente polui, destrói e simplesmente vai embora. Eles não têm nenhum respeito pelo meu lugar [Mazomba] (AF 2 - I). “Pra mim a poluição passa muito pelo aumento de moradias, hoje temos uma poluição visual, com péssimas moradias, um crescimento desorganizado, gente que nunca vi, um impacto humano muito grande” (AF 3 - II).*

Nesse sentido, subterritórios de Mazomba e Raiz da Serra se constituem em “lugares em áreas rurais que são bastante urbanos [...] em vez disso é preciso considerar como eles se entrelaçam e se sobrepõem” (CASTREE; KITCHIN; ROGERS, 2013, p. 444). Cenários que vão paulatinamente alterando a morfologia e sofrendo, mesmo que indiretamente, com os impactos socioambientais das demais localidades de seu território e do seu entorno.

<sup>250</sup> As informações dispostas ao longo desse parágrafo foram apresentadas nos capítulos 6 e 7 desta tese.

Entretanto, estas duas comunidades apresentam-se como exemplos onde quanto mais distantes dos núcleos urbanos, mais se encontram as particularidades e tradições rurais, bem como amplia-se as relações de familiaridade social e espacial (ABRAMOVAY, 2010) o que acabam criando conseqüentemente barreiras naturais, que inibem o avanço do sistema simplesmente mercadológico. *“tenho certeza que se não fosse por causa da união da nossa comunidade, a gente já tinha perdido todo o Mazomba, porque aqui mesmo não ficando no centro, é muito visado”* (AF 1 - I)

A matriz analítica dos impactos apresenta como resultado final de seu produto a média total dos impactos no TIdI (última célula em baixo a direita) proveniente do somatório tanto da média por impacto (última coluna – da esquerda para direita – na vertical) quanto da média por subterritório do TIdI (última coluna – de cima para baixo – na horizontal). Essas médias, por sua vez, tiveram seus resultados, como já descrito, a partir da intersecção somada de todas as células presentes nesse instrumento.

O resultado final obtido da média total dos impactos no TIdI foi de 414 pontos, o que resultou em um alto indicador (cor laranja) de múltiplas violências em todo o território, produto de uma série de desregulações ambientais e socioambientais, ratificando os resultados obtidos e apresentados ao longo de todo esse capítulo.

Esses dados acabam por corroborar a suposição desta tese sobre a transformação exógena do território em um não lugar (AUGÉ, 2012), em virtude da sua exploração enquanto zona de sacrifício (ASCERALD, 2011), onde as comunidades locais “enfrentam a imposição da violência legítima do Estado [...] em nome de uma sanha desenvolvimentista, viola direitos, hipoteca território e inviabiliza outras alternativas de futuro” (PACS, 2016, p. 24). sequer oportunizando alternativas para suas permanências se não em razão a subserviência de mercado.

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”.

Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão. (ASCERALD, 2004, p. 12-13).

Estes resultados demonstram que os subterritórios rurais do TIdI, definitivamente padecem com impactos a seu meio ambiente, bem como as comunidades locais sofrem com pressões físicas e mentais permanentes, (*“muitos ainda arriscam, mas é muito complicado, já tiveram pescadores presos de forma injusta, que já tomaram tiros de madrugada, mas tem filho pra sustentar, e ai vai fazer o que?”* (CL 2 - VII)). De maneira que fica evidente que se não forem tomadas medida mitigadoras urgentes e efetivas, de forma conjunta entre sociedade civil e Estado, onde se valorize a gestão participativa a partir da comunidade tradicional local e respeito a suas praticas economicamente sustentáveis (MOURA, 2014), o território se tornará (cada vez mais) em um curto espaço de tempo, em multiespaços fragmentados.

## 8. CAPÍTULO IV - PROPOSTAS DE AMORTIZAÇÃO DOS IMPACTOS NO TIdI A PARTIR DAS DIMENSÕES DO PTDRSS

*[...]Depois fazer renascer, estilo parto  
Eu me refaço, fato, descarto  
De pé no chão, homem comum  
Se a benção vem a mim, reparto  
Invado cela, sala, quarto  
Rodeio o globo, hoje 'to certo  
De que todo mundo é um  
E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós*

(Leandro Roque de Oliveira e Vinícius Leonard Moreira, Principia, 2019)

Este capítulo tem a finalidade propositiva de indicar medidas mitigadoras plausíveis (novas ou em curso), visando o desenvolvimento e sobrevivência das comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares que vivem no TIdI. Também são apresentadas alternativas que possam auxiliar na preservação de suas práticas tradicionais e na conservação do bioma local. Para tal, são utilizados como referência primária os ciclos dimensionais descritos no guia para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2016), e as orientações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.

O PTDRSS foi/é um programa nacional constituído pelo somatório de ações de políticas públicas e sociais (de distintas esferas), instituições técnicas e superiores de ensino, pesquisa e extensão (públicas e privadas). Sua elaboração também contou com a presença da sociedade civil, através de instâncias (regionais e nacionais) de gestão e controle social (IBID., 2016).

As execuções práticas dos PTDRSS são fundamentadas em conceitos múltiplos, como: a) autogestão; b) tecnologias sociais; c) promoção de entidades de gestão e controle social; d) valorização do saber fazer local; e) parcerias público-privadas; f) aproximação entre entidades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade (PERICO, 2009); g) processos dialógicos - de razão comunicativa (HABERMAS, 2000); h) criação e valorização de equipamentos públicos; e i) promoção de ações conjuntas a partir da perspectiva e necessidades dos atores locais. Utilizados de forma que as vontades privadas não se sobreponham (em nenhum momento) aos interesses coletivos e tenham como resultado o bem comum (PEREIRA; RIGATTO, 2011).

A partir dessa perspectiva, os ciclos dimensionais do PTDRSS tornam-se pontos norteadores para a concepção de alternativas destinadas ao desenvolvimento sustentável e solidário do território, projetadas para serem aplicadas de forma conjunta entre Estado, instituições técnicas (de ensino, pesquisa e extensão) e comunidade local. Parte-se da percepção de um sistema voltado para o coletivo, com práticas incluídas e economicamente viáveis, que visem à valorização do território e de seus atores (SACHS, 2008).

Reitera-se que este capítulo não busca ser determinístico, e sim construído de maneira propositiva, com apresentação de caminhos que indiquem alternativas em médio/longo prazo e possam amenizar as diversas dificuldades existentes no território<sup>251</sup>, em especial com relação às comunidades tradicionais locais de agricultores familiares e pescadores artesanais do TIdI.

---

<sup>251</sup> Vide capítulo 7 desta tese.

## 8.1 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS<sup>252</sup>

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS foi criado em 2003, com a nomenclatura de Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, tendo à época como principal instância reguladora a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, órgão vinculado diretamente ao extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O PRONAT tinha como “finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário” (BRITO, 2010, p. 184). O programa também era responsável por promover ações estruturantes voltadas ao campo, visando à autonomia das comunidades tradicionais, ao acréscimo de suas redes cooperativas e ao incentivo à valorização das dinâmicas socioeconômicas do próprio território (MDA, 2009).

A partir do ano de 2005, o então PRONAT foi ampliado e se transformou no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável - PTDRS<sup>253</sup>, tendo como principal objetivo estabelecer uma orientação de parceiros e diálogos de forma inovadora entre as políticas públicas e sociais para o campo. Aproximou-se das comunidades tradicionais brasileiras, de modo a construir mecanismo de promoção de seus saberes locais e valorização de suas práticas socioeconômicas. Durante os anos seguintes, o PTDRS expandiu suas ações chegando ao final de 2013 com um total de 241 territórios rurais atendidos (MDA, 2016). Essa ampliação (do plano) em muito se deveu à valorização das comunidades tradicionais por meio da aprovação do Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que instituiu a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

O PTDRS elaborado e qualificado deverá ser a expressão do conhecimento e visão de futuro dos atores locais e sua coesão social no território. Deverá apontar e alavancar iniciativas locais para o desenvolvimento sustentável, e criar condições para o acesso às oportunidades (externas) tanto privadas quanto públicas. Em se tratando das oportunidades públicas, cabe recordar que ele deve absorver os investimentos a serem realizados pelas instâncias federais e estaduais mediante as políticas sociais ou econômicas. (MDA, 2009, p. 14).

Ainda no ano de 2013, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS<sup>254</sup>, foram estabelecidas novas metas para o campo e comunidades tradicionais no Brasil. O evento apresentou uma série de novas expansões/modificações das políticas públicas territoriais, dentre elas o PTDRS, que foi ampliado e transformado no Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS<sup>255</sup>.

Devido à ampliação estabelecida durante o CNDRSS-2013, a partir de janeiro de 2014, o PTDRSS passou a valorizar não somente as instâncias e lideranças participativas de controle social e colegiados territoriais rurais, mas também as ações de cunho político, social, cultural, econômico e ambiental dos espaços rurais atendidos. Ações essas que já apareciam de maneira independente em relatórios de secretarias estadual de desenvolvimento agrário em alguns estados brasileiros, como Ceará e Bahia.

Solidariedade é compreendida como responsabilidade coletiva e compartilhada em favor de uma ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa e

<sup>252</sup> Este subcapítulo teve proposta resumida (1 página), publicada durante o X Congresso Alasru: “Ruralidades em América Latina: Convergências, disputas y alternativas em el siglo XXI”, 2018..

<sup>253</sup> MDA/SDT – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – nº2. Brasília, 2005.

<sup>254</sup> Em conformidade com a Resolução nº 100, de 22 de dezembro de 2014.

<sup>255</sup> Os períodos do PRONAT e do PTDRS são etapas institucionais anteriores, que levaram ao PTDRSS, acréscimo de novas ações.

baseia-se em concepções e práticas fundadas na cooperação e na autogestão, no âmbito não só da produção, comercialização, finanças e consumo, mas também no cotidiano das relações sociais (SDA – Ceará, 2012, p. 11).

A reformulação de uma diretriz nacional para o desenvolvimento rural, de acordo com o ponto de vista local (durante o CNDRSS - 2013), resultou em um plano territorial de perspectiva ampla, que buscava a compreensão do tempo e das especificidades em escalas micro, proporcionando ao PTDRSS uma “nova visão complexa da ruralidade contemporânea que não pode ser concebida de forma isolada [...] Os espaços rurais e as cidades, portanto, assumem crescentemente um caráter de interdependência complementar e não de oposição” (MDA, 2016, p. 5 *apud* IICA, 2015, p. 05).

Com base no Guia de Construção do Plano Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MDA, 2016), a nova formulação técnica do PTDRSS teve como premissa uma proposta de ação coletiva (governamental e não governamental), com a geração de um diagnóstico/caderno de intenções do próprio território rural, feito conjuntamente pelos seus atores locais. Nessa proposta são indicadas ações estratégias de valorização sociocultural, promoção socioeconômica para a região e ações públicas com prazos, metas e parceiros de execução estabelecidos.

Desde a sua elaboração, o PTDRSS (ainda no CNDRSS), se configurou como um caderno de intenções, instrumentos indicativos, propostas articuladas e cumprimento de metas, válido por um período de 24 meses (podendo ser prorrogado por mais 24 meses), promovendo sinergias em diferentes áreas e setores de atuação nos territórios rurais e/ou onde existam comunidades tradicionais.

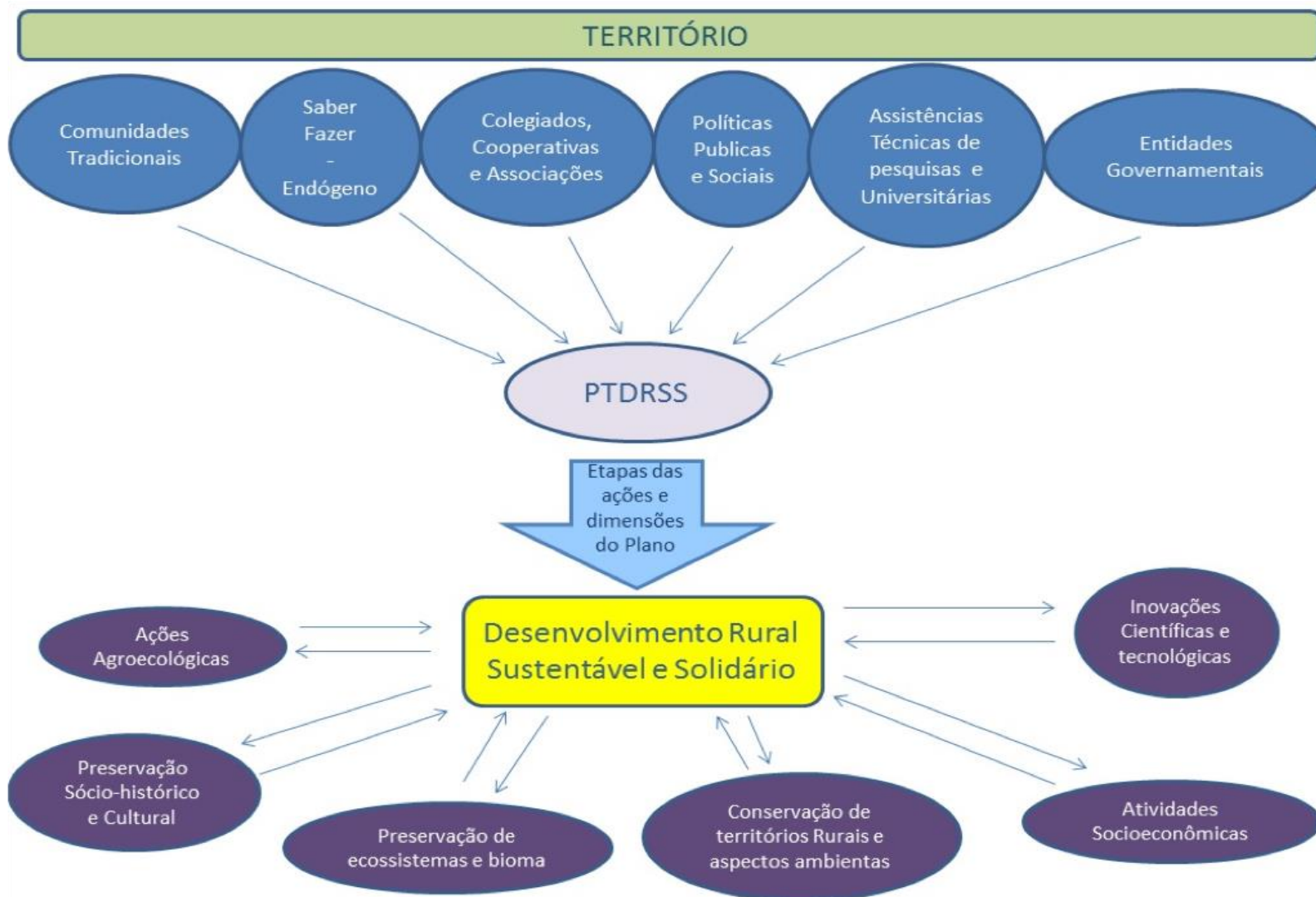
Tendo como ações resultantes a preservação sócio-histórico e cultural local, incremento socioeconômico, atividades de fins agroecológicos, conservação dos territórios rurais, preservação de ecossistemas e biomas, e promoção de inovações científicas e tecnológicas para o campo.

O PTDRSS se constitui enquanto bússola de intenções e ações conjuntas, subdivididas em três etapas: a) levantamento histórico local e contextualização da agricultura familiar e comunidades tradicionais da região; b) desenvolvimento de propostas e elaboração dos objetivos conjuntos (entre os atores locais), com a finalidade da resolução de problemas do território rural específico; c) e a terceira tem como função relacionar as ações propostas na etapa dois, com uma estratégia de gestão executiva e social integrada entre as instâncias públicas. (MDA, 2016).

Essas etapas ocorreriam no interior território, a partir da ação conjunta de atores locais, como: a) comunidades tradicionais; b) instâncias (locais e regionais) de gestão e controle social (colegiados, cooperativas e associações, etc.); c) equipamentos e secretarias públicas (locais e regionais); d) instituições de assistência técnica e universitária (pesquisa, ensino e extensão); e) demais entidades governamentais interessadas.

De maneira que se promovessem práticas agroecológicas, de preservação sócio-histórica e cultural, ecossistêmica e biótica, além da conservação dos aspectos ambientais locais, tendo como desígnio construir um “diagnóstico territorial, visão de futuro, diretrizes, valores, estratégias, eixos, programas, projetos e gestão [...] que possibilitem as condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios” (MDA, 2009, p. 21). (VIDE FIGURA ABAIXO)

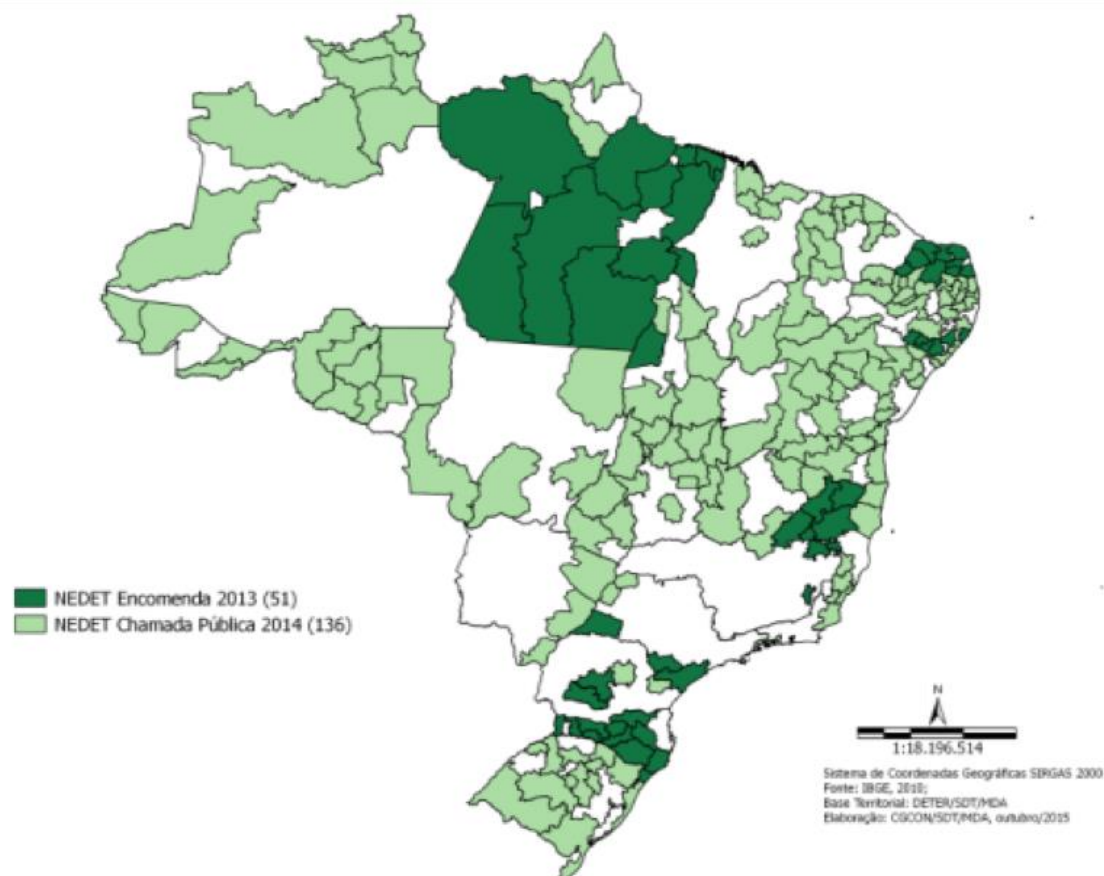
Entre janeiro de 2014 a março de 2016, o PTDRSS ampliou sua atuação por conta da parceria entre governo federal, estados, órgãos técnicos, entidades não governamentais, conselhos (estaduais) e comunidades rurais locais, expandindo o plano ao longo desse período para mais 76 regiões brasileiras, chegando ao total de 317 territórios rurais atendidos (MDA, 2016), uma média de 2,81 novos PTDRSS/mês.



**Figura93** - Etapas das ações e dimensões do PTDRSS. Atores/ações envolvidas e principais resultados esperados  
**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das determinações do MDA (2009 e 2016).



Nesse período foi essencial a participação de instituições de assistência técnica e universitária por meio dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial - NEDET<sup>256</sup>, criados no edital (CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 - núcleos de extensão em desenvolvimento territorial). Esse programa promovia a participação direta de 58 Instituições de Ensino Superior – IES que atuavam em 136 territórios rurais em todos os estados brasileiros, e tinha como finalidade proporcionar suporte técnico e financeiro para as IES. Estas, em contrapartida, assessoravam os territórios rurais locais e auxiliavam na construção de suas instâncias locais de gestão social e criação de seus próprios colegiados e planos locais de atuação.



**Figura 94** - Atuação Nacional dos NEDETs em março de 2016  
 Fonte: MDA (2020).

Em maio de 2016, com o afastamento da então chefe do executivo Dilma Vana Rousseff e a posse de seu vice Michel M. E. Temer Lulia, ocorreu, por meio de Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, uma sequência de desmontes ministeriais, dentre os quais a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA<sup>257</sup>, e a transferência completa das obrigações via Decreto nº 8.780/2016, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, para a responsabilidade direta da Casa Civil. Essas mudanças levaram durante os anos de 2016

<sup>256</sup> O processo de constituição desses núcleos foi dividido em duas etapas, sendo que, na primeira, ocorrida em 2013, foram aprovados 11 projetos de 9 universidades para alcançar 51 territórios em 8 estados, com 135 pessoas envolvidas. A segunda etapa aconteceu em 2014 para atender 138 territórios, com 90 projetos aprovados de 48 universidades, em 24 estados, com 511 pessoas envolvidas. Ao todo, há 101 projetos em andamento, 189 territórios rurais, 54 universidades ou institutos federais em 27 unidades da federação, com o envolvimento direto de 648 pessoas nas atividades desenvolvidas no âmbito dos territórios rurais (NEDET, 2020).

<sup>257</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA acabou sendo fundido com o Ministério do Desenvolvimento Social, criando o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA.

e 2017, a desestruturação das ações relacionadas à continuidade da execução dos NEDETS e dos PTDRSS em nível nacional, em decorrência de cortes abruptos dos suportes financeiros e técnico-institucionais por parte do Governo Federal.

Apesar da ruptura de apoio por parte do Governo Federal, ainda se encontram ativos alguns PTDRSS, promovidos, principalmente, por gestões locais (estados e municípios), que deram prosseguimento de maneira autônoma à execução das ações. Dentre esses PTDRSS, citam-se: Território Noroeste Paulista – SP (2016-2018); Território Sudoeste Baiano – BA (2016-2018); Território Rural Campos e Lagos – MA (2017-2019); Território Portal do Sertão – BA (2017 - 2019); Território Baixo Sul - BA (2018-2020); Território do Alto Solimões – MA (2019-2021), entre outros<sup>258</sup>. Planos que têm como principal fim criar alternativa de fomento e valorização dos respectivos territórios assistidos através da rearticulação e enaltecimento de forças em escala local.

Com relação aos NEDETS, os mesmos foram encerrados de maneira unilateral por parte do Governo Federal durante o ano de 2016, continuando de forma esporádica e autônoma por parte de grupos de docentes, discentes, técnicos e pesquisadores das IES. Esse é o caso do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (via Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT), a qual participou enquanto NEDET entre os anos de 2014 a 2016, e continua a desenvolver de maneira independente suas atividades de apoio técnico e de extensão no território da Baía da Ilha Grande – BIG<sup>259</sup>.

A partir de ações nas áreas de desenvolvimento territorial rural, agroecologia, suporte técnico, políticas públicas e sociais, valorização de comunidades tradicionais, gestão e controle social, onde se destaca a reativação e a continuidade do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande – BIG.

Esse panorama apresentado, demonstra a importância do Estado enquanto agente promotor do desenvolvimento local para territórios marginalizados (MAZZUCATO, 2014), a partir da promoção de práticas de fomento e valorização dos atores locais, enquanto entes centrais e transformadores de sua própria realidade, conceito fundamental ao longo das etapas e ciclos dimensionais do PTDRSS. (MDA, 2016), como veremos.

### **8.1.1 O PTDRSS, Suas Etapas e Ciclos Dimensionais.**

As etapas de elaboração, implementação e monitoramento dos PTDRSS se estruturam por meio de um levantamento estratégico conjunto, desenvolvido conforme as demandas dos atores governamentais e não governamentais locais envolvidos, arquitetadas como “componentes fundamentais na elaboração do plano [...] composto a partir das dimensões de sustentabilidade (ambientas, sociocultural, educacional, socioeconômica e política institucional)” (BRASIL, 2009, p. 23).

Os ciclos dimensionais do PTDRSS se expressam em desígnios sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, sustentáveis e solidários a serem alcançados pelos membros compromissados com o plano, estabelecidos enquanto “conjunto integrado de ações estruturadas, regras decisórias e posicionamentos assumidos e implementados para atingir os objetivos” (MDS, 2016, p. 17). Esses objetivos têm suas diretrizes conjecturadas e determinadas em decisão coletiva (dos atores públicos e privados envolvidos).

Cabe destaque para etapa de monitoramento do PTDRSS, enquanto forma de se evitar perdas e sinergias desnecessárias durante o processo, onde as fiscalizações são realizadas de maneira conjunta e paritária entre Estado, mercado e sociedade civil, sendo constituído um

---

<sup>258</sup> Pesquisa realizada entre os meses de julho e agosto de 2020.

<sup>259</sup> Composto pelos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.

conselho específico para esse fim (PERICO, 2009; MDA, 2016), de maneira que estes acompanhamentos ocorram continuamente ou a partir da denúncia da comunidade local.

Com relação aos ciclos das dimensões do PTDRSS, eles obedecem à concepção metodológica e analítica estabelecida no guia para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2016), sendo estas: a) ambientais; b) socioculturais e educacionais; c) políticas institucionais; d) socioeconômicas (referências utilizadas durante as ações propositivas para o Território Identitário de Itaguaí).



**Figura 95** - Ciclos das dimensões de sustentabilidade e desenvolvimento territorial do PTDRSS  
**Fonte:** MDA (2016).

A dimensão ambiental indica o desenvolvimento a partir de práticas que tenham como perspectiva a valorização do bioma local, com um viés de conservação e utilização racional das riquezas naturais da região e de seu entorno. Essa dimensão também tem por designio uma avaliação e levantamento dos passivos ambientais e eminentes pontos críticos ligados aos riscos de natureza ambiental, quando se fizer necessário.

Os aspectos relacionados à dimensão sociocultural e educacional são compreendidos como um conjunto de ações promotoras da valorização e do resgate sócio-histórico, étnico-cultural e sociodemográfico do território, e que se utilizam os aspectos educativos e educacionais como via de transmissão dos simbolismos histórico-culturais. São ações de pertencimento e preservação de patrimônios históricos, tendo em vista a continuidade para as próximas gerações.

A dimensão político-institucional compreende o levantamento das principais estruturas de poder provenientes das diversas representatividades existentes no território, sejam elas oriundas do Estado, do mercado ou da sociedade civil, tendo como perspectiva a criação de instâncias de gestão e controle social com finalidade de estabelecer ações que tenham nas práticas dialógicas e coletivas, as principais técnicas de estabelecimento da democrática com ampla participação popular.

A dimensão socioeconômica engloba as propostas de atividades que convergem, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento socioeconômico do território rural, baseando-se no saber fazer local e na valorização das práticas econômicas originárias. Essas ações tem por finalidade a criação de sinergias para a diminuição coletiva dos custos e/ou promover uma autonomia econômica das comunidades tradicionais locais, estimuladas por políticas públicas e sociais e/ou iniciativas particulares, podendo resultar em equipamentos públicos, bens duráveis ou não duráveis, assistências técnicas, programas geradores de renda, potencialidades tecnológicas natas ou na valorização de atividades socioprodutivas do território.

Segundo o guia para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2016), a promoção dos ciclos de dimensões do PTDRSS, se bem promovidos, podem conduzir a um sistema de sobrevivência do território e preservação das comunidades tradicionais locais. Nessa perspectiva a sustentabilidade prioriza um desenvolvimento coletivo não setorizado (BRESSER-PEREIRA, 2003), resultado de múltiplos setores envolvidos, proporcionando multidimensionalidades positivas e simultâneas (em função uma das outras) de maneira que se possa gerar ao fim do ciclo, a promoção sistêmica de toda região.



**Figura 96** - Análise sistêmica do território a partir das dimensões sustentáveis  
**Fonte:** PTDRS – Território da cidadania zona sul – RS (2009).

Os ciclos das dimensões de sustentabilidade têm por predileção o processo de desenvolvimento para o campo, enquanto o plano de execução territorial, no qual o Estado participa enquanto agente estimulador nos setores técnico, de pesquisa, extensão e fomento para o mundo rural, devendo assumir para si a função de estimular sistemas regionais de inovação científica e tecnológica (MAZZUCATO, 2014). Nesse plano, valorizam-se práticas e processos endógenos locais (saber fazer), sejam eles produtos ou técnicas (GROSSMAN; HELPMAN, 1991), que potencializem atividades de *descommoditização* (GUEDES, 2015) e promovam socioeconomicamente a autonomia das comunidades tradicionais atendidas.

Com relação aos ciclos das dimensões de sustentabilidade do PTDRSS, há a necessidade de relação harmoniosa entre técnicas formais (universidades, núcleos e centros de pesquisa, etc.) e técnicas empíricas (práticas construídas a partir da ancestralidade), de maneira que seja fomentado o desenvolvimento científico e tecnológico próprio e único daquele território (BREWER, 2008). E onde couber dúvidas (com relação às técnicas a serem utilizadas), as práticas do saber fazer das comunidades locais têm anteposição frente às definições métodos formais. Enquanto ação de valorização dos processos produtivos originários, de maneira que as políticas públicas e sociais sirvam (nesse caso) como esteio para o desenvolvimento socioeconômico de forma consciente.

Então, a partir do que foi descrito anteriormente neste capítulo, as propostas apresentadas a seguir têm como fim indicar ações propositivas que possam gerar um norte para os territórios rurais e comunidades tradicionais no TIdI. Essas ações têm a intenção de indicar alternativas para a “transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro” (CMMAD, 1991, p. 48-49).

De maneira que seja possível evidenciar a territorialidade do local e “reduzir o risco de perdas ambientais potencialmente importantes [...], baseados principalmente nas próprias forças endógenas [...] e investimento em capital natural” (CGEE, 2012, p. 18-19). Essas ações compõem de forma consciente as oportunidades socioeconômicas produtivas locais, com conservação dos biomas e da historicidade da região, tendo nas comunidades tradicionais o elo central de todo o processo.

## 8.2 Ações Propositivas Para o Território Identitário de Itaguaí

As propostas apresentadas a seguir são fruto da compreensão de bibliografias diversas relacionadas, direta ou indiretamente, aos conceitos de políticas públicas, território, território rural, desenvolvimento territorial local, desenvolvimento endógeno, gestão social, controle social e reterritorialização dialógica<sup>260</sup>. É resultado também do somatório das experiências absorvidas durante a observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas para esta pesquisa de tese<sup>261</sup>, e que tiveram como perspectiva dar visibilidade e voz às proposições dos atores locais.

Utilizou como norte para a elaboração destas propostas, as relações sugeridas nos ciclos dimensionais do PTDRSS (MDA, 2016), descritos anteriormente neste capítulo, bem como os interdiscursos e expressões verbais e não verbais do sujeito (ORLANDI, 1999), buscando compreender o ponto de vista da comunidade local enquanto papel fundamental na dinâmica de domínio de seus espaços, de suas práticas cotidianas e de suas principais demandas e formas resolutivas (FREIRE, 1987).

Apresentado anteriormente neste capítulo, o PTDRSS tem como uma de suas funções a contextualização social e temporal do território, a fim de conduzir a construção de propostas específicas para o local. Respeitando esse fato, as sugestões apresentadas a seguir têm, em suma, a ideia propositiva de oferecer alternativas para “promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável” (GREGOLIN, 2015, p. 292) nos subterritórios abrangidos pelo TIdI.

Cabe ressalva de que as propostas indicadas a seguir, não têm como pretensão minuciar ou extinguir o assunto, tampouco definir seu *modus operandi*, custos ou apontar possíveis resultados, mas sugerir ações que possam ter aplicabilidade prática (ou, então, aperfeiçoadas) e consigam nortear propositivamente o desenvolvimento e a sobrevivência do Território Identitário de Itaguaí – TIdI e de suas comunidades tradicionais locais.

Segundo o MDA (2016), essas ações se enquadram em um grupo de propostas pertinentes e particulares, reflexivas e introdutórias ao território específico analisado, as quais, em médio ou longo prazo<sup>262</sup>, possam prover o desenvolvimento rural, que resulta do somatório de esforços de distintos atores locais. Esses esforços proporcionam, sobretudo, visibilidade e voz às comunidades tradicionais, valorizando suas experiências, vivências e conhecimento acumulado ao longo do tempo (MARTINS, 1989). Coletivos que são comumente colocados à margem do processo decisório (PACS, 2016), logo estas proposições também atuam no sentido de elevar as comunidades locais a uma posição de escolha do futuro de seus locais de origem.

### 8.2.1 Equipamento Público de Referência Para as Comunidades Tradicionais Rurais do Território

#### a) O Centro Social Urbano de Itaguaí

O equipamento público a ser descrito neste subcapítulo tem como função apresentar “as instalações e os espaços físicos, públicos ou privados, onde é prestado de forma presencial algum tipo de serviço” (BRASIL, 2014, p. não paginado), com disposição física para se tornar unidade de referência na efetivação das propostas de sustentabilidade e desenvolvimento

---

<sup>260</sup> Esses conceitos são compreendidos ao longo do capítulo 2 desta tese.

<sup>261</sup> Como descrito no capítulo “3.0 Aspecto metodológico” a observação participante desta tese comporta o período entre os anos de 2015 a 2020, bem como as entrevistas semiestruturadas ocorrem entre os meses de outubro e novembro de 2020.

<sup>262</sup> Segundo o MDA (2016), compreende-se como médio prazo as propostas com execução entre 2 e 4 anos e longo prazo propostas com execução em até dez anos.

territorial (MDA, 2016) do TIdI. Contudo, isso não significa necessariamente que as ações propostas<sup>263</sup> tenham que ser executadas exclusivamente nesse espaço.

Durante a pesquisa de campo desta tese, entre os anos de 2015-2020, e durante os encontros com os entrevistados nos subterritórios rurais do TIdI<sup>264</sup>, realizados nos meses de outubro e novembro de 2020, foram identificados pontos específicos de saturação das falas (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006), situações em que estes próprios atores locais indicavam necessidades de promoção dos coletivos rurais do território.

Dentre as falas, destacou-se (por parte dos entrevistados) a necessidade de um equipamento central (no território), que tivesse localização estratégica, que fosse espaço de encontro entre os atores rurais e que pudesse promover atividades de “fortalecimento e expansão, além dos aspectos socioculturais [...] comercialização dos produtos [...] espaço de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política. [...] movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura” (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017, p. 68). Gestionadas a partir de um consenso dialógico e fortalecida na participação coletiva e paritária de seus membros (MOURA, 2014)

*O ideal, nem sempre é o real, não adianta termos ideias nossas, se não podemos apresentar ou dividir em um espaço coletivo. A ideia de ser ter um espaço só nosso onde pudéssemos ter nossas reuniões, e nesse mesmo espaço pudesse ser realizado as outras atividades, esse seria o melhor dos cenários [...] não cabe a nós a escolha do espaço, mais que ele pudesse ser lá no centro, ou então próximo, um meio termo entre nós, os outros agricultores e quem compra nossos produtos [...] nessa aí até o pescador da Ilha da Madeira ia se da bem (AF 1 - V).*

Dentre as alocações com relação a um equipamento central, destacou-se a fala de um agricultor familiar do subterritório do Chaperó (III) e de um pescador artesanal do subterritório da Ilha da Madeira (VII). Ambos não se conhecem, entretanto sugeriram a utilização do mesmo equipamento público denominado Centro Social Urbano - CSU de Itaguaí, descrito por eles da seguinte forma: “Não só afirmo a necessidade de termos um espaço nosso no centro de Itaguaí, como te digo aonde, o CSU, que é enorme e tá lá, abandonado” (AF 6 - III), e “Se eu pudesse escolher um lugar pra vender meu peixe eu iria lá pra fora [centro do território], o CSU poderia receber a gente lá, lá tem todas condições pra isso” (PA 5 - VII). Estas propostas indicadas por trabalhadores rurais do TIdI despertaram (por parte do pesquisador) a averiguação das reais condições e possibilidades da utilização desse equipamento público para a execução de ações socioeconômicas, educacionais, culturais, de gestão e controle social.

Averiguou-se que o Centro Social Urbano – CSU do município de Itaguaí teve seu terreno adquirido no ano de 1975, pelo extinto conselho comunitário de Itaguaí (entidade sem fins lucrativos e de utilidade pública), que pretendia que o terreno fosse utilizado para o bem-estar social e comunitário. O terreno foi estabelecido e lavrado na página 161, sob o número 14.748 da escritura pública do segundo ofício de Itaguaí, em 10 de dezembro de 1975<sup>265</sup>.

No ano de 1976 deu-se início ao processo de edificação do equipamento público, segundo o Decreto Nacional nº 75.922, de 1 de julho de 1975, que estabelecia e dava procedência sobre a importância do espaço público para a promoção e integração social, com gestão e manutenção concomitante pelo Estado, município e, eventualmente, pelo Governo Federal (BRASIL, 1975).

Entre as décadas de 80 e 90, o equipamento foi utilizado para a realização de atividades culturais, desportivas, militares, de trabalho, previdência e assistência social, sendo geridas por

<sup>263</sup> Vide subcapítulo 7.2.2 desta tese.

<sup>264</sup> Os grupos foram subdivididos em quatro categorias: AF - Agricultores Familiares, PA – Pescadores Artesanais, CF – Comunidade Local e APPL – Atores de Políticas Públicas Locais. Para maiores informações, vide item 3.2 desta tese.

<sup>265</sup> Vide apêndice desta pesquisa.

diversas entidades. Entretanto, a partir da primeira metade dos anos 2000, o equipamento CSU passou por um processo de abandono das gestões públicas locais e estaduais, resultando na falta de manutenção e precarização do espaço, chegando a fechar por completo algumas vezes.



**Figura 97** - Equipamento público do CSU – novembro de 2020, vista aérea.  
**Fonte:** própria.

A partir da primeira metade dos anos 2010, o CSU passa a ser gerido pela fundação Leão XIII, autarquia do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à vice-governadoria do estado, tendo como principais atribuições: a) o planejamento, b) a assessoria, c) a gerenciar e d) a coordenação de projetos sociais (tendo como finalidade o atendimento social e demandas locais diversas).<sup>266</sup> Nos últimos anos, o espaço vem sendo subutilizado pela junta militar (uso de uma sala), bombeiros (uso de uma sala para depósito de material) e pelas secretarias municipais e estaduais, especialmente pela secretaria de assistência social, para atendimentos eventuais.

Atualmente, o equipamento público do CSU-Itaguaí tem disponível uma área total de 1.462 m<sup>2</sup> (1.071 m<sup>2</sup> coberta) (GOOGLE MAPS, 2020e), subdividida em nove salas (para até 40 pessoas cada), duas salas (para até 25 pessoas cada), duas salas (até 10 pessoas cada), uma sala de reuniões (para até 20 pessoas), quatro banheiros (dois masculinos e dois femininos), dois vestiários com chuveiros, uma quadra poliesportiva, uma cozinha ampla, um pátio interno coberto, entre 45 a 60 m<sup>2</sup>, e um auditório aberto para mais de 400 pessoas.

---

<sup>266</sup> Alusão ao que propõe a Fundação LEÃO XII, disponível em [http://www.leaoxiii.rj.gov.br/atribuicoes .asp](http://www.leaoxiii.rj.gov.br/atribuicoes.asp), acessado em 17 de outubro de 2020.



**Figura 98** - Equipamento CSU Frente (acima), quadra CSU reformada (abaixo) – dezembro de 2020

**Fonte:** própria.

Em visitas ao equipamento público entre os meses de setembro e novembro de 2020, averiguou-se (visualmente) a necessidade de eventuais reformas e manutenções do espaço, principalmente nas partes hidráulicas e elétricas. O custeio desses reparos, segundo Brasil (1975), é de responsabilidade dos governos estadual (Rio de Janeiro) e municipal (Itaguaí), sendo sugerido, inclusive, o apoio suplementar da União.

Indica-se, como alternativa para captação de recursos que possam ser utilizados para as eventuais reformas e manutenções do CSU – Itaguaí, a candidatura (do conselho dos subterritórios rurais do TIDI<sup>267</sup>) ao Programa Frutificar, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA<sup>268</sup> (vigência 2020-2023), que possibilita a implementação de novos projetos, orçados até trinta mil reais, direcionados à construção, reforma e/ou ampliação de infraestrutura de espaços que se destinem às atividades de produtores rurais e atividades diversas em todo o estado do Rio de Janeiro (SEAPA, 2020).

A proposta da utilização do CSU para atividades de desenvolvimento socioeconômico, educacional, cultural e de gestão e controle social, destinadas aos atores rurais do TIDI, vai ao encontro da sua função social, enquanto área de bem-estar comunitário para segmentos diversos, conforme definido em sua escritura pública nº 14.748, de 10 de dezembro de 1975, e no Decreto-Lei nº 75.922, de 1 de julho de 1975, que estabelece o emprego dos CSUs enquanto espaço físico de promoção e integração social, que obedece às exigências de utilização e função

<sup>267</sup> Vide 8.2.2.1 desta tese.

<sup>268</sup> Disponível em <[http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar\\_prog.asp](http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar_prog.asp)>, acesso 17 de outubro de 2020.



da população local (GAMBADELLA, 2014). Indica-se que a gestão do equipamento público do CSU deva ser feita de modo compartilhado (Estado e sociedade civil), tendo como responsável o conselho dos subterritórios rurais do TIdI<sup>269</sup>.

Com relação as necessidades de equipes permanentes de trabalho e material (em especial profissionais de limpeza, administrativos, segurança, e a cessão de bens não duráveis), estas ficariam a cargo de entes públicos municipais (Itaguaí e Seropédica) e estaduais (Rio de Janeiro), conforme determina o artigo 5º da Lei nº 75.922 (BRASIL, 1975).

A utilização do equipamento público do CSU tem como efetivação o seu uso comum para satisfazer às necessidades de seu povo, conforme reza a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Estabelecido enquanto ambiente construído para a realização das propostas sustentáveis de diversas direções sociais do território sejam elas político-institucionais, socioculturais, ambientais e/ou socioeconômicas, cujas aplicabilidades no território possam ser potencializadas pela predisposição dos atores locais envolvidos (BECATTINI, 1994). Torna-se, portanto, espaço difusor de diversas ações provenientes da própria sociedade, considerando a “premissa de que os relacionamentos importam na criação de possibilidades de obtenção de benefícios [...] e desenvolvimento individual e da comunidade” (SERAFIM, 2014, p. 31).

A proposta é a materialização do CSU enquanto equipamento público de utilização local e ação estratégica para a descentralização das atividades rurais dentro do território<sup>270</sup>, além de “ferramenta que auxilie na consolidação [...] organização, elaboração e qualificação dos planos, identificação e aprofundamento de projetos e ações estratégicas e no controle social” (MDA, 2009, não paginado). tornando-se equipamento difusor (porém referência), na promoção das comunidades tradicionais do TIdI.

Como já descrito, a proposta de gestão do CSU ocorreria de maneira paritária<sup>271</sup> e ficaria sob a responsabilidade do conselho dos subterritórios rurais do TIdI<sup>272</sup>, tendo como principais responsabilidades: a) promover (e estimular) a aproximação dos atores rurais locais; b) articular de forma convergente as demandas sociais oriundas dos subterritórios rurais do territórios; d) estimular práticas sustentáveis para o meio rural (SDT, 2005); e) fortalecer a fiscalização por parte da sociedade civil e a partir das práticas de gestão e controle social (TENÓRIO, 1998); f) executar ações consultivas visando à redução dos impactos ambientais no território; g) estimular a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico rural local; h) valorizar os sete subterritórios rurais do TIdI por meio de práticas socioeducativas oriundas dos agricultores familiares e pescadores artesanais.

Logo, o equipamento público se torna caminho, e não fim para a efetivação do desenvolvimento local, encadeados a partir de quatro propostas referenciadas nas dimensões efetivas<sup>273</sup> (demonstrado na figura acima), sendo estas: 1) Conselho dos subterritórios rurais do TIdI; 2) Centro de memória e formação continuada; 3) Câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental; e 4) Mercado popular tradicional rural do TIdI (dispostos e explicados no subcapítulo 7.2.2 desta tese).

---

<sup>269</sup> Para compreensão vide subcapítulo 8.2.2.1 desta tese.

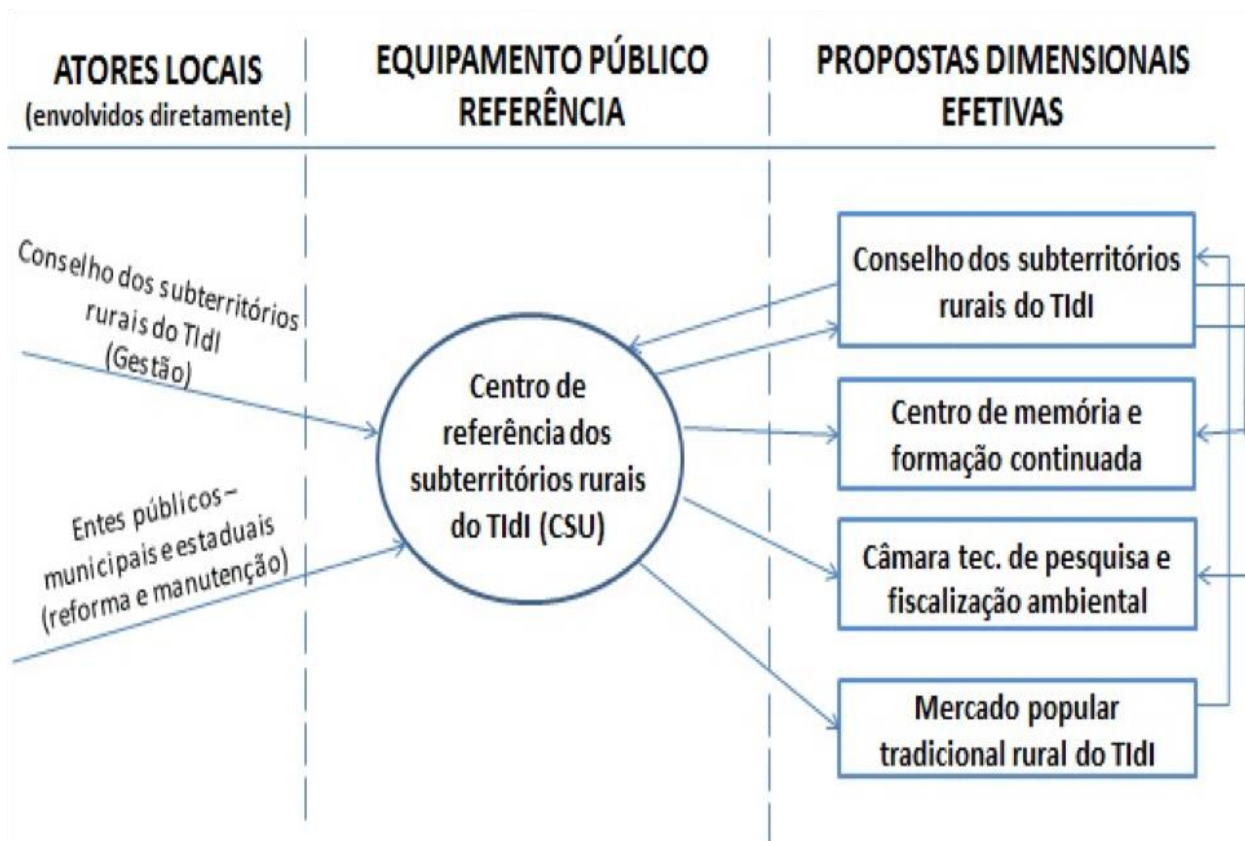
<sup>270</sup> Vide subcapítulo 8.2.2 desta tese.

<sup>271</sup> Gestão entre associações e cooperativas rurais, sociedade civil local, secretarias municipais e estaduais de interesse, órgãos técnicos de ensino, pesquisa e extensão, e mercado popular tradicional rural do TIdI.

<sup>272</sup> Vide 8.2.2.1, item A desta tese.

<sup>273</sup> Vide capítulo 8.2.2 desta tese.

Compreende-se como os possíveis gargalos para a efetivação do equipamento público no CSU são: a) possibilidade de baixa aderência ou quebra de acordo por parte dos órgãos públicos integrantes; b) baixa divulgação das ações do equipamento público do CSU; e c) presumíveis entraves dialógicos entre os integrantes da sociedade civil local e os entes públicos participantes.



**Figura 99** - Fluxograma de execução do Centro de Referência dos Subterritórios Rurais do Território Identitário de Itaguaí - TIdI e suas propostas dimensionais efetivas  
**Fonte:** própria, análoga a Sausen (2013).

Ressalva-se que as propostas de ocupação do equipamento público do CSU não implicam a obrigatoriedade de que as atividades executadas sejam exclusivamente centralizadas, e sim que elas aconteçam (quase que em sua totalidade) nos próprios subterritórios rurais do TIdI. Nesse sentido, cabe ao equipamento público a função de ser um centro de referência para os atores rurais locais, ou seja, um espaço que incentive a coletividade, a demonstração de forças e promova a discussão participativa e decisória (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Sem abdicar do seu papel, enquanto equipamento comum e aberto para toda a sociedade, a partir da execução de ações que valorizem as experiências do próprio território e protagonizadas pelos atores locais, tendo como perspectiva a busca por melhores condições para a qualidade de vida, renda das famílias e dos grupos sociais (SDT, 2010), conservação socioambiental e histórico-cultural local.

**Quadro 37** - Proposta de execução a partir do centro de referência dos subterritórios rurais do TIdI

| <b>Proposta de execução do equipamento público do CSU</b>                   |   |
|---|---|
| <b>Ação central:</b>  | Centro de Referência dos subterritórios rurais do TIdI  |
| <b>Principais atores envolvidos:</b>  | a) Conselho dos subterritórios rurais do TIdI; b) Entes públicos – municipais e estaduais (reforma e manutenção)  |
| <b>Atores Secundários envolvidos (conforme disposição dos interessados)</b> | Atores diversos interessados (nas propostas dimensionais efetivas)  |
| <b>Tipo de Gestão</b>   | Autogestionável (pelos atores principais)   |
| <b>Dimensão (a partir do MDA, 2016):</b>                                    | Não se aplica   |
| <b>Objetivo (resumido)</b>  | Utilizar de forma efetiva o Centro Social Urbano de Itaguaí - CSU, enquanto espaço de referência para a execução de propostas oriundas das comunidades tradicionais dos subterritórios rurais de Itaguaí, a partir da promoção de práticas que visem à conservação ambiental, resgate e preservação histórico-cultural e promoção das atividades socioeconômica rurais do território. |
| <b>Subterritórios rurais do TIdI contemplados</b>                           | Todos   |
| <b>Ações propostas - estratégia(s) de atividades</b>                        | Espaço de fomento para as seguintes propostas: a) Conselho dos subterritórios rurais do TIdI, b) Centro de memória e formação continuada, c) Câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental e d) Mercado popular tradicional rural do TIdI   |
| <b>Forma de atuação no território</b>                                       | Centralizada e descentralizada  |
| <b>Recursos básicos necessários</b>   | a) Equipamento público do CSU, b) equipe de trabalho (cedida), c) bens duráveis e não duráveis (cedidos e/ou doados).   |
| <b>Entraves eminentes:</b>  | Possível queda na aderência ou quebra de acordo por parte dos órgãos públicos, baixa divulgação das ações do CSU e/ou dificuldades dialógicas entre os integrantes da sociedade civil local e os entes públicos participantes.  |
| <b>Resultados esperados:</b>  | Efetivar a utilização de um equipamento público enquanto centro de referência para os atores e subterritórios rurais de Itaguaí, amparado nas determinações da escritura pública número 14.748, de 10 de dezembro de 1975, e do Decreto-Lei nº 75.922, de 1 de julho de 1975.   |

**Fonte:** própria, análogos de SEPLAN (2016) e SAUSEN (2013).

## 8.2.2 Propostas Dimensionais Efetivas

### 8.2.2.1 Dimensão Político Institucional

#### a) Conselho dos Subterritórios Rurais do TIdI

Historicamente o Território Identitário de Itaguaí – TIdI, tem uma baixa aderência e participação da sociedade civil nas instâncias locais de gestão e controle social, em muito devido a falta de apoio e transparência dos governos públicos locais, que pouco estimulam sua

população a participar em ações de monitoramento e fiscalização das atividades públicas no território. (MACEDO, 2014), questão refletida, onde somente 30% dos entrevistados para esta pesquisa de tese<sup>274</sup>, sinalizaram participar de alguma associação, cooperativa ou conselho. Outro exemplo foi à média/baixa participação de representantes da sociedade civil nos encontros realizados pelo Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande<sup>275</sup>, chegando a ter um quórum de apenas 16% em uma das reuniões ordinárias, realizada em setembro de 2017 (RAMOS, 2019).

Essa questão é corroborada nas seguintes falas: *“participar desses conselhos pra que? chegando lá não temos a menor das autonomias! o próprio conselho de meio ambiente [de Itaguaí] é viciado, o secretario que é o presidente e ele que no fim decide tudo”* (CL 1 - VII). *“Já tentei participar de algumas reuniões do conselho daqui [Chaperó] [...] chega lá é uma bagunça, vira e mexe não vai o representante da prefeitura, fica a gente reclamando pra nós mesmos, queremos é agir, não ficar só olhando”* (AF 1 - III). *“Eu não participo do conselho de meio ambiente e cultura daqui de Itaguaí não, ninguém lá do governo tá de fato interessado no que necessitamos e no que podemos fazer, só querem nosso aval pra tocar da forma deles”* (AF 3 - I).

Em oposição a essa realidade, o TIDI apresenta na extensão de seu território rural e entorno um considerável número de instâncias autogestoras oriundas da sociedade civil e das comunidades tradicionais locais, dentre as quais destacam-se: Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Seropédica, Associação de Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice, Associação Serorgânico, Associação de Produtores Sol da Manhã, Associação dos Produtores de Frutas e Legumes da Estrada das Palmeiras e Adjacências, Associação dos Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado (Subterritórios II, III e VI e seu entorno); Conselho Comunitário de Mazombinha e Rio Preto, Associação de Turismo Rural Sustentável e Solidário das Serras do Matoso e Piloto, Associação de mulheres do Mazomba e Mazombinha, Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí (Subterritórios I e II); Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande, Associação de Maricultores da Costa Verde, Associação de Moradores e Lavradores da Ilha da Madeira, Associação de pescadores artesanais da Ilha da Madeira (Subterritórios VI e VII) (VIANNA, 2016; RAMOS, 2019; UNACOOOP, 2011).

Essas unidades rurais autogestoras desempenham papel central no desenvolvimento socioeconômico de suas localidades e contribuem “com a preservação do patrimônio público, com o meio ambiente e com o bem-estar da população local” (PEREIRA; CANÇADO, 2018, p. 82). Logo, apesar das adversidades mencionadas anteriormente, compreende-se que os territórios rurais do TIDI apresentam um histórico de instâncias de gestão social de associações e/ou cooperativas que buscam promover decisões que possam ser “tomadas de forma coletiva, pela obtenção de um consenso para a ação prática entre os membros envolvidos, [...] excluindo, portanto, qualquer tipo de autoridade burocrática ou hierárquica formal (GUTIERREZ, 1988, p. 1), ainda que não contem diretamente com a presença, participação e apoio efetivo do ente governamental.

Tais práticas têm no “processo dialógico papel central na construção e desenvolvimento da autogestão dentro de organizações coletivas, enquanto instrumento que auxilia nos processos decisórios” (NASCIMENTO; MELO; IKEDA JR., 2021, no prelo). ações que apresentam similitude com os conceitos de gestão e controle social, à medida que as decisões são tomadas

---

<sup>274</sup> Pergunta número 5 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 4.1 e analisado no subcapítulo 7.5.1 desta tese.

<sup>275</sup> O Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande – BIG é organizado pelo Programa de Extensão, Pesquisa, Ensino em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ), integrado por atores governamentais e não governamentais que atuam, direta ou indiretamente, com as práticas das comunidades tradicionais e ações de agricultura familiar no território.

(dentro das associações e cooperativas) de maneira coletiva, transparente e emancipatória (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011) enquanto mecanismo formal assegurado em lei, proporcionando jurisprudência para fiscalizar e propor ações junto às esferas públicas. (FONSECA e BEUTTENMULLER, 2007).

A existência de um número considerável de instâncias autogestoras e dialógicas nos subterritórios rurais do TIdI sugere uma predisposição dos atores locais à participação em espaços que os unem sobre um único signo, não dependendo tampouco confiando na participação do ente público. Partindo desse princípio propõe-se a criação do conselho dos subterritórios rurais do território “formado por associações e organizações livres [...] componentes sociais do mundo da vida capazes de solucionar problemas transformando-os em questões de interesse geral” (HABERMAS, 2011, p. 99).

A proposta tem como ponto de partida a convocação das associações e cooperativas rurais ativas no território e de integrantes das comunidades tradicionais locais que tenham interesse em participar<sup>276</sup>, além do chamamento (para composição) de secretarias municipais e estaduais pertinentes, órgãos públicos das áreas técnicas, de pesquisa e monitoramento, que apresentem relação direta e interesse com os territórios rurais da região<sup>277</sup>, e de representante do mercado popular tradicional rural do TIdI<sup>278</sup>.

Essa convocatória ocorreria partindo do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG, instância ativa no território e que desenvolve ações nos segmentos de gestão e controle social, desenvolvimento territorial, economia solidária, desenvolvimento sustentável, igualdade participativa, cidadania e áreas afins. Atualmente, o Colegiado Territorial da BIG é acompanhado pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ, e conta com a participação de entidades públicas locais e sociedade civil.

Após consolidado, o próprio Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG e o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ comporiam (com acento) o Conselho dos Subterritórios Rurais do TIdI, enquanto instituições autogestoras da sociedade civil e órgãos técnicos e de pesquisa, respectivamente. Indica-se que a participação de secretarias e/ou órgãos públicos não ultrapasse 50% do número de participantes oriundos da sociedade civil, tendo na paridade de atores a principal métrica convocatória. A intenção é evitar interesses privados e/ou de terceiros durante o processo decisório (BRAVO; MENEZES, 2011) e em caso de dúvida, a prioridade de acento será prioritariamente para o representante da sociedade civil.

Devido ao histórico local de choques entre instâncias públicas (principalmente secretarias municipais) e entidades oriundas da sociedade civil, indica-se a não obrigatoriedade de participação de órgãos públicos para a efetivação do conselho dos subterritórios rurais do TIdI, ainda que se compreenda a fundamental importância dos mesmos. A proposta de criação desse conselho visa promover a “participação dos atores locais no território; participação da sociedade civil; fortalecimento das políticas públicas por meio da gestão social; participação e governança; cidadania deliberativa e gestão social e controle social” (VIANNA, 2017, p. 18). Essas ações são destacadas a partir da criação das câmaras técnicas, vinculadas ao conselho, sendo estas: a) ambiental; b) sociocultural e educacional; c) político-institucional; e d) socioeconômica<sup>279</sup> (MDA, 2016).

A proposta do conselho dos subterritórios rurais do TIdI visa não somente a formação de suas câmaras técnicas (detalhadas a frente), mas também a participação ativa em outras instâncias deliberativas existentes no TIdI (ou entorno), como, por exemplo: a) conselhos municipais (Itaguaí e Seropédica) e estaduais (Rio de Janeiro) de agricultura, meio ambiente e

---

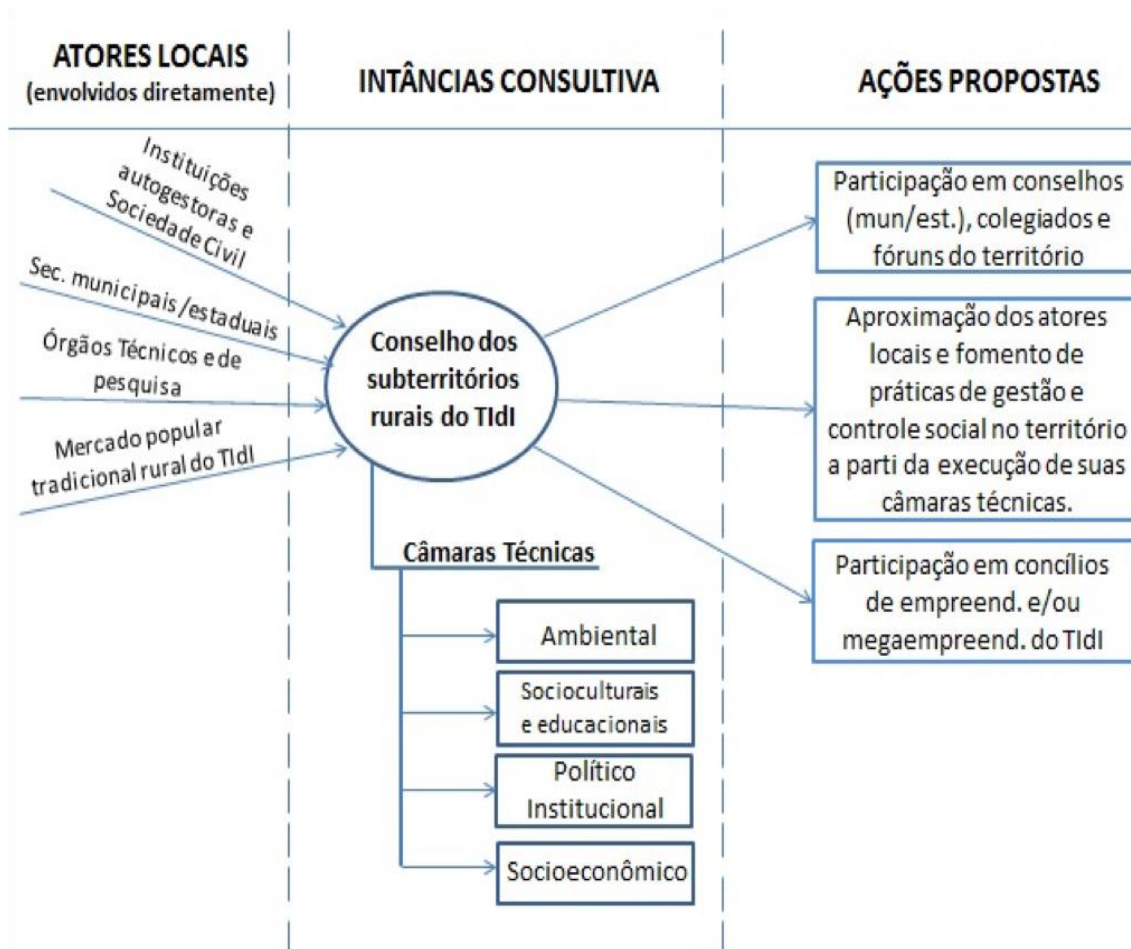
<sup>276</sup> Não necessariamente fizessem parte das associações ou cooperativas.

<sup>277</sup> Esses órgãos técnicos são descritos no item 7.2.2.3 desta tese.

<sup>278</sup> Para compreensão sobre o Mercado popular tradicional rural do TIdI, vide item 7.2.2.4 desta tese.

<sup>279</sup> Aprofundadas nos subcapítulos 7.2.2.2 a 7.2.2.4 desta tese.

pesca, assistência social, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, etc.; b) colegiados e fóruns territoriais<sup>280</sup>; e c) assembleias de empreendimentos e megaempreendimentos da região<sup>281</sup> que recebam investimentos públicos. Tais práticas contribuem “decisivamente na escolha das possíveis atuações governamentais, para que os bens e serviços estejam de acordo com as demandas de cada localidade” (SEPLAN, 2016, p.44),0



**Figura 100** - Fluxograma de execução da proposta do Conselho dos Subterritórios Rurais do TIDI

**Fonte:** própria, análoga a Sausen (2013).

Essas ações propositivas têm como objetivo efetivar o acompanhamento de coletivos deliberativos que possuem papel decisório no território bem como agir enquanto atores consultivos em outras instâncias de gestão e controle social já existentes, de modo a fomentar práticas “a partir da implementação das ações estratégicas” (MDA, 2011, p. 253) e proporcionar visibilidade e voz às comunidades rurais que são sistematicamente postas à margem dos processos decisórios. De maneira que seja possível “planejar, acompanhar e intervir no [...] desenvolvimento e acompanhamento [...], bem como de sistematizar e avaliar as ações. [...] para a integração das políticas públicas [...] descentralizadoras” (SEPLAN, 2016, p. 44).

O conselho dos subterritórios rurais do TIDI tem por estratégia operar a partir da prática da “gestão social, orientada pela racionalidade comunicativa [...] alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações” (TENÓRIO, 2016, p. 28-29).

<sup>280</sup> Perpassam geograficamente pelo TIDI.

<sup>281</sup> Estaleiro PROSUB – Marinha do BRASIL, FIOCRUZ, Nuclep, Porto de Itaguaí (conjunto de empresas), Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, CTR Ciclus, entre outras.

Tendo no conceito da reterritorialização dialógica<sup>282</sup> alternativa para a mitigação dos problemas socioeconômicos e socioambientais em curso no TIdI<sup>283</sup>, operacionalizando suas reuniões de forma descentralizada nos subterritórios rurais, respeitando a da predisposição de utilização dos equipamentos públicos existentes<sup>284</sup>.

Logo, a proposta do conselho dos subterritórios rurais do TIdI visa atuar no acompanhamento e fiscalização da “qualidade da prestação de serviços públicos, da implementação de políticas públicas [...], de modo a definir a prioridade de sua alocação, como pensado para as políticas territoriais do meio rural. (RAMOS, 2019, p. 82).

Colateralmente à descentralização de poder aos espaços locais, ocorre a institucionalização da sociedade civil [...] a retomada do papel da sociedade civil resulta por consequência na promoção das instâncias locais, acarretando um processo de reterritorialização na medida em que o território é reconstruído [...] oriundo do próprio espaço e resgatado pelos próprios atores locais [...] retomando, não somente os atos descensionais governamentais de seus espaços, como também questões sócio-políticas e socioeconômicas, findando em um espaço minimamente reterritorializado a partir de (e com), uma prática cotidiana de bases participativas, horizontalizadas e comunicativas entre seus pares. (NASCIMENTO; MELO; IKEDA JR, 2020, p. 241 e 248).

Conjectura-se como um dos principais entraves para a execução da proposta o não reconhecimento (inicialmente) da efetividade do conselho dos subterritórios do TIdI por parte de algumas instâncias públicas e privadas (SDT, 2010). Em contrapartida, há uma presumível recepção positiva por parte do Conselho Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG e demais fóruns vinculados, tendo em vista o estreitamento e aproximação de laços já existentes entre os atores locais envolvidos.

**Quadro 48** - Proposta de dimensão político institucional do Conselho dos subterritórios rurais do TIdI

| <b>Proposta de dimensão político institucional</b>                          |   |
|---|---|
| <b>Ação central:</b>  | Conselho dos subterritórios rurais do TIdI  |
| <b>Principais atores envolvidos:</b>  | a) Associações e cooperativas rurais locais; b) Agricultores familiares e pescadores artesanais do TIdI; c) Secretarias municipais e estaduais pertinentes; d) órgãos públicos locais técnicos e de pesquisa rural. |
| <b>Atores Secundários envolvidos (conforme disposição dos interessados)</b> | a) Conselhos, fóruns e colegiados rurais do território e assembleias de empreendimentos e/ou megaempreendimentos locais   |
| <b>Tipo de Gestão</b>   | Autogestionável (pelos atores principais)   |
| <b>Dimensão (a partir do MDA, 2016):</b>                                    | Político-institucional  |

<sup>282</sup> Para melhor compreensão dos temas de gestão social e reterritorialização dialógica, vide capítulo 2.0 desta tese

<sup>283</sup> Descritos ao longo do capítulo 7.0 desta tese.

<sup>284</sup> Os equipamentos públicos disponíveis nos subterritórios rurais do TIdI são descritos no subcapítulo 5.4 desta tese.

| <b>Proposta de dimensão político institucional</b>   |   |
|--|---|
| <b>Objetivo (resumido)</b>                           | Promover a criação de um conselho territorial que atue na aproximação dos atores rurais do TIdI, entes públicos, órgãos técnicos e de pesquisa, com o fim de fomentar câmaras técnicas específicas, participação em outras instâncias deliberativas locais já existentes e fiscalizar a ação de políticas públicas para o meio rural e as atividades dos empreendimentos e megaempreendimentos da região. |
| <b>Subterritórios rurais do TIdI contemplados</b>    | Todos   |
| <b>Ações propostas - estratégia(s) de atividades</b> | a) Participação em conselhos municipais e estaduais diversos, b) aceno em colegiados e fóruns rurais existentes no território, c) aproximação dos atores locais a partir de práticas de gestão e controle social, d) concepção de câmaras técnicas específicas, e) participação em concílios de empreendimentos e/ou megaempreendimentos do TIdI.   |
| <b>Forma de atuação no território</b>                | Centralizada e descentralizada  |
| <b>Recursos básicos necessários</b>                  | Equipamento público do CSU (quando necessário) e demais equipamentos públicos espalhados pelos subterritórios rurais (quando necessário).   |
| <b>Entraves eminentes:</b>                           | Baixo (ou) não reconhecimento por parte das instâncias de controle social dos governos locais e estaduais, e/ou desaprovação de participação por parte dos empreendimentos e megaempreendimentos existentes no território.  |
| <b>Resultados esperados:</b>                         | Fomentar uma aproximação (entre si) de atores rurais locais, dos entes públicos e órgãos técnicos e de pesquisa, de maneira que a partir de uma perspectiva de gestão e controle social se possa desenvolver um processo de monitoramento das ações público/privadas locais, visando uma transformação compartilhada e efetiva participação da sociedade civil local.                                     |

**Fonte:** própria, análogos de SEPLAN (2016) e Sausen (2013).

Por fim, espera-se que com o emprego do conselho dos subterritórios rurais do TIdI seja possível “pensar numa abordagem que diluísse o poder municipal com o protagonismo da sociedade civil” (RAMOS, 2019, p. 96), de maneira que a população do território exerça suas práticas de gestão e controle social enquanto agente essencial do seu próprio processo de transformação.

### **8.2.2.2 Dimensão Sociocultural e Educacional**

#### **a) Centro de Memória e Formação Continuada dos Subterritórios Rurais do TIdI**

Ao longo observação participante e das entrevistas semiestruturadas realizadas para esta tese, algumas questões tornaram-se recorrentes, entre elas as dificuldades de transmissão dos conhecimentos tradicionais (histórico-culturais) para as gerações futuras, em muito, resultado do desinteresse em seguir no ramo da atividade rural pelos mais novos e pela falta de reconhecimento e prestígio que as profissões de agricultor familiar e pescador artesanal têm atualmente na sociedade (BRANDÃO, 2019; VIANNA, 2017).



Essa situação pode ser mensurada a partir das respostas de 79% dos entrevistados<sup>285</sup>, os quais sinalizaram a necessidade da oferta de cursos ligados às suas atividades rurais, como alternativa para a melhora de suas condições de vida, trabalho e renda. Tal circunstância reflete no resultado em que 65% (do universo amostral entrevistado) apontaram o atual desinteresse dos mais jovens em prosseguir no ramo das atividades de seus familiares, em razão (principalmente) da falta de reconhecimento da profissão (75%), bem como em decorrência ao baixo retorno financeiro (62%)<sup>286</sup>.

*A nossa cultura foi deixada de lado né!? A forma de se pescar, os melhores dias para ir pro mar, a maré, a falta de quem queira aprender, dos mais novos, vai sempre dificultar a continuidade das nossas atividades pras próximas gerações, se nada for feito, aí já era (PA III - VII).*

São perceptíveis a necessidade e a importância da promoção e valorização das práticas socioeconômicas, educativas, culturais e de formação cidadã do indivíduo em seus territórios rurais (PERICO, 2009), e que tenham como desígnio a construção de alternativas para “resgatar a história da formação dos territórios [...] fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios” (MDA, 2016, p. 13). A partir dessa perspectiva é que se propõe a criação do centro de memória e formação continuada dos subterritórios rurais do TIdI.

Essa proposição traz como prioridade a valorização de uma ecologia dos saberes, tendo no ator local (dos subterritórios rurais), sujeito central do processo de aprendizagem, utilizando-se “conhecimento como intervenção no real — não como representação do real [...] mensurada pelo tipo de intervenção no mundo que ela proporciona, auxilia ou impede” (SANTOS, 2007, p. 29). Essa proposta também dialoga com a pedagogia da autonomia, já que “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado” (FREIRE, 2010, p. 26), tornando-se agentes transformadores de sua própria realidade.

A proposta do Centro de Memória e Formação Continuada dos subterritórios rurais do TIdI tem como premissa a valorização da territorialidade, da ruralidade (ABRAMOVAY, 2000) e do saber fazer local (HAESBAERT, 2012) a partir do resgate dos laços de pertencimento e formação do indivíduo com o espaço (TILLY, 1996). Assim, o próprio agricultor tradicional, o pescador artesanal e comunidade local tornam-se alunos e se constituem (principalmente) enquanto professores ao longo do processo educativo (FREIRE, 2007). “*Veja bem, a gente tem nossa história, temos totais condições de aprender e também de ensinar, mais aonde? Com que estrutura? Se tivesse um local adequado faríamos isso de bom grado*” (AF II – IV).

Indica-se que o centro de memória seja conduzido através de uma parceria entre instâncias autogestoras que possam estar interessadas, como: a) associações e cooperativas rurais existentes nos subterritórios rurais do TIdI<sup>287</sup>; b) pescadores artesanais, agricultores familiares e atores da comunidade local; c) instituições de ensino, pesquisa, apoio técnico e de extensão<sup>288</sup> que atuem nos territórios rurais; e d) secretarias (municipais e estaduais) de meio ambiente, agricultura, pesca, educação, assistência social e cultura.

Uma das indicações é que o centro de memória atue como agente permanente da câmara técnica sociocultural e educacional, e parte integrante do conselho dos subterritórios rurais do

---

<sup>285</sup> Pergunta número 6.1 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 4.1 e analisado no subcapítulo 6.5.1 desta tese.

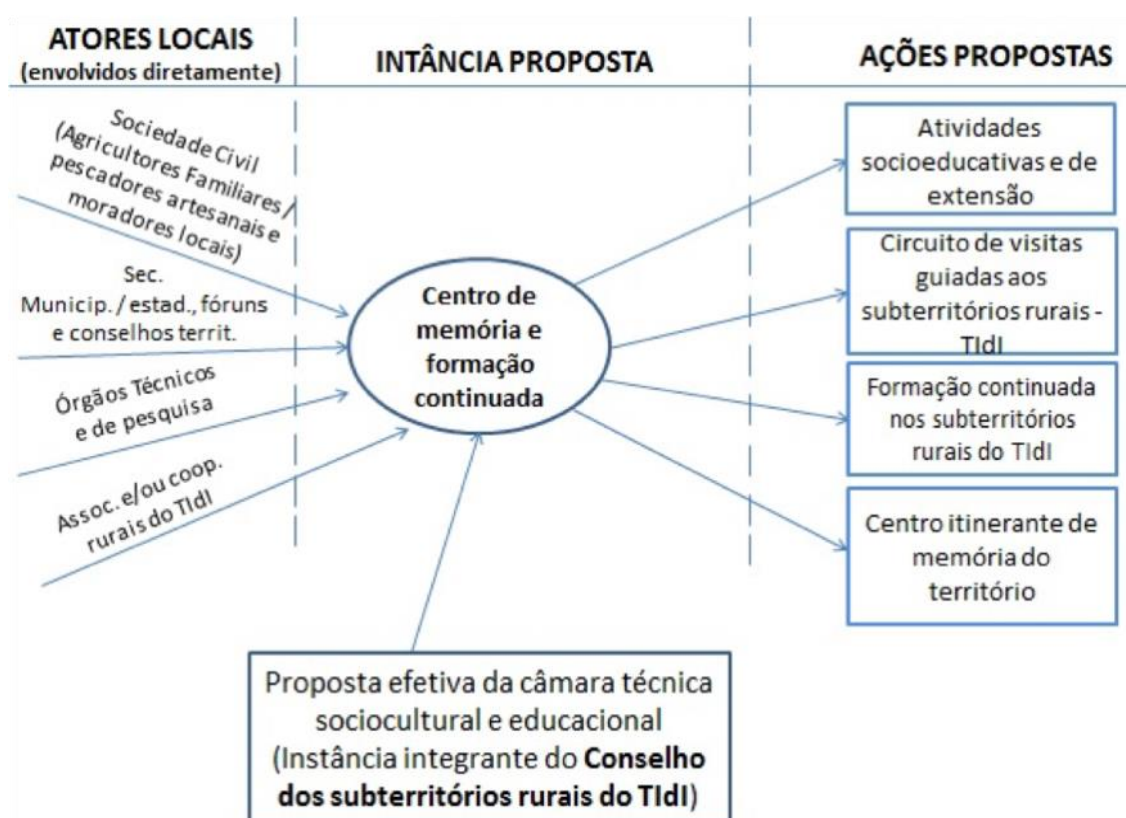
<sup>286</sup> Pergunta número 7.1 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 4.1 e analisado no subcapítulo 7.5.1 desta tese

<sup>287</sup> Vide item 8.2.2.1 desta tese.

<sup>288</sup> A proposta de extensão rural aqui referida difere-se dos métodos que consolidaram os sistemas verticais e o sistema capitalista. O extensionismo aqui utilizado tem como perspectiva um pensamento freineano de valorização do saber fazer local e uma intenção de inclusão dos atores locais participantes (SAMBORSKI, 2019).

TIdI<sup>289</sup>, tendo suas atividades definidas, executadas e monitoradas de maneira paritária (ente público e sociedade civil) por seus membros participantes (citados acima).

Seguindo as normativas das dimensões socioeducacionais e educacionais do MDA (2016), indicam-se que as atividades (gestionadas pelo centro de memória dos subterritórios rurais do TIdI) necessita priorizar: a) propostas histórico-culturais; b) ações educativas e socioeducativas locais; c) práticas extensionistas; d) circuito de visitas guiadas aos patrimônios histórico-culturais e naturais do território e de seu entorno; e) fomento de inovações a partir do saber fazer local, sendo este último um alvitre contra-hegemônico do que propõe a ciência dita moderna (SOUZA, 2007). Sugestiona-se que as atividades deverão ser executadas no território de maneira fixa (CSU) e itinerante (equipamentos públicos distribuídos pelos subterritórios do TIdI).



**Figura 101** - Fluxograma de execução da proposta do Centro de Memória e Formação Continuada do TIdI

**Fonte:** própria, análoga a Sausen (2013).

As propostas socioculturais e socioeducativas acima citadas têm como premissa promover e valorizar as atividades dos atores rurais locais a partir de seus “costumes, tradições e linguagens próprias [...] relações com a família, escola, igreja, organizações de bairro e política etc.” (BRASIL, 2009, p. 31). Essas medidas visam “corrigir os efeitos desiguais de crescimento econômico [...] baseada nas ideias de integração (social e espacial)” (SAMBORSKI, 2016, p. 199), através da aplicação de métodos extraescolares, dentre eles: conferências, encontros, reuniões, palestras, oficinas, cursos, seminários. Tendo como intuito fortalecer o contato direto com os agricultores e suas comunidades (CELINA, 2010), de modo

<sup>289</sup> Vide item 8.2.2.1 desta tese.

que as atividades sejam idealizadas conjuntamente com o indivíduo local e que valorizem suas habilidades, atendendo às demandas do coletivo.

*Hoje tem condições de fazer melhoramento de muda, eu mesmo tenho a partir de uma tora de banana cultivo de varias outras mudas, coisas que se tivermos um local para o curso, nós ensinamos de maneira tranquila, se tiver o apoio de uma instituição técnica fica melhor ainda, até porque ensinamos o que temos e aprendemos com quem sabe outras coisas novas, seja o agricultor ou pensador ou o próprio técnico. Mas tudo de maneira simples, chegando na nossa realidade, por exemplo ao invés de falar em metragem a gente fala em passos, porque as vezes as falar difíceis nos desanimam, tinha que ser feito pela gente e para a gente. (AF I - IV).*

Por compreender que as demandas devam ser originárias do próprio coletivo local, não serão indicados temas específicos para os cursos, extensões, seminários, palestras, conferências, oficinas ou demais formatos de atividades, cabendo (por parte do Centro de Memória e Formação Continuada) um levantamento de potencialidades e demandas junto aos atores locais dos territórios rurais do TIdI. Para tal, indica-se a utilização de um Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE, prática que tem sua metodologia sustentada pela construção conjunta e pela “conjugação de técnicas [...] que permite obter informações qualitativas e quantitativas [...] Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da ação comunicativa dialógica” (PEREIRA, 2017, p. 22-23).

Estas propostas de atividades socioeducativas e s socioculturais, definidas pelos atores rurais, acabam por valorizar o saber fazer do próprio sujeito (agricultores familiares, pescadores tradicionais e comunidade local), de maneira que se possibilite “promover a formação contínua [...] de diferentes perfis, tais como: produtores rurais, pescadores, universitários, funcionários públicos, associações comunitárias, catadores, artesãos e estudantes” (SDT, 2010, p. 128), como medida de transmissão oral e fortalecimento de suas relações locais e de solidariedade (MPMG, 2012), visando inclusive a difusão de conhecimento para as gerações futuras.

Concretizadas diretamente no campo e no mar, enquanto forma educativa-prática, onde “experiências, atitudes específicas, tradição (oral e escrita), etc.” (THEIS, 2015, p. 59) serão vistas como métodos de “compreender o mundo, de controlar as coisas” (SAGAN, 2006, p. 26), pondo em prática a tradicionalidade e a ruralidade como métodos de ensino.

*Tem que ter uma ação que seja voltada para agregar o ensino formal, ao que o morador local sabe de sua vida [...] levando a compor conjuntamente a identidade de sua terra, morando no mundo rural ou não, se não tem conhecimento de sua história não tem reconhecimento [...] O importante é ouvir, ouvir quem mora lá, quem vive o cotidiano do local, estas pessoas conhece a história de toda região e ninguém pode tirar isso dela, isso sim é o que importa. (APPL 2 - IV).*

Propõe-se que as atividades socioeducativas e socioculturais, bem como as reuniões (do Centro de Memória e Formação Continuada dos subterritórios rurais do TIdI), ocorram de forma descentralizada<sup>290</sup> nos equipamentos disponíveis nos subterritórios rurais do TIdI<sup>291</sup> e na sede do Centro Social Urbano - CSU<sup>292</sup>, definidas conforme demanda e decisão dos atores participantes envolvidos.

Além das atividades socioeducativas e de extensão, indica-se que o Centro de Memória e Formação Continuada dos subterritórios rurais do TIdI também promova a criação de um circuito de visitas guiadas aos patrimônios histórico-culturais e naturais existentes no território

<sup>290</sup> A proposta tem como referência as reuniões bem-sucedidas do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, que desde o ano de 2015, realiza reuniões descentralizadas nas extensões rurais dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Rio Claro (RAMOS, 2019).

<sup>291</sup> Maiores informações, vide item 6.4 desta tese.

<sup>292</sup> Para melhor compreensão vide item 8.3 desta tese.

e de seu entorno, com destaque para: a) A Igreja Nossa Senhora Aparecida (século XVIII); b) entreposto comercial (século XVIII); c) estrada da calçada (entre os XVII - XIX); d) Pedra da “Prezidencia” (século XVIII); e) Igreja Matriz de São Francisco Xavier (século XVIII); f) Coreto da Praça da Aclamação (século XVIII); g) Patronato São José (século XIX - XX); h) Chafariz/bebedouro (século XVIII); i) casa do candeeiro (século XVIII); j) casa de Quintino Bocaiuva (século XVIII); l) conjunto arquitetônico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (décadas de 1910 a 1940); m) estação ferroviária (1910)<sup>293</sup>; n) trilhas e cachoeiras das regiões de Mazomba e Raiz da Serra; e o) orlas das localidades da Ilha da Madeira e Coroa Grande (NASCIMENTO; VILLELA; VIANNA, 2018; ITAGUAÍ, 2010).

Indica-se que as atividades do circuito de visitas ocorram em parceria com as secretarias municipais locais<sup>294</sup>, do Fórum Cultural da Costa Verde, do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Realizando visitas com estudantes da educação básica da região e demais interessados. Sendo estas visitas guiadas pelos próprios moradores locais, de maneira a expressar a história de sua localidade, dos seus patrimônios locais e de seu entorno (história oral), tendo como finalidade a construção e/ou resgate de tessituras móveis (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2016), do próprio território.

Esta proposta tem como fim “estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 2010, p. 30). Transmitida como promoção e valorização de sua territorialidade, enquanto cultura viva em contínuo processo de transformação, constituído de “reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios” (MDA, 2016, p. 13). A proposta do circuito de visitas guiadas do território propõe-se a atuar como instrumento de reprodução sociocultural do território, alternativa de valorização da história local e marco representativo da importância dos territórios rurais locais e de suas comunidades tradicionais para as próximas gerações.

Além do circuito de visitas guiadas, sugere-se a criação de um centro itinerante de memória da história do território, ação que ocuparia temporariamente os equipamentos públicos disponíveis nos subterritórios rurais do TIdI<sup>295</sup>, contando com a exposição de: a) fotos; b) livros; c) quadros; d) artes sacras; e) mobília do século XIX; f) atas da câmara municipal do século XIX; g) registros eclesiásticos do século XIX<sup>296</sup>; h) maquinários e peças das comunidades rurais locais, entre outros. Podendo ocorrer concomitantemente outras atividades socioculturais, onde indica-se: a) leituras de obras sobre a região; b) contação de contos (história oral); c) saraus; d) rodas de conversa; e) exibição de filmes temáticos; f) apresentações musicais, entre outras atividades artísticas e culturais locais.

*Deveríamos ter uma maior valorização da cultura, ela tem que se manter viva de alguma forma, valorizada, reconhecida. Tanto da nossa comunidade, como também do poder público, porque só a comunidade sozinha é difícil [...] meu tio mesmo escreveu dois livros de conto sobre a Ilha da Madeira, é uma região que tem história, falta uma pesquisa profunda, Pedro I por exemplo, passou por aqui, temos passado (CL 1 - VII).*

As ações propostas para o Centro de Memória e Formação Continuada do TIdI buscam, estrategicamente, resgatar a identidade e cultura dos subterritórios rurais locais, enaltecer o

<sup>293</sup> Os sete últimos patrimônios citados não se localizam dentro dos subterritórios rurais do TIdI, porém compõem a formação do território enquanto distrito rural entre os séculos XVIII e XIX (ITAGUAÍ, 2010).

<sup>294</sup> Entende-se como secretaria municipal de meio ambiente, agricultura e pesca, secretaria municipal de educação e cultura e secretaria municipal de transporte, dos municípios de Itaguaí e Seropédica.

<sup>295</sup> Vide item 6.4 desta tese.

<sup>296</sup> Destaca-se nestas ações a atuação do Programa de Extensão e Tutoria – PET da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que, desde 2010, vem catalogando dados históricos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal do Itaguahy entre os séculos XIX e XX.

sujeito, sua formação social, cultural e valorizar a história local. Para tanto, é preciso compreender que a relação indivíduo e território “é histórica no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura [...] meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura” (BRANDÃO, 1985, p. 22).

Esta proposta também tem o intuito de resgate, preservação e reconhecimento das “matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo” (FREIRE, 2009, p. 78), que, frequentemente, são postos à margem de sua importância, tanto pelos entes governamentais quanto pela própria sociedade (principalmente dos centros urbanos). Que são induzidos erroneamente a acreditar que o campo não apresenta identidade ou são atrasados culturalmente (VIANNA, 2017). “*A questão é os outros acham que a gente não tem muita história, que não tem o que contar, o que a gente sabe que não é verdade né, nossa história é riquíssima*” (AF I - V)

A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar, se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes (FREIRE, 2010, p. 22).

Conjecturam-se como principais obstáculos à criação do Centro de Memória e Formação Continuada a escassez de apoio estatal (em diferentes níveis) e a baixa participação por parte do ente público nas reuniões da câmara técnica sociocultural e educacional, responsável por reger as atividades dessa proposta.

Como medida para suplantar esses eminentes problemas, propõe-se a ocupação das vagas declinadas (por parte dos entes públicos) por representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão existentes no território (ex. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ), o que (inclusive) simplificaria a participação em editais para obter recursos destinados às ações socioculturais e educacionais no território.

**Quadro 59 - Proposta de dimensão sociocultural e educacional dos subterritórios rurais do TIdI**

| <b>Proposta de dimensão Sociocultural e educacional</b>                     |  |
|---|--|
| <b>Ação central:</b>  | Centro de memória e formação continuada dos subterritórios rurais do TIdI  |
| <b>Principais atores envolvidos:</b>  | a) Associações, cooperativas e coletivos rurais locais; b) Agricultores familiares e pescadores artesanais do TIdI; c) Fóruns, Colegiados, programas que atuem nas locais rurais no território. c) Secretarias municipais e estaduais pertinentes; d) instituições públicas locais técnicos, de ensino, pesquisa e extensão rural. |
| <b>Atores Secundários envolvidos (conforme disposição dos interessados)</b> | Coletivos diversos, empenhados no resgate e promoção das práticas socioculturais e socioeducacionais, dos subterritórios rurais do TIdI.   |
| <b>Tipo de Gestão</b>   | Paritária (governamental e não governamental), vinculadas à câmara técnica sociocultural e educacional de competência do Conselho dos subterritórios rurais do TIdI  |
| <b>Dimensão (a partir do MDA, 2016):</b>                                    | Político Institucional   |
| <b>Objetivo (resumido)</b>  | Resgatar, promover e valorizar a memória, cultura, tradições, identidade e história do Território Identitário de Itaguaí – TIdI, a   |

| <b>Proposta de dimensão Sociocultural e educacional</b> |  |
|---|--|
|   | partir da execução de propostas, executadas de maneira centralizada e descentralizada.   |
| <b>Subterritórios rurais do TIdI contemplados</b>       | Todos  |
| <b>Ações propostas - estratégia(s) de atividades</b>    | a) Atividades socioeducativas e de extensão descentralizadas, b) Elevação de circuito de visitas guiadas nos subterritórios rurais do TIdI, c) Práticas de Formação continuada nas localidades rurais do território, d) Centro Itinerante de memória do TIdI.  |
| <b>Forma de atuação no território</b>                   | Centralizada e descentralizada   |
| <b>Recursos básicos necessários</b>                     | Espaços diversos (equipamentos públicos disponíveis e dispostos ao longo dos subterritórios rurais do TIdI)  |
| <b>Entraves eminentes:</b>                              | Ausência ou escassez de apoio do estado (em diferentes níveis), bem como a baixa participação por parte do ente público em reuniões da câmara técnica sociocultural e educacional, do conselho dos subterritórios rurais do TIdI.  |
| <b>Resultados esperados:</b>                            | Valorizar o papel do agricultor familiar e do pescador artesanal, enquanto promotores de suas próprias práticas socioculturais e educacionais, tendo como suporte órgão locais de ensino, pesquisa e extensão. Executando ações de maneira conjunta a fim de enaltecer a ecologias dos saberes e saber fazer, bem como transmitir culturalmente seus ensinamentos para as próximas gerações. |

**Fonte:** própria, análogos de SEPLAN (2016) e Sausen (2013).

Portanto, o propósito da criação Centro de Memória e Formação Continuada do TIdI, bem como de suas atividades, visa, a partir de ações coletivas e dialógicas, resgatar e promover a memória, cultura, tradições, mitos, identidade e história (D'AMBRÓSIO, 2001) do território, por meio da participação conjunta de múltiplos atores locais<sup>297</sup>, de modo a “promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos” (SANTOS, 2007, p. 28), sem a sobreposição de conhecimentos e valorizando técnicas e tecnologias empíricas do saber fazer local, bem como o enaltecimento dos totens singmáticos (RAFFESTIN, 1993), conectados por uma série de traços sócio-históricos e culturais únicos desse espaço.

### **8.2.2.3 Dimensão Ambiental**

#### **a) Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do TIdI**

Atualmente, no TIdI e em seu entorno existe um conjunto de órgãos públicos<sup>298</sup> que tem entre seus desígnios proporcionar suportes técnicos, de pesquisa, extensão e monitoramento voltados para os territórios e/ou atores rurais, dentre os quais destaca-se: a) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; b) Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR; c) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; d)

<sup>297</sup> Comunidades tradicionais, secretarias municipais e estaduais, instituições e órgãos técnicos e de pesquisa e associações/cooperativas rurais do território.

<sup>298</sup> Conjunto de instituições, com poderes descritivos e funcionais que tem relação, direta, indireta e vinculação com poderes públicos, expressa através de seus agentes. (GAMBARDELLA, 2014).

Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER/RIO; e) Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO/RIO; f) Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro – ITERJ; g) Instituto Estadual do Ambiente – INEA; h) Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; i) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA; j) secretarias estaduais e municipais relacionadas ao meio ambiente, agricultura e pesca, entre outras.

Esses órgãos atuam na “articulação de saberes e experiências, no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social” (JUNQUEIRA, 2014, p. 106). Executados a partir da promoção, assistência e valorização do mundo rural, tendo como fim a promoção de soluções que possam, direta ou indiretamente, viabilizar o desenvolvimento sustentável dos territórios atendidos. Sendo observado, em alguns casos a indicação (por parte de alguns desses órgãos) de ações estratégicas para resolução, mitigação e/ou fiscalização<sup>299</sup> de impactos socioambientais eminentes ou já existentes no território.

É pública a existência de uma série de estudos e pesquisas realizadas por essas entidades para resolver ou reduzir os problemas socioambientais em curso no TIdI<sup>300</sup>. Contudo, são estudos (por vezes) desarticulados entre si (entre os órgãos). Tal condição é reflexo de uma baixa dialogicidade entre as instituições, o que dificulta uma construção conjunta de ações práticas que possam servir de resolução, mitigação ou fiscalização dos impactos ambientais que ocorrem nos subterritórios rurais do território<sup>301</sup>.

Com relação aos múltiplos impactos ambientais no território, essas questões podem ser observadas ao longo do capítulo 6 desta tese e dimensionadas, por exemplo, a partir das respostas de 82% dos entrevistados<sup>302</sup>, os quais informaram sobre a existência de conflitos e poluições ambientais em suas localidades (acentuados principalmente nas duas últimas décadas). Onde se destacaram impactos principalmente nos rios e mares, no ar e no solo (com, aproximadamente, 78% cada)<sup>303</sup>, resultando em uma série de degradações no bioma local, privatização dos recursos naturais, empobrecimento e contaminação do solo, rios e afluentes, Baía de Sepetiba, aquífero Piranema, aumento da geração de resíduos sólidos, entre outros<sup>304</sup>.

*esse problema de mal cheiro do tal CTR que na verdade é lixo, ninguém veio nos perguntar como resolver a questão, ou então se teríamos propostas ou nossas ideias para diminuir esses impactos ambientais, nós temos opiniões, por vezes melhores que as dos técnicos (AF 3 - III)*

*existem impactos ambientais por aqui, todos os dias, se tivéssemos um canal que pudéssemos denunciar ou fazer parte, facilitaria a nossa participação, além de frear o que leva a essa destruição (AF 2 - I).*

Buscando ser frente a estes impactos ao ecossistema local é sugestionado a criação da Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do TIdI, de maneira que atue conjuntamente: a) órgãos públicos locais (acima citadas – ou demais interessadas); b) sociedade civil e comunidades tradicionais locais; c) secretarias municipais (em especial de Itaguaí e Seropédica) e estadual (Rio de Janeiro), entre outros atores interessados no tema. Suas

<sup>299</sup> A fiscalização, nesse caso, aplica-se às instituições do INEA, ITERJ, secretarias estaduais e municipais.

<sup>300</sup> Toma-se como exemplo o Programa de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PEPEDT / UFRRJ – PROEXT, que tem somados mais de 40 trabalhos (artigos, projetos, capítulos de livros, etc.), até outubro de 2020, publicados sobre o território Identitário de Itaguaí – TIdI e regiões vizinhas.

<sup>301</sup> Para maiores informações, vide capítulo 6.0 desta tese.

<sup>302</sup> Pergunta número 3 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 3.1 desta tese e analisado no subcapítulo 6.5.1 desta tese.

<sup>303</sup> Pergunta número 3.2 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 4.1 desta tese e analisado no subcapítulo 7.5.1 desta tese.

<sup>304</sup> Essas questões são apresentadas ao longo do capítulo 7 desta tese.

principais atribuições incluem a elaboração de um caderno dos impactos ambientais do TIdI, respeitando os moldes do artigo 225 da Constituição Federal de 1988; acompanhamento e fiscalização de atividades públicas ou público-privadas que estejam provocando (ou possam provocar) degradação do meio ambiente (MACHADO, 1995) e/ou possam gerar ameaças ao bioma local.

A proposta da Câmara Técnica Ambiental do território é operar enquanto instância centralizadora de ações que visem à resolução ou mitigação de impactos ambientais já existentes, bem como o acompanhamento de casos eminentes, denunciados por instituições ou pela sociedade civil. Essa proposta visa “proporcionar a integração entre todos os parceiros [...] de forma a favorecer uma troca contínua de informações; promover o monitoramento das ações e a constante avaliação dos resultados” (MDA, 2011, p. 253). Indica-se que a câmara técnica ambiental do território seja gerenciada de forma paritária (governamental e não governamental).

A proposta do caderno dos impactos ambientais do TIdI, visa apresentar laudos, estudos e pesquisas já existentes, bem como promover trabalhos futuros, desenvolvidos de forma conjunta entre instituições públicas e sociedade civil, onde sejam descritos (inclusive) parâmetros para os níveis de poluição e degradação aceitáveis na região. De maneira que as instituições e órgãos técnicos locais tenham papel primordial na execução do projeto (SEPLAN, 2016), ainda sim, valorizando em todo o tempo o papel da comunidade local, à medida que são estes os principais fiscalizadores e conhecedores dos pontos ambientais críticos no território.

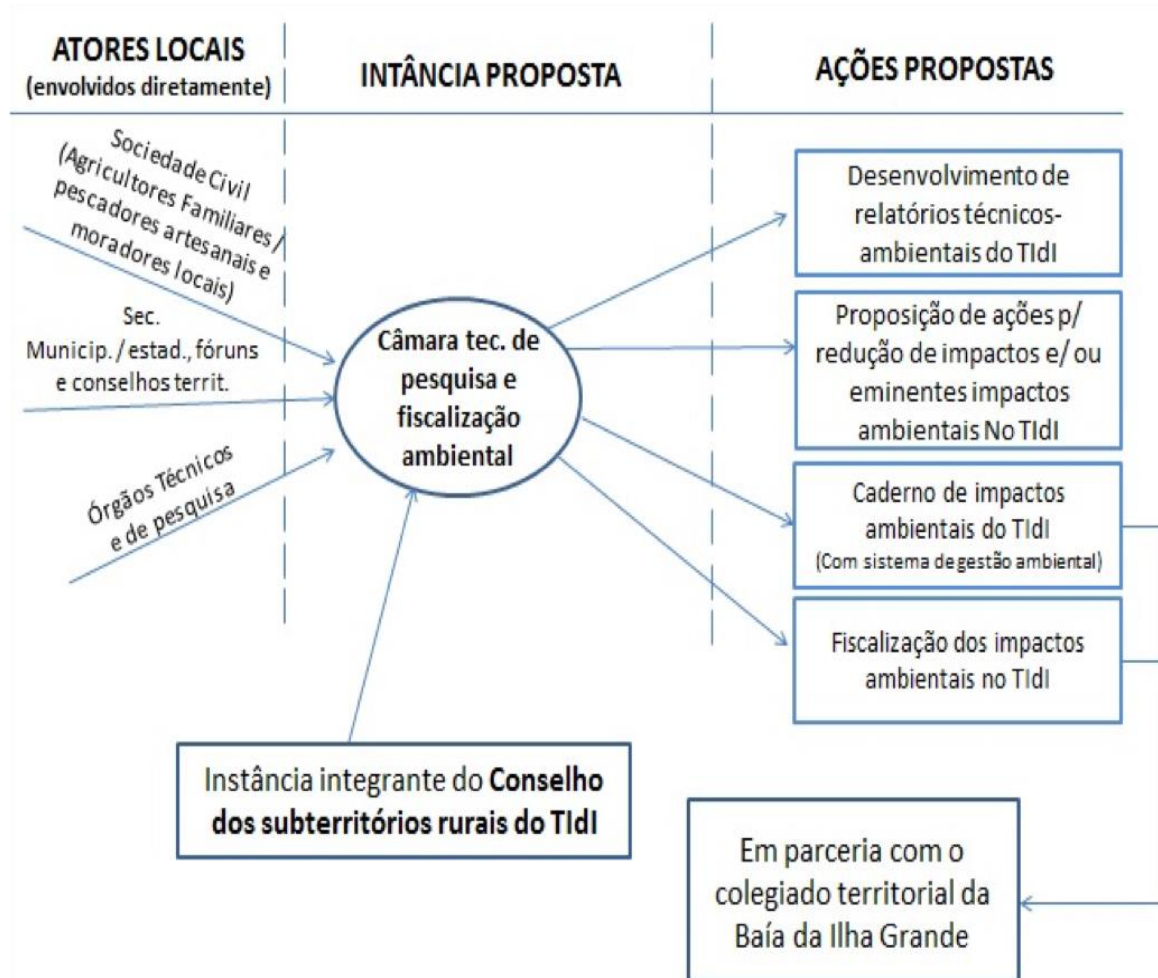
*Eles [órgão públicos], não podem ficar encastelados, tem que dar de volta pra sociedade o que a sociedade dá e demanda pra ela, tem que humanizar, caminhar junto, porque separado enfraquece os dois lados. E pra isso a universidade tem que deixar de se isolar da sociedade. Assim como as instituições técnicas de agricultores. Ninguém melhor do que o próprio agricultor pra saber as demandas e onde estão ocorrendo os impactos no dia a dia (APPL 2 - IV).*

A proposta de elaboração conjunta (órgão públicos e atores locais) do caderno de impactos ambientais do território visa (também) acompanhar a execução da “legislação e outros instrumentos legais normativos, aspectos ambientais, análise das práticas e procedimentos de gestão ambiental e avaliação dos incidentes/acidentes prévios” (GOMES; SAMPAIO, 2013, p. 58-59), como medida de fiscalização das ações dos empreendimentos e megaempreendimentos no TIdI.

Nesse sentido, o caderno de impactos ambientais teria como objetivo ser instrumento técnico e de operacionalização, atuando de maneira consultiva junto aos órgãos deliberativos, como o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, prefeituras locais, Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – MPRJ, entre outros. Ademais, buscaria promover práticas “ambientalmente qualificadas e permanentes” (MDA, 2016, p. 19), além de buscar minimizar os impactos ambientais já existentes.

Inclui-se na proposta de elaboração do caderno de impactos ambientais do território a sugestão de um sistema de gestão ambiental, com fim de constituição “um conjunto de procedimentos para gerir [...] essencialmente, no planejamento [...] visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 121). A elaboração do sistema gestão ambiental potencializaria a sistematização de ações ambientais já existentes, a prevenção de riscos ambientais, o reconhecimento dos recursos ambientais locais e a melhoria no acesso aos documentos e laudos de órgãos deliberativos ambientais existentes (GOMES; SAMPAIO, 2013





**Figura 102** - Fluxograma da proposta da Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do TIdI.

**Fonte:** própria, análoga a Sausen (2013).

Na indicação da câmara técnica, os atores da sociedade civil apresentam posição central no conhecimento do território, de maneira que se busca promover um “diálogo com governos sobre prioridades, preservar a limpeza e condições sanitárias nas áreas comuns [...] cooperar para o bem comum [...] ser agente assumindo uma conduta sustentável” (SILVEIRA, 2018, p. 25). De maneira que somatório dessas experiências junto aos dados técnico produzido pelos órgãos locais, teriam contundência ao fornecer denúncias de possíveis crimes ambientais no território, além de fomentar canal direto entre a comunidade local e as respectivas instituições de fiscalização ambiental existentes.

Essas ações têm como aplicabilidade a concepção de “ferramentas de apoio às análises e às decisões [...] a serem observadas na gestão de impactos; e a melhoria dos procedimentos voltados a promover a participação social” (IBAMA, 2016, p. 03). Além do fomento à participação coletiva, essas propostas buscam garantir a proteção de seus atores, tendo em vista que as denúncias, “ações ou projetos devem vir acompanhadas [...] sempre da instituição e organismo de governo, não devendo ser personalizado com nome de pessoa” (MDA, 2016, p. 17).

Indica-se, que as ações aqui propostas com relação à câmara técnica de fiscalização ambiental do TIdI, principalmente as que se referem ao caderno de impactos ambientais (e ao sistema de gestão ambiental) e à fiscalização dos eminentes impactos ambientais do território,

devem ser desenvolvidas com apoio do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG, visando o aproveitamento da *expertise* desse coletivo nos segmentos de gestão e controle social, regiões rurais, aproximação com comunidades tradicionais locais, e desenvolvimento de estudos e pesquisas diversas sobre o território, etc.

De maneira que se promova em médio/longo prazo, uma prática de gestão ambiental compartilhada entre os múltiplos atores envolvidos (sociedade civil, comunidades tradicionais, órgãos técnicos locais, entes públicos, etc.), de modo a estruturar conjuntamente uma gestão ambiental territorial que priorize “ações políticas e técnicas para o uso e aproveitamento dos recursos naturais, de forma menos predatória possível, para preservar a sócio-bio e cultural diversidade em prol da perenização da espécie humana, da terra, flora, fauna e biota” (SOBRINHO, 2014, p. 72).

Conjectura-se como principais entraves para o desenvolvimento e execução da câmara técnica ambiental do território, a baixa dialogicidade entre seus pares (sociedade civil – comunidades tradicionais – órgãos técnicos locais – entes públicos, etc), cogita-se também como possível dificuldade a baixa aceitação do caderno de impactos ambientais do TIdI por parte das gestões públicas dos municípios envolvidos (Itaguaí e Seropédica) e do estado (Rio de Janeiro), bem como a recusa por parte de empreendimentos e/ou megaempreendimentos que possam ser denunciados nos relatórios. Sendo fundamental (nesse caso) o apoio de instituições deliberativas, como o INEA, o IBAMA, prefeituras locais<sup>305</sup>, Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o ITERJ, o FIPERJ, o MPRJ, entre outros.

**Quadro 20** - Proposta de dimensão ambiental dos subterritórios rurais do TIdI

| <b>Proposta de dimensão ambiental</b>                                       |   |
|---|---|
| <b>Ação central:</b>  | Câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental do TIdI   |
| <b>Principais atores envolvidos:</b>  | a) Órgãos, instituições e empresas técnicas e de pesquisa no meio rural, b) sociedade civil e comunidades tradicionais locais, c) secretarias municipais e estaduais.   |
| <b>Atores Secundários envolvidos (conforme disposição dos interessados)</b> | Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – MPRJ, Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Empresa de Assistência Técnica de extensão Rural – EMATER/RIO, Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, bem como demais órgãos públicos (ou não) empenhados no resgate e/ou vigilância de localidades ambientalmente degradadas (ou em eminência) no território. |
| <b>Tipo de Gestão</b>   | Paritária (governamental e não governamental), vinculadas à câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental, competência do conselho dos subterritórios rurais do TIdI  |
| <b>Dimensão (a partir do MDA, 2016):</b>                                    | Político Institucional  |

<sup>305</sup> Em especial os municípios de Itaguaí, Seropédica e Rio de Janeiro.

| <b>Proposta de dimensão ambiental</b>                |   |
|--|---|
| <b>Objetivo (resumido)</b>                           | Instituir um espaço de ação participativa que aproxime sociedade civil, comunidades tradicionais do território com órgãos públicos locais de pesquisa e fiscalização ambiental. A finalidade é analisar e monitorar possíveis denúncias com relação aos impactos ou eminentes impactos ambientais no TIdI, oferecer suporte e cobrar ação efetiva de órgãos públicos pertinentes com relação (principalmente) às atividades dos empreendimentos e megaempreendimentos industriais e portuários locais, exigir práticas que estejam em conformidade com as leis estaduais e nacionais, e com o que é estipulado em seus licenciamentos ambientais. |
| <b>Subterritórios rurais do TIdI contemplados</b>    | Todos, conforme denúncia ou ação preventiva.  |
| <b>Ações propostas - estratégia(s) de atividades</b> | Elaboração de relatórios técnicos e científicos no que se refere aos impactos ou eminentes impactos ambientais no território, b) Proposição de ações que possam promover a redução ou a não ocorrência de crimes ambientais no TIdI, c) Elaboração de um caderno de impactos ambientais do território, com sistema de gestão ambiental integrada, d) Construção de um canal permanente de denúncias e fiscalização dos impactos ambientais no TIdI, e) Participação consultiva em reuniões de conselhos locais pertinentes, com a finalidade de auxiliar na resolução ou prevenção de crimes ou impactos ambientais no território.                |
| <b>Forma de atuação no território</b>                | Descentralizada (conforme demanda)  |
| <b>Recursos básicos necessários</b>                  | Salas de reunião do CSU e/ou equipamentos públicos dispostos nos subterritórios rurais do TIdI.   |
| <b>Entraves eminentes:</b>                           | Dificuldades no processo dialógico entre os atores envolvidos, podendo resultar em atrasos diversos; a baixa aceitação do caderno de impactos ambientais do TIdI e do sistema de gestão ambiental por parte das gestões públicas de municípios (em especial Itaguaí e Seropédica) e do estado (Rio de Janeiro); recusa de aceite por parte de empreendimentos e/ou megaempreendimentos que possam ser denunciados.  |
| <b>Resultados esperados:</b>                         | Promover uma consciência ambiental entre os atores principais e secundários participantes; constituir um corpo permanente que possa conjuntamente buscar alternativas para a resolução ou redução dos impactos ambientais no território; promover uma região ambientalmente gerenciável.  |

**Fonte:** própria, análogos de SEPLAN (2016) e Sausen (2013).

A proposta da Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do TIdI tem como principais perspectivas: a) estabelecer um elo permanente e participativo entre a sociedade civil e comunidades tradicionais do território com órgão públicos locais; b) analisar e averiguar denúncias, bem como acompanhar questões pertinentes aos impactos ambientais no TIdI; c) cobrar dos órgãos públicos locais uma maior fiscalização dos empreendimentos e megaempreendimentos da região (obediência à legislação e licenciamento ambiental vigentes); d) produzir relatórios técnicos e científicos sobre os impactos ambientais e/ou socioambientais

do território; e) elaborar um caderno de impactos ambientais do TIdI; f) propor ações que possam amenizar os impactos ou eminentes impactos ambientais do território<sup>306</sup>; g) analisar e desenvolver outras ações consultivas demandadas pela sociedade civil, comunidades tradicionais locais e/ou entidades representantes da sociedade no TIdI.

#### **8.2.3.4 Dimensão Socioeconômica**

##### **a) Mercado popular tradicional rural do TIdI**

Durante a pesquisa de campo (2015 - 2020) realizada para esta tese, notou-se a ausência de um espaço estrategicamente centralizado no território e que tivesse a capacidade para o acondicionamento e venda dos produtos dos agricultores familiares e pescadores artesanais locais. Com exceção para dois pequenos galpões, um no subterritório de Mazomba (I) e outro na em Raiz da Serra (III), além de alguns boxes para disposição de pescado no subterritório da Ilha da Madeira (VII). Ainda assim, insuficientes e logisticamente inviáveis para os trabalhadores rurais dos demais subterritórios do TIdI: “*Veja esses boxes aí, é bom, mais ainda sim ficamos longe do centro [do território], não da pra poder vender numa boa*” (AF 3 - VII).

Além da atual carência de espaços específicos para o acondicionamento dos produtos rurais, os agricultores e pescadores do TIdI também têm a necessidade de um local específico para expor, de forma ininterrupta e segura, seus produtos. Atualmente, o território apresenta uma feira pouco eficiente para os trabalhadores rurais locais, que ocorre de forma esporádica, não contínua, aos domingos (em alguns fins de semana simplesmente não ocorre, sem nenhum motivo aparente), dentro do Parque Municipal de Itaguaí. Nesse local, os trabalhadores rurais têm que dividir seu ambiente de trabalho com carros, motos, caminhões etc., bem como padecem com uma baixa disposição espacial para o acondicionamento de suas barracas.

O espaço do Parque Municipal de Itaguaí (cedido atualmente pela prefeitura local) não oferece uma estrutura mínima para o seu funcionamento, não há banheiros e espaços cobertos, falha na iluminação pública e carência de segurança mínima para a realização das atividades, além de problemas recorrentes com relação às datas e horários para seu funcionamento, tendo em vista que o mesmo espaço também é esporadicamente ocupado para a realização de shows. Esses problemas forçam o deslocamento de boa parte dos agricultores tradicionais e pescadores artesanais do território até a Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro – CEASA e de outras feiras fora do território, ou até mesmo revenderem seus produtos para atravessadores ainda que a um preço inferior ao de mercado.

*as vez temos que produzir tudo, levar pro CEASA e depois trazer de volta, qual, necessidade de ir e voltar, aumentar o custo? porque a gente como agricultor não ganha nada a mais depois que sai do nosso caminhão.[...]prefiro levar e vender minha banana lá na feira de Santa Cruz<sup>307</sup>, do que nessa feira daqui, vender aqui pra que? Feira feia, desorganizada, prefeitura não ajuda a gente em nada (AF 2 - IV).*

Os problemas relatados acima foram observados nas entrevistas semiestruturadas realizadas com as comunidades rurais dos subterritórios do TIdI, durante os meses de outubro e novembro de 2020. Nessa ocasião, 92% dos participantes<sup>308</sup> informaram que (segundo seu ponto de vista) os entes públicos locais poderiam promover e/ou estimular melhorias para as suas atividades socioeconômicas e de trabalho. No qual, os próprios entrevistados destacaram

---

<sup>306</sup> Os tópicos b à f tiveram como alusão o Sistema Integrado do Gerenciamento Hídricos do estado de São Paulo (SIGRH, 2019).

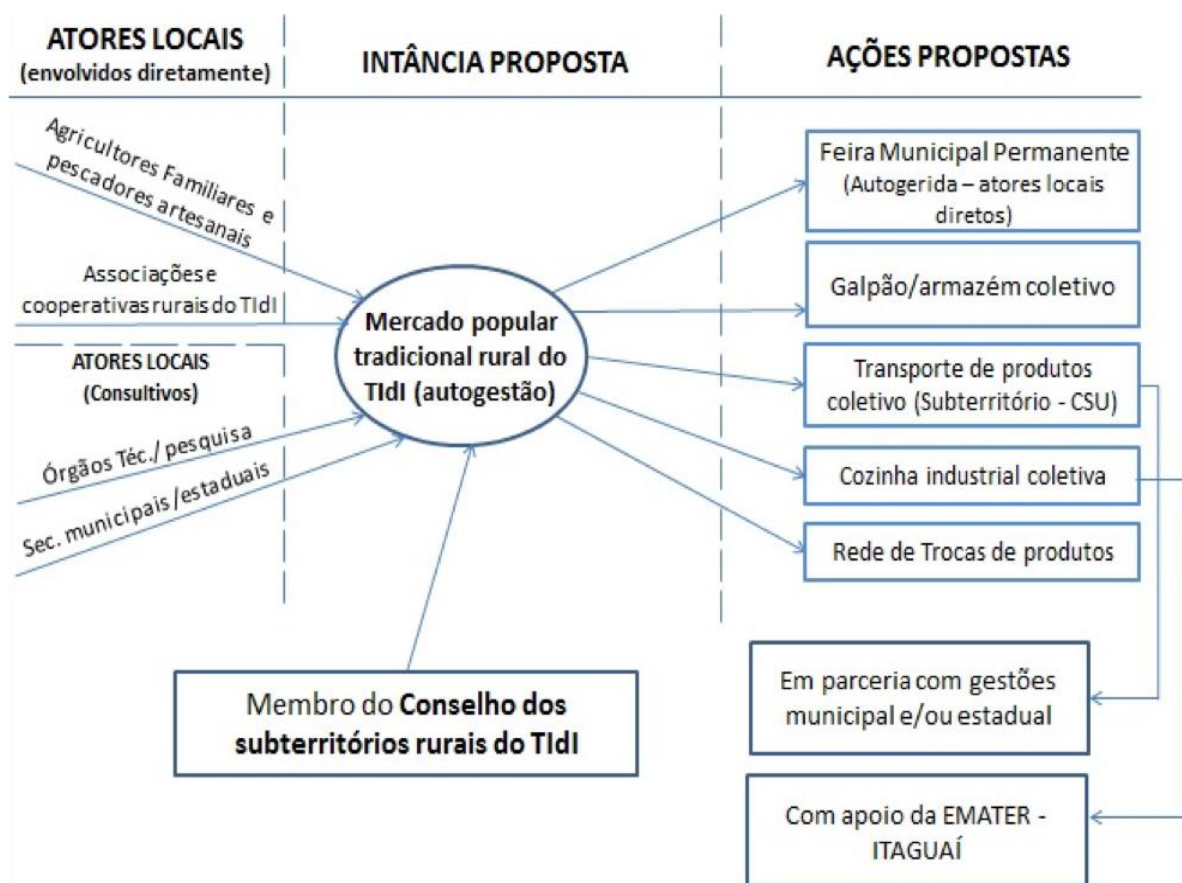
<sup>307</sup> A feira de Santa Cruz é um bairro homônimo, vizinho ao TIdI, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro.

<sup>308</sup> Pergunta número 6 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 3.1 desta tese e analisado no subcapítulo 6.5.1 desta tese.

a necessidade de efetivação das seguintes ações<sup>309</sup>: a) criação de um galpão e/ou armazém coletivo, logisticamente centralizado, e de fácil acesso (aproximadamente 84% dos entrevistados); b) efetivação de uma feira local ou municipal permanente (aproximadamente 82% dos entrevistados); c) criação de uma cozinha industrial coletiva - agroindústria (aproximadamente 71% dos entrevistados); e d) oferta de transporte coletivo dos produtos, evitando a ação de atravessadores (aproximadamente 65% dos entrevistados).

Essas problemáticas locais fazem parte das “dificuldades no processo de armazenamento e comercialização da produção da agricultura familiar” (SEPLAN, 2016, p. 20), em particular numa região socioeconomicamente estratégica para as atividades rurais. Por esse motivo, este subcapítulo propõe a criação e o fomento de um mercado popular tradicional rural do TIdI.

Indica-se a implementação do mercado dentro do equipamento público do Centro Social Urbano – CSU, em virtude de sua localização central e estratégica (no território), facilidade de acesso e o tamanho da edificação<sup>310</sup>. O que promoveria a implementação concomitante de múltiplas atividades das dimensões socioeconômicas, com inter-relações entre si (MDA, 2016), e oriundas dos próprios agricultores familiares e pescadores artesanais entrevistados. Dentre essas propostas, cita-se em destaque: a) criação do mercado popular rural; b) ação de transporte coletivo dos produtos rurais; c) cozinha agroindustrial; e d) rede de troca de produtos.



**Figura 103** - Fluxograma de execução da proposta do Mercado Popular Tradicional Rural do TIdI

Fonte: própria, análoga a Sausen (2013).

<sup>309</sup> Pergunta número 6.1 do formulário semiestruturado, apresentado no subcapítulo 3.1 desta tese e analisado no subcapítulo 6.5.1 desta tese.

<sup>310</sup> Para maiores informações, vide item 7.2.1 desta tese.

O desígnio das atividades do mercado popular tradicional rural do TIdI podem ser desenvolvidas enquanto alternativas direcionadas à construção de “mecanismos de geração de emprego e renda, de uma forma mais justa e participativa [...] além de estimular a economia local e despertar o espírito solidário de uma comunidade” (KOHLENER; MATURANA; COSTA, 2020, p. 254), concepção traz consigo uma analogia ao conceito de economia solidária, estabelecida como “igualdade de direitos [...] geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática” (SINGER, 2008, p. 289).

Partindo desse princípio, sugere-se que o mercado popular tradicional rural do TIdI seja conduzido de maneira autogestionável por seus membros participantes diretos (agricultores familiares, pescadores rurais, associações ou cooperativas rurais locais), tendo como suporte consultivo as instituições públicas que atuem dentro do território e em práticas socioeconômicas e de fomento, como: a) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; b) Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR; c) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; d) Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER/RIO; e) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA; f) Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Itaguaí – ACIAPI; g) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/Itaguaí<sup>311</sup>; e h) secretarias municipais (Itaguaí e Seropédica) e estaduais (Rio de Janeiro).

Essas participações consultivas visam auxiliar a construção conjunta, em médio/longo prazo, de “alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local. Esse apoio pode ser estimulado e realizado com o apoio de entidades da sociedade civil, do poder público ou da própria comunidade organizada” (KOHLENER; MATURANA; COSTA, 2020, p. 254).

A proposta de autogestão do mercado popular tradicional rural do TIdI caminha no sentido da promoção, organização e execução do cotidiano de trabalho dos atores rurais envolvidos, fazendo com que seus processos decisórios sejam participativos e democráticos (RIGO, 2014), de maneira que os entes envolvidos tenham o mesmo direito de voz e de escolha, tendo como fim o bem comum (VILLELA et al., 2012). É o que se pode compreender enquanto racionalidade comunicativa, à medida que sua efetivação “exprime-se como força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo [...] ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todo podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo” (HABERMAS, 2004, p. 107).

Propõe-se também que o mercado popular tradicional rural do TIdI integre o conselho dos subterritórios rurais do TIdI compondo o quadro de vagas paritárias destinadas à sociedade civil, bem como pleitear sua inclusão no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG. A participação em outras instâncias de gestão social existentes no território tem como principal intuito fortalecer os debates vinculados aos processos e relações sociais que possam resultar em caminhos plausíveis para o desenvolvimento local, podendo inclusive auxiliar em ações que visem a superação da pobreza (SEN, 2000), não só do TIdI, como também de regiões do seu entorno.

A proposta de criação do mercado popular autogestionado surgiu a partir da demanda dos agricultores familiares e pescadores artesanais do território, de sugestões que tem com principais finalidades atenuar as dificuldades relacionadas ao acondicionamento e principalmente o escoamento da produção rural. Tendo em vista (conforme já mencionado), que os trabalhadores rurais do território precisam atualmente se deslocar principalmente para a Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro – CEASA para comercializar seus cultivos, o que, em determinados casos (dependendo do subterritório do TIdI), resulta em viagens de, aproximadamente, uma hora e vinte minutos (somando-se ida e volta), além de

---

<sup>311</sup> Tanto a ACIAPI como o SENAC/Itaguaí não apareceram anteriormente por não terem seus equipamentos localizados nos subterritórios rurais, e sim no centro urbano do território.

outras problemáticas, como o custo do deslocamento ou a necessidade (via de regra), do uso de atravessadores.

*O mercado popular por aqui, é a melhor alternativa de escoamento da produção, vem o pescador da Ilha da Madeira, vem o produtor de coco do Piranema, vem o produtor de banana das serras, vem o cara com sua carrocinha das roças e veem ali uma forma de vender seus produtos. Sem atravessadores, sem custos maiores, sem gastar combustível e tempo de maneira desnecessária, seria o melhor dos universos, Iria valorizar nossa vida. (AF 1 - IV).*

Diante do exposto, propõe-se que a efetivação do mercado popular local deva ocorrer nas dependências do CSU – Itaguaí<sup>312</sup>, devido à existência de um espaço coberto pronto (armazém/galpão coletivo) para a estocagem temporária da produção, ocorrendo concomitantemente (nas dependências do mercado popular) sua venda, atendendo não somente a comunidade local, mas também territórios vizinhos.

O CSU de Itaguaí, como já descrito nesta tese, encontra-se atualmente subutilizado pelo estado (RJ) e município (Itaguaí). O seu emprego para o mercado popular tradicional rural do TIdI acabaria por atender não só às suas diretrizes legais, estabelecidas no Decreto Nacional nº 75.922, de 1 de julho de 1975, mas também às suas funções enquanto equipamento público, satisfazendo as necessidades sociais, promovendo e ofertando serviços públicos que atuem na melhoria da qualidade de vida de sua população (GAMBARDELLA, 2014).

A sugestão do mercado popular tem também como uma de suas perspectivas, destacar o trabalho do agricultor familiar e do pescador artesanal enquanto prática de valorização dos “aspectos produtivos e econômicos do território, destacando as potencialidades capazes de dinamizar o desenvolvimento e gerar as competências necessárias para a sustentabilidade e superação dos seus limites” (SEPLAN, 2016, p. 19).

Compreende-se, a partir de uma perspectiva autogestionável (GREGOLIN, 2015), que os boxes e barracas do mercado popular possam ser revezados e/ou compartilhados por mais de um produtor(a) rural, sendo feita essa organização do espaço por eles mesmos. Tendo em vista que foi observado (durante a pesquisa de campo desta tese) a presença constante de integrantes das famílias de trabalhadores rurais que não exercem diretamente as atividades no campo ou no mar, mas que atuam na etapa de comercialização dos produtos: “*Quem tá na agricultura sempre tem alguém. Um filho, neto, esposa, vizinho de confiança, alguém né! que pode ficar a frente da barraca enquanto a gente trabalha, até porque as famílias daqui vivem disso mesmo*” (CL 1 - IV).

As feiras apresentam espaços de comercialização, informação, cultura e formação [...] reafirmando identidades e interesses comuns, em que se desenvolvem laços de solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação [...] outro caráter inovado consiste numa ação interterritorial, pois os territórios uniram-se para superar fragilidade e incrementar potencialidade próprios, articulados com a sociedade e governos, expandindo e fortalecendo as relações de cooperação interterritorial (SDT, 2010, p. 131).

---

<sup>312</sup> Para entendimento melhor do equipamento público do CSU, vide 7.2.1 desta tese.

**Quadro 21** - Distância e tempo médio entre os subterritórios do TIdI e CEASA – RJ x CSU – Itaguaí

| Subterritórios do TIdI                           | Distância média: TIdI x CEASA - RJ | Distância média: TIdI x CSU | Redução distância CEASA x CSU | Tempo médio: TIdI x CEASA - RJ | Tempo médio: TIdI x CSU | Redução de tempo CEASA x CSU |
|--|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| <b>Mazomba (subterritório I)</b>                 | 58,5 km                            | 9 km                        | <b>-49,5 km</b>               | 1h                             | 20m                     | <b>-40 m</b>                 |
| <b>Raiz da Serra / Matoso (subterritório II)</b> | 66,5 km                            | 23,4 km                     | <b>-43,1 km</b>               | 1h10m                          | 55m                     | <b>-15 m</b>                 |
| <b>Chaperó (subterritório III)</b>               | 52,5 km                            | 9,8 km                      | <b>-42,7 km</b>               | 55m                            | 20m                     | <b>-35 m</b>                 |
| <b>Piranema (subterritório IV)</b>               | 50,4 km                            | 7,6 km                      | <b>-42,8 km</b>               | 50m                            | 15m                     | <b>-35 m</b>                 |
| <b>Rio da Guarda (subterritório V)</b>           | 47,3 km                            | 4,4 km                      | <b>-42,9 km</b>               | 50m                            | 10m                     | <b>-40 m</b>                 |
| <b>Coroa Grande (subterritório VI)</b>           | 60,6 km                            | 11,4 km                     | <b>-55,2 km</b>               | 1h                             | 20m                     | <b>-40 m</b>                 |
| <b>Ilha da Madeira (subterritório VII)</b>       | 60,0 km                            | 10,7 km                     | <b>-49,3 km</b>               | 1h                             | 17m                     | <b>-43 m</b>                 |

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de Google Maps (2020f)

Além da própria feira, a proposta do Mercado Popular Tradicional Rural do TIdI está associada a outras ações de potencial socioeconômico, como o caso da cozinha industrial coletiva. Sugere-se que essa proposta ocorra em paralelo (concomitante) com a feira municipal permanente (dentro da cozinha do equipamento do CSU), cuja função é o processamento de parte do que é produzido pelos próprios trabalhadores rurais, “visando, sobretudo, a produção [...] enquanto o processamento e a transformação de alimentos [...], se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico” (PELLEGRINI; GAZOLLA, 2013, p. 334).

A cozinha industrial favorece também o reaproveitamento do que não foi comercializado, tendo em vista a redução de perdas, bem como se dispõe a “promover a diversificação das atividades econômicas e a valorização de distintos modos de vida” (ZIMMERMANN et al., 2014, p. 568), além de diminuir a “precariedade no processamento e beneficiamento de diversos produtos das cadeias produtivas presentes no território” (SEPLAN, 2016, p. 20).



*Eu mesma tem semana que sobra quatro, cinco caixas de banana eu poderia transformar isso em compota, bananada, bolos, hiiiiii [expressão], uma infinidade de coisas (AF 1 - I)*

*Rapaz, o que não falta aqui é cocô, minha esposa sabe fazer um monte de coisas, eu mesmo faço minhas cocadinhas, mais pouco vende, não tenho onde vender [...] lógico, se eu tivesse um lugar certo pra vender e uma cozinha boa, preparada, isso era fácil pra mim, porque não é todo dia que tô lá dentro [apontando para o cultivo de cocô da bahia] (AF 1 - III).*

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER de Itaguaí tem papel fundamental na efetivação da cozinha de beneficiamento no território, tendo em vista que uma de suas principais atribuições é a execução de programas de extensão de natureza técnica, econômica e social, de forma que resulte na melhoria do aproveitamento e produtividade do meio rural<sup>313</sup>. Além disso, a EMATER é um órgão público local que já possui uma cozinha industrial equipada no TIdI, localizada na estrada do Piranema – Bairro do Piranema (IV), divisa dos municípios de Itaguaí e Seropédica, porém que atualmente se encontra inutilizada..

Seu desuso deve-se, segundo os entrevistados<sup>314</sup>, principalmente pela localização desfavorável, conforme observado nas seguintes falas: “*Tá aqui na casa do lado, a nossa cozinha industrial para o agricultor, para o pescador, mais não tem procura, eles simplesmente não vem, acham o Piranema muito longe*” (APPL 1 - IV) e “*eu mesma, já fui na cozinha da Emater, é boa, mais é muito longe, uma contramão danada, nem todo mundo tem condições de ir lá, com certeza, se ela fosse mais central a realidade seria outra*” (AF 1 - I). Logo, Logo, a demanda com relação à cozinha coletiva não seria no sentido de adquirir novos equipamentos, mas sim, a cessão dos maquinários já existentes por parte da EMATER – Itaguaí, transferindo-os para a cozinha disponível dentro do equipamento público do CSU.

A proposição é que a cozinha de beneficiamento da agricultura familiar ocorresse em paralelo com a feira municipal permanente, agindo enquanto instrumento “capaz de auxiliar uma coletividade a promover seu posicionamento no mercado, criar sua reputação e protegê-la frente à concorrência desleal, além de melhor organizar a atividade econômica coletiva” (REGALADO et al., 2012, p. 06). De maneira os produtos (beneficiados), seriam comercializados na própria feira municipal, podendo inclusive resultar (em longo prazo) na criação de uma marca coletiva<sup>315</sup>, ou em um Arranjo Produtivo Local - APL<sup>316</sup>.

Com relação à proposta de transporte coletivo dos produtos rurais, sua execução ocorreria de maneira permanente, sendo gerida pelos próprios trabalhadores rurais (integrantes do mercado popular tradicional do TIdI). Essa sugestão tem como intuito facilitar o deslocamento de produção (subterritórios rurais do TIdI – CSU), agendada (conjuntamente) conforme a demanda (necessidade) de agricultores familiares e pescadores da região.

Esta proposta visa minimizar problemas observados ao longo desta pesquisa, como: a) altos custos de transporte; b) redução no tempo de entrega dos produtos; c) fim da atuação, por vezes coativa, dos atravessadores: “*O atravessador não tem trabalho nenhum, trabalho pouco*

<sup>313</sup> Alusão ao que propõe a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – RIO, disponível em <http://www.emater.rj.gov.br/atribuicoes.asp/>. Acesso em: 07 out. 2020.

<sup>314</sup> Dentre eles, o próprio técnico local da Emater.

<sup>315</sup> Marca Coletiva é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços [...] O objetivo da marca coletiva é indicar ao consumidor que aquele produto ou serviço provém de membros de uma determinada entidade. Podem utilizar a marca coletiva os membros da entidade detentora do registro, sem necessidade de licença de uso, desde que estejam previstos no regulamento de utilização da marca (Disponível em: <http://manualdemarcas.inpi.gov.br>, extraído em 21 set. 2020).

<sup>316</sup> A formação dos arranjos produtivos locais com frequência é determinada pelos seus vínculos com territórios de identidade. A especialização produtiva associada a um determinado território é quase sempre o resultado de trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais). A partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. [...] mais propícios a serem desenvolvidos em ambientes favoráveis à interação, cooperação e confiança entre os atores. (HASTENREITER, 2014, p. 18).

*e ganha em cima do nosso dinheiro, quando a gente tinha uma Kombi a gente fazia tudo sozinho, sem atravessador, às vezes a gente fica na mão deles” (AF 1 - III).*

A proposta de aquisição, manutenção e cessão desse veículo ficaria a cargo de secretarias municipais (Itaguaí e Seropédica) e/ou estaduais (Rio de Janeiro), bem como de entidades públicas que tenham como finalidade a promoção e execução de programas e projetos socioeconômicos locais, como é o caso do Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro – ITERJ. Outra sugestão é a aquisição de transporte próprio via Projeto Frutificar (vigência 2020-2023), da Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEAPA, que tem como um de seus desígnios financiarem, até 30 mil reais, destinado à aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, e que visem à obtenção de melhorias econômicas para os trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro (SEAPA, 2020).

Outra sugestão (vinculada à efetivação do mercado popular tradicional rural do TIdI) é a inspiração de uma rede solidária de trocas de produtos entre os próprios agricultores e pescadores locais, realizadas em datas previamente definidas pelos próprios comerciantes rurais envolvidos (exemplo: semanalmente, quinzenalmente, etc.), e atuar como medida de redução de desperdício e arrefecimento da privação do alimento, o que gera, inclusive, algumas das formas mais graves de pobreza (SEN, 2000).

*Ter uma feira de troca e de barganha dos próprios agricultores é um sonho meu, que não rola dinheiro, rola é troca, mais as pessoas só visam o dinheiro. Por exemplo, a gente poderia vender sexta, sábado e domingo e na segunda no fim do dia a gente fazia nossa rede de troca, sem dinheiro, só na base da confiança. (AF 3 - I).*

A proposta é que a rede de trocas entre os comerciantes rurais se desdobre (inclusive) enquanto relação de reciprocidade dentre seus membros e promova “uma verdadeira teia de relações fazendo delas lugar social de trocas não apenas materiais, mas também, imateriais (sociais, históricas e culturais). [...] para além da econômica [...] com imenso potencial para a reprodução social” (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017, p. 70).

Esta ação induz a realização de maneira altruísta e de valorização humana agindo no sentido contrário às práticas estritamente econômicas. A rede de trocas entre os atores rurais locais teria como “referencial o tema da reciprocidade (o ato de dar, receber e retribuir) nas relações sociais, econômicas e simbólicas. [...] relações sociais de reciprocidade no desempenho socioeconômico das unidades de produção agrícola familiar” (TESCHE; MACHADO, 2012, p. 8-9), de forma que as boas práticas seriam alicençadas no bem comum e na melhoria coletiva, estando acima do favorecimento pessoal (VILLELA et al., 2012).

*a troca é um ato solidário, uma alternativa fundamental, não só de alimentos, mais também de valores, de novos aprendizados, novas técnicas agroecológicas. Imagina uma troca de produtos, ou então de sementes, da pra gente ampliar essa rede entre a gente, o ideal é ter um lugar que a gente não disperse. Tipo, no dia tal na tal hora a gente vai se encontrar levar o que tem e trocar pelo que precisamos (AF 2 - II).*

Conjectura-se como principais entraves ou gargalos para o desenvolvimento do mercado popular e/ou de suas atividades são: a) falta ou quebra de acordo de utilização do equipamento público do CSU; b) ruptura na cessão de transporte público para o deslocamento da produção nos subterritórios rurais para a feira/mercado; c) descontinuidade no abastecimento ou baixa produção por parte dos agricultores familiares e/ou pescadores artesanais; d) baixa divulgação no território (e territórios vizinhos) sobre a existência do mercado popular; e) falta de apoio técnico e fomento por parte de órgãos públicos existentes no território.

**Quadro 22 - Proposta de dimensão socioeconômica dos trabalhadores rurais do TIdI**

| <b>Proposta de dimensão socioeconômica para o TIdI</b>                      |   |
|---|---|
| <b>Ação central:</b>  | Mercado popular tradicional rural do TIdI   |
| <b>Principais atores envolvidos:</b>  | a) Associações e cooperativas rurais locais; b) Agricultores familiares e pescadores artesanais do TIdI   |
| <b>Atores Secundários envolvidos (conforme disposição dos interessados)</b> | a) Secretarias municipais e estaduais de interesse nas práticas socioeconômicas dos trabalhadores rurais dos subterritórios do TIdI; c) Emater/Itaguaí, d) instituições/órgãos técnicos locais; e) Conselhos e colegiados rurais do território, f) demais atores interessados.  |
| <b>Tipo de Gestão</b>   | Autogestionável (pelos atores principais)   |
| <b>Dimensão (a partir do MDA, 2016):</b>                                    | Socioeconômica  |
| <b>Objetivo (resumido)</b>  | Promover a sobrevivência e o incremento socioeconômico das comunidades tradicionais do TIdI, a partir da constituição de estratégias práticas que valorizem os produtos locais, seus produtores rurais, redução de custos e a garantia de estruturas dignas e valorizadoras do trabalho coletivo.   |
| <b>Subterritórios rurais do TIdI contemplados</b>                           | Todos   |
| <b>estratégia(s) - Atividades</b>   | a) Feira municipal permanente, b) Galpão/armazém coletivo, c) Cozinha industrial coletiva d) Redes solidária de trocas.   |
| <b>Forma de atuação no território</b>                                       | Centralizada  |
| <b>Recursos básicos necessários</b>   | a) Equipamento público do CSU, b) Transporte coletivo de cessão e manutenção pública.   |
| <b>Entraves eminentes:</b>  | a) falta/quebra de acordo de utilização do equipamento público; b) ruptura na cessão de transporte para o deslocamento da produção; c) descontinuidade no abastecimento ou baixa produção; d) pouca divulgação (sobre o mercado popular tradicional) no território e/ou territórios vizinhos ao TIdI; e) dificuldades com relação à participação da EMATER/Itaguaí (principalmente no que se refere à cozinha industrial) |
| <b>Resultados esperados:</b>  | Promover o desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais do TIdI, a partir da promoção de atividades autogestoras, visando ao incremento de renda, redução de custos e desperdícios, e melhoria contínua no escoamento local de produção.  |

**Fonte:** própria, análogos de SEPLAN (2016) e Sausen (2013).

As propostas apresentadas para o mercado popular tradicional rural do TIdI têm como finalidade gerar uma sequência de práticas conjuntas e dialógicas que sejam convergentes com a organização familiar rural; alternativas de escoamento de produção e valorização de suas atividades socioeconômicas (MIOR, 2005), ações que miram no sentido do desenvolvimento sustentável, a partir da valorização das atividades naturais, promoção e alternativas de sobrevivência; bem como a construção conjunta de estratégias em que se visem uma maior efetividade por parte do ente público. “Isso abre uma lacuna para a proposição de experiências no sentido de valorizar as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes [...] como multidimensionalidades dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial” (SEPLAN, 2016,

p. 18), buscando como resultado central não somente o incremento econômico local, mas também a valorização do bem comum.

### **8.3 Encadeamentos Entre as Propostas Dimensionais Efetivas.**

Segundo o que preconiza o guia para a construção dos Planos Territoriais do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS<sup>317</sup>, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2016)<sup>318</sup>, a efetivação da sustentabilidade de uma localidade rural ocorre por meio do somatório das ações propositivas que dão corpo ao local. Aplicadas da maneira mais integrada possível, considerando o respeito às potencialidades do local, de seus atores e do bioma existente no território, conduzidas a partir do conceito de “gestão social, como meio de a sociedade exercer seu poder e administrar os seus recursos, definida como uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal e para a realização do bem comum” (PEREIRA, 2014, p. 78).

Cabe reiterar que as ações apresentadas ao longo desse capítulo são proposições colhidas ao longo de um arcabouço bibliográfico, pesquisa de campo (2015-2020) e entrevistas semiestruturadas (outubro-novembro, 2020), realizadas em caráter específico para esta tese. Onde se procurou a valorização do sujeito, utilizando do processo dialógico enquanto prática, em que se busca conhecer o cotidiano de seus integrantes (FREIRE, 2007). Logo é imprescindível sinalizar a necessidades de futuras adequação ou mudança das propostas dimensionais apresentadas, conforme surjam novas demandas no território, como sugestionadas após a imagem abaixo.

Como mencionado anteriormente a imagem acima, existem uma série necessidades de futuras adequação ou mudança das propostas dimensionais apresentadas, que possam ocorrer posteriormente onde destaca-se: a) dificuldades de relação entre seus participantes, b) entraves diversos que possam surgir ao longo do tempo, c) simplesmente pela possibilidade de desinteresse dos atuais e/ou a chegada de novos atores ao cenário, entre outros.

Especificamente neste capítulo foram apresentadas quatro propostas dimensionais efetivas, a saber: a) conselho dos subterritórios rurais do TIdI; b) centro de memória e formação continuada; c) câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental; e d) mercado popular tradicional rural do TIdI.

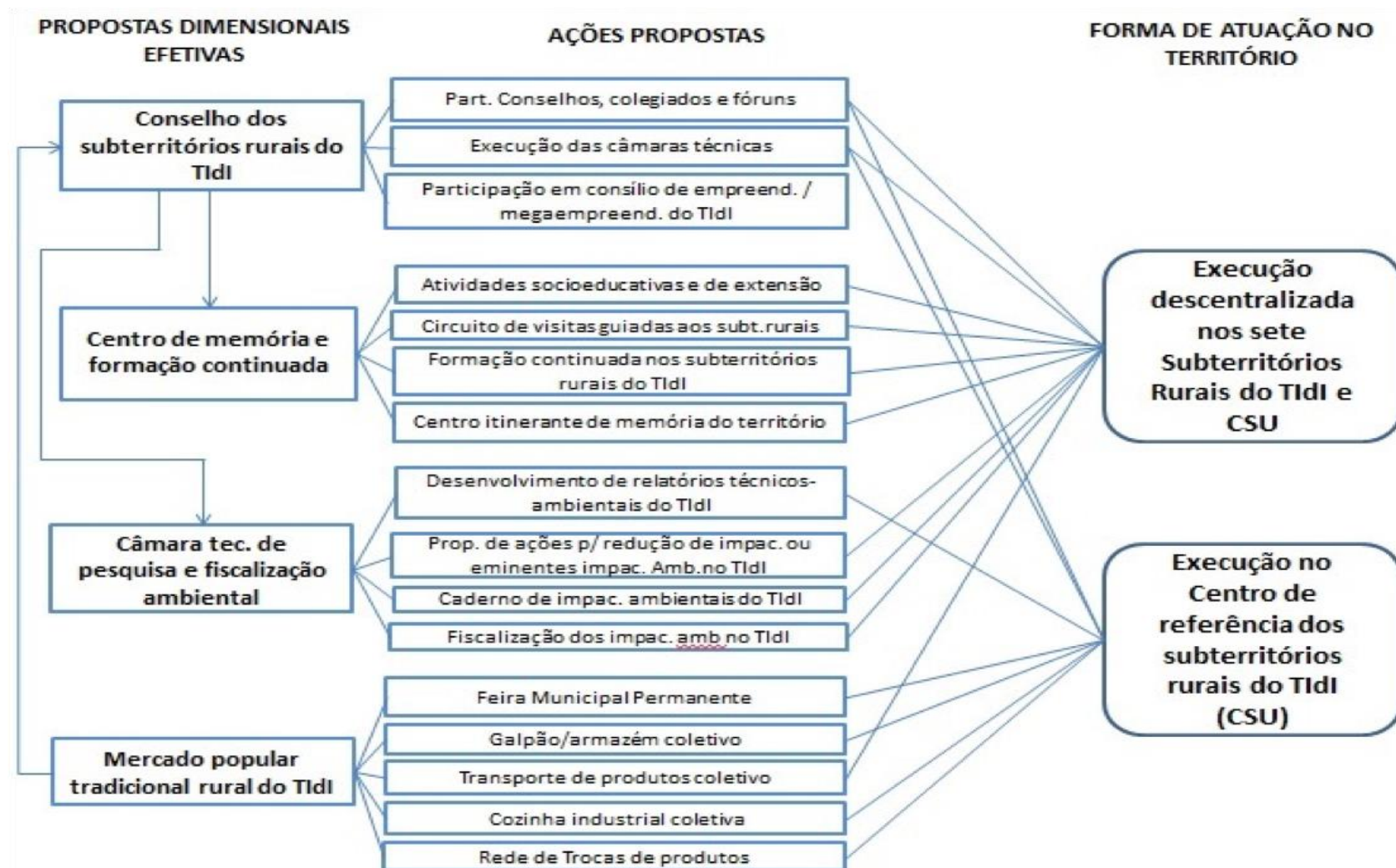
Essas propostas estão subdivididas em dezesseis ações propositivas, estabelecidas a partir da: a) compreensão de conteúdos bibliográficos de temas afins à proposta; b) extensa observação participante (entre os anos de 2015-2020); e/ou c) sugestões dos próprios atores dos subterritórios rurais do TIdI, obtidas durante as entrevistas semiestruturadas (outubro – novembro, 2020), sendo estas: a) participação em conselhos colegiados e fóruns; b) execução das câmaras técnicas; c) participação em concílios de empreendimento e megaempreendimentos; d) atividades socioeducativas e de extensão; e) circuito de visitas guiadas aos subterritórios rurais; f) formação continuada nos subterritórios rurais; g) centro itinerante de memória do território; h) desenvolvimento de relatórios técnico-ambientais; i) propostas para redução de impactos ou eminentes impactos ambientais; j) cadernos de impactos ambientais; l) fiscalização dos impactos ambientais; m) feira municipal permanente; n) galpão/armazém coletivo; o) transporte de produtos coletivo; p) cozinha industrial permanente; e q) rede de troca de produtos. Executadas de maneira interligada (vide figura abaixo), de forma centralizada (Equipamento público do CSU) e prioritariamente descentralizada, diretamente nos equipamentos públicos disponíveis<sup>319</sup> nos subterritórios rurais do TIdI.

---

<sup>317</sup> Um dos documentos referência utilizados para a elaboração das propostas para o desenvolvimento de territórios rurais apresentadas neste capítulo.

<sup>318</sup> Extinto no ano de 2016.

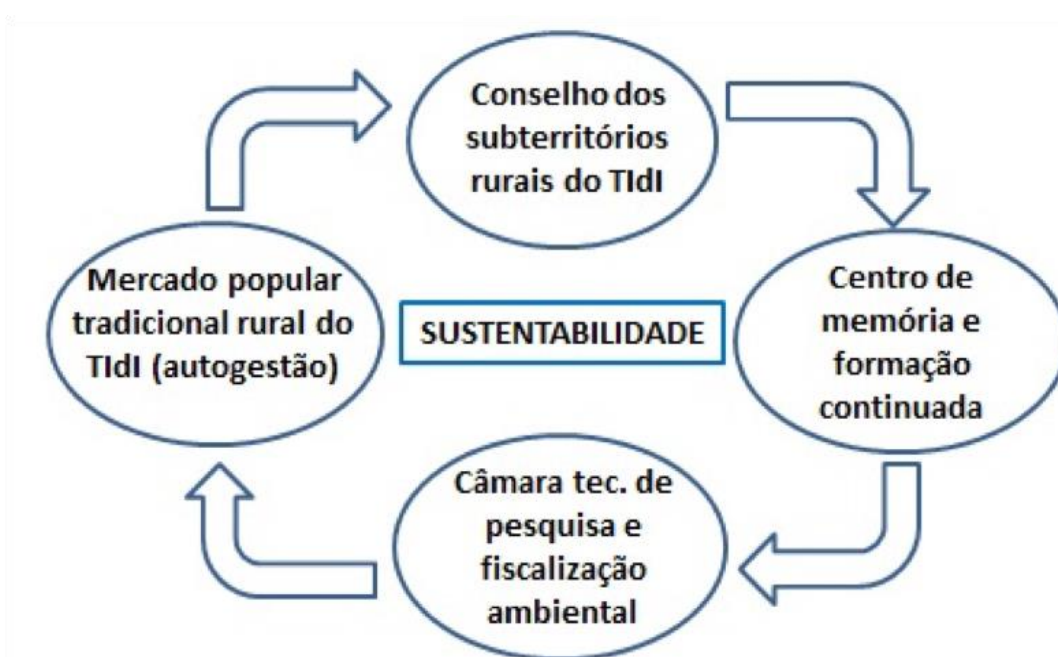
<sup>319</sup> Para maiores informações vide item 7.4 desta tese.



**Figura 104** - Fluxograma de execução cruzada das propostas dimensionais e ações propositivas no Tidl  
**Fonte:** própria, análoga a Sausen (2013).

Como mostrado nas figuras 104 e 105, indica-se que a concretização tanto das propostas dimensionais efetivas quanto de suas ações deverá ser executada de maneira integrada. A sugestão é que os próprios trabalhadores do campo e do mar e a sociedade civil dos subterritórios rurais, façam parte (com assento) do conselho dos subterritórios rurais do TIDI, do Centro de Memória e Formação Continuada, e da Câmara Técnica de Pesquisa e Fiscalização Ambiental do território, de maneira que se promova uma estrutura de freios e contrapesos<sup>320</sup>, a fim de manter um equilíbrio entre as ações. Visando uma gestão integrada por todos seus atores participantes (governamentais e não governamentais), de maneira propositiva, e tendo como fim a sustentabilidade das ações, visando a “compreensão do desenvolvimento como trajetória, pois ajuda a visualizar [...] a difícil tarefa de apresentar soluções para o hiato social” (SEPLAN, 2016, p.18), existente no território.

Segundo o MDA (2016, p. 10), a proposta de acompanhamento integrado é compreendida enquanto “a sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais [...], ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade”. De maneira que seja possível abranger as multidimensões de uma localidade sem a sobreposição (importância) de uma sobre a outra (SACHS, 2000), atuando de maneira unificada e tendo como fim a construção do bem comum de todas as partes envolvidas (VILLELA et al., 2012).



**Figura 105** - Fluxograma da gestão integrada das propostas dimensionais efetivas para o Território Identitário de Itaguaí - TIDI

**Fonte:** própria, análogo a MDA (2016).

Faz-se necessário (no somatório das propostas indicadas nesse capítulo) a valorização das práticas político-institucionais enquanto atos permanentes de efetivação das ações no território. Tendo como premissa a participação dialógica e autogestora, na qual o processo decisório é o resultado do consenso de seus participantes. Descarta-se, portanto, o papel da autoridade burocrática ou de quaisquer formas de hierarquia, o que não impede a existência nata de líderes ao longo do processo (GUTIERREZ, 1988).

<sup>320</sup> Alusão aos sistemas de freios e contrapesos usados nos sistemas dos três poderes (MONSTESQUIEU, 1995).

Nesta perspectiva, a estrutura de gestão deve ser baseada em ganhos sociais, com benefícios para toda a comunidade [...] prevalecendo os valores de conservação e socialização. Trata-se de um fator cultural: a opção social por esse modelo pode mudar a forma como as organizações estão acostumadas a atuar e a trabalhar. Afinal, a promoção do desenvolvimento sustentável não se resumiria a um projeto do governo, mas da sociedade como um todo, daí a necessidade de assegurar a participação efetiva de todos os atores e segmentos. (DIAS, 2014, p. 166).

Cabe na perspectiva político-institucional a importância e valorização da participação das comunidades locais e dos atores rurais dos subterritórios do TIdI, enquanto agentes promotores da transformação de sua própria realidade, atuando de forma recíproca e cooperativa entre seus membros (TESCHE; MACHADO, 2010), como alternativa para superação das diversas formas de pobreza (SEN, 2000) existentes no território. Dentre elas a mercantilização extrema do bioma local, a transformação de suas localidades em não lugar (AUGÉ, 2012) e a apropriação/aniquilamento da identidade local.

Nota-se, nesse sentido que a sustentabilidade ganha novas perspectivas, inclusive de empoderamento da população do território, enquanto agente central de sua própria realidade, que de maneira nata atua na conservação de seus patrimônios ambientais, culturais e naturais, e investe (por vezes) de maneira independente na resolução de conflitos socioambientais, bem como na reorganização distributiva da sua renda local (PERICO, 2009). Logo, a ação coletiva e paritária de entidades públicas e sociedade civil local, é alternativa factível na promoção de mecanismos coletivos e resolutivos para superar problemas socioambientais, bem como instancias conjuntas que atuam na luta pela sobrevivência e manutenção das territorialidades e ruralidades para novas gerações. *Já aprendemos muito ao longo do tempo, somos nós mesmos os transformadores de nossa realidade, se nós não fizermos ninguém mais o fará.* (AF1-I).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto ao longo desta pesquisa de tese, é possível apresentar de forma crítica e reflexiva a existência do Território Identitário de Itaguaí – TIdI, espaço de territorialidades únicas, constituídas diretamente pela ação de seus atores locais, fundamentadas socioculturalmente a partir da relação direta de seus habitantes com o bioma local, característica comum de comunidades tradicionais no território brasileiro (BRASIL, 2007)

**Também foi possível contatar que nas últimas décadas, o TIdI vem perdendo paulatinamente seus traços culturais, históricos, ambientais, sociais e econômicos originários, em função de uma hipervalorização mercadológica do espaço,** observável nos níveis dos cabedais de investimentos público-privados na região (os maiores do país), gerando, no mesmo território, o complexo industrial de Santa Cruz – RJ e o complexo portuário de Itaguaí – Itaguaí/RJ, bem como outros empreendimentos de menor porte, porém tão impactantes quanto.

**Devido sua pré-disposição geográfica-estratégica, o TIdI foi/é alvo da ação de implementação de uma série de empreendimentos e megaempreendimentos (com consentimento e incentivo dos entes públicos), resultando de forma escalar em uma série de diversificados impactos socioambientais<sup>321</sup>, alterando significativamente as territorialidades, ruralidades e tradicionalidades destes espaços, colocando, conseqüentemente, em risco, a sobrevivência das comunidades tradicionais existentes no território.**

Os resultados citados anteriormente, bem como todo o desdobramento apresentados ao longo desta tese, foi o resultado de 6 anos de pesquisa (direta e indireta) no território (2015-2020), utilizando a abordagem do método etnográfico e da metodologia de investigação qualitativa como mecanismos científicos para a construção do conhecimento, tendo na triangulação das fontes documental (bibliográfica e telemática), observação participante e entrevistas semiestruturadas, principais instrumentos de coleta, cruzamento e análise dos dados.

Destaca-se nesse período (de 6 anos) as ações realizadas enquanto: (a) pesquisador e extensionista do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas – PEPEDT/UFRRJ, (b) organizador e participante do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande – BIG, (c) integrante das reuniões referentes ao Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território – PTDRSS do TIdI, (d) e demais atividades ocorridas nas regiões rurais do TIdI.

Além disso, houve 21 incursões a campo realizadas com a finalidade única de desenvolvimento da observação participante e a aplicação dos questionários semiestruturados, junto aos atores locais (sujeito/objeto) que apresentaram relações diretas com o TIdI, subdivididos em 4 segmentos: Pescadores Artesanais – PA, Agricultores Familiares – AF, Comunidade Local – CL e Atores de Políticas Públicas locais – APPL, tendo como fim compreender o território, seus sujeitos, bem como obter novas fontes primárias de pesquisa.<sup>322</sup>

Como apresentado e discutido ao longo desta tese, atualmente o TIdI subdivide-se em 7 subterritórios rurais, sendo estes: I – Mazomba, II – Raiz da Serra, III – Chaperó, IV – Piranema, V – Rio da Guarda, VI – Coroa Grande e VII – Ilha da Madeira, porventura distintos em particularidades como bioma, formações históricas, socioculturais e econômicas, ainda sim similares em múltiplas especificidades. Sendo possível afirmar que o TIdI é atualmente composto de multiterritórios distintos, porém complementares<sup>323</sup>.

---

<sup>321</sup> Estes impactos são apresentados ao longo do capítulo 6 desta tese.

<sup>322</sup> Para maiores informações vide capítulo 4 desta tese.

<sup>323</sup> Para maiores informações vide capítulo 6 desta tese.



Com relação às **justificativas** desta tese, elas foram respondidas, à medida que foi apresentado ao longo desta pesquisa (em especial nos capítulos 4 e 5), o TIdI como um território composto de múltiplas particularidades, constituindo de territorialidades e significâncias histórico-culturais, sociais, ambientais e econômicas singulares ao espaço. Esta pesquisa também se preocupou em apresentar as ruralidades dos subterritórios enquanto mecanismo de resgate destes espaços rurais, em especial com relação às comunidades tradicionais locais de agricultores familiares e pescadores artesanais, atores centrais durante toda esta pesquisa, **buscando proporcionar voz a coletivos comumente colocados às margens dos processos decisórios** por serem considerados erroneamente (por outros setores mais poderosos e abastados da sociedade) como membros de menor importância (VIANNA, 2017).

As **relevâncias** citadas no capítulo primeiro desta tese foram consolidadas à medida que foi exposto (no decorrer desta pesquisa) um panorama atual da situação dos múltiplos impactos sofridos pelo território e pelas comunidades tradicionais locais, bem como também foi possível endossar a importância destes coletivos tradicionais locais, enquanto atores centrais na sobrevivência de suas territorialidades, frente aos processos de desterritorialização em curso na região.

Foi possível perceber, a partir da perseverança dessas comunidades locais, o movimento de continuar residindo nas regiões rurais de seus antepassados, prosseguindo com as práticas de transmissão (principalmente oral) de suas ruralidades, mesmo sofrendo constantes pressões físicas, emocionais e econômicas, realizadas por agentes externos ao local. Logo, é possível avaliar que alguns dos subterritórios rurais do TIdI, ainda não foram completamente obliterados, em muito, devido a oposição de agricultores familiares, pescadores artesanais e comunidade local, onde destacam-se os coletivos de Chaperó, Piranema, Rio da Guarda, Coroa Grande e Ilha da Madeira.

Foi evidenciado (ao longo desta tese) o **problema** conjecturado inicialmente, **sendo possível (ao fim) provar a existência de uma cadeia de múltiplos impactos**, onde se destacam: (a) diversos casos de gentrificação em escala crescente, (b) variados processos de assoreamento, (c) perda constante das territorialidades e ruralidades das comunidades tradicionais locais, (d) supressão das economias originárias do local, (e) degradação ecossistêmica, (f) privatização dos recursos naturais, (g) deterioração do bioma local, (h) poluição do solo, ar, rios e mares da região, entre outros.

Estes resultados vão de encontro a um dos problemas apontados nesta pesquisa, na qual **o território apresenta (de fato), um avançado processo de desterritorialização** (ainda que em distintos níveis, dependendo do tipo de impacto e do subterritório observado), principalmente no que se refere a uma sequência escalar de ocupação e transformação abrupta do espaço, intensificada após a chegada (principalmente) dos complexos industriais e portuários a região.

Outra questão verificada é com relação à **expressiva carência de políticas públicas destinadas aos subterritórios rurais do TIdI e/ou suas comunidades tradicionais**, onde observou-se a deficiência, inexistência e/ou inoperância de equipamentos públicos diversos, políticas sociais compensatórias, bem como a baixa incidência de políticas de extensão rural para as famílias atingidas pelos múltiplos impactos no território, causados pelos empreendimentos e megaempreendimentos que se instalaram na região.

Problemas estes, em muito vinculados a inoperância, descumprimento e negligenciamento da gestão municipal (Itaguaí), principalmente no que se refere ao executivo municipal, acusado e condenado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em casos de corrupção e desvio de verbas públicas dos então ex-prefeitos Carlos Bussato Jr. e Luciano Mora (IKEDA JUNIOR, 2017), e em muito agravado pela situação de extermínio de políticas públicas e sociais em especial para territórios rurais no Brasil, realizados principalmente pelo

ex-presidente Michael Temer e o atual Jair Bolsonaro, considerados principais arquitetos dessas ações públicas nocivas ao povo brasileiro (COSTA; VIANNA, 2020).

Verificou-se a incapacidade de gestão do ente público (municipal - Itaguaí / Seropédica e estadual) no cotidiano dos subterritórios do TIdI, bem como foi possível observar uma pré-disposição de alguns agentes públicos locais na obtenção de vantagens pessoais, durante o período de expansão econômica na região, em detrimento de uma dissimulação das poluições ambientais, empobrecimento das comunidades tradicionais e por vezes a gentrificação destes coletivos rurais, resultando em uma sequência de fragmentações socioeconômicas, bióticas e histórico-culturais destes espaços.

Os resultados apresentados ao longo desta tese ratificam as **suposições** inicialmente levantadas, onde se destacam a **execução de processos exploratórios exógenos ao local**, levando a uma **permanente degradação dos espaços naturais, transformação abrupta do espaço, conduzindo a uma substituição e/ou aniquilamento das identidades socioculturais** dos espaços rurais do TIdI. **Profundas falhas nas estruturas dos processos participativos, nas quais o poder econômico vem ditando e criando a sua própria agenda de prioridades no espaço** (CANÇADO, COSTA, VILLELA, 2014), gerando impactos ambientais em vias de irreversibilidade em algumas localidades analisadas. Fatores que em um curto/médio prazo pode transformar toda a região a uma zona de sacrifício (ASCERALD, 2012), bem como a sua total transformação em um “não-lugar” (AUGÉ, 2012)

Com relação aos objetivos estabelecidos, compreende-se a sua *práxis*, na medida em que os mesmos foram compreendidos e alcançados ao longo desta tese. No que se refere ao **objetivo geral**, foram apresentados ao longo desta pesquisa dados contundentes que comprovam uma sequência de desencadeamentos exógenos ao local, incentivados por demandas geográficas, logísticas e de investimentos público-privado de caráter neodesenvolvimentista que **levaram (e ainda levam) o TIdI a um agudo processo de desterritorialização. Ações nocivas que conduzem o território (e em especial seus subterritórios rurais) ao esfarelamento de suas bases histórico-identitárias e socioeconômicas naturais, principalmente das comunidades tradicionais (pescadores artesanais e agricultores familiares), que ocupam secularmente estes espaços.**

Com relação aos **objetivos específicos**, foi possível exibir particularidades que constituem traços identitários únicos na formação do território, com a presença de comunidades tradicionais que se estabeleceram nos subterritórios rurais do TIdI, entre os séculos XVIII e XIX e ainda vivem nestes locais de origem. Apresentando características culturais e relações sociais (por vezes consanguíneas), em muito resultado dessa relação de identidade morfológica com o espaço, bem como caracterizados pelos totens singmáticos (RAFFESTIN, 1993) singulares ao local e a seu povo.

Logo, ao contrário do que é rotineiramente induzido ao pensamento cotidiano da população geral local (VIANNA, 2017)<sup>324</sup>, **foi possível traçar um panorama<sup>325</sup> que garante a (atual) existência de agricultores familiares nos subterritórios do Mazomba – I Raiz da Serra – III, Chaperó III e Piranema - IV e de pescadores artesanais nas regiões de Coroa Grande – VI e Ilha da Madeira – VII, tendo na comunidade do Rio da Guarda – V, e excepcionalidade da existência destas duas comunidades em um único local.** Povos tradicionais com características seculares que são constantemente expulsos de maneiras arbitrárias das localidades originárias de seus antepassados, colocando à prova as reais possibilidades sobre o continuísmo de suas práticas naturais e a manutenção do local de origem de suas famílias e de toda sua comunidade. Em muito, resultado de uma **deficiência de**

<sup>324</sup> Foi observável ao longo desta tese o desconhecimento por parte da população do TIdI e entorno a atual existência de comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares originários do território.

<sup>325</sup> Utilizando como método a etnografia

**políticas públicas sociais de aplicação no local, que atuem de maneira participativas e dialógica nas localidades rurais do TIdI, como previamente cogitado em um dos objetivos específicos desta tese.**

Com relação às particularidades que compõem as ruralidades das comunidades tradicionais do território, foi possível observar traços únicos destes espaços rurais, onde se destacam: (a) o conhecimento de tipos de solo adequado para cultivo, (b) ciência sobre áreas agricultáveis, (c) tipos de sementes, (d) aplicação de distintas formas de lavouras, (e) práticas de multifuncionalidades da agricultura, bem como a monocultura de alguns plantios, (f) conhecimento tácito sobre o clima, (g) sapiência sobre períodos de secas e chuvas, alturas dos rios e mares, (h) compreensão sobre mudanças nas estações do ano, (i) cognição sobre tipos e épocas de pescado, (j) experiência sobre extração e pré-cozimento de mariscos e outros frutos do mar, (l) preparo de comidas típicas, (m) domínio dos procedimentos de fabricação de suas próprias ferramentas de trabalho no campo e no mar, como arados, redes, embarcações, etc.

**Conhecimentos adquiridos na maioria das vezes de forma prática, de maneira informal e atemporal, caracterizando um tecido social vivo e socionaturalmente diversificado (MARTINS, 1989), cujo conhecimento empírico tem no saber fazer e na transmissão oral-cultural (FREIRE, 2007) o seu principal pilar de sustentação.**

O **objetivo específico** que trata em particular sobre os processos de desterritorialização em curso no território foi analisado de uma maneira mais complexa ao longo capítulo seis, no qual foram diagnosticados e apresentados quatro motes de empreendimentos e megaempreendimentos que incidem diretamente nos maiores impactos socioambientais na região, sendo estes: (a) Complexo industrial de Santa Cruz, (b) Complexo Portuário de Itaguaí, (c) Os empreendimentos da pedreira de Santa Luzia e CTR Ciclus e o (d) distrito areeiro de Piranema.

Observou-se, ao longo da pesquisa bibliográfica e de campo, e diagnosticada durante as entrevistas semiestruturadas, que o atual complexo industrial de Santa Cruz, conglomerado com mais de 30 empresas, apresentam uma diversidade nas formas de poluições e degradações socioambientais ao território, onde se destacam os impactos causados pelos empreendimentos e megaempreendimentos da Gerdau Cosígua, Casa da Moeda do Brasil, Centro de processamento Biomanguinhos/Fiocruz e Tehint/Termiun (antiga TKCSA).

Responsáveis diretos por irregularidades como: **(a) aumento de partículas sedimentares, ao longo dos rios Guandu Mirim e da Guarda, gerando o assoreamento de rios e afluentes da Baía de Sepetiba, (b) disposição de metais pesados e produtos químicos sobre cultivos familiares (principalmente das comunidades de agricultores de Piranema IV e Rio da Guarda – V), (c) lançamento (no ar) de partículas sólidas, de derivados de minério de ferro e zinco, comumente conhecido como chuva de prata, causando poluição atmosférica grave, onde foi relatado a presença de fuligem dos altos-fornos da Tehint/Termiun em localidades com distância de até 44 quilômetros (do complexo industrial de Santa Cruz), (d) ocupação e obstrução de áreas originárias das atividades tradicionais de agricultura familiar e pesca artesanal, (e) aumento dos casos de doenças diversas (principalmente respiratórias), principalmente após a ampliação destes megaempreendimentos nas últimas décadas, entre outros.**

O cenário de degradação socioambiental, resultado da ação predatória desregulada de empreendimentos e megaempreendimentos do complexo industrial de Santa Cruz gerou uma sequência de violações ambientais, afetando significativamente a sobrevivência tanto de agricultores familiares, como dos pescadores que dependem dos biomas do entorno.<sup>326</sup> Crimes

---

<sup>326</sup> Para maiores informações sobre os impactos ambientais e desterritorializações decorrentes do complexo industrial de Santa Cruz, vide subcapítulo 7.1 desta tese.

e irregularidades que levaram a ações penais, sanções, multas e contínuas operações de órgãos como Ministério Público Federal – MPF/RJ, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Rio de Janeiro – GAECO/RJ, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Secretaria de estado do Ambiente- SEA, instituições de reconhecida importância, o que denota o quanto estes impactos impõem danos ao território e a suas comunidades.

O outro complexo existente na região, o portuário de Itaguaí, também apresenta ações que induzem o território a críticos processos de desterritorialização, afetando principalmente as comunidades de pescadores artesanais que utilizam a Baía de Sepetiba como moradia e sustento, coletivos tradicionais que dependem diretamente da qualidade do bioma marinho, para o continuísmo de suas atividades socioeconômicas e histórico-culturais.

Ao longo desta pesquisa foi possível destacar a presença e o impacto de alguns megaempreendimentos localizados dentro do Complexo portuário de Itaguaí, reconhecidamente (pelos entrevistados) como as principais empresas envolvidas nos casos de poluição de toda a região costeira do território, sendo estes a Companhia Siderúrgica Nacional- CSN, Estaleiro do Programa de Submarinos – PROSUB e Portos Sudeste S/A, bem como suas terceirizadas.

Megaempreendimentos vizinhos, que somados resultaram (principalmente nas duas últimas décadas), em crônicas alterações morfológicas da paisagem local, bem como no arrefecimento de práticas naturais de ao menos três comunidades pesqueiras, com tradições bisseculares da região (Pescadores do Rio da Guarda – V, Pescadores e marisqueiros de Coroa Grande – VI e Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - VII), que veem suas atividades tradicionais (e de sobrevivência) ameaçadas, por uma série de violências físicas e psicológicas, como por exemplo: **(a) redução e exclusão de suas zonas pesqueiras, (b) expulsão de moradores de seus imóveis, (c) gentrificações para implementação e ampliação de prédios empresariais, (d) criminalização da atividade pesqueira, e) disputa desigual de espaço com navios cargueiros e (f) inclusive denúncias de tentativas de homicídio de pesadores.**

Mesmos megaempreendimentos responsáveis diretos por uma série de impactos ambientais, onde foi possível metodologicamente (triangulação das fontes) observar: **(a) poluição da lamina d'água da Baía de Sepetiba com partículas de minério de ferro, (b) desmatamento e supressão da Mata Atlântica e manguezais da região, (c) ocupação irregular do solo, (d) movimentação de matérias pesados sedimentados no fundo da baía (dragagem), (e) turbidez da água, (f) poluição do curso hídrico, e o (g) aumento dos processos erosivos e de assoreamento da Baía de Sepetiba, rios e afluentes**<sup>327</sup>.

O somatório destes múltiplos impactos realizados por empreendimentos e megaempreendimentos inseridos no complexo portuário de Itaguaí provocou ao longo dos últimos anos, uma aguda ameaça à continuidade não só dos coletivos pesqueiros locais, como de toda a comunidade local, ao ponto que o próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acompanhou entre os anos de 2011 à 2019, uma sequência de denúncias de improbidade administrativa e aquisição ilegal de terrenos e imóveis na região, realizada por servidores públicos de alto escalão, envolvidos diretamente com o executivo municipal (Itaguaí), se valorizando de informações e posições políticas privilegiadas no território. Este caso é localmente conhecido como as compras de imóveis da Ilha da Madeira, cujo processo segue boa parte (até hoje) em segredo de justiça, sem um parecer final sobre todos os envolvidos.

---

<sup>327</sup> Para maiores informações sobre os impactos ambientais e desterritorializações decorrentes do complexo portuário de Santa Cruz, vide subcapítulo 7.2 desta tese.

Seguindo com os diagnósticos sobre os processos de desterritorialização e impactos socioambientais no território, mencionado nos objetivos específicos, esta pesquisa também analisou as ações que envolvem os empreendimentos vizinhos da pedreira de Santa Luzia e CTR Ciclus, onde se observou através da triangulação de dados (principalmente a partir do relato dos entrevistados), uma sequência de múltiplos conflitos em toda a região.

Onde cita-se, no caso específico da mineradora Santa Luzia, problemas como: **(a) eminente risco de depredação e destruição de áreas históricas (com tombamento municipal – Itaguaí/RJ), (b) poluição sonora constante devido as explosões, (c) coação na tentativa do fechamento de escolas rurais nas localidades de Mazomba – I, Raiz da Serra – II e Chaperó III, (d) alterações na morfologia da paisagem e dos cursos hídricos locais. Com relação ao Centro de Tratamento de resíduos (CRT Ciclus), sinaliza-se: (a) poluição do solo freático e de áreas agricultáveis por chorume, b) acúmulo de resíduos sólidos a céu aberto, (c) erosão nos taludes dos maciços, (d) mau cheiro constante, (e) aumento no número de vetores e principalmente (f) elevado risco de poluição do aquífero Piranema, localizado abaixo do empreendimento.**

Este último problema acima citado gera o constante risco de contaminação de uma reserva de água com aproximadamente 180 quilômetros quadrados, bem como a potencial poluição de rios fundamentais, para a Zona Oeste, Baixada Fluminense, Região Metropolitana e capital do Rio de Janeiro, como são os casos dos rios e afluentes do Guandu, São Francisco, da Guarda, e toda a Baía de Sepetiba. Impactos que chamaram a atenção de pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócios de Seropédica – SEMAMA, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ, Inspeção Geral de Controle Externo do Rio de Janeiro – 6º IGE/SGCE, entre outras instituições e órgãos, que atuam na investigação, intervenção e multa do CTR Ciclus desde sua abertura no ano de 2011<sup>328</sup>.

Com relação aos processos de desterritorialização causados pelo distrito areeiro de Piranema, foi possível confirmar (a partir da pesquisa realizada), um crescente avanço nos impactos socioambientais causados por esses empreendimentos (principalmente nas últimas décadas), afetando significativamente a atividade da agricultura familiar na região, decorrência de processos de extração mineral predatória, resultando em diversos problemas como: **(a) escassez e acidificação da água, (b) infertilidade do solo, (c) estrangulamento nos espaços de plantio, (d) ocupação desordenada do terreno, (e) processo de desertificação no local, (f) derramamento de lixos e derivados nos afluentes do entorno (g) alteração da morfologia da paisagem e (h) principalmente a eminente contaminação do aquífero Piranema, devido as cavas expostas, deixadas a céu aberto, como rejeito da atividade areeira**<sup>329</sup>.

Espaços que, originalmente, foram destinados a assentamentos e promoção das atividades de agricultura familiar, e nas últimas décadas, têm sido sistematicamente expulsos devido à ausência do Estado (relegação de fiscalização por parte dos órgãos públicos competentes), além das pressões físicas e psicológicas sofrida por parte dos moradores locais, inclusive com ameaças de morte, devido à ligação destes empreendimentos com o crime organizado e grupos paramilitares que atuam em toda Zona Oeste e Baixada Fluminense.

É importante mencionar que ao longo desta pesquisa, foram encontrados<sup>330</sup> objeções suficientes para a interrupção (ao menos temporária) de todos os empreendimentos e

---

<sup>328</sup> Para maiores informações sobre os impactos ambientais e desterritorializações decorrentes dos empreendimentos da Mineradora Santa Luzia S/A e CTR Ciclus, vide subcapítulo 6.3 desta tese.

<sup>329</sup> Para maiores informações sobre os impactos ambientais e desterritorializações decorrentes do distrito areeiro de Piranema, vide subcapítulo 6.4 desta tese.

<sup>330</sup> Fevereiro de 2021.

megaempreendimentos analisados, no quais se destacam violações como: (a) descumprimentos na execução de suas obras, (b) desobediências legais e/ou normativas (estaduais e/ou federais), (c) atrasos no pagamento de dívidas públicas, (d) retardamento ou não execução de contrapartidas sociais estabelecidas em seus planos de ação, (e) infração de seus Relatórios de Impactos Ambientais – RIMA, (f) atrasos na entrega de documentação para execução de suas atividades e/ou (g) licenças de execução vencidas.

Estas infrações foram evidenciadas ao longo do capítulo 6 desta tese, as quais se mostraram oriundas de uma mesma fonte comum: **o Estado, e a sua falha no cumprimento de seu papel fiscalizador e coercitivo**. Tal fato, por sua vez, é o desdobramento da incapacidade de gestão do ente público executivo local, ou em decorrência de acordos paralelos à legalidade realizada por estes servidores, em sua maioria eleitos (IKEDA, 2018). Cabe mencionar ainda a falta de apoio (financeiro, de equipamentos e profissionais extensionista), sofrida por instituições técnicas, científicas, de pesquisa, institutos federais/estaduais, associações, colegiados, empresas públicas entre outros órgãos, sendo este outro motivo crônico gerador das violações mencionadas anteriormente. Tais órgãos não encontram suporte governamental para sua operacionalização, acarretando na manutenção das irregularidades e/ou ilegalidades destes empreendimentos e megaempreendimentos no território, no qual o sentimento perceptível por parte dos entrevistados é de uma proteção amigável por parte dos gestores públicos (das diferentes esferas) junto aos conglomerados locais, bem como a sensação da impunidade e impotência vivida pela população local.

O sétimo referiu-se ao **objetivo específico** que trata sobre proposição de **alternativas plausíveis que tenham como finalidade a amortização dos múltiplos impactos em curso no território**. Para tal, foi utilizado como referência os ciclos das dimensões de sustentabilidade e desenvolvimento territorial (pilares ambientais, socioculturais e educacionais, político institucional e socioeconômico), referenciados nas normativas nacionais e estaduais dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS. Estas indicações (de ações) tiveram como conceito primário as considerações sistêmico-territoriais dos PTDRSS, porém adaptadas a realidade do TIdI, a partir das triangulações dos conteúdos bibliográficos, observação participante no território ao longo dos últimos 6 anos e considerando principalmente as falas, discursos e opiniões proporcionadas pelos entrevistados, realizadas em específico para esta tese. Tal proposta tem como suas principais prerrogativas a preservação do bioma local, o resgate sócio-histórico e cultural do território, o apreço às representatividades com ampla participação popular e a promoção/valorização de práticas socioeconômicas originárias do espaço.

**Como resultado, sugestionou-se a concepção e/ou valorização de quatro propostas dimensionais efetivas, sendo estas: (a) conselho dos subterritórios rurais do TIdI, (b) centro de memória e formação continuada, (c) câmara técnica de pesquisa e fiscalização ambiental e o (d) mercado popular tradicional rural do TIdI.**

Ao todo foram sugestionadas 16 ações, subdivididas entre as quatro propostas dimensionais efetivas (anteriormente mencionadas), com execuções realizadas de maneira centralizada (dentro do equipamento público do CSU) e descentralizada (em todos os sete subterritórios rurais do TIdI), sendo estes: (a) participação em conselhos, colegiados e fóruns no território, com temáticas concernentes as práticas rurais e seus desdobramentos de importância social, (b) execução de câmaras técnicas específicas em nível local, (c) participação em consólios dos empreendimentos/megaempreendimentos que localizam-se e/ou impactam direta ou indiretamente o território, (d) atividades socioeducativas e de extensão no território, (e) criação de um circuito de visitas guiadas as localidades rurais do TIdI, (f) proposta de formação continuada dentro dos próprios subterritórios rurais, (g) criação de um centro itinerante de memória local, (h) desenvolvimento de relatórios técnicos-ambientais sobre os

impactos ambientais em curso (ou em eminência) no território, (i) proposição de ações efetivas visando a redução dos impactos ambientais locais, (j) elaboração de um caderno de impactos ambientais, (l) práticas de fiscalização permanente das câmaras técnicas locais, com relação aos impactos e/ou eminentes impactos ambientais no território, (m) estabelecimento de uma feira municipal permanente, (n) criação de um galpão/armazém coletivo com a gestão dos próprios trabalhadores rurais, (o) transporte coletivo permanente dos produtos oriundos da atividade rural, (p) reinauguração de uma cozinha industrial coletiva, e a (q) elaboração de uma rede de trocas de produtos entre os trabalhadores rurais locais<sup>331</sup>.

**Cabe destacar aqui, que estes aspectos propositivos anteriormente citados, devem ocorrer de maneira participativa por todos os atores sociais atuam localmente e de forma interligada entre as instâncias governamentais, sociedade civil e demais atores envolvidos, de maneira que se possa promover uma reterritorialização com caráter dialógico a partir das ações sugeridas, sendo estas os meios e não os fins, nos processos de promoção e revitalização do território.**

Logo, é de suma importância à presença e participação efetiva de instituições/órgãos públicos locais e do entorno (como universidades, colegiados, empresas, institutos, entre outros), comunidade local (em especial agricultores familiares e pescadores artesanais), bem como tendo o apoio irrestrito do ente público (municipal e estadual), sendo sugerido, que em caso de divergência dos processos decisórios entre as partes, a sociedade civil tenha fala e deliberação categórica em relação aos demais, tendo em vista que a próprio povo seria o principal beneficiário das ações fomentadas, propondo centralidade a coletivos que historicamente são posto a margem no processo decisório.

Estes pontos propositivos, além de indicar alternativas para a mitigação dos impactos socioambientais e das fragmentações espaciais aos qual o TIdI sofre atualmente, tem também como premissa a ação da sustentabilidade territorial (PERICO, 2009), enquanto instrumento de promoção local, no qual se visa a redução das desigualdades sociais, bem como a elevação de mecanismos de fomento e de instâncias valorizadoras do indivíduo, de suas práticas originárias, de seus aspectos socioculturais natos, além da busca por uma democratização política e social do território.

**As propostas de efetivação destas ações perpassam em todo tempo pela valorização do processo dialógico, sendo este o organismo motriz da gestão social, do controle social e de cidadania deliberativa, cujos instrumentos são dissociáveis, na medida em que se valoriza o sujeito enquanto protagonistas ao longo dos processos de elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas e sociais para seu território (TENÓRIO, 1998), de maneira que a sociedade civil se coloque como ator principal das demandas públicas, bem como sendo o principal beneficiado.**

**As propostas de ações sugeridas nesta tese, também prezam pelos processos de discussão, pluralismo e inclusão, como instrumentos centrais na construção de uma igualdade participativa, autonomia de seus integrantes, tendo como resultado central o bem comum (VILLELA, et all, 2012), é o que se compreende como a emancipação do indivíduo a partir da ação coletiva.**

Alternativas as práticas instrumentalizadas, individualistas e monológicas, observadas em uma escala crescente no TIdI, têm resultado muito na imposição de uma mentalidade industrial coletiva (LISBOA, 2009), imposta pelos empreendimentos e megaempreendimentos que se instalaram (e vem se instalando) no território, transvestindo o crescimento econômico e o fetiche pelo capital como métrica única, estabelecendo uma falsa sensação de

---

<sup>331</sup> As indicações dos mecanismos de criação e execução das propostas e das ações propositivas são apresentadas detalhadamente ao longo do capítulo 8 desta tese.

desenvolvimento (HABERMAS, 2012), bem como fantasiando justificas para validar a exploração dos recursos naturais, humanos e sociais existentes no local.

A mercantilização do espaço identificada nessa tese corrobora com resultados sobre o território apresentados em outras pesquisas, bem como os dados informados pelo censo agropecuário do IBGE (2010 e 2017), em especial, no que se refere à redução ininterrupta no número de jovens que trabalham nas localidades rurais. Essa diminuição local que é proporcionalmente associada ao aumento no número dos empreendimentos e megaempreendimentos que se instalam na região, de maneira que é possível observar que os mais novos são constantemente cooptados a extrema exploração de sua força de trabalho, por vezes submetidos a subempregos, enquanto boa parte dos mais velhos continua em suas atividades no campo ou na pesca.

**É perceptível que a evasão de jovens nos subterritórios rurais do TIdI, associada aos impactos sociais, culturais, históricos, ambientais e econômicos, em curso no TIdI, podem, somados, conduzir ao processo de dissolução das práticas ancestrais sócio-históricas, bem como das territorialidades e ruralidades existentes no local.** Podendo inclusive afetar negativamente, toda a cadeia de segurança alimentar no território.

Diagnosticou-se (durante as entrevistas semiestruturadas) que, segundo a percepção dos próprios moradores locais, boa parte do abandono dos mais jovens, é resultado do desamparo de políticas públicas e sociais para o campo, associado à falta de reconhecimento (da sociedade como um todo) com relação à atividade do trabalhador rural na região, além da própria falta de perspectivas em continuar no campo, em virtude da redução contínua dos espaços rurais disponíveis no território para o plantio e para a pesca.

Estes e outros dados são indicados tanto nos resultados em *dashboard*, como na matriz analítica, situados na parte final do capítulo seis desta tese, na qual os resultados obtidos expressam profundos sinais de fragmentação territorial. Dentre os elementos captados, destaca-se que 82% dos entrevistados apontam a existência (e ampliação) de múltiplos conflitos e poluições ambientais no local, com destaque para degradação de rios e mares, contaminação do ar, do solo, seguidos de perto pelos processos de desterritorialização e conurbação em seus locais de origem, em decorrência (segundo os entrevistados) da ação direta de empreendimentos e megaempreendimentos com destaque negativo para a Techint/ternium – TKCSA, Porto Sudeste, Gerdau, CTR Ciclus, Estaleiro PROSUB – Marinha, Pedreiras de Santa Luzia S/A e areas de Piranema.

**Estes e outros resultados<sup>332</sup> endossam os objetivos, suposições, justificativas e relevâncias do estudo indicadas inicialmente, à medida que foi possível comprovar ao longo desta pesquisa a relação direta entre a ação de empreendimentos e megaempreendimentos instalados no território com os crescentes processos de desterritorialização em curso no espaço, acentuado pela destruição do bioma local, expulsão das comunidades tradicionais rurais do TIdI, privação dos coletivos rurais na realização de suas práticas histórico-culturais e socioeconômicas naturais, bem como a perceptível transformação forçosa de toda região e de seu entorno em zona de sacrifício (ASCERALD, 2011).** Isso ocorre na medida em que a apropriação do espaço atinge não só o ecossistema e degrada seu meio ambiente, como também afeta a saúde física e mental da população local, em especial as comunidades vizinhas a estes complexos industriais, extrativistas e portuários.

Especificamente, os resultados obtidos em decorrência da matriz analítica apresentada nesta tese, ratificam os graves processos de desterritorialização em curso no TIdI, onde os dados

---

<sup>332</sup> Para um maior aprofundamento sobre os resultados obtidos nesta pesquisa, em especial com relação aos impactos socioambientais no TIdI, vide capítulo 7 desta tese.



alcançados apontam para: (a) múltiplos impactos ambientais acompanhados por uma (b) acentuada ausência de políticas públicas, (c) aumento na gentrificação dos subterritórios rurais, (d) dificuldades na promoção e desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento local e a (f) instrumentalização da razão. Seguido (em um nível menor) pelas (g) dificuldades de aplicação de propostas relacionadas aos conceitos de gestão e controle social, bem como a (h) objeção na aplicação de práticas multifuncionais e sustentáveis no território.

Outros resultados obtidos na matriz analítica de impactos no território apontam que atualmente os subterritórios mais atingidos (índices muito altos), são os de Agrovila Chaperó – III, Piranema – IV, Rio da Guarda – V e Ilha da Medira – VII, seguidos por Coroa Grande – VI (com altos índices), tendo na sequência (com médios impactos) as comunidades de Mazomba – I e Raiz da Serra – II. Estes dados apontam um cenário em que quanto mais próximos geograficamente forem às localidades rurais dos empreendimentos e megaempreendimentos, maiores são os impactos sentidos no meio ambiente e pelas comunidades locais, o que não impede que os coletivos rurais mais distantes também sofram de múltiplas formas, ainda que de maneira menos agressiva<sup>333</sup>.

Isto posto, é possível afirmar que as comunidades de Chaperó – III, Piranema – IV, Rio da Guarda – V, Coroa Grande – VI e Ilha da Madeira – VII, estão criticamente mais próximas do desaparecimento de suas territorialidades e ruralidades em comparação com os subterritórios de Mazomba – I e Raiz da Serra – II. De maneira que **é plausível assegurar que se em um curto-médio espaço de tempo, não forem aplicadas medidas amortizadoras dos múltiplos impactos sofridos por estes espaços, eles podem sofrer de maneira irreversível a obliteração de seu espaço-tempo (CASTELLS, 1996), o que culminaria com a destruição do seu bioma e o esfrelamento das comunidades tradicionais ainda existentes no local, o que transformaria irreversível o território em “não-lugar” (AUGÉ, 2012).**

Fatos que são endossados pelo **resultado final alto (414 pontos) na média total dos impactos no TIdI** (somatório da média por impacto, com média dos impactos por subterritório), obtido na matriz analítica desta pesquisa, que expressa a urgente situação com relação as ações nocivas dos múltiplos conflitos no território, e que exprimem (nesses dados) a pronta necessidade de ações coletivas que visem a manutenção do território e de suas comunidades locais, que são (atualmente) ameaçadas de dissolução já nas próximas décadas.

Cabe mencionar alguns possíveis desdobramentos desta tese em pesquisas futuras, como por exemplo: (a) provável relação entre a chegada dos empreendimentos e megaempreendimentos no TIdI com a expansão de poderes paralelos como o tráfico de drogas e a milícia, resultado do aumento da pobreza no território, (b) cita-se também a necessidade de uma observação profunda com relação aos impactos que empreendimentos e megaempreendimentos vem diretamente gerando a fauna e vida marinha local, (c) menciona-se igualmente uma demanda de pesquisa com relação específica aos impactos que a expansão do turismo predatório pode causar em toda a região, (d) estudos futuros que versam sobre a importância da mulher, enquanto agente de fundamental importância na sustentação do tecido social dos subterritórios rurais do TIdI atingidos diretamente pelos processos de desterritorialização, (e) se faz fundamental um aprofundamento de trabalhos futuros com relação a ruptura estrutural entre as secretarias municipais de agricultura, meio ambiente e pesca do município de Itaguaí e seus referidos conselhos municipais, ocorrido de maneira unilateral ocorrido na última semana do mês de março de 2021 (data de encerramento e defesa desta tese) (f) por último indica-se uma retomada dessa pesquisa em um futuro próximo, analisando de quais formas a desvalorização da vida humana, a perseguição as comunidades tradicionais no Brasil, a aniquilação de políticas públicas para territórios rurais e a extrema valorização

---

<sup>333</sup> Em comparação com os subterritórios vizinhos dos empreendimentos e megaempreendimentos.

mercadológica, aplicadas nos governos Temer – Bolsonaro, atingiram o TIdI e a população local.

Devido ao método (etnografia) e a metodologia (qualitativa) estabelecidos para esta pesquisa, onde se apreciou a observação de campo a partir da perspectiva de agricultores familiares e pescadores artesanais, este trabalho seguiu naturalmente sua construção sustentada na práxis do universo analisado.

Apesar de uma manifesta valorização da prática, esta pesquisa utilizou-se, em todo tempo de um referencial teórico, sendo possível (ao final desta tese) sinalizar algumas possíveis contribuições, com relação a alguns dos conceitos empregados neste trabalho. Onde se destaca: (a) a compreensão do conceito de território de maneira endógena, a partir da perspectiva do ator local, enquanto elo central no entendimento de seu cotidiano e compreensão de suas demandas (uma visão de dentro para fora). Forma distinta do que comumente se observa nas atuais políticas públicas, que são elaboradas de maneira estaque, impositivas e desconexas das realidades locais, aplicadas em um sistema de cima pra baixo. Logo, esta pesquisa indica compreender os conceitos de território e políticas públicas como ações fluidas complementares, onde os atores locais são convidados a participar e compõem o ambiente construtivo e decisório das ações públicas em nível local.

Observa-se também a contribuição desta pesquisa, junto ao (b) conceito de desterritorialização, partindo do entendimento que, desconstruir um território não se aplica exclusivamente na destruição do espaço físico, de equipamentos públicos e privados, de locais e seus totens, mas também no desaparecimento do universo imaginário coletivo das culturas e identidades da sociedade local. Onde por ventura o símbolo materializado pode ainda estar fisicamente presente, em um espaço já descaracterizado, à medida que os atores locais não se identificam mais e/ou não observam um vínculo afetivo com determinada alegoria, por exemplo.

Esta pesquisa também busca colaborar com (c) o conceito de não-lugar, a medida que sugestiona uma relação direta (deste termo) com a exploração sistêmica do bioma e da população de um território, é o favorecimento de mecânicas estritamente mercadológicas, sobrepondo-se aos interesses da sociedade civil, tendo inclusive (por vezes) o aval do Estado, que opera no estrangulamento e mutação de espaços naturais.

Igualmente, está pesquisa buscou contribuir com o (d) conceito de gestão social, indicando que a execução das ações de controle social (especialmente para o territórios rurais), tendem a ter melhor eficácia se forem executadas diretamente nas localidades (no campo), de maneira rotativa e em um horário flexível, estabelecida pelos próprios atores locais, a fim de aproximar o ente público da comunidade local, estimular e incluir os moradores, bem como incentivar uma gestão coletiva em que se valorize o capital social da região e uma democracia participativa.

Apesar dos múltiplos impactos sofridos pelos subterritórios rurais do território, mencionados ao longo desta tese, é possível apontar aspectos significativamente positivos observados durante esta pesquisa, como a existência de práticas sustentáveis e de multifuncionalidade, principalmente nas localidades vizinhas de Mazomba – I e Raiz da Serra – II, observou-se também uma relação de colaboração, solidariedade e bem comum entre os moradores das comunidades rurais do TIdI, expressões de reciprocidade não somente dos trabalhadores mas também entre as próprias famílias locais.

Também foi possível identificar toda uma contextualização histórica na formação dos subterritórios rurais do TIdI, características bisseculares de suas ruralidades, transmitidas principalmente de maneira oral (por vezes consanguínea), com complexas organizações sociais, consciência dos recursos naturais disponíveis e manutenção de totens singmáticos (RAFESTAIN, 1993), como: festividades, contos, comidas tradicionais, crenças, patrimônios

históricos e naturais, bem como todo um conjunto arqueológico, etnográfico e paisagísticos que compõem a construção das tessituras sociais e denotam tradicionalidade ao local<sup>334</sup>.

Dentre os aspectos positivos destaca-se a obstinação e resiliência das comunidades rurais de pescadores artesanais e de agricultores familiares frente à multifragmentação de seus espaços originários no território, seja no ato de estabelecer e/ou participar ativamente de instâncias locais de controle social, bem como no enfrentamento a ações de marginalização, expulsão, desterritorialização, abandono do poder público, violências físicas e emocionais que estes coletivos sofrem em seu cotidiano. Logo, manter (ainda que de forma incerta) suas atividades socioeconômicas e histórico-culturais, bem como seguir (sobre)vivendo na mesma localidade de seus antepassados, é sim um ato de resiliência e luta.

É importante reforçar que os processos de desterritorialização em curso (e ainda crescente) ao longo dos subterritórios rurais do TIdI, apresentam um adiantado panorama de degradação, resultado de múltiplas formas de impactos, gerados direta ou indiretamente pela ação dos complexos industriais, portuários e extrativistas que se expandem na região nas últimas duas décadas, consequência da ineficiência e conivência do ente público (estadual e municipal), provocando lesa ao bioma e o estrangulamento das territorialidades das comunidades tradicionais locais.

Como desdobramento desta tese suscita-se: (a) sua continuidade enquanto pesquisa, junto ao Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas – PEPEDT/UFRRJ, (b) proposição e auxílio na implementação de algumas alternativas de mitigação dos múltiplos impactos sofridos nos territórios, apresentados no capítulo 7, (c) Apoiar à sociedade civil e comunidades tradicionais locais na elaboração de um plano territorial de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, de maneira que abarque as demandas (novas e em curso), propostas pelos coletivos participantes, (d) oferecer e fomentar cursos de extensão nos subterritórios rurais do TIdI, conforme a demanda e necessidade da população local, (e) apresentar os resultados dessa pesquisa para órgãos públicos, secretarias municipais competentes e instâncias locais de gestão social, afim de contribuir na construção de instrumentos e alternativas que levem ao arrefecimento dos problemas socioambientais ao qual o território padece, entre outros.

Esta tese também tem a proposição de ir ao encontro da sugestão da década dos oceanos (2021-2030), proposto pela organização das Nações Unidas – ONU e do plano nacional para a década da ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável estabelecido pela Unesco<sup>335</sup>, a partir da indicação de alternativas que elevem a conservação e proteção de reservas submersas de água, rios, baías e seus afluentes, inclusive, enquanto mecanismos de sobrevivência de comunidades costeiras (em especial trabalhadores do mar), bem como da vida marinha. Alinhado estas indicações com economias verdes, reformulações de políticas e ações governamentais para os oceanos, apoio e desenvolvimento de pesquisas marinhas, incentivo a participação ativa e direta das comunidades costeiras, entre outros.

Por fim, pergunta-se: quais são os reais beneficiários desses processos degradatórios do território? Quem se beneficia? Quais são os interesses particulares envolvidos? Esse crescimento econômico em detrimento de uma saúde socioambiental é salutar a que camadas político-econômicas? A própria resposta está imbuída na percepção final ao qual essa pesquisa conduz, na qual **é possível observar que os principais favorecidos são de fato conglomerados industriais nacionais e internacionais, acionistas majoritários do mercado financeiro, políticos partidários eleitos que se utilizam do cargo para benefícios particulares, indivíduos por vezes sem rosto, escondidos por detrás de uma cortina de**

---

<sup>334</sup> Para maiores informações, vide os capítulos 5 e 7 desta tese.

<sup>335</sup> Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

**sociedades limitadas – Ltda. e Sociedades anônimas – S.A, e que em nenhum tempo sequer chegaram a conhecer pessoalmente o território ao qual eles lucram e destroem.**

Trata-se de uma estrutura balizada somente em números, na qual o homem e o bioma local são colocados como simples peças de menor importância. **Hoje o TIdI é um território que vai perdendo paulatinamente suas territorialidades e ruralidades, enquanto zona de sacrifício aos deuses do capital<sup>336</sup>, tornando-se região amorfa, pela obliteração de seu espaço-tempo e a condução impositiva a um não-lugar. Como é um retrato bem definido da exploração sistêmica, mercadológica e de classes, onde as maximizações dos lucros se sobrepõem a própria vida humana.**

Afirma-se, a necessidade em caráter de urgência da atuação consonante e efetiva entre instituições/órgãos públicos locais, Estado e sociedade civil (em especial as comunidades tradicionais locais) como componente motriz para a efetivação de ações amortizadoras dos múltiplos impactos sociais e ambientais em curso no território, onde se busque em todo tempo o bem comum e o valor singular que é a vida.

\*\*\*

---

<sup>336</sup> Frase em alusão ao documentário “Território de sacrifício aos deuses do capital: O caso da Ilha da Madeira” (EPSJV – Fiocruz, 2010)

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas. **Elaboração e apresentação de projeto de reabilitação de áreas degradadas pela mineração**. NBR 13030, 1999
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo/SP, Anpocs - Unicamp, Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Fundações e Medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro / RJ: IPEA, Ministério do planejamento, orçamento e gestão, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000b.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 87, p. 97-113, 2010
- ACSELRAD, H. **Políticas ambientais e construção democrática**. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo - SP, 2001. p. 75-96
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A.; & BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Editora Garamond, Rio de Janeiro-RJ, 2009
- ACSELRAD, Henri. *Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro*. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 07-18
- ARÃO, Neylor. **Fio de esperança na zona de sacrifício**. Revista Ecológico, ed. 116, publicação 09 de abril de 2019. Disponível em <<http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-antecedentes/116/fio-de-esperanca-na-zona-de-sacrificio/>>, acesso em 10 de abril de 2020.
- ALB TRANSPORTES. **Movimentação e Logística Interna de Minério de Ferro - Porto de Sepetiba CSN / Itaguaí-RJ**. Disponível em <<http://www.albtransportes.com.br/obra/movimentacao-e-logistica-interna-de-minerio-de-ferro-porto-de-sepetiba-csn-itagua-i-rj>>, acesso em 25 de janeiro de 2019.
- ALCANTARA, D. **A Construção de Cenários Prospectivos em Seropédica: integrando a academia e a coletividade no estudo da paisagem e do território**. In: XI Colóquio QUAPÁ-SEL, 2016, UFBA, Salvador - BA. v. 1. p. 1-18, 2016.
- ALBERTI, V., FERNANDES, TM, FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000
- ALMEIDA; Alexandre Laurentino. [09 de abril de 2020]. **Ilhas da Costa Verde e Restinga da Marambáia**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xj1C7MMLwcm&t=86s>>, acesso em 10 de abril de 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS; Clara. **Teoría e pratica para uma agricultura sustentável**. México / Mex: Editota MNUMA, 2000.

ALTIERI, M. **Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas**. Valparaiso/Chile. Congresso CETAL, 1992.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo / SP: Editora Pioneira, 1998

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre / RS: Editora Artmed, 2009

ARAUJO, F. G; CRUZ-FILHO, A.G; AZEVEDO, M.C.C; SANTOS, A.C.A. Estrutura da comunidade de peixes demersais da Baía de Sepetiba, RJ. Revista Brasil. Biol. São Carlos / SP, p. 417 – 430, 1998.

ARAUJO, R.C. **Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno**. Revista Economia e desenvolvimento, Santa Maria – SC, p. 105-118. 2014

ARAUJO, Luciana. **Um ano com Bolsonaro: o que perdemos e para o que devemos nos preparar em 2020**. Publicado em SINTRAJUD, Disponível em: <<https://www.sintrajud.org.br/um-ano-com-bolsonaro-o-que-perdemos-e-para-o-que-devemos-nos-preparar-em-2020/>>, acesso em 03 de março de 2020. Publicado em 07 de janeiro de 2020.

ARTHURO, Miguel. **Visão Artística Sobre a Vila de Nossa Senhora da Mangaratiba 1831**. Extraído de <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina /historia.html>>, acesso em 04.02.2019

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PISCICULTURA – ABP. **Anuário Brasileiro da Piscicultura – PeixeBR 2019**. São Paulo/SP, 2020.

**ATERRO de Seropédica**, ro RJ, leva multas por não tratar o chorume. Jornal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/aterro-de-seropedica-no-rj-leva-multas-por-nao-tratar-o-chorume.html>>, acesso em 17 de abril de 2020. 22 de fevereiro de 2013

AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 2012.

BAÍA DA ILHA GRANDE. **Google maps, google**. disponível em <<https://www.google.com.br/maps/search/Ba%C3%ADa+da+Ilha+grande/@-22.8966145,-43.8406532,12z?hl=pt-BR>>, acesso em 10.04.2020

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/POR: Editora decisões 70, 1977. Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo/SP: Editora Edições 70, 2011.

BARTOLY, Flávio. **Debates e perspectivas do lugar na geografia.** Revista GEOgraphia, Vol.13, nº 26, 2011

BARQUERO, Antônio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre/RS: Fundação de Economia e Estatística, 2001

BECATTINI, G. **O distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica.** In: BENKO, G; LIPIETZ, A.(Org.). *As regiões ganhadoras distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica.* Portugal/POR: CELTA, p. 71-105, 1994.

BECATTINI, Giacomo. **Os distritos industriais na Itália.** In: COCCO, Giuseppe. *Novos empresários e empregos nos novos territórios produtivos.* Rio de Janeiro/RJ: DP & A, 1999.

BELICANTA, Rafael. **Cortes do governo Bolsonaro prejudicam agricultura familiar, apontam especialistas na FAO.** Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/brasil/20190529-cortes-do-governo-bolsonaro-prejudicam-agricultura-familiar-no-brasil>>, acesso em: 17 de julho de 2019, publicação 29 de maio de 2019.

BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira.** São Paulo/SP: Aleph, 2003

BECKER, B. **O uso político do território: Questões a partir de uma visão de terceiro mundo.** In: BECKER, B (org), et all. *Abordagens políticas da espacialidade.* Rio de Janeiro/RJ. UFRJ, p. 1-18, 1983.

BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** p.319-367. In CASTRO, Iná Elias (org.) *Explorações geográficas; percursos no fim do século.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BECKER, H. S. **Biographie et mosaïque scientifique.** In. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 62/63, pp. 105-110, jun. 1986.

BERBERT, M. C. **A mineração de areia no distrito areeiro de Itaguaí-Seropédica/RJ: geologia dos depósitos e caracterização das atividades de lavra e dos impactos ambientais.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 1987

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo/SP, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** In: *Colóquio Internacional Sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Santa Catarina/SC, 2007

BONNAL, PPhilippe e MALUF, Renato S. **Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil.** In: E.N. LIMA, N.G. DELGADO e R.J.

MOREIRA (orgs.), **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**, R. Janeiro, EDUR/Mauad, 2007

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil**, in: BRASIL. Ministério de desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil Rural em debate. DELGADO, Nelson Giordano (Org.). Brasília/DF. CONDRAF/MDA, 2010

BOFF, Leonardo. **¿Vivir mejor o «el buen vivir»?** Agenda Latinoamericana 2012. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/agenda/archivo/obra.php?ncodigo=757>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BONDIM, Míriam. **Lutas e Colonização**. Extraído de: <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/historia.html>>, acesso em 04.02.2019

BONDIM Mirian. **A História da Cidade de Mangaratiba: da aldeia ao cenário de Limite**, Mangaratiba, Rio de Janeiro/RJ: Fundação Mário Peixoto, Ed. Letra e Versos, , 2014.

BORJA, Klever Efraín Naranjo. **Cultura Local y Gestión: El “Espacio–Dinámica” de la Parroquia Salinas de Tomabela – Ecuador**. Apresentação III Seminário de Gestão Social do Desenvolvimento. Ijuí / RS: Universidade de Ijuí, 2017.

BOULLOSA. Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador/BA: Editora CIAGS/UFBA, 2014

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Políticas públicas**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In:BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/RJ, Bertrand Brasil, 5. Ed, 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. /SP: Unicamp 2º ed. Campinas, 2012

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Nº 237 , DE 19 DE dezembro DE 1997**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. **Deliberações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: Atas e resoluções de 2003/2004**. Brasília/DF, 2005.

BRASIL **Rural em debate**. DELGADO, Nelson Giordano (Org.). Brasília/DF. CONDRAF/MDA, 2010



BRASIL, **Lei nº 75.922** de 1 de julho de 1975

BRASIL. **Lei 9.443**, de 08 de janeiro de 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326** de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei 11.428**, de 22 de dezembro de 2006.

BRASIL. **Lei 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007.

BRASIL. **Lei Nº 11.445**, de 5 de janeiro de 2007.

BRASIL. **Lei 6.660**, de 21 de novembro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 42.159** de 02 de fevereiro de 2009

BRASIL. **Lei 11.959**, de 29 de junho de 2009.

BRASIL. **Lei 12.305**, de 2 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei 10.257**, 10 de junho de 2001

BRASIL. **Lei nº 44.820** de 02 de junho de 2014

BRASIL. **Territórios da Cidadania**, integração de políticas públicas para redução das desigualdades. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Brasília – DF, 2009.

BRASIL. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP. Itaguaí – RJ, abril 2015.

BRASIL, Cristiane Índio. **Secretaria pede explicações sobre vazamento de chorume no Rio de Janeiro**. Jornal Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/secretaria-quer-relatorio-tecnico-sobre-vazamento-de-chorume-no-rio>>, acesso em 20 de abril de 2020. 23 de fevereiro de 2016.

BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B. **A saúde nos governos Lula e Dilma**: algumas reflexões. In: Cadernos de Saúde. Projeto Políticas de Saúde – UERJ/ Faculdade de Serviço Social. Setembro de 2011, p. 15- 28

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. /SP:. Unicamp 2º ed. Campinas, 2012

BRANDÃO, Vinícius Henrique. **Formação de jovens em agroecologia como meio de ampliar conhecimentos e re-territorialização dos espaços rurais**. Dissertação de mestrado (mestrado em desenvolvimento territorial e políticas públicas) – Programa de Pós Graduação em

Desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ, 2019

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo/SP: Editora 34, 5ª ed, 2003.

BRESSER-PEREIRA. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nação, câmbio e desenvolvimento**. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, p.55-93, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela; **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?**. Revista Economia e Sociedade, Campinas / SP, V.21, Edição Especial, p. 811-829, 2012.

BREWER, T. L. **Climate Change Technology Transfer: A New Paradigm and Policy Agenda**. Climate Policy, n. 8, p.516-526, 2008.

BRUMER, A. **Juventude rural: ampliando as oportunidade Raízes da Terra**: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Ano 1, nº 1. Abril de 2005.

BRITO, Cândido. **Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e LULA**. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo/SP, maio/ago. v. 22, n. 72, 2010.

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro/RJ. FGV. Relatório da Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, 1987.

BUAINAIN,A,M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**: Questões para Debate. Brasília/DF, 2006

BUENO, J. **Com a instalação da TKCSA, abre-se caminho para instalação de um pólo metal-mecânico. naquela área**. Rio de Janeiro: Jornal dos Economistas. Nº 239 JUNHO DE 2009. Disponível em <[http://www.coreconrj.org.br/pdf/JE\\_junho2009.pdf](http://www.coreconrj.org.br/pdf/JE_junho2009.pdf)>. Acesso em 04.02.2019.

CAR – Cadastro Ambiental Rural. **Consulta pública de imóveis rurais**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>>, acesso em 28 de abril de 2020.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D’Almeida. **Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico e local**. São Paulo/SP: Revista Polis. Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/21.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Povos do Mar: Heranças socioculturais e perspectivas no Brasil. Revista Ciência e cultura, São Paulo / SP, vol. 63, nº 3, 2010

CAMPAÑA, Farith Simon. **Derechos de la naturaliza**: Innovación transcendental, retórica jurídica o proyecto político? Revista Iuris directo, Quito/Ecuador. vol. 13, número 15, 9-38, Jan-jun, 2013

CAMPOS, Edval Bernardino. **Política Social e Cidadania**, Belém/PA: Anais do 3º Congresso de Assistência Social da Amazônia., 2001.

CAMPOS; Márcio D'Olne. **Etonociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas**.in: Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnologia e disciplinas correlatas: Anais, Rio Claro, São Paulo, 29/11 a 01/12/2001. Coordenadoria de área de ciências biológicas – Gabinete do Reitor – UNESP / CNPq, 2002.

CANANÉA, F. A. **Sentidos de leitura**: sociedade e educação. João Pessoa/PR, Imprell, 2013, p. 57-68

CANÇADO, A.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Caderno EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; SAUSEN, J.O.; VILLELA, L. E.. Gestão social versus gestão estratégica. In: Fernando Guilherme Tenório. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. 1 ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, v. 2, p. 15-86, 2013.

CANÇADO, A. C. **Cooperativismo**. In: BOULLOSA, R. F. (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 39-41, 2014

CANÇADO, A. C. **A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária**: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (organizadores). **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008

CANÇADO, Airton Cardoso. **A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária**: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (organizadores). **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008

CANÇADO, A. C. **Gestão Social e economia solidária – para além do mimetismo**: Uma outra gestão é possível?. Revista de economia solidária, v. 10, p. 18-43, 2016.

CANÇADO, Antônio; COSTA. Eduardo Gusmão; VILELLA, Lamounier H. **Perspectivas da agropecuária do Município de Itaguaí, face a megaprojetos em implementação no local**. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Minas Gerais/MG: Lavras, v. 16, n. 2, p. 208-219, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da Sustentabilidade**: Uma proposta metodológica a partir de Agroecologia. Revista

Agroecologia. e Desenvolvimento. Rural. Sustentável., Porto Alegre/RS, vol.3, nº.3, Jul/Set 2002

CASAL, A. Y. **Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica**. Editora Cosmos, Lisboa/POR, 1996

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede** (Era da informação, vol. 1). Editora Paz e terra, Rio de Janeiro / RJ. 1996

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro/ RJ. editora Paz e Terra, 3 ed. 2002

CASTREE, N.; KITCHIN, R.; ROGERS, A. **A dictionary of human geography**. 1 ed. Oxford/UK. 2013, in IBGE. Classificação e caracterização de espaços rurais e urbanos no Brasil, IBGE, Brasília / DF, 11º edição, 2017.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial**. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro/RJ, Mauad X, p. 25-46. 2009

CELINA, Cristiane. **Entendendo a extensão rural**. Resenha Crítica método de extensionismo, qualificação do camponês no empreendedorismo e gestão da propriedade rural. Instituto Federal – IF, São João Evangelista / MG, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável**. Brasília / DF, MCTI, 2012

CENTRO DE TECNOLOGIA SOCIAL – CETEM. Cia. **Siderúrgica do Atlântico causa problemas ambientais e de saúde à população de Santa Cruz (RJ)**. Verbetes Cetem: 15 de abril de 2013. Extraído de < <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=132> >, acesso em 17 de março de 2020.

CENTRO DE TECNOLOGIA SOCIAL – CETEM. **Superporto Sudeste**: mais um grande empreendimento a afetar o município de Itaguaí (RJ). Verbetes Cetem: 13 de julho de 2013. Extraído de <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=131>>, acesso em 07 de abril de 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo/SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Editora Ática, São Paulo, 14º ed. 2012

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro/ RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1991

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO–CODIN. Santa Cruz. Extraído de <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoioInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoSantaCruz.aspx>>, em 06/05/2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF. **Nota de repúdio a extinção do MDA**. 2016. Disponível em : <<http://fne.mec.gov.br/images/NPNovoSite/NotaPublicadoCONDRAF.pdf>>, acesso em: 07 de junho de 2019.

Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. **Competencias – Regimento interno**. disponível em < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>>, atualizado em 22 de dezembro de 2020.

CONSTANTE, Paula de Sousa. **O buen vivir e seus reflexos na construção de uma alternativa mundo**: olhares desde Bolívia. Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>, acesso em 12 de fevereiro de 2019

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília/DF: Contag, 1999.

CORREIO DA MANHÃ. **Temporal isola Itaguaí e mate pelo menos 80 pessoas**. Jornal correio da Manhã, Rio de Janeiro / RJ, 25 de janeiro de 1967.

COSTA, Eduardo Gusmão. **As políticas públicas para agricultura familiar como possibilidade de mitigar impactos dos megaempreendimentos na agricultura de Itaguaí-RJ**. 2016 Tese (Doutor em Políticas públicas comparadas) – Programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação agropecuária., universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ. 2016.

COSTA, Adriana A. Fernandes; VIANNA, Márcio de Albuquerque. Contextos e formações de professores no Brasil entre os anos de 2017-2019. In: COSTA, Adriana A. Fernandes; CUNHA, Renata C. O. Barrichelo; PRADO, Guilherme do Val T. P.; EVANGELISTA, Francisco. Narrativas, formações de professores e subjetividades democráticas. Editora Pedro e João, São Carlos/SP, p. 167-207, 2020.

COUTINHO, Mariana de Miranda. **Uso de medidas biológicas na mitigação dos impactos ambientais da mineração de brita no estado do RJ**. Monografia (Engenharia Florestal) - Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ. 2013

CUNHA, M.A. & CONSONI, A.J. Os estudos do meio físico na disposição de resíduos. In: BITAR, O.Y. (Coord.). Curso de geologia aplicada ao meio ambiente. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), cap. 4.6, p.217-227, 1995.

CURTARJ. **Ilha da Madeira**. Extraído em <<https://curtarj.com.br/ilha-da-madeira/>>, acesso em 28 de fevereiro de 2020.

- DÉBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Editora Contra-Ponto, Rio de Janeiro / RJ. 1997.
- D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática – Elo entre as Tradições e a Modernidade**, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2001
- D'ÁNDREA, Pedro; XAVIER, Bernardo. A sede e a vontade de beber da siderurgia. Le monde diplomatique. 19 de março de 2019. Extraído de < [diplomatique.org.br/ternium-a-sded-da-siderurgia/](http://diplomatique.org.br/ternium-a-sded-da-siderurgia/) >, acesso em 10 de março de 2020.
- DA SILVEIRA, Vladmir Oliveira; DA SILVA JAQUES, Abner. **Administração tributária e a necessidade de uma ética para o desenvolvimento sustentável**. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 2, n. 23, p. 481-503, 2020.
- DÉBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Editora Contra-Ponto, Rio de Janeiro / RJ. 1997.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997
- DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Brasília/DF, IPEA, 2005
- DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985
- DEMO, P. **Educação & Conhecimento** - Relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- DIEGUES, Antonio. **Povos e Mares: leituras em sócioantropologia marítima**. São Paulo/SP: NUPAUB/USP, 1995.
- D'OLNE CAMPOS, M. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas. In: **Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudoeste**, 1ª ed., Anais. Rio Claro: UNESP. p. 47-92, 2001.
- DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local); Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2011.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **Modernidad y capitalismo** (15 Tesis), *em las ilusiones de la modernidade*. México/MEX, UNAM/EI equilibrista, 1995.
- ECOLOGUS Engenharia consultiva e licenciamento ambiental. **Relatório de Impacto Ambiental**. Março de 2014.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>, acesso em: 9 de maio de 2020.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, **atribuições**. Disponível em < <http://www.emater.rj.gov.br/atribuicoes.asp> >, acesso em: 07 de outubro de 2020.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo/SP: Expressão Popular, p. 11-31,2006.

ECOLOGY BRASIL. Estudo de Impacto ambiental do Porto Sudeste – LLX. Rio de Janeiro / RJ, eology and environment do Brasil (ref. 2331-00-EIA-RL), 2008

ELETROBOLT - **Estudos Hidrogeológicos dos Aquíferos Intergranulares a Oeste do Rio Guandu**, Município de Seropédica/RJ. Seropédica, Sociedade Fluminense de Energia Ltda., Relatório de Consultoria Técnica, 2003, p.234.

FAVARETO, Arilson. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural**: lições para uma nova geração de políticas públicas. Raízes, Campina Grande, v.29, p.52-62, 2010

FAGUNDES, Gustavo trindade. **O que é o rural na cidade da universidade rural?** um estudo sobre ruralidades em Seropédica. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas), Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Sumak Kawsay ou Buen Vivir? Os novos fundamentos constitucionais nativos e a reforma das políticas sociais no Equador da “Revolução Cidadã”**. Rio de Janeiro/RJ. Revista Interseções, v. 18 n. 1, p. 7-38, jun. 2016

FRAGA, Isabela. O sacrifício da Baía de Sepetiba. Jornal Vozes do Rio. Disponível em: <<http://vozerio.org.br/O-sacrificio-da-baia-de-Sepetiba>>, acesso em 7 de maio de 2020, publicado em 24 de junho de 2015.

FRAGA, Isabela; JANNUZZI, Laís. **Cerca de 50 mil litros de chorume vazam de aterro sanitário de Seropédica**. Jornal Vozes do Rio. Disponível em: <<http://vozerio.org.br/Cerca-de-50-mil-litros-de-chorume>>, acesso em 21 de abril de 2020. 22 de fevereiro de 2016.

FERREIRA, Paulo Henrique Zuzarte. **Diagnóstico e propostas de uso para as áreas degradadas no município de Seropédica-RJ pela extração de areia em cava**. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas), Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre tipologias de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008. p. 197-216

FERNANDES, João Luís Jesus: **Insegurança ambiental e migrações**: Contributo para uma sistematização de conceitos (2008). In: LAMEIRAS, Anabela Antão.. In: Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra / POR. 2013.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. **Território – Rede de Agroecologia: Ciências(s) e Saberes Locais na Ambientalização de Lutas na Zona Oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, in: Territórios, mobilizações e conservação socioambiental. TEISSERENC, José da Silva Aquino; SANT´ANA Jr.; ESTERCI, Neide (Orgs.). São Luis/MA, EDUFMA, 2016

TUBBS FILHO, Décio. **A Recarga Artificial no Distrito Areeiro da Piranema, Conseqüências Ambientais e Implicações para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Guandu, Estado do Rio de Janeiro**. Qualificação de Tese de Doutorado Instituto de Geociência - DGRN –UNICAMP. Dezembro de 2005.

FILHO, D. Tubbes; GOMES, O.V.O.; CUZZATTI, T.G.; SILVA-FILHO, E.V. **Impacto da mineração de areia sobre a química das águas subterrâneas, distrito areeiro da Piranema, municípios de Itaguaí e Seropédica, Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geociências. V.3, ed. 41, pp.472-485. 2011

FILHO, Décio Tubbes; ANTUNES, Júlio Cesar de Oliveira; VETTORAZZI, Janaina Silva. **Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim: Experiências para a gestão dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro – RJ, INEA, 2012.

FISCHER, T. M D. **Poderes locais**, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In FISCHER, T. M D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador/BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FLECK, Luiz Fernando; KUHN, Daniela Dias; SOARES, Mariana da Andrade Soares; BERBIGIER, Márcio Marrek. **Programa de fomento às atividades produtivas rurais e o combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre / RS, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2019.

FISCHER, T.; MELO, V. P. **Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva**. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre/RS: Bookman, 2004

FONSECA, Francisco; BEUTTENMULLER, Gustavo. **Democracia, informação e controle social: reflexões conceituais e o papel dos observatórios locais**. In: GUEDES, Álvaro Martins; FONSECA, Francisco (Orgs.). **Controle social da administração pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Oficina Municipal; Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2007

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Ed. Paz e Terra. 8ª edição. 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro / RJ. Ed. Paz e Terra, 17ª edição, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/RS, Paz e terra, , 42º edição, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo/SP. Paz e Terra, 35º edição, 2007.



FRANCISCO, Wilson Pedro. **História da Venda da Ilha da Madeira**. 1° ed. acervo pessoal. 17 de abril de 1954

FROTA, Ronnier Carneiro; COSTA, Luana Sousa; DIAS, Anelise; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. **As potencialidades da agricultura familiar em Seropédica/RJ a partir da sistematização de experiências**. Agroecol – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, novembro de 2016.

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ. **Relatório anual 2017**. Niterói / RJ, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz decorrentes da Instalação e Operação da Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)**. 2011

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Campus Santa Cruz (RJ)**. FIOCRUZ. Disponível em <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/home/crescimento-institucional/santa-cruz-rj>>, acesso em 27 de janeiro de 2019.

FUNDREM. **Notas sobre Itaguaí e a baía de Sepetiba. Rio de Janeiro: 1976**. Secretaria de Planejamento e coordenação geral da governadoria do Estado do Rio de Janeiro. Itaguaí /RJ (relatório), 1981.

GAMBARDELLA, Alice Dianezi. **Equipamentos públicos**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 67-70.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Porto Alegre/RS: Penso, 6° Ed, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo/SP, Atlas, 4° ed, 2002

GIROUX, H.; MACLAREN, P. **Linguagem, escola e subjetividade**: elementos para um discurso pedagógico crítico. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre/RS, v.18, n.2, p.21-35, jul./dez. 1993

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995

GODOI, Emília Piestrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. **Mulheres e territórios vividos em contextos rurais**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. Cadernos Pagu, Dossiê Desenvolvimento. Poder, gênero e feminismo. Edição 52, 2018.

GOES, M.H. DE B. **Diagnóstico Ambiental por Geoprocessamento do Município de Itaguaí (RJ)**. Tese (doutorado em geografia), Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Rio Claro – SP. P. 500-520, 1994

GOMES, S. M. S.; SAMPAIO, M. S. **Gestão de custos ambientais**. In: GOMES, S. M. S.; GARCIA, C. O. Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013. p. 79-102.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Serviço Social & Sociedade, No. 112, pp. 637-671, 2012

GOOGLEMAPS. [Mapa do Território Identitário de Itaguaí – TIdI]. [2019]. **Mapa do Território Identitário de Itaguaí – TIdI e região do entorno**. disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-22.8600509-3.7298462,28586m/data=!3m1!1e3>>, acesso em 21 de abril de 2019.

GOOGLEMAPS. [Zona Industrial de Santa Cruz - RJ]. [2020]. **Mapa do Complexo industrial de Santa Cruz, Baía de Sepetiba e entorno**. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-22.9029567,-43.7454979,8518m/data=!3m1!1e3>>, acesso em 11 de abril de 2020a.

GOOGLEMAPS. [Mapa da Baía de Sepetiba]. [2020]. **Mapa da Baía de Sepetiba, Ilha da Madeira e Coroa Grande**. Disponível em < <https://www.google.com.br/maps/@-22.9189138,-43.8403333,5594m/data=!3m1!1e3>>, acesso em 14 de abril de 2020b.

GOOGLEMAPS. [Mapa do distrito de Santa Rosa]. [2020]. **Mapa do distrito de Santa Rosa - Mazomba, Raiz da Serra e Agrovila Chaperó**. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-22.7906361,-3.7782783,4614m/data=!3m1!1e3>>, acesso em 17 de abril de 2020c.

GOOGLEMAPS. [Mapa de Piranema]. [2020]. **Mapa dos Bairros de Piranema e Santana**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-22.8415545,-43.702976,10994m/data=!3m1!1e3>>, acesso em 27 de abril de 2020d.

GOOGLEMAPS. [Mapa do CSU]. [2020]. **Mapa do Centro Social Urbano de Itaguaí**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Centro+Social+Urbano+de+Itagua%C3%AD/@-22.8733935,-43.7721074,171m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9bf88adbac3083:0x7bad3d5124d4df39!8m2!3d-22.8732914!4d-43.771969>>, acesso em 28 de outubro de 2020e.

GOOGLEMAPS. [Mapa TIdI x Ceasa RJ]. [2020]. **Mapa de distância do TIdI até o Ceasa - RJ**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir/Itagua%C3%AD,+RJ/CEASA-RJ++Iraj%C3%A1,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8211417,-43.6964132,43984m/data=!3m2!1e3!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x9c077168631157:0xbf83d242ae07f5d2!2m2!1d-43.7779091!2d-22.8631923!1m5!1m1!1s0x9964a129dad35b:0xac6a29837a61855c!2m2!1d-43.3346996!2d-22.8275683!3e2>>, acesso em 30 de outubro de 2020e.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires. **Diagnóstico de gestão em cooperativas da agricultura familiar no Estado do Paraná**: limites e potencialidades em um modelo solidário e democrático. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015

GROSSMAN, Gene M; HELPMAN, Elhanan. **The Review of Economic Studies**, Vol. 58, No. 1, p. 43-61, 1991

GUARIEIRO, Aline Lefol N; MADEIRA, Cristiano F. Nunes Moragas; COSTA, Larissa F.; OLIVEIRA, Narlus N. P.O **licenciamento ambiental de uma central de tratamento de resíduos**: aso da CTR Seropédica. Revista Ineana. v 5, nº1, p. 42 – 57, julho – dezembro de 2017.

GUDYNAS, Eduardo. “**Los derechos de la naturaliza em serio**. Respuestas y aportes desde la ecologia política. In: A. ACOSTA; E. MARTÍNEZ. “La Naturaleza con derechos. De la filosofia a la práctica”, Editores AbyaYala, Quito/EQU, 2011.

GUEST, Greg; BUNCE, Arwen; JOHNSON, Laura. **Quantas entrevistas são suficientes: uma experiência com a saturação dos dados e variabilidade**. Field Methods: Sage, 2006.

GUEDES, Cezar Augusto de M. **Denominaciones territoriales agroalimentares, políticas y gestión social**: Argentina, Brasil y la experiencia española en el contexto europeo. Quito / EC. Universidad Andina Simón Bolívar, 2015

GUIMARÃES, L. D. D.; SANCHEZ, S. B.; DE ARAÚJO, S. D. **Agroecologia como Alternativa de Produção Sustentável para Agricultura Familiar no Município de Seropédica**. In: III Encontro Internacional em Educação Agrícola da UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/EIEA/versao/conteudo/resumos/R72.pdf>. 2009, Acesso em 27 de abril de 2020

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Autogestão de empresas**: Considerações a respeito de um modelo possível. Revista administração de empresas. São Paulo / SP. Vol. 28, nº 02. Abr- jun. 1988

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro – RJ. Editora DP&A, 2006

HABERMAS, J. **Teoria de laacción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987

HABERMAS, Jungen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro/RJ. Tempos brasileiro. 1997.

HABERMAS, Jurgén. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo/SP, Marthins Fontes. 1º Ed. 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro/RJ, Tempo brasileiro, 2º Ed.,2003.

HABERMAS, Jungen. **Verdade e justificação: Ensaio filosóficos**. São Paulo/SP: Editora Loyola. 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**. etc..., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro/RJ, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo I: Racionalidade da ação e racionalização social.** São Paulo/SP: Marthins Fontes, 2012a.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo II.** Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo/SP: Marthins Fontes, 2012b.

HAESBAERT, **Territórios alternativos.** Niterói/RJ: Eduff, Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012.

HASBAERT, Rogério. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre/RS: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, p. 19-36, 2008.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização.** etc, espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In.: CASTRO, IE; GOMES, PC da C.; CORRÊA, RL Geografia: conceitos e temas, Rio de Janeiro / RJ. Editora Bertrand, 2000

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patrícia. **Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay.** Quito / EQU. Revista de Ciências Sociais. Nº. 48, p. 25-40, Janeiro 2014

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo / SP: Companhia das Letras, 26ª edição, 2004.

HOMERO, Vilma. **Mapeamento da Baía de Sepetiba mostra incidência de metais pesados.** Extraído de:<<http://www.faperj.br/?id=2330.2.7>>, acesso em 10 de dezembro de 2018.

HONETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo/SP, editora. 34, 2003.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/RJ. 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente.** IBGE, Rio de Janeiro / RJ, 2º ed, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades,** Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> >, extraído em 08 novembro 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**, Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaguai/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2016>> em 07 de dezembro de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**, Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaguai/pesquisa/24/76693>>, acesso em 7 de novembro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**, Rio de Janeiro, v. 30, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, Rio de Janeiro. 2010

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem populacional**: 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1996**. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017** – dados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados finais Censo Agropecuário de 2017 – Rio de Janeiro**. Disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=33](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=33)>, acesso em 13 de maio de 2020.

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. **Planta da Fazenda Nacional de Santa Cruz**, Departamento de Recursos Fundiários/Divisão de Terras Públicas, 1966

IKEDA JR, Riyuzo. **Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguai – RJ**: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos. (Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento territorial). Programa de Pós Graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ, P.247, 2017

INNERARITY, Daniel. **El nuevo espaço público**. Madri/ESP: Espasa, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Avaliação de impactos ambientais**. IBAMA, Brasília / DF, 2016.

INTÍTUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da ampliação do Porto Sudeste para movimentação de granéis sólidos para 100 mtpa.** (ref. 0129921), 2011.

INSTÍTUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Baía de Sepetiba: fronteira de desenvolvimento e os limites para a construção de alternativas.** Rio de Janeiro – RJ, 2º Edição. Março de 2016.

INSTÍTUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS; REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS – JNT; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Vigilância popular em saúde e ambiente em áreas próximas de complexos siderúrgicos.** Biblioteca do PACS, Rio de Janeiro – RJ. Setembro de 2017.

INSTÍTUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violações de direitos humanos na Siderurgia: o caso TKCSA.** Rio de Janeiro: PACS, 2017

INSTÍTUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Empresas assinam acordo de reparação em pescadores.** Dívida social e ambiental persiste em santa cruz. Biblioteca do PACS. 06 de setembro de 2017. Disponíveis em <<http://pacs.org.br/2017/09/06/empresas-assinam-acordo-de-reparacao-com-pescadores-divida-social-e-ambiental-persiste-em-santa-cruz/>>, acesso em 11 de março de 2020.

INSTÍTUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Notas sobre um laudo pericial anunciado.** 5 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@pacsinstituto/notas-sobre-um-laudo-pericial-anunciado-26fb2957342a>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

INOUE, M. F. M.. **Do outro lado nasce o sol: o trabalho dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH, USP, São Paulo, 2002

INOUE, M. F. M. **A imigração japonesa para o estado do Rio de Janeiro.** In: TELO, A. (Org.) História Fluminense: novos estudos. Niterói / RJ, Ferray, 2012

ITAGUAÍ. **Lei nº 2.318 de 20 de março de 2003.** Que tomba para fins de preservação por seu valor arquitetônico, histórico e cultural, a estrada da independência no distrito de caçador, e dá outras providências. Disponível em: < [http://cpdoc.camaraitaguaí.rj.gov.br/images/leis/2003/Lei%202318%20de%202003.pdf?fbclid=IwAR3tJIXsQ\\_z48U2aSL4N73\\_kUIvMzFfpjz-7uFeYVAV7PXvEXLbZPXc54dc](http://cpdoc.camaraitaguaí.rj.gov.br/images/leis/2003/Lei%202318%20de%202003.pdf?fbclid=IwAR3tJIXsQ_z48U2aSL4N73_kUIvMzFfpjz-7uFeYVAV7PXvEXLbZPXc54dc)>, Acesso em 20 de maio de 2020.

ITAGUAÍ. **Plano Diretor do Município de Itaguaí.** Prefeitura Municipal de Itaguaí. 2008.

ITAGUAÍ. **Decreto nº 3.331,** de 17 de janeiro de 2008.

ITAGUAÍ. Secretaria municipal de educação e cultura. **Coletâneas de nossas memórias - Itaguaí, a cidade do porto.** Itaguaí / RJ, 1º edição. 2010.

ITAGUAÍ. **Lei municipal 2.956**, de 08 de novembro de 2011a.

ITAGUAÍ. **Processo nº 664/11**, mensagem nº 022/2011, 04 de outubro de 2011.

ITAGUAÍ. **Requerimento nº 167/11**, de 09 de junho de 2011.

ITAGUAÍ. **Resolução nº 077/2011**, Cria comissão parlamentar de inquérito da câmara de Itaguaí. 2011c.

ITAGUAÍ, **Processo nº 10234/12**, Convenio que entre si celebram o município de Itaguaí e a LLX sudeste operações portuárias. 11 de novembro de 2011. 2012

ITAGUAÍ. Lei 3.204 de 23 de dezembro de 2013. **Estabelece o abairramento do município de Itaguaí**. 16 de janeiro de 2014.

ITAGUAÍ. **Lei de Zoneamento** – Plano diretor municipal. Jornal Oficial município de Itaguaí. Edição nº 498, ano 08, 15 de junho de 2016.

**ITAGUAÍ terá show de réveillon na orla de Coroa Grande**. Disponível em: <<https://omelhordabaixada.com.br/itaguai-tera-show-de-reveillon-na-orla-de-coroa-grande>>, acesso em: 13 de maio de 2020. Publicado em 26 de dezembro de 2018.

ITAGUAÍ. **Especial Itaguaí em 200 anos**. extraído em <<https://itaguai.rj.gov.br/200anos/imagens.html>>, Acesso em 20 fev. 2020.

JESUS, Luiz de Napoleão. **Carregamento de Banana no Trem**, Ibicuí 04.1947. Extraído de <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/historia.html>>, em 04.02 2019

JESUS, Roseni Santana de. **Etnogênese e identidade étnica enquanto modo de vida na comunidade quilombola de São Braz em Santo Amaro/BA**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB/Bahia. 2013.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Intersetorialidade**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 106-108.

KOHLER, Romualdo; MATURANA, André Vinícius K., COSTA, Luiza G. da. **Moeda Social como instrumento de desenvolvimento local**: Um levantamento das práticas realizadas no território nacional. Editora Appris, Curitiba/PR, 2020.

KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regiões para as IMPI, políticas públicas brasileiras**. In: A abongnas conferencias. CadernoAbong. 2005

KOROSSY, Nathália. **Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável**: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008, p. 56-68

KRAEMER, Carlos Frederico Bom. **Gestão e Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar:** casos no Território Rural da Baía de Ilha Grande – RJ. Tese (Doutor em Políticas públicas comparadas) – Programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ. 2018

KRONEMBERG, Thais Soares; GUEDES, Cezar Augusto Miranda. **Desenvolvimento territorial rural com gestão social:** um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras - MG, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014

KRONEMBERG, Thais Soares. **Gestão Social, Esfera Pública e Desenvolvimento Territorial Rural:** um estudo de casos no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Ciencia Tecnologia e inovação Agropecuária). Programa de pós Graduação em Ciencia, tecnologia e inovação Agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, p. 294, 2015

LEAO XIII. **Atribuições.** Disponível em <<http://www.leaoxiii.rj.gov.br/atribuicoes.asp>>, acesso em; 17 de outubro de 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. 01, UFMG, 1999.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. 3 ed. United Nations Environment Programme, Universidad Nacional Autónoma de México - PNUMA, 2002.

LEITE LOPES. J. S et al. **A ambientalização dos conflitos sociais - Itaguaí:** a tragédia ambiental da baía de Sepetiba. – Rio de Janeiro-RJ. NUAP, Relume Dumará, 2004

LEVI-STRAUSS. **O olhar distanciado.** Lisboa, Editora Edições 70, 2005

LIMA, Gislene. **Complexo siderúrgico da ThyssenKrupp causa danos sociais e ambientais no Rio.** Kooperation Brasilien (KoBra). 5 de novembro de 2008. Disponível em <[http://kooperationbrasilien.org/index.php?Itemid=56&id=363&option=com\\_content&task=view](http://kooperationbrasilien.org/index.php?Itemid=56&id=363&option=com_content&task=view)>. Acesso em 19 de março de 2020.

LIMA, Ana Marina Martins. Debate da PL nº 3.729/2004 e os riscos do Licenciamento Ambiental Abusivo. Disponível em <<https://ambientedomeio.com/2017/05/05/debate-da-pl-n-3-7292004-e-os-riscos-do-licenciamento-ambiental-abusivo/>>, acesso em: 17 de julho de 2019. Publicado em 05 de maio de 2017.

LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetária na era tecnológica:** O caso da proibição da Basiléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª Ed. 2009.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001



LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In.: BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: theory, research and practice**. Revista Essex: Longman Scientific and Technical. p. 62-89, 1994,

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19 ed.- São Paulo: Cortez Editora, 2010

LUBENOW, Jorge Adriano. **Esfera pública e democracia deliberativa em Harbermas**: modelo teórico e discursos críticos. Belo Horizonte/MG. Revista Kriterion, n° 121, Junho, 2010.

LUCENA, Felipe. **#RioDeLixo**: Chorume não tratado pode causar crise ambiental no estado do Rio. Revista diário do Rio, disponível em: <<https://diariodorio.com/riodelixo-chorume-nao-tratado-pode-causar-crise-ambiental-no-estado-do-rio/>>, acesso em 17 de abril de 2020. 16 de maio de 2019

MACEDO, Lucimar Ferraz. **Atuação dos conselhos comunitários no acompanhamento e participação cidadã no plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Itaguaí / RJ**. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em políticas públicas) – Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento territorial e políticas públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ. 2014.

MACEDO, Ferraz de A.; NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento do; VILLELA, lamounierErthal, et all. **Aspectos de Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável com agricultoras**: Uma análise a partir da avaliação do curso de extensão módulo de Política de Assistência Social no meio rural na comunidade de Mazombinha – Itaguaí / RJ. Revista Controle Social e desenvolvimento territorial- CSDT (ISSN 2527-1253), Rio de Janeiro / RJ, 2017

MACHADO, Heloisa Guaracy. **De res publica e de república**: o significado histórico de um conceito. Caderno de história, Belo Horizonte/MG, v. 1, n. 1, p. 7-15, out. 1995

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. In:**Estudos Sociedade e Agricultura**. 15, 53-86, 2000

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Revista Didática, São Paulo/SP, v. 26 e 27, p. 149-158, 1991

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). Londrina/PR: Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Eduel, 2003

MARIANI, Bethania. **O PCB na imprensa**: O imaginário dos comunistas nos jornais. Editora UNICAMP, CAMPINAS / São Paulo, 1998

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público x setor privado. São Paulo/SP, Portfolio-Penguin, 2014.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 5ª ed. 1979.

MARQUES, L. A. B. **O pescador artesanal do sul. Rio de Janeiro:** Instituto Nacional do Folclore, 1980. p.65; p.69-70

MARINHA DO BRASIL. **Marinha lança ao mar o submarino “Riachuelo”, o primeiro do PROSUB.** 14 de dezembro de 2018. Disponível em <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-lanca-ao-mar-o-submarino-riachuelo-o-primeiro-do-prosub>>, acesso em 25 de janeiro de 2019.

MARINHA DO BRASIL. **O PROSUB.** Extraído de: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/institucional>> em 07.07.2018. acesso em 10.07.2018

MARSAL, Nathália. **Agricultores de Itaguaí se fortalecem e passam a ganhar mais com nova cooperativa, dobrando o faturamento.** Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/agricultores-da-itagua-i-se-fortalecem-passam-ganhar-mais-com-nova-cooperativa-dobrando-faturamento-18798221.html>>, acesso em: 17 de maio de 2020, publicado em 04 de março de 2016.

MARTINS, José. **Dilemas das Classes subalternas na idade da razão.** In: Caminhada no chão da noite. HUCITEC, São Paulo / SP, 1989.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. **Visões do desenvolvimento local:** uma análise comparada de experiências brasileiras. Interações, v. 10, n. 2, p. 207-218, 2009

MARX, Karl. **Formações pré-capitalistas**, 9ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Sustainability of agricultures and globalization.** In.: CRISTOIU, Adriana et al. Sustainability of the farming systems: global issues, modelling approaches and policy implications. Institute for Prospective Technological Studies, 2007.

MAZZOLENI, E.M; OLIVEIRA, L.M. **Inovação tecnológica na agricultura orgânica:** estudo de caso da certificação do processamento pós-colheita. Brasília/DF, Revista Economia e Sociologia Rural. Vol. 48, nº03, Jul-Set, 2010

MEDEIROS. Rosa Maria Vieira. Ruralidades: **Novos Significados para o tradicional rural.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Repositório digital – LUME. Rio Grande do Sul / RS, disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157495/001016917.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, acesso em 12 de março de 2019. p. 179-189, 2017.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmicas do espaço agrário:** Velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. Porto Alegre/RS. Evangraf. 2017

MENDES. Luís. **Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal:** uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. São Paulo – SP. Caderno Metropolitano, v. 16, n. 32, pp. 487-511, nov 2014

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Desenvolvimento

Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005

MILANEZ, B.; PORTO, MFS. **Gestão ambiental e siderurgia**: limites e desafios no contexto da globalização. Revista de Gestão Social e Ambiental 3(1): 4-21, 2009

MILANEZ, B; PORTO, MFS; BOSSI, D; CHAMMAS, D. **Chuva de poeira prateada**. Le monde diplomatique. 1 de abril de 2011. Disponível em: <diplomatie.org.br/huva-de-poeira-prateada>, acesso em: 12 de março de 2020.

MILANES, Bruno; SANTOS, R.S. Pereira. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?**. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia / SP, anais.2013

MINAYIO, M.C. **O desafio do conhecimento**. Hucitec-abrasco, Rio de Janeiro / RJ, 1994

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Orientações Gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS**. Brasília / DF, agosto de 2009.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Guia para a construção do Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Brasília / DF, maio de 2016.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial**. Disponível em <<http://portaldosnedets.info/site/nedet>>, acesso em 27 de julho de 2020.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CNDRS/ CONDRAF/NEAD, Brasília / DF. 2003

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE - MMA. **PROAMBIENTE – Programa de desenvolvimento sócio-ambiental de produção familiar rural da Amazônia**. Brasília / DF, 2003.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília / DF. 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 03. Brasília: MDA/SDT, 2005

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Orientações Gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS**. Brasília / DF, agosto de 2009

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Guia para a construção do Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Brasília / DF, maio de 2016.

MIOR, L. C.. **Agricultores Familiares**, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. 1. ed. Chapecó: Editora Argos, 2005. v. 1. 337p .

- MIRANDA, C; TIBURCIO, B (orgs.), **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília-DF. IICA. 2013
- MOREIRA; I. V. D. **Vocabulário básico de meio ambiente**. Rio de Janeiro: Feema/Petrobrás, 1992
- MOREIRA,H.;CALEFFE L.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. DP&A, Rio de Janeiro / RJ, 2006
- MORIN, Edgar. **O Método 2 - A Vida da Vida**. Europa América, 1999
- MORIN, Edgar. **O método 4: As ideias**. 4. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2005
- MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento complexo**. Editora Sulina Porto Alegre, 3º ed., 2007
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Editora Bertrand Brasil Rio de Janeiro, 14º ed. 2010.
- MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabela. **A realidade por trás da Ternium Brasil**. Le monde diplomatique. 21 de novembro de 2018. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/> >, acesso em: 12 de março de 2020.
- MOURA, Maria Suzana de Souza. Gestão participativa. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 74-76
- MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS – MPP. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha do Território: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro**. Olinda / PE. 2011
- MPMG. **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Belo Horizonte / MG, 2012.
- NASCIMENTO, Carlos A. Sarmento; VILELLA, Lamounier Erthal. **Itaguaí, crescimento ou desenvolvimento? Os megaempreendimentos e as mudanças e impactos socioespaciais**. Revista ensaios, v. 01, nº07, 2014.
- NASCIMENTO, C.A.S; ALMEIDA, D. M; CABRAL, L. **Ilha da Madeira – Itaguaí (RJ-Brasil), Um arquipélago em disputa: os megaempreendimentos, Atores Locais e o APL pesqueiro da região**. In: XV Encuentro de geógrafos da América Latina, Havana – Cuba, 2015.
- NASCIMENTO, Carlos A. Sarmento; FRANCISCO Daniel Neto. **A política pública do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do governo federal no município de Itaguaí - RJ, analisado a partir da concepção da gestão social e influenciado pela mudança na economia local**. In: III Seminário de Políticas Públicas. São Carlos / SP, anais. Universidade Federal de São Carlos / SP, 2015

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento. **Uma análise sobre a política pública do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: O caso do município de Itaguaí (RJ).** (Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento territorial). Dissertação, Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas, Programa de Pós Graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, p. 214. 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento; VILLELA, Lamounier Erthal, VIANNA, Márcio Albuquerque, et all. **Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto (S. M/P) – Rio de Janeiro – BR.** In: TENÓRIO, Fernando Guilherme; VILLELA, Lamounier Erthal (org.). Controle social de territórios: teoria e prática, p. 207-236. 2018

NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento do; VIANNA, Márcio de Albuquerque; RAMOS, Diná Andrade Lima; et all. **Questão agrária e questão urbana: vítimas de um só processo.** Revista Brazilian Journal of Development (ISSN: 2525-8761), 2018.

NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento do, VILLELA, L. Erthal, FRANCISCO, D, Neto, MACEDO, L. F. de Andrade. **Território rural e alternativas para o desenvolvimento endógeno a partir de uma perspectiva de gestão social:** análise sobre o caso das Serras do Matoso e do Piloto, Rio de Janeiro –Brasil. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade do Cariri – UFCA, Juazeiro do Norte / CE, 2018

NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento; IKEDA Jr, Riyuzo Ikeda; MELO, **Reterritorialização Dialógica,** Um caminho, Curitiba/PR, 2020, Editora Appris. 2020.

NASCIMENTO, C. A. S.; IKEDA JUNIOR, Ryiuzo; FAGUNDES, J.C; VILLELA, L. E. **O caso da companhia mercantil e industrial INGÁ S/A,** o risco eminente continua. Revista recôncavo – ISSN 2238-2127, 2021. (No prelo)

NASCIMENTO, C. A S.; RAMOS, D. A L; PAULA T. A. S; VILLELA, L. E. **Contaminação, assoreamento, gentrificação e “chuva de prata”: impactos socioambientais do complexo industrial de Santa Cruz-RJ.** Revista Brasileira de Geografia Econômica, ed. 09, número 19, p. 01-15, 2020

NEEPES – Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde; ENSP – escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. **Moradores de Seropédica lutam contra instalação de aterro sanitário.** Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-moradores-de-seropedica-lutam-contra-instalacao-de-aterro-sanitario>>, acesso em: 19 de abril de 2020. 2010

NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica.** Campinas/SP, UNICAMP, 2005. Anais do VISAPPIL – Estudos de Linguagem – UFF, Rio de Janeiro / RJ, nº 1, 2015, p. 354-369

NEERTAM – Núcleo de estudos Economia Regional, Território, Agricultura e Meio Ambiente do Paraíba do Sul. **CTR de Seropédica poderá ter desastre ambiental de grande monta.**

Disponível em: <<https://neertam.eco.br/2018/ctr-de-seropedica-podera-ter-desastre-ambiental-de-grande-monta/>>, acesso em: 20 de abril de 2020. 18 de dezembro de 2018.

NERY, Carmen. Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. Agência IBGE Notícias, disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>>, acesso em 12 e maio de 2020. publicado em 25 de outubro de 2019.

NETO, Marcionilo Euro Carlos; SAAVREDA, Mônica Maria Guimarães. **A imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro: história, colonização e o ensino de japonês.** Anais do VI Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF – Estudos de Linguagem, nº 01, p. 354-369, 2015

NIERDELE, Paulo André. **Política Local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial**, Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife-PE, Editora UFPE, p. 104-134. 2014

NÚCLEOS DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDET. **O NEDET em números.** Disponível em: <<http://portaldosnedets.info/side/nedet>> acesso em: 13 de julho, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo/SP: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Editora Pontes, Campinas/SP, 1999

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura.** Editora Brasiliense. São Paulo / SP. 1994

PAZ, Milaysa de Oliveria Cabral. **Território, conflitos e pesca artesanal: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira – Itaguaí (2010 - 2015).** (Mestre em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, p. 107, 2018

PELLEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Márcio. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.** Revistas Estudos, Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro / RJ, Ano 17 volume 02, 2013

PEREIRA, J. R.; CANCELADO, A. C. **Gestão Social de Cooperativas.** Curitiba: Appris, 2018.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão social de políticas públicas no contexto das relações entre estado e sociedade moderna. In: PEREIRA, J. R. (Org.). **Gestão social de políticas públicas.** Lavras: UFLA. 2011. p. 17-34,

PEREIRA, V. A.; LIMA, M. G. S. B. L. **A pesquisa etnográfica: construções metodológicas de uma investigação.** PPGED - UFP. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT\\_02\\_15\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT_02_15_2010.pdf)>, acesso em 22 de novembro de 2019. 2010

PEREIRA, Gardênia T. Jardim; SANTOS, Patrícia S. Gomes. **Antropologia e método etnográfico**: uma contribuição para a compreensão das culturas. Revista Temática, NAMID – UFPB, Out., 2015.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. Brasiliense, 2017

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG)**. Revista Ciências Humanas, v. 10, n. 2, 2017.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Expressão popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira; CASTRO, Elza Maria Neffa; GUIMARÃES; Mauro. **O território de Itaguaí/RJ como uma zona de sacrifício**: Uma análise dos conflitos socioambientais à luz da educação ambiental crítica e da justiça ambiental. Encontro Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA VIII, Rio de Janeiro – RJ, 19 a 22 de julho de 2015

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL- PTDRS. **Território da cidadania zona sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas/RS. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL- PTDRS. **Propostas de políticas públicas para o território sul de Roraima**. Rorainópolis/RR, MDA, 2010

PLATONOW, Vladimir. **Pesquisador alerta para problemas de saúde causados por novo aterro sanitário em Seropédica**. Revista Agência Brasil. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/pesquisador-alerta-para-problemas-de-saude-causados-por-novo-aterro>>, acesso em: 17 de abril de 2020. 17 de fevereiro de 2013

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. **O Tribunal de Contas do Município (TCM) está alertando autoridades para o risco de grave acidente ambiental decorrente de um possível vazamento de chorume no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Rio de Janeiro – CTR-RIO**. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/vazamento-chorume-tratamento-residuos/>>, acesso em 17 de abril de 2020. 03 de maio de 2019.

PORTO SUDESTE. **Somos o Porto Sudeste**. Disponível em <<https://www.portosudeste.com/>>, acesso em 25 de janeiro de 2019.

POCHMANN, Márcio. **Políticas Públicas e situação social na primeira década do século XXI**. In: SADER, Emir. Lula e Dilma, 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Editora Boitempo, São Paulo / SP, FLACSO Brasil, p. 145-156, 2013.

PREFEITURA DE SEROPÉDICA. Histórico. Extraído de: <<http://www.seropedica.rj.gov.br/a-cidade/historia/>>, acesso em 04.02.2019

QUAINO, Lilian. Lixo do Rio em Seropédica divide opiniões. Jornal G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-mais-limpo/noticia/2012/04/lixo-do-rio-em-seropedica-divide-opinioes.html>>, acesso em: 17 de abril de 2020. 16 de abril de 2012

QUINTELA, Sandra; STRAUTMAN, Gabriel. Quem vai pagar a dívida financeira e social da CSA?. Revista Brasil de Fato, Rio de Janeiro – RJ, 25 de agosto de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/25/artigo-or-quem-vai-pagar-a-divida-financiera-e-social-da-csa/>>, acesso em 25 de janeiro de 2019.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ; Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso:** aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Revista ALEA VOLUME 7, NÚMERO 2, JULHO – DEZEMBRO, p. 305-322,2005

RADOMSKY, Guilherme F.W. CONTERATO, Marcelo; SCHNEIDER; Sergio Antônio. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais.** Porto Alegre /RS. Editora UFRGS, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo / SP. Ática. 1993

RAYNAUT, Claude. **A Gênese da abordagem territorial e participativa de desenvolvimento rural:** Raízes conceituais e experiências internacionais. in: Cavalcanti, J.S.B. et al. (orgs.), Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife/PE, Editora UFPE, p. 56-69, 2014.

RAMOS, Diná Andrade Lima. **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ:** Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores. 2019, Tese (Doutor em Políticas públicas comparadas) – Programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação agropecuária., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ, 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro/RJ. Fundação Getúlio Vargas, 1989

REBOLLO, Mário Guilherme. **A Contabilidade como Geradora de Informações sobre o Meio Ambiente.** Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro/ RJ, n.º 09, p. 33-38, ago-out, 2000

REGALADO, P. F., TIMBÓ, C. S., ROIZMAN, M. B., BARBOSA, P. M. S, FARIA, R. S. V. **Marcas coletivas:** onde estamos e para onde queremos ir? In: V Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2012. 1 CD-ROM

REIS, Breno Maciel Souza. **Pensando o espaço,** o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: Perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. Revista Contemporânea, n.º 21, ano 11, vol. 1, p. 136 – 148, 2013.



REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL. **Dicionário de Sociologia**: associação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1º edição, 2010

RIGO, Ariádne Scalfoni. Autogestão. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 21-23..

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ; Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Revista ALEA VOLUME 7, NÚMERO 2, JULHO – DEZEMBRO, p. 305-322,2005

RODRÍGUEZ, A; SUGRANYES. A (orgs.). **Los con techo**: un desafío para la política, de vivienda social, Santiago, Sur profesionales, 2005

RUA, João. A **resignificação do rural e as relações cidade-campo**: uma contribuição geográfica. Revista Angepe, Fortaleza/CE, n. 2, p. 45-66, 2005

RUA. Maria da Graças. **Análise do políticas públicas; conceitos básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Isabel. O estudo da Política: temas seleccionados. Brasília/DF, Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Departamento de ciências da Administração. Santa Catarina/SC, UFSC. 2ª ed. 2012.

SABIRON, F. e ARRAIZ, A. **El trabajo de campo en investigación etnográfica**: dilemas en una paradójica vertebración multirreferencial. Revista Europea de Etnografía da Educação. 4ed., p. 11 – 25, 2005

SABOURIN, Eric. **Desenvolvimento dos territórios rurais**: Conceitos, controvérsias e experiências In: Sabourin Eric (ed.), Teixeira Olivio Alberto (ed.). Brasília/DF: EMBRAPA, p. 21-37, 2002.

SACHS. Inácio. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo/ SP, Editora Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2008.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma / (org.). São Paulo/SP: Editora Boitempo. 2013

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**.. São Paulo/SP, Marthins Fontes, 10 ed., 2001

SAMBORSKI, T. Ruralidade e Sociedade em rede. Revista Exitus , v. VI, p. 199-210, 2016.

SAMPAIO JR., Plínio A. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo**: tragédia e farsa. Revista *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, pp. 672-688. 2012

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto Ambiental**: conceitos e métodos. Oficina de textos, São Paulo/SP, 2006.

SANTA LUZIA, **Quem Somos**. Disponível em: <[http://gruposantaluzia.com.br/ Mineracao/](http://gruposantaluzia.com.br/Mineracao/)>, acesso em: 20 de abril de 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Editora Cortez, São Paulo / SP, cap. 01, pag. 22 – 83, 2007.

SANTOS, Milton A. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis/RJ, editora Vozes, 1979

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo/ SP, EDUSP, 2008

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Processos de globalização**. In: SANTOS, B. S. (Org.). A globalização e as ciências sociais. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.31-106.

SANTOS, Joana Farias; OLIVEIRA, Scheweyka Stanley; VALCARCEL, Ricardo. **Caracterização da dinâmica de restauração natural em ecossistema perturbado de evolução de fragmento floresta da Mata Atlântica na Ilha da Madeira – RJ**. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, departamento de ciências ambientais, Seropédica /RJ. Apresentação de pôster. 2009.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M.; SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237-254.

SAQUET, Marcos Aurélio; ALVES, Adilson Francelino. **Experiências de desenvolvimento territorial em confronto**. revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr, 2014

SAUER, Carl. **Morfologia da paisagem**. 1925. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro/RJ. UERJ, 1998

SCHADEN, Egon . **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972

SAUSEN, Jorge Oneide. **Mudança e adaptação estratégica no contexto da competitividade e do desenvolvimento regional**. In: Fernando Guilherme Tenório. (Org.). Gestão social e gestão estratégica - Experiências em desenvolvimento territorial. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, v. 2, p. 237-369.

SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO – SEAPA. **Programa frutificar:** Vigência 2020 – 2023. Disponível em <[http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar\\_prog.asp](http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar_prog.asp)>, acesso em 17 de outubro de 2020

SECRETARIA DE AMBIENTE E AGRONEGÓCIOS DE SEROPÉDICA – SEMAMA. **Fiscalização Ambiental da Empresa Cilus Ambiental do Brasil S.A.** Seropédica / RJ, 17 de março de 2020.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, CONDRAF, Brasília / DF, 2005.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. **Boas práticas territoriais.** II Salão Nacional dos territórios rurais – Territórios da Cidadania em foco. Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília / DF, 2010.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO BAHIA – SEPLAN. **PTDSS – Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo** – PTDRSS. Consultoria Técnica – SECUT- Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/ IFbaiano – Instituto Federal de educação, Ciência e tecnologia, Bahia / BA, 2016

SCHMIDT. Selma. **No topo do ranking da Firjan, Itaguaí falha na infraestrutura.** Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/clipping/download/11.pdf>> Acesso em 14 de junho de 2018.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Social e Pluriatividade.** 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em: 04 de dez. 2019

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ. **Plano de desenvolvimento rural sustentável - PDRSS, 2012-2015.** Fortaleza / CE. Governo do Estado do Ceará, 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT, Disponível em: <[www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação)> extraído em 13 de julho de 2020.

SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO – SEAPA. **Programa frutificar:** Vigência 2020 – 2023. Disponível em <[http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar\\_prog.asp](http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar_prog.asp)>, acesso em 17 de outubro de 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo/SP, Cia. das letras, 2000

SEPÚLVEDA, Sérgio; DUNCAN, Marcelo, **Gestion de desarrollo sostenible em territórios rurales.** San José / Costa Rica, IICA, 2003

SERAFIM, Maurício Custódio. **Capital social.** In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 31-34

SEROPÉDICA (cidade). **Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Seropédica**. Lei 328/062008. Disponível em <<http://www.seropedicaonline.com/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em 17 dezembro de 2019.

SERVA, Maurício. **A Racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa**. São Paulo/SP. Revista Administração de empresas, vol. 37, nº02, Abril – Junho, 1997

SHIKADA, Akioishi. et al. **História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro / RJ, 2008

SICSÚ, João; PAULA; Luiz Fernando; MICHEL; Renaury. **Por que do novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4, pp. 507-524 outubro-dezembro/2007

SILVA, Anelino Francisco. **A pesca artesanal como arte e como significado cultural: O caso Potiguar**. revista ACTA Geográfica, Boa Vista/RR, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez, 2010.

SILVA, G.; COCCO, G. **Questões de governança da Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PoD, Rio de Janeiro – RJ, 2010

SILVIA, J.G. **O Novo Rural Brasileiro**. Belo Horizonte. 1997. Disponível em:<[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)> Acesso em: 13 de dezembro de 2019

SILVA, Edilma Fernandes; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Lins; JUNIOR, Edmilson Lopes. **Características socioeconômicas e culturais de comunidades litorâneas brasileiras: um estudo de caso – Timbau do Norte– RN**. Boletim Técnico Científico – CEPENE, Tamandaré / PE, v. 19, n. 1, p. 69-81, 2013

SILVA, Elisa Coppedê; MARGUERON, Claudio. **Estudo Ambiental de uma Pedreira de Rocha Ornamental no Município de Santo Antônio de Pádua – Rio de Janeiro**, Anuário do instituto de Geociências da universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Vol. 25, p. 151-171, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões Afro-brasileiras**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2000

SILVEIRA, Laureana C. Palhano. **Introdução ao problema ambiental**. In: Gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental. TENÓRIO, G. Fernando; VALLE, Rogério (org.). Rio de Janeiro / RJ, editora FGV, 2018.

SILVESTRO, M. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília/DF, Nead/MDA, 2001

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e Sociedade na baixada Fluminense**. Mesquita/RJ: Editora Entorno, 2011.

SINGER, P. **Economia Solidária**. Revista estudos avançados vol. 22, nº 62, São Paulo / SP, p. 289 a 314, Jan – abr, 2008

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle Social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na constituição de 1988.** Saraiva, São Paulo/SP, 2ª ed. 2009.

SMITH, N. **Uneven development: nature, capital and the production of space.** Oxford/ING, Blackwell, 1988.

SOARES, J.L. de O. e TOLENTINO, J. **Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “a bomba de Itaguaí”.** In: ACSELRAD, H. (org). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004

SOUZA, Marcelo J. L. de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. Geografia: Conceitos e Temas. 15ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”:** a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. Cidades, Presidente Prudente/SP: v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL – STF. **A AÇÃO CAUTELAR 4.100 RIO DE JANEIRO.** Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=308980404&ext=.pdf> >, acesso em: 21 de dezembro de 2019. 24/08/2001

TENÓRIO, Fernando G; SARAIVA, H.J. Esforços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P E; PIERANTI, O.P. **Estado e gestão pública: Visões do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2. Ed, 2006

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão Social: Uma perspectiva conceitual.** Rio de Janeiro/RJ, Revista RAP, 5º ano. Set/Out. p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania e desenvolvimento local.** 1º ed. Ijuí / RS. Unijui, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). **Cidadania e desenvolvimento local: Critérios e análises.** Rio de Janeiro/RJ: FGV, 1º Ed. 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Gestão Social e gestão estratégica.** Rio de Janeiro/RJ: FGV, 1º Ed, 2013.

TENÓRIO, Fernando G; KRONEMBERG, Tatiana S. **Gestão Social e conselhos gestores.** 1º Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2016

TESCHE, Rubens W.; MACHADO, João Armando D. **A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar.** Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul / RS, n36, p.7-37, jul./dez. 2012

THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento científico e tecnológico e território no Brasil.** Chapecó / SC, Argos, 2015

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Saturação em pesquisa qualitativa: Estimativa Empírica do Questionamento.** Revista PMKT. São Paulo. 2º ano. Vol 3º, Set. p. 20-27, 2009.

THUSWOHL, Maurício. Morte anunciada de uma triste baía. Revista do Brasil. Ed.34, 04 de abril de 2013, disponível em < <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2013/04/morte-anunciada-de-uma-triste-baia/> >, acesso em 07 de abril de 2020.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo / SP. EDUSP, 1996.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ. **Processo:0012039-94.2017.8.19.0024**, de 29 de maio de 2019.

TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano**. Revista veredas do direito, Belo Horizonte/MG, v.12, n.23, p.313-335, Jan-Jun, 2015.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul / Rs. Educs, 1ª ed. 2009.

TOZONI-REIS; Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. IESDE Brasil, Curitiba/PR, 2º ed., 2009

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. – UNACOOOP. **Diagnóstico territorial**. Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro. Convenio SDT – MDA. Rio de Janeiro / RJ. Novembro 2011.

VAINER, C. B. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR. Ano XV, Nº 2, Ago-Dez 2001. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ/IPPUR, 2001.

VAINER, C.; OLIVEIRA, FABRÍCIO, L; LIMA JUNIOR, PEDRO, N. **Notas Metodológicas Sobre a Análise de Grandes Projetos Urbanos**. Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte/ Fabrício Leal de Oliveira (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SOBRINHO, Mario Vasconcellos. **Gestão ambiental**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 71-73.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de estratégia de desenvolvimento**. Brasília/DF. NEAD-MDA, 2001.

VEREDAS estudos e Execuções de Projetos. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTR Santa Rosa, Ciclus S/A**. disponível em:<[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea\\_imagens/downloads/rima/RIMA\\_CTR\\_SantaRosa.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/rima/RIMA_CTR_SantaRosa.pdf)> , acesso em 20 de abril de 2020, 2007

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **A agricultura familiar em Seropédica-RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária**. 2017, Tese (Doutor em Políticas públicas comparadas) – Programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação agropecuária., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ, 2017.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. **Desigualdades ambiental e “Zonas de sacrifício”**. Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná – Faneesp, Disponível em<[https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade\\_ambiental\\_zonas\\_sacrificio.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade_ambiental_zonas_sacrificio.pdf)>, acesso em 06 de maio de 2020, 2016.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZZELA, Ademir; CERDAN, Claire; CARRÍERE, Jean Paul. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Florianópolis/SC, Editora Secco, APED, 2010

VIEIRA, Ricardo; VIEIRA, Ana. **Entrando no interior da escola: etnografia e entrevistas etnográficas**. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro/RJ, v. 13, n. 26, jan – abr, 2018

VILLELA, L. E. Escopo Metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 35-49.

VILLELA, Lamounier Erthal. GUEDEZ, Cezar Augusto Miranda; SANTANA, Jeferson Simões; BRITO, Eduardo de Belford R. de. **Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ.Ijuí/RS, Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 10, n. 21, 2012, p. 119-145.

VILLELA, Lamounier Erthal; GUEDES, Carlos Augusto Miranda; VIDAL, Marcelo; IKEDA JUNIOR, Ryiuzo. **Diferentes modelos de crescimento em Itaguaí-RJ, Brasil e Província de Imbabura, Equador**. Revista desenvolvimento em questão, v. 16, p. 72, 2017.

WANDERLEY, Maria N. B. **Que territórios, que agricultores, que ruralidades?.** In: Cavalcanti, J.S.B. et al. (orgs.), Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife/RJ, Editora UFPE, p. 337-353, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema mundial moderno**. A agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Editora Afrotamento, Porto/POR. 1990.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias políticoepistémicas de refundar el Estado**. Revista Tabula Rasa, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Colômbia, nº 9, jul-dez, p. 131-152, 2008.

WAGNER, Alfredo. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais em uso comum**. in: BRASIL. Ministério de desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil Rural em debate. DELGADO, Nelson Giordano (Org.). Brasília/DF. CONDRAF/MDA, 2010

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo/SP. Coleção os pensadores, abril. 1979.

WEISSHEIMER, Marco. **‘Pacote do veneno’ já está sendo aplicado antes de ser votado, diz deputado do RS**. Revista Brasil de Fato. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/07/pacote-do-veneno-ja-esta-sendo-aplicado-antes-de-ser-votado-diz-deputado-do-rs> >, acesso em 17 de junho de 2019. Publicado em 07 de maio de 2019.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **de sertão à zona industrial**. Revista Ágora, Vitória/ES, n. 17, p. 13-31,2013

WILDAVSKY, A., **Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis**. Boston/EUA, Little Brown, 1979.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman, São Paulo/SP, 2001

ZIMMERMANN, S. A., GRISA, C., TECCIPIO, A., LEITE, S. P., BONNAL, A., CAZELLA, A. A., DELGADO, N. G.; MALUF, R, J, & MATTEI, L. ZIMMERMANN, S. A (et al.). **Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. *Revista de geografia agrária*. V. 9, nº 17, p. 540-573, 2014



## 11. APENDICE

a. Resultados (numéricos e de porcentagem) das entrevistas semiestruturadas aplicadas para está tese (outubro – novembro de 2020).

| <b>RESULTADO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA</b>   |                 |                   |
|--|-----------------|-------------------|
| <b>PERGUNTAS</b>   |                 |                   |
| <b>1. Qual comunidade você mora e/ou exerce suas atividades normalmente?</b>   | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
| Mazomba/Mazombinha   | 6               | 15,38%            |
| Raiz da Serra / Matoso/Santa Sofia   | 6               | 15,38%            |
| Agrovila Chaperó   | 6               | 15,38%            |
| Piranema / Estrada de Santa Rosa   | 5               | 12,82%            |
| Rio da Guarda / Santana / Valão dos Bois   | 5               | 12,82%            |
| Coroa Grande / Vila Geny   | 5               | 12,82%            |
| Ilha da Madeira / Brisamar   | 6               | 15,38%            |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>  | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |
| <b>2. Em sua opinião, existem práticas da agricultura familiar ou da pescar artesanal de maneira sustentável na localidade onde você vive e/ou exerce suas atividades?</b>   | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
| Sim  | 14              | 35,90%            |
| Não  | 14              | 35,90%            |
| Não gostaria de opinar   | 11              | 28,21%            |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>  | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |
| <b>3. Em sua opinião, ocorreram/ocorrem conflitos e/ou poluições ambientais, nas duas últimas décadas, devido a chegada de novas indústrias na região?</b>   | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
| Sim  | 32              | 82,05%            |
| Não  | 3               | 7,69%             |
| Não gostaria de opinar   | 4               | 10,26%            |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>  | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |
| <b>3.1 Se SIM para a pergunta três (3): Você acredita que alguma(s) das empresas citadas abaixo tem relação direta ou indiretamente com os conflitos/poluições ambientais na região? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
| CSA  | 30              | 93,75%            |
| Gerdau   | 27              | 84,38%            |

|   |           |             |
|---|-----------|-------------|
| Casa da Moeda   | 23        | 71,88%      |
| FIOCRUZ   | 6         | 18,75%      |
| Porto de Itaguaí  | 30        | 93,75%      |
| PROSUB  | 26        | 81,25%      |
| Porto Sudeste   | 30        | 93,75%      |
| Pedreiras   | 26        | 81,25%      |
| CTR   | 27        | 84,38%      |
| Areais  | 24        | 75,00%      |
| Outros  | 5         | 15,63%      |
| Não gostaria de opinar  | 2         | 6,25%       |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS (a partir das respostas SIM da pergunta três (3))</b> | <b>32</b> | <b>100%</b> |

| <b>3.2 Se SIM para a pergunta três (3): Quais impactos/poluições ambientais você acredita que mais afetam atualmente a localidade que você vive ou trabalha? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|--|-----------------|-------------------|
| Poluição dos rios e mares  | 25              | 78,13%            |
| Poluição do ar   | 25              | 78,13%            |
| Poluição do solo   | 25              | 78,13%            |
| Poluição visual  | 17              | 53,13%            |
| Poluição Sonora  | 9               | 28,13%            |
| Aumento exagerado do número de pessoas em uma mesma região   | 22              | 68,75%            |
| Pessoas expulsas de suas casas e/ou de suas atividades de trabalho   | 16              | 50,00%            |
| Não reconhece mais o lugar onde nasceu ou foi criado, pois mudou muito a paisagem, as tradições, etc   | 23              | 71,88%            |
| Outros   | 0               | 0,00%             |
| Não gostaria de opinar   | 2               | 6,25%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS (a partir das respostas SIM da pergunta três (3))</b>  | <b>32</b>       | <b>100%</b>       |

| <b>4. Você recebe atualmente algum tipo de apoio ou auxílio governamental (município, estado ou federal), para o desenvolvimento de suas atividades rurais?</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Sim   | 3               | 7,69%             |
| Não   | 36              | 92,31%            |
| Não gostaria de opinar  | 0               | 0,00%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>   | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |

| <b>4.1 Se respondeu SIM para a pergunta quatro (4): Poderia citar qual tipo de ajuda recebe para o desenvolvimento de suas atividades rurais? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Auxílio em dinheiro   | 2               | 5,56%             |
| auxílio técnico   | 2               | 5,56%             |
| Auxílio para compra de produtos ou maquinário   | 2               | 5,56%             |
| Acesso ao PNAE  | 0               | 0,00%             |
| Outro   | 0               | 0,00%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS (a partir das respostas SIM da pergunta quatro (4))</b>   | <b>3</b>        | <b>100%</b>       |

| <b>5. Você participa atualmente de alguma associação, cooperativa, conselho, ou entidade similar?</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Sim   | 12              | 30,77%            |
| Não   | 27              | 69,23%            |
| Não gostaria de opinar  | 0               | 0,00%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>   | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |

| <b>6. Em sua opinião, os governos (município, estado ou governo federal), poderiam desenvolver ou estimular propostas visando a melhorariam das atividades de trabalho rural em sua região?</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Sim   | 38              | 97,44%            |
| Não   | 0               | 0,00%             |
| Não gostaria de opinar  | 1               | 2,56%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>   | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |

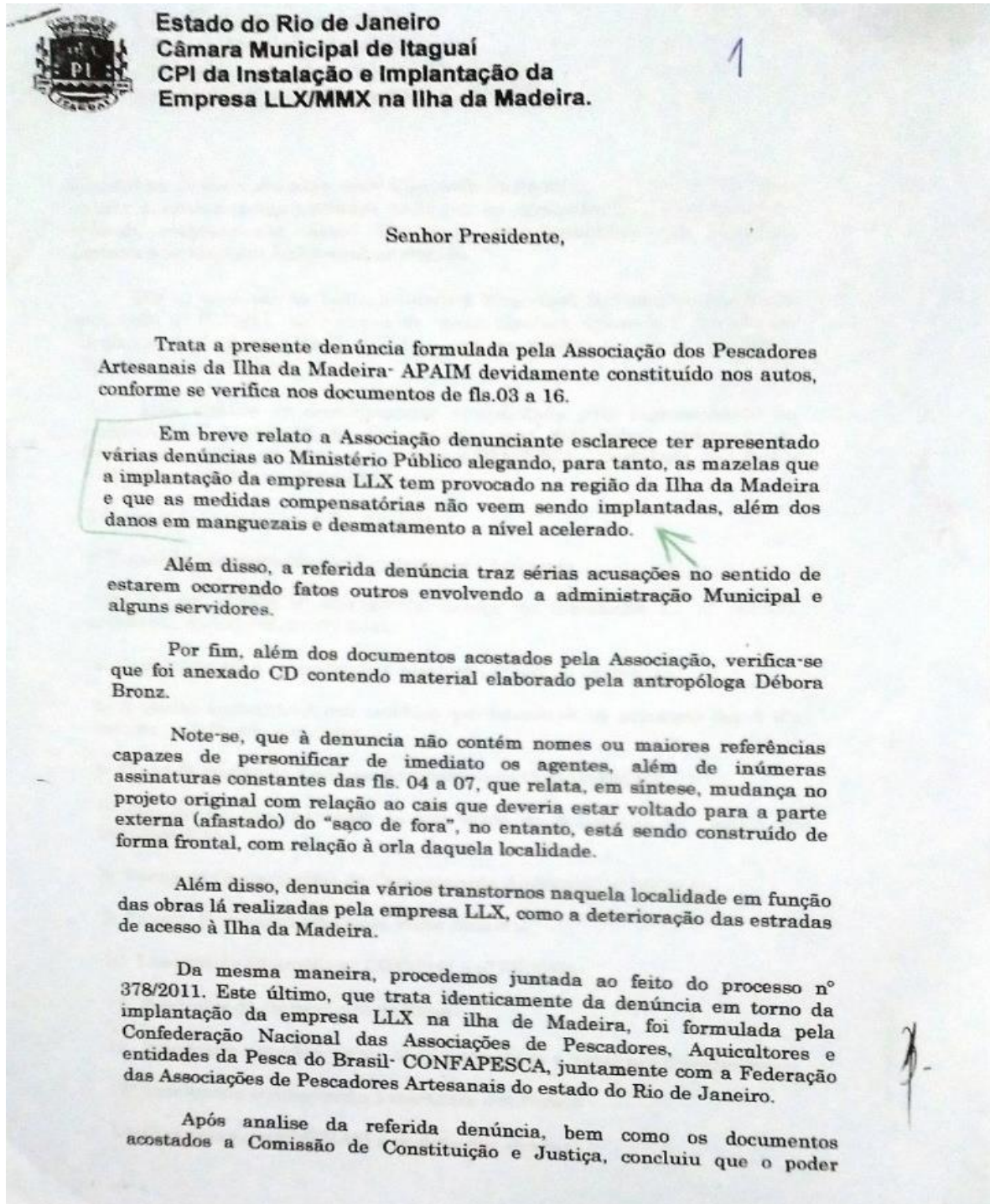
| <b>6.1 Se SIM para pergunta seis (6): Você concordaria com alguma(s) da(s) opção(es) abaixo? (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|--|-----------------|-------------------|
| galpão/armazém coletivo  | 32              | 84,21%            |
| feira local/ municipal permanente  | 31              | 81,58%            |
| Transporte coletivos   | 25              | 65,79%            |
| Associação/cooperativa   | 27              | 71,05%            |
| Cozinha ind. coletiva  | 27              | 71,05%            |
| Rede de troca de produtos  | 27              | 71,05%            |
| Oferecer cursos, próximo a comunidade  | 30              | 78,95%            |
| Outro  | 0               | 0,00%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>  | <b>38</b>       | <b>100%</b>       |

| <b>7. Você acredita que no futuro (aproximadamente 10 (dez) anos), será possível continuar as atividades de trabalho rural na sua comunidade?</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Sim   | 8               | 20,51%            |
| Não   | 29              | 74,36%            |
| Não gostaria de informar  | 2               | 5,13%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>   | <b>39</b>       | <b>100%</b>       |

| <b>7.1 Se a resposta for NÃO para a pergunta sete (7), marque as opções abaixo que você acredita que mais dificultam a continuação das atividades rurais na sua comunidade. (PODE MARCAR QUANTAS OPÇÕES QUISER)</b> | <b>Nº TOTAL</b> | <b>VALOR EM %</b> |
|---|-----------------|-------------------|
| Falta de apoio público (municipal, estadual ou federal)   | 22              | 75,86%            |
| desinteresse de continuar no ramo, principalmente dos mais jovens   | 19              | 65,52%            |
| Falta de reconhecimento da profissão  | 22              | 75,86%            |
| baixo retorno financeiro  | 18              | 62,07%            |
| outros  | 0               | 0,00%             |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTAS VÁLIDAS</b>   | <b>29</b>       | <b>100%</b>       |

## 12. ANEXOS

a) Juntada resumida da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI / Itaguaí, denúncias sociedade civil junto executivo municipal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – RJ e abertura de audiência pública sobre as ações da então MMX – LLX (grupo X) – Atual Porto Sudeste S/A





**Câmara Municipal de Itaguaí**  
**CPI da Instalação e Implantação da**  
**Empresa LLX/MMX na Ilha da Madeira.**

2

Legislativo deveria instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades ocorridas na implantação e Instalação da referida empresa em nosso Município, principalmente nas questões inerentes ao impacto Ambiental produzido.

Em 16 de junho de 2011, a Câmara Municipal de Itaguaí através da resolução n° 07/2011, de autoria da mesa diretora aprovou a criação da Comissão parlamentar de Inquérito e por intermédio do ato n° 267/2011, designou seus membros.

Após análise da documentação apresentada pelo representante da empresa LLX, composta de oito volumes com 500 folhas cada (somente frente) em média, complementada com o EIA-RIMA, concluímos que foram atendidos os seguintes requisitos:

- 1- Licença de instalação n° IN 000491;
- 2- Termo de Compromisso de Compensação Ambiental;
- 3- Averbação, AVB n° 001126 da licença de instalação LI n° 000491, publicada no DO DE 23.03.2011;
- 4- Condicionante 4, atendendo à resolução n° 307 do CONAMA;
- 5- A gestão sustentável dos resíduos que baseou-se no princípio dos 3 R's, reduzir, reutilizar e reciclar;
- 6- Plano de gestão de Resíduos da Construção Civil.(PGRCC);
- 7- Estudos de Detalhamento da Qualidade do Sedimento na ÁREA DE DRAGAGEM;
- 8- Termo de Compromisso de Compensação Ambiental n° 06/2009;
- 9- Projeto de reposição florestal Porto Sudeste;
- 10- Licenças de Operação n° IN000246 e n° IN00491;
- 11- Relatórios de transplante de Flora;
- 12- Atendendo a condicionante n° 16 apresentou o Aviso aos navegantes;
- 13- Apresentou comunicação à capitania dos Portos;
- 14- Comunicou ao SISTRAM a posição das Dragas;



Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Itaguaí  
CPI da Instalação e Implantação da  
Empresa LLX/MMX na Ilha da Madeira.

3

15- Instalação e manutenção de duas estações de monitoramento contínuo da qualidade do ar meteorologia;

16- Programa de saúde do trabalhador e da população;

17- Programa de geração e renda;

18- Programa de relocação e apoio a população atingida;

19- Controle de emissão de ruídos;

20- Licença de instalação e certidão de zoneamento nº 2608/2007;

21- Programa de Monitoramento de Manguezal;

22- Prospecção arqueológica (após aprovação do IPHAN), em relação a movimentação de terras;

23- Monitoramento da qualidade da água e do sedimento;

24- Monitoramento Ambiental das Comunidades Aquáticas;

25- Monitoramento da dragagem e da área do CDF.

Diante desse quadro verifica-se que as licenças necessárias dos órgãos competentes foram devidamente expedidas e as condicionantes apresentadas foram analisadas pelo INEA-Diretoria de Licenciamento dando sua aprovação ao empreendimento e também os órgãos municipais competentes.

Estamos diante de um quadro de extrema seriedade onde, se verifica um grande desenvolvimento do nosso Município e do Estado do Rio de Janeiro, um empreendimento que está gerando uma quantidade enorme de empregos em nossa região, sem falar do investimento de milhões de dólares, trazendo benefícios diretos e indiretos.

No que tange a empresa TKCSA, entendemos que devemos extrair peças do presente feito e remetê-las à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Desta forma, opino pela não procedência das denúncias ante todo o apurado através dos documentos apresentados, bem como o que se pode apurar *in loco*, quando das diligências realizadas.

Por oportuno, vale frisar que a CPI em esfera municipal tem como *raio de ação* restrito no que tange a sua competência, cabendo, neste sentido



Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Itaguaí  
CPI da Instalação e Implantação da  
Empresa LLX/MMX na Ilha da Madeira.

4

o encaminhamento do presente relatório para o Denunciante para que proceda às providências que julgar necessárias e para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, esta sim, com poder investigatório mais amplo contando, inclusive, com pessoal técnico qualificado para tanto.

Ademais, entendemos que devam ser acompanhadas as audiências públicas referentes à empresa LLX/MMX, juntamente com a sociedade civil, a respeito da ampliação do porto sudeste para movimentação de graneis sólidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
LUIS ROBERTO JESUS  
RELATOR





4.1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

que comprovam a ocorrência de fatos de natureza grave, inclusive já noticiados ao Ministério Público.

Além daquelas formuladas por CARLOS ALMIR BELOTTI, AMAURI QUIRINO E PAULO ROBERTO DA CONCEIÇÃO VIANA, nos autos do processo nº 352/2011 e, pela Confederação Nacional das Federações de Associações de Pescadores, Aquicultores e entidades da Pesca do Brasil – CONFAPESCA-BR, juntamente com a Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro, este último, representando 122 filiadas no Estado do Rio de Janeiro, estes nos autos do processo nº 378/2011, ambos em anexo.

Além disso, a primeira denunciante acostou aos autos mídia digital contendo material elaborado pela antropóloga DEBORAH BRONZ que descreve sem personificar os agentes, fatos que ao nosso juízo, guardam estreita relação com o ocorrido em Itaguaí.

Sobreleva ressaltar que a partir da análise de várias outras fontes pudemos reunir elementos que nos conduzem a uma real suspeição de estreita relação para-institucional entre a municipalidade e a empresa LLX.

Notadamente, após simples análise dos elementos já reunidos pelo Legislativo Municipal, verifica-se a existência de robustos elementos que dão suporte a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ademais, salientamos que após a instalação da referida CPI, seria bom alvitre disponibilizar ao Ministério Público assento próprio, para lhe facultar a efetiva participação nos trabalhos.

Em espécie apesar de existir procedimentos judiciais em regular tramitação, não há qualquer impedimento para que se proceda a apuração por parte do Legislativo em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito, por conta, do princípio constitucional da independência dos poderes. Sendo certo, que as medidas expendidas em sede de CPI são de natureza administrativa.



5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E NÓS PROMULGAMOS A SEGUINTE RESOLUÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 007/2011**

**CRIA COMISSÃO PARLAMENTAR  
DE INQUÉRITO DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**

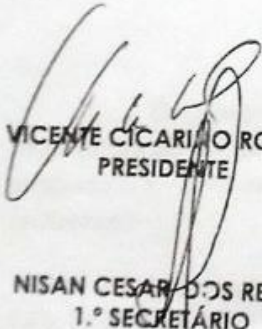
A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições legais,  
**RESOLVE:**

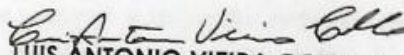
**Art. 1º** - Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal de Itaguaí, de acordo com o Artigo 103 e seus §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí.

**Art. 2º** - A Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da presente Resolução, será composta por 05 (cinco) membros, sendo 3 (três) titulares e 2 (dois) suplentes, para no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), apure supostas irregularidade em torno da implantação do empresa LLX Sudeste Operações Portuárias (LLX Logística) ou firma que a sucedeu, na localidade da Ilha da Madeira.

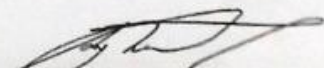
**Art. 3º** - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itaguaí, 16 de Junho de 2011.

  
VICENTE CÍCARIO ROCHA  
PRESIDENTE

  
LUÍS ANTÔNIO VIEIRA COELHO  
VICEPRESIDENTE

NISAN CESAR DOS REIS SANTOS  
1.º SECRETÁRIO

  
LUÍS ROBERTO JESUS  
2.º SECRETÁRIO

Autoria: Mesa Diretora



5.1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REQUERIMENTO nº 367/11

Senhor Presidente,

Os Vereadores infra-assinados, amparados no que dispõe o art. 52, XVIII c/c art. 66, § 4º da Lei Orgânica Municipal, bem como, o art. 1º, Parágrafo único da Lei Federal nº 1.579/52, REQUEREM seja constituída **Comissão Parlamentar de Inquérito**, composta por 05 (cinco) membros, sendo 3 (três) titulares e 2 (suplentes), para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 103, § 3º do Regimento Interno, para apurar a ocorrência de supostas irregularidades em torno da implantação e instalação da empresa LLX Sudeste Operações Portuárias (LLX Logística), na localidade denominada Ilha da Madeira.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2011.

**JUSTIFICATIVAS**

O presente requerimento visa apurar a suposta prática de irregularidades ocorridas em torno da instalação e implantação da empresa LLX no Município de Itaguaí, inclusive no que tange às questões ambientais.

A presente iniciativa tem como esteio denúncia formulada pela Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - APAIM, que além da narrativa acostou aos autos de nº 336/11, vários elementos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI  
PROCURADORIA

6

Senhor Presidente,

Trata o presente feito de Comissão Parlamentar de Inquérito, aprovada através da Resolução nº 07/2011, que visava apurar as denúncias formuladas pela Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - APAIM, por intermédio de seu Presidente, Sr. Carlos do Nascimento, além daquela oferecida por CARLOS ALMIR BELOTTI, AMAURI QUIRINO E PAULO ROBERTO DA CONCEIÇÃO VIANA e pela CONFAPESCA.

Após lido o Relatório final e devidamente aprovado em sessão ordinária datada de 10/11/2011, a CCJ consultou a Procuradoria com a finalidade de ser esclarecido qual providencia deveria ser tomada pela Comissão haja vista que o referido Relatório Final decidiu pela improcedência das denúncias formuladas pelas entidades e pessoas acima descritas.

É o breve relatório.

As Comissões Parlamentares de Inquérito Municipal, como frisado pelo Relator em sede de Relatório Final, detêm um raio de ação muito menor do que aquelas ocorridas no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, inicialmente por conta da sua limitação institucional e ademais por força da total carência de pessoal técnico capacitado para dirimir algumas dúvidas que certamente ocorreram no transcurso da referida CPI.

Note-se que no caso vertente inúmeras questões ambientais foram debatidas durante os trabalhos da Comissão ressaltando que muitas delas foram referendadas por organismos estaduais e federais através de Certidões, Licenças, Termos de Compromissos e etc..

Desta forma, entendemos, assim como consta do Relatório Final, seus questionamentos ficam prejudicados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI  
PROCURADORIA

7

D'outro turno, entendemos que uma vez ter sido o Relatório Final devidamente aprovado pelo Plenário da Câmara opinando pela improcedência das denúncias, deva este ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca para o Denunciante, bem como a Denunciada e, ao final, através de competente Resolução elaborada pela Mesa Diretora, onde após sua aprovação e devida publicação, seja arquivado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaguaí, 17 de novembro de 2011.

  
ADILSON DE FARIA MACIEL  
Procurador

8

OFÍCIO CIRCULAR Nº 005/11

Itaguaí, 15 de junho de 2011.

AO  
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DA COMARCA DE ITAGUAÍ

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ e a COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE – tem a honra CONVIDAR, V.Sª; para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA com o seguinte tema: **“OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS E SÓCIO ECONÔMICOS DAS OBRAS DA ILHA DA MADEIRA – QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS? QUAL O LEGADO?”** a ser realizada no dia 29 de junho de 2011, a partir das 09:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Itaguaí, localizada na Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro – Itaguaí – RJ.

Sem mais para o momento. Atenciosamente.

VICENTE CICARINO ROCHA  
PRESIDENTE

contatos através do e-mail: [secleg@camaraitaguai.rj.gov.br](mailto:secleg@camaraitaguai.rj.gov.br)  
tel: (21) 2688-1136/1236 - Ramal 239  
Giseli Dias ou Elisabete Voutão



358/11  
Presidente

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Itaguaí  
CPI da Instalação e Implantação da Empresa  
LLX/MMX na Ilha da Madeira. 9

Ofício n.º 001/CPI 002/2011

Itaguaí, 20 de junho de 2011.

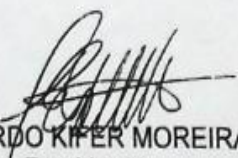
A Sua Excelência o Senhor  
Vicente Cicarino Rocha  
Presidente

Assunto: Informação da instalação da CPI

Senhor

Esta Comissão, com fulcro no art. 58, § 3º da CF/88, Lei 1.579/52 c/c 10.001/2000, Código de Processo Penal, Lei Orgânica Municipal, art. 66, § 4º, Regimento Interno da Câmara Municipal arts. 103 a 107 e com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais vem, pelo seu Presidente, solicitar que informe ao Prefeito Municipal acerca da instalação nesta Casa Legislativa da CPI para apurar supostas irregularidades na **Instalação e Implantação da empresa LLX/MMX na Ilha da Madeira.**

Atenciosamente,

  
CARLOS EDUARDO KIFER MOREIRA RIBEIRO  
Presidente



339/11

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Itaguaí  
CPI da Instalação e Implantação da Empresa  
LLX/MMX na Ilha da Madeira.

10

Ofício n.º 003/CPI 002/2011

Itaguaí, 20 de junho de 2011.

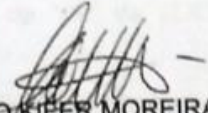
A Sua Excelência o Senhor  
Vicente Cicarino Rocha  
Presidente

Assunto: Informação da instalação da CPI

Senhor Presidente,

Esta Comissão, com fulcro no art. 58, § 3º da CF/88, Lei 1.579/52 c/c 10.001/2000, Código de Processo Penal, Lei Orgânica Municipal, art. 66, § 4º, Regimento Interno da Câmara Municipal arts. 103 a 107 e com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais vem, pelo seu Presidente, solicitar que seja requerido à Empresa LLX/MMX, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do presente, encaminhe a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, a relação das áreas por Ela adquiridas na localidade denominada Ilha da Madeira, acompanhado do competente documento comprobatório de aquisição (Escritura Pública de Cessão, Compra e Venda e etc.).

Atenciosamente,

  
CARLOS EDUARDO RIPER MOREIRA RIBEIRO  
Presidente





Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Itaguaí  
CPI da Instalação e Implantação da Empresa  
LLX/MMX na Ilha da Madeira.

13/27

Ofício n.º 004/CPI 002/2011 —

Itaguaí, 28 de junho de 2011

A Sua Excelência o Senhor  
Vicente Cicarino Rocha  
Presidente

Assunto: Solicitação

Sr. Presidente,

Considerando que no último dia 16 foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com a publicação datada de 17 de junho do corrente, cujo objeto visa investigar supostas irregularidades em torno da instalação da Empresa LLX/MMX na Ilha da Madeira, venho, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito intitulada "CPI da LLX", requerer o que segue:


a) Seja autorizada a utilização da Sala das Comissões, devidamente equipada com computadores, impressoras, copiadora, bem como material de consumo, para a realização das reuniões, sessões e outros atos inerentes ao pleno funcionamento da "CPI da LLX";

b) Seja disponibilizado o corpo técnico da Câmara Municipal para o auxílio ao funcionamento da "CPI da LLX", sem prejuízo de suas funções;

c) Seja disponibilizado os recursos necessários para registro áudio e visual das sessões, reuniões e outros atos inerentes ao pleno funcionamento da "CPI da LLX";

d) Seja disponibilizado veículo com motorista para o cumprimento de eventuais diligências da "CPI da LLX".

Atenciosamente,

  
CARLOS EDUARDO RIFER MOREIRA RIBEIRO  
Presidente



2022 13  
Dissertação final

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

RESOLUÇÃO Nº 035/2022

Considerando que o Relatório Final da CPI aprovada pela Resolução 007/2011 decidiu pela IMPROCEDÊNCIA das denúncias;

Considerando que no presente caso faz-se necessária a aplicação dos artigos 48, I, 105 c/c art. 106, §1, I e art. 107, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela Promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

**Art. 1º** Fica aprovado o Relatório Final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), instituída pela Resolução 007/2011, que decidiu pela improcedência das denúncias.

**Art. 2º** Fica determinado o seu arquivamento.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Vicente Rocha  
Presidente

Luis Antônio Viêira Coelho  
Vice-Presidente

Nisan Cesar dos Rejs Santos  
1º Secretário

Luis Roberto Jesus  
2º Secretário

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO  
incluindo em discussão  
em 22/11/22

Aprovado em Direção  
em 22/11/22

b) Processo de Ocupação, Desafetação, Cessão e Posso de Espaços Públicos, Entre Prefeitura Municipal de Itaguaí – RJ e Empresas LLX e MMX (Grupo X) (Atual Porto Sudeste S/A)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

Gabinete do Prefeito



MENSAGEM Nº 022/2011.

Itaguaí, 04 de outubro de 2011.

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a V. Exa. e demais Edis o Projeto de Lei que **AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E PERMUTA DE ÁREAS DESTINADAS AO USO PÚBLICO COMUM**, a fim de que o mesmo seja apreciado em caráter de urgência, conforme prevê o artigo 79 da Lei Orgânica.

• Justificativa:

Considerando que a empresa **LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda (a "LLX")** está executando um projeto denominado Porto Sudeste (o "PORTO"), que será um terminal destinado a movimentação de minério de ferro, localizado na Baía de Sepetiba, ilha da Madeira, neste Município;

Considerando a alta relevância da implantação, no Município de Itaguaí, de um novo Porto destinado à exportação de minério de ferro. Considerando que as obras e atividades de infraestrutura necessárias à implantação do empreendimento denominado Porto Sudeste, no Município de Itaguaí são de utilidade pública de interesse social do Estado do Rio de Janeiro, consoante Decreto Estadual 41.777 de 30/03/2009;

Considerando que as obras e atividades de infraestrutura necessárias à implantação do "PORTO", no Município de Itaguaí, bem como as atividades da Pedreira Sepetiba são de utilidade pública, a teor do que dispõe o decreto Municipal nº 3402 de 14 de agosto de 2008; Considerando que as obras para implementação do "PORTO" estão em avançado estágio;

Considerando que o citado empreendimento gerará receita ao Município, bem como renda e empregos à sua população;

Considerando a perspectiva de ampliação das atividades de prestadores de serviços contratados pela "LLX" no território do **MUNICÍPIO**, em decorrência do início das obras do "PORTO", com o início das atividades de desenvolvimento e produção previstas para 2012;

Considerando a alta relevância da implantação do "PORTO", que representará um efeito multiplicador na economia e na receita tributária, em função do elevado porte das operações do empreendimento, além da geração de milhares de empregos diretos e indiretos no território Fluminense;

Considerando o que recomenda o Ministério das Cidades, no sentido de facilitar no espaço a articulação do tecido econômico e social para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI

Gabinete do Prefeito



que haja crescimento urbano equilibrado, principalmente no que diz respeito à criação e implantação de núcleos geradores de emprego e oportunidades de trabalho;

Considerando que a "LLX" já adquiriu praticamente a totalidade dos imóveis da Vila do Engenho - Ilha da Madeira, realocando e/ou indenizando os moradores, através da implantação de um Programa de Realocação;

Considerando que com o esvaziamento da população da Vila do Engenho, tornaram-se inócuos o Posto de Saúde, a Escola Municipal, as praças, a quadra poliesportiva, bem como os terrenos desapropriados para utilidade pública;

Considerando que os terrenos da Vila do Engenho em que estão construídos o Posto de Saúde, a Escola Municipal, a quadra Poliesportiva, a praça, e ainda as vias públicas da Vila do Engenho, são imprescindíveis para o Projeto do Porto;

Considerando que os lotes da Vila do Engenho serão todos de domínio da LLX, e que as vias de acesso aos mesmos se tornarão desnecessárias;

Considerando que a "LLX" doou ao Município as instalações de uma escola e de uma quadra, e ainda está construindo um Posto de Saúde para doar ao Município, todos na Ilha da Madeira, com o intuito de melhorar a oferta de escola pública no bairro, com a realocação das Escolas Municipais Elmo Batista Coelho e Hildebrando Bayard de Melo, em locais mais adequados, com a ampliação da capacidade de matrículas e modernização das instalações para melhor bem estar dos alunos, e ainda para atender a necessidade de oferecer aos alunos da rede pública uma escola com área adequada para a prática de esporte e o lazer, dentre outros, e a necessidade de construção de um novo Posto de Saúde na Ilha da Madeira, com instalações mais adequadas;

Considerando que a "LLX" possui áreas de interesse do Município para atender à Vila de Pescadores e dar melhor acesso à Ilha da Madeira;

Considerando que a "LLX" pretende permutar tais áreas com as áreas públicas do Município na Vila do Engenho;

Considerando que a "LLX", em razão da diferença de valores entre as áreas públicas e as áreas de sua propriedade, firmou com o Município Protocolo de Intenções para a execução e custeio do "Projeto Orla" orçado em R\$ 34.157.779,66;

Considerando que a Câmara Municipal, através da Lei 2.788 de 07/07/2009, autorizou o Chefe do Poder Executivo a permutar áreas destinadas ao uso público comum, desde que não mais necessárias ao Sistema Viário Municipal;

Considerando que a Câmara Municipal revogou a Lei 2.788 de 07/07/2009, e que os bens públicos de uso comum e especial situados na Vila do Engenho perderam sua utilidade pública com a saída espontânea dos moradores da referida Vila;

O presente Projeto de Lei visa à obtenção de autorização para que o Executivo possa **desafetar** bens de uso comum e especial, e permutá-

20

h



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Câmara Municipal de Itaguaí**

30

L. E. I. Nº 2.956

DE, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

**AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E PERMUTA DE ÁREAS DESTINADAS AO USO PÚBLICO COMUM.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ;**

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

**ART. 1º** – Ficam desafetados do uso de bem comum e especial do povo as áreas, ruas e lotes abaixo descritos e avaliados, desde que não sejam mais necessários à prestação de serviço público ou que apresentem elevado índice de ociosidade ou que tenham deixado de ter uso comunitário ou atender ao planejamento urbanístico municipal.

**QUADRO DE ÁREAS**

**RUAS A SEREM DESAFETADAS**

| DESCRIÇÃO                                   | ÁREA (m2) | VALOR ÁREA (RS) | BENEFITÓRIAS EXISTENTES | VALOR BENEFITÓRIA (RS) | VALOR TOTAL (RS) |
|---|-----------|-----------------|-------------------------|------------------------|------------------|
| Estr. Joaquim Fernandes<br>Área 1           | 7.369,58  | 2.942.673,29    | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 1.155.034,27           | 4.097.707,57     |
| Rua Pedro Rafael Quirino<br>Área 1          | 2.892,62  | 1.155.023,17    | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 453.360,33             | 1.608.383,50     |
| Rua Pedro Rafael Quirino<br>Área 2          | 1.863,70  | 744.175,41      | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 292.097,70             | 1.036.273,11     |
| Trecho da Rua Pedro Rafael Quirino (área 3) | 3.618,23  | 1.444.759,24    | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 567.085,19             | 2.011.844,43     |
| Rua Joaquim Fernandes (Área 2)              | 1.110,87  | 443.570,39      | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 174.106,65             | 617.677,04       |
| Trecho de Rua Projetada A                   | 3.816,33  | 1.523.860,57    | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 598.133,40             | 2.121.993,97     |
| Rua A - Loteamento Saco de Dentro           | 1.227,08  | 489.973,04      | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 192.320,25             | 682.293,29       |
| Rua B - Loteamento Saco de dentro           | 1.054,36  | 421.005,95      | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 165.249,84             | 586.255,79       |
| Rua C - Loteamento Saco de Dentro           | 664,06    | 265.159,16      | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 104.078,12             | 369.237,28       |



## Câmara Municipal de Itaguaí

49

31

|                                    |           |               |              |               |
|------------------------------------|-----------|---------------|--------------|---------------|
| TOTAL DE ÁREAS A SEREM DESAFETADAS | 5.299,22  | 2.115.978,55  | 1.675.370,65 | 3.669.462,70  |
| TOTAL A SER DESAFETADO             | 35.780,12 | 14.287.001,92 | 6.452.542,09 | 20.739.544,01 |

**Parágrafo Único** - Os bens descritos neste artigo foram avaliados no total de R\$ 20.739.544,01, em setembro de 2011, pela comissão de avaliação do Município de Itaguaí.

**ART. 2º** - Fica autorizado o Executivo Municipal a permutar com a LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda e suas empresas controladas os bens descritos no artigo anterior pelos imóveis descritos no artigo 4º.

**ART. 3º** - Os imóveis particulares de propriedade da LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda e suas empresas controladas a serem permutados com o Município estão assim descritos e avaliados:

### RUAS A SEREM AFETADAS (PROJETO ORLA)

| DESCRIÇÃO                          | ÁREA (m2)        | VALOR ÁREA (R\$)    | BENFEITORIAS EXISTENTES | VALOR BENFEITORIA (R\$) | VALOR TOTAL (R\$)   |
|------------------------------------|------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Estrada Projetada Área 1           | 1.332,23         | 235.165,24          | BENS DE SERV. PÚBL.     |                         |                     |
| Estrada Projetada Área 2           | 20.368,26        | 3.595.405,25        | BENS DE SERV. PÚBL.     |                         | 3.830.570,49        |
| <b>TOTAL RUAS A SEREM AFETADAS</b> | <b>21.700,49</b> | <b>3.830.570,49</b> |                         |                         | <b>3.830.570,49</b> |

### ÁREAS A SEREM AFETADAS

|                                     |                 |                   |               |  |                   |
|-------------------------------------|-----------------|-------------------|---------------|--|-------------------|
| Terreno TCS/LLX                     | 1.959,00        | 345.802,68        | TERRENO VAZIO |  | 45.410,88         |
| <b>TOTAL ÁREAS A SEREM AFETADAS</b> | <b>1.959,00</b> | <b>345.802,68</b> |               |  | <b>345.802,68</b> |

|                            |                  |                     |  |  |                     |
|----------------------------|------------------|---------------------|--|--|---------------------|
| <b>TOTAL A SER AFETADO</b> | <b>23.659,49</b> | <b>4.176.373,17</b> |  |  | <b>4.176.373,17</b> |
|----------------------------|------------------|---------------------|--|--|---------------------|

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro - CEP 23815-180 - Itaguaí - RJ

Tels : (21) 2688-1136 / 2688-1231



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Câmara Municipal de Itaguaí**

| Loteamento                            | 1.053,26         | 440.566,72           | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 165.077,44          | 585.644,16           |
|---------------------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|----------------------|
| Rua 1 - Loteamento Ingá               | 1.906,45         | 761.245,49           | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 298.797,91          | 1.060.043,39         |
| Rua 2 - Loteamento Ingá               | 620,88           | 247.917,38           | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 97.310,52           | 345.227,91           |
| Rua 3 - Loteamento Ingá               | 621,48           | 248.156,96           | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 97.404,56           | 345.561,52           |
| Estrada da Prainha                    | 2.662,00         | 1.062.936,60         | BENS DE SERVIÇO PÚBLICO | 417.215,26          | 1.480.151,86         |
| <b>TOTAL RUAS A SEREM DESAFETADAS</b> | <b>30.480,90</b> | <b>12.171.023,37</b> |                         | <b>4.777.271,44</b> | <b>16.948.294,81</b> |

## ÁREAS A SEREM DESAFETADAS ✓

| DESCRIÇÃO                             | ÁREA (m <sup>2</sup> ) | VALOR ÁREA (R\$) | BENFEITORIAS EXISTENTES | VALOR BENFEITORIA (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|---------------------------------------|------------------------|------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|
| Lt. 37 - B da Estr. Joaquim Fernandes | 394,22                 | 157.412,05       | POSTO MÉDICO            | 147.704,51              | 305.116,56        |
| Lt. 35 Q 02 - Rua Félix Coelho        | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 36 - Q 02 - Rua Félix Coelho      | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 37 Q 02 - Rua Félix Coelho        | 505,00                 | 201.646,90       | Lote vazio              | -                       | 201.646,50        |
| Lt. 38 - Q 02 - Rua Felix Coelho      | 505,00                 | 201.646,90       | Lote vazio              | -                       | 201.646,50        |
| Lt. 39 Q 02 - Rua Félix Coelho        | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 01 da Qd 03 do Loteamento Ingá    | 445,00                 | 177.688,50       | Lote vazio              | -                       | 177.688,50        |
| Lt. 02 da Qd 03 do Loteamento Ingá    | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 14 da Qd. 03 do Loteamento Ingá   | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 23 da Qd 03 do Loteamento Ingá    | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 32 da Qd. 03 do Loteamento Ingá   | 300,00                 | 119.790,00       | Quadra                  |                         | 666.601,68        |
| Lt. 33 da Qd 03 do Loteamento Ingá    | 300,00                 | 119.790,00       | Quadra                  | 427.021,68              |                   |
| Lt. 34 da Qd 03 do Loteamento Ingá    | 300,00                 | 119.790,00       | Lote vazio              | -                       | 119.790,00        |
| Lt. 35 da Qd 03 do loteamento Ingá    | 300,00                 | 119.790,00       | PRAÇA QUIOSQUES         |                         |                   |
| Lt. 36 da Qd 03 do loteamento Ingá    | 450,00                 | 179.685,00       | PRAÇA QUIOSQUES         | 1.100.544,46            | 1.398.022,96      |

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro - CEP 23815-180 - Itaguaí - RJ

Tels.: (21) 2688-1136 / 2688-12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
Gabinete do Prefeito



TERMO DE IMISSÃO NA POSSE

69

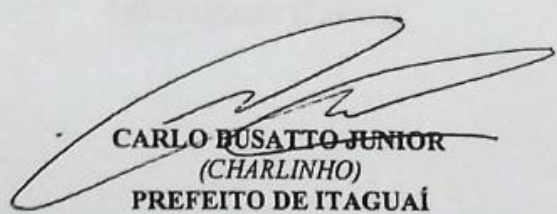
Considerando o disposto na Lei Municipal 2.956 de 08 de novembro de 2011;  
Considerando a escritura Pública de Promessa de Intenções de Futura Permuta lavrada em 17/02/2012, tendo um lado MMX PORTO SUDESTE LTDA e TCS -TERMINAL DE CONTEINERES SEPETIBA LTDA, e de outro lado MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ;

Considerando que as ruas "A" do Loteamento Saco de Dentro e Pedro Rafael Quirino (PARTE 2) do Loteamento Ingá, bem como os Lotes 14 e 23 da Quadra 03 do Loteamento Ingá, foram desafetados;

Considerando que o MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ já recebeu o equivalente aos imóveis desafetados, em obras do Projeto Orla,

O Município de Itaguaí, transfere a posse direta, inclusive pela cláusula constituti, e todos os direitos à ela inerentes sobre os bens desafetados designados por ruas "A" do Loteamento Saco de Dentro e Pedro Rafael Quirino (PARTE 2) do Loteamento Ingá, e Lotes 14 e 23 da Quadra 03 do Loteamento Ingá, à MMX PORTO SUDESTE LTDA até a lavratura da escritura definitiva de permuta, quando então, o Município de Itaguaí transferirá o domínio pleno para essa empresa.

Itaguaí, 29 de novembro de 2012.

  
**CARLO BUSATTO JUNIOR**  
(CHARLINHO)  
PREFEITO DE ITAGUAÍ

*Recebido por [illegible]*





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

Gabinete do Prefeito

TERMO DE IMISSÃO NA POSSE



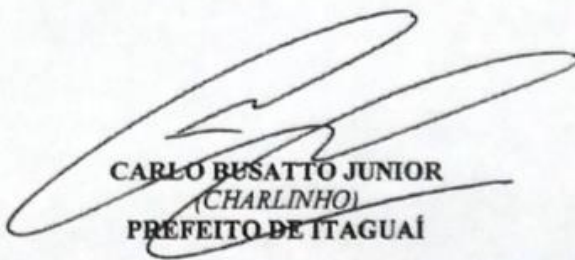
7D

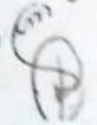
Considerando o disposto na Lei Municipal 2.956 de 08 de novembro de 2011;  
Considerando a escritura Pública de Promessa de Intenções de Futura Permuta lavrada em 17/02/2012, tendo um lado MMX PORTO SUDESTE LTDA e TCS -TERMINAL DE CONTEINERES SEPETIBA LTDA, e de outro lado MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ;

Considerando que a Estrada Joaquim Fernandes - ÁREA 1 foi desafetada;  
Considerando que o MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ já recebeu o equivalente aos imóveis desafetados, em obras do Projeto Orla,

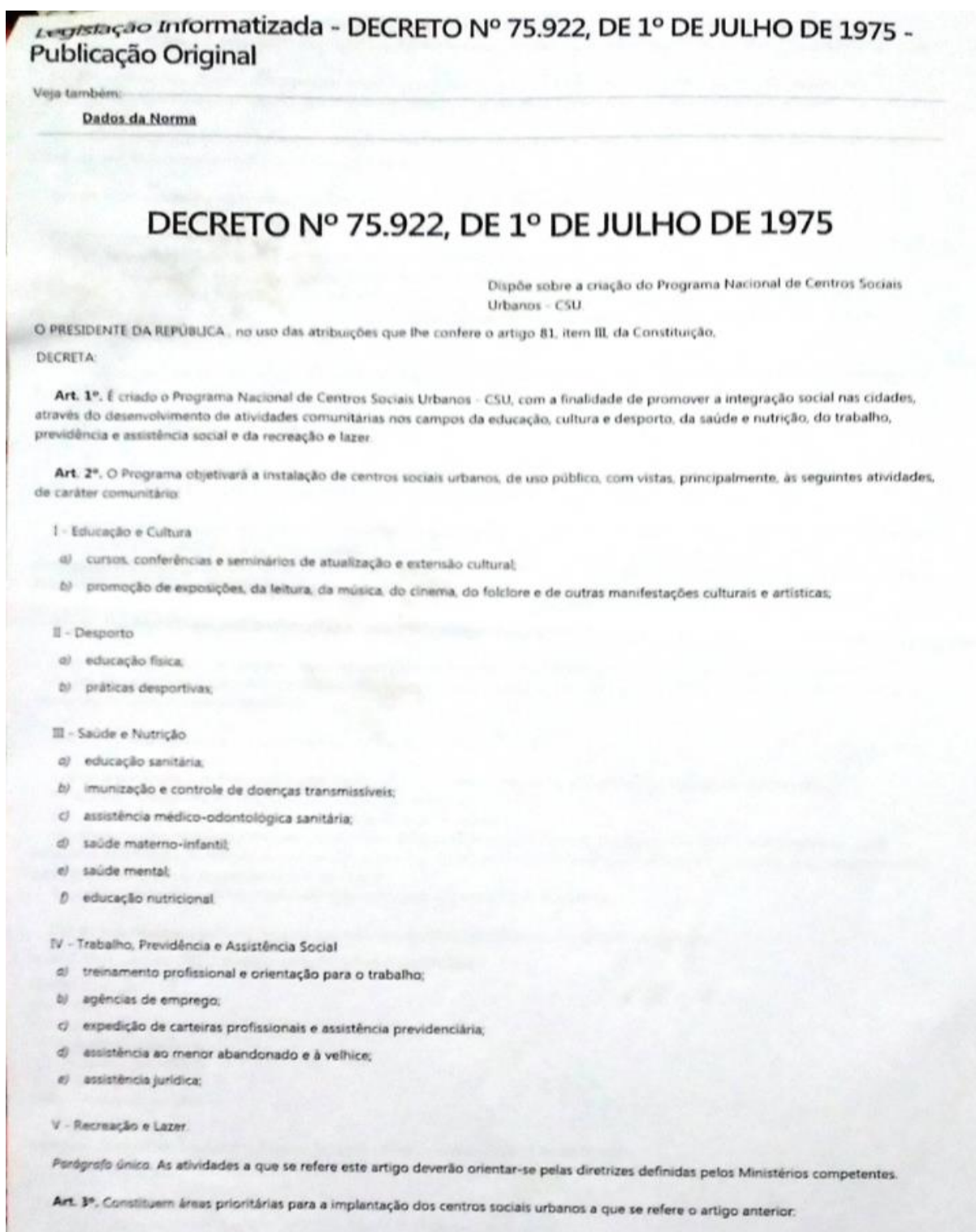
O Município de Itaguaí, transfere a posse direta, inclusive pela cláusula constituti, e todos os direitos à ela inerentes sobre os bem desafetado designado por Estrada Joaquim Fernandes - ÁREA 1, à MMX PORTO SUDESTE LTDA até a lavratura da escritura definitiva de permuta, quando então, o Município de Itaguaí transferirá o domínio pleno para essa empresa.

Itaguaí, 29 de novembro de 2012.

  
CARLO BUSATTO JUNIOR  
(CHARLINHO)  
PREFEITO DE ITAGUAÍ

Recebido em 04/12/12  


c) Decreto 75.922/75 e Escritura Públicas de Cessão Social do Centro Social Urbano de Itaguaí - RJ



... áreas utilizadas por associações desportivas ou recreativas, que possam integrar-se no Programa de Centros Sociais Urbanos (CSU).

§ 1º A localização dos centros sociais urbanos deverá harmonizar-se com as diretrizes definidas para o uso do solo urbano pelos organismos de planeamento das Regiões Metropolitanas, estabelecidas por lei complementar, ou pelas Prefeituras Municipais.

§ 2º Os conjuntos habitacionais de médio e grande porte, financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (BNH), deverão prover área adequada para a implantação do centro social urbano correspondente.

**Art. 4º.** Os investimentos necessários à implantação dos centros sociais urbanos serão financiados:

- I - com recursos dos Orçamentos da União;
- II - com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- III - com recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e do Fundo Especial;
- IV - com financiamentos, concedidos aos Estados, Municípios ou a outras entidades gestoras ou co-gestoras, a nível local, dos centros sociais urbanos, pela Caixa Económica Federal (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAZ) e pelo Banco Nacional da Habitação;
- V - com outros recursos públicos ou privados.

§ 1º Os recursos a que se referem os itens I e II deste artigo não poderão exceder, isolada ou conjuntamente, a 50% do investimento total necessário à implantação de cada centro social urbano.

§ 2º No exercício de 1975, serão destinados ao Programa:

- I - Cr\$80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), à conta do Orçamento da União (Financiamento de Projetos Prioritários);
- II - Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**Art. 5º.** O custeio da manutenção dos CSUS será considerado a nível de cada projeto, a ser submetido pelos órgãos executores do Programa (Municípios, Estados, entidades de assistência social, conforme o caso), devendo-se assegurar que os órgãos locais e as comunidades, com participação suplementar dos Ministérios, custearão, com recursos próprios, os serviços que prestarem. A implantação do Programa, em cada caso, somente será recomendada quando houver garantia de recursos para o seu custeio.

**Art. 6º.** Fica criado Grupo Executivo responsável pela implementação do Programa, composto:

- I - por um representante da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU, na qualidade de Coordenador;
- II - por representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Interior e da Secretaria de Planeamento da Presidência da República.

**Art. 7º.** Ao Grupo Executivo a que se refere o artigo anterior compete:

- I - propor ao Conselho de Desenvolvimento Social - CDS as normas e critérios de prioridade para a execução do Programa;
- II - submeter anualmente ao CDS o plano de execução do Programa;
- III - credenciar os agentes locais gestores ou co-gestores do Programa;
- IV - aprovar os projetos de implantação e funcionamento dos centros sociais urbanos, propondo a Secretaria de Planeamento e aos Ministérios envolvidos a destinação dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários, submetendo-os ademais à apreciação da CEF ou do BNH, para efeito de financiamento complementar;
- V - tomar as demais providências necessárias à coordenação de execução do Programa.

**Art. 8º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1975; 154º da Independência e 87º da República

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

Arnaldo Prieto

Paulo de Almeida Machado

João Paulo dos Reis Velloso

Maurício Rangel Reis

L. G. do Nascimento e Silva

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 02/07/1975

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/7/1975, Página 7993 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 3 Vol. 6 (Publicação Original)

República Federativa do Brasil



SEGUNDO OFÍCIO DE ITAGUAÍ

Dr. Sebastião Muniz  
SERVENTUÁRIO

Aloysio de Oliveira  
SUBSTITUTO

ITAGUAÍ -- ESTADO DO RIO

LIVRO N.º 252 FÓLHAS 69 EM 1.º DE Dez. DE 1975

Escritura Pública de Compra e venda  
que entre si fazem: MIRIAM BLANCK SAMBURSKY e  
seu marido e CONSELHO COMUNITÁRIO DE ITAGUAÍ, na  
forma abaixo:-

Prot. 10 pag. 161 vol. N.º 4748 aprovações:-  
Em 10-XII de 1975

Itaguaí, 10 de XII de 1975  
O OFICIAL DO REGISTRO

*Aloysio de Oliveira*



SAIBAM quantos esta pública escritura de Compra e venda  
que me foi distribuída virem, que, aos  
primeiro dias do mes de Dezembro de  
Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e setenta e  
cinco, nesta cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro  
em meu Cartório, perante mim, Tabelião de Notas do Cartório do Segundo  
Ofício desta Comarca, compareceram, partes entre si, justas e contratadas a saber:  
de um lado, como outorgantes vendedores MIRIAM BLANCK SAMBURSKY

e seu marido José Moyses Sambursky, brasileiros, casados, ela doméstica, ele engenheiro, residentes a rua Itabaiana, 46, no Rio de Janeiro, sendo ela representada por seu marido, nos termos da Procuração lavrada pelo Cartório do 5º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no Livro 332, fls. 168v, cuja certidão já se acha arquivada neste Cartório; e, de outro lado, como outorgado comprador O CONSELHO COMUNITÁRIO DE ITAGUAÍ entidade sem fim lucrativo, de utilidade pública, situada nesta Cidade, à rua Prefeito José Maria de Brito, 210, neste ato representado pelo Dr. Jack Fernandes dos Santos, brasileiro, casado, médico, residente nesta Cidade, à rua Gen. Bocaiuva nº 195. - Os presentes, reconhecidos como os próprios de mim Tabelião e das duas testemunhas minhas conhecidas adiante nomeadas e no final assinadas e estas do meu conhecimento, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores me foi dito: que, são senhores e legítimos possuidores da propriedade loteada sob a denominação de "Bairro Progresso", no primeiro distrito deste Município, inscrita de acordo com o Dec. Lei nº 58 de 10.12.937 e seu Regulamento Dec. 3079/38 no Registro de Imóveis anexo a esta Serventia, no Lº 8, fls. 94v, sob nº 15 e foi adquirido em maior porção - nos termos da escritura de doação de 26 de novembro de 1962, lavrada pelo Cartório do 3º Ofício desta Comarca, no Lº 9, fls. 5/8, e acha-se devidamente transcrita no mencionado Registro de Imóveis, no Lº 3E sob nº 3562 em 18-01-963; que, assim como tem e possui dita propriedade, dela desmembra o lote de terreno número vinte e quatro (24) da quadra quatro (04), com a área de quatrocentos e sete metros quadrados (407,00ms²) medindo 12,00ms (doze metros) de frente para a rua Pref. José Maria de Brito; 10,00ms (dez metros) de fundos para o lote 5; com 37,00ms (trinta e sete metros) de extensão / de ambos os lados, confrontando de um lado com o lote 23 e do outro lado com o lote 25, todos da mesma quadra, sem benfeitorias; que, pela presente escritura e na melhor forma de direito, dele fazem venda efetiva e definitiva ao outorgado comprador, pelo preço certo, ajustado e total de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros); que, não dispondo o outorgado comprador - Conselho Comunitário de Itaguaí, da

2.º Ofício de Itaguaí

Serventário S. MUNIZ  
ITAGUAÍ ESTADO DO RIO

importância necessária, os transmitentes resolveram receber tão so-  
mente a quantia de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), ficando o res-  
tante do preço, na importância de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros),  
como doação deles outorgantes ao outorgado comprador, pelo muito que  
tem feito ao bemestar social e da comunidade de Itaguaí; que, pela  
presente escritura emite o outorgado comprador na posse do lote obje-  
to desta escritura, para que o mesmo o considere seu desta data por  
diante, havendo-o, além disso e desde já por empossado, em virtude  
da presente escritura e da cláusula " Constituti ", obrigando-se a  
fazer a presente escritura sempre boa, firme e valiosa. Pelo outorga-  
do comprador me foi dito que aceitava a presente como está feita e  
apresentou-me o Conhecimento Série CGR nº 660.943, no valor de .....  
Cr\$ 270,00, cobrado sobre avaliação fiscal de Cr\$ 18.000,00, forne-  
cido pela Sub-Diretoria de Rendas nesta cidade. Foram-me apresenta-  
das Certidões Negativas de Executivos Fiscais Federal e Estadual e/  
Certidão de Quitação de Impostos. Assim, justos e contratados, me  
pediram lhes lavrasse em minhas Notas a presente escritura, o que  
lhes fiz, a qual sendo lida as partes e testemunhas José Carlos Ro-  
cha Borges e Adn de Moraes Silva, brasileiros, casados, meus conhe-  
cidos, residentes nesta cidade, aceitaram, outorgaram e assinam to-  
dos. Eu, Aloysio de Oliveira, Tabelião Substº, a escreví. E eu, Se-  
bastião Muniz, Tabelião, a subscrevo e assino. (a) Sebastião Muniz.  
(a) p.p. Boris Blanck. (a) Dr. Jack Fernandes dos Santos. (a) José-  
Carlos Rocha Borges, (a) Adn de Moraes Silva. - " TRASLADADA EM SE-  
GUIDA. " - Eu, *Aloysio de Oliveira* Tabelião Substituto,  
a datilografei, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.-

Em teste *Aloysio de Oliveira* da verdade

*Aloysio de Oliveira*  
ALOYSIO DE OLIVEIRA

TAB/SUBSTº.

registrado no livro 310 a pag. 62 sob. oN.º 11.258

Itaguaí, 10 de *XII* de 19*54*

O OFICIAL DO REGISTRO

*Aloysio de Oliveira*



2.º Ofício de Itaguaí

Serventário S. MUNIZ  
ITAGUAI ESTADO DO RIO



OTOR SEBASTIÃO MUNIZ, OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DO  
TRITO DO MUNICIPIO DE ITAGUAI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

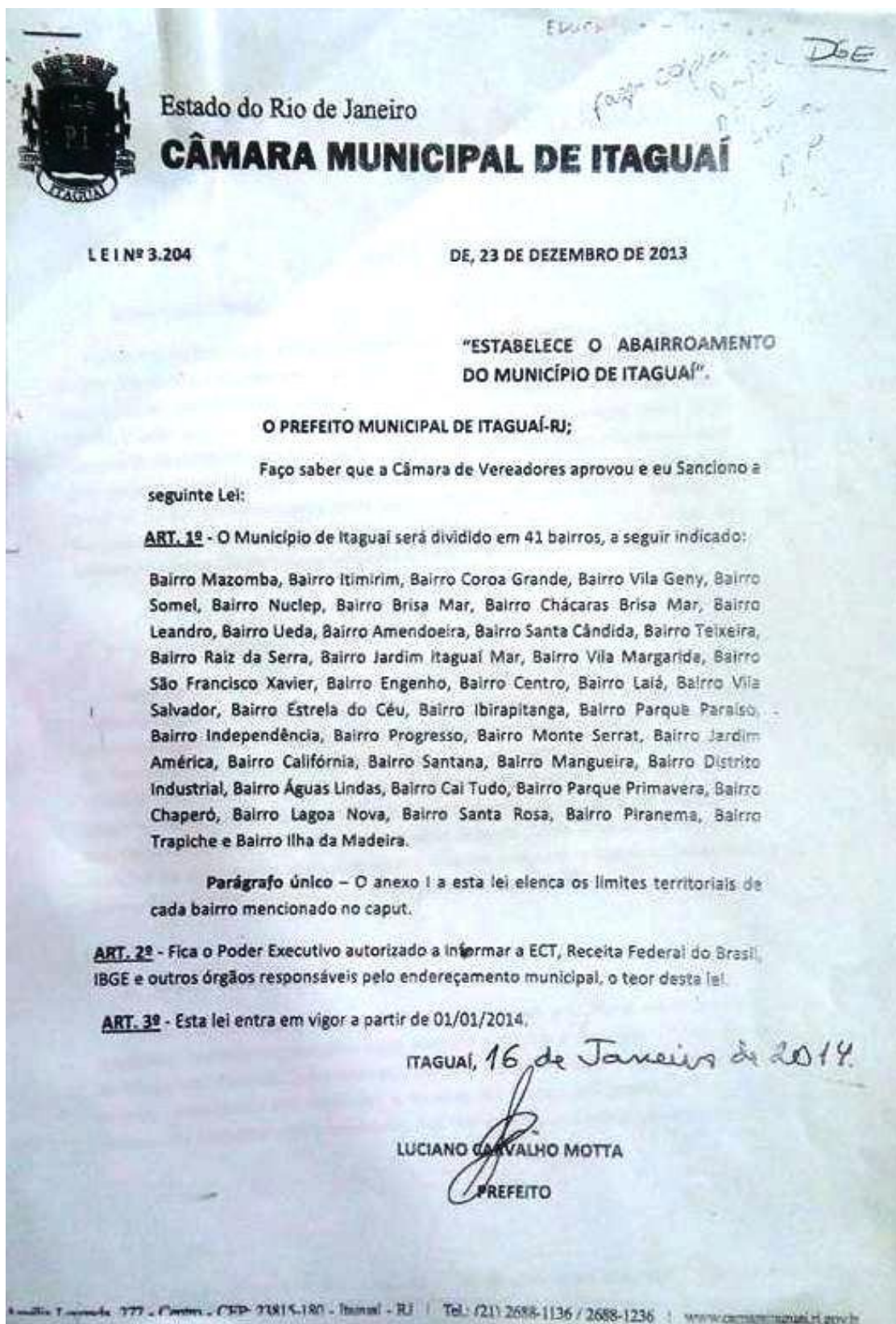
CERTIFICA, que na fls. 161 do Livro 1C foi protocolizado neg  
ta dete sob nº 14.748 e registrada no Livro 3L sob nº 11.898, o títu  
lo levado pelo Cartório do 2º Ofício desta Comarca, no Livro nº.152  
fls. 69 em 1º de dezembro de 1975 e referente ao lote de terreno nº  
24 (vinte e quatro) da quadra 04 (quatro) sem benfeitorias, desmembra  
do do loteamento denominado "Bairro Progresso", no 1º distrito deste  
Município, pelo qual o CONSELHO COMUNITARIO DE ITAGUAI, adquiriu, -  
por compra e quitação de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros), sendo  
Cr\$ 9.000,00 em dinheiro e Cr\$ 9.000,00 por doação, o lote em questão,  
de Miriam Blenck Sambursky e seu marido, tudo conforme escritura ora  
apresentada e transcrita. A transcrição anterior foi feita no Livro  
3B nº 3562. Itaguaí, 10 de dezembro de 1975. Em, *Aloysio de Oliveira*  
Oficial Substituto, datilografado, subscrevi e assino.

*Aloysio de Oliveira*

ALOYSIO DE OLIVEIRA  
Oficial Substº.



d) Primeira Folha da Lei Municipal nº 3.204 de 23 de Dezembro de 2013 Que “Estabelece o Abairramento do Município de Itaguaí”





e) Juntada Resumida do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí – Lei nº 2608 de 10/04/2007<sup>337</sup>

LEI Nº 2608 DE 10 DE ABRIL DE 2007

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.585, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica alterada a Lei Complementar nº2.585, Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí – RJ, que passa a ter seguinte redação.

Art. 2º - O Plano Diretor, abrangendo a totalidade do território, é o instrumento básico da política do desenvolvimento urbano do município e integra o processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA) incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas.

**TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS GERAIS**

Art. 3º - A política urbana deve pautar pelos seguintes princípios:

- I. Função social da cidade;
- II. Função social da propriedade imobiliária;
- III. Manutenção do equilíbrio ambiental;
- IV. Gestão democrática do desenvolvimento urbano e ambiental;

Art. 4º - As funções sociais da cidade no município de Itaguaí correspondem ao direito à cidade para todo cidadão, o que compreende os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer.

Art. 5º - A propriedade imobiliária cumpre sua função social quando, respeitadas as funções sociais da cidade, for utilizada para:

- I. Habitação;
- II. Atividades econômicas geradoras de emprego e renda;
- III. Proteção do meio ambiente;
- IV. Preservação do patrimônio histórico e cultural.

Art. 6º - A manutenção do equilíbrio ambiental é o desenvolvimento local socialmente justo, sustentável e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para a população atual e as futuras gerações.

Art. 7º - A gestão da política urbana se fará de forma democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.

Art. 8º - A política urbana tem como objetivo:

- I. Ampliar a participação direta do cidadão objetivando consolidar o processo de gestão democrática, visando transformar Itaguaí em cidade sustentável;

1

<sup>337</sup> Anexos do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí – Lei nº 2608 de 10/04/2007 extraídos de MACEDO, 2014

- V. Articulação com planos e programas estaduais e federais.

### **CAPÍTULO III DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, NATURAL E PAISAGÍSTICO**

Art. 14\* - A política municipal de patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico tem como objetivos:

- I. Aproveitar o potencial turístico do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico;
- II. Registrar e preservar as edificações de importância histórica e cultural;
- III. Conscientizar a população sobre a importância do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico da cidade;
- IV. Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da identidade cultural, natural e paisagística.

Art. 15\* - Para a consecução dos objetivos deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

- I- Delimitar as áreas a serem protegidas em caráter permanente, no sentido de redirecionar as formas de ocupação que ameaçam esse patrimônio;
- II- Apoiar e incentivar, através da rede pública e privada de ensino e das entidades e associações comunitárias, práticas, ações e iniciativas que acentuem a importância da educação ambiental, formal e não formal, como requisito indispensável das políticas públicas municipais voltadas para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico, enfatizando praias, ilhas, manguezais, cachociras, nascentes, a mata atlântica e as plantas nativas;
- III- Promover a ampla articulação e integração com os órgãos pertinentes do Estado e da União, visando uma fiscalização efetiva e sistemática para preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico nas comunidades e áreas adjacentes;
- IV- Implementar políticas públicas que viabilizem a gestão sustentável do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico;
- V- Implementar políticas públicas que viabilizem parcerias com os órgãos do Estado, União e com empresas privadas praticantes da responsabilidade social e com organizações internacionais e ambientalistas;
- VI- Identificação e mapeamento do patrimônio histórico, cultural natural e paisagístico visando o manejo adequado de sua preservação e utilização nos parâmetros da sustentabilidade;
- VII- Elaborar lei específica sobre a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Paisagístico.

- I. **Vias Arteriais:** Principais eixos de crescimento da cidade, caracterizados como áreas de expansão do centro tradicional, com corredores comerciais, de serviço e de transporte;
- II. **Vias Setoriais 1:** São eixos de ligações entre regiões, municípios vizinhos, área central e áreas periféricas, possuindo integração e articulação com o sistema viário principal;
- III. **Via Setorial 2:** Eixo de ligação entre a BR 101 e a localidade da Mazomba até encontrar a cota 100;
- IV. **Via Setorial 3:** Ligação entre a BR 101 e o Complexo Portuário;
- V. **Vias Coletoras:** caracterizam-se por vias de pequena e média extensão integradas ao sistema viário principal, que já concentram tráfego local e o comércio e serviço de médio porte e de atendimento à região;
- VI. **Vias Locais:** São as demais vias do município (IG);
- VII. **Vias de Pedestres:** São vias públicas bloqueadas total ou parcialmente ao tráfego de veículos prioritárias a circulação de pedestres.

Art. 24º - Os terrenos com testada para as vias acima nomeadas e indicadas no Mapa de Sistema Viário, Anexo V, parte integrante desta lei, com profundidade de 60,00m contados do alinhamento predial, deverão obedecer aos critérios de uso do solo contidos nos Quadros de I a VI do Anexo II, parte integrante desta lei.

### TÍTULO III DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES DO ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Art. 25º - A Política de Ordenamento Territorial tem como objetivos:

- I. Promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos habitantes, com base no princípio da função social da propriedade;
- II. O desenvolvimento sustentável do município.

Art - 26º - Para consecução dos objetivos deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

- I. Redefinir o espaço urbano da comunidade objetivando a disponibilização de áreas estratégicas para instalação dos serviços de atendimento direto ao cidadão; proporcionando acessibilidade aos bens e serviços essenciais;
- II. Redefinir e estabelecer alternativas para viabilização de investimentos públicos e disponibilização de áreas para construção de equipamentos comunitários nos setores da assistência social, da saúde, da educação infantil, biblioteca pública, unidade de recreação e lazer integrados, desenvolvimento cultural, fomento ao esporte de integração comunitária e inclusão social e unidade de ensino técnico e tecnológico;

- V. **Zona Especial da Coroa Grande (ZE-CG):** refere-se à ocupação na orla do Saco da Coroa Grande, onde as atividades turísticas, pesqueira e de proteção ambiental serão incentivadas, porém, com uma previsão de melhorias na infra-estrutura básica;
- VI. **Zona Especial da Ilha da Madeira (ZE-IM):** ocupação situada na porção oeste da Ilha da Madeira, incluído o loteamento Industrial Ingá onde as atividades turísticas, de pesca e de proteção ambiental serão incentivadas mantendo as características naturais da localidade;
- VII. **Zona Especial da Ilha de Itacuruçá (ZE-IT):** pequenas porções de área ocupadas no interior da Ilha de Itacuruçá, onde se pretende aos poucos reverter o uso, diminuindo a densidade devido à fragilidade ambiental da região;
- VIII. **Zona Industrial (ZI):** área situada no início do principal acesso ao município, junto ao trevo do cruzamento entre as rodovias BR 101 e RJ 099, onde será estimulada a consolidação das atividades industriais existentes;
- IX. **Zona de Serviços (ZS):** são as áreas limdeiras à Rodovia BR 101, onde as atividades não deverão prejudicar o tráfego nem gerar situações que possam colocar em risco a segurança dos cidadãos;
- X. **Zona de Expansão Urbana (ZEU):** área compreendida entre a Rodovia Estadual RJ - 099, a Ferrovia MRS e o limite com o Município de Seropédica, reservada para a ampliação da área urbana. Recomenda-se que esta área seja ocupada quando as demais zonas estiverem ocupadas. Os parâmetros de uso e ocupação do solo serão definidos pelo órgão competente de acordo com as necessidades, baseado em estudo específico;
- XI. **Zona de Parques (ZP):** área de interesse de implantação de parques urbanos: trecho compreendido por uma faixa ao longo do canal que divide as zonas ZR4 e a ZIP, área no entorno da antiga estação ferroviária, entre o canal do Trapiche e o Canal do Viana e uma faixa de 100m entre a BR-101 e RJ-014 e a zona ZIP;
- XII. **Zona Estratégica de Negócios(ZEN):** localizada nas áreas discriminadas: área 1 – entre a estrada de ferro MRS e a RJ 109( arco rodoviário); área 2 – entre a RJ 099 e os limites com os municípios de Seropédica e Rio de Janeiro, vizinha a zona portuária (ZIP); área 3 – entre a Ferrovia MRS, o limite com o município de Seropédica e a RJ 109(Arco Rodoviário);

Parágrafo único – O Poder Executivo poderá criar outros parques no município, de acordo com as necessidades ambientais e sociais.

## SEÇÃO II DA MACROZONA RURAL

Art. 37º - A Macrozona Rural corresponde à área do município destinada ao desenvolvimento sustentável, por meio de atividades agrícolas, turísticas, extrativistas, visando melhorar as condições de vida da população residente nessas áreas, protegendo e respeitando as características ambientais e culturais tradicionais.

Art. 38º - A Macrozona Rural fica subdivida em:

- I. **Zona Residencial Rural:** áreas situadas na zona rural, destinada a Residências as quais deverão manter suas características e dimensões originais ou diminuir a densidade, evitando o comprometimento das características rurais locais;
- II. **Zona Rural:** áreas destinadas ao desenvolvimento agrícola sustentável da região, compreendida entre a RJ 109 (Arco Rodoviário) e a ZPP.

### SEÇÃO III DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 39º - A Macrozona de Proteção Ambiental corresponde às áreas com interesse de proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 40º - A Macrozona de Proteção Ambiental fica subdividida em:

- I. **Zona de Preservação Permanente (ZPP):** corresponde às áreas acima da cota 100 metros e as áreas definidas pela legislação federal como de preservação permanente, entre outras:
  - a) Ao longo de 30,00 (trinta) metros de rios ou de qualquer curso d'água de menos de 10 (dez) metros de largura, desde o seu nível mais alto em faixa marginal;
  - b) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "cursos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, num raio mínimo de 50,00 (cinquenta) metros de largura;
  - c) Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- II. **Zona de Proteção de Áreas Verdes (ZPAV):** áreas consideradas de interesse de proteção pelas características ambientais, onde deverá ser garantida a baixa densidade.

### SEÇÃO IV DA MACROZONA DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO

Art. 41º - A Macrozona do Complexo Industrial e Portuário corresponde à região onde está instalado o Porto de Itaguaí, o Terminal de Containeres, o Terminal de Carvão e as demais empresas integrantes do complexo.

Art. 42º - A Macrozona Industrial e Portuária se divide em:

- I. **Zona Industrial e Portuária (ZIP):** Zona exclusivamente industrial voltada às atividades portuárias já existentes;
- II. **Zona de Recuperação da Ingá (ZREC):** corresponde à área onde funcionou a empresa CIA Ingá Mercantil, deixando graves danos ambientais à região e ao município como um todo.

Parágrafo único - A delimitação da ZREC, contida no item II desse artigo, deverá ser objeto de estudo mais aprofundado para o dimensionamento correto da área a ser recuperada.

- II. Garantir a proteção das áreas de preservação permanente, impedindo que novas ocupações ou atividades impróprias comprometam a sua integridade;
  - III. Promover a recuperação das áreas de preservação permanente, comprometidas pelas atividades irregulares.
- Art. 32º - A delimitação da Macrozona do Complexo Portuário tem como objetivos:
- I. Aproveitar o potencial industrial portuário caracterizado no município, mediante a expansão da área industrial e portuária na região próxima aos corredores marítimos e viários existentes e projetados, a fim de atrair novos investimentos;
  - II. Promover a recuperação da área ocupada pela empresa CIA Ingá Mercantil, na Ilha da Madeira.

## CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO

Art. 33º - O zoneamento institui as regras gerais de uso e ocupação do solo para cada uma das zonas em que se subdivide o município, visando garantir a ocupação equilibrada do território.

Art. 34º - A divisão das zonas referidas no artigo anterior encontram-se no Mapa de Zoneamento, Anexo IV, parte integrante desta Lei.

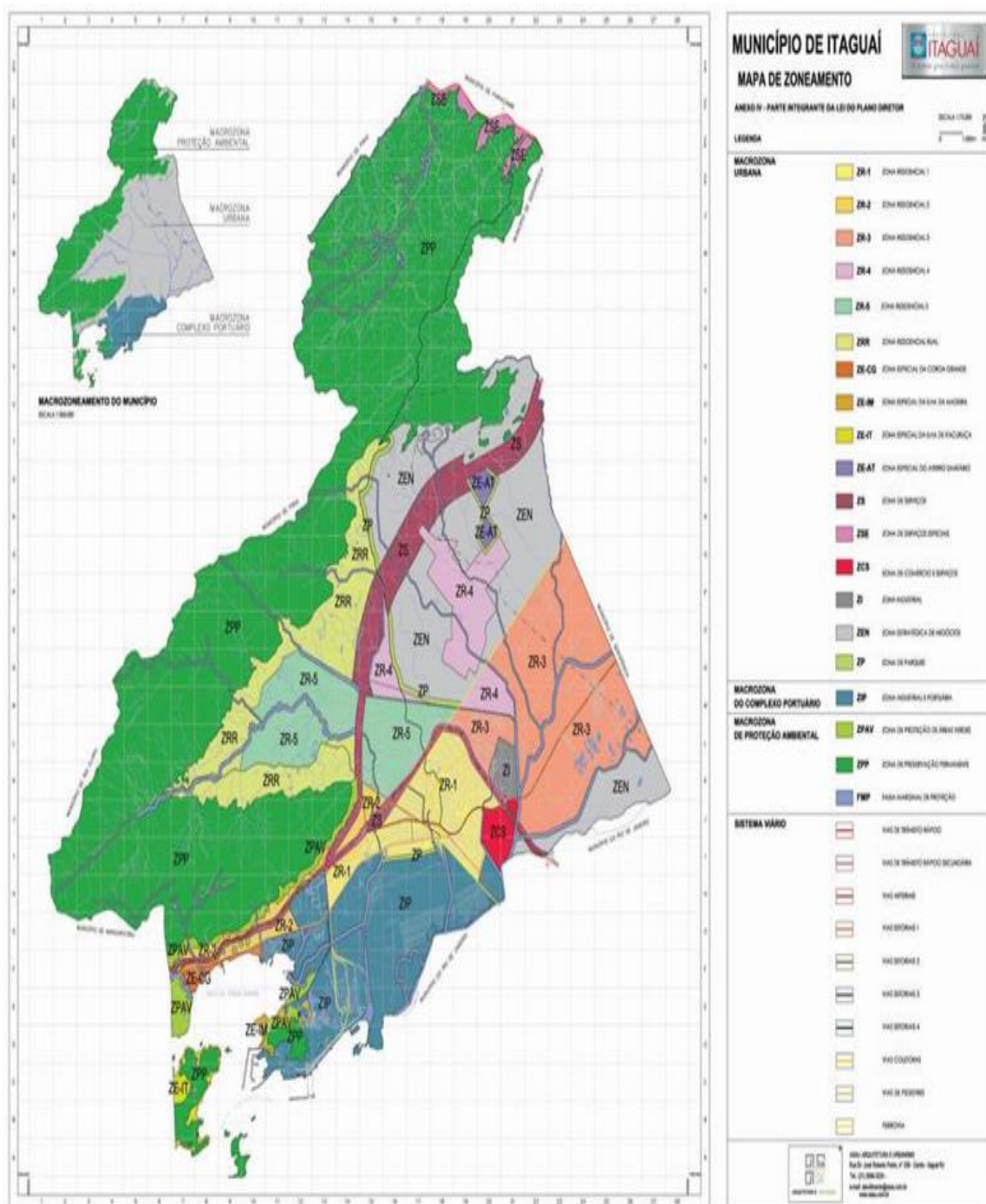
### SEÇÃO I DA MACROZONA URBANA

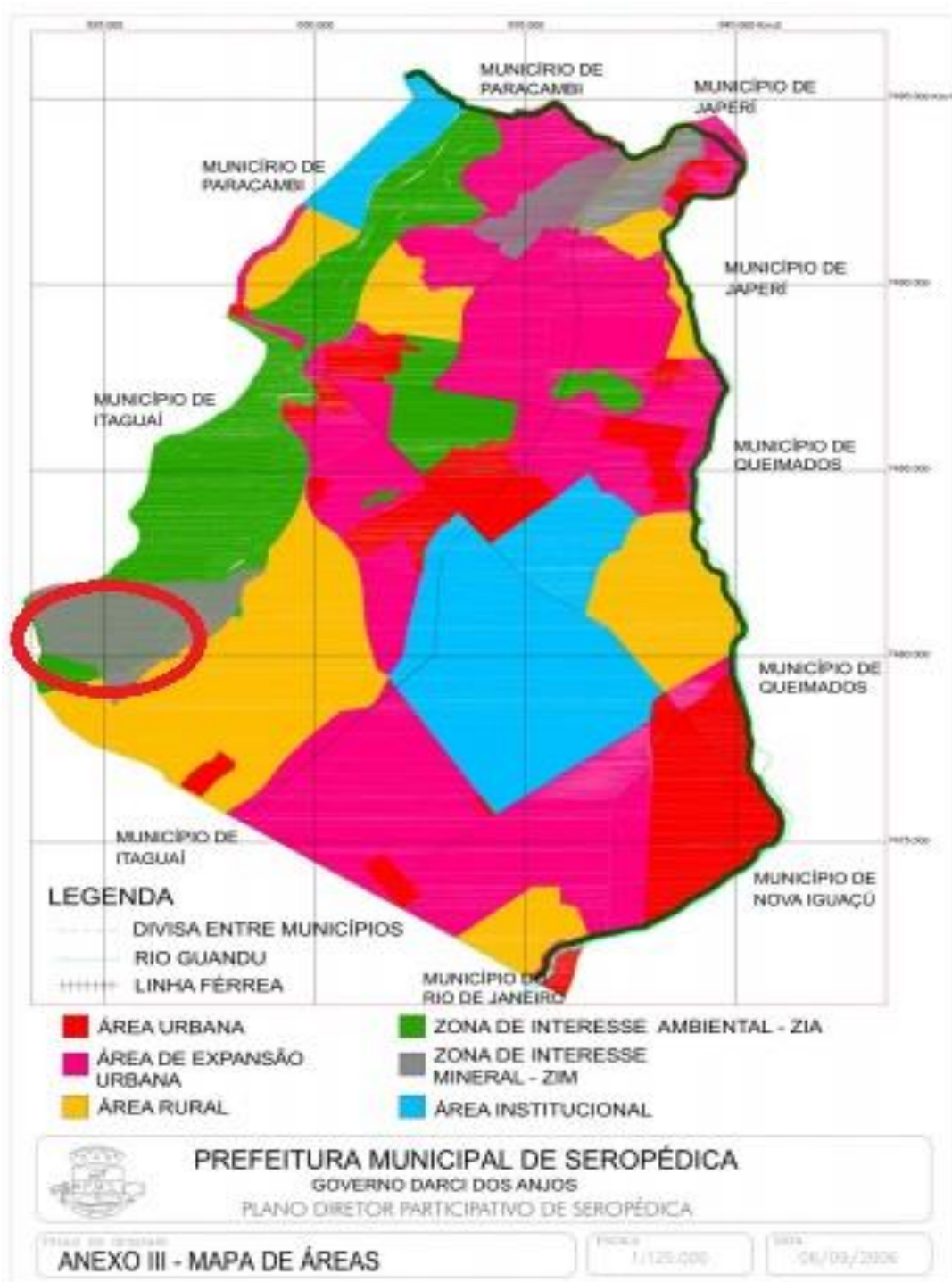
Art. 35º - A macrozona urbana caracteriza-se pela ocupação consolidada decorrente da expansão do centro tradicional da cidade, nas ocupações ocorridas ao longo da BR 101 e das rodovias estaduais, bem como pelos vazios urbanos existentes entre elas, os quais serão induzidos à ocupação de forma a promover a continuidade da malha existente.

Art. 36º - A Macrozona Urbana fica dividida em:

- I. **Zona Residencial 1 (ZR-1):** áreas pouco ocupadas ou vazias, com pouca infraestrutura urbana, localizadas no entorno da região do Santa Cândida e Teixeira, onde as características de baixa densidade devem prevalecer, por se situarem próximas à zona rural;
- II. **Zona Residencial 2 (ZR-2):** áreas pouco ocupadas ou vazias, predominantemente residenciais, referentes a loteamentos aprovados e parcialmente ocupados, onde serão priorizadas a criação de Áreas de Interesse Social (AIS);
- III. **Zona Residencial 3 (ZR-3):** áreas predominantemente residenciais ocupadas ao longo da rodovia BR 101 e em uma faixa estreita onde a proximidade com áreas de preservação impedem um maior adensamento;
- IV. **Zona Residencial 4 (ZR-4):** área mais adensada da cidade correspondente à consolidação do centro tradicional, onde os usos são mais diversificados, com eixos comerciais definidos ao longo de vias mais importantes. A infraestrutura existente deverá ser otimizada, por meio do adensamento e verticalização. Nesta área serão priorizados os investimentos na infraestrutura básica;

f) Mapas do Plano diretor – Itaguaí (2016) e Seropédica (2014)







**g) Parecer de Aprovação de Pesquisa, fornecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, processo nº 23083-002775/2020-02**

16/09/2020

[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?Imprimir=true&IdDoc=617190](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?Imprimir=true&IdDoc=617190)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PARECER Nº 855 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Seropédica-RJ, 15 de setembro de 2020.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 061/2020

**PARECER**

O Projeto de Pesquisa intitulado "Território identitário de Itaguaí: poder e resistência de multiespaços fragmentados" sob a coordenação do Professor Dr. Lamounier Erthal Villela, do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, processo 23083.002775/2020-02, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

*(Assinado digitalmente em 16/09/2020 13:52 )*

ALEXANDRE FORTES  
PRO-REITOR(A) - TITULAR  
CHEFE DE UNIDADE  
PROPPG (12.28.01.18)  
Matrícula: 1308466

Processo Associado: 23083.002775/2020-02

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 855, ano: 2020, tipo: PARECER, data de emissão: 15/09/2020 e o código de verificação: 7179b083dc